ORVIL

A presente obra é composta de dois volumes, cujos assuntos são os abaixo discriminados:

1º VOLUME - UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA
INTRODUÇÃO
. A VIOLÊNCIA EM TRÊS ATOS

1ª PARTE
. A PRIMEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER
1922 - 1954

2ª PARTE
. A SEGUNDA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER
1955 - 1964

3ª PARTE
. A TERCEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER
1964 - ENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (1969)

2º VOLUME - 3ª PARTE
. A TERCEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER
1970 - 1973

4ª PARTE
. A QUARTA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER
1974 - ...

SUMÁRIO

AS TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER

1º VOLUME

— UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA XIII
— INTRODUÇÃO XVII

A VIOLÊNCIA EM TRÊS ATOS

1. Primeiro ato XVII
2. Segundo ato XIX
3. Terceiro ato XXII
4. Violência, nunca mais! XXVI

— 1a PARTE

A PRIMEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

— CAPÍTULO I

A FONTE DA VIOLÊNCIA

1. Os objetivos da Revolução Comunista 2
2. Os caminhos da revolução 3
3. O Trabalho de Massa 4

— CAPÍTULO II

O PARTIDO COMUNISTA - SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA (PC-SBIC)

1. A Internacional Comunista 7
2. A formação do PC-SBIC 8
3. As atividades do PC-SBIC 9
4. A fase do obscurantismo e da indefinição 11

— CAPÍTULO III

A INTENTONA COMUNISTA

1. A mudança da linha da IC 14
2. A vinda dos estrangeiros 14
3. O Partido Comunista do Brasil (PCB) 16
4. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) 17
5. A aprovação da Internacional Comunista 19
6. A Intentona 20

ORVIL

- CAPÍTULO IV

O PCB E O CAMINHO DA LUTA ARMADA

1. A reorganização do PCB 25
2. A legalização do PCB 26
3. A volta à clandestinidade 27
4. O "Manifesto de Janeiro" 28
5. O "Manifesto de Agosto" 29
6. O IV Congresso 30

- CAPÍTULO V 33

OS CRIMES DO PCB

1. A violência comunista 33
2. Bernardino Pinto de Almeida e Afonso José dos Santos 34
3. "Elza Fernandes" 35
4. Maria Silveira e Domingos Antunes Azevedo 38

- 2a PARTE

A SEGUNDA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

- CAPÍTULO I

AS DIVERGÊNCIAS NO MOVIMENTO COMUNISTA

1. A IV Internacional 42
2. O PORT quebra o exclusivismo do PCB 43
3. O XX Congresso do PCUS 45
4. O V Congresso do PCB 46
5. PC do B: a primeira grande cisão no PCB 48
6. POLOP: uma criação da esquerda independente 50
7. AP: uma criação da esquerda católica 52

- CAPÍTULO II

A AÇÃO COMUNISTA

1. A exploração das dificuldades e das ambições 56
2. O PCB e seus objetivos 57
3. Reforma ou Revolução? 59
4. As Ligas Camponesas 61
+ 5. As crises políticas de junho e julho de 1962 63
+ 6. Jango obtem plenos poderes 64

ORVIL

7. Crescem as pressões para mudanças 66
8. O Movimento Camponês 69
9. Cedendo às pressões 71

- CAPÍTULO III

O ASSALTO AO PODER

1. A rebelião dos sargentos de Brasília 74
2. O Estado de Sítio 77
3. A frente única 79
4. Os Grupos dos Onze 80
5. O plano revolucionário 84
6. O comício das reformas 85
7. A rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro 86
8. A reunião no Automóvel Clube 89

- CAPÍTULO IV

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1964

1. Ascensão e queda de Goulart 99
2. A iniciativa da reação 100
3. A reação no Campo Político 102
4. O apoio da imprensa 103
5. Amplia-se a reação 104
6. As mulheres envolvem-se decididamente 106
7. A evolução da posição dos militares 107
8. A vitória da democracia 111
9. O pronunciamento dos políticos 112

- 3a PARTE

A TERCEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

- CAPÍTULO I

1964

1. O ideário da Revolução de Março 117
2. O Ato Institucional nº 1 118
3. A eleição de Castelo Branco 120
4. Os desencontros iniciais 122
5. A estratégia do desenvolvimento 123
6. A prorrogação do mandato presidencial 124

ORVIL

7. O restabelecimento da ordem 126
8. O PCB: uma linha radical 128
9. O PC do B: uma linha revolucionária 128
10. A POLOP e a "Guerrilha de Copacabana" 129
11. Brizola e a "Operação Pintassilgo" 130
12. O PORT e suas ligações com o Movimento Rural do Nordeste e com Brizola 131
13. As primeiras denúncias de torturas 132
14. Pega ladrão ! 134
15. Influências marxistas na Igreja 137
16. Um mil novecentos e sessenta e quatro 139

- CAPÍTULO II

1965

1. A Revolução estreita suas bases 142
2. As eleições de governadores 144
3. O Ato Institucional nº 2 145
4. O Movimento Estudantil inicia as manifestações ... 147
5. Cuba e o foquismo 147
6. O Pacto de Montevidéu e a Frente Popular de Libertação (FPL) 149
7. Jefferson Cardin e as escaramuças das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) 150
8. O PCB: mudança para a linha de massa 154
9. A AP transforma-se numa organização revolucionária 155
10. A POLOP e Brizola 155
11. Um mil novecentos e sessenta e cinco 156

- CAPÍTULO III

1966

1. A continuidade da Política Econômica 160
2. O cumprimento do calendário eleitoral 161
3. Nova Constituição 162
4. O Movimento Estudantil inicia o enfrentamento 164
5. Cuba e a Tricontinental, a OLAS e a OCLAE 165
6. O Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) e a Resistência Armada Nacionalista (RAN).. 168
7. Brizola e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) 170
8. Acirramento da luta interna no PCB 171

ORVIL

9. O PC do B inicia a preparação para a luta armada ... 172
10. O PCR e a AV: duas dissidências do PC do B 174
11. A AP intensifica suas atividades 175
12. O refluxo do PORT 176
13. A POLOP consolida a sua doutrina 177
14. Um mil novecentos e sessenta e seis 177

- CAPÍTULO IV

1967

1. Inicia-se a volta à normalidade 182
2. As dificuldades políticas 183
3. A Frente Ampla 184
4. O aparente refluxo do Movimento Estudantil 187
5. A reorganização do Movimento Operário e Sindical ... 189
6. A OLAS e a I COSPAL 190
7. O MNR, Caparaó e a Guerrilha do Triângulo Mineiro .. 191
8. As atividades da RAN 193
9. As dissidências e o VI Congresso do PCB 195
10. A Dissidência de Niterói e o primeiro MR-8 198
11. A formação da Dissidência da Guanabara 199
12. O Agrupamento Comunista de São Paulo 200
13. O "Encontro" da Corrente Revolucionária 202
14. O PC do B fortalece a luta ideológica 203
15. A Ala Vermelha do PC do B assume a posição foquista. 204
16. O Debate teórico e ideológico da AP 206
17. O IV Congresso e os "rachas" da POLOP 208
18. A Força Armada de Libertação Nacional (FALN)........ 209
19. Atividades do clero na subversão 210
20. Um mil novecentos e sessenta e sete 212

- CAPÍTULO V

1968

1. O "caminho das pedras" 216
2. A retomada do desenvolvimento 218
3. As "pedras do caminho"............................... 218
4. O Congresso Cultural de Havana 221
5. O Movimento Estudantil desencadeia o enfrentamento generalizado 222
6. As manifestações operárias 230

ORVIL

7. O PCB estrutura-se para o Trabalho de Massa 232
8. A formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) 234
9. Da Ala Marighela ao Agrupamento Comunista de São Paulo 238
10. Frades dominicanos aderem ao Agrupamento Comunista. 244
11. AC/SP expande-se além do eixo Rio-São Paulo 246
12. O surgimento da Corrente em Minas Gerais 247
13. O PC do B recebe adesões 251
14. A Ala Vermelha do PC do B inicia os assaltos 253
15. O PCR tenta realizar trabalho no campo 254
16. O MR-8 estende suas atividades ao Paraná 255
17. A DI/GB atua no Movimento Estudantil 256
18. A Dissidência da Dissidência 256
19. O surgimento do Partido Operário Comunista 257
20. O surgimento do Comando de Libertação Nacional (COLINA) 259
21. O surgimento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) 262
22. O assassinato do Capitão Chandler 266
23. A definição ideológica da AP 270
24. Núcleo Marxista-Leninista (NML), uma dissidência da AP 273
25. O surgimento da Fração Bolchevique Trotskista (FBT) . 275
26. O surgimento da Organização Combate 1º de Maio (OC 1º Maio) 276
27. O surgimento do Movimento de Ação Revolucionária - (MAR) 276
28. O surgimento do Movimento Popular de Libertação - (MPL) 278
29. Atuação de padres estrangeiros na subversão 281
30. Expande-se pelo mundo a violência estudantil 283
31. Um mil novecentos e sessenta e oito 286
32. O Ato Institucional nº 5 295

- CAPÍTULO VI

1969

1. Reflexos do AI-5 305
2. O impedimento de Costa e Silva 307
3. A eleição de um novo Presidente 308
4. A eleição do Presidente Médici e a nova Constituição ... 310
5. O Movimento Estudantil entra em descenso 311

ORVIL

6. O PCB desencadeia a "guerra de papel" 312
7. A fuga da penitenciária e a desarticulação do MAR.. 313
8. O PCBR inicia as ações armadas 318
9. O fim da Corrente 321
10. Ação Libertadora Nacional (ALN).................... 323
11. ALN - Ascensão terrorista em São Paulo 326
12. Os dominicanos na subversão 330
13. ALN: a guerra psicológica 332
14. ALN em Ribeirão Preto/SP e no Ceará 335
15. ALN no Planalto Central 337
16. ALN: as ações na Guanabara 339
17. ALN: as "quedas" em São Paulo 343
18. Os dominicanos levam Marighela à morte 348
19. ALN: remanescentes reestruturam-se em São Paulo.... 351
20. FALN: a aproximação com a Igreja e o seu desmantelamento 352
21. Marx, Mao, Marighela e Guevara - M3-G.............. 354
22. O PC do B e a Guerra Popular 357
23. A consolidação da Ala Vermelha 359
24. O surgimento do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).. 362
25. O PCR atua no campo 365
26. O fim do primeiro MR-8 365
27. A DI/GB inicia as ações armadas e assume a sigla MR-8 367
28. O seqüestro do Embaixador Charles Burke Elbrick ... 370
29. Os prenúncios da cisão do POC 379
30. O COLINA funde-se com a VPR 382
31. VPR: as "quedas" do primeiro trimestre e a fusão com o COLINA 385
32. A VAR-Palmares e a "grande ação" 388
33. VAR-P: O "Congresso do Racha" 392
34. A VAR-P encerra o seu I Congresso Nacional 396
35. O ressurgimento da VPR 398
36. Resistência Democrática (REDE) 400
37. A "Corrente Dois" da AP funda o Partido Revolucionário dos Trabalhadores 403
38. A FBT estrutura-se em nível nacional............... 406
39. MPL: Luta Armada x Conscientização das Massas...... 406
40. Do MNR surge o Grupo Independência ou Morte 410
41. Um mil novecentos e sessenta e nove 411

ORVIL

- CAPÍTULO VII

O ENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

1. A intranqüilidade crescente 418
2. O acaso 418
3. Moleque sabido 420
4. A revelação surpreendente 421
5. A célula subversiva do 4º RI 423
6. O assalto ao 4º RI 426
7. Inexperiência? 428
8. O fio da meada 431
9. Intensifica-se o trabalho na Cia PE 434
10. Modificações no esquema de segurança 437
11. É criada a "Operação Bandeirante" - OBAN 439
12. Dificuldades e desencontros 443
13. Os Centros de Operações de Defesa Interna - CODI... 448
14. Evolução na estrutura dos CODI/DOI 452
15. A batalha perdida 453
- ANEXO A - QUADRO DE EVOLUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS NO BRASIL ATÉ 1973 458

ORVIL

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

No final dos anos sessenta, diversas organizações clandestinas de corte comunista iniciaram uma nova tentativa de tomada do poder, desta vez por meio da luta armada.

Ao iniciarmos as pesquisas para este trabalho, nosso objetivo era estudar os fatos que compõem esse episódio entre os anos de 1967 e 1973. Pelo conhecimento que tínhamos, tal período enquadrava os anos em que a luta havia sido mais acirrada e violenta.

Para a compreensão dessa luta foram suscitadas muitas perguntas: Como se formaram? Qual a inspiração ideológica? Quais os objetivos das organizações subversivas nela empenhadas? Qual o caráter da revolução que pretendiam fazer? Quais as experiências externas que procuraram apreender? Quais os modelos e métodos revolucionários que tentaram transplantar para nosso País? Como se estruturaram? Como se compunha sua infra-estrutura de apoio, de inteligência, etc.? Em que segmentos sociais e de que forma recrutavam seus quadros e como os formavam no País e no exterior? O que buscavam ao perpetrar assaltos, seqüestros, assassinatos e outras formas cruentas de terrorismo? Que objetivos alcançaram com essas ações?

As indagações, porém, não se esgotavam em torno dessas organizações clandestinas. Envolviam o próprio Estado e o sistema político vigente. O nível que as ações terroristas alcançaram colocava em cheque o monopólio da força armada organizada? Tirava do sistema político a sua característica de universalidade e a qualidade final de sua força? O seu combate exigia o envolvimento das Forças Armadas? Era imprescindível que provocasse a restrição da liberdade e que se suprimisse do público as informações a que tem direito numa sociedade democrática?

É sabido que as ações empreendidas acabaram por envolver as Forças Armadas, e a esse respeito outras questões tinham que ser levantadas porque fazem parte da luta a ser examinada. Estavam as Forças Armadas preparadas e estruturadas para esse combate insólito? Tiveram que promover alterações na sua estrutura, na instrução, nos seus efetivos, na conduta das operações? Que sacrifícios lhes foram impostos? Como atuaram? Venceram a luta? Mas o fizeram em todos os seus aspectos?

Naturalmente sabíamos que, para responder a essa ambiciosa lista de indagações e a outras que surgiriam no decorrer do trabalho, teríamos que ultrapassar os limites do período de tempo, previamente estipulado, como foco de nossa atenção.

Era de nosso conhecimento, por exemplo, que a primeira das organizações da esquerda revolucionária havia surgido em 1961 e que outras tiveram origem no período que medeia esse ano e 1967. Sabíamos, também, que quase todas as organizações haviam surgido ou se formado em oposição à linha política do PCB, tentando ser, cada uma delas, uma alternativa a ele. Sabíamos, portanto, que para conhecer as causas dessas divergências e compreender as dissidências, cisões e fusões, que caracterizaram o período de que nos ocuparemos prioritariamente, teríamos que recuar no tempo, pelo menos até 1956 — ano em que se realizou o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que foi a geratriz das mais sérias discordâncias no Movimento Comunista Internacional. A rigor, esse entendimento teria que nos fazer retroceder até o ano da fundação do Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC).

Esse retorno no tempo, ainda que feito apenas a pontos essenciais à compreensão da luta armada, que permanecia como nosso objetivo prioritário, permitiria que perpassássemos duas outras tentativas de tomada do poder pelos comunistas: a primeira, em 1935, pelo caminho da violência, e a segunda, que culminou com a Revolução Democrática de 1964, pela chamada via pacífica, e cujo limite anterior, não muito nítido, pode estar em 1961, 1956 ou mesmo antes.

O recuo ao passado colocou-nos diante de uma outra visão: a do processo mais amplo da subversão que se materializa em nosso País, na seqüência dessas tentativas de tomada do poder pelos comunistas, nas suas diferentes formas. Se a extrapolação do limite anterior do período inicialmente fixado mostrou-se importante, muito mais o seria no seu outro extremo, buscando uma visão além de 1974 — uma visão do hoje. Aí tivemos a percepção nítida daquilo que consubstancia a quarta tentativa da tomada do poder.

Essa tentativa de fato já teve início há alguns anos. Vencida na forma de luta que escolheu — a luta armada —, a esquerda revolucionária tem buscado transformar a derrota militar que lhe foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada, concluíram que foi um erro se lan-

ORVIL

çarem na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder mudando de estratégia.

Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa, de que divergiam desde os últimos anos da década de cinqüenta, vendo-se perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos. Nessa fase, encontraram ainda um poderoso aliado, o clero dito "progressista", que pouco a pouco tirara a máscara e propugnava por uma "nova sociedade", igualitária e sem classes, uma sociedade também socialista.

Se esses fatores já nos induziam a fazer uma pequena modificação na estrutura inicialmente imaginada para este livro, dois outros nos levaram à decisão definitiva.

O primeiro é que, se boa parte dos possíveis leitores deste livro viveu essas experiências passadas, muitos deles, como nós mesmos, poderão constatar como nossa memória é fraca. No entanto, o que nos preocupava era o fato de a maioria da população brasileira ser formada por jovens de menos de 30 anos. Obviamente, não eram nascidos quando se deu a primeira experiência, e, ou não eram nascidos ou eram muito jovens quando ocorreu a segunda, que já conheceram deturpada ideologicamente.

O segundo fato é que concluímos que, se a terceira tentativa da tomada do poder — nosso foco de atenção — foi a mais violenta e a mais nítida, nem por isso foi a mais perigosa.

Assim, sem nos desviarmos da luta armada — a terceira tentativa de tomada do poder, cuja história ainda não foi escrita —, faremos numa primeira e segunda partes deste livro uma retrospectiva dos pontos essenciais, respectivamente da primeira e segunda tentativas de tomada do poder. Aliás, o fracasso de uma tentativa é sempre uma das causas e o ponto de partida para a tentativa seguinte. Daí, também, a importância desse conhecimento anterior para a compreensão da luta armada. Finalmente, esperamos que as informações que transmitiremos ao longo deste trabalho e as conclusões que comporão uma quarta parte do livro sejam suficientes para que o leitor faça a sua própria avaliação da quarta tentativa de tomada do poder, para nós a mais perigosa e, por isso, a mais importante.

Se conseguirmos transmitir essa percepção final para nossos leitores, teremos atingido nosso objetivo e ficaremos com a certeza de haver conseguido prestar uma simples mas a mais significativa das homenagens que poderíamos oferecer aos companheiros que tombaram nessa luta, hoje esquecidos e até vilipendiados. Suas mães, esposas, filhos e amigos já não terão dúvidas de que eles não morreram em vão. Porque, ao longo da história, temos a certeza de que a Pátria livre, democrática e justa será reconhecida a todos os que se empenharam nesse combate.

O Coordenador da equipe de pesquisa e redação.

ORVIL

INTRODUÇÃO

A VIOLÊNCIA EM TRÊS ATOS

> *"Vós não os vereis mais, porque os vindouros serão muito mais violentos, odiosos, vingativos".* (1)

1. Primeiro ato

O público e as autoridades já estavam reunidos no Parque 13 de Maio, aguardando o início das comemorações que seriam levadas a cabo, a partir das 9 horas daquela manhã do último dia de março. Um grupo de estudantes retardatários, com seu alarido habitual, andava apressado em direção ao Parque. Nisso, essas milhares de pessoas foram surpreendidas com violenta explosão, seguida de espessa nuvem de fumaça que envolveu o prédio dos Correios e Telégrafos de Recife.

Passados os primeiros momentos, quando a fumaça se esvaiu, os relógios registravam 8 horas e 47 minutos. Já podiam ser vistos, na parte externa do prédio, manchas negras, buracos e falhas de onde havia se desprendido o reboco, tal a violência da explosão. A enorme vidraça do sexto andar do edifício havia se estilhaçado com o deslocamento de ar provocado pelo petardo de alto teor.

Estava perpetrado o primeiro atentado terrorista na capital pernambucana.

Ao mesmo tempo, uma segunda explosão atingiu a residência do comandante do IV Exército. Mais tarde, foi encontrada uma terceira bomba, falhada, num vaso de flores da Câmara Municipal de Recife, onde havia sido realizada uma sessão solene em comemoração ao segundo aniversário da Revolução de 31 de Março. Es-

---

(1) Expressão do jornalista Eduardo Drummond, ao ler os historiadores que pintaram os horrores praticados pelos líderes da Comuna de Paris.

ORVIL

ta bomba falhada deveria estar sendo vista como um parcial fracasso no planejamento terrorista.

Para corrigi-lo, em 20 de maio de 1966, 50 dias após esse ensaio geral, foram lançados dois coquetéis "molotov" e um petardo de dinamite contra os portões da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

As autoridades, desconcertadas, buscavam os autores dos atos terroristas, sem sucesso. O Governo não dispunha de orgãos estruturados para um eficiente combate ao terrorismo. A Nação, estarrecida, vislumbrava tempos difíceis que estariam por vir.

Em 25 de julho de 1966, nova série de três bombas, com as mesmas características das anteriores, sacode Recife. Uma, na sede da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), ferindo, com escoriações e queimaduras no rosto e nas mãos, o civil José Leite. Outra, nos escritórios do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS), causando, apenas, danos materiais. A terceira bomba, entretanto, acarretando vítimas fatais, passou a ser o marco balizador do início da luta terrorista no Brasil.

Na manhã desse dia, o Marechal Costa e Silva, candidato à Presidência da República, era esperado por cerca de 300 pessoas que lotavam a estação de passageiros do Aeroporto Internacional dos Guararapes. Às 8,30 horas, poucos minutos antes da chegada do Marechal, o serviço de som anunciou que, em virtude de pane no avião, ele estava se deslocando por via terrestre, de João Pessoa até Recife, indo diretamente para o prédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse comunicado provocou o início da retirada do público.

O guarda-civil Sebastião Tomaz de Aquino, o "Paraíba", outrora popular jogador de futebol do Santa Cruz, percebeu que uma maleta escura estava abandonada junto à livraria "SODILER", localizada no saguão do aeroporto. Julgando que alguém a havia esquecido, pegou-a para entregá-la no balcão do Departamento de Aviação Civil (DAC). Ocorreu uma forte explosão. O som ampliado pelo recinto, a fumaça, os estragos produzidos e os gemidos dos feridos provocaram o pânico e a correria do público. Passados os momentos de pavor, o ato terrorista mostrou um trágico saldo de 15 vítimas.

Morreram o jornalista Edson Régis de Carvalho, casado e

ORVIL

pai de cinco filhos, com um rombo no abdômen, e o Almirante reformado Nelson Passos Fernandes, com o crânio esfacelado, deixando viúva e um filho menor. O guarda-civil "Paraíba" sofreu ferimento lácero-contuso no frontal e no maxilar, no membro inferior esquerdo e na coxa direita, com exposição óssea, e que resultou na amputação de sua perna direita. O então Tenente-Coronel do Exército Sylvio Ferreira da Silva sofreu amputação traumática dos dedos da mão esquerda, fratura exposta no ombro do mesmo lado, lesões graves na coxa e queimaduras de primeiro e segundo graus.

Ficaram, ainda, gravemente feridos os advogados Haroldo Collares da Cunha Barreto e Antonio Pedro Morais da Cunha, os funcionários públicos Fernando Ferreira Raposo e Ivancir de Castro, os estudantes José Oliveira Silvestre e Amaro Duarte Dias, a professora Anita Ferreira de Carvalho, a comerciária Idalina Maia, o guarda-civil José Severino Pessoa Barreto, além de Eunice Gomes de Barros e seu filho, Roberto Gomes de Barros, de apenas 6 anos de idade.

O acaso, transferindo o local da chegada do futuro Presidente, impediu que a tragédia fosse maior. O terrorismo indiscriminado, atingindo pessoas inocentes, inclusive mulheres e crianças, mostrou a frieza e o fanatismo de seus executores.

Naquela época, em Recife, apenas uma organização subversiva, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), defendia a luta armada como forma de tomada do poder. Entretanto, os inquéritos abertos nunca conseguiram provas para apontar os autores dos atentados. Dois militantes comunistas, então indiciados, vivem, hoje, no Brasil. Um é professor do Departamento de Engenharia Elétrica de uma Universidade Federal. O outro, ex-candidato a Deputado Estadual, trabalhava, em 1985, como engenheiro da Prefeitura de São Paulo.

2. Segundo ato

No dia 16 de abril de 1970, foi preso, no Rio de Janeiro, Celso Lungaretti, militante do Setor de Inteligência da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma das organizações comunistas que seguiam a linha militarista cubana.

Em seus primeiros depoimentos, Lungaretti revelou a exis-

ORVIL

tência de uma área de treinamento de guerrilhas, organizada e dirigida pela VPR, localizada num sítio da região de Jacupiranga, próxima a Registro, no Vale da Ribeira, a cerca de 250 quilômetros ao sul da Grande São Paulo.

Dois dias depois, foi presa, também no Rio de Janeiro, Maria do Carmo Brito, militante da VPR, que confirmou a denúncia de Lungaretti.

Imediatamente, tropas do Exército e da Polícia Militar do Estado de São Paulo foram deslocadas para a área, a fim de apurar a veracidade das declarações dos dois militantes.

Desde janeiro de 1970, a VPR, com a colaboração de outras organizações comunistas, instalara essa área de treinamento sob o comando de Carlos Lamarca — ex-Capitão do Exército —, abrigando duas bases, num total de 18 terroristas vindos de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

As primeiras tropas, ao chegarem à região, em 20 de abril, encontraram apenas 9 terroristas na área, pois 1 já havia saído no início do mês e os outros 8, inclusive um boliviano, retiraram-se na manhã daquele dia, por ordem de Lamarca, em decorrência da prisão de Flozino, um dos proprietários da área. Permaneceram apenas os elementos necessários para desativar as bases.

Na noite do dia 21, um tiroteio marcou o primeiro choque, e, no dia seguinte, foram descobertas uma base e uma área de treinamento, encontrando-se armamento, munição, alimentos, medicamentos, rádios-transmissores, material de acampamento, mapas, fardamentos, bússolas, etc.

Em 26 de abril, foi descoberta nova área de treinamento. Darcy Rodrigues e José Lavecchia haviam permanecido em um Posto de Observação, a fim de acompanhar os movimentos das tropas regulares. Entretanto, a quebra de seu rádio-transmissor os isolou dos demais terroristas, levando-os a tentar a fuga da área cercada. No dia seguinte, ambos foram presos, quando pediam carona na BR-116.

A partir daí, alguns dias passaram sem que houvesse qualquer contato. Uma parte da tropa da Polícia Militar foi retirada, permanecendo, apenas, um pelotão. Como voluntário para comandá-lo, apresentou-se um jovem de 23 anos, o Tenente Alberto Mendes Júnior. Com 5 anos de Policial Militar, o Tenente Mendes

ORVIL

era conhecido, entre seus companheiros, por seu espírito afável e alegre e pelo altruísmo no cumprimento das missões. Idealista, acreditava que era seu dever permanecer na área, ao lado de seus subordinados.

O dia 8 de maio marcou a tentativa de fuga dos 7 terroristas restantes. Alugaram uma "pick-up" e, no final da tarde, ao pararem num posto de gasolina, em Eldorado Paulista, foram abordados por seis policiais militares que lhes exigiram a identificação. Apesar de alegarem a condição de caçadores, não conseguiram ser convincentes. Os policiais desconfiaram e, ao tentarem sacar suas armas, foram alvejados por tiros que partiram dos terroristas que se encontravam na carroceria do veículo. Após o tiroteio, sem mortes, a "pick-up" rumou para Sete Barras.

Ciente do ocorrido, o Tenente Mendes organizou uma patrulha, que, em duas viaturas, dirigiu-se de Sete Barras para Eldorado. Cerca das 21 horas, houve o encontro com os terroristas. Intenso tiroteio foi travado. O Tenente Mendes, em dado momento, verificou que diversos de seus comandados estavam feridos à bala, necessitando urgentes socorros médicos.

Um dos terroristas, com um golpe astucioso, aproveitando-se daquele momento psicológico, gritou-lhes para que se entregassem. Julgando-se envolvido, o Oficial aceitou render-se, desde que seus homens pudessem receber o socorro necessário. Tendo os demais componentes da patrulha permanecido como reféns, o Tenente levou os feridos para Sete Barras sob a intimação de suspender os bloqueios existentes na estrada.

De madrugada, a pé e sozinho, o Tenente Mendes buscou contato com os terroristas, preocupado que estava com o restante de seus homens. Interrogado por Lamarca, afirmou que não havia nenhum bloqueio na direção de Sete Barras. Todos, então, seguiram para lá. Próximo a essa localidade, foram surpreendidos por um tiroteio. Dois terroristas, Edmauro Gopfert e José Araújo de Nóbrega, desgarraram-se do grupo (foram presos poucos dias depois) e os 5 terroristas restantes embrenharam-se no mato, levando o Tenente da Polícia Militar. Depois de andarem um dia e meio, no início da tarde do dia 10 de maio de 1970, pararam para um descanso. O Tenente Mendes foi acusado de tê-los traído, e responsabilizado pelo "desaparecimento" dos seus companheiros. Por isso, teria que ser executado. Nesse momento, Carlos

ORVIL

Lamarca, Yoshitane Fugimore e Diógenes Sobrosa de Souza afastaram-se, ficando Ariston Oliveira Lucena e Gilberto Faria Lima tomando conta do prisioneiro.

Poucos minutos depois, os três terroristas retornaram, e, surpreendendo por trás do Oficial, Yoshitane Fugimore desfechou-lhe violentos golpes na cabeça, com a coronha de um fuzil. Caído e com a base do crânio partida, o Tenente Mendes gemia e contorcia-se em dores. Diógenes Sobrosa de Souza desferiu-lhe outros golpes na cabeça, esfacelando-a. Ali mesmo, numa pequena vala e com seus coturnos ao lado da cabeça ensanguentada, o Tenente Mendes foi enterrado.

Alguns meses mais tarde, em 8 de setembro de 1970, Ariston Oliveira Lucena, que havia sido preso, apontou o local onde o Tenente Mendes estava enterrado. As fotografias tiradas de seu crânio atestam o horrendo crime cometido.

Ainda em setembro do mesmo ano, a VPR emitiu um comunicado "Ao Povo Brasileiro", onde tenta justificar o assassinato do Tenente Mendes, no qual aparece o seguinte trecho:

"A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximos ao inimigo, dentro de um cerco que pôde ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O Tenente Mendes foi condenado a morrer a coronhadas de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado".

Dos 5 assassinos do Tenente Mendes, sabe-se que:

- o ex-Capitão Carlos Lamarca morreu na tarde de 17 de setembro de 1971, no interior da Bahia, durante tiroteio com as forças de segurança;
- Yoshitane Fugimore morreu em 5 de dezembro de 1970, em São Paulo, durante tiroteio com as forças de segurança;
- Diógenes Sobrosa de Souza e Ariston Oliveira Lucena foram anistiados em 1979 e vivem livremente no Brasil; e
- Gilberto Faria Lima fugiu para o exterior e desconhece-se o seu paradeiro atual.

3. Terceiro ato

A manhã de 23 de março de 1971 encontrou o jovem advogado de 26 anos, Sérgio Moura Barbosa, escrevendo uma carta, em seu

ORVIL

quarto de pensão no bairro de Indianópolis, na capital de São Paulo. Os bigodes bem aparados e as longas suíças contrastavam com o aspecto conturbado de seu rosto, que não conseguia esconder a crise pela qual estava passando.

Três frases foram colocadas em destaque na primeira folha da carta: "A Revolução não tem prazo e nem pressa"; "Não pedimos licença a ninguém para praticar atos revolucionários" e "Não devemos ter medo de errar. É preferível errar fazendo do que nada fazer". Em torno de cada frase, todas de Carlos Marighela, o jovem tecia ilações próprias, tiradas de sua experiência revolucionária como ativo militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Ao mesmo tempo, lembrava-se das profundas transformações que ocorreram em sua vida e em seu pensamento, desde 1967, quando era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e estudante de Sociologia Política da Universidade Mackenzie, em São Paulo. Pensava casar-se com Maria Inês e já estava iniciando a montagem de um apartamento na Rua da Consolação.

Naquela época, as concepções militaristas exportadas por Fidel Castro e Che Guevara empolgavam os jovens, e Marighela surgia como o líder comunista que os levaria à tomada do poder através da luta armada.

Impetuoso, desprendido e idealista, largou o PCB e integrou-se ao agrupamento de Marighela, que, no início de 1968, daria origem à ALN. Naquela manhã, a carta servia como repositório de suas dúvidas: *"Faço esses comentários a propósito da situação em que nos encontramos: completa defensiva e absoluta falta de imaginação para sairmos dela. O desafio que se nos apresenta no atual momento é dos mais sérios, na medida em que está em jogo a própria confiança no método de luta que adotamos. O impasse em que nos encontramos ameaça comprometer o movimento revolucionário brasileiro, levando-o, no mínimo, à estagnação e, no máximo, à extinção"*.

Esse tom pessimista estava muito longe das esperanças que depositara nos métodos revolucionários cubanos. Lembrava-se de sua prisão, em fins de julho de 1968, quando fora denunciado por estar pretendendo realizar um curso de guerrilha em Cuba. Conseguindo esconder suas ligações com a ALN, em poucos dias foi liberado. Lembrava-se, também, da sua primeira tentativa para ir a Havana, através de Roma, quando foi detido, em 16 de

ORVIL

agosto de 1968, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Conduzido à Polícia do Exército, foi liberado três dias depois. Finalmente, conseguindo o seu intento, permaneceu quase dois anos em Cuba, usando o codinome (2) de "Carlos". Aprendeu a lidar com armamentos e explosivos, a executar sabotagens, a realizar assaltos e familiarizou-se com as técnicas de guerrilhas urbana e rural. Em junho de 1970, voltou ao Brasil, retomando suas ligações com a ALN.

Em face de sua inteligência aguda e dos conhecimentos que trazia de Cuba, rapidamente ascendeu na hierarquia da ALN, passando a trabalhar a nível de sua Coordenação Nacional. Foi quando, em 23 de outubro de 1970, um segundo golpe atingiu duramente a ALN, com a morte de seu líder Joaquim Câmara Ferreira, o "Velho" ou "Toledo", quase um ano após a morte de Marighela (em novembro de 1969). Lembrava-se que, durante 4 meses, ficou sem ligações com a organização. Premido pela insegurança, não compareceu a vários pontos, sendo destituído da Coordenação Nacional. Não estava concordando com a direção empreendida à ALN e escreveu, na carta, que havia entrado "*em entendimento com outros companheiros igualmente em desacordo com a condução dada ao nosso movimento*".

No início de fevereiro de 1971, foi chamado para uma discussão com a Coordenação Nacional e, na carta, assim descreveu a reunião: "*Ao tomarem conhecimento de meu contato paralelo, os companheiros do Comando chamaram-me para uma discussão, a qual transcorreu num clima pouco amistoso, inclusive com o emprego, pelas duas partes, de palavras inconvenientes para uma discussão política. Confesso que fiquei surpreso com a reação dos companheiros por não denotarem qualquer senso de autocrítica e somente entenderem a minha conduta como um simples ato de indisciplina*". Não sabia, o jovem, que a ALN suspeitava de que houvesse traído o "Velho".

Com o crescimento de suas indecisões, não aceitou, de pronto, a função que lhe foi oferecida de ser o coordenador da ALN na Guanabara. Ao aceitá-la, após um período de reflexão, a proposta já fora cancelada. Foi, então, integrado a um "Grupo de Fogo" da ALN em São Paulo, no qual participara de diversos assaltos, até aquela manhã. Seu descontentamento, entretanto, era visível: "*Fui integrado nesse grupo, esperando que, finalmente, pudesse trabalhar dentro de uma certa faixa de autonomia e aplicar meus conhecimentos e técnicas em prol do movimento. Aí permaneci por quase dois meses, e qual não foi a minha decepção ao verificar que também aí estava anulado... Tive a sensação de castração política*". Não sabia, o jovem, que a ALN estava considerando o seu trabalho, no "Grupo de Fogo", como desgastante e "ainda somado à vacilação diante do inimigo".

---

(2) Codinome: nome falso usado pelos comunistas em suas atividades revolucionárias.

No final da carta, Sérgio, mantendo a ilusão revolucionária, teceu comentários acerca de sua saída da ALN:

"*Assim, já não há nenhuma possibilidade de continuar tolerando os erros e omissões políticas de uma direção que já teve a oportunidade de se corrigir e não o fez.*

Em sã consciência, jamais poderei ser acusado de arrivista, oportunista ou derrotista.

Não vacilo e não tenho dúvidas quanto às minhas convicções.

Continuarei trabalhando pela Revolução, pois ela é o meu único compromisso.

Procurarei onde possa ser efetivamente útil ao movimento e sobre isto conversaremos pessoalmente".

Ao final, assinava "Vicente", o codinome que havia passado a usar depois de seu regresso de Cuba.

Terminada a redação, pegou o seu revólver calibre 38 e uma lata cheia de balas com um pavio à guisa de bomba caseira e saiu para "cobrir um ponto" (3) com um militante da ALN. Não sabia que seria traído. Não sabia, inclusive, que o descontentamento da ALN era tanto que ele já havia sido submetido, e condenado, a um "Tribunal Revolucionário".

No final da tarde, circulava, procedendo às costumeiras evasivas, pelas ruas do Jardim Europa, tradicional bairro paulistano. Na altura do número 405 da Rua Caçapava, aproximou-se um Volkswagen grenã, com dois ocupantes, que dispararam mais de 10 tiros de revólver 38 e pistola 9mm. Um Galaxie, com 3 elementos, dava cobertura à ação. Apesar da reação do jovem, que chegou a descarregar sua arma, foi atingido por 8 disparos. Morto

---

(3) "Cobrir um ponto": comparecer a um ponto de encontro (entre militantes de uma organização comunista).

ORVIL

na calçada, seus olhos abertos pareciam traduzir a surpresa de ter reconhecido seus assassinos. Da ação faziam parte seus companheiros da direção nacional da organização subversiva Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), este último o autor dos disparos fatais. (4)

Ao lado do corpo, foram jogados panfletos, nos quais a ALN assumia a autoria do "justiçamento" (5). São sugestivos os seguintes trechos desse "Comunicado":

"A Ação Libertadora Nacional (ALN) executou, dia 23 de março de 1971, Márcio Leite Toledo.

Esta execução teve o fim de resguardar a organização.

……

Um organização revolucionária, em guerra declarada, não pode permitir a quem tenha uma série de informações como as que possuía, vacilações desta espécie, muito menos uma defecção deste grau em suas fileiras.

……

Tolerância e conciliação tiveram funestas conseqüências na revolução brasileira.

Tempera-nos, saber compreender o momento que passa a guerra revolucionária e nossa responsabilidade diante dela é nossa palavra de ordem revolucionária.

Ao assumir responsabilidade na organização cada quadro deve analisar sua capacidade e seu preparo.

Depois disto não se permitem recuos.

……

A revolução não admitirá recuos!"

O jovem não era "advogado" e nem se chamava "Sérgio Moura Barbosa", "Carlos" ou "Vicente". Seu nome verdadeiro era Márcio Leite Toledo.

Enterrado dias depois em Bauru, seu irmão mais velho, então Deputado Federal por São Paulo, declarou saber que ele havia sido morto pelos próprios companheiros comunistas.

4. Violência, nunca mais!

São marcos como os descritos — fruto de mentes deturpadas pela ideologia — que balizam o caminho sangrento e estéril

---

(4) Justiçamento: homicídio qualificado, praticado pelos subversivos e terroristas contra companheiros que tentam evitar uma ação ou que abandonam a organização, ou, ainda, contra os que, direta ou indiretamente, combatem a subversão.

(5) Participaram, ainda, da ação, dando-lhe cobertura: Antonio Sérgio de Matos, Paulo de Tarso Celestino da Silva e José Milton Barbosa.

ORVIL

do terrorismo, que por quase uma década enxovalhou a cultura nacional, intranquilizando e enchendo de dor a família brasileira.

Essas ações degradantes, que acabam de ser narradas, são tidas como atos heróicos pelos seguidores da ideologia que considera "a violência como o motor da história". Para essas pessoas, todos os meios são válidos e justificáveis pelos fins políticos que almejam alcançar. Acolitados por seus iguais, seus nomes, hoje, designam ruas, praças e até escolas no Rio de Janeiro e em outros locais do País.

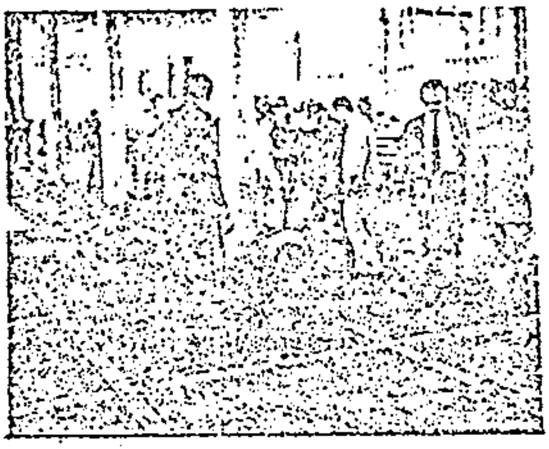
Os inquéritos para apuração desses atos criminosos contra a pessoa humana também transitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. Porém, essas pessoas mortas e feridas — onde se incluem mulheres e até crianças e, na maioria, completamente alheias ao enfrentamento ideológico —, por serem inocentes e não terroristas, não estão incluídas na categoria daquelas protegidas pelos "direitos humanos" de certas sinecuras e nem partilham de uma "humanidade comum" de certas igrejas. Nem parece que a imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única.

A razão, porém, é muito simples. Essa Igreja está sabidamente infiltrada, assim como o Movimento de Direitos Humanos dominado, por agentes dessa mesma ideologia, como ficará documentado ao longo deste livro.

Como gostaríamos de poder crer que esses atos cruéis de assassinatos premeditados, assaltos a mão armada, atentados e seqüestros com fins políticos e qualquer tipo de violência à pessoa humana não viessem a ocorrer no Brasil, nunca mais!

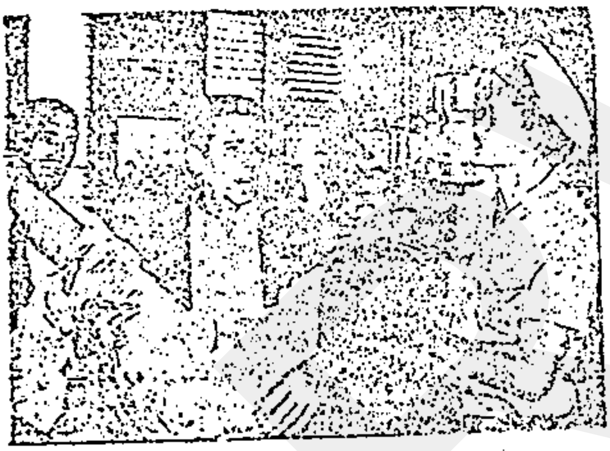
ORVIL

- AEROPORTO DE GUARARAPES -



DESTRUIÇÃO E MORTE NO SAGUÃO

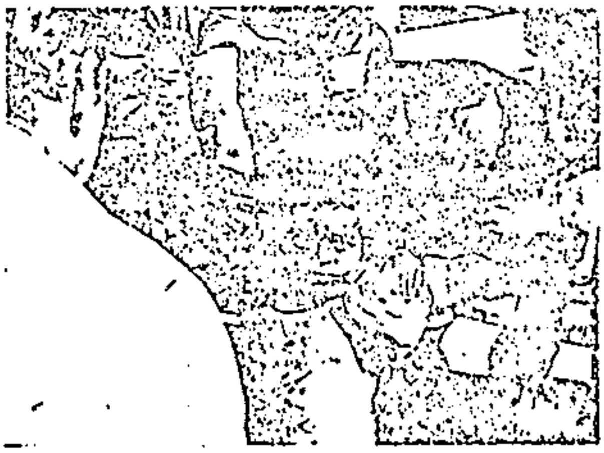
O JORNALISTA RÉGIS DE CARVALHO NÃO RESISTIRIA AOS FERIMENTOS



SOLIDARIEDADE COM OS FERIDOS

O TENENTE-CORONEL SYLVIO FERREIRA DA SILVA AGUARDANDO SOCORRO

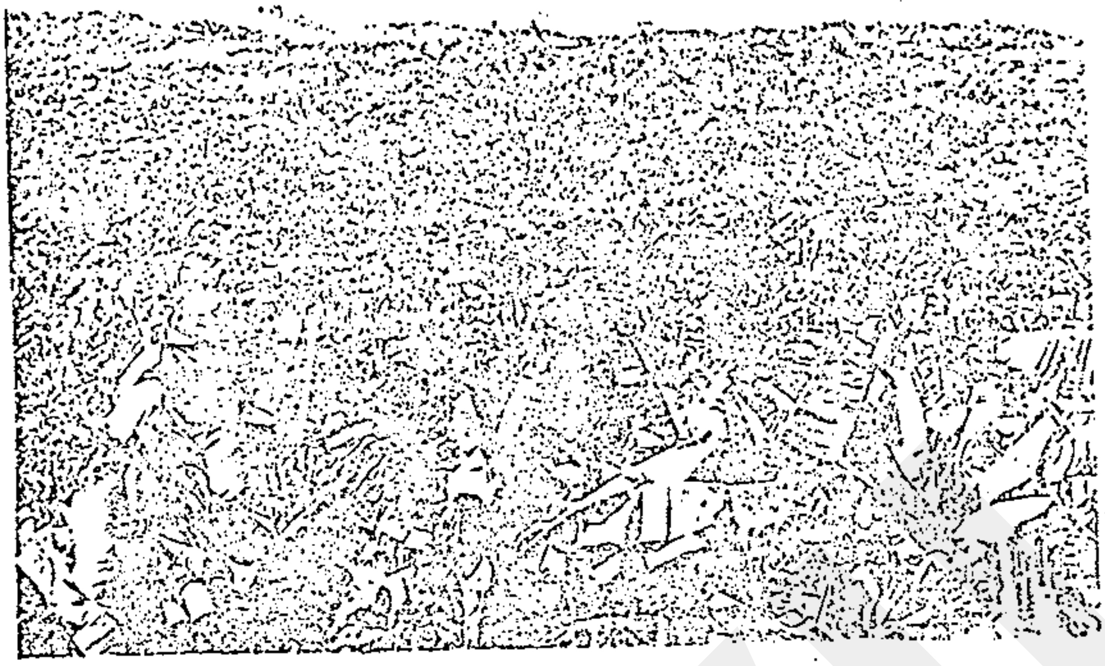
O CORPO DO ALMIRANTE WILSON GOMES FERNANDES SENDO RETIRADO DO LOCAL



O GUARDA CIVIL SEBASTIÃO TOMAZ DE AQUINO EM ESTADO DE CHOQUE E MUTILADO

ORVIL

- O CRIME DE SETE BARRAS -



SETE BARRAS, REGISTRO/SP: CENÁRIO DO ASSASSINATO DO TEN PMSP ALBERTO MENDES JÚNIOR.

TEN MENDES JÚNIOR, MORTO A CORONHADAS, AOS 23 ANOS DE IDADE.

ORVIL

controu diversos oficiais praticando tiro de revólver (80).

No dia seguinte, 24 de maio, um domingo, os 5 militantes chegaram bem cedo ao local previsto para o recebimento da comida. Às 11 horas, uma hora depois da hora marcada, viram chegar um "japonês" (seria o mesmo do dia anterior?), seguido por mais um homem. Lamarca disse "bom dia" ao "japonês". Nesse momento, observou que, um pouco mais atrás, vinha um outro elemento, fardado. Gritou que era a "repressão" e os 5 fugiram para um lado enquanto a "repressão" fugia para o outro. Mais uma vez, houvera o contato e novamente fora rompido. O "grupo dos 5", após esse encontro, reiniciou o seu deslocamento para o norte, acampando, no dia 29 de maio, a cerca de 1 Km de tropas do Exército.

Dia 30 de maio

Na manhã do dia seguinte, após tomar banho num rio, barbear-se e cortar o cabelo, Gilberto Faria Lima conseguiu sair da área sozinho. A idéia do grupo, agora reduzido a 4, era conseguir auxílio de transporte, junto aos militantes da VPR, em São Paulo.

Na tarde de 31 de maio, aproximou-se uma viatura do 2º RO 105, rebocando uma cisterna, que ia buscar água. Na direção, um sargento nissei, com pistola .45, e mais 4 soldados — 2 na boléia e 2 na carroceria —, todos desarmados. Ariston fez sinal para a viatura, que parou. Ato contínuo, tomaram-na de assalto e vestiram as fardas dos militares, deixando os soldados só de cuecas, embaixo de um toldo na carroceria. Encontraram, no porta-luvas, a relação das senhas. Ainda com o sargento nissei ao volante, encontraram, mais à frente, uma barreira, onde foi interpelá-los um sargento. Dizendo que precisava do suprimento com urgência, o nissei passou com facilidade, sem mesmo ter que usar a senha.

Já com Fujimore ao volante, fardado de sargento, o grupo chegou em São Miguel Arcanjo, onde abasteceu. Daí, passaram por Itapetininga e Tatuí, ganhando a Rodovia Castelo Branco. Já em São Paulo, na Marginal do Tietê, perto de Vila Maria, voltaram a colocar as roupas civis, deixando os militares, sem roupas, amarrados na carroceria.

Acabava, nessa noite de 31 de maio, a "Operação Sete Barras".

---

(80) Posteriormente, Diógenes e Ariston, presos, declararam que esses tiros os espantaram para longe do local.

ORVIL

Diógenes sousa de Sousa
Preso no RS em 1970 (12/12/70)
Condenado à morte em 1971 (novembro 1971)
Fins de 79, com a anistia foi libertado

Em 8 de setembro, o cadáver do Tenente Mendes era desenterrado do local apontado por Ariston, preso em 19 de agosto. Alguns dias depois, Lamarca divulgava um manifesto intitulado "Do Vale do Jacupiranga ao Vale do Ribeira", onde descreve a sua versão dos acontecimentos, procurando justificar o assassinato do Tenente.

Não há dúvida que a fuga bem sucedida serviu para que tentassem criar o mito Lamarca. Por outro lado, José Araújo de Nóbrega, também ex-militar, preso na área em 12 de maio, fazia declarações importantes sobre a infiltração da VPR no Exército. De próprio punho, sob o título de "Visão Crítica Pessoal", Nóbrega escrevia:

"O Capitão Lamarca não possui um QI satisfatório, à altura de ser um líder revolucionário. É um elemento de caráter volúvel, não tem posição definida, suas decisões são tomadas seguindo suas tendências emocionais. Suas qualidades militares são limitadas, tem limites de aproveitamento prático do conhecimento técnico que possui. É pouco engenhoso. O valor político que possui para ser um líder de esquerda lhe foi dado pela imprensa (interessada ou não). As suas façanhas são limitadas e são raras, todavia é elemento audacioso".

De fato, Lamarca era audacioso, e sua audácia advinha, pelo menos em boa parte, da compulsão que tinha para "aparecer", para se fazer notado. Colocado em 46º lugar numa turma de 57 aspirantes, não era, sem dúvida, uma inteligência brilhante e, embora gostasse de tiro, não chegou a ser um atirador de escol, era apenas um bom atirador.

De qualquer forma, eficiente ou embusteiro, a VPR dele estava precisando para a sua reestruturação.

28. VPR: os rescaldos de maio e a reestruturação de junho

Fruto das sucessivas "quedas" do mês de abril, o CN da VPR estava esfacelado.

Na Guanabara, desaparecia a UC "Severino Viana Colou". A outra UC, a "João Lucas Alves", passou a ser comandada por Sônia Eliane Lafoz, tendo ganho o reforço de três militantes oriundos da VAR-Palmares. Em São Paulo, no lugar de Ladislas, assumiu o comando da UC, Oswaldo Soares. No Rio Grande do Sul, a VPR iniciava a sua reestruturação, após a fiasco da tentativa de seqües tro do cônsul norte-americano e das conseqüentes prisões. Ao todo, eram cerca de 60 militantes nos três Estados e um trabalho iniciando-se no Nordeste.

Não pararam, entretanto, as "quedas", em conseqüência das prisões. Em maio, resistindo a tiros à voz de prisão, foi morto Joelson Crispim, que havia participado do seqüestro do cônsul do Japão.

No dia 17, em São Paulo, foi preso o recém-designado comandante da UC, Oswaldo Soares, que entregou seu "aparelho", como já foi narrado, onde morreram sua companheira Alcery Maria Gomes da Silva e Antonio dos Três Reis de Oliveira, militante da ALN.

Também foram presos, em maio, Encarnación Lopes Peres, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Jovelina Tonello do Nascimento e seu marido Manoel Dias do Nascimento, que colaborou com a polícia na identificação de dezenas de militantes (81).

Na Guanabara, no dia 14, foram presos Richard Domingues Dulley e sua esposa Ana Maria Aparecida Peccinini Dulley, do Setor de Inteligência, e, no dia 20, Eudaldo Gomes da Silva.

No Rio Grande do Sul, ainda no dia 14, foi preso Roberto Antonio de Fortini, que havia dirigido a implantação da área tática de Três Passos.

Nesse mês de maio, a VPR somente executou duas ações armadas: no dia 23, quando roubou 4.500 cruzeiros da casa de câmbio "Adam Exchange", em Copacabana; e no dia 26, em São Paulo, quando, em "frente" com a ALN, o MRT e a REDE, obteve 180 mil cruzeiros do Banco do Brasil, na Avenida Jabaquara.

O mês de junho marcou a reestruturação da VPR, engrossada com o retorno do restante dos militantes que haviam participado do treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira. Carlos Lamarca reassumiu as suas funções de comandante-em-chefe e participou de uma reunião da "frente" integrada pela ALN, pelo MRT e pela REDE. Apesar de não ter sido aprovada a constituição de um Comando Urbano, composto por um dirigente de cada organização, foi reconhecida a necessidade de concentrar esforços e de serem realiza

---

(81) Banido em janeiro de 1971, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz fez, na Suécia, um filme sobre Maria Auxiliadora Lara Barcelos, militante que se suicidara em 1976. Retornando ao Brasil, passou a trabalhar na EMBRAFILME, em 1984.

ORVIL

dos planejamentos conjuntos. O CN foi completado com Herbert Eustáquio de Carvalho e Inês Etiene Romeu.

No Rio Grande do Sul, reestruturava-se a UC "Manoel Raimundo Soares (UC/MRS), que passou a ser comandada por Reinholdo Amadeo Klement, que também acumulava o Setor de Inteligência, junto com sua companheira Vilma de Oliveira Franceschi. A UC era constituída por duas bases: a primeira, denominada de "João Lucas Alves", era coordenada por Diógenes Sobrosa de Souza; e a segunda, por Antonio Carlos Araújo Chagas.

Na manhã de 10 de junho, a UC/MRS assaltou a agência Menino Deus da Caixa Econômica Federal, em Porto Alegre, onde foram roubados 2.218 cruzeiros. Na ocasião, a PM tentou impedir o assalto, resultando tiroteio que não acarretou nenhum ferido.

Em São Paulo, Yoshitane Fujimore assumiu a UC, que recebeu a denominação de "Antonio Raimundo de Lucena" (UC/ARL), e a dividiu em duas bases: a primeira, coordenada por Valneri Neves Antunes; e a segunda, por José Maria Ferreira de Araújo.

Fato marcante desse mês de junho foi a apresentação à polícia de Massafumi Yoshinaga, arrependido de sua atuação passada. Compareceu à televisão e deu várias entrevistas, procurando mostrar à juventude o erro de caminhar-se pela trilha do terrorismo (82).

Na Guanabara, os militantes da VPR reuniram-se numa única UC, a "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB), em homenagem ao líder morto em 18 de abril. Comandada por Sônia Eliane Lafoz, possuía três bases: a primeira, coordenada por Gerson Theodoro de Oliveira; a segunda, por Roberto das Chagas e Silva; e a terceira, por Zenaide Machado.

Enquanto isso, Alex Polari de Alverga prestava assistência ao denominado "grupo dos proletas", constituído por cerca de dez marginais levados pelos salva-vidas Walter Ribeiro Novaes e Alípio Barbosa. Com eles, a VPR pretendia formar uma base para realizar assaltos na já conturbada área da Baixada Fluminense.

Mas, indubitavelmente, a ação mais importante da VPR, nesse mês de junho, foi o seqüestro do embaixador alemão, através da UC/JGB.

---

(82) Em 6 de junho de 1976, Massafumi Yoshinaga apareceu enforcado em sua residência, em Vila Odete, na capital paulista.

ORVIL

29. VPR e ALN: o seqüestro do embaixador alemão

Desde o início de 1970, coerente com a sua intenção de realizar atividades de propaganda armada, a VPR da Guanabara vinha realizando levantamentos para o seqüestro de alguns diplomatas, como os embaixadores dos Estados Unidos, do Japão, da Suécia e da Alemanha, este último em "frente" com a FLN, de Joaquim Pires Cerveira.

A prisão, em 18 de abril de 1970, de Maria do Carmo Brito, membro do CN, e a localização de seu "aparelho", na Gávea, proporcionaram aos órgãos de segurança a descoberta de um minucioso planejamento para o seqüestro do embaixador alemão. Nele apareciam as primeiras letras dos codinomes dos principais participantes da ação: Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Roberto das Chagas e Silva, Alex Polari de Alverga e Joaquim Pires Cerveira. Desses seis, três estavam presos, um morto e somente dois soltos (83).

Em maio, as prisões estavam abarrotadas de militantes da VPR. Para ela, era urgente desencadear uma operação de seqüestro que libertasse os principais quadros e que, ao mesmo tempo, tivesse repercussão internacional. A UC/JGB retomou os planejamentos já realizados. O que visava ao embaixador norte-americano, dirigido por Alfredo Hélio Sirkis, mostrava uma segurança forte e atenta, motivada pelo seqüestro anterior do Embaixador Elbrick, em setembro de 1969, e a tentativa de seqüestro do cônsul em Porto Alegre, em abril de 1970. O referente ao embaixador da Suécia revelara que o veículo do diplomata fazia constantes mudanças de itinerário, tornando muito difícil a sua execução.

Decidindo-se pelo seqüestro do embaixador do Japão, no dia e no momento previstos, a ação foi sustada pela presença inesperada e ocasional, de um camburão da polícia.

Resolveu-se, então, seqüestrar o embaixador alemão, de 61 anos, Ehrenfried Von Holleben. O planejamento inicial mostrara que a ação poderia ser executada, com grandes chances de sucesso (84). Apesar dos planos já serem do conhecimento da polícia, a segurança do embaixador era pequena, constituída por um

---

(83) Eram o "Maciel" e o "Bartô", posteriormente identificados como sendo, respectivamente, Roberto das Chagas e Silva e Alex Polari de Alverga.

(84) O planejamento foi dirigido por Alex Polari de Alverga, com a ajuda de Lúcia Velloso Maurício, Vera Lúcia Thimóteo e Júlio Cesar Covello Neto.

ORVIL

carro com dois agentes. Além disso, os terroristas raciocinaram que os órgãos de segurança não estariam acreditando que fosse realizada a ação, com o planejamento já conhecido. A VPR pensou corretamente.

Atualizaram o planejamento e roubaram quatro carros. Desde maio, possuíam uma casa de dois quartos para guardar o embaixador, na Rua Juvêncio de Menezes, nº 535, em Cordovil, alugada para o "casal" Gerson Theodoro de Oliveira e Tereza Ângelo. Em São Paulo, nos primeiros dias de junho, uma reunião entre Carlos Lamarca, "Toledo" (da ALN) e Devanir José de Carvalho (do MRT) havia estabelecido a lista dos 40 prisioneiros que seriam trocados pelo embaixador. Como reforço, receberam 30 mil cruzeiros, uma metralhadora INA, uma pistola .45 e dois militantes da ALN, José Milton Barbosa e "Bacuri", este para comandar a ação.

No dia 11 de junho de 1970, durante o jogo Inglaterra x Tchecoslováquia, pela Copa do Mundo, quando o trânsito era diminuto, Holleben saiu da Embaixada, localizada na Rua Presidente Carlos de Campos, em Laranjeiras, em direção à sua residência, na Rua Cândido Mendes, em Santa Tereza. Sentado no banco de trás de sua Mercedes preta, o embaixador tinha, como motorista, o funcionário Marinho Huttl e o agente da Polícia Federal Irlando de ~~Souza~~ Moura Regis, sentado no banco da frente e portando um revólver .38. Seguindo a Mercedes, como segurança, ia uma Variant, com os agentes da Polícia Federal Luiz Antonio Sampaio, motorista, e José Banharo da Silva, com uma metralhadora INA.

Tendo ocupado o dispositivo da ação desde as 19 horas, o "Comando Juarez Guimarães de Brito" executou o seqüestro às 19.55 horas, nas proximidades da residência do embaixador, no cruzamento da Rua Cândido Mendes com a Ladeira do Fialho.

Ao aproximar-se o carro diplomático, Jesus Paredes Soto deu um sinal a José Maurício Gradel, que avançou uma "pick-up" Willys abalroando a Mercedes. Incontinenti, o "casal" que namorava na "Escadinha do Fialho", Sônia Eliane Lafoz e José Milton Barbosa, este com metralhadora, disparou suas armas contra a Variant da segurança, ferindo Luiz Antonio no abdômen e na coxa esquerda e Banharo, na cabeça. Ao mesmo tempo, "Bacuri", à queima roupa, disparou três tiros de revólver .38 em Irlando de ~~Souza~~ Moura Régis, matando-o com um tiro na cabeça.

Herbert Eustáquio de Carvalho, empunhando uma pistola .45,

ORVIL

arrancou o diplomata da Mercedes e embarcou-o no Opala, dirigido por José Roberto Gonçalves de Rezende. Deixando no local a "pick-up" do abalroamento, três carros fugiram em alta velocidade, em fila indiana: na frente, um Volks grená dirigido por Roberto das Chagas e Silva e transportando Sônia Eliane Lafoz e Alex Polari de Alverga; no meio, um Opala, com Jose Roberto, "Bacuri", Herbert e o embaixador; e atrás, cerrando a fila, um Volks vermelho dirigido por Gradel, levando José Milton e Jesus Paredes Soto.

Executado por 9 terroristas, o seqüestro não durou 4 minutos e deixou um morto e dois feridos graves. Espalhados pelo chão, alguns panfletos assinados pela VPR e pela ALN: um "Esclarecimento" e um manifesto "Ao Povo Brasileiro".

Subindo pela Cândido Mendes, Herbert colocou algodão embebido em éter no nariz de Holleben. No outro lado de Santa Tereza, na altura do nº 200 da Rua Professor Olinto de Oliveira, foi feito o transbordo para uma Kombi verde-clara, onde estavam aguardando Gerson Theodoro de Oliveira, Maurício Guilherme da Silveira e Alfredo Hélio Sirkis, para servir de intérprete. Saiu a Kombi dirigida por Maurício: na frente, Gerson e "Bacuri", e, atrás, Sirkis e o embaixador, colocado dentro de uma pequena caixa de madeira. Os dois Volks e o Opala foram, logo depois, abandonados por seus ocupantes.

Cerca das 21 horas, depois de dar uma raspada num ônibus, chegaram ao "aparelho" de Cordovil, onde aguardavam Manoel Henrique Ferreira e Tereza Ângelo. O caixote foi desembarcado e Holleben colocado num dos quartos. Nessa madrugada, "Bacuri" datilografava o "Comunicado nº 1", no qual fazia diversas exigências às autoridades, dentre as quais a libertação de 40 presos e a divulgação, pela Rádio Nacional, de "comunicados entre as regionais da organização". Ao mesmo tempo, Maurício deixava a Kombi num determinado local, para ser apanhada posteriormente, a fim de levar de volta o embaixador.

Durante os cinco dias que durou o seqüestro, mensagens foram trocadas entre os governos brasileiro e alemão. Seis comunicados do "Comando Juarez Guimarães de Brito" foram enviados às autoridades: Tereza os levava a Alex (sempre em três vias), que, depois de colocá-los em três locais, avisava às rádios e aos jornais para apanhá-los. Diversos "comunicados internos" foram tro cados entre o comando da operação e a VPR em São Paulo, através da Rádio Nacional. Em código, eles transmitiam dados e instruções.

Nesses cinco dias, foram tranqüilas as relações entre Holleben e os cinco terroristas, sempre escondidos por capuzes. A comunicação era feita por Sirkis, que, em inglês, fazia o seu proselitismo, dizendo, entre outras coisas, que estavam tentando libertar seus companheiros, torturados nas prisões.

Na segunda-feira, dia 15, "Bacuri" seguiu para São Paulo, deixando Gerson no comando da operação. Nessa mesma noite, os 40 banidos, dentre os quais 20 da VPR, chegavam na Argélia, em avião da VARIG. Só faltava, agora, soltar o embaixador. O problema foi que, ao buscar a Kombi, Maurício não mais a encontrara. Deixada num local de estacionamento proibido, ela fora rebocada pelo DETRAN.

Durante todo o dia seguinte, 16 de junho, os militantes buscaram uma saída para o problema, chegando, inclusive, a aventar a hipótese de levá-lo de ônibus.

Às 22 horas, chegou a solução, na forma de um carro trazido por José Roberto Gonçalves de Rezende e Roberto das Chagas e Silva. Numa primeira leva, Sirkis e Manoel foram deixados no Méier. Na segunda, saíram Gerson, Tereza e o embaixador, largado às 23 horas, na Tijuca, próximo da Rua Barão de Mesquita.

Reconhecido por um popular, foi levado até a Embaixada, portando, no bolso do casaco, um documento relatando torturas, que, prazerosamente, se dispôs a divulgar na Europa. Nos seus depoimentos, posteriormente prestados, o Embaixador Holleben nada falou sobre esse documento e nem sobre suas conversas em inglês com Sirkis, o que poderia tê-lo identificado.

A VPR, paradoxalmente, ganhara mais um aliado (85).

---

(85) Trocados pelo embaixador alemão, foram banidos 40 militantes para a Argélia, em 15 de junho de 1970. Desses, 20 eram da VPR: Almir Dutton Ferreira, Altair Luchesi Campos, Carlos Minc Baumfeld, Darcy Rodrigues, Dulce de Souza Maia, Edmauro Göpfert, Eudaldo Gomes da Silva, Flávio Roberto de Souza, Ieda dos Reis Chaves, José Araujo de Nóbrega, José Lavecchia, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Ladislas Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Maria do Carmo Brito, Melcides Porcino da Costa, Oswaldo Antonio dos Santos, Oswaldo Soares, Pedro Lobo de Oliveira e Tercina Dias de Oliveira. Os outros 20 pertenciam a outras organizações comunistas: Aderval Alves Coqueiro, Ângelo Pezzuti da Silva, Apolônio de Carvalho, Carlos Eduardo Fayal de Lira, Carlos Eduardo Pires Fleury, Cid de Queiroz Benjamim, Daniel Aarão Reis, Domingos Fernandes, Fausto Machado Freire, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Jeová Assis Gomes, Joaquim Pires Cerveira, Jorge Raimundo Nahas, Marco Antonio Azevedo Meyer, Maria José Carvalho Nahas, Maurício Vieira Paiva, Murilo Pinto da Silva, Ronaldo Dutra Machado, Tania Rodrigues Fernandes e Vera Sílvia Araújo Magalhães.

ORVIL

30. VPR: um 2º semestre violento

Reestruturada e com o moral alto, pelo sucesso alcançado com o seqüestro do embaixador alemão, a VPR ingressou no 2º semestre de 1970 disposta a incrementar suas ações violentas.

Na noite de 26 de julho, um domingo, quatro militantes da VPR do Rio Grande do Sul e mais dois do MR-26 tentaram seqüestrar o gerente e o subgerente do Banco do Brasil, em Gramado, a fim de levá-los a abrir o banco. Apesar de subjugarem o subgerente, o grupo que foi à casa do gerente surpreendeu-se com os gritos histéricos de sua esposa, o que os colocou em fuga.

Dois dias depois, em São Paulo, num assalto realizado em "frente" com o MRT e o MRM, militantes da VPR roubaram mais de 40 mil cruzeiros de uma garagem da CMTC, localizada na Aveni[illegible] Imperatriz Leopoldina (86).

Em 19 de agosto, era preso em São Paulo Ariston Oliveira Lucena, um dos assassinos do Tenente Mendes. Vinte dias depois, Lucena indicava o local onde a vítima havia sido enterrada.

Ainda em São Paulo, Lamarca participava de mais uma reunião da "frente", agora somente com a ALN e o MRT, quando se tratou das ações conjuntas para os dois meses seguintes, que culminariam com as que seriam realizadas em 4 de novembro, data do primeiro aniversário da morte de Marighela.

Na Guanabara, três ações foram realizadas pela UC/JGB, no mês de agosto: no dia 6, o assalto a um posto de fiscalização do Ministério do Trabalho, em Caxias, com o roubo de carteiras de trabalho; uma semana depois, o assalto a um terminal de ôni[illegible]s em Nova Iguaçu, levando uma caixa de metal onde só havia bilhetes de ônibus; e o assalto a uma garagem em Piedade, onde foram roubados um Volks e três pares de placas.

No Rio Grande do Sul, a UC/MRS desejosa de redimir-se dos fracassos anteriores, em "frente" com o MCR, realizou, em 13 de agosto, assaltos simultâneos à Companhia de Fumos Santa Cruz e à Fábrica de Cigarros Flórida, de onde foram roubados cerca de 16 mil cruzeiros. Em 29 desse mês, essa "frente" assaltou a casa de armas de "caça e pesca", Oficina Precisão, na Rua Benjamin Constant, levando 9 revólveres calibre .32, 3 espingardas, 1 carabina e mais de 10 mil cartuchos.

---

(86) Pela VPR, participaram Yoshitane Fujimore, Ariston Oliveira Lucena e Gregório Mendonça.

ORVIL

No mês seguinte, setembro, mais dois assaltos foram bem sucedidos: no dia 4, ao posto de gasolina Antão Farias, de onde foram levados 2 Volks; e, no dia 8, à Sociedade Anônima Moinhos Rio-Grandenses, que rendeu 6 mil cruzeiros.

Apesar de, nesse mês, terem sido presos três militantes que haviam participado da preparação da área tática de Três Passos, a UC/MRS estava exultante com as ações armadas que vinham sendo executadas. Tanto é que, no momento mesmo em que o CN colocava em discussão a possibilidade de serem criados "comandos de sabotagem", a VPR gaúcha dispensava os debates e organizava o citado comando (87). Açodado, Isko Germer, coordenador do "comando de sabotagem" da UC/MRS, em documento datado de 28 de setembro, propunha o seqüestro de "ex-governadores, militares e diplomatas", além de operações de sabotagem com "bombas, minas, granadas e material incendiário" em portos e navios.

Em São Paulo, ainda em setembro, a UC "Antonio Raimundo de Lucena" (UC/ARL) recebeu um reforço na figura de Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, vindo de Cuba trazendo 2 mil dólares. Duas ações armadas foram realizadas pela VPR, na capital paulista, nesse mês: no dia 15, em "frente" com militantes da ALN e do MRT, assaltaram um carro-forte da Brink's (já narrado nas ações do MRT); e, no dia 28, assaltaram e incendiaram a RP nº 53, na Rua Alcindo Guanabara, próximo da Avenida Lins de Vasconcelos, roubando os 2 revólveres e a metralhadora INA dos dois policiais-militares.

Mas, nem só de sucesso viveu a VPR/SP, em setembro de 1970. No dia 22, foram presos Mário de Freitas Gonçalves e sua companheira Noêmia Iba. Na tarde do dia seguinte, ao ser levado para "cobrir um ponto" nos terminais de ônibus do Anhangabaú, Mário conseguiu fugir espetacularmente, enquanto seu companheiro reagia violentamente à prisão, morrendo em conseqüência dos ferimentos recebidos. Identificado pelos documentos que portava como sendo "Edson Cabral Sardinha", só mais tarde se conseguiu levantar que o morto era o misterioso "Ariböia" — José Maria Ferreira de Araújo, ex-marinheiro com curso de guerrilha em Cuba e companheiro da paraguaia Soledad Barrett Viedma. Em seu lugar, como coordenador de uma das bases, assumiu Edson Neves Quaresma.

---

(87) O"comando de sabotagem" era integrado por: Isko Germer, Marco Antonio Lima Dourado, Cezar Augusto Tejera de Ré e Miguel Viustow Golobisesck Maslak.

ORVIL

Na segunda quinzena de setembro, numa reunião da "frente", decidiu-se realizar a "Campanha pelo Voto Nulo" para as eleições de 15 de novembro.

Na Guanabara, no dia 6 de setembro, um comando da VPR rendeu o gerente do União de Bancos Brasileiros, que chegava em sua residência, em Nilópolis, e obrigou-o a abrir a agência, em São João do Meriti, roubando cerca de 100 mil cruzeiros. Os militantes previstos para a cobertura da ação — Sônia Eliane Lafoz, comandante da UC/JGB, Roberto das Chagas e Silva, comandante de uma base, e José Maurício Gradel — não compareceram. Os três acabaram saindo da VPR e ingressando no MR-8 (88).

Rearticulou-se, então, a UC/JGB. Como comandante, no lugar de Sônia, ascendeu Gerson Theodoro de Oliveira, e as bases foram reduzidas a duas: uma, coordenada por Alex Polari de Alverga, e a outra, por Adair Gonçalves Reis.

Nos últimos dias de setembro, em "frente" com o PCBR, a UC/JGB fracassou no assalto a um carro-pagador do Bamerindus, em Nova Iguaçu.

No início de outubro, deu-se a transferência do CN de São Paulo para a Guanabara. Seguiram para o Rio de Janeiro Lamarca, Iara, Inês Etienne e José Raimundo da Costa, com escolta fornecida pelo MRT. Depois de quase 4 meses escondidos em "aparelho" do MRT, Lamarca e Iara eram entregues a domicílio à VPR. Lamarca não se esqueceria do favor que essa pequena organização lhe havia prestado. O "casal" foi descansar, durante dois meses, em Rio D'Ouro, pequeno lugarejo situado entre Piabetá e Santo Aleixo.

Em meados de outubro, numa reunião da "frente", decidiu-se executar três seqüestros consecutivos, como demonstração de força, no dia do aniversário da morte de Marighela, 4 de novembro. A idéia, como já vimos anteriormente, era libertar 200 presos.

Em São Paulo, duas prisões importantes aconteceram no dia 2 de outubro: as de Ubiratan de Souza e Valneri Neves Antunes, que haviam participado da área de treinamento do Vale do Ribeira. Seus depoimentos esclareceram detalhes ainda obscuros do que

---

(88) Por defenderem a montagem de uma melhor infra-estrutura para a organização, antes de prosseguir nas ações, esses militantes, não atendidos, deixaram a VPR, transferindo-se para o MR-8. Foram acompanhados pelos militantes Roberto Menkes, Carmem Monteiro dos Santos Jacomini, Jesus Paredes Soto, Manoel Henrique Ferreira e Caio Salomé Souza de Oliveira.

ORVIL

haviam feito em Registro e possibilitaram à OBAN iniciar as investigações sobre a UC/ARL.

A única ação armada da VPR, nesse mês, foi a do dia 12, quando foram roubados três carros de uma garagem, em Todos os Santos, na Guanabara.

No dia 23, Lamarca divulgou o documento "Nota Complementar Sobre Guerrilha", onde eram estabelecidas as diferenças entre guerrilha tática e guerrilha irregular (89).

Entre os dias 1º e 9 de novembro, atendendo às recomendações da "frente", a VPR decretou uma absoluta parada nas atividades. As ações previstas para serem desencadeadas alguns dias antes de 15 de novembro, pela "Campanha do Voto Nulo", não poderiam ser prejudicadas por possíveis "quedas".

Nov 1970

A partir do dia 10, iniciou-se a panfletagem armada em diversos bairros de São Paulo, com militantes da ALN, do MR-8, do MRT, do PCBR e da VPR. Vários foram os choques entre a polícia e os terroristas, destacando-se: o do dia 10, em Vila Prudente, quando foram baleados os Soldados da PM, Garibaldo de Queiroz e José Aleixo Nunes, e o motorista de táxi José Marques do Nascimento; e o do dia 13, na Avenida das Nações Unidas, em Santo Amaro, quando foram feridos nas costas o Sargento da PM Wilson Nora dos Santos e o Cabo Artur Nê Saraiva.

Dois dias depois das eleições, uma nova reunião da "frente" determinou a posição de "recuo" e suspendeu os três seqüestros programados, apesar da opinião contrária da VPR (90).

No dia 19, Lamarca escreveu o documento "Partido ou Proletariado?", retomando o tema "avanço ou recuo", "vanguarda ou massa", que havia, na Guanabara, provocado o "racha" dos 8 militantes que foram para o MR-8. Definindo-se pelo "proletariado", Lamarca procurava demonstrar que o recuo, para a organização, não era uma posição revolucionária, sendo incompatível mesmo com os "princípios leninistas". Analisava, também, o quadro geral das esquerdas, concluindo que as organizações estavam desmembradas,

ORVIL

---

(89) Para Lamarca, na guerrilha tática deveriam atuar grupos de militantes, com regularidade e constância nas ações. Já a guerrilha irregular deveria ser desenvolvida pelos camponeses da região, treinados pelos militantes, sem regularidade, e, somente, com pequenas ações. No Vale do Ribeira, tinha havido treinamento. Na região de Três Passos, haveria guerrilha tática e, no Nordeste, José Raimundo da Costa preparava a irregular.

(90) Essa reunião está descrita no item 31 deste capítulo.

ORVIL

isoladas politicamente e passando por uma séria crise de segurança, causada, basicamente, pelo "aperfeiçoamento militar da repressão". Finalmente, estabelecia os quatro objetivos a serem atingidos pela VPR: o "desmascaramento da ofensiva política da classe dominante", a "ruptura do isolamento político" — a ser conseguida pela propaganda armada —, a "preparação da guerrilha rural" e a "organização de comandos de sabotagem".

Diversos foram os documentos que circularam sobre esses comandos. O de Adair Gonçalves Reis defendia a execução de "pequenas ações de sabotagem ou ações de terror contra edifícios públicos, representações diplomáticas, residências de empresários norte-americanos, generais, clubes de luxo freqüentados pela burguesia (Iate, Clube Militar), etc.". Já o de Gerson Theodoro de Oliveira preconizava a realização de sabotagem nos "locais vitais para a normalidade da vida na cidade (usinas elétricas, gasômetros, vias de comunicação — pontes, viadutos —, torres de comunicação — telégrafo, telefone, etc.)".

Ouvidas as bases da Guanabara, foi criado um Comando de Sabotagem, subordinado à UC/JGB, no qual atuava Ubajara Silveira Roriz, um estranho militante oriundo da DVP e que proporia a retirada dos "suportes da ponte Rio-Niterói", a provocação de "incêndios insuspeitos nos lençóis petrolíferos", a danificação do material das usinas de eletricidade, dando "marteladas nos pontos fracos das turbinas" e a soltura de "milhares de ratos em cidades siderúrgicas (como Volta Redonda)", a fim de "criar epidemias e paralisar a produção" (91).

Nos dias 3 e 6 de novembro, no Rio Grande do Sul, foram presos mais dois militantes que haviam participado do treinamento no Vale do Ribeira, respectivamente, Delci Fensterseifer e [illegible]ntenor Machado dos Santos. As declarações de Delci possibilitaram à polícia chegar à placa que Yoshitane Fujimore estava usando em seu carro, um Volks grená. Às 11.30 horas de 5 de dezembro, um sábado, Fujimore foi reconhecido em Vila Mariana e perseguido ao longo de várias ruas de São Paulo, até ser alcançado na Praça Santa Rita de Cássia, no Jabaquara. Saindo do Volks disparando uma metralhadora e um revólver, Fujimore e seu acompanhante, mais tarde identificado como sendo Edson Neves Quaresma, morreram no local, em conseqüência do tiroteio estabelecido.

---

(91) O Comando de Sabotagem era integrado por: Maurício Guilherme da Silveira, como coordenador, Walter Ribeiro Novaes, José Carlos de Oliveira Mendes e Ubajara Silveira Roriz.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, a UC "Manoel Raimundo Soares" prosseguia nas ações armadas, incentivada pelo êxito das efetuadas em agosto e setembro. Na noite de 27 de novembro, junto com dois militantes do MCR, assaltaram a Casa Modelo, distribuidora dos produtos Lacta, localizada na Rua Dr. Eduardo Chartier. Procurando dar a entender que era um assalto de marginais, usaram disfarces e, além de 3.550 cruzeiros, levaram dois relógios, um rádio e chocolates.

No dia 7 de dezembro, Isko Germer, Luiz Carlos Dametto e Marco Antonio Lima Dourado executaram aquela que seria a primeira e única ação do "comando de sabotagem", ateando fogo na sede campestre do Círculo Militar — ainda em construção, em Vila Assunção, em Porto Alegre.

A última ação armada da UC/MRS foi executada na tarde de 10 de dezembro, com os assaltos simultâneos ao Banco Itaú-América, à farmácia e à tesouraria localizadas no interior do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de onde roubaram um total de quase 73 mil cruzeiros. O "Comando Yoshitane Fujimore", que praticou a ação, foi constituído por 9 militantes da VPR e 4 do MCR, e chegou a disparar contra um carro que o perseguiu.

Logo depois, entre os dias 11 e 13 de dezembro, foram localizados 5 aparelhos (3 da VPR e 2 do MCR) e presos 5 militantes do MCR e 9 da VPR (92), causando, na prática, o desmantelamento dessas duas organizações no Rio Grande do Sul. As declarações dos elementos presos, particularmente as de Carlos Alberto Tejera de Rê, possibilitariam a identificação e a prisão dos remanescentes, no ano seguinte.

Nessa época, estava, em pleno andamento, o seqüestro do embaixador suíço, na Guanabara.

31. VPR: o seqüestro do Embaixador da Suíça

Em meados de outubro de 1970, a "frente" composta por cinco organizações subversivas, ALN, VPR, PCBR, MR-8 e MRT, estava em plena euforia, fruto da perspectiva das ações que iram executar em conjunto, na semana do primeiro aniversário da morte de Marighela, em 4 de novembro. Dentre essas ações, a VPR planeja-

---

(92) Os militantes da VPR, presos, foram: Luiz Carlos Dametto, Carlos Alberto Tejera de Rê, Diógenes Sobrosa de Souza, Jorge Sobrosa de Souza, Edemar Meimes, Carlos Roberto Serrasol Borges, Airton Antonio Castagna, José Clayton [illegible]lávio Gil Reis.

ORVIL

va ativamente o seqüestro que iria executar na Guanabara, o do Embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, um dos três a serem seqüestrados.

A morte, em 23 de outubro, de Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo", líder máximo da ALN, e a sucessão de prisões que atingiram o PCBR, em Recife e em Salvador, arrefeceram o ânimo da "frente", agora embalada, apenas, pelas ações de propaganda armada que pretendia realizar alguns dias antes das eleições de 15 de novembro.

A VPR, entretanto, debruçava-se inteiramente nos preparativos para o seqüestro. No dia 1º de novembro, Carlos Lamarca enviou o documento "Recorrência da VPR à Frente", no qual questionava a quantidade de presos da VPR e da ALN que deveriam ser soltos pelos três seqüestros. Num total de 200 presos, dentre os quais 25 do PCBR, 15 do MR-8, 7 do MRT e 43 de outras organizações, a VPR não concordava com os 40 que a ela haviam sido propostos, em comparação com os 70 da ALN. Numa linguagem agressiva, talvez pela ausência de "Toledo", Lamarca propunha a inversão dos números, 70 para a VPR e 40 para a ALN. "De qualquer modo", afirmava Lamarca, "a VPR tem como questão fechada que o número de militantes da VPR e da ALN deve ser o mesmo".

Alguns dias depois, a ALN, o MR-8 e o MRT enviaram o documento "Ao Comando da VPR", no qual decidiam "reabrir as discussões em torno do número de presos a ser pedido no seqüestro", fazendo, entretanto, severas críticas ao procedimento da VPR, que questionava os números estabelecidos numa reunião conjunta, à qual ela mesma havia comparecido. Sem que Lamarca percebesse, já estava embutida, no documento, a posição de "recuo" — em vez de "seqüestros", a palavra vinha no singular.

O fracasso das ações de propaganda armada na "Campanha pelo Voto Nulo", ocasionando choques trágicos com a polícia e pouco rendimento, precipitou o "recuo" da "frente".

Numa reunião realizada alguns dias depois das eleições, no "aparelho" de Joaquim Alencar de Seixas, do MRT, à qual compareceram Herbert Eustáquio de Carvalho e Yoshitane Fujimore, pela VPR, o MR-8, representado por Carlos Alberto Vieira Muniz, apresentou a proposta de suspensão, por tempo indeterminado, dos três seqüestros, até que fossem preparadas melhores condições de segurança, com "aparelhos", dinheiro, armas, documentação, es-

ORVIL

quema médico, etc. Para o MR-8, havia que se montar, antes, uma infra-estrutura eficiente que assegurasse o sucesso das ações. Era a posição de "recuo" que a VPR já havia discutido poucos meses antes e deliberado contra.

A maioria optou pelo "recuo", e a VPR comprometeu-se a não realizar o seqüestro até a reunião da "frente", prevista para ser realizada em dois meses. Lamarca, na Guanabara, consultou as bases. Favoráveis à ação, a VPR decidiu executá-la usando a sua autonomia e à revelia da "frente".

Bem que o MR-8 tentou atrasar o seqüestro, lançando a idéia de executar uma ação que iria render 20 metralhadoras. Como precisavam de fardas da PM e para provar que essa ação já estava em andamento, o MR-8 assaltou os dois policiais-militares que davam guarda no Mirante Dona Marta, em Botafogo, em 27 de novembro. Chegou mesmo a pensar em não devolver uma metralhadora que a VPR lhe havia emprestado, necessária para o seqüestro. Depois de acirradas discussões, concluiu que seria "oportunismo demais" e devolveu a arma.

Nada mais faltava à VPR. Os levantamentos já estavam prontos, realizados pela Unidade de Combate "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB), comandada por Gerson Theodoro de Oliveira.

O esquema médico já havia sido montado por Inês Etienne Romeu, que combinara com o Dr. Edson Medeiros, ex-vereador cassado em 1964, para aguardar um telefonema até às 13 horas do dia aprazado. Se houvesse feridos, eles seriam recebidos por Walter Ribeiro Novaes, que estaria aguardando com um Volks estacionado na Rua Costa Bastos, em Santa Teresa. Daí, seriam levados para um sítio da Estrada do Guerenguê, na Taquara, alugado por Cinfrônio Mesaneto, onde seriam recebidos pelo caseiro Honório Amorim Bezerra, ex-militante da Ala Vermelha e da VAR-Palmares.

Os carros para a ação já haviam sido conseguidos. No dia 22 de novembro, às 6 horas, assaltaram a garagem e o parqueamento localizados na Rua de Bonsucesso, nº 500, de onde levaram três Volks — dois azuis e um branco —, além de dois pares de placas e um revólver INA calibre .38. Às 5.30 horas de 30 de novembro, assaltaram, pela segunda vez, a garagem "Todos os Santos", localizada na Avenida Amaro Cavalcanti, no Encantado, de onde levaram um Aero-Willys cinza-claro e dois Volks, um branco e o outro azul-turquesa.

ORVIL

Como desinformação, Paulo Brandi de Barros Cachapuz daria, logo após o seqüestro, diversos telefonemas para rádios e delegacias, procurando dar falsas pistas à polícia sobre o paradeiro dos terroristas.

O "aparelho" escolhido para a guarda do embaixador seria, do mesmo modo que o do alemão, a residência do "casal" Gerson e Tereza, que haviam alugado, desde julho, uma casa de três quartos da Rua Tacaratu, uma ladeira que começava em Rocha Miranda, onde havia um quartel da PM, e terminava em Honório Gurgel.

O esquema para o envio das mensagens às autoridades também já estava pronto, com "pontos" anteriormente marcados entre os três "legais" do "aparelho", Gerson, Tereza e Herbert — este apresentado à vizinhança como irmão de Tereza —, e Ivan Mota Dias e Zenaide Machado, que os deixariam em cinco diferentes locais, avisando, logo depois, aos órgãos de comunicação social.

Os levantamentos sobre os hábitos do embaixador haviam mostrado que ele saía diariamente, por volta das 8,45 horas, de sua residência na Rua Campo Belo, em Laranjeiras, e dirigia-se no seu Buick azul de chapa diplomática para os escritórios da embaixada, na Rua Cândido Mendes, na Glória. Não havia carro de segurança, com o embaixador desprezando as sugestões da Polícia Federal nesse sentido. Para ele, o seqüestro do alemão mostrara que esse carro não impediria a ação de elementos determinados a isso. Do mesmo modo, desprezara as recomendações de constantes mudanças de itinerário: de sua residência, na Campo Belo, passava pelas ruas Pereira da Silva, das Laranjeiras, Ipiranga e Conde de Baependi, chegando à Praça José de Alencar, ao Catete e daí, atingindo a Glória. Para ele, o seqüestro de um embaixador suíço era improvável, já que o envolvimento do pequenino e neutro país não traria dividendos políticos aos seqüestradores. Passava, portanto, diariamente, entre 8.50 e 9 horas, na Rua Conde de Baependi, uma rua estreita, de mão única, que liga Laranjeiras ao Flamengo. Com ele, no Buick azul, seguiam o motorista, desarmado, e um agente da Polícia Federal, com uma pistola 7,65 mm.

Depois de dois adiamentos, Carlos Lamarca marcou a ação para o dia 3 de dezembro. Tudo pronto, com os militantes em seus postos, o Comandante da Operação não apareceu: Sirkis havia-se esquecido de entregar-lhe a chave do Volks que o levaria, e a Gerson, ao local determinado.

ORVIL

Sequestro do Giovanni Bucher Suiço

Entre 8.50 e 8.55 horas do dia 7 de dezembro de 1970, uma segunda-feira, consumou-se o seqüestro. O Embaixador Giovanni Enrico Bucher, de 57 anos, saiu de sua residência na hora prevista, com o motorista Hercílio Geraldo e o agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo.

Um pouco antes de entrar na Rua Conde de Baependi, Adair Gonçalves Reis, que estava como "olheiro", deu um sinal para Gerson Theodoro de Oliveira e saiu, a pé, da área. Gerson, por sua vez, sinalizou a Alex Polari de Alverga, que ligou o motor de seu Aero-Willys cinza claro, estacionado na calçada da esquerda, perpendicularmente à rua, na altura do nº 63. Segundos depois, avançou em direção à contramão, chegando a tocar com o pára-choque do seu carro com o do Buick azul. Ao mesmo tempo, Inês Etienne Romeu, num Volks azul estacionado junto à calçada da direita, deu marcha a ré, impedindo a fuga do Buick por esse lado. Enquanto isso, um Volks branco, dirigido por Maurício Guilherme da Silveira, simulava uma pane na esquina da Rua Senador Correia, impedindo o acesso de outros veículos à Conde de Baependi, e Herbert Eustáquio de Carvalho dava segurança à operação. Lamarca (de cavanhaque, terno e gravata) e Gerson, com metralhadora, aproximaram-se pela direita do Buick. Lamarca bateu no vidro da janela do agente de segurança e abriu a porta, desfechando-lhe dois tiros com um revólver "Smith & Wesson" calibre .38, cano longo, a uma distância de um metro: o primeiro tiro atingiu o teto do carro e o segundo as costas do agente, que, por instinto de defesa, se virara (93).

Alex retirou o motorista, Hercílio Geraldo, obrigando-o a deitar-se de bruços na calçada. Aproveitando um descuido, Hercílio fugiu, saindo correndo por entre as obras de um prédio em construção. O apavorado embaixador, retirado do carro, foi levado por Inês a um Volks azul-turquesa, dirigido por José Roberto Gonçalves de Rezende.

Alex, Herbert e Inês fugiram no Volks branco de Maurício, que saiu na contramão, sendo, posteriormente, abandonado numa transversal da Rua Riachuelo. Lamarca e Gerson, com o embaixador, fugiram no Volks de José Roberto. A ação durou pouco mais de 30 segundos. Na fuga, Bucher pôde vislumbrar dois soldados da

---

(93) O Agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo, com a medula totalmente seccionada pelo projetil, viria a falecer às 2 horas do dia 10 de dezembro de 1970, no Hospital Miguel Couto.

ORVIL

PM que corriam para o local dos tiros, vindos da Praça José de Alencar, onde atendiam a um acidente de trânsito, a 100 metros do local do seqüestro. Abandonados na Conde de Baependi, ficaram o Aero-Willys e o Volks usados para fechar o Buick. Dentro deste, inclusive sobre o corpo ensangüentado do agente, panfletos do "Comando Juarez Guimarães de Brito", da VPR, tentavam justificar a "Operação Joaquim Câmara Ferreira" e afirmavam, paradoxalmente: *"Deste instante em diante, a vida do Sr. Embaixador está sob inteira responsabilidade do Governo"*.

Cerca de 15 minutos depois, após ultrapassar o Túnel Santa Bárbara, José Roberto deixou Lamarca, Gerson e Bucher na Rua Miguel de Paiva, onde embarcaram no Volks branco de Sirkis. Subiram um pouco por Santa Tereza, desceram ao Rio Comprido e passaram, sucessivamente, pela Tijuca, pelo Engenho Novo e por Cascadura, onde trocaram as placas. Seguindo por Madureira, atingiram o "aparelho" da Rua Paracatu, em Rocha Miranda, às 9.45 horas, onde já os esperava Tereza Ângelo.

Nesse período, os órgãos policiais desencadeavam operações de bloqueio em diversas saídas da Guanabara. Entretanto, os telefonemas dados por Paulo Brandi de Barros Cachapuz conduziam o grosso das forças para as matas da Floresta da Tijuca e desviavam sua atenção dos subúrbios da Leopoldina.

Alguns momentos depois da chegada ao "aparelho", Bucher pediu que seus seqüestradores queimassem um documento que fora encontrado em sua pasta — uma análise da situação brasileira —, no que foi atendido (94).

Durante os 40 dias que duraram as negociações, cinco militantes cuidaram do embaixador: Lamarca, Herbert, Gerson, Tereza e Sirkis. Foi bem tratado, chegando a receber duas bermudas, duas camisas, chinelos, cigarros, remédios e, até, um ventilador para enfrentar o forte calor do verão carioca. Constantemente, jogava "biriba" em parceria com seus seqüestradores e tomava banho de sol, no pequeno quintal dos fundos. Chegou a ser fotografado e respondeu, num gravador, a uma dezena de perguntas que lhe haviam sido enviadas pela revista alemã "Stern". Inicialmente de capuzes, uma semana depois os cinco militantes ficaram com os rostos descobertos. (95).

---

(94) Em suas declarações, depois de solto, o Embaixador, obviamente, esqueceu-se desse detalhe.

(95) Bucher disse que seus seqüestradores ficaram de capuzes o tempo todo. Naquela época, com as fotos existentes nos arquivos dos órgãos de segurança, os 5 militantes poderiam ter sido identificados.

ORVIL

Algumas horas depois do seqüestro, a VPR enviou o "Comunicado nº 1", um "Manifesto do Povo Brasileiro", uma "Carta Aberta à Embaixada Suíça" e uma carta de Bucher, de próprio punho. Entre as diversas exigências, três destacavam-se:

- a divulgação do "Manifesto do Povo Brasileiro", por dois dias consecutivos, na primeira página dos jornais e, em todas as rádios e TV do País, às 6, 12, 18 e 20.30 horas;
- a cessão de passagens gratuitas nos trens suburbanos da Central e da Leopoldina, durante dois dias; e
- a liberação de 70 presos para o Chile, a Argélia ou o México.

Ao meio-dia de 9 de dezembro, uma nota oficial do Ministro da Justiça afirmava que "o Governo Brasileiro, no empenho de preservar a vida e a liberdade do Embaixador da Suíça", estava aguardando uma carta de próprio punho do Embaixador e a "relação nominal dos terroristas presos". Nessa mesma tarde, a VPR expediu o "Comunicado nº 2", dizendo que só divulgaria a lista dos 70 presos após cumpridas as exigências. Quatro dias depois, novamente a VPR cobrou essas exigências, através do "Comunicado nº 3", e, no dia 16, com o "Comunicado nº 4".

Por esses dias, instaurara-se uma verdadeira confusão nos órgãos de segurança, abarrotados por falsas denúncias anônimas, falsas exigências e falsos comunicados. Peritos grafotécnicos eram chamados para verificar a autenticidade dos comunicados. Apesar dos verdadeiros terem sido encaminhados com a assinatura do embaixador, alguns outros já apareciam com essa assinatura e só a perícia pôde mostrar a falsificação.

No dia 17, o Governo deu a garantia da libertação dos presos e, no dia seguinte, a VPR enviou o "Comunicado nº 5", com a lista dos 70. Na segunda-feira, 21 de novembro, o Governo respondeu que aceitava libertar 51 da lista. Não concordava, entretanto, com os outros 19, pelos seguintes motivos: 6 eram autores de seqüestros, 4 estavam condenados à prisão perpétua ou a penas elevadas, 3 haviam cometido homicídios, 1 não estava identificado, 1 não queria ir e 4 já estavam em liberdade.

A partir desse momento, o "Comando Juarez Guimarães de Brito" entrou numa série de discussões para ver se matavam ou não o embaixador. No dia seguinte, Lamarca enviou um "Comunicado Especial", não aceitando a preterição dos 13 e concordando com a substituição dos 6 seguintes. Redigido em forma de ultimato, o

ORVIL

final do comunicado trazia a sombria advertência de que estavam "firmes no propósito de executar a sentença de morte". Ao mesmo tempo, Lamarca determinou que os militantes das duas bases enviassem, por escrito, a respectiva posição.

No documento de Adair Gonçalves Reis, datado de 24 de dezembro, aparece:

"Propomos a marcação imediata da data e horário para o justiçamento, com comunicado à ditadura. Prazo mínimo de 48 horas e máximo de 72 horas, tomando as 18 horas da tarde como horário básico".

Em 26 de dezembro, Zenaide Machado afirmava:

"A saída é pagar o preço alto e carregar um defunto que irá muito nos incomodar".

Nessa mesma data, Ivan Mota Dias declarava:

"Demorando a resposta da ditadura ao comunicado especial, damos um 'ultimatum' que se não for aceito nos levará a 'fechar' o cara. Havendo resposta negativa ao comunicado especial, pode-se pensar em negociar com o Feller (96). Eu penso que 6 ou 8 milhões de dólares seriam possíveis de serem obtidos, e parte desse tutu poderia ser entregue ao Jamil (97) na Europa, através dos contatos suíços em Genebra (os caras daquela Liga de Direitos Humanos). O pessoal de lá teria tutu para voltar e para comprar equipamentos interessantes para lutar aqui, inclusive armas".

Ubajara Silveira Roriz, o mesmo que aventara a idéia de soltar milhares de ratos nas cidades siderúrgicas, defendia "fazer a ditadura levar o cadáver do embaixador atravessado na garganta, nas suas andanças pelo mundo".

Nas respostas, somente Alfredo Hélio Sirkis e José Roberto Gonçalves de Rezende não viram dividendos políticos na morte do embaixador. Dentre os 5 militantes confinados no "aparelho" da Rua Tacaratu, inicialmente, Sirkis ficou isolado, numa posição absolutamente minoritária. Com as respostas e o passar dos dias, Lamarca mudou a sua posição. Mesmo assim, eram cerca de 15 votos contra 3, a favor da execução. Lamarca, como comandante-em-chefe da VPR, exerceu o seu poder de veto, sustou a execução e enviou uma lista substituindo os 13.

Sem o saber, Bucher nunca estivera tão perto da morte co-

---

(96) Max Feller, Embaixador substituto.
(97) "Jamil" era o codinome de Ladislas Dowbor.

ORVIL

mo naqueles dias em torno do Natal do ano de 1970.

No dia 28, o Governo informou que, da nova lista, muitos também não poderiam ser libertados, pelos mesmos motivos anteriores; outros, inclusive, não desejavam sair do País. No dia 30, a VPR enviou nova lista.

Já aliviados pela decisão de negociar, os seqüestradores resolveram fazer uma festa na passagem do ano, com o comparecimento dos vizinhos; no quarto dos fundos, escondidos, só ficaram Sirkis e o embaixador.

No dia 4 de janeiro, o Governo informou a preterição de mais 9 presos, no dia seguinte substituídos por nova lista enviada pela VPR. No dia 6, nova preterição de mais 4 e, um dia depois, nova lista substituindo esses 4.

No dia 11, uma nota do Ministro da Justiça condicionava o embarque dos 70 presos (já reunidos na Guanabara) a um comunicado da VPR comprometendo-se a libertar o embaixador, comprometimento esse enviado no dia seguinte.

Às 24 horas de 13 de janeiro de 1971, os 70 presos escoltados por 3 agentes da Polícia Federal decolaram do Galeão, num Boeing da VARIG, aterrando, às 4.15 horas no aeroporto de Pudahuel, em Santiago do Chile, sendo fotografados ao lado do avião com os braços erguidos e os punhos cerrados. Era a saudação dos "vitoriosos" comunistas às dezenas de militantes que os aguardavam nas varandas do aeroporto, com faixas e cantos dos hinos nacionais do Brasil e do Chile, entremeados pelo hino da Internacional Comunista, por sambas brasileiros e pelo coro de "assassinos filhos da puta", dirigido ao avião.

Um dos agentes da Polícia Federal desceu do avião para colher a assinatura das autoridades chilenas pelo recebimento dos banidos. Ao dizer que tinha uma correspondência para o Adido Militar brasileiro, o Comissário Hugo Toro, afirmando que "aqui quem manda sou eu", arrebatou-lhe o documento diplomático, rasgou o envelope e saiu a fim de lê-lo. Depois de ficar duas horas guardado por agentes chilenos armados, o agente da Polícia Federal foi liberado. Às 6.45 horas, o avião decolou e, 4 horas depois, aterrissava no Galeão.

Para a liberação do embaixador, do mesmo modo que a do alemão, a VPR estava com problemas de carro: o Volks previsto ha-

ORVIL

via sofrido um acidente, quando Walter Ribeiro Novaes entrara na traseira de um caminhão, na Avenida Brasil.

No dia 15, Lamarca abandonou o aparelho, indo encontrar-se com Iara Iavelberg, vinda de São Paulo.

Ao alvorecer de 16 de janeiro de 1971, Sirkis e Gerson, no Volks acidentado, levaram o embaixador até próximo ao penhasco da Igreja da Penha, onde o deixaram às 5.05 horas. O diplomata suíço apanhou um táxi e, seguindo rigidamente as instruções de seus seqüestradores, dirigiu-se para a casa de um dos conselheiros da Embaixada, próxima ao Largo do Machado. Logo depois, foi para a sua residência, num carro diplomático, nela entrando sem ser percebido pelas dezenas de jornalistas e policiais que aguardavam, havia dias, a sua chegada de táxi. Ainda nessa manhã, Bucher, acompanhado de sua governanta, foi fotografado, sorridente e queimado pelo sol. Depois de 40 dias, o Sr. Embaixador voltava para o seu mundo (98).

---

(98) Dos 70 banidos para o Chile, em 13 de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço, 24 eram militantes da VPR: Antonio Expedito Carvalho Pereira, Antonio Ubaldino Pereira, Aristenes Nogueira de Almeida, Armando Augusto Vargas Dias, Bruno Piola, Christóvão da Silva Ribeiro, Delci Fensterseifer, Encarnación Lopes Peres, Geny Cecília Piola, Ismael Antonio de Souza, João Carlos Bona Garcia, Jovelina Tonello do Nascimento, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Manoel Dias do Nascimento, Nelson Chaves dos Santos, Otacílio Pereira da Silva, Pedro Chaves dos Santos, Roberto Antonio de Fortini, Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Roque Aparecido da Silva, Ubiratan de Souza, Valneri Neves Antunes, Wânio José de Matos e Wellington Moreira Diniz. Os outros 46 pertenciam a outras organizações subversivas: Afonso Celso Lana Leite, Afonso Junqueira de Alvarenga, Aluísio Ferreira Palmar, Antonio Rogério Garcia da Silveira, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Carlos Bernardo Vainer, Carmela Pezzuti, Conceição Imaculada de Oliveira, Daniel José de Carvalho, Derly José de Carvalho, Edmur Péricles Camargo, Elinor Mendes Brito, Francisco Roberval Mendes, Gustavo Buarque Schiller, Humberto Trigueiros Lima, Irani Campos, Jaime Walwitz Cardoso, Jairo José de Carvalho, Jean Marc Friedrich Charles Van der Weid, João Batista Rita, Joel José de Carvalho, José Duarte dos Santos, Júlio Antonio Bittencourt de Almeida, Lúcio Flávio Uchôa Regueira, Mará Curtiss de Alvarenga, Marco Antonio Maranhão da Costa, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Maria Nazareth Cunha da Rocha, Nancy Mangabeira Unger, Paulo Roberto Alves, Paulo Roberto Telles Franck, Pedro Alves Filho, Pedro Viegas, Pedro Paulo Bretas, Rafael de Falco Neto, Reinaldo Guarany Simões, Reinaldo José de Melo, René Louis Laugery de Carvalho, Samuel Aarão Reis, Sônia Regina Yessin Ramos, Takao Amano, Tito de Alencar Lima, Ubiratan Vatutin Herzcher Borges, Vera Maria Rocha Pereira, Washington Alves da Silva e Wilson Nascimento Barbosa.

ORVIL

32. VAR-P enfrenta sucessão de crises

No primeiro dia do ano, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P), a título de comemorar o aniversário da revolução cubana, seqüestrou, em pleno vôo, um avião Caravelle da companhia Cruzeiro do Sul, que fazia a linha Montevidéu-Porto Alegre-Rio de Janeiro, desviando-o para Cuba. O seqüestro foi planejado por James Alen Luz, que o executou juntamente com Athos Magno Costa e Silva, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, Isolda Sommer, Nestor Guimarães Herédia e Marília Guimarães Freire, esposa do terrorista Fausto Machado Freire. Os objetivos reais do seqüestro eram realizar a propaganda política da organização, conseguir treinamento militar para esses militantes, em Cuba, e retirar do País Marília Freire, militante da ALN. Não obtendo o treinamento militar que desejava, a VAR-P ainda perdeu os militantes Isolda Sommer e Athos Magno, que, desgostosos com a falta de coordenação da organização, a abandonaram.

Enquanto isso, cumprindo as decisões da reunião realizada no final do ano anterior, em Guarapari/ES, os integrantes da CN deslocaram-se para as áreas onde lhes cabia assistir aos CR, para discutir as resoluções aprovadas nessa reunião.

Na primeira quinzena de janeiro, ocorreram inúmeras prisões de militantes da VAR-P em Minas Gerais. Dos militantes remanescentes, uma parte passou a integrar um grupo dissidente autodenominado "Grupo de Política Revolucionária" (GPR), que no mês seguinte se desligaria da VAR-P, e o restante, que permanecia na organização, deslocar-se-ia para o Rio de Janeiro, provocando a desarticulação do CR/MG.

Em São Paulo, nesse início de ano, igualmente ocorreram várias prisões, com a apreensão de quase todo o armamento da organização distribuído a esse Comando Regional, e vários militantes do Setor de Operações, em fase de formação, abandonaram a organização (99).

No início de fevereiro, a VAR-P promoveu uma reunião, na Guanabara, dos dirigentes do CN, que integravam a Executiva de Luta Secundarista, para discutir as quedas ocorridas nos CR/SP e CR/MG. Por questões de segurança e ao efetuarem um balanço ge

---

(99) Nesse período foram presos, entre outros, Amilcar Bayard e Dilma Vana Rousseff Linhares, esta integrante do CR, e abandonaram a VAR-P: Sonia Cardoso, Everardo Nóbrega Queiroz e Leda R. Amaral Queiroz.

ORVIL

ral da organização, essa reunião foi transferida para Araruama, cidade do litoral do Estado do Rio de Janeiro e transformada em reunião do Comando Nacional. Durante esse evento, foram decididas a extinção do CR/MG, a regionalização dos integrantes do CN e o atrelamento do CR/GO à Executiva de Trabalho Principal. Foi elaborado, ainda, um documento, no qual eram definidos o militante, o parapartidário, o simpatizante e o aliado, e estabelecidas as linhas gerais para a tática operária (100).

Em março, Jorge Eduardo Saavedra Durão viajou para o Chile e Uruguai, com a finalidade de contatar exilados, encaminhar um investimento financeiro da organização, ao final não realizado, comprar armas, providenciar o envio de material político para o Brasil e acertar a remessa de notícias brasileiras para a FBI. Ainda em março, no dia 2, em "frente" com o M3-G, o CR/RS assaltou a agência do Banco do Brasil, em Viamão, roubando Cr$ 7.400,00.

De volta do exterior, Jorge Eduardo reuniu-se com o grupo encarregado da imprensa nacional e foi elaborado o primeiro número do jornal interno "Palmares", cuja impressão teve que ser feita na imprensa do CR/RS, em face das prisões ocorridas no grupo da imprensa nacional, que praticamente o desestruturou (101).

Tendo em vista a deserção de vários elementos do Setor de Operações do CR/SP, Carlos Franklin Paixão de Araújo solicitou a transferência da Guanabara para São Paulo de Adilson Ferreira da Silva, dando-lhe a incumbência de reestruturar o setor. Com a transferência de elementos de outros CR iniciou a organização dos setores estudantil, operário e de inteligência. Em março, o Setor de Operações realizou um assalto à empresa "ABC Transporte Coletivo", que rendeu Cr$ 6.000,00 à organização. Em abril, um novo assalto, agora ao supermercado do SESI, no Cambuci, rendeu pouco mais de Cr$ 5.000,00.

---

(100) Ao final, fez-se a divisão de responsabilidades, designando-se Jorge Eduardo Saavedra Durão para o CR/RS, também responsável pela Imprensa Nacional, Carlos Franklin Paixão de Araújo para o CR/SP, Cláudio Jorge Câmara para o CR/GB — devendo, ainda, assistir os elementos de MG e BA e o Setor de Comunicações —, Mariano Joaquim da Silva para o Nordeste, onde deveria abrir uma frente de trabalho, enquanto Fernando Luiz Nogueira de Souza, recém-cooptado para o CN, receberia os contatos em Goiás e, juntamente com Carlos Alberto Soares de Freitas, integraria a Executiva de Luta Principal.

(101) Foram presos do setor de imprensa nacional: Antonio de Pádua Prado Jr, sua esposa Iara Glória Areias Prado e Rui Goethe da Costa Falcão.

ORVIL

Enquanto o CR/RS e CR/SP iam-se organizando na Guanabara, boa parte dos militantes da VAR-P, identificando-se com as posições militaristas e vanguardistas da VPR, passou para essa organização, inexistindo, praticamente, o CR/GB. Na Bahia e no Nordeste o trabalho principal não se desenvolvia.

Em fins de abril e começo de maio, a VAR-P realizou na cidade de São José dos Pinhais/PR uma nova reunião de seu CN (102). Durante essa reunião, foi elaborada uma série de documentos e aprovado o início de uma campanha denunciando a "tortura de presos políticos" e o "desmascaramento da farsa eleitoral" de 15 novembro (103). Feito um balanço dos meios e das atividades da organização, constatou-se que, dos 800.000 dólares que dispunha em outubro do ano anterior, restavam apenas 350.000, decidindo-se distribuí-los entre os CR e o trabalho principal. Não houve acordo quanto à proposta de suprimir os trabalhos na Bahia e no Nordeste, de modo a fortalecer os CR do Centro-Sul. O assunto ficou para ser cuidado num Congresso Extraordinário, convocado para fins de agosto e início de setembro, quando, além de se decidir esse assunto, deveria ser eleito um novo CN.

A organização, porém, não conseguia deslanchar. No CR/RS o trabalho resumia-se ao Setor Operário, que foi desestruturado com a ocorrência de inúmeras prisões nos meses de maio e junho, inclusive a de Jorge Eduardo Saavedra, do CN. Em São Paulo, houve novos "desbundamentos" no Setor de Operações, e os Setores de Imprensa, Operário e Estudantil tinham reduzida capacidade de atuação. Também era ineficiente o Setor de Inteligência, que tinha como um de seus responsáveis Elizabeth Mendes de Oliveira — "Bete Mendes". Este setor nunca chegou a estruturar-se efetivamente, cumprindo apenas tarefas referentes à documentação. Além da falta de experiência e preparo político de seus integrantes, Bete Mendes e Roberto Bielawski levavam constantemente, para o Setor, os seus problemas pessoais. Na Guanabara, com a prisão de Cláudio Jorge Câmara, do CN e assistente do CR/GB,

---

(102) O CN estava constituído por Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Franklin Paixão de Araújo, Cláudio Jorge Câmara, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Mariano Joaquim da Silva e seu mais novo integrante, Fernando Luiz Nogueira de Souza.

(103) Durante essa reunião, foram elaborados os seguintes documentos: "Tática para o Trabalho de Campo", "Programa Tático de Lutas", "Propaganda Armada", "Luta Ideológica", "Diretrizes para o Movimento Estudantil", "Agitação e Propaganda", "Carta da VAR ao POC e PRT", propondo a formação de uma "frente", e "Informe sobre o GPR" e "Homenagem a um Revolucionário Morto" - Juarez Guimarães de Brito.

ORVIL

este foi, praticamente, desarticulado.

Em razão da prisão dos dois membros do CN, em julho, decidiu-se adiar o congresso extraordinário marcado para o final de agosto. Porém, nos meses de agosto e setembro, respectivamente em São Paulo e Rio de Janeiro, eram presos dois outros membros do CN, Carlos Franklin Paixão e Fernando Luiz Nogueira. Este último, por ocasião de sua prisão, tentou o suicídio, tendo sido conduzido ao Hospital Souza Aguiar, onde foi posto fora de perigo. Após essas prisões, os dois membros remanescentes do CN, incapazes de resolver a crise que se abatera sobre a organização, voltaram a convocar um Congresso Nacional, então marcado para o primeiro trimestre de 1971, em Recife.

Durante esse período, o CR/SP, através de seu Setor de Operações, ainda realizou alguns assaltos. Assim, em julho, assaltou o supermercado Pão de Açúcar, da Rua Conselheiro Furtado, sendo roubada a quantia de Cr$ 20.000,00. No mês de setembro, realizou dois assaltos, em "frente" com o PRT, ambos ao supermercado Pão de Açúcar, o primeiro na filial da Rua Afonso Brás e o segundo na filial da Rua Baturité.

No mês de setembro, voltaram a ocorrer várias prisões no CR/SP, entre os quais Elizabeth Mendes de Oliveira e Maria Celeste Martins, esta última do CR.

Praticamente desarticulada e acéfala no restante do País, a VAR-P continuava a existir pelas atividades do CR/SP, que ainda realizou algumas ações armadas no último trimestre do ano. Em outubro, assaltou o supermercado Peg Pag, da Avenida Paes de Barros e a empresa Paulista, de ônibus, localizada na Rua Pascoal Ranieri Mazzilli. No mês de novembro, fez nova carga sobre o supermercado Pão de Açúcar — primeiro assaltando novamente a filial da Rua Baturité e depois, a da Rua Barão de Jundiaí, este último em "frente" com o PRT.

Durante todo esse ano, debatendo-se em sucessivas crises provocadas pelas constantes prisões e deserções, a VAR-P não conseguiu estruturar, com eficiência, os seus diversos organismos, nos diferentes níveis, e tudo indicava que a organização duraria enquanto restassem os dólares provenientes da divisão ocorrida após o "racha" de setembro/outubro de 1969.

ORVIL

33. O surgimento da Dissidência da VAR-Palmares (DVP)

Em setembro de 1969, durante o "Congresso do Racha" da VAR Palmares (VAR-P), Apolo Heringer Lisboa havia permanecido como voto isolado, contrário às posições defendidas pela VAR-P e pela VPR, por ele consideradas como foquistas. Através de seus documentos "Contribuição a uma Autocrítica da Organização" e "Revolução no Foquismo", assinados com o pseudônimo de "Hélio Moreira", Apolo negava à coluna guerrilheira o seu papel primordial e defendia a formação de guerrilhas irregulares em vinculação com a massa.

Em 15 de novembro, o documento "Carta Aberta à Direção" formalizava o afastamento do grupo liderado por Apolo, constituído por sua esposa Carmen Helena do Vale Heringer Lisboa, o boliviano Mário Bejar Revollo e sua companheira Sílvia Lajes de Oliveira. Estava criada a Dissidência da VAR-Palmares (DVP) que, logo depois, receberia a adesão de elementos oriundos do setor operário da VAR-P.

Nessa época, estava em gestação uma outra dissidência na VAR-P, constituída por elementos do setor estudantil que haviam sido do antigo Comando Secundarista (COSEC) da Guanabara. Formando o autodenominado Grupo de Política Revolucionária (GPR) (104), iniciaram uma aproximação política com a DVP e romperam formalmente com a VAR-P, em fevereiro de 1970, [illegible] mento "Carta Aberta".

As prisões de numerosos militantes da VAR-P em Minas Gerais, ocorridas em janeiro, haviam provocado uma debandada de seus integrantes. Os que se dirigiram à Guanabara, mais de uma dezena, integraram-se uns ao GPR e outros à DVP.

Na primeira quinzena de março de 1970, o GPR incorporou-se à DVP, sendo constituída a primeira Direção da Organização (DO), com Apolo e Carmen pela DVP e Cláudio Antonio Gonçalves pelo GPR. Estruturada, basicamente, na Guanabara, no Rio de Janeiro (Baixada Fluminense e Volta Redonda) e em Minas Gerais, a DVP possuía quatro setores subordinados diretamente à DO: o Setor Operário, que tinha a responsabilidade do trabalho de massa e do recrutamento junto à classe operária; o Setor de Imprensa, para elaborar e distribuir os documentos da organização; o Setor da Pequena Burguesia, para as discussões políticas e ideológicas, além de angariar fundos provenientes de contribuições; e o Setor Estudantil, constituído com base nos militantes oriundos do GPR.

---

(104) Os principais líderes do GPR eram: Cláudio Antonio Gonçalves Egler, João César Belizário de Souza, Leonardo Valentini, Cleto José Praia Fiúza, Laert Seixas Wilmann Pereira e Gustavo José Meyer.

Ainda ligado à DO, foi criado um Grupo de Operações (GO), para as ações armadas, cujos componentes realizaram treinamentos de tiro, com revólveres .32 e .38, em Coroa Grande, em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Pensando nas guerrilhas irregulares, Mário Bejar Revollo integrou-se à área de treinamento da VPR, em Registro.

Em 29 de março, a DVP iniciou suas ações armadas de forma violenta. Sílvia Lajes de Oliveira, Tomas David Weiss, Leonardo Valentini e Eurico Natal tentaram roubar um automóvel no bairro de Ipanema, na Guanabara. Ao passarem pela Avenida Vieira Souto, foram abordados por uma viatura policial, cujos integrantes desconfiaram das intenções do grupo. Sílvia iniciou o tiroteio, sendo feridos o agente Hélcio Gomes de Moraes, com um tiro no pescoço, e um vigia noturno, Antonio dos Anjos Ferreira, baleado na perna. Leonardo Valentini, ferido no ombro, foi atendido pela médica Graciela Meienberg Fadul ("Júlia"), mãe do militante Antonio Carlos Meienberg Fadul.

Temeroso das investigações que seriam desencadeadas, Eurico Natal entregou a Geraldo Ferreira Damasceno as armas que guardava em sua residência — uma carabina .44 e cinco revólveres .38 com munição —, acondicionadas numa mala. Três semanas depois, tranqüilizado quanto à segurança, pediu a devolução das armas, só recebendo, depois de muita insistência, a mala cheia de tijolos. Geraldo, precisando de dinheiro, havia vendido as armas.

Levado o caso à DO, instalou-se, em maio, um Tribunal Revolucionário, integrado por Apolo, sua esposa Carmen, Eurico, João Leite e Sílvia, no "aparelho" dos dois primeiros militantes, em Sepetiba, o qual decidiu, por unanimidade, o "justiçamento" de Geraldo Ferreira Damasceno. Apesar de avisado por Jonas Soares, Geraldo confiava que a DVP, no máximo, o expulsaria.

Às 23 horas de 29 de maio de 1970, com a cobertura de Jonas Soares e Paulo Roberto Machado da Silva, Apolo Heringer Lisboa e João Leite Caldas encontraram Geraldo em frente ao nº 55 da Rua Leblon, em Duque de Caxias, só que acompanhado de um seu amigo, de nome Elias dos Santos. Previsto para ser morto a facadas, a presença de Elias modificou o planejamento da dupla assassina. Ali mesmo, Geraldo foi abatido com seis tiros desfechados por Apolo, e Elias morreu para não haver testemunhas, com um tiro disparado por João Leite.

Pouco mais de duas semanas depois, na noite de 16 de junho, Apolo, João Leite e Paulo Roberto tentaram roubar um Volks de um casal de namorados, estacionado na Rua Otranto, em Vigário Geral. Recebidos a tiros pelo proprietário do carro, Apolo e Paulo Roberto fugiram, deixando João Leite Caldas agonizante na calçada.

Os dois fracassados assaltos e o "justiçamento" provocaram a saída de diversos militantes da DVP, no segundo semestre de 1970, além da extinção do GO e da criação de uma coordenação operária a fim de fortalecer os trabalhos nesse setor.

Por discordarem da suspensão das ações armadas, Mário Bejar Revollo, Sílvia Lajes de Oliveira e Tomas David Weiss foram expulsos da organização, em novembro.

Inviabilizada como organização militarista, a DVP procuraria novos caminhos, no trabalho de massa junto à classe operária.

34. A desarticulação da REDE

No início da 1970, a REDE perdeu importantes militantes do seu grupo de ação (105). Pela total falta de efetivo, ela passou a realizar, apenas, ações em "frente" com outras organizações. No dia 11 de março, a REDE participou com a VPR e o MRT do seqüestro do cônsul japonês. Em 2 de maio, o assalto à Companhia de Cigarros Souza Cruz, no Cambuci, em São Paulo, foi realizado em "frente" com o MRT e o MRM. Nesta ação, houve mais uma oportunidade para "Bacuri" exercitar o seu instinto assassino: o guarda particular João Batista de Souza foi morto a tiros por ele, sem ao menos ser instado a render-se.

Em maio, ocorreram as "quedas" que esfacelaram a REDE e

---

(105) Walter Olivieri abandonou a organização; Gilberto Faria Lima, no início de janeiro, tinha-se deslocado para a área de treinamento de guerrilhas da VPR, em Registro/SP; e os militantes Elias Mejias Júnior e José Bezerra do Nascimento, por questões de segurança, foram desligados das ações armadas.

ORVIL

provocaram o seu desaparecimento como organização. Praticamente, só restaram o casal "Bacuri" e Denize Peres Crispim e o militante Almir Marun Cury, que, por afinidade e por falta de opção, se ligaram à ALN.

Desta forma, desaparecia a REDE, que se notabilizou, no seu curto período de existência, pela violência — aspecto característico transmitido pela personalidade de seu celerado líder, Eduardo Leite ("Bacuri").

35. As contradições afloram dentro da Ação Popular

No início de 1970, novas alterações ocorreram na articulação nacional da AP. A saída da organização do ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, que "ganhou" a maioria dos militantes de sua regional para o PRT, provocou o desmantelamento da Região 10 (Goiás-DF), com sua posterior extinção pela Direção Nacional (106).

Os impactos no trabalho camponês, representados pelas "quedas", em meados de 1969, no Vale do Pindaré/MA e na Zona da Mata/PE, foram recompensados pelo trabalho de implantação das Regiões 9 e 10 (Especiais). A R-9 Especial foi estabelecida na região de Bom Jesus da Lapa, na Chapada Diamantina na Bahia, através da direção de Ronald Cavalcanti de Freitas. A R-10 Especial fixava-se na região do Vale do Cariri, no Sul do Ceará, orientada por José Luís Moreira Guedes e Rui Soares Frazão. As duas regiões, consideradas assunto do mais alto sigilo na organização, ligaram-se e eram diretamente orientadas pela Comissão Executiva Provisória (CEP).

No início de 1970, tomava corpo na AP a idéia de deslocar dirigentes nacionais da organização para o interior do País. Sob o nome código de "Projeto Ho-Chi-Min", previu-se a cidade de Feira de Santana, na Bahia, para a instalação da Direção Nacional. O objetivo do deslocamento era evitar a militância em São Paulo e nos grandes centros, onde a ação policial se tornara intensa.

Preocupada com a segurança da organização, a CEP divulgou, em abril de 1970, a circular "Mobilizar todo o partido para levar adiante a campanha contra a repressão", divulgando normas e procedimentos para evitar e denunciar a atividade policial, que se tornara preocupantemente eficiente, a partir da integração das

---

(106) O trabalho remanescente, existente em Goiânia, Brasília e Anápolis, ficou a cargo de um Comitê Seccional, subordinado à Região 5 (Minas Gerais).

Forças Armadas no combate à subversão.

Ao retornar da China — via Chile —, Jair Ferreira de Sá, secretário-geral da organização, acompanhado de Paulo Gustavo de Barros Carvalho, participou, em Santiago, de uma conferência dos partidos e organizações marxistas-leninistas sul-americanos (107).

Após a conferência, quando do regresso ao Brasil, Paulo Gustavo foi preso, no dia 13 de setembro, em Rivera, no Uruguai. Detido com farta documentação trazida do Chile e da China, depois de entregue às autoridades brasileiras, "abriu" todo o esquema da AP, possibilitando um amplo conhecimento sobre a organização.

Por motivo de segurança, a III RADN (Reunião Ampliada da Direção Nacional), prevista para o final de setembro, foi adiada.

Durante a longa ausência de Jair Ferreira de Sá, agravaram-se as questões políticas na organização. Em julho de 1970, na décima reunião da CEP, foram acrescentadas ao projeto de estatuto modificações nas teses da "revolução brasileira", ficando estabelecida a "revolução ininterrupta por etapas" e a "construção do partido novo". Dentro da CEP, Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá, em minoria, questionavam a análise da sociedade brasileira, o caráter da revolução e o caminho da luta armada. A questão do partido já não conseguia encobrir a gama de contradições latentes dentro da AP.

36. A extinção do PRT

No ano de 1970, o PRT tentou colocar em prática seus propósitos revolucionários, que se limitaram a uma série de assaltos visando à sobrevivência de seus militantes profissionalizados. A rotina repetia-se. As organizações subversivas, nascidas de decisões imaturas de meia dúzia de comunistas, não apresentavam um planejamento de infra-estrutura de sustentação e, mesmo assim, resolviam fazer a "revolução". Fácil era justificar os assaltos como "expropriações", tentando encobrir a incompetência de sensibilizar e conseguir o apoio da massa, supostamente a beneficiária de sua ação.

Em fevereiro, iniciou-se a "ação revolucionária" do PRT. Altino Dantas chefiou um assalto a um hotel de encontros amoro-

---

(107) Paulo Gustavo freqüentava o curso de capacitação político-militar na Academia Militar de Pequim, China, onde Jair esteve em busca de apoio e reconhecimento para a AP.

ORVIL

sos, na Lapa, no Rio de Janeiro. Em março, "expropriaram" o supermercado Pão de Açúcar da Av. São Gabriel, em São Paulo.

Inspirado nos sucessos de Altino, o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, português naturalizado, principal líder do PRT na Guanabara, resolveu "fazer finanças" e planejou o assalto à agência da Caixa Econômica Federal em Anchieta. Feitos os reconhecimentos e o planejamento, no dia 10 de abril de 1970, o "padre" Alípio e o Grupo de Ação (GA) da Guanabara partiram para a empreitada "revolucionária". Bisonhos e mal preparados, o chefe e o grupo bateram em desordenada retirada quando o gerente reagiu ao assalto, ameaçando chamar a polícia.

Em maio, o "liberalismo" e o despreparo dos militantes do PRT na Guanabara causaram a "queda" do "padre" Alípio e de grande parte dos militantes da Regional da Guanabara (108).

As "quedas" da Guanabara enfraqueceram, ainda mais, o já combalido PRT. A crise financeira e a falta de quadros ameaçavam a existência do partido. A organização vislumbrou na atuação conjunta com outras entidades clandestinas o alento para a sua sobrevivência. Em meados de 1970, Altino Dantas, em nome do PRT, fez contatos com o POC, que não desistia da intenção de formar a Frente da Esquerda Revolucionária (FER). Altino contatou também a VAR-P, a ALN e o MR-8. Todas esses relações indicavam que o PRT seria incentivado a prosseguir no caminho escolhido dos assaltos e da violência.

Os dirigentes Altino Dantas e Maria do Carmo Ibiapina Menezes, em julho, participaram de uma reunião, com a VAR-P e o POC, com o objetivo de estudar a viabilização de uma frente de atuação. A reunião redundou num estreitamento do relacionamento do PRT com essas organizações. Os entendimentos com o POC foram praticamente suspensos com a prisão de Régis Stephan, em setembro de 1970, não se formalizando a criação da FER. A organização com a qual o PRT mais se relacionou foi a VAR-P, realizando em conjunto várias "ações de expropriação" em São Paulo.

Em agosto, Vinícius Caldeira Brandt foi preso em São Paulo. Com ele "caíam" seus contatos, enfraquecendo a Regional 2 (SP). Em outubro, Maria do Carmo Ibiapina de Menezes e seu marido Sérgio Horácio Bezerra de Menezes foram presos no Rio de Ja-

---

(108) Naquela época, o comitê regional, além do "padre" Alípio, era composto por Wanda Corsetti Marinho — amante do "padre" — e por João Francisco. Wanda foi presa e João Francisco abandonou o PRT.

ORVIL

neiro, juntamente com o outro membro da Regional da Guanabara , Alberto Henrique Becker. Poucos foram os militantes de importância que restaram nessa Regional.

Enquanto isto, Altino, o único remanescente da DNP, continuava "expropriando" em São Paulo, unido ao setor de operações da VAR. A cadeia do Supermercado Pão-de Açúcar foi a maior vítima do GA do PRT, reforçado por "Zequinha" da VAR-P. Por duas vezes em setembro, e duas vezes em outubro, o "Pão de Açúcar" foi vítima de "expropriações".

O assalto à fábrica de parafusos Mapri, em São Paulo, no dia 10 de março de 1971, seria o canto do cisne do PRT. Com a prisão de Altino Rodrigues Dantas Júnior, em 13 de maio de 1971, no Rio de Janeiro, a hidra do PRT perdia a sua última cabeça e desaparecia como organização.

Desde a sua expulsão da AP, em setembro de 1968, a "Corrente 2", ou "Grupo Oportunista e Provocador de Rolando" (GOPR), que dera origem ao PRT, demonstrou que seria mais uma tendência fugaz na constelação de organizações subversivas, surgidas com a atomização das esquerdas no período 68/69. A clandestinidade obrigou o PRT a cair na sanha da violência e dos assaltos para garantir a sua sobrevivência. A incapacidade de sensibilizar a população para a sua despropositada luta gerou o isolamento que o sufocaria e o destruiria.

37. O PORT e as "quedas" de maio e de julho

Em 1970, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) possuía, apenas, quatro Comitês Regionais: em São Paulo, na Guanabara, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Sua maior força residia em São Paulo, onde possuía células nas faculdades de Física e de Letras, na USP, e entre os metalúrgicos e os têxteis. E foi em São Paulo que o PORT sofreria suas primeiras "quedas". Elas se iniciaram durante as manifestações do 1º de Maio, realizadas no bairro Belém, na capital, quando foram presos cerca de 20 militantes, dentre os quais Olavo Hanssen, ex-estudante de engenharia da USP, que estava trabalhando numa indústria química de Santo André e atuava infiltrado no Sindicato dos Metalúrgicos. Alegando, desde o primeiro dia de sua prisão, estar passando mal de saúde, Olavo foi transferido para o Hospital do Exército onde se suicidou, em 9 de maio, ingerindo gran-

ORVIL

de quantidade de um remédio tóxico, o que provocou um grande protesto da linha posadista mundial, dizendo que ele havia sido "assassinado sob torturas".

Em 13 de julho de 1970, na Guanabara, foi preso Primo Alfredo Brandimiller, que, em suas declarações, entregou toda a estrutura e a direção do PORT, inclusive aquela que viria a ser sua esposa, Miriam Gomes Burger, presa, logo depois, com outros militantes do PORT nesse Estado.

A partir daí, mais cinco militantes foram presos em São Paulo. Na leva de prisões, foi detido, em 20 de julho, o líder internacional trotskista Hugo Miguel Bressano ("Nahuel Moreno"). Desconhecendo sua real importância, a polícia liberou-o em 11 de agosto, enviando-o para a Argentina.

Essas "quedas", além de outras, de militantes de menor nível, levaram o pânico ao PORT. A organização, desarticulada, levaria um ano para estruturar-se novamente.

38. O desmantelamento da FBT

Nos três dias de carnaval de fevereiro de 1970, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) realizou a sua II Conferência Nacional, numa granja em Cachoeira do Caracol, entre os municípios de Gramado e Canela, no Rio Grande do Sul. Com a presença de cerca de 30 militantes, representando o Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Ceará, foi eleito um Comitê Central (CC) composto de 11 membros efetivos (109).

Durante a Conferência, foi feita uma análise da situação nacional e estabelecida a linha política da FBT, centrada em agitações nos meios sindical, estudantil e camponês. Críticas foram tecidas a "Posadas" e aos grupos guerrilheiros. Ficou acertado que a III Conferência Nacional seria realizada em maio desse ano, em Porto Alegre, sendo posteriormente adiada para julho e transformada em um pleno reduzido, tendo em vista a má situação financeira da organização.

Em 24 de abril, quando realizavam uma reunião no "aparelho" da Rua do Sossego, em Recife, foram presos 11 militantes.

---

(109) Compunham o CC: Vito Antonio Letizia, Vera Lúcia Stringuini e Antonio Carlos de Campos, estes três compondo o Bureau Político (BP), e mais Sílvio Nogueira Pinto Júnior, Sérgio Joveleviths, Érico Dorneles, Luiz Antonio dos Santos Aranovich, Luiz Castilhos, José Arlindo Soares, Bartolomeu José Gomes e Sérgio José Cavalcante Buarque.

ORVIL

Quatro dias depois, no Rio Grande do Sul, foram presos outros 7 integrantes da organização. No início de maio, foi a vez de São Paulo, onde caíram 9 membros da FBT. Ao mesmo tempo, no Ceará, foram, também, presos mais 4 de seus militantes.

As sucessivas prisões, em vários Estados, em abril e maio, impediram a realização do pleno previsto e desmantelariam a FBT. Ao todo, foram mais de 30 prisões, inclusive 11 de membros do CC. Os remanescentes encolher-se-iam ou fugiriam para o exterior, como Deivis Hütz. Alguns abandonariam a militância, como Francisco José Acioly Vasconcelos Filho. Outros, ingressariam em outras organizações, como Clóvis Carneiro de Oliveira. A FBT só tentaria a sua rearticulação dois anos depois.

39. A Estruturação do Grupo Independência ou Morte

O ano de 1970 foi utilizado pelo Grupo Independência ou Morte (GIM) para refazer os contatos do antigo MNR e para aliciar militantes e simpatizantes para o grupo em formação. Adotou uma estrutura orgânica, baseada no grupo de ação (GA). Ao invés de células ou bases, o GA seria o organismo embrionário constituído por três militantes (110).

Em setembro de 1970, João Carlos Reis Horta conversou, em Juiz de Fora, com o professor Avelino Gonçalves Kock Torres. Avelino, pessoa conhecida e respeitada no meio universitário local, passou a receber o jornal "IM" e foi considerado a ponta-de-lança da organização para uma futura expansão para o Estado de Minas Gerais.

O conhecimento do Padre Narciso Sminovski, Capelão da Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, proporcionou a Amadeu Rocha ligação com o clero "progressista". Em uma de suas freqüentes visitas a Amadeu, no Rio de Janeiro, Narciso proporcionou um contato com o Padre Mário Prigol, da Igreja do Catumbi. Amadeu desejava receber a publicação clandestina do clero "progressista", "O Círculo". Realizado o encontro, o Padre Mário aceitou receber e distribuir o jornal subversivo "Independência ou Morte" e proporcionou um contato com o Padre Tranquilo Mortele ("Padre Mota"). "Padre Mota" concordou em escrever artigos para publicação no jornal da organização e passou a receber e distribuir o IM. A pedido do "Padre Mota", a organização imprimiu um documen-

---

(110) Três GA formariam uma equipe de ação (EA) e três ou mais EA formariam um setor. Três ou mais setores estabeleceriam uma regional.

ORVIL

to, defendendo a ala "progressista" da Igreja, o qual foi difundido no meio eclesiástico.

Através de Ana Araújo Arruda Albuquerque, foi retomado o contato com o escritor Antonio Calado, que passou a ligar-se ao grupo e a receber o jornal. Na área militar, Amadeu Rocha foi procurar o ex-major, cassado, Fernando Ryff Correia Lima, seu antigo conhecido do ISEB, que se integrou na organização como leitor do jornal "IM".

No final do ano, Maria José da Silva Lourenço retirou-se para o Chile com seu amante Jorge Pinheiro dos Santos. Perdendo a participação de Maria José Lourenço, o trabalho do grupo do jornal ficou limitado às atividades de Amadeu Rocha e Ana Arruda. A sofrível qualidade do jornal caiu ainda mais, gerando críticas por parte dos militantes mais exigentes.

O "Grupo Independência ou Morte" lutava para arregimentar adeptos, mas se limitou, em 1970, a captar leitores para seu jornal.

40. O MPL aproxima-se do clero "progressista"

No início de 1970, o Movimento Popular de Libertação (MPL) não tinha um fundo ideológico definido. No Brasil, o movimento caracterizava-se como um trabalho de massa de cunho socialista. Para a direção que se encontrava em território brasileiro, a intenção de transformar o MPL em "frente antiimperialista" não mais existia. A organização procurava adotar uma linha de atuação própria, no universo das esquerdas brasileiras, pautando sua atividade na conscientização, através da educação (111).

Em janeiro, Miguel Arraes reconheceu a difícil situação em que se encontrava o movimento. A maioria dos elementos que haviam participado da reunião de fundação abandonara a organização. O núcleo que coordenava os trabalhos do MPL no Brasil estava reduzido a Marcos Correia Lins, Piragibe Castro Alves e Afonso Delelis, todos contrários à pretensão de Miguel Arraes de conduzir o movimento para uma aliança com a ALN.

Em março, Sônia Correia Lins foi a Argel e acusou Arraes

---

(111) A frente de Educação contava com o concurso de Beatriz Bebiano Costa, Maria Letícia Ligneul Cotrin e Maria Aída Bezerra. Beatriz Bebiano ministrava cursos sobre Educação e Maria Letícia, atuando no Movimento de Educação de Base (MEB), fazia o trabalho do MPL, através de cursos ministrados em Teresina, Manaus, Fortaleza e Aracaju.

ORVIL

Quatro dias depois, no Rio Grande do Sul, foram presos outros 7 integrantes da organização. No início de maio, foi a vez de São Paulo, onde caíram 9 membros da FBT. Ao mesmo tempo, no Ceará, foram, também, presos mais 4 de seus militantes.

As sucessivas prisões, em vários Estados, em abril e maio, impediram a realização do pleno previsto e desmantelariam a FBT. Ao todo, foram mais de 30 prisões, inclusive 11 de membros do CC. Os remanescentes encolher-se-iam ou fugiriam para o exterior, como Deivis Hutz. Alguns abandonariam a militância, como Francisco José Acioly Vasconcelos Filho. Outros, ingressariam em outras organizações, como Clóvis Carneiro de Oliveira. A FBT só tentaria a sua rearticulação dois anos depois.

39. A Estruturação do Grupo Independência ou Morte

O ano de 1970 foi utilizado pelo Grupo Independência ou Morte (GIM) para refazer os contatos do antigo MNR e para aliciar militantes e simpatizantes para o grupo em formação. Adotou uma estrutura orgânica, baseada no grupo de ação (GA). Ao invés de células ou bases, o GA seria o organismo embrionário constituído por três militantes (110).

Em setembro de 1970, João Carlos Reis Horta conversou, em Juiz de Fora, com o professor Avelino Gonçalves Kock Torres. Avelino, pessoa conhecida e respeitada no meio universitário local, passou a receber o jornal "IM" e foi considerado a ponta-de-lança da organização para uma futura expansão para o Estado de Minas Gerais.

O conhecimento do Padre Narciso Sminovski, Capelão da Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, proporcionou a Amadeu Rocha ligação com o clero "progressista". Em uma de suas freqüentes visitas a Amadeu, no Rio de Janeiro, Narciso proporcionou um contato com o Padre Mário Prigol, da Igreja do Catumbi. Amadeu desejava receber a publicação clandestina do clero "progressista", "O Círculo". Realizado o encontro, o Padre Mário aceitou receber e distribuir o jornal subversivo "Independência ou Morte" e proporcionou um contato com o Padre Tranquilo Mortele ("Padre Mota"). "Padre Mota" concordou em escrever artigos para publicação no jornal da organização e passou a receber e distribuir o IM. A pedido do "Padre Mota", a organização imprimiu um documen

---

(110) Três GA formariam uma equipe de ação (EA) e três ou mais EA formariam um setor. Três ou mais setores estabeleceriam uma regional.

ORVIL

de não se submeter às decisões da direção do movimento, representada pelos três remanescentes do núcleo original. Arraes não aceitou a admoestação e acusou a direção de estar provocando um rompimento, respaldada pelos recursos advindos das atividades comerciais de Sílvio Correia Lins na firma Intrade, e de estar isolando as organizações militaristas no Brasil. Ocorreu o rompimento.

Roberto Las Casas, Rui Rodrigues da Silva e os irmãos Sílvio e Sônia Correia Lins definiram-se contra a fusão com a ALN e romperam com Arraes. Pretendiam prosseguir na estruturação de uma organização de massa com ideologia de esquerda sem adotar a política imediatista do foquismo. Arraes, o Padre Almery Bezerra e Everardo Norões persistiam na postura de apoio à ALN (112).

Em abril, a Frente Brasileira de Informações (FBI), orientada por Miguel Arraes, tentou assumir a direção do "Comitê de Entrada", que representava um importante papel no auxílio aos subversivos brasileiros na França. Dentro do "Comitê de Entrada", atuavam elementos ligados às diversas organizações, auxiliando a direção da entidade na identificação e no encaminhamento dos subversivos que chegavam a Paris. Severo de Albuquerque, militante da AP, e Luiz Prado de Oliveira, do MR-8, desempenhavam no Comitê o assessoramento relativo às suas organizações. Arraes pretendia capitalizar para si e para a sua facção, o prestígio adquirido pela entidade junto à esquerda brasileira. A disputa pela hegemonia no organismo desgastou as duas partes junto ao CIMADE, que, ao final de 1970, retirou o apoio financeiro do Comitê, provocando o encerramento de suas atividades.

O rompimento com Arraes representou para o MPL a perda de importante apoio político e financeiro. Iniciou-se, então, um período de reconstrução do MPL, com a formação de grupos de debate e a busca de contatos, principalmente nas áreas de Educação e operária.

Em 1970, o MPL já tinha chegado a algumas conclusões. Abjurava o foquismo e fazia do trabalho de conscientização, realizado na área da Educação, junto à Igreja e no meio operário — os três setores básicos de atuação da organização —, sua ativi-

---

(112) Após o rompimento com os irmãos Correia Lins, houve a dissolução da sociedade da firma Intrade. Depois de um primeiro ajuste de contas, Arraes entendeu ter direito a uma parcela maior de capital, como ressarcimento. Insistiu com Sílvio na devolução do restante do dinheiro, nada conseguindo de positivo.

ORVIL

dade principal. O movimento tinha o objetivo de implantar um regime socialista no Brasil, a longo prazo. O contato com os estudantes foi evitado. A radicalização do movimento estudantil poderia colocar em risco a organização. A primeira fase, após a cisão, centrou-se em contatos com o clero, com os intelectuais e com os trabalhadores urbanos e rurais.

Em Salvador, existia um grupo ligado à esquerda católica, que se reunia para debater problemas conjunturais e propor alternativas socialistas para o Brasil. Istvan Jancso, professor universitário, ligado a D. Timóteo Amoroso Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento em Salvador, dedicava-se, em companhia deste, ao diletantismo socialista, em encontros com a presença do Padre Alfredo Hervê, da Igreja do Pilar, e do jornalista Walter Santiago, do Jornal da Bahia. Outros grupos socialistas proliferavam pelo Nordeste. Em Fortaleza, o Padre Daniel Constant Jouffe, do Instituto de Ciências Religiosas, orientava um grupo semelhante ao de Salvador, congregando católicos apologistas do socialismo. Em Recife, o trabalho era orientado por João Francisco de Souza,elemento ligado a D. Hélder Câmara. Istvan Jancso mantinha contatos, através da "Igreja Progressista", com os outros grupos em Recife, Fortaleza e no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, os contatos eram feitos através do Padre Tranquilo Mortele ("Padre Mota") e de José Domingos Cardoso, antigo militante da JOC.

A partir de determinada época, a discussão entre os grupos foi sistematizada pela publicação do jornal "O Círculo". Os orientadores de "O Círculo" eram Istvan Jancso e o Padre Daniel. Os trabalhos gráficos ficaram sob a responsabilidade do Padre Alfredo Hervê, naturalmente com recursos da Igreja.

No final do 1º trimestre de 1970, o Padre Alfredo Hervê apresentou Istvan Jancso a Marcos Correia Lins, na cidade do Rio de Janeiro. Após conversações, com a participação do Padre Alfredo Hervê e de Piragibe Castro Alves, ficou decidida a adesão do grupo de "O Círculo" ao MPL. De início, apenas Istvan Jancso e o Padre Hervê passaram a participar, cabendo aos dois a tarefa de aliciar outros elementos do Grupo de "O Círculo" para o movimento. Istvan recebeu a incumbência de montar o Setor de Estudos e Informações, que funcionaria em conjunto com o Setor de Educação, com a finalidade de estabelecer uma linha política e

ORVIL

elaborar um documento básico para o movimento.

No Rio de Janeiro, José Cardoso e, em Fortaleza, o Padre Jouffe concordaram também em participar do MPL.

Apoiado no Grupo "O Circulo" da igreja dita "progressista", o MPL articulava-se no Nordeste e ampliava sua penetração na área operária e, em parte, na Igreja da cidade do Rio de Janeiro.

41. Um mil novecentos e setenta

Este foi um ano politicamente tranqüilo. Vivia-se sob a vigência do AI-5, e os políticos, sabidamente, tinham pouca interferência nas decisões governamentais. Todavia, dentro dos princípios enunciados pelo Presidente da República, que tinha a dupla missão de preservar a Revolução e promover a volta do País à plenitude democrática, aos políticos cabia ampliar, com suas atitudes e comportamento, o raio de sua autonomia e, no exercício de suas atribuições, desenvolver sua própria área de liberdade. Só assim a dupla função do Presidente poderia obter êxito. O novo governo criara condições para o desarmamento dos espíritos, proposto e iniciado pelo Presidente da República, mas as circunstâncias conduziam a cuidados de ambas as partes, fazendo com que a evolução do processo político fosse tímida e lenta. O Presidente desejava que o comportamento e as atitudes dos políticos fossem altivas, mas não abria mão dos instrumentos que a Revolução outorgara-lhe para conduzir o processo, embora não os utilizasse. Os políticos queriam ampliar sua área de liberdade, mas, simplesmente, esperavam pela revogação do AI-5. Ocorre que as decisões do Governo não são assentadas apenas em intenções, e vivíamos numa realidade que não indicava a conveniência da revogação imediata daquelas medidas acautelatórias.

No Exterior, o País sofria os efeitos de uma guerra psicológica — e é preciso que se tenha sempre em mente — conduzida por subversivos fugidos ou banidos do Brasil, frustrados com sua impotência e que contavam com o apoio de organizações de frente e de fachada do Movimento Comunista Internacional. Ela se desenvolvia através de uma campanha sistemática, cuja principal arma, a propaganda, visava a gerar emoções e com elas influenciar opiniões, naturalmente, em apoio aos objetivos de seus promotores ou orientadores. Gastava-se nesse trabalho milhões de dólares, que brotavam como que por encanto, para manter uma estrutura in ternacional que, de quebra, dava emprego a dezenas de subversivos que deixavam o País.

Como diz o editorial, já citado neste capítulo, do jornal "O Estado de S. Paulo", "a custa de sistemática repetição da aleivosia, mesmo conceituados jornais e revistas caem nas redes da trama". Internamente, isto ocorria no País, verificando-se opiniões que, sem estarem inseridas nessa campanha externa, mostravam-se por elas influenciadas. Neste ano, inclusive, um experimentado cronista político passava a defender a inexistência da guerra revolucionária entre nós. Seu argumento, simplista, era de que aqui não havia nenhum "Vietnam". Ora, a guerra, revolucionária ou não, é fenômeno evolutivo, que tem suas fases de progressão, seus passos e suas gradações, e, felizmente, graças às providências do Governo e à atuação dos órgãos de segurança, o povo brasileiro não chegou a conhecer esse infortúnio nas suas fases mais avançadas, como no Vietnam, no Camboja, no Iemen, etc.

Internamente, as ações das organizações subversivas mostravam, exatamente, a evolução do processo revolucionário. Enfrentava o País, talvez, o ano de maior intensidade dessa luta. Embora fossem evidentes os progressos dos órgãos de segurança, correspondendo a cada prisão a novas prisões, "estouros de aparelhos" e enfrentamentos com os subversivos, o terrorismo estava longe de ser neutralizado. Uma organização subversiva, a REDE, havia sido desmantelada pela ação desses órgãos. Outras duas organizações, o PRT e a FBT, desapareciam, porém mais por suas próprias ineficiências do que pela ação dos órgãos de segurança. Eram organizações que nasceram como fruto de personalismos e que nunca foram capazes de se estruturarem ou sequer de definirem uma linha política coerente. No entanto, da mesma forma que essas organizações desapareciam, outras surgiam como conseqüência das constantes dissidências, como aconteceu ao longo desse ano com o aparecimento do Movimento Revolucionário Marxista (MRM), oriundo de um "racha" na Ala Vermelha, e da Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária (OCML-PO) e do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), frutos de sucessivos "rachas" no Partido Operário Comunista (POC).

Embora as prisões afetassem certos setores ou regionais de algumas organizações, elas continuavam a atuar com intensidade, sendo que algumas recebiam, inclusive, reforços do exterior,

ORVIL

como foi o caso da ALN, que nesse ano acolheu seus militantes do chamado "II Exército de cubanos". Evidenciava-se, claramente, um incremento na radicalização e na violência, que, naturalmente, não seria unilateral! A resistência à prisão a todo o custo causou várias mortes, de ambos os lados. Houve assassinatos frios, como nos casos do Tenente Levino ou do Sargento Walter, quando o assassino, algemado, não tinha sequer qualquer chance de fuga. Igualmente revela-se essa violência na morte covarde do vigilante do Banco Nacional de Minas Gerais, Vagner Vitório, roubado quando ainda agonizava à porta do seu emprego, ou na do investigador da loja Mappin, assassinado por Ana Bursztyn por motivo de somenos importância, ou, ainda, o assassinato cruel e sem qualquer sentido do modesto comerciante José Armando, de São Benedito, no interior do Ceará. A violência atingia também os próprios militantes, como atestam os justiçamentos de Ary Rocha Miranda e Geraldo Ferreira Damasceno e os suicídios e as inúmeras tentativas de suicídio, frutos de normas de segurança orientadas por um incompreensível fanatismo.

Além do incremento das ações armadas nas cidades, que cresceram no segundo semestre desse ano, vários trabalhos estavam sendo realizados no campo: na região de Imperatriz e no Vale do Pindaré, no Maranhão; no Vale do Cariri, no Sul do Ceará; na região do Araguaia, no sudeste do Pará e norte de Goiás; na zona da Mata, em Pernambuco; na área de Bom Jesus da Lapa, na Chapada Diamantina, na Bahia, etc.. Dessas ações, a que preocupou mais as autoridades militares foi a que talvez tivesse menor importância, pois, embora localizada numa área vital para o País, tratava-se apenas de uma área de treinamento militar, já findo quando descoberta — a área do vale do Rio Ribeira do Iguape, no litoral sul de São Paulo. Aí, como ocorreria em outras oportunidades, no afã de eliminar no nascedouro um possível foco guerrilheiro, os chefes militares agiram açodadamente, olvidando-se de um ensinamento comezinho e milenar — a necessidade de informações precisas para a decisão racional. No entanto, a rapidez das decisões que levaram ao emprego de várias unidades, inclusive das forças auxiliares, e ao apoio de outras forças singulares, num final de semana, vencendo a inércia comum numa estrutura hierarquizada e da dimensão das nossas Forças Armadas, foi um aspecto altamente positivo desse episódio. O desencadeamento imediato das operações demonstrou que havia uma preocupa-

ORVIL

ção geral entre os chefes militares de impedir, a todo custo, que prosperasse no País qualquer tentativa de se criar aqui um novo "Vietnam". Se algum reparo pode-se colocar nessa parte inicial das operações, seria exatamente, por contraditório que pareça, o de ter-se mobilizado e deslocado forças de certo vulto, sem que se tivesse informações adequadas sobre a área e, principalmente, sobre as forças em presença, o que poderia tê-las levado a indesejáveis reveses ou, no mínimo, fazê-las cair no vazio, afetando seu moral.

Paradoxalmente, no caso do vale do Ribeira, se houvesse sido desencadeada, preliminarmente, como seria de boa técnica, uma operação de informações, é provável que nenhum "guerrilheiro" tivesse sido preso. O treinamento a que os terroristas se propuseram havia terminado em meados de abril e sua retirada da área foi retardada unicamente em razão da participação de Lamarca na reunião do CN/VPR, em Peruíbe, realizada nesse período, sendo pois iminente sua retirada da área, chegassem ou não as tropas. Em contrapartida, a realização da operação de informações não daria margem a que a organização comunista a que pertencia esse líder subversivo tentasse, como fez, fazer dele, um ex-militar comum — abaixo da média —, um mito. É essa margem de incerteza sobre o que é mais vantajoso em determinada circunstancia, ou o que é mais correto executar em certa ocasião, que transforma o combate num jogo e a guerra no domínio do acaso, do imprevisto, fazendo com que o tempo e o espaço sejam elementos sempre presentes e importantes nas decisões. São esses fatores subjetivos que conduziram Clausewitz a dizer ser, na guerra, "*mais do que em qualquer outro domínio, necessária uma inteligência sutil e penetrante para discernir e apreciar a verdade de cada momento*". A fuga ou a retirada antecipada dos guerrilheiros era, nas circunstâncias, de somenos importância. O emprego da força nessas condições, porém, poderia afetar-lhe o moral, fator que se torna relevante nesse tipo de operações.

Além desses aspectos, neste caso, desde a tentativa inicial de prisão dos supostos proprietários da área até a perda da viatura militar com a qual os subversivos restantes fugiram da região, sucedeu-se uma série de erros elementares, envolvendo fundamentos do combate, de tal modo que esse episódio se tornou um repositório de ensinamentos a serem estudados e apreendi

ORVIL

dos. O erro mais significativo foi, sem dúvida, o do encontro com os "guerrilheiros" no sítio Alvorada, onde o erro destes foi tão grosseiro que, se houvesse sido preparada uma emboscada, a Operação poderia ter tido ali o seu término, com êxito quase total.

Em 1970, o Governo enfrentaria, ainda, situações delicadas, decorrentes do que as organizações subversivas denominaram de "grandes ações", representadas pelos seqüestros de diplomatas e de aeronaves, em busca da repercussão internacional. Nada menos de três seqüestros seriam realizados nesse ano: o do cônsul do Japão em São Paulo e dos embaixadores da República Federal da Alemanha e da Suíça. O governo brasileiro nesses episódios fixou uma conduta independente das pseudo-reações internas e internacionais. Negociou com os terroristas, que com sua ação envolveram ou ameaçaram pessoas alheias aos problemas internos, mesmo os que se mostravam simpáticos com os seqüestradores, mas cuja segurança era uma responsabilidade sua. O Governo estava ciente de que esta era uma ação a que estavam sujeitos os países do mundo livre, independentemente do tipo de seu governo — do plenamente democrático ao autoritário — mas não os países totalitários. De fato, até hoje, não ocorreu e nem ocorrerá seqüestro em nenhum país comunista ou ação que envolveu ou envolverá seus representantes diplomáticos, por ser evidente a conivência e a identidade ideológica desses países com a ação terrorista. Do mesmo modo que não ouviremos falar de Comitês de Solidariedade aos povos dos "afganistãos", das "etiópias", dos "cambojas", das "tchecoslováquias" e dos "tibetes" do mundo.

Mesmo depois do seqüestro do cônsul brasileiro em Montevidéu e da negativa do governo uruguaio em negociar com os terroristas, o governo brasileiro não mudou sua conduta. Negou-se, é verdade, a cumprir exigências descabidas ou propagandísticas dos terroristas, como viagens gratuitas em trens suburbanos, por julgar que a impunidade de assassinos e assaltantes já era um preço suficientemente alto a pagar. E os terroristas, que blefavam, recuavam. Embora houvessem setores que se mostrassem céticos quanto aos resultados até então alcançados com essa política, pois tal atitude sequer resultou numa melhoria da imagem do governo brasileiro no exterior, este continuou irredutível. Para ele, esse posicionamento, sobretudo, honrava os compromissos do País com a comunidade internacional e ajustava-se aos sentimen-

ORVIL

tos humanitários da população brasileira. Esse respeito aos direitos humanos, sem aspas, sem dúvida, tinha que tornar mais claro e nítido o caminho que o governo brasileiro trilhava, mesmo que não o admitissem.

Além desses três, vários seqüestros foram planejados, e alguns, embora frustrados, foram tentados. Destes, a tentativa de que foi vítima Curtis Cutter, cônsul norte-americano em Porto Alegre, narrado no ítem 23 deste capítulo, dá uma amostra cabal da moral comunista que orientava a guerra psicológica de que o País era alvo. Para os comunistas, sob o pretexto de que "os fins justificam os meios", as barreiras éticas inexistem. "*A moralidade comunista*" — como acentuou Lenin — "*é subordinada aos interesses da luta proletária de classes*". Sob essa moral, pode-se enganar, exagerar e, como no caso em pauta, mentir. Nessas condições, a propaganda torna-se uma arma perigosa e poderosíssima.

Talvez tanto quanto a própria incapacidade que se ia delineando de alcançar seus objetivos, atormentassem as esquerdas as realizações do Governo. A Revolução ia mudando a imagem de ineficiência do País: "*até um homem como o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, proscrito pelo regime político, dá seu testemunho de que se firma de nosso País uma 'nova imagem' a qual permite a empresários europeus ver no Brasil a grande nação do final deste século*", diz o jornalista Carlos Castello Branco, em uma crônica política, no início de outubro desse ano. É esse mesmo insuspeito cronista que diz: "*O Governo Médici vai consolidando uma imagem de eficiência que se começou a construir no país a partir de março de 1964. Eficiência no diagnóstico dos males financeiros e econômicos e eficiência na execução de soluções objetivas e realistas para as questões mais importantes relacionadas com o desenvolvimento material*" (113). Para isso, o Governo perseguia suas metas com determinação em todos os campos, o que lhe proporcionava um alto índice de popularidade. Seria o mesmo jornalista, antes citado, que diria no final desse ano: "*não há dúvida de que, nas atuais circunstâncias, o Presidente Médi-*

---

(113) Recorde-se que o Presidente Médici não hesitou, neste ano, em afastar o Ministro da Indústria e do Comércio, que não se entrosara com os demais setores da alta administração do País. Essa determinação não se verificava apenas na área administrativa. No campo político o Presidente repelira com um expressivo "vocês estão doidos" a alguns deputados que lhe propuseram o adiamento das eleições sob o pretexto de se concluir algumas composições internas no partido do Governo.

ORVIL

ci, se se submetesse a um referendo popular, teria seu mandato legitimado". E era ainda a imprensa da época que registrava o clima de otimismo que existia na época:"*A visão pragmatista que está na base da política de desenvolvimento é hoje notoriamente triunfante nesta terceira etapa do processo revolucionário. 1970 nos devolveu, salvo correções, ao clima de 1960 e é sob esse impacto que iniciamos a 'década da grandeza'. A liderança do General Médici se exerce nitidamente nesse sentido e ela marcou com decisão o episódio eleitoral de que emergimos, tanto mais quanto a outra vertente estava suas fontes estancadas. Hoje, como há dez anos, voltamos a acreditar que o Brasil queimará etapas na sua luta contra a pobreza*" (114).

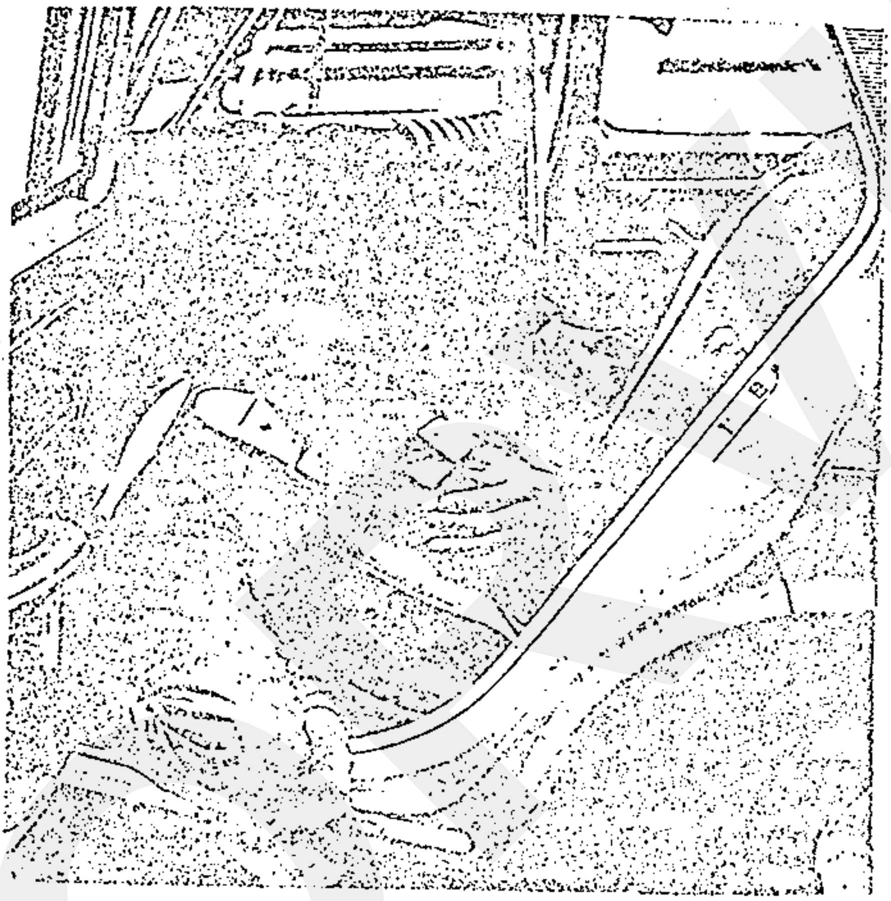
ORVIL

---

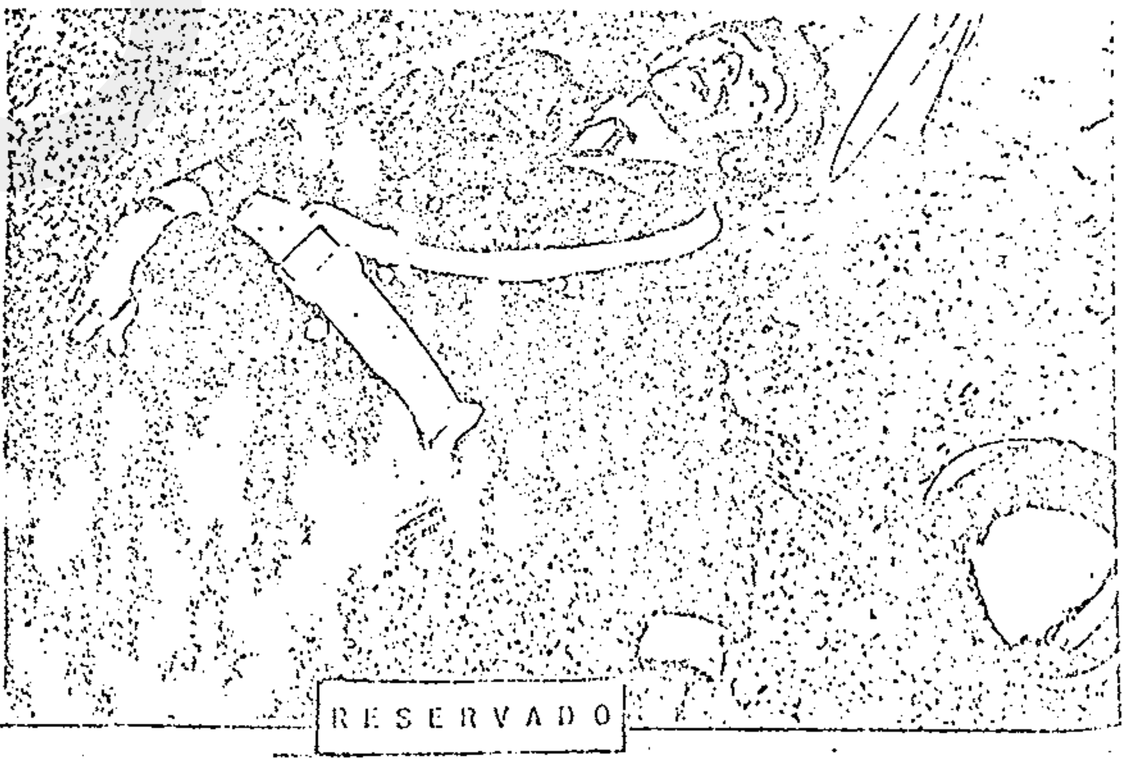
(114) Dissemos insuspeito, ao nos referirmos ao jornalista Castello Branco, porque combateu com veemência o regime autoritário, ainda que, às vezes, com argumentos bastante discutíveis. Mas, exatamente por essa sua posição, as citações da imprensa nesse ano referem-se praticamente a seus artigos e estão contidos no Vol. III de "Os Militares no Poder", pág. 646, 687, 692/693, 722 e 736.

– AÇÕES TERRORISTAS EM 1970 –

3º SGT PMSP ANTONIO APARECIDO POSSO NOGUEIRA – ASSASSINADO, EM 20 DE FEVEREIRO, PELO TERRORISTA DA VPR, ANTÔNIO RAIMUNDO DE LUCENA, QUANDO INVESTIGAVA UMA DENÚNCIA SOBRE CARRO ROUBADO.



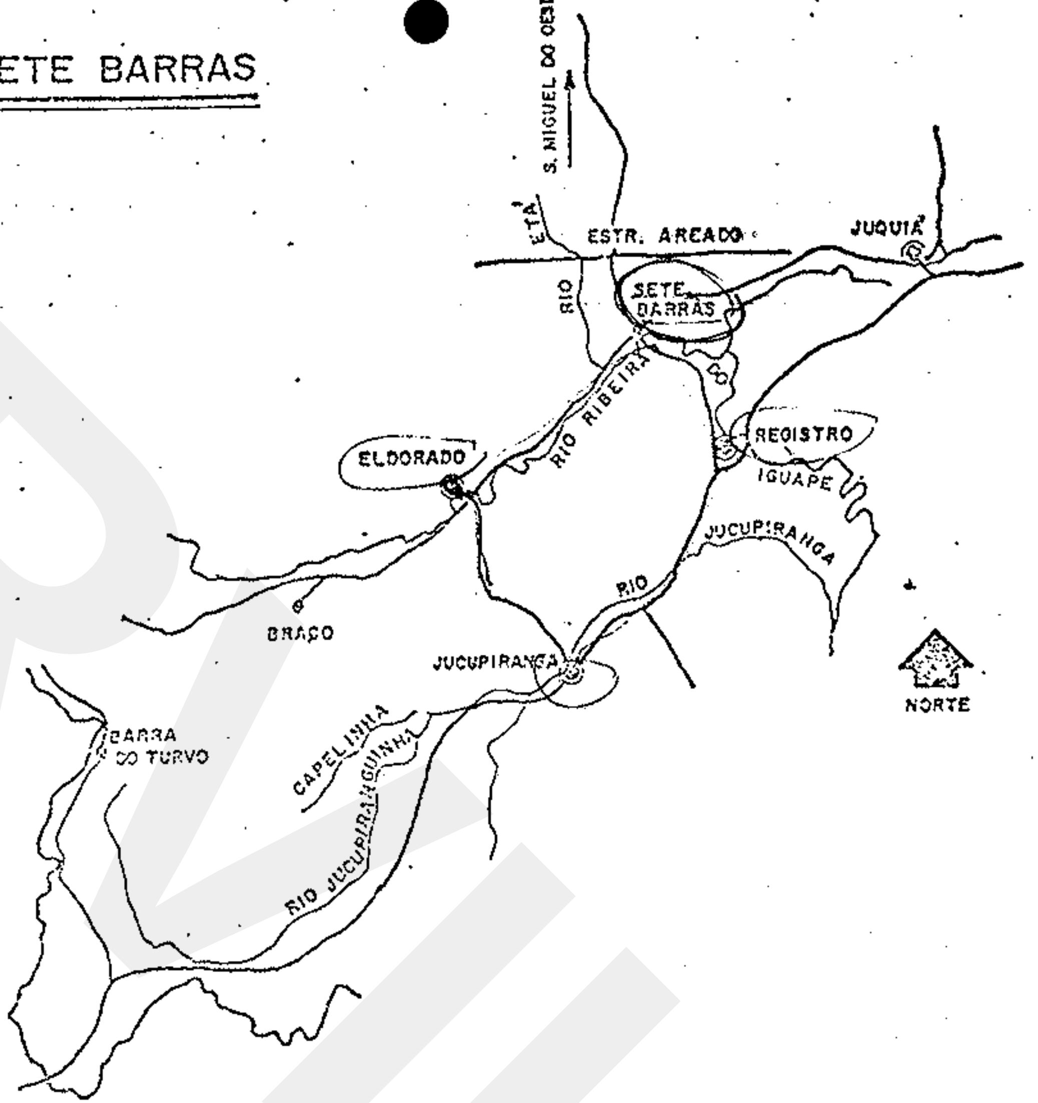
SD PMSP GARIBALDI QUEIROZ – ASSASSINADO, EM 10 DE NOVEMBRO, POR TERRORISTAS DA VPR, EM VILA PRUDENTE/SP, DURANTE A REALIZAÇÃO DE UMA PANFLETAGEM.



ORVIL

ANEXO "B"

CROQUIS DA REGIÃO DE SETE BARRAS


S. MIGUEL DO OESTE
ETA
ESTR. ARCADO
JUQUIÁ
RIO
SETE BARRAS
RIO RIBEIRA
REGISTRO
IGUAPE
ELDORADO
JUCUPIRANGA
RIO
BRAÇO
JUCUPIRANGA
NORTE
BARRA DO TURVO
CAPELINHA
RIO JUCUPIRANGUINHA

ORVIL

Já havia quebrado uns cinco deles quando um grupo liderado por um sujeito com cara de japonês veio contra mim e entramos numa luta corporal". Preso, Luís elogiou as realizações do governo brasileiro e passou a ser chamado pela imprensa chilena de "mini-gorila brasileño" (1).

Ainda nesse ano, o ex-deputado Márcio Moreira Alves tentou distribuir, durante as sessões da 59ª Conferência Interparlamentar realizada na Europa, um panfleto altamente ofensivo ao País, ação que não logrou êxito em decorrência de gestões promovidas pela delegação brasileira. O mesmo verificou-se com um deputado comunista da Venezuela que ali acorreu, "em solidariedade ao povo brasileiro", com uma carta de acusações ao Brasil (2).

Internamente, as notícias sobre as atividades terroristas vinham sendo veiculadas pela imprensa, mas, normalmente, restringiam-se a seus atos em si, muitas vezes sem relacioná-las às diferentes organizações subversivas, sem dar uma idéia mais ampla dessas atividades e sem que transparecesse que elas se tornavam, a cada dia, mais violentas e radicais. Reconhecia-se serem essas atividades "desvinculadas das aspirações políticas que se afirmavam na vida nacional", sendo inclusive a causa principal da perturbação do processo político. A falta dessa visão de conjunto, importante para que a população pudesse "viver" o problema, já se disse, era em grande parte culpa dos órgãos de segurança e, por via indireta, do Governo, a quem cabia essa responsabilidade. O fato é que as notícias de prisões, do desbaratamento de aparelhos, etc., que se tornavam uma constante, sem que se informasse o público sobre as novas organizações que surgiam, sobre a vinda para o País de terroristas com curso de guerrilha no exterior, sobre as tentativas de implantação de focos de guerrilha rural, etc., davam a impressão de que subversão estava praticamente contida. Isso gerava incompreensões pela não correspondente evolução do processo político. Desse modo, qualquer fato de maior repercussão, como ocorreria nesse ano com a morte de Lamarca, e a não correspondente "abertura política", levavam essa incompreensão a experimentados cronistas e políticos.

---

(1) O sujeito "com cara de japonês" que atacara Luís era o terrorista Takao Amano, um dos trocados pela libertação do embaixador da Suíça. Luís preferiu ficar preso, não concordando com o embaixador brasileiro que pretendia indenizar os subversivos pela meia dúzia de painéis destruídos. ("Jornal do Brasil", 1º/06/71). A essa altura, 1971, a imprensa livre já desapareceria no Chile. ("Jornal do Brasil", 26/05/71).

(2) Ver "Jornal do Brasil" de 21/09/71.

ORVIL

2. O processo político

A compreensão do processo subversivo em curso no País poderia ter sido, paradoxalmente, o elemento catalisador que vinha faltando para afrouxar o nó dado pela Revolução — a que já nos referimos algumas vezes —, trazendo de volta a seu seio, no "bonde histórico" do desenvolvimento que o Brasil experimentava, aquelas pessoas que dela se afastaram, não por problemas ideológicos. Por falta de comunicação e dessa visão política, perdia-se essa oportunidade ímpar. Essa não era a ocasião de reunir homens num partido político de apoio aos governos revolucionários, mas a oportunidade de consolidar um instrumento político que reunisse as idéias interpretativas do ideário da Revolução, como contribuição importante para o fortalecimento das instituições democráticas. Ao contrário — embora se entenda os problemas que toldaram essa visão na época —, deixou-se engrossar o aglomerado de pessoas que sempre se aglutinavam em apoio ao Governo e cuja única força polarizadora era o "governismo" e que, naturalmente, desagregar-se-ia com a mudança de Governo, ou à medida que ele perdesse sua força como tal.

A área política já era considerada saneada. O Presidente Médici não se valia dos poderes que o Governo estava dotado para punir qualquer parlamentar. Havia um esforço dos partidos para que o Congresso recuperasse suas funções e reafirmasse sua utilidade. Não tendo, porém, se modernizado, o Congresso debatia-se com dificuldades para examinar os inúmeros projetos que o Governo remetia para seu exame. Esse ano, além de mais de mei centena de projetos, o Executivo encaminharia ao Congresso a refo ma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e o Plano Nacional d Desenvolvimento, juntamente com o Orçamento Plurianual e a proposta orçamentária.

No Congresso, porém, a discussão mais importante girav em torno da volta do recesso de julho que a Constituição de eliminara. O retorno do recesso, justificavam os parlamentares exigindo reforma da Constituição, seria o primeiro passo na direção da redemocratização do País. Neste contexto e diante d reafirmação do Presidente de que era cedo para reformulações d processo, não se geravam fatos políticos.

Como salientaria Tancredo Neves, nesse ano, dois foram

ORVIL

*fatos políticos: a exitosa viagem do Presidente Médici aos Esta*dos Unidos da América e o pronunciamento do Gen Souto Malan, chefe do Estado-Maior do Exército, no final do ano, propugnando pelo desengajamento controlado das Forças Armadas do processo político. Em março, os novos governadores tomaram posse. Nem mesmo a renúncia do Governador do Paraná, Haroldo Leon Perez, com pouco mais de seis meses de governo, por corrupção, teve a repercussão que seria usual. Do episódio a imprensa tiraria duas conclusões principais: a firme determinação do Presidente Médici de não compactuar com a corrupção, sobretudo de pessoas nas quais havia depositado confiança e que a escolha indireta não era garantia de probidade dos governantes.

3. O País vai bem mas o povo vai mal

O Brasil entrava no seu quarto ano consecutivo de crescimento acelerado, atingindo em 1971 uma expansão do PIB de 11,3%, sendo, por isso, natural que as áreas econômicas e sociais gerassem mais fatos do que a área política. A continuidade desse ritmo exigia novos projetos e principalmente investimentos. O Governo preocupava-se em aplicá-los de tal sorte que, a par da manutenção do crescimento, pudesse corrigir ou atenuar as disparidades regionais que refletiam flagrantes desigualdades de rendas das áreas mais pobres em relação as mais evoluídas do País.

Nesse ano, o Governo lançaria dois programas regionais com esse objetivo. Em julho, foi anunciado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e no Nordeste (PROTERRA). Esse programa previa a aplicação de Cr$ 4 bilhões até 1976, transferindo 20% dos incentivos fiscais do total até então destinado à industrialização da área (3). Seu objetivo era facilitar o acesso do homem à terra e o fomento da agroindústria nessas regiões. Tratava-se, sem dúvida, da reorientação de uma política que havia depositado unicamente na industrialização a esperança da redenção do Nordeste.

No final do ano, foi lançado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com o objetivo de integrar ao processo de de-

---

(3) Eram destinados à industrialização do NE 50% do produto do Imposto de Renda, representando esse montante uma ajuda, sem paralelo na história do País, de umas a outras regiões.

ORVIL

senvolvimento que se verificava no País, os Estados de Mato Grosso e Goiás e o DF. O programa previa, entre outras coisas, o asfaltamento da Belém-Brasília e a construção de rodovia asfaltada entre Brasília e Cuiabá, com prolongamento até Cáceres (MT). O programa, cujos recursos estavam especificados no projeto, previa a construção de uma rede de silos e armazéns, a implantação de usinas de beneficiamento, frigoríficos e obras de saneamento.

Nesse ano foi apresentado ao Congresso o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que definia de forma global a estratégia do Governo para o período de 1972 a 1974. O plano visava a garantir a transformação do País numa sociedade desenvolvida e tinha o ambicioso propósito de elevar o Brasil à posição de 8ª economia do mundo e ultrapassar, em 1974, a barreira dos 500 dólares de renda per capita.

Como é da dinâmica dos governos, o início de novas obras alternavam-se com a inauguração de outras. Nesse ano tinha sido iniciada a expansão das siderúrgicas, dentro de um programa que previa a auto-suficiência na produção de aço, com 20 milhões de toneladas em 1980. Era inaugurada a usina hidrelétrica de Xavante, de 400 mil KWA, no rio Paranapanema, onde estava prevista, para o ano seguinte, a conclusão da usina de Capivari. Nesse ano, estavam sendo aplicados 50 milhões de dólares na construção da usina da Ilha Solteira, do complexo de Urubupungá. Inaugurava-se o Aeroporto de Brasília e dava-se continuidade às obras do aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Nesta cidade e em São Paulo, tocavam-se, em ritmo lento, as obras de seus respectivos metrôs. Enquanto a Ishikawagima dava início à construção do maior dique do continente, que lhe permitiria construir navios de até 400 mil Ton, o Xavante, caça a jato da Embraer, fazia seus vôos teste.

Nesse ano, também, portanto há apenas 16 anos, eram instaladas as primeiras cabines de telefones públicos na cidade do Rio de Janeiro. Nessa época, as ligações telefônicas interestaduais ou mesmo intermunicipais levavam horas para se efetivarem, quando não havia interrupções nas linhas e essas ligações se concretizavam. Só no final desse ano, os terminais telefônicos dessa cidade seriam integrados ao sistema de discagem direta à distância (DDD), atestando essas medidas a verdadeira revolução

ORVIL

por que passavam as comunicações no País. As comunicações estendiam-se também à Amazônia, onde estava prevista a implantação de 194 emissoras de rádio.

Mas a preocupação maior do Governo continuava a ser com a Educação: 100 milhões de dólares estavam sendo aplicados no desenvolvimento de projetos de modernização do ensino; e 25 milhões de dólares eram aplicados para ativar o ensino agrícola. Essas cifras confirmavam que o Brasil era realmente um dos países que mais destinavam recursos à Educação no mundo. O Brasil era dos poucos países que gastavam mais em Educação do que em Segurança. Após um ano de debates, o Governo enviava ao Congresso a Reforma do Ensino Primário e Médio. O MOBRAL, que em setembro completaria um ano, com 1.350.000 alunos freqüentando suas aulas, em 3.200 municípios, receberia, em abril, pouco mais de seis meses após o início de suas atividades, a visita de uma equipe de técnicos da UNESCO, para conhecer os métodos utilizados pelo País que, nos últimos meses, mais alfabetizara adultos. Aniversariava, também, pela primeira vez, logo após o MOBRAL, o Projeto Minerva, que reunia em torno das estações de rádio 180 mil brasileiros freqüentadores dos cursos primário e ginasial. No afã de ampliar a alfabetização, o MEC realizava convênio até com o MEB, apesar de seus métodos esquerdizantes. Referindo-se a esse esforço e às verbas empregadas nesse setor, o Jornal do Brasil assim se expressou em seu editorial de 19 de junho: "Estas somas significativas, a que se acrescentam outras contempladas nos orçamentos dos Estados e no Orçamento da União, definem a filosofia do desenvolvimento brasileiro".

Apesar dos projetos de assistência indireta, através do PIS, da Educação e da construção de moradias, com o BNH reformulando sua política com medidas de caráter social, e apesar da criação, nesse ano, da Central de Medicamentos, o Governo tinha consciência das dificuldades em superar as disparidades regionais e a desigualdade de distribuição de renda, o que levou o Presidente Médici a proferir a frase que se tornaria célebre: "*O País vai bem mas o povo vai mal*".

4. Amplia-se a rede de "desinformatzya"

As notícias deturpadas sobre o Brasil no exterior continuaram a ser veiculadas de forma crescente. Tinha-se a nítida im

ORVIL

pressão que seus mentores já percebiam a falência da perspectiva de alcançar o poder pela luta armada e que sofriam, mais do que com os reveses impostos aos grupos terroristas, com os êxitos que o governo brasileiro ia alcançando nos campos econômico e social. O objetivo estratégico era colocar barreiras que estancassem o fluxo de recursos do exterior, imprescindíveis para a manutenção desse êxito.

Em janeiro desse ano surgiu a versão italiana da FBI, a "Fronte Brasiliano D'Informazione". A publicação italiana apresentava a maioria dos artigos, escritos por estrangeiros, criticando aspectos políticos e econômicos do governo brasileiro. As denúncias sobre "assassinatos" e "torturas" de presos políticos eram freqüentes, porém menos intensas que nos boletins chileno e francês. A "Frente" possuía ramificações nas cidades de Roma, Turim e Carrara.

Na Itália, dentre os vários órgãos ligados à FBI, destacava-se, na publicação de material difamente contra o Brasil, o "Centro de Informazioni América Latina" (CEIAL), órgão auxiliar da Conferência dos Bispos da Itália. O CEIAL publicava textos tendenciosos de clérigos ligados à "Igreja progressista" no Brasil, como D. Evaristo Arns, D. Hélder Câmara, D. Antonio Fragoso e D. Pedro Casaldáliga (4). O trânsito e as comunicações de religiosos brasileiros na Itália ficavam facilitados pela existência de freiras e padres "progressistas" na Secretaria de Estado do Vaticano.

No Uruguai as atividades subversivas de Carlos Figueiredo de Sá provocaram sua prisão, em fevereiro desse ano, e a intimação para que deixasse o país. Dirigiu-se para o Chile, onde prosseguiu com suas atividades ligadas à FBI e à ALN.

A expulsão de Carlos Figueiredo de Sá do Uruguai provocou uma modificação no esquema da FBI. O militante do PCBR César Pereira Gomes passou a ser o representante ostensivo da frente, enquanto Paulo Schilling permanecia nas sombras como o seu

---

(4) Recorde-se que D. Hélder Câmara e D. Antonio Fragoso foram signatários do manifesto dos bispos do chamado "terceiro mundo", no qual aconselhavam, mesmo, a subversão e a luta de classes. Em 1970, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho, depois de debater pela televisão com o bis D. José Maria Pires, aceitou o convite para programa semelhante com D. Hélder Câmara, que, no entanto, desistiu do debate, preferindo, ao invês de apresentar suas posições de forma clara e franca pela televisão brasileira, levar suas objeções ao "L'Express", de Paris.

ORVIL

principal coordenador. Geraldo Jorge Sardinha assumiu os contatos com o MLN-Tupamaros, passados por Carlos de Sá.

Em fevereiro de 1971, Ladislas Dowbor e Apolônio de Carvalho, membros do colegiado da coordenação internacional da FBI, dirigiram-se para a cidade de Lund, na Suécia, onde se encontrava asilado o militante do MAR, Élio Ferreira Rego. Das conversações, resultou a decisão de criar-se uma sucursal da FBI em Lund, sob a supervisão de Élio Rego.

No Chile, em janeiro de 1971, a chegada dos setenta banidos em troca do embaixador suíço, seqüestrado no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1970, fez com que se intensificasse a campanha de denúncias, através dos boletins da "Frente Brasileña de Informaciones", órgão de divulgação do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

Na prática, a quase totalidade dos brasileiros asilados no Chile tinha participação na FBI. Teotônio dos Santos Júnior e sua mulher Vânia Bambirra, assim como o ex-líder estudantil e militante da AP José Serra, eram pessoas atuantes dentro do esquema da frente. José Serra era um dos ativos "pombos-correio" entre Santiago e Montevidéu.

Carlos de Sá, do Chile, não perdia a oportunidade de intensificar a campanha de denúncias no Uruguai. Remeteu para César Pereira Gomes um artigo de Paulo Canabrava, versando sobre uma tentativa de golpe de oficiais radicais da Aeronáutica no Brasil. A reportagem, após chegar às mãos de Paulo Schilling, foi publicada no diário de tendência esquerdista "Ahora". Em julho, remeteu matéria versando sobre torturas, que foi publicada no semanário esquerdista "Marcha".

No Chile, as revistas "Ercilla", "Mensaje", "Punto Final" e "Causa Marxista-Leninista" tornaram-se veículos de calúnias e infâmias contra o governo brasileiro.

A expansão da tiragem dos boletins da Frente, em Santiago, provocou a suspensão de sua distribuição gratuita. Em abril, circulara um panfleto informando que o boletim não seria mais distribuído gratuitamente, em decorrência do aumento das despesas. Em setembro de 1971, Carlos de Sá retornava ao Chile de uma viagem à Argélia, com dólares para financiar as atividades da FBI, atenuando a crise financeira da entidade.

Em outubro de 1971, foi lançada, em Santiago do Chile, uma

ORVIL

nova publicação da FBI, a revista "Temas e Debates", editada graças a um fundo de ajuda aos asilados brasileiros, constituído por instituições da Igreja Católica.

Ampliava-se a rede e os veículos da "desinformatzya" contra o Brasil.

5. PCBR: um ano de incertezas

O ano de 1971 iniciou-se com o PCBR praticamente desarticulado em sua cúpula dirigente. No exterior, Apolônio de Carvalho, banido em 11 de junho de 1970 para a Argélia, e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão observavam, na segurança proporcionada pela distância, seu partido desmoronar-se em face da eficiência dos órgãos de segurança.

Em 13 de janeiro, seis novos quadros foram engrossar o rol dos exilados, banidos que foram para o Chile, em troca da vida do embaixador suíço (5).

Ao mesmo tempo, as bases sofriam pesadas perdas na Guanabara, tornando praticamente inviável a atuação nesse Estado. Resolveu-se, então, dar prioridade e reestruturar o CR/NE, até então dirigido por Marcelo Mário de Melo, membro do CC, Mário Miranda de Albuquerque e Cláudio Roberto Marques Gurgel.

Fernando Augusto da Fonseca e Antonio Prestes de Paula, membros do CC, realizaram uma reunião em meados de janeiro, na Praia do Pirangi, próxima a Natal, da qual participaram, além dos três membros do CR/NE, vários militantes. Nessa reunião, além de serem traçadas as normas para a atuação do partido, calcadas em rígidas regras de clandestinidade, aprovou-se a saída de Mário Miranda de Albuquerque da direção do CR/NE, em face do seu expresso desejo de visitar a esposa Vera Maria da Rocha Pereira, banida no Chile (apesar de, por ocasião de sua prisão, no ano anterior, Vera estar amasiada com Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho) (6).

---

(5) Dos banidos, pertenciam ao PCBR: René Louis Laugery de Carvalho, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Elinor Mendes Brito, Nancy Mangabeira Unger, Marco Antonio Maranhão Costa e Vera Maria Rocha Pereira.

(6) Dentro do espírito da "moral revolucionária", o grupo nordestino do PCBR, por certo, bem aproveitava seus ociosos períodos de clandestinidade para exercitar seus apetites sexuais: Lylia Silva Guedes era amante de Odijas Carvalho de Souza, o qual era casado com Maria Yvone de Souza Loureiro, que era amante de Mário Miranda de Albuquerque, o qual era casado com Vera Maria da Rocha Pereira, que era amante de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, o qual fora amante de Rosane Alves Rodrigues, que era amante de Jamildo Tavares Conserva.

ORVIL

principal coordenador. Geraldo Jorge Sardinha assumiu os contatos com o MLN-Tupamaros, passados por Carlos de Sá.

Em fevereiro de 1971, Ladislas Dowbor e Apolônio de Carvalho, membros do colegiado da coordenação internacional da FBI, dirigiram-se para a cidade de Lund, na Suécia, onde se encontrava asilado o militante do MAR, Élio Ferreira Rego. Das conversações, resultou a decisão de criar-se uma sucursal da FBI em Lund, sob a supervisão de Élio Rego.

No Chile, em janeiro de 1971, a chegada dos setenta banidos em troca do embaixador suíço, seqüestrado no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1970, fez com que se intensificasse a campanha de denúncias, através dos boletins da "Frente Brasileña de Informaciones", órgão de divulgação do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

Na prática, a quase totalidade dos brasileiros asilados no Chile tinha participação na FBI. Teotônio dos Santos Júnior e sua mulher Vânia Bambirra, assim como o ex-líder estudantil e militante da AP José Serra, eram pessoas atuantes dentro do esquema da frente. José Serra era um dos ativos "pombos-correio" entre Santiago e Montevidéu.

Carlos de Sá, do Chile, não perdia a oportunidade de intensificar a campanha de denúncias no Uruguai. Remeteu para César Pereira Gomes um artigo de Paulo Canabrava, versando sobre uma tentativa de golpe de oficiais radicais da Aeronáutica no Brasil. A reportagem, após chegar às mãos de Paulo Schilling, foi publicada no diário de tendência esquerdista "Ahora". Em julho, remeteu matéria versando sobre torturas, que foi publicada no semanário esquerdista "Marcha".

No Chile, as revistas "Ercilla", "Mensaje", "Punto Final" e "Causa Marxista-Leninista" tornaram-se veículos de calúnias e infâmias contra o governo brasileiro.

A expansão da tiragem dos boletins da Frente, em Santiago, provocou a suspensão de sua distribuição gratuita. Em abril, circulara um panfleto informando que o boletim não seria mais distribuído gratuitamente, em decorrência do aumento das despesas. Em setembro de 1971, Carlos de Sá retornava ao Chile de uma viagem à Argélia, com dólares para financiar as atividades da FBI, atenuando a crise financeira da entidade.

Em outubro de 1971, foi lançada, em Santiago do Chile, uma nova publicação da FBI, a revista "Temas e Debates", editada graças a um fundo de ajuda aos asilados brasileiros, constituído por instituições da Igreja Católica.

Ampliava-se a rede e os veículos da "desinformatzya" contra o Brasil.

5. PCBR: um ano de incertezas

O ano de 1971 iniciou-se com o PCBR praticamente desarticulado em sua cúpula dirigente. No exterior, Apolônio de Carvalho, banido em 11 de junho de 1970 para a Argélia, e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão observavam, na segurança proporcionada pela distância, seu partido desmoronar-se em face da eficiência dos órgãos de segurança.

Em 13 de janeiro, seis novos quadros foram engrossar o rol dos exilados, banidos que foram para o Chile, em troca da vida do embaixador suíço (5).

Ao mesmo tempo, as bases sofriam pesadas perdas na Guanabara, tornando praticamente inviável a atuação nesse Estado. Resolveu-se, então, dar prioridade e reestruturar o CR/NE, até então dirigido por Marcelo Mário de Melo, membro do CC, Mário Miranda de Albuquerque e Cláudio Roberto Marques Gurgel.

Fernando Augusto da Fonseca e Antonio Prestes de Paula, membros do CC, realizaram uma reunião em meados de janeiro, na Praia do Pirangi, próxima a Natal, da qual participaram, além dos três membros do CR/NE, vários militantes. Nessa reunião, além de serem traçadas as normas para a atuação do partido, calcadas em rígidas regras de clandestinidade, aprovou-se a saída de Mário Miranda de Albuquerque da direção do CR/NE, em face do seu expresso desejo de visitar a esposa Vera Maria da Rocha Pereira, banida no Chile (apesar de, por ocasião de sua prisão, no ano anterior, Vera estar amasiada com Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho) (6).

---

(5) Dos banidos, pertenciam ao PCBR: René Louis Laugery de Carvalho, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Elinor Mendes Brito, Nancy Mangabeira Unger, Marco Antonio Maranhão Costa e Vera Maria Rocha Pereira.

(6) Dentro do espírito da "moral revolucionária", o grupo nordestino do PCBR, por certo, bem aproveitava seus ociosos períodos de clandestinidade para exercitar seus apetites sexuais: Lylia Silva Guedes era amante de Odijas Carvalho de Souza, o qual era casado com Maria Yvone de Souza Loureiro, que era amante de Mário Miranda de Albuquerque, o qual era casado com Vera Maria da Rocha Pereira, que era amante de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, o qual fora amante de Rosane Alves Rodrigues, que era amante de Jamildo Tavares Conserva.

ORVIL

O grupo nordestino não se agüentou por muito tempo. Em 30 de janeiro, a polícia encontrou um aparelho do PCBR na Praia de Maria Farinha, em Paulista, Pernambuco, no qual, além de ser apreendida grande quantidade de armamento, munição e explosivos, foram presos Odijas Carvalho de Souza e Lylia Silva Guedes. Seis dias depois, no mesmo local, foi preso Mário Miranda de Albuquerque. Odijas, preso já doente, foi levado para o Hospital da PM, vindo a falecer, em 8 de fevereiro, de embolia pulmonar.

Nesses dias, foram descobertos mais dois "aparelhos" do PCBR: um, na Praia de Candeias, em Jaboatão, em Pernambuco, e o outro, na Praia de Pirangi, em Natal, onde foram presos outros quatro militantes (7). Em 9 de março, mais um "aparelho" era descoberto em Natal, na Lagoa do Bonfim, com a prisão de Marcelo Mário de Melo, do CR/NE. Estava difícil, em qualquer lugar, a atuação do PCBR, com seus militantes sendo delatados pelos companheiros presos, numa reação em cadeia.

Suas ações armadas, nesse ano, ficaram restritas à atuação em "frente" com outras organizações subversivas, na Guanabara. Em dezembro de 1971, uma reunião definia uma nova direção nacional para o partido (8). Essa direção não duraria mais do que um ano.

ORVIL

6. MOLIPO: uma dissidência da ALN

As condições de realização dos cursos em Cuba propiciavam o surgimento de descontentamentos entre os militantes da ALN. A longa espera, aguardando a chegada de outros elementos, num país carente em recursos, que optara pela socialização da miséria, gerava o desencanto com o "paraíso comunista". A distância e a falta de informações do Brasil aguçava o mal-estar dos brasileiros, submetidos, muitas vezes, a uma disciplina rígida e coercitiva por parte dos cubanos. A proibição de contatos com a massa do povo cubano e a limitação do trânsito a determinadas áreas de Havana emolduravam o ambiente de clausura vivido pelos candi

---

(7) Os quatro militantes presos eram: Carlos Alberto Soares, assassino do Tenente Levino, Rosa Maria Barros Soares, Cláudio Roberto Marques Gurgel e Maria Yvone de Souza Loureiro. Nos dias seguintes, seriam presos na Guanabara, Osmundo Bezerra Duarte e José Gersino Saraiva Maia, que também havia participado da ação contra o Tenente Levino.

(8) A nova direção nacional do PCBR era integrada por Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides.

datos a guerrilheiro.

Após a morte de Marighela, em razão da falta de ação do comando da ALN sobre o pessoal que se encontrava na ilha, foi escolhido, com a participação das autoridades cubanas, Washington Adalberto Mastrocinque Martins para ser o representante do "II Exército da ALN" junto a "Toledo". O problema estava momentaneamente equacionado.

Os problemas repetir-se-iam durante o curso do grupo que ficou conhecido como "III Exército da ALN" (9). Os descontentamentos transformaram-se em divergências políticas com o questionamento das diversas "quedas" e mortes de militantes ocorridas durante o ano de 1970.

Em julho de 1970, a insatisfação dos militantes do III Exército da ALN aumentou com relação à direção da organização no Brasil. Acusava-se a Coordenação Nacional (CN) de não dar apoio ao Setor de Massas e de retardar a implantação da guerrilha rural.

Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior, mandado por "Toledo", deslocou-se de Roma para uma reunião com os descontentes em Cuba. Durante o encontro, foi escolhida uma direção política do grupo, composta por João Leonardo da Silva Rocha e Lauriberto José Reyes, que seria o canal de contato com a direção no Brasil. As divergências foram, temporariamente, contornadas.

Apesar das medidas adotadas, as críticas continuaram até que, em outubro de 1970, ocorreu uma reunião dos militantes da ALN em Cuba, quando foram discutidos os acontecimentos que envolviam a organização e os erros que ela estaria cometendo. O documento resultante da reunião assinalava os princípios que não tinham sido observados pela organização e a divergência de métodos que existia entre o grupo e a ALN. Veiculava, ainda, duras críticas a elementos que se encontravam na Europa como importantes dirigentes, que nunca se haviam destacado em trabalhos ou em ações armadas.

---

(9) Grupo de militantes da ALN que realizou o curso em Cuba no período entre maio e dezembro de 1970.

ORVIL

ORVIL

Após a morte de "Toledo", o "Grupo da Ilha" (10) intensificou as discussões em torno das divergências políticas, contestando a Coordenação Nacional instituída após o desaparecimento de "Toledo".

Enquanto o "Grupo da Ilha" desgarrava-se da ALN, a Frente de Massas (FM) da Coordenação Regional de São Paulo (CR/SP) também entrava em rota de colisão com a direção nacional da organização. As críticas da Frente aproximavam-se das do "Grupo da Ilha" no que se referia à pouca importância atribuída ao trabalho de massas em relação às atividades do GTA.

No início de 1971, a coordenadora do Setor Estudantil do CR/SP, Sílvia Peroba Carneiro Pontes, orientava a formação de "Comandinhos", estruturas enquadrantes de elementos em fase de aliciamento (11). Tal fato quase antecipou o "racha", pois a direção da ALN não concordava com aquela forma de recrutamento. Na ocasião, os desentendimentos não tiveram prosseguimento, graças à atitude mediadora de José Milton Barbosa.

A crise entre a direção nacional e a FM foi reacesa com o "justiçamento" do membro da Coordenação Nacional, Márcio Leite Toledo, em 23 de março de 1971. O fato provocou uma revolta generalizada abrangendo até elementos do GTA, normalmente em total sintonia com a direção nacional. A crise foi amainada e a separação adiada pela concessão da CN de cooptar um dos coordenadores da Frente de Massas, Monir Tahan Sab, para a direção nacional.

As dissensões entre a FM e a CN e o GTA iniciaram-se, realmente, por questões de vaidade e disputa do poder. A FM cresceu e ganhou certa autonomia, adquirindo condições de realizar ações.

---

(10) "Grupo da Ilha"— também conhecido como "Grupo dos 28", por ser esse o número de militantes que divergiam da ALN. Era constituído por: Rui Carlos Vieira Berbet, João Leonardo da Silva Rocha, Lauriberto José Reyes, Márcio Beck Machado, Arno Preiss, João Zeferino da Silva, Luiz Raimundo Bandeira Coutinho, Itobi Alves Corrêa Júnior, Aylton Adalberto Mortati, Maria Augusta Thomás, Ana Maria Ribas Palmeira, Antonio Benethzzo, Ana Maria Corbisier Mateus, Vinícius Medeiros Caldevilla, Flávio Carvalho Molina, Frederico Eduardo Mayr, Mário Roberto Galhardo Zanconato, José Roberto Arantes de Almeida, José Dirceu de Oliveira e Silva, João Carlos Cavalcanti Reis, Boanerges de Souza Massa, Natanael de Moura Giraldi, Francisco José de Oliveira, Jeová Assis Gomes, Carlos Eduardo Pires Fleury, Sérgio Capozzi, Jaime Vanini e Sílvio de Albuquerque Mota.

(11) O "comandinho" foi um passo concreto para o desenvolvimento do trabalho de massas. Os elementos não seriam retirados das escolas e das fábricas para receber uma formação militar, permaneceriam em seus locais de atividade recebendo formação política, através de leituras orientadas e discussões.

As ações da Frente tinham de ter a participação de um elemento do GTA que seria o "matraqueiro", responsável pela cobertura (12). Com o desenvolver das querelas, os "matraqueiros" começaram a faltar aos "pontos de ação", alegando, posteriormente, imprevistos como enguiço do carro e problemas no trânsito, dentre outros (13).

Em maio de 1971, Yuri Xavier Pereira foi a Cuba buscar um último entendimento com o "Grupo dos 28" e acertar a volta dos militantes ao Brasil. Após uma reunião com a cúpula do grupo dissidente, representada por Carlos Eduardo Pires Fleury, Jeová Assis Gomes e Antonio Benetazzo, Yuri reconheceu a impossibilidade de reconciliação, ficando estabelecido que o grupo voltaria ao Brasil por conta própria.

Com a chegada dos primeiros elementos ao Brasil, ainda em maio de 1971, foram reabertas as discussões que pareciam encerradas com a viagem de Yuri a Cuba. Enquanto crescia a afinidade entre o "Grupo da Ilha" e a FM, a CN e o GTA de São Paulo permaneciam unidos, defendendo a posição militarista.

Monir Tahan Sab seria, em seguida, afastado do CN sob a alegação de levar para debate posições pessoais e não as defendidas pela FM. Ao ser afastado do CN, Monir afastou-se, também, da FM, constituindo um grupo independente (14). Este grupo mantinha contatos tanto com a ALN quanto com a Dissidência da ALN (DI/ALN), denominação assumida pelo "Grupo da Ilha", dos quais recebia apoio e com os quais participava de ações para sobreviver.

Os primeiros elementos que chegaram de Cuba tinham a tarefa de estabelecer uma infra-estrutura para receber o restante do pessoal. A idéia inicial era a divisão do grupo em dois para a atuação nas cidades e no meio rural. Na guerrilha urbana, seria dada mais ênfase às ações de propaganda armada: comícios em fábricas, atentados terroristas, assaltos a quartéis e a viaturas militares, dentre outras. A guerrilha rural seria desenvolvida em áreas correspondentes ao nordeste de Minas Gerais e ao centro-oeste e norte de Goiás.

ORVIL

---

(12) Elemento que conduzia a metralhadora ("matraca") e realizava a segurança da ação.

(13) Os encontros realizados antes das ações armadas para combinar detalhes da operação eram chamados de "pontos de ação".

(14) O grupo era integrado por: Paulo Miguel Novaes, pelo casal Tânia Rodrigues Mendes e Gabriel Prado Mendes e por Ana Maria Rodrigues.

No dia 16 de julho de 1971, a DI/ALN iniciou suas atividades assaltando o posto de gasolina Capricho, em Santo André. Durante a fuga, assaltaram ainda a viatura radiopatrulha nº 13, levando todo o seu armamento.

Com o afastamento de Monir Tahan Sab da CN e da própria organização, Hiroaki Torigoe e Sílvia Peroba Carneiro Pontes assumiram as discussões em nome da FM. No início de agosto, as divergências chegaram a um ponto extremo, com a destituição dos dois da Coordenação da FM. Foram acusados de participação na divulgação de um documento que reconhecia a derrota política da ALN e previa, para breve, a sua derrota estratégica.

No dia seguinte, conforme previsto, Francisco Carlos de Andrade, militante da Frente de Massas, participou de uma reunião em seu "aparelho", com as presenças dos militantes da Frente Sílvia Peroba, Arthur Machado Scavoni, Pedro da Rocha Filho e José Carlos Gianini. Ao encontro deveriam estar presentes um representante da ALN e outro da DI/ALN para esclarecer as posições das duas facções, visando à tomada de posição da FM da CR/SP.

Dois fatos precipitaram a definição da FM: a destituição de Sílvia Peroba, no dia anterior, e a ausência do delegado da ALN. A DI/ALN, representada por Maria Augusta Thomás, acabava de "ganhar" a FM da CR/SP para as suas hostes.

Em documento datado de agosto de 1971, a DI/ALN criticava a ALN pelo isolamento das massas, pela concepção errada de conduzir a luta e pela estrutura inadequada às tarefas que se propôs a realizar.

Estabelecida a fusão de grande parte da FM à DI/ALN, a nova organização adotou uma estrutura constituída de um Comando Nacional (CN), um Setor Estudantil, um Setor de Classe Média, um Setor Operário e um Setor Camponês (15).

Como novidade, o Setor de Classe Média representava uma preocupação da organização em conseguir, fora do Movimento Estudantil, novos adeptos para a luta revolucionária. Dava prioridade à atuação na categoria dos bancários e dos professores primários. Na atividade urbana, a idéia de intensificar a ligação

---

(15) O CN foi constituído por Hiroaki Torigoe, Francisco José de Oliveira e Aylton Adalberto Mortari. O Setor Operário, mobiliado com militantes da FM, passou a receber a orientação de Hiroaki Torigoe, enquanto o Setor de Clase Média e o Setor Estudantil eram coordenados, respectivamente, por Márcio Beck Machado e Sílvia Peroba. O Setor Camponês, dirigido por Jeová Assis Gomes e Carlos Eduardo Pires Fleury, tentava estabelecer um ponto de apoio para as atividades rurais.

ORVIL

com as massas foi incrementada com a criação dos "comandinhos".

As ações armadas, dentro do pensamento da organização, visavam à propaganda, não se destinando à simples obtenção de recursos para o sustento da clandestinidade. No entanto, a DI/ALN iniciou uma série de ações de caráter até mais violento do que as da própria ALN, e tornou-se responsável, nesse ano, por mais de vinte episódios de violência em São Paulo.

Para as ações, em face da carência de pessoal, foram empregados todos os elementos disponíveis, sem considerar o seu setor de atuação. Em 28 de agosto, um grupo da DI/ALN, assaltou uma radiopatrulha no município de São Caetano do Sul, tendo sido roubados um revólver e uma metralhadora INA. Durante o assalto, o guarda da PMSP, Norival Ciciliano, foi ferido gravemente com um tiro no abdômen, desferido por Maria Augusta Thomás. No dia 31, foi realizado um atentado a bomba no Consulado da Bolívia, causando ferimentos graves em dez pessoas (16).

Após estabelecido o "racha" com a ALN, a organização iniciou o processo de escolha de sua denominação. Após debates e avaliações de propostas, foi adotada a denominação de Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

Na seqüência de suas atividades terroristas, o MOLIPO resolveu realizar propaganda armada, por ocasião de um aumento de tarifas dos transportes coletivos. No dia 31 de outubro de 1971, em Brasilândia, um bando chefiado por Ailton Adalberto Mortari incendiou um ônibus da Companhia de Transportes Urbanos S/A (TUSA). Enquanto o coletivo era incendiado, chamado por populares, aproximou-se do local o cabo da PMSP Nelson Martinez Ponce. Ao avistar o policial, Ailton, que fazia a cobertura da ação, não se preocupou em rendê-lo ou imobilizá-lo, simplesmente matou-o com uma rajada de metralhadora.

Desde a sua constituição, o MOLIPO realizou uma série de assaltos, roubos de carros, de viaturas policiais e armamentos e atentados a bombas, demonstrando que a crítica que faziam ao militarismo da ALN não correspondia à sua atuação, permanecendo no cam

---

(16) Foram feridos no atentado: Samuel Pereira Borba, escrivão do DEOPS; Nelson Laurindo e Eurico Conrado Radeck, investigadores do DEOPS; José Tadeu da Silva e Antonio Carlos Schiamerelli, investigadores da RONE; Sebastião Moreira de Azevedo, motorista da RONE; Benedito Gonçalves Arruda, sargento da PMSP; Geraldo dos Santos Reis, ascensorista; Ronaldo Reza, auxiliar de escritório e João Batista Dominici Cabral, menor de idade.

ORVIL

po das idéias e não se efetivando na prática (17).

Enquanto isso, o Setor Camponês do MOLIPO seguia um planejamento realizado ainda em Cuba. O grupo pretendia internar-se no campo, conseguindo, numa primeira etapa, legalizar sua situação, familiarizando-se com a área e seus habitantes. Numa segunda etapa, em ligação com elementos da cidade e deles recebendo apoio, iniciaria assaltos a localidades pequenas, distantes uns 400 a 500 km da base de guerrilha. Tais ações visariam a angariar fundos, fazer adeptos e desmoralizar as forças de segurança, atraindo-as para áreas afastadas de suas bases.

A área inicialmente selecionada situava-se ao longo do Rio São Francisco entre Ibotirama e Bom Jesus da Lapa (18). Foram realizados reconhecimentos em Ibotirama, por se tratar de um importante entroncamento rodoviário. Naquela época, foram tentados contatos com o MR-8 para unificar as ações das duas organizações no interior baiano, visto que as áreas de atuação eram

ORVIL

---

(17) Ações armadas do MOLIPO em 1971:

- Agosto: assalto à agência do Ministério do Trabalho.
- Setembro: assalto ao Restaurante Bierhale, em Moema; atentado fracassado com bombas incendiárias no Mappin; e assalto a um posto de identificação em Santo André.
- Outubro: assalto e incêndio contra uma radiopatrulha, em Santo André; explosão de um veículo, na Rua João Moura; pichações na Cidade Universitária e na PUC; assalto à loja de perucas Dejan, em Vila Mariana; assalto à Indústria de Máquinas AMF; atentado a bomba contra o escritório da Esso da Rua Pedro Américo; atentado a bomba e hasteamento da bandeira Marighela no prédio do jornal "Gazeta"; e atentado a bomba contra a loja Sears de Água Branca em São Paulo.
- Novembro: "expropriação" de um automóvel Volkswagen no bairro das Perdizes; e assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, no interior das FMU.
- Dezembro: discurso gravado e divulgado na Cidade Universitária através do alto-falante de uma Kombi expropriada; distribuição de Cartões de Natal com textos subversivos na favela da Vila Palmares, nas vésperas do Natal; e assalto à uma loja de roupas na Rua Xavantes, no Brás, seguida de distribuição do produto do roubo no bairro da Sapopemba. e panfletagem

(18) O primeiro a chegar na área foi Boanerges de Souza Massa, por volta de maio, instalando-se em Bom Jesus da Lapa. Em seguida, Carlos Eduardo Fleury, em junho, fez contato com Boanerges, estabelecendo planos para mobiliar a área. Em julho, o trabalho no campo reforçava-se com a chegada de Jeová Assis Gomes e Rui Carlos Vieira Berbet, ambos procedentes de Cuba.

próximas.

Esta primeira tentativa do MOLIPO fracassou pela falta de dinheiro e pelo cerco à Lamarca, desenvolvido pelos órgãos de segurança exatamente nessa região. Carlos Eduardo Pires Fleury, inclusive, teve que abandonar roupas e munição em uma pensão em Ibotirama, pela proximidade das forças de segurança empenhadas na captura de Lamarca. Deixando a Bahia, o pessoal da organização dirigiu-se para Goiás, onde Jeová Assis Gomes iniciava um trabalho na região de Araguaína (19).

No entanto, a partir de novembro, iniciou-se a desarticulação do MOLIPO, com importantes "quedas" ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro, as quais se refletiram no campo.

Em São Paulo, os órgãos de segurança chegaram ao endereço da Rua Cervantes nº 7, em Vila Prudente. No dia 5 de novembro, ao tentarem entrar no "aparelho", após se identificarem como policiais, os agentes foram recebidos a bala. Ao final do tiroteio que se seguiu, jazia morto o terrorista José Roberto Arantes de Almeida. Ao ser vasculhado o local, foram encontrados documentos e pertences dos terroristas Aylton Adalberto Mortari e Maria Augusta Thomás, que lá também residiam. No mesmo dia, Francisco José de Oliveira, outro dos dirigentes nacionais da organização, ao ser surpreendido na Rua Turiassu, repetiria, numa trágica e fatal monotonia, a reação à prisão, enfrentando a polícia com uma arma na mão e encontrando a morte.

A derrocada prosseguiria no dia seguinte, 6 de novembro, com a prisão de Flávio de Carvalho Molina. Flávio "caiu" vivo porque foi possível aos agentes confundirem-se com a multidão e agarrá-lo, firmemente, antes que pudesse usar as duas pistolas que portava, juntamente com uma granada de mão. Das poucas coisas que Flávio admitiu ao ser interrogado, foi ter realizado curso em Cuba, onde foi doutrinado pelo instrutor cubano Olaf "a andar armado e resistir à prisão, matando, sempre que possível, seus captores, a fim de não ser preso vivo, e correr o risco de falar". Explicava-se, de certa forma, a suicida disposição dos elementos que vinham de Cuba. Forjou, também, a estória de um "ponto" que teria às 13 horas do dia seguinte, na Rua Marqueti. Ao ser colocado no local, empreendeu a tentativa de fuga, obstada, em última instância, a tiros, que lhe causaram a morte.

---

(19) Participavam do trabalho em Araguaína: Sérgio Capozzi, sua mulher Jane Vanini e Otávio Ângelo. Rui Berbet e Boanerges instalaram-se em Balsas, no Maranhão, próximo a Araguaína.

ORVIL

ORVIL

No Rio de Janeiro, os órgãos de segurança chegariam a Carlos Eduardo Pires Fleury, em dezembro. Fleury tentaria abrir caminho a bala e tombaria morto.

Orientada pela documentação apreendida nos "aparelhos" estourados, teve início uma operação de informações visando a atingir o Setor Camponês do MOLIPO. No dia 21 de dezembro, foi preso em Pindorama, em Goiás, utilizando nome falso, Boanerges de Souza Massa. Boanerges entregou o "ponto" que teria com Rui Carlos Vieira Berbet, provocando sua prisão, dia 31 de dezembro, em Natividade/GO. Rui foi preso com documentação falsa em nome de "João Silvino Lopes". Debilitado pela malária, imaginou poder contornar a situação com sua documentação falsa, pois não sabia ainda da prisão de Boanerges. Ao sabê-la, de forma inadvertida, através de seus captores, aproveitou-se de um descuido na vigilân- e suicidou-se.

O ano de 1971, terminava de forma pouco promissora para o MOLIPO, com as "quedas" de importantes lideranças e a detecção do Setor Campo.

7. As atividades da CR/SP da ALN

Climent

Em São Paulo, Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz, membros da Coordenação Nacional Provisória, acumulavam as funções da Coordenação Regional (CR), compondo-a junto com a militante Lídia Guerlenda, que substituíra Márcio Leite Toledo, em "crise ideológica". Enquanto a CN aguardava o desfecho da luta interna provocada pelo pessoal do "III Exército", cursando em Cuba, a CR/SP enfrentava problema idêntico, representado pelo conflito entre o Grupo Tático Armado (GTA) e a Frente de Massas (FM).

No início de 1971, a CR/SP acionou o GTA numa série de ações em "frente" com outras organizações, inclusive o assassinato do industrial Boilesen, realizado com o MRT, em 15 de abril. A VPR, com o relacionamento estremecido na "frente" pela realização, sem consulta, do seqüestro do embaixador suiço, participou apenas do assalto ao carro transportador do Banco Andrade Arnaud, na Rua Lavapés, no bairro Cambuci, em 22 de janeiro. As demais ações foram realizadas em colaboração com o MRT e com o incipiente MRM, até abril, quando as duas organizações foram desmanteladas (20).

No início de 1971, a FM da CR/SP começou a participar d ações armadas, quebrando a exclusividade do GTA como instrumento de violência e intimidação. O esquema consistia da presenç de um elemento do GTA, como cobertura, e da ação dos militante da FM integrados em grupos de fogo. A FM limitara-se, até então, a ceder militantes para o GTA, quando solicitada. A realizaçã de ações por parte dela fez crescer a rivalidade entre os dois organismos.

Nesse ano, a ALN renovou os esforços para restabelecer o setor de imprensa, prejudicado desde a "queda" dos dominicanos, em outubro de 1969. Em 1970, o esquema gráfico da ALN estava para ser montado por Rafael de Falco Neto. Os contatos estavam adiantados e Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo, estudante de Jornalismo da PUC, aceitou tornar-se responsável pela gráfica, desde que não fosse clandestina. O aspecto legal da gráfica serviria de "cobertura" para a edição clandestina da imprensa da ALN e amenizaria os custos, através de serviços prestados a terceiros. A prisão de Rafael, em meados de 1970, adiou o projeto. Jorge Fidelino foi recontatado, no final de 1970, por Monir Tahan Sab, e reiniciaram-se os planejamentos para a montagem do "aparelho de imprensa".

Em março de 1971, com dinheiro fornecido por Monir, Fidelino instalou a gráfica na Rua Domingos de Moraes. Auxiliado por Ladislau Crispim de Oliveira, imprimiu cinco números do jornal "Venceremos" e o nº 3 do jornal "O Guerrilheiro", órgão central da ALN, datado de setembro de 1971. Fidelino escrevia artigo para as duas publicações, tornando-se o redator-chefe da imprensa da ALN. O esquema gráfico da ALN em São Paulo realizava, tam bém, a falsificação de documentos, tudo sob a orientação de Jorge Fidelino. Além do dinheiro empregado na montagem desse esquema, a ALN realizou 7 (sete) assaltos a escolas, firmas, cartórios, posto de identificação e delegacia do trabalho, para roubo de impressoras "Off Set", máquinas de escrever, máquinas e material de plastificação, mimeógrafos, estênceis, certidões de nascimento e casamento e carteiras profissionais.

---

(20) Ações realizadas em "frente" pela ALN com o MRT (algumas, também com o MRM), em São Paulo, em 1971: em 18 de janeiro, roubo de carros e placas no estacionamento da Avenida Água Branca nº 337, com lançamento de "coquetel Molotov" e ferimento em um motorista; em 31 de janeiro, assalto ao supermercado "Pão de Açúcar", na Rua Maestro Elias Lobo; em 4 de fevereiro, assalto ao supermercado "Pão de Açúcar", na Rua São Gabriel; em 6 de fevereiro, assalto ao supermercado Fioreto, na Rua Silva Bueno; em 10 de fevereiro, assalto à firma "Mangels do Brasil", no Ipiranga; em 10 de março, assalto ao Banco Comércio e Indústria, localizado no interior da Indústria Villares, em Rudge Ramos, e a tentativa de demolição de uma ponte sobre o rio Tietê, no bairro do Jaguar (a demolição fracassou por falha do dispositivo de acionamento da carga explosiva); e, em 29 de março, assalto às joalherias "Divina" e "Milton Bottura e Miranda", nas ruas Amália Noronha e Oscar Freir, respectivamente, no bairro Sumaré.

Nesse ano, as atividades revolucionárias em São Paulo cresceram muito, principalmente se comparadas ao descenso do ano anterior. O GTA, sob a coordenação geral de "Clemente" — Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz —, possuía diversos grupos de fogo, orientados por José Milton Barbosa, Antonio Carlos Bicalho Lana, Antonio Sérgio de Matos e Manoel José Mendes de Abreu. À intensa movimentação do GTA foi acrescida a da FM, preocupada em mostrar sua eficiência em ações armadas.

Em 10 de maio, a ALN realizou um assalto à Frota de Táxis Bandeirante, nas proximidades do museu do Ipiranga, liderado por Flávio Augusto Neves Leão e Antonio Eduardo da Fonseca, o qual resultou na morte do vigia da firma.

Além das ações narradas no texto e de incontáveis roubos de carros, placas, etc, a ALN realizou, nesse ano, 25 (vinte e cinco) panfletagens e 15 (quinze) assaltos a bancos, supermercados e empresas, para roubo de dinheiro. Realizou, ainda, algumas ações insólitas, como o assalto ao caminhão frigorífico da Swift, em 17 de maio, seguido da distribuição de frios aos favelados da Av. Palmares, em Santo André.

Com objetivo específico, realizou uma série de ações que visavam a alvos militares, para aumentar sua potência de fogo e desmoralizar as Forças Armadas e a força policial. Durante uma partida de futebol de um pelotão do Exército, no Parque da Aclimação, no dia 19 de julho, o soldado de guarda ao caminhão foi rendido e teve sua metralhadora roubada. No dia 17 de agosto, o soldado do Exército João Guedes Nogueira, realizando trabalho de estafeta, foi rendido na Rua Aspicuelta, em Pinheiros, e teve sua pistola .45 roubada. A escalada teve seqüência no dia 13 de setembro, com o assalto a uma viatura do Exército estacionada na Avenida Gualter, em Pinheiros, ficando o motorista privado de sua pistola .45. Além dessas ações, o GTA havia assaltado e in-

ORVIL

cendiado cinco viaturas policiais, roubando o armamento de suas guarnições.

Com o intuito de dar um paradeiro a essas ações de desmoralização e desassossego, foi montada uma operação, colocando-se viaturas do Exército, simulando pane, guarnecidas apenas com um motorista, nas áreas de maior atuação terrorista em São Paulo.

Às 15.00 horas do dia 23 de setembro, a viatura estacionada desde cedo na Rua João Moura, bairro do Sumarezinho, foi abordada por um Volkswagen que estacionou à sua frente com cinco elementos fortemente armados. Três homens e uma mulher saltaram do veículo e, enquanto a mulher, identificada como Ana Maria Nacinovic Correia, imobilizava o soldado, os três terroristas dirigiam-se para a viatura a fim de se apoderarem da metralhadora deixada sobre o banco. Naquele momento, uma equipe de segurança surgiu e deu voz de prisão aos terroristas, recebendo, como imediata resposta, uma saraivada de balas. Durante o entrevero, morreram os terroristas Antonio Sérgio de Matos, Manoel José Mendes Nunes de Abreu e Eduardo Antonio da Fonseca. Ana Maria, correndo, conseguiu evadir-se por uma rua lateral.

Uma camionete "Variant", que fazia a cobertura da equipe de ação da ALN, a cerca de cem metros, abandonou a área ao iniciar o tiroteio, tendo, antes, seus ocupantes trocado tiros com os agentes de segurança.

No dia 6 de outubro, Monir Tahan Sab e Yutaka Nishikawa foram feridos numa tentativa de assalto a um carro estacionado nas proximidades da Avenida Cursino, no Jardim da Saúde. Tratava-se de um Volkswagen da PMSP. Os assaltantes chegaram a ferir, durante o tiroteio, o capitão da PM Francisco Antonio Coutinho e Silva e o soldado da PM Erasmo Correia Bueno, mas foram alvejados, Monir na garganta e Yutaka na barriga. Resgatados por Venâncio Dias da Costa Filho e Paulo Miguel Novaes, que permaneceram no carro da cobertura, os feridos foram levados para o "aparelho" do primeiro.

A gravidade do estado de saúde de Monir obrigou, no dia seguinte, o seqüestro do médico Dr. Anísio Costa Toledo. Verificada a impossibilidade de restabelecimento sem uma cirurgia num hospital, a direção da organização resolveu entregar Monir à sua família. No dia 13 de outubro, o irmão de Monir internou-o no

ORVIL

Hospital São Camilo e ligou-se às autoridades, informando o ocorrido.

A ALN não se preocupou com Monir — ele havia se afastado da organização e criado um grupo independente. Venâncio, pelos cuidados dispensados a Monir, seria expulso da organização por Yuri Xavier Pereira, aderindo, em seguida, ao MOLIPO.

Esses dois fatos fizeram com que cessassem as ações terroristas contra as viaturas militares.

Uma outra série de ações foi planejada para comemorar o que ficou conhecido como a "quinzena Marighela-Toledo". Para marcar a ocasião, a CR/SP executou a intensificação das ações terroristas de propaganda armada (21).

Dentro de um esquema normal de treinamento da organização, no dia 4 de dezembro, após atirarem com suas armas, um grupo de terroristas resolveu testar suas granadas. Lídia Guerlenda acionou a primeira granada que não funcionou. Acionou o segundo petardo e este explodiu em sua mão direita, destruindo-a quase totalmente. O grupo retornou a São Paulo, onde Lídia foi tratada por Linda Tayah.

No dia seguinte, quando se deslocavam de carro para tratar do problema da mão de Lídia, o trio José Milton Barbosa, Linda Tayah e Gelson Reicher foi surpreendido por uma "operação arrastão", na Avenida Sumaré. Abandonaram o carro, mas, avistados pelos policiais, foram perseguidos. Após tentarem entrar em várias residências, os terroristas buscavam fugir pulando cercas e atravessando quintais. Utilizando este expediente, atingiram a Rua Veríssimo onde surpreenderam o soldado da PMSP Waldomiro Trombettas, rendendo-o.

Waldomiro foi obrigado a parar um Galaxie que passava pelo local conduzindo um casal. Linda Tayah entrou rapidamente no carro, enquanto o casal, ao sair do carro, lançou-se, por precaução, ao solo. Aproveitando-se da surpresa dos terroristas com

---

(21) Ocorreram durante a "quinzena Marighela-Toledo": em 26 de outubro, assalto à agência da Light, na Rua Silva Bueno, no Ipiranga; em 27 de outubro, atentado a bomba, seguido de incêndio, e panfletagem na indústria Supergel, no Jaguaré; em 29 de outubro, assalto e panfletagem na indústria Vulcan, no bairro de Socorro; no início de novembro, o incêndio de um ônibus no bairro operário de Vila Ema e de duas peruas de transporte e distribuição do jornal "Folhas"; no início de novembro, panfletagem no Centro de São Paulo, e; em 03 de novembro, incêndio do carro do cônsul americano, atentado à bomba e pichação nas casas do diretor-presidente da Sears e do diretor da Companhia Chicago Bridge.

ORVIL

a precavida iniciativa do casal, Waldomiro atracou-se com José Milton Barbosa, conseguindo tirar-lhe a metralhadora. Nesse instante Linda atirou, ferindo Waldomiro na mão. Alertados pelo tiro, os demais soldados acorreram ao local, tendo início um tiroteio, ao final do qual José Milton estava morto e Linda Tayah ferida com um tiro na cabeça.

Quando os policiais se aproximaram para socorrer Linda, Gelson Reicher atirou nos policiais, ferindo o soldado PMSP Alcides Rodrigues Souza. Perseguido, Gelson conseguiu evadir-se do local.

No dia 8 de dezembro, Gelson e seus companheiros conseguiriam seqüestrar o médico Dr. Euclydes Fontegno Marques para atender Lídia Guerlenda, que, mais tarde, receberia uma mão ortopédica.

Após recuperada do ferimento, Linda Tayah, respondendo a uma pergunta das autoridades policiais, declarou que um militante do GTA, quando instado a se identificar pela polícia, "manda bala e tenta fugir", o que não poderia acontecer era "cair vivo", como ocorreu com ela, desacordada com um tiro na cabeça.

O ano de 1971, apesar da intensa atividade, terminava com o CR/SP e o GTA desfalcados pela atividade dos órgãos de segurança. Muitos militantes, que começavam a questionar o tipo de atuação da ALN, foram desestimulados a dissentir, pelo exemplo do que ocorreu com Márcio Leite Toledo. Só lhes restava um caminho: a permanência na militância até a "queda", por morte ou prisão.

8. As atividades da CR/GB da ALN

A ALN na Guanabara havia-se desestruturado após o frustrado assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, em Ramos, em agosto de 1970 (22).

Debilitada pelas "quedas" e transferências ocorridas no 2º semestre de 1970, prosseguiu com a sua política de realização de ações em "frente" com outras organizações.

---

(22) Otoni Guimarães Fernandes Júnior, Reinaldo Guarani Simões e Eduardo Leite foram presos em agosto de 1970. Por estarem "queimados" na Guanabara, Antonio Sérgio de Matos e Sônia Maria Ferreira Lima transferiram-se para São Paulo, enquanto Marcos Nonato da Fonseca e Aldo Sá Brito de Souza Neto deslocaram-se para Minas Gerais. Benjamin de Oliveira Torres Neto rompeu seu contato com a organização.

ORVIL

No dia 25 de janeiro, a organização dava sua colaboração ao assalto realizado no 10º Setor de Guardas de Controle de Trânsito, na Rua Pereira Landim, em Ramos. O "Comando José Roberto Spiegner", responsável pelo roubo de uma metralhadora INA, representava uma frente constituída pelo MR-8, MRT, VPR, ALN e PCBR.

Em abril, o GTA, em fase de formação, realizou um assalto à Garagem Pina, em Vila Isabel, roubando quatro automóveis e dez pares de placas. A ação foi considerada um adestramento, em razão do GTA atuar, pela primeira vez, de forma isolada, sem a colaboração de outras organizações (23).

A exemplo de São Paulo, a Guanabara desenvolvia esforços para estabelecer sua imprensa própria. No dia 22 de julho, foi realizada uma ação contra a empresa RUF, na Rua Debret, com o roubo de uma copiadora eletrônica de matrizes, um mimeógrafo e várias máquinas de escrever. Uma semana depois, no dia 29 de julho, os recursos financeiros para o empreendimento foram conseguidos através do assalto ao Hospital da Ordem Terceira da Providência, que rendeu cento e cinqüenta e sete mil cruzeiros.

Dias antes da ação, chegara à Guanabara, vinda de São Paulo, a militante Sônia Hipólito, para montar o Setor de Documentação da CR/GB. Sônia e Antonio Carlos Nogueira Cabral alugaram um "aparelho" onde instalaram o esquema de fornecimento de documentação. O material necessário foi conseguido através dos assaltos ao Cartório do Registro Civil, José Alves Linhares, na Rua Joaquim Méier, com o roubo de duas mil certidões, carimbos e máquinas, no dia 9 de agosto, e aos 5º e 18º Postos Eleitorais, na Rua Miguel de Lemos, com o roubo de mil e quinhentos títulos eleitorais, em 17 de agosto.

Em agosto, a CR/GB conseguia publicar e difundir o primeiro número de seu jornal "Ação". Dentro da mesma orientação do "Venceremos" e de "O Guerrilheiro", "Ação" fazia propaganda das atividades criminosas da organização, endeusando os militantes da ALN pela sua coragem e ousadia.

As ações da CR/GB passaram a ser orientadas para a propa-

---

(23) Em meados de maio, as fileiras da CR/GB seriam engrossadas por Antonio Carlos Nogueira Cabral e Luis José da Cunha ("queimados" em São Paulo) e por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Aurora Maria do Nascimento Furtado, que foram integrados ao GTA. Em contrapartida, Gilson Ribeiro da Silva, voluntariamente, perdeu a ligação com a organização, deixando a militância.

ORVIL

ganda armada e para a intimidação. O GTA, com a experiência adquirida nas ações bem sucedidas, decidiu eleger viaturas policiais como fonte de suprimentos de armamento e munição (24). Com o fito de desmoralizar as forças policiais, as viaturas eram incendiadas. Assim, ocorreram os assaltos às radiopatrulhas: na Avenida Prado Júnior, em 31 de julho; na Praça Avaí, em 19 de novembro; e na Rua Dias da Cruz, em 31 de outubro. Na Praça Avaí, os subversivos simularam um acidente de trânsito, a poucos metros do local da viatura, e quando os patrulheiros foram verificar o ocorrido, foram rendidos e algemados a um poste. Em seguida, a viatura foi incendiada e o local panfletado.

Animados com o resultado do assalto ao Hospital da Ordem Terceira, a CR/GB planejou o assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras em Botafogo (25). Definido o dia 2 de setembro com a data da ação, José Milton Barbosa, Antonio Sérgio de Matos e Hélber José Gomes Goulart foram de São Paulo para o Rio de Janeiro para reforçar o GTA.

No dia do pagamento, o GTA, comandado por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e contando com a participação de Hélcio Pereira Fortes, Antonio Carlos Nogueira Cabral, Sônia Hipólito, Aurora Maria do Nascimento Furtado, Isis Dias de Oliveira e Paulo Cesar Botelho Massa, além do reforço paulista, entrou em ação à chegada do carro pagador na casa de saúde. Surpreendida, a guarda de segurança do nosocômio reagiu ao assalto. Ao final de um intenso tiroteio, o rol das vítimas fatais da subversão estava acrescido dos guardas de segurança Gardênio Jaime Dolce, Silvano Amâncio dos Santos e Dermerval Ferreira dos Santos, enquanto o médico Dr. Marilton Luiz dos Santos Morais e o enfermeiro Almir Rodrigues de Morais saíam feridos. Os assaltantes, além de

---

(24) O GTA da CR/GB era dirigido por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e articulava-se em dois grupos. O primeiro grupo, chefiado pelo próprio Flávio, era constituído por Aurora Maria do Nascimento Furtado, Isis Dias de Oliveira e Carlos Alberto Maciel Cardoso. O segundo grupo, chefiado por Antonio Carlos Nogueira Cabral, era formado por Sonia Hipólito, Paulo Cesar Botelho Massa e Merival de Araújo.

(25) O levantamento, assim como o do assalto anterior, foi realizado por intermédio de Carlos Alberto Maciel Cardoso. Carlos Alberto, ex-marinheiro, cassado em 1964, aliciara para a organização sua amásia Hermelinda de Jesus Melo e Silva, funcionária do Hospital da Ordem Terceira. Hermelinda de Jesus realizou o levantamento da data do pagamento dos funcionários. Quanto à Casa de Saúde Dr. Eiras, o levantamento do dia do pagamento foi feito por Maria da Conceição Nascimento, servente do estabelecimento e namorada do irmão de Carlos Alberto, o fuzileiro naval Paulo Sérgio Fonseca Cardoso.

ORVIL

oitenta mil cruzeiros, levaram as armas dos guardas abatidos.

O jornal Ação nº 2, de setembro/outubro, fazendo apologia da chacina da Casa Dr. Eiras, assim justificava os assassinatos: "A imprensa da ditadura procurou explorar politicamente a morte dos guardas, apresentando-os como vítimas inocentes. No entanto, é preciso ficar bem claro que, consciente ou inconscientemente, naquele momento agiram como defensores dos exploradores e de seu governo, atacando os guerrilheiros. Por isso não foram poupados e nem o serão aqueles que tomarem a mesma atitude".

justiçad

Carlos Alberto Maciel Cardoso e sua companheira Hermelinda de Jesus Melo e Silva foram presos dia 9 de outubro pela Polícia Federal, por suspeita de participação no assalto ao Hospital da Ordem Terceira da Penitência. Admitiram algumas coisas, procurando ganhar a confiança de seus inquisidores. Vislumbrando a possibilidade de ser solto, Carlos Alberto propôs entregar os militantes da organização. Solto no dia 10, Carlos Alberto entregou um "ponto frio", com um dirigente de CR/GB, conseguindo fugir do controle dos policiais. Retornando ao seio da organização, narrou a sua astúcia para conseguir a liberdade. Não convenceu. Foi julgado por um "tribunal revolucionário", composto da direção da CR/GB, naquela altura constituída por Hélcio Pereira Fortes, Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antonio Carlos Nogueira Cabral, e condenado à morte.

No dia 13 de novembro, os juízes, transvestidos de carrascos, tiveram um encontro com Carlos Alberto e informaram-no do seu destino. Apavorado, Carlos Alberto saiu correndo, sendo perseguido por Flávio Augusto e Antonio Carlos, disparando suas armas. Ferido, ainda tentou abrigo no interior de uma casa da Rua Bernardo, no Encantado, onde seus algozes terminaram o serviço. Hélcio Pereira Fortes recolheu os companheiros, de carro, após concluída a missão de justiçamento.

Os dirigentes da CR/GB não se preocuparam com Carlos Alberto, apesar dos "relevantes serviços" prestados em levantamentos que proporcionaram ações de vulto para a organização. Os argumentos de traição não se confirmaram, pois a organização nada sofreu com a prisão de Carlos Alberto. Apenas as suspeitas de três elementos, constituídos em "tribunal revolucionário", foram suficientes para determinar a sua morte...

Apesar de realizar ações isoladas, a CR/GB procurou man-

ORVIL

ter um estreito relacionamento com as demais organizações ligadas à luta armada, objetivando a unidade da esquerda revolucionária. Assim sendo, foi realizada uma série de ações em "frente" (26), sendo que a do dia 28 de outubro, o assalto à agência do Banco Itaú-América, na Rua Conde de Bonfim, resultou numa vítima. A ação, realizada em "frente" com o PCBR, a VAR-P, e o MR-8, constou, inclusive, da interdição da Rua Conde de Bonfim no trecho defronte da agência. Uma viatura policial que passava pelo local tentou intervir, mas foi obstada por rajadas de metralhadora, saindo ferido o detetive Walter Cláudio Ramos Mattos.

Finalizando o ano, a quadrilha da ALN na Guanabara, reforçada por Yuri Xavier Pereira e José Milton Barbosa, realizou no dia 8 de novembro um assalto à Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL). O plano frustrou-se, em parte, pelos cinqüenta mil cruzeiros arrecadados, quando se esperavam mais de duzentos mil.

O ano de 1971 representou o crescimento e a reestruturação da CR/GB, compensando-se as "quedas" ocorridas em 1970. A coordenação estava operando, sem crises de segurança — a única pressentida terminou num "justiçamento" —, e a imprensa regional, representada pelo jornal "Ação" (27), significou um salto de qualidade da atuação da regional.

9. A falta de liderança na ALN

Após a morte de Joaquim Câmara Ferreira — "Toledo" —, a organização tentou recompor-se através de uma Coordenação Nacional Provisória (CNP), reunindo alguns coordenadores regionais da ALN (28).

Em janeiro, a CNP expediu o documento "Balanço dos Três

---

(26) Ações realizadas pela ALN em "frente" com o PCBR e a VAR-P, na Guanabara: em 19 de agosto, assalto ao apartamento do comerciante Jaime Pazuello, na Rua Paula Freitas; em 23 de agosto, depredação de dois postos de gasolina na Rua Barata Ribeiro e na Avenida Vieira Souto, por estamparem cartazes de subversivos procurados; em 16 de setembro, assalto a uma Kombi transportadora de valores do Banco Bradesco, na Ponte de Quintino, com o roubo de vinte mil cruzeiros; em 30 de outubro, assalto à joalheria Missagea, na Avenida Rio Branco, com o roubo de quarenta mil cruzeiros e jóias (do qual participou, também, o MR-8).

(27) A CR/GB publicou, em novembro, o nº 3 de "Ação".

(28) Yuri Xavier Pereira, Márcio Leite Toledo e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente") representavam São Paulo, Arnaldo Cardoso Rocha, Minas Gerais, e Hélcio Pereira Fortes a Guanabara.

ORVIL

Anos", no qual, através de uma autocrítica, esforçava-se para aproximar-se das posições do "Grupo dos 28" e da FM da CR/SP. Através de Carlos Figueiredo de Sá, que se deslocou de Montevidéu para Santiago, recontatou os militantes que haviam sido banidos em troca do embaixador suíço. Ainda nesse mês, surgiram problemas no NE. A subordinação dos trabalhos daquela área a uma coordenação no Sul era criticada. O grupo que lá atuava foi transformado, à revelia da organização, na Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN). O problema, no entanto, foi contornado com a liberdade de atuação tática da FLNN, que se mantinha estratégicamente ligada à ALN. A CNP tudo fazia no sentido de manter a unidade da organização.

O amadurecimento das divergências sobre o "desvio esquerdista" da organização, iniciadas com as contestações do "III Exército da ALN", em Cuba, refletiu no desencanto de Márcio Leite Toledo, que foi destituído da CNP e integrado a um grupo de fogo do GTA.

As posições de Márcio Toledo, contestando a orientação da Coordenação Nacional, teriam conseqüências trágicas. Ao tentar se desligar da organização, seria "justiçado", no dia 23 de março, por um comando do qual faziam parte Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz — "Clemente" —, este o autor dos disparos fatais (29).

O assassinato de Márcio Toledo gerou uma onda de protestos dentro da organização. A CNP, desgastada, foi modificada com a substituição de Yuri e "Clemente".

Numa tentativa de apaziguar o descontentamento reinante, particularmente na FM, a CNP cooptou para a direção nacional da organização Monir Tahan Sab, um dos coordenadores da Frente de Massas.

A tentativa de contornar o problema surgido com os militantes do "III Exército da ALN", em Cuba, frustrou-se com a viagem de Yuri a Havana, em maio, ocasionando o surgimento do MOLIPO, em meados de 1971, perdendo, ainda, a ALN a maior parte da Frente de Massas da CR/SP.

Sentindo a impossibilidade de manter a unidade da organização, a CNP inclinou-se de vez para o militarismo. Em junho, em pleno fogo da luta interna, a CN divulgou um histórico da orga-

---

(29) O episódio foi narrado na introdução deste livro. É o "Terceiro Ato".

ORVIL

nização fazendo um retrospecto de sua atuação. Após conhecer o declínio das atividades armadas, em 1970, em decorrência dos golpes sofridos, a CN admitiu que as atividades da organização se limitaram à sobrevivência e à reorganização. Para reverter esta situação, preconizava-se a intensificação da guerrilha urbana, onde os militantes teriam "a própria luta como escola de preparação de combatentes". Preocupava-se em criar uma infra-estrutura intimamente ligada aos grupos de ação, com o aumento da potência de fogo, através da compra, expropriação ou fabricação de armamento e com a utilização de explosivos — bombas, granadas e "coquetéis Molotov". Reassumindo sua posição militarista, a CN apregoava que as Frentes de Massas deveriam realizar ações de caráter armado, mobilizando uma potência de fogo própria. A CN transmitia, ainda, orientação a seus militantes no exterior para que não recrutassem, pois esta atividade teria de ser realizada no Brasil, em pleno clima do enfrentamento armado e para que todo o trabalho ficasse subordinado ao comando da organização no Brasil.

Com o "racha" do "III Exército da ALN" e da Frente de Massas da CR/SP, não se justificava mais o afastamento de Yuri e "Clemente" da Coordenação Nacional. Ambos foram reintegrados à direção nacional, ficando Yuri como responsável pela CR/SP e pelas ligações da organização com o exterior.

Enquanto os elementos que voltavam ao Brasil aglutinavam-se em torno do MOLIPO, os que permaneceram no exterior, sob a liderança de Rolando Fratti, Argonauta Pacheco da Silva e Ricardo Zarattini — que ainda em Cuba se afastara do "Grupo dos 28" — propunham reformulações na linha política da organização. Esta facção intitulou-se Tendência Leninista da ALN (TL/ALN) e, sem se afastar da organização, ganharia praticamente todo o esquema da organização no exterior. A TL/ALN divulgou, em agosto de 1971, o documento intitulado "Uma Autocrítica Necessária", onde expôs seus pontos de vista.

Com a data de 25 de agosto, a CN difundiu o documento "A ALN e a Unidade da Esquerda Revolucionária" onde consignava como problema mais premente da revolução brasileira a questão da unidade revolucionária. A declaração, publicada no nº 3 do jornal "O Guerrilheiro", de setembro de 1971, assinalava que apesar da unanimidade do repúdio ao reformismo e da adoção da guer

ORVIL

ra revolucionária, num "salto de qualidade", por diversos grupos, não ocorrera a unidade e sim a atomização da esquerda revolucionária. A união, segundo o informe, estava entravada pelo oportunismo e pela aspiração de hegemonia de certas organizações que chegavam a realizar ações acima de suas forças,para se imporem como liderança.

A ALN preconizava a troca de experiência, no plano político e militar, entre as organizações da esquerda revolucionária, para a identificação de pontos de afinidade, objetivando, posteriormente, a formulação de um plano político comum. De início , a "frente" seria formada a nível de organizações que adotassem a violência revolucionária, com o objetivo de perpetrar ações conjuntas e combinadas. Posteriormente, seria estendida a todas as forças progressistas, populares e democráticas.

O excesso de ações armadas e a falta de trabalho de massa, questionamentos que conduziram ao "racha", tornaram a aflorar na organização. Em São Paulo, onde "Clemente" conduzia o GTA de forma açodada, realizando ações indiscriminadamente e expondo os militantes e a própria organização a riscos desnecessários, ocorreram novas críticas ao "desvio militarista" da ALN.

Pretendendo atenuar as críticas e evitar novas dissensões, a Coordenação Nacional resolveu deslocar "Clemente" para o Setor Rural, afastando-o da violência do asfalto. No final de outubro, foi deslocado para o Nordeste.

Somente em outubro foi difundido no Brasil o citado documento da TL/ALN. Em resposta a esse documento,a CN difundiu, em novembro, uma declaração satirizando seus autores afirmando que "intelectuais de esquerda podem chegar a cronistas, pesquisadores, vulgarizadores e repetidores de 'teorias' da moda, mas dificilmente a revolucionários". Nas respostas irônicas ao texto da TL a CN fez analogias entre as propostas apresentadas e as resoluções do VI Congresso do PCB, tachando de irreais e direitistas as intenções da TL.

Acossada e preocupada com o crescimento da TL/ALN e motivada pela mecânica de desinformação e de dificuldade de comunicação com o exterior, assinalada como causa geradora das divergências com o "Grupo da Ilha", a direção da organização expediu, em dezembro de 1971, a "Mensagem aos Militantes no Exterior", onde fez um balanço de suas atividades e pediu uma defini-

ORVIL

ORVIL

ção em termos de uma militância efetiva na organização ou o seu abandono.

Ainda este ano, a ALN receberia o apoio da maioria dos militantes que se encontravam no Chile, os quais produziram um documento intitulado "Análise de Conjuntura da Revolução Brasileira" remetido à CNP/ALN. No texto, os banidos reafirmavam a validade dos princípios doutrinários de Marighela, apresentando a ação como "essência ideológica do princípio da iniciativa". O documento, de cunho militarista, não falava de trabalho de massa e estabelecia a "defesa ativa" como tática adequada à organização, dentro de um quadro de "defensiva estratégica", determinado pelas derrotas sofridas pela organização, desde o final de 1969.

A CNP antes do término do ano produziria ainda o documento "Orientações com Companheiros no Exterior", onde fez uma avaliação crítica das diversas turmas que fizeram curso em Cuba — o "Centro de Treinamento". Os quatro "Exércitos da ALN" (30) foram criticados, ressalvando-se exceções representadas por revolucionários de atuação destacada no retorno ao Brasil. As deficiências foram atribuídas a falhas no recrutamento dos militantes enviados a Cuba, considerados despreparados política e ideologicamente. No mais, o documento era uma repetição de recomendações anteriores relativas ao acatamento das ordens emanadas do comando no Brasil.

A presteza com que se procurou constituir uma Coordenação Nacional para a organização não foi suficiente para manter a unidade da ALN. Constituída de militantes sem experiência política e sem uma liderança efetiva, propiciou com sua conduta pendular o surgimento de dissidências e rachas que não foi capaz de contornar e que enfraqueceram a organização.

10. A Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN)

Após o assassinato do comerciante de São Benedito e as conseqüentes "quedas", a atividade terrorista no Ceará manteve-se suspensa, com o deslocamento dos "quadros" mais procurados para outros Estados.

---

(30) O "IV Exército da ALN", representado por reduzido número de militantes que fizeram curso em Cuba, entre fins de 1970 e julho de 1971, era constituído por Caio Venâncio Martins, Domingos Fernandes, Luis Eurico Tejara Lisboa, Marília Angélica do Amaral, Ronaldo Dutra Machado, Suzana Keniger e Tânia Regina Rodrigues Fernandes.

Antonio Esperidião Neto e José Sales de Oliveira, estabelecendo-se em Pernambuco, iniciaram os contatos visando a reestruturar o trabalho da ALN na região Nordeste. A fim de equacionar o problema, mantiveram ligação com José Calixtrato Cardoso Filho, que já tivera relações com a VAR-P e exercia a liderança sobre um grupo espalhado na região de divisa dos Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Da avaliação efetuada pelo trio, conclui-se que a organização no Nordeste já se mantivera muito tempo isolada da Coordenação Nacional que se situava em São Paulo. Tal fato tinha gerado desânimo e provocado a deserção de muitos elementos que abandonaram a militância ou se transferiram para outras organizações. A subordinação dos trabalhos no Nordeste a uma coordenação no Sul também foi alvo de críticas, sob a alegação de que o Nordeste apresentava uma realidade própria, diversa da do Sul do País. A criação de uma coordenação no próprio Nordeste parecia a solução lógica para o isolamento da área.

No dia 8 de janeiro, o trio ficou reduzido com a prisão do ex-seminarista Antonio Esperidião, em Recife.

Movidos pelo apelo regional e visando à integração de outros grupos atuantes no Nordeste, José Sales e José Calixtrato instituíram a Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN).

Em fevereiro, a dupla dirigiu-se a São Paulo para fazer contato com a Coordenação Nacional da ALN. No final de fevereiro, Gilberto Telmo Sidney Marques, que para lá se deslocara após a chacina de São Benedito, recebeu da CN, a incumbência de verificar a situação da organização em Recife e de iniciar um levantamento de área estratégica no Nordeste. Enquanto isto, Yuri Xavier Pereira mantinha conversações com José Calixtrato Cardoso Filho para estabelecer o relacionamento ALN-FLNN.

No retorno de Gilberto Telmo do Nordeste, em meados de março, já estava decidido que a FLNN manteria a sua autonomia tática, mas sua atuação estaria voltada para os objetivos estratégicos da ALN. Naquela ocasião, Arnaldo Cardoso Rocha foi designado para coordenar o trabalho rural no Nordeste, integrado à FLNN. Arnaldo tinha a intenção de, numa primeira fase, intensificar as atividades nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco aproveitan

ORVIL

do-se da estrutura já implantada por José Calixtrato na região do Cariri. Numa segunda fase, a FLNN deveria estender suas atividades para a região do Bico do Papagaio, no norte de Goiás, e oeste do Maranhão.

Nesse ano, a FLNN realizaria apenas duas ações: no dia 27 de agosto, uma ação tática rural ao assaltar a Coletoria Pública em Bodocó, no sertão pernambucano (31) e, no dia 20 de novembro, assaltando a Companhia de Transportes Urbanos (CTU) de Recife.

Após o assalto, o bando dirigiu-se para Campina Grande, na Paraíba, onde se dispersou. Por volta de outubro de 1971, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), membro da CN/ALN, foi deslocado para o Nordeste, passando a atuar junto a Arnaldo Cardoso Rocha.

11. A Morte de Aldo Sá Brito e a Campanha de Difamação

A chegada de Aldo Sá Brito de Souza Neto, da Guanabara, criou ânimo novo no grupo da ALN em Belo Horizonte. A facção estava em fase de criar uma infra-estrutura para intensificar sua atuação na capital mineira. Necessitava, portanto, de recursos financeiros para seu empreendimento.

No dia 6 de janeiro de 1971, o grupo assaltou a agência do Banco Nacional de Minas Gerais na Rua Tupinambás. Ao final da tarde, quatro elementos desembarcaram de Volks na porta do banco, permanecendo um ao volante. Três penetraram no banco, enquanto Milton Campos de Souza permanecia na porta. O guarda, no interior da agência, foi facilmente dominado e o assalto seguiu técnica conhecida, com a prisão de clientes e funcionários no banheiro. O gerente foi, então, forçado a entregar aos assaltantes oitenta e nove mil cruzeiros, em dinheiro, e cinqüenta e quatro mil cruzeiros, em cheques.

As coisas teriam corrido favoravelmente aos assaltantes, não fosse a demora na realização do assalto e a presença, próximo à agência, de um agente do Serviço Secreto da PMMG, que, investigando um outro problema, teve sua atenção voltada para o indivíduo parado à porta do banco.

Em determinado momento, Milton impediu a entrada de um cli

---

(31) Participaram da ação: Arnaldo Cardoso Rocha, José Sales de Oliveira, Francisco Peixoto de Carvalho ("Galego") e José Calixtrato Cardoso Filho.

ORVIL

ente no banco, ameaçando-o, nervosamente, com o revólver que sacara. A cena foi presenciada pelo agente PM e por populares, que, curiosos, começaram a se aglomerar na porta do banco. Despreparado para a situação e assustado com o rumo que as coisas iam tomando, Milton guardou a arma e afastou-se, calmamente, caminhando pela rua, quando foi seguido e preso pelo agente da PM.

Os três assaltantes que se encontravam no interior do banco, ao saírem, defrontaram-se com uma pequena multidão à porta. Um deles atirou para o chão a fim de abrir passagem, denunciando a todos que se tratava de um assalto. O tumulto que se seguiu, com gritos e correrias, chamou a atenção de uma viatura do Juizado de Menores que passava pelo local.

O Volks dos assaltantes saiu em desabalada carreira, sendo acompanhado pela viatura policial com a sirene ligada. Perturbados pela perseguição, os terroristas não obedeceram o plano de fuga e entraram na rua onde se localizava a Delegacia Contra Roubos e Furtos. Alertados, os agentes da delegacia incorporaram-se à caçada aos subversivos.

No bairro da Floresta, na altura da Praça Negrão de Lima, os assaltantes resolveram abandonar o carro, deixando-o atravessado na rua. Na troca de tiros que se seguiu, Newton Moraes, um dos assaltantes, atingiu mortalmente o menor de quatorze anos, Marcelo Coimbra Tavares, que passava pelo local, e se refugiou, junto com Aldo Sá Brito, no interior de um prédio. Marcos Nonato da Fonseca e Eduardo Antonio da Fonseca, que completavam o grupo, roubaram um Aero-Willys e conseguiram deixar o local.

Newton Moraes seria preso no interior do prédio sem oferecer resistência, enquanto Aldo, ao tentar escapulir por uma janela do 3º andar, sofreria uma queda, vindo a falecer na manhã do dia seguinte, apesar de socorrido na Fundação Estadual de Assistência Médica de Urgência (FEAMUR).

As prisões de Milton Campos de Souza e Newton Moraes causaram a desarticulação do trabalho da ALN em Minas Gerais, com a identificação e a prisão de vários militantes (32). O coordenador da ALN em Minas, Arnaldo Cardoso Rocha, abandonou o Estado, deslocando-se para São Paulo. O mesmo destino tomaram outros mi

---

(32) Foram presos Luiz Fernando Gonçalves dos Reis, Hervê de Melo e o cabo PMMG Cecílio Emigdio Saturnino, entre outros.

ORVIL

litantes (33).

A morte de Aldo Sá Brito foi rotulada como mais um assassinato da "ditadura militar". Na realidade, os órgãos de segurança, ao invés da morte de Aldo, anunciaram a sua prisão. Imaginava-se que Aldo houvesse participado do seqüestro do embaixador suíço, assunto ainda em discussão por parte do Governo no que se referia aos presos a serem libertados. O anúncio da prisão visava a intranqüilizar os seqüestradores, dentre os quais se imaginava estar incluído Aldo. Posteriormente, ao ser anunciada a morte do terrorista, ela foi explorada, no País e no exterior, como tendo sido sob tortura. Como o retardamento do anúncio havia cumprido sua finalidade e existia registro médico da entrada de "Santana", nome utilizado por Aldo na sua documentação fria, às 19.00 h do dia 6 de janeiro, na FEAMUR, contendo inclusive a orientação médica da tentativa de salvar a sua vida, os órgãos de segurança não se preocuparam em esclarecer o episódio.

No caso, cometiam-se dois erros. O primeiro, ao não se esclarecer a população. Não se tratava de imputação ou não de responsabilidade. A falta de esclarecimento dava credibilidade à maldosa exploração do fato. O segundo erro é que esses estratagemas utilizados com a intenção de beneficiar as operações correntes, invariavelmente, causavam muito mais malefícios aos órgãos de segurança do que vantagens, quando essas vantagens efetivamente existiam.

No rastro desse fato e valendo-se da credibilidade auferida com ele, buscou-se generalizar os casos de tortura como s eles fossem a regra na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora. Buscavam envolver também os militares encarregados de ouvir Newton Moraes. Em carta datada de 2 de agosto de 1971 ao Juiz Auditor da 4ª Circunscrição da Justiça Militar, Newton declara não "se responsabilizar por abaixo-assinado que será por fim enviado a esta auditoria", no qual eram descritas torturas que teria sofrido num quartel do Exército. As acusações constavam de uma carta denúncia remetida pelos presos políticos da Penitenciária de Linhares aos órgãos de defesa dos direitos humanos nacionais e internacionais. Newton afirmava em sua carta: "fui tratado com todo o respeito devido à pessoa humana", quando se re-

---

(33) Entre eles, Walderez Oliveira Nunes e os assaltantes Marcos Nonato da Fonseca e Eduardo Antonio da Fonseca.

ORVIL

feria a uma entrevista mantida com um oficial do Exército, nas dependências do Quartel General da 4ª Região Militar.

As acusações falsas estavam inseridas na campanha de difamação patrocinada pela subversão, com o objetivo de desestabilizar o governo revolucionário.

12. O surgimento da Tendência Leninista da ALN

Enquanto o retorno dos militantes do III Exército da ALN significava a cristalização das divergências com a Coordenação Nacional e o surgimento do MOLIPO, elementos da organização, que permaneciam no exterior, pretenderam assumir a direção da ALN, imprimindo-lhe uma nova orientação.

Em Cuba, Ricardo Zarattini Filho, afastando-se do "Grupo da Ilha", ligou-se a Rolando Fratti e Argonauta Pacheco da Silva, formando uma coordenação da ALN no exterior. O trio pretendia reformular a linha política da organização, redirecionando-a, numa "postura leninista", para uma maior ligação com as massas.

Antes de se ligar com a coordenação no Brasil, foi feito contato com José Maria Crispim que se encontrava na Itália, representando a ALN na coordenação da FBI. Crispim viajou para Cuba, onde concordou com a nova posição advogada para a organização, fazendo com que todo esquema da ALN no exterior se inclinasse para a nova tendência que surgia.

Rolando Fratti e Ricardo Zaratine deslocaram-se para o Chile, onde a reflexão e a posição autocrítica, assumidas pela maioria dos exilados, criavam um ambiente favorável para a proposta de mudanças e a difusão de novas idéias.

Finalmente, elaborado por Rolando Fratti, foi enviado à CN no Brasil o já referido documento "Uma Autocrítica Necessária", expondo os pontos de vista e as propostas do grupo, que assumia, a partir de então, a denominação "Tendência Leninista da ALN" (TL/ALN). No documento, datado de agosto de 1971, a TL/ALN criticava a ALN pelo isolamento das massas, pela concepção errada de conduzir a luta e pela estrutura inadequada às tarefas que se propôs a realizar.

O desvio da ALN, olvidando a "revolução como obra das massas", foi atribuído a dois fatores: o afluxo para a organização

ORVIL

de "elementos da pequena burguesia, notadamente estudantes, imbuídos do espírito radical", e a influência das teses de Regis Debray sobre estes elementos. O primeiro fator conduziu a ALN a um excesso de ações urbanas, de caráter armado, completamente desvinculadas das massas, enquanto o segundo negava o trabalho junto às massas e a necessidade de um partido que seria substituído pela "Coluna Móvel Estratégica".

Condenando a concepção revolucionária que a esquerda radical vinha adotando, os dissidentes criticavam a própria "doutrina Marighela" quando afirmavam que "a expropriação de bancos foi erigida como critério de uma política de formação de quadros" e que "a necessidade de auto-afirmação de muitos se ajustava ao critério seletivo, ocorrendo a incorporação de muitos radicais, em detrimento do justo critério leninista de seleção nas forças fundamentais: operariado e campesinato". A TL prosseguia suas críticas, afirmando ter sido criado dentro da ALN um verdadeiro "culto ao guerrilheiro urbano" e que o conceito de "liberdade tática" fazia com que os militantes se sobrepusessem às ordens de suas próprias coordenações.

Para corrigir o "desvio esquerdista" e sanar as imperfeições levantadas na linha política da ALN, os dissidentes propuseram para debate cinco pontos:

1º - o estabelecimento de um programa amplo, reunindo as forças básicas a todas as camadas e classes sociais, dentro de uma estratégia nacional-libertadora e democrática;

2º - o estabelecimento de uma frente única, num novo tipo de aliança, englobando não só organizações e partidos mas, inclusive, outras forças interessadas na revolução, tendo como base a "aliança operário-camponesa";

3º - a necessidade de um "partido marxista revolucionário" para a condução do processo revolucionário, visto que a sua falta impedia de levar avante a "expressão mais elevada da luta de classes, a luta armada". Neste ponto, o documento propunha a realização de um congresso, para decidir a estrutura e a linha política do partido, e o estabelecimento de uma escola de quadros políticos e militares na organização;

4º - a formação do "Exército Revolucionário do Povo" (ERP), apontado como necessário para quebrar a coluna vertebral do sistema

ORVIL

do Governo, as Forças Armadas. Os dissidentes não aceitavam, a priori, as fórmulas preestabelecidas do "foco" ou da "coluna móvel", bem como os esquemas do "cerco da cidade pelo campo" ou da "insurreição generalizada nos grandes centros urbanos" como dogmas para a criação de seu exército. Deixando indefinido o processo de formação do ERP, a TL/ALN propôs a transformação dos GTA em "destacamentos de propaganda armada" (DPA), como principal instrumento do trabalho político nas cidades e no campo. Os DPA, ao contrário dos GTA, não teriam autonomia tática e agiriam dirigidos por uma chefia político-militar, tendo ainda como diferença fundamental que nem todos os membros do destacamento necessitariam ser quadros marxistas, bastando, para tanto, estarem de acordo com o programa nacional-libertador e democrático da ALN;

5º - o estabelecimento de uma política exterior que proporcionasse um maior relacionamento com o sistema socialista mundial. Ignorando o conflito sino-soviético, a TL/ALN preconizava a ligação não só com Cuba, mas também com os outros países que apregoavam a luta armada. Recomendavam,ainda,o estabelecimento de relações com organizações progressistas do mundo capitalista desenvolvido, e, como principal e prioritário, o relacionamento mais profundo com as organizações revolucionárias da América Latina, principalmente com aquelas dos países vizinhos ao Brasil, por considerar o movimento no Brasil como "integrante de um processo de revolução continental".

Os cinco pontos propostos para debate sintetizavam os problemas levantados pelos dissidentes para a condução do movimento armado.

A TL/ALN pretendia, em verdade, a realização de um congresso, onde a força política acumulada, representaria a conquista de importantes posições na Coordenação Nacional da ALN,transformada em partido marxista revolucionário.

O documento foi respondido em tom de zombaria pela CN da ALN, que comparou as propostas da TL às resoluções "direitistas" do VI Congresso do PCB, como já vimos no item 9.

A TL/ALN constituía uma facção dentro da própria ALN, sem idéias fracionistas. Combatia o "vanguardismo militarista" dentro da ALN, que, "preocupando-se exclusivamente com a formação

ORVIL

do combatente e não do militante", estaria conduzindo a organização à destruição. Assumindo esta postura, a TL/ALN não reconheceria a sua expulsão, decretada, em março de 1972, pela Coordenação Nacional no Brasil.

13. O assassinato de Henning Albert Boilesen

O industrial Henning Albert Boilesen começou a morrer em janeiro de 1971. Nessa época, Antonio André Camargo Guerra, do comando do MRT, "cobriu um ponto" em Cascadura, na Guanabara, com Herbert Eustáquio de Carvalho, da VPR, para tratar das próximas ações da "Frente". Na ocasião, Herbert, a mando de Carlos Lamarca, entregou-lhe um bilhete com três nomes: "Henning Boilesen", "Peri Igel" e "Sebastião Camargo (Camargo Correia)". Segundo Herbert, Lamarca pedia ao MRT que os levantassem a fim de futuros seqüestros ou "justiçamentos".

Boilesen, um dinamarquês de 55 anos, havia sido lutador de box e jogador de futebol em Copenhague, em sua juventude. Formado em Administração de Empresas, veio para o Brasil em 1942, como contador da Firestone, naturalizando-se brasileiro em 1959. Ingressando na Ultragás, pela sua grande capacidade de trabalho, foi galgando postos, sucessivamente, até tornar-se o presidente do Grupo Ultra, que englobava várias empresas ligadas à produção do gás liqüefeito do petróleo.

Preocupado com os aspectos sociais do trabalho, auxiliava diversas entidades e havia criado o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), para a formação de mão de obra especializada. Entrosado com o meio empresarial, possuía os títulos de "Cidadão Paulistano" e de "Homem de Relações Públicas em 1964", além de quase uma dezena de medalhas e condecorações, outorgadas por diversas entidades, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Sociedade Geográfica Brasileira e o Museu de História do Rio de Janeiro.

Casado, com 3 filhos e 4 netos, Boilesen disputava "peladas" de futebol nos fins de semana e era fanático torcedor do Palmeiras. Apaixonado pelas artes plásticas, patrocinava exposições e privava da amizade de inúmeros artistas que expunham na vizinha cidade de Embu. Mas, para a VPR, ele era um "espião da CIA" e patrocinador da OBAN. No bilhete passado por Herbert pa-

ORVIL

ra Antonio André, Boilesen estava em primeiro lugar e assinalado com um sinistro "X".

A partir da 2ª quinzena de janeiro de 1971, iniciaram-se os levantamentos do industrial paulista, dos quais participaram Devanir José de Carvalho, Dimas Antonio Casemiro, Gilberto Faria Lima e José Dan de Carvalho, pelo MRT, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), pela ALN, e Gregório Mendonça e Laerte Dorneles Méliga, pela VPR.

Nos levantamentos procedidos, descobriu-se que Boilesen residia no Morumbi e que diariamente, às 09.00 h, antes de ir para o trabalho, passava para ver seus filhos, na Rua Estados Unidos 1.030. Só não conseguiram descobrir a sua suposta ligação com a OBAN.

A prisão de Laerte e Gregório, respectivamente, em 2 e 4 de fevereiro, fez com que suspendessem a ação, temporariamente, pois ambos haviam participado dos levantamentos. Passados alguns dias, entretanto, observaram que o industrial não mudara seus hábitos e continuava a não possuir segurança pessoal. Concluíram que a ação não havia sido delatada por seus companheiros.

Numa reunião do comando do MRT, realizada em 17 de fevereiro, Boilesen foi julgado e condenado à morte. Na pauta resumida dessa reunião, apreendida dois meses depois, aparece um lacônico "Justiçamento-CIA". Uma semana depois, em 23 de fevereiro, na pauta de uma nova reunião do comando, aparecia, na própria letra de Devanir: "Tarefa prioritária: Sobre a pena de morte — apresentar proposta à frente". O MRT, para executar a ação, precisava propô-la à "Frente", constituída pela VPR, pela ALN, pelo MR-8 e pelo PCBR, além do próprio MRT. Boilesen ganhou mais alguns dias de vida.

A morte de Devanir José de Carvalho, líder do MRT, baleado ao resistir à prisão, em 5 de abril, precipitou a ação. Dimas e Gilberto, o "Zorro", entraram em contato com "Clemente" e José Milton Barbosa, da ALN, e pediram auxílio para a execução de Boilesen, como vingança pela morte do Devanir.

Entre os dias 9 e 13 de abril, o "Comando Revolucionário Devanir José de Carvalho", criado especificamente para a ação, realizou novos levantamentos sobre Boilesen. Dimas escreveu o panfleto que seria jogado sobre a vítima, procurando "justifi-

ORVIL

car" o assassinato.

Na manhã de 14 de abril, o "Comando Revolucionário" formou o seu dispositivo. No carro da ação, um Volks, três militantes da ALN: Antonio Sérgio de Matos, como motorista, Yuri Xavier Pereira, com Fuzil Mauser 7mm, e José Milton Barbosa,com metralhadora INA. No carro de cobertura, outro Volks, três militantes do MRT: Dimas Antonio Casemiro, como motorista, Joaquim Alencar de Seixas, com Winchester 44, e "Zorro", com metralhadora INA. Haviam decidido que a ação seria executada em frente à casa dos filhos de Boilesen, na Rua Estados Unidos, a fim de causar maior impacto na opinião pública. Estacionaram os dois carros na Alameda Casa Branca e Yuri e José Milton esperaram na esquina para observar a saída da vítima. Subiriam nos carros e fechariam o carro do industrial antes que ele desse a partida. Entretanto, nesse dia Boilesen foi à Guanabara para tratar de negócios. Ganhou, com isso, mais 24 horas de vida.

No dia seguinte, 15 de abril de 1971, novamente o Comando Revolucionário tomou posição. Dessa vez, Boilesen compareceu e, às 09.10 h, saiu da casa de seus filhos. O planejamento, no entanto, não fora bem feito. Ao entrarem na Estados Unidos,os terroristas observaram surpresos, que o Ford Galaxie do industrial já virava à direita, tomando a Rua Peixoto Gomide. Após alguns segundos de hesitação, decidiram executar a ação assim mesmo e saíram em perseguição ao carro do industrial. Para evitar uma feira livre, Boilesen entrou na Rua Professor Azevedo Amaral e pegou a Rua Barão de Capanema. Na esquina da Alameda Casa Branca, parou para entrar à esquerda. Nesse momento, os dois caros dos terroristas emparelharam com o dele. Pela esquerda, Yuri, colocando o fuzil para fora da janela, disparou um tiro qu foi raspar a cabeça de Boilesen. Este saiu do Galaxie e tento correr em direção contrária aos carros. Foi inútil. José Milto descarregou sua metralhadora nas costas do industrial e Yuri defechou-lhe mais três tiros de fuzil. Cambaleando, Boilesen arrastou-se por mais alguns metros e foi cair na sarjeta,junto d um Volkswagen. Aproximando-se, Yuri disparou mais um tiro, qu arrancou-lhe a maior parte da face esquerda. Joaquim e "Zorro jogaram os panfletos por cima do cadáver. Os terroristas, subido em seus carros, arrancaram em alta velocidade, fugindo pel Alameda Casa Branca na direção à Avenida Paulista. Mais tard

ORVIL

no relatório escrito por Yuri e apreendido pela polícia, aparecem as frases: "Durante a fuga trocávamos olhares de contentamento e satisfação ..."Mais uma vitória da Revolução Brasileira".

O assassinato durara menos de dois minutos. Os disparos haviam chamado a atenção de dezenas de populares que estavam na feira livre. Vários carros e casas foram atingidos por projetéis. Caídas, uma senhora, atingida no ombro, e uma vendedora de maçãs, ferida na perna, aumentavam o pânico das pessoas, que correram em direção à Rua Peixoto Gomide. Sobre o corpo de Boilesen, mutilado com 19 tiros, os panfletos da ALN e do MRT, dirigidos "Ao Povo Brasileiro", traziam a ameaça:

"Como ele, existem muitos outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que todos eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA.

OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE".

14. O fim do MRT

Desde o seu início, o ano de 1971 trouxe maus prenúncios para o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Em 14 de janeiro, cinco militantes do MRT, em "frente" com outros militantes da ALN, da VPR e da OPCOR, sigla do novo nome do MRM, realizaram um frustrado assalto ao carro pagador do Banco Itaú-América, na Avenida Dr. Arnaldo, no Sumaré/SP. Apesar de Devanir José de Carvalho ter procurado bloqueá-lo com um caminhão e de terem sido feitos vários disparos, o carro pagador conseguiu evadir-se.

A prisão de diversos dirigentes da Ala Vermelha (AV), na segunda quinzena de janeiro, permitiu que os órgãos policiais passassem a saber quem eram os autores das dezenas de assaltos ocorridos no ano anterior, dentre os quais Devanir e outros militantes do MRT.

Ao mesmo tempo, a "Frente", da qual o MRT fazia parte, analisando as causas do fracasso do assalto de 14 de janeiro, concluiu que seus militantes não estavam preparados para ações de grande porte e resolveram realizar "pequenas" ações de "expropriação".

Assim, em 22 de janeiro, o MRT, a ALN, a VPR e a OPCOR as-

ORVIL

saltaram a Kombi do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci, da qual levaram cheques, uma carabina e dois revólveres. Em 30 de janeiro, essas mesmas organizações realizaram o 1º assalto ao Supermercado PEG-PAG, em Santo Amaro, do qual levaram NCr$ 4.500,00 e 6 garrafas de "whisky" (34). Cerca de uma semana depois, realizaram um 2º assalto a esse supermercado, quando levaram o equivalente a NCr$ 12.000,00.

A partir de 28 de janeiro, a prisão de Waldemar Andreu, que havia saído do MRT no ano anterior, precipitou as detenções de uma série de militantes desse grupo, na 1ª quinzena de fevereiro.

Mesmo assim, o MRT realizou três assaltos em fevereiro de 1971: o primeiro, no dia 10, na metalúrgica Mangells, na Moóca, onde, em "frente" com a ALN e a OPCOR, roubou NCr$ 270.000,00 , além de duas carabinas e um revólver; o segundo, no dia 12, no supermercado "FIORETO", no Ipiranga, onde, junto com a ALN, levou NCr$ 8.000,00; e, o terceiro, no dia 19, a uma firma de máquinas tipográficas, na Rua Vergueiro, onde roubou uma "off-set" e outras máquinas acessórias.

A partir desse assalto, três reuniões marcaram as atividades da organização. Na primeira reunião, de 17 de fevereiro, o MRT "julgou" e condenou o industrial Henning Boilesen à morte. Na segunda, realizada um mês depois, reestruturou o seu comando, integrado por Devanir, Antonio André e Dimas, este colocado no lugar de Joaquim Alencar de Seixas. Na terceira, em 22 de março, criou duas bases para as ações armadas: a "Base Eduardo Leite" e a "Base Yoshitane Fujimore" (35). Na pauta dessa reunião, com a própria letra de Devanir, aparecia , como "tarefa prioritária", a sombria proposta para o justiçamento de Boilesen: "Sobre a pena de morte — apresentar proposta à frente".

Nessa época, o MRT estava financeiramente bem, pois, além do apurado nos assaltos, Devanir passou a contar com 4 mil dólares trazidos pela ALN, mais do que suficiente para a sobrevivência de seus militantes e simpatizantes, que não chegavam a du

---

(34) Neste assalto, Ivan Akselrud Seixas, filho de Joaquim Alencar, com apenas 16 anos, exercitou a sua "aptidão" para as ações armadas.

(35) A 1ª base integrada por Devanir, Antonio André, Joaquim Alencar e Domingos Quintino dos Santos, e a 2ª constituída por Dimas, Gilberto, José Rodrigues e Ivan.

ORVIL

as dezenas (36).

A partir do dia 22 de março, iniciaram-se as "quedas" dos militantes da OPCOR, que, em face das antigas ligações e da atuação na "Frente", aumentaram o conhecimento da polícia sobre o MRT.

Em 29 de março, o MRT, junto com a ALN, realizou um assalto simultâneo à joalheria Milton, na Rua Amália Noronha, e à joalheria Rolex, na Rua Oscar Freire, em Pinheiros. Por alguns dias, os militantes do MRT fizeram farta distribuição de relógios a seus amigos e familiares.

Em 30 de março, o MRT, a ALN e o MR-8 idealizaram uma ação que, segundo eles, ganharia repercussão internacional e "comemoraria" a data dos 7 anos da Revolução de Março: a explosão, por dinamite, da ponte sobre o Rio Tietê, no bairro do Jaguaré. Frustrada, a ação só serviu para irritar os ânimos dos componentes da "Frente".

Abril foi o mês crítico para o MRT. No dia 03, foram presos Antonio André Camargo Guerra e Domingos Quintino dos Santos, cujo "aparelho", na Rua Cruzeiro, na Barra Funda, foi ocupado pela polícia. Na manhã do dia 5, ao chegar nesse "aparelho", Devanir recebeu voz de prisão. Reagiu a tiros, morrendo baleado logo depois.

Dimas Antonio Casemiro e Gilberto Faria Lima assumiram o comando do MRT e entraram em contato com a ALN, pedindo ajuda para o que qualificaram de vingança pela morte do Devanir, através do "justiçamento" de Boilesen (37).

No dia 14, foram presos dois "simpatizantes". Isso não alterou os planos com relação a Boilesen. Na manhã de 15 de abril, a ALN e o MRT assassinaram-no, no que seria a última ação armada desta organização (38).

ORVIL

---

(36) O MRT só considerava como militantes aqueles que participavam das ações armadas. Os nove "simpatizantes" da época eram: Pedrina José de Carvalho, esposa de Devanir; Fanny Akselrud de Seixas, esposa de Joaquim, e suas filhas, Iara Akselrud de Seixas e Ieda Akselrud de Seixas; Maria Helena Zanini Casemiro, esposa de Dimas; José Xisto de Oliveira, José Dan de Carvalho, Gildevil Oliveira de Melo e Antonio Telles de Menezes.

(37) Lembrar que Boilesen já havia sido julgado e condenado pelo MRT, em 17 de fevereiro. Faltava, apenas, o aprovo da "Frente".

(38) O assassinato de Boilesen está descrito no item 3 deste capítulo.

Nesse mesmo dia, às 19.00 h, foi preso José Rodrigues Ângelo Júnior, no seu "aparelho" da Avenida Dr. Arnaldo, nº 1532.

Na manhã do dia 16, Joaquim Alencar de Seixas e seu filho Ivan foram presos. Logo em seu primeiro depoimento, Joaquim falou sobre o "ponto" que teria, nesse mesmo dia, com Gilberto Faria Lima, na altura do nº 5.000 da Estrada do Cursino. Indo ao local, a polícia recebeu tiros, partidos de elementos que estavam num carro sem placa. Joaquim, ao tentar fugir aproveitando a confusão, morreu no local, sob fogo cruzado. Nesse mesmo dia, após a prisão de Florival Cáceres, chegou-se ao "aparelho" de Devanir, na Rua Diogo Barbosa Rego. No local, foi encontrada uma grande quantidade de documentos, dentre os quais anotações sobre as reuniões do comando do MRT, atestando que Boilesen já havia sido condenado à morte antes da "queda" de Devanir, além de dezenas de nomes de empresários que seriam levantados para futuros seqüestros ou "justiçamentos".

No dia seguinte, 17, no "aparelho" de Dimas, na Rua Elisa Silveira, na Saúde, foram presas Pedrina José de Carvalho, viúva de Devanir, e Maria Helena Zanini Casemiro, esposa de Dimas, e encontrado um verdadeiro arsenal e produtos de assaltos. Horas depois, Dimas Antonio Casemiro e Gilberto Faria Lima chegaram ao local, reagindo a tiros à voz de prisão. Enquanto Gilberto conseguia fugir, embrenhando-se num matagal, Dimas morria baleado.

Como rescaldos, foram presos, ainda em abril, três simpatizantes da organização.

Dos elementos que participaram de ações armadas, três nunca foram presos: Plínio Petersen Pereira, Armênio de Souza Rangel e João de Morais. Da última fase do MRT, só um conseguiu escapar à prisão, Gilberto Faria Lima, que continuaria na ALN até que, assolado por problemas psicológicos, fugiu para o exterior, nunca mais sendo visto.

Acabava-se o MRT que, de setembro de 1969 a março de 1971, assaltou dezenas de empresas, roubando, em frente com outras organizações, cerca de NC$ 1.185.000,00.

A história do MRT confunde-se com a história de "Henrique"-Devanir José de Carvalho. Só ele, ao longo de sua trajetória de crimes, no PC do B, na AV e no MRT, cometeu mais de 30 assal-

ORVIL

tos, um seqüestro e, direta ou indiretamente, 6 assassinatos, além de causar dezenas de feridos. Na realidade, restrito à capital paulista, o MRT nunca passou de um bando armado, com pouco mais de uma dezena de militantes, orbitando em torno de "Henrique".

15. A divisão da CEx/PC do B

Já no início de 1971, a CEx do PC do B estava dividida em duas partes: a primeira, composta por João Amazonas, Maurício Grabois e Ângelo Arroio, conduzia, na região do Araguaia, o trabalho de campo para a implantação de um núcleo guerrilheiro; os três membros restantes permaneciam em São Paulo e na Guanabara, em condições de deslocar-se para a área de campo, quando necessário. Além desses, alguns membros do CC, como José Huberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues, também haviam sido deslocados para o Araguaia, que já contava com cerca de 70 militantes. Nem José Toledo de Oliveira escapou de ser deslocado para a área: assim que saiu da prisão, foi guindado ao CC e encetou viagem.

Na área de campo os subversivos realizavam um trabalho político que consistia de leitura e discussão dos documentos do partido, além da obrigatoriedade de se ouvir diariamente as transmissões das rádios de Tirana e de Pequim. A partir desse ano,deu-se prioridade à atividade militar,constituída de treinamento físico, instruções de tiro, sobrevivência na selva, etc. O trabalho de massa continuava sendo feito na base de ações que visavam à conquista da amizade da população local, que continuava alheia às atividades políticas dos que denominavam, genericamente, de "paulistas". Nesse ano,o partido decidiu adotar uma estrutura militar para o movimento, constituído à base de "destacamentos", em número de três, o A, B e o C.

No aspecto político-ideológico,o PC do B prosseguia em seus ataques à política chinesa. No documento "Soluções Ilusórias" , posicionou-se frontalmente contra o apoio que a China emprestava aos militares nacionalistas peruanos. Ao mesmo tempo, atacava o governo brasileiro na questão do mar das 200 milhas, afirmando que essa atitude não passava de "demagogia barata, de tentativa de engodo para encobrir a verdadeira traição aos interesses de nosso povo".

Em meados de 1971, iniciou-se a aproximação entre o PC do

ORVIL

B e a APML do B, que, poucos anos depois, iria redundar num considerável reforço para o partido.

No final desse ano, os 600 membros alcançados pela UJP atestavam que era fácil conduzir o idealismo da juventude para posições mais radicalizadas.

16. A desarticulação da AV

A partir de meados de janeiro de 1971, o "estouro" de oito "aparelhos" em São Paulo e a prisão de mais de duas dezenas de militantes da AV—dentre os quais quatro membros do DNP, Elio Cabral de Souza, Edgard de Almeida Martins, Paulo de Tarso Giannini e Felipe José Lindoso—desmantelaram a organização. Nos meses seguintes, novas prisões de quase meia centena de militantes, em diversas regionais, acabariam por desarticular a AV.

Os elementos que mais cooperaram com a polícia foram os seus próprios dirigentes, que pareciam, inclusive, querer acabar com a organização.

Pela absoluta falta de uma direção nacional, em meados de 1971, na Guanabara, cerca de cinco militantes da AV, liderados por Luiz Carlos Lopes, resolveram constituir-se em dissidência e criaram o "Grupo Tacape", de reduzida influência político-ideológica (39).

Após as quedas, a AV passaria por três anos de isolamento e de estagnação política, dirigida por uma Direção Geral Provisória (DGP) e com alguns esparsos militantes em São Paulo e na Guanabara.

17. O MRM transforma-se na OPCOR, que é desarticulada

No primeiro dia de 1971, reunido em São Vicente/SP, o Movimento Revolucionário Marxista mudou o seu nome para Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR) e elegeu um Comitê Nacional (CN) (40).

---

(39) O "Grupo Tacape" seria extinto em janeiro de 1974, com a prisão de seus poucos militantes.

(40) Integrado por Fernando Sanna Pinto, Job Alves dos Santos, Milton Tavares Campos, Jaime de Almeida, Joana Darc Jansen Ferreira e Paulo Roberto de Magalhães, com os dois primeiros compondo o Secretariado.

ORVIL

Nas "Resoluções Políticas" aprovadas nessa reunião, destacam-se os documentos "Normas Estatutárias", "Manifesto Programa" e "Acerca da Tática para a Revolução Brasileira", que estabeleciam a estrutura e a linha política da nova OPCOR.

Influenciada, pelas suas origens na Ala Vermelha (AV) do PC do B, a OPCOR adotou uma linha nitidamente maoísta. Admitia um estágio intermediário dirigido por um "Governo Popular Revolucionário", alçado ao poder pela luta armada, através da Guerra Popular e do cerco das cidades pelo campo, este eleito como área de atuação principal.

Na prática, entretanto, a OPCOR limitou-se a assumir uma posição militarista, unindo-se a outras organizações na realização de assaltos na cidade de São Paulo. A OPCOR era uma organização que só tinha "cabeça", os seis integrantes do CN. Nesse início de 1971, estava começando a recrutar oito novos militantes, em Belo Horizonte e Vitória.

Em "frente" com o MRT, a VPR e a ALN, a OPCOR participou de quatro ações armadas em 1971: em 14 de janeiro, assalto frustrado a um carro-forte do Banco Itaú-América; em 22 de janeiro, assalto à Kombi do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci; em 30 de janeiro, assalto ao supermercado PEG-PAG, em Santo Amaro; e em 10 de fevereiro, assalto à metalúrgica Mangells, na Moóca.

Quatro dias de março marcaram o fim do MRM/OPCOR. Entre os dias 22 e 25, foram presos os seis integrantes do CN e quatro simpatizantes (41).

Nos "aparelhos" dos militantes, foram apreendidos, além de armas e munições, documentos que mostravam os planejamentos já efetuados para a sabotagem das redes elétricas e de oleodutos de São Paulo e para os seqüestros de dois norte-americanos, considerados como agentes da CIA, três diretores da Chrysler e os cônsules da Itália, de Mônaco e de Portugal.

Na prisão, além de entregar os seus companheiros, falaram sobre as ligações com outras organizações, o que facilitou as "quedas" de militantes do MRT e da VPR.

Apenas como exemplo, destaca-se o final das declarações de

ORVIL

---

(41) Os simpatizantes eram João Amorim Coutinho e sua esposa Laura Maria da Silva Coutinho, Francisco Feitosa Norberto e Ney Jansen Ferreira Júnior, marido de Joana Darc e que havia saído da AV.

próprio punho de João Amorim Coutinho, feitas em 27 de março:

"Aí está toda a minha vida, desde que me importei com coisas de política. Estou pronto á responder pelos meus erros, para, quando sair daqui, esquecer disso tudo e refazer minha vida, estudar, trabalhar, ter meus filhos com minha esposa. Essa é a mais pura verdade, juro pela memória do meu pai, por minha mãe, por minha esposa, por meu filho que está para vir, enfim, pelo que há de mais sagrado em minha vida".

De nada adiantou o juramento. João Amorim Coutinho, hoje, está separado da esposa e é militante do PC do B, tendo sido eleito, em 1985, presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo.

18. PCR: um "justiçamento" e um assassinato

Na prisão em Recife, Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara") continuava a colaborar com as autoridades. No dia 21 de agosto, enviou um bilhete informando detalhes sobre três camponeses que haviam sido soltos recentemente e que estavam sendo recrutados pelo PCBR. Na noite do dia seguinte, "Capivara" era assassinado por dois presidiários, que lhe deram um refrigerante envenenado e, após, desfecharam-lhe violentas pancadas no tórax, com canos de ferro. Os mandantes do crime nunca foram descobertos. O mais provável é que "Capivara" tenha sido identificado como informante da polícia e "justiçado" por uma organização comunista.

Alguns dias depois, em 2 de setembro de 1971, José Mariano de Barros, a mando do PCR, tomou um táxi na Madalena, em Recife. Ao chegar perto do Hospital das Clínicas, quando fingia que ia pagar a corrida, aproximaram-se Manoel Lisboa de Moura e José Emilson Ribeiro da Silva. Na tentativa de assalto, ao reagir, o motorista Gentil Procópio de Melo foi alvejado por dois tiros disparados por José Emilson, vindo a falecer momentos após. Essa seria, a rigor, a única ação do PCR nesse ano e sua primeira vítima fatal.

19. A desarticulação do POC e o surgimento do POC-Combate

O POC vivia uma fase de retorno ao trabalho de conscienti

ORVIL

zação da classe operária. Pretendia-se enterrar a lembrança militarista e reassumir a posição da ORM-PO, estabelecida no IV Congresso, pelo Programa Socialista para o Brasil (PSB). Adotando esta postura, o POC aproximava-se da OCML-PO, deixando de existir as divergências que provocaram a cisão.

Em janeiro de 1971, Fábio Oscar Marenco dos Santos, membro do Comitê Nacional do POC, encontrou-se com o dirigente da OCML-PO Nilton Bahalis dos Santos e discutiram a possibilidade de realizar a médio prazo, a reunificação das duas organizações. Naquela ocasião, Bahalis já representava uma tendência dentro da SR/GB da OCML-PO, que, em pouco tempo, "racharia" com a organização.

No início de maio de 1971, Fábio Marenco e Wladimir Neto Ungaretti encontraram-se com o dirigente da OCML-PO, Ceici Kameyana, numa nova tentativa de entendimentos com aquela organização. Ceici passou farta documentação da OCML-PO, para que fosse avaliada visando a um futuro entendimento.

Abalada desde sua incursão militarista no 1º semestre de 1970, a unidade do POC já não existia, persistindo no seu interior três tendências. A "Tendência de Osasco", formada pelos militantes e simpatizantes da Célula Operária daquele município, aglutinava-se em torno de Laurindo Martins Junqueira Filho. A facção era partidária da organização dos operários em seus bairros e em "Uniões Operárias". A "Tendência do ABC", liderada por Alberto Augusto Júnior, compunha-se dos militantes operários das células daquela região e tinha o pensamento idêntico ao da "Tendência de Osasco", à exceção de julgarem a classe operária já pronta para a insurreição. A "Tendência do Sul", liderada por Fábio Marenco, adotada pela maioria dos militantes da SR/RS. Os partidários dessa Tendência pretendiam atuar dentro das fábricas, organizando os operários em "comitês" por seção, que seriam conduzidos em suas lutas reivindicatórias, por uma "Coordenação Operária".

No início de maio de 1971, era insustentável a posição da direção nacional do POC, totalmente inoperante frente às facções em luta interna. Foi realizada uma reunião da direção nacional. Como conseqüência dessa reunião, o Comitê Nacional (CN) e a Secretaria Executiva Nacional (SEN) foram dissolvidos. Con

ORVIL

sideravam seus militantes necessário iniciar um período de discussões que deveria culminar na eleição de uma nova direção. Foi marcada uma Conferência Nacional para o mês de outubro, que não chegou a ser realizada.

Em junho, militantes da organização começaram a ser presos em São Paulo.

No dia 28 de julho, o casal Fábio Marenco e Ângela Rocha Santos, que retornara do Chile cinco dias antes, foi preso em Porto Alegre, na avalanche de prisões que quase extinguiu o POC (42).

Em agosto e setembro de 1971, continuaram as "quedas" no Rio Grande do Sul, que agora, num efeito reverso, se estenderam a São Paulo. No Rio Grande do Sul foram presos cerca de trinta militantes, "caindo" todos os componentes da SR/RS. Em São Paulo as prisões ocorreram em massa, causando total desarticulação do POC. Os principais dirigentes a nível nacional, inclusive os líderes das três tendências conflitantes no partido, foram presos. O POC estava desarticulado.

Os remanescentes do partido tinham a convicção da impossibilidade de sua sobrevivência dentro da orientação estabelecida pelas diretrizes da organização. A procura de um novo caminho levá-los-ia ao trotsquismo.

No Chile, Flávio Koutzi e Marco Aurélio de Almeida Garcia lideravam um grupo de novos adeptos do trotskismo que haviam aderido à tendência majoritária do Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional. Este grupo, que iniciou no Chile, em 1971, a publicação da revista Combate, passou a ser conhecido como Tendência Combate.

Em dezembro de 1971, a Tendência Combate divulgou uma Declaração Política, em espanhol, elegendo a IV Internacional como o organismo que poderia dar conseqüência à revolução mundial.

A primeira tentativa de unificação dos remanescentes do POC à Tendência Combate frustrou-se por divergências doutrinárias.

---

(42) No início de julho, Fábio Marenco, Ângela Maria e Leopoldo Nosek foram ao Chile, onde participaram de uma reunião com os militantes do POC Rui Mauro Marini, Teotônio dos Santos, Flávio Koutzi, Marco Aurélio Almeida Garcia e os militantes da OCML-PO Éder e Emir Simão Sader, em busca de uma solução para a crise da organização.

ORVIL

Os remanescentes do POC continuavam praticamente inativos e, somente no início de 1974, durante o X Congresso Mundial da IV Internacional, seriam superadas as diferenças ideológicas que possibilitariam a fusão dos remanescentes do POC com a Tendência Combate, surgindo então o POC-Combate, organização simpatizante da IV Internacional.

20. A OCML-PO fica acéfala

No início de março de 1971, a Fração — dissidência estudantil da SR/GB — desvinculava-se definitivamente da OCML-PO. A dissensão assumiu a denominação de Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

Paralelamente à defecção da Fração — que representou um duro golpe para a SR/GB —, a deserção de quatro militantes gerou um clima de desalento à estrutura da OCML-PO na Guanabara (43). Alegando que no Brasil não havia mais condições de luta, esses militantes autoexilaram-se no Chile. Além de João Arnoud Herédia, membro da SR/GB, a OCML-PO perdia no Rio de Janeiro importantes quadros de nível direção.

Embora com suas atividades muito restritas, a OCML-PO foi duramente atingida, em setembro de 1971, na onda de prisões que assolou o POC. Toda a Coordenação Nacional da organização foi presa, provocando uma interrupção de contatos com as Secretarias Regionais. Ceici Kameyana, Marcos Wilson, Jurandir Dias Garçoni, Manoel Mota Fonseca, Maria Lúcia Paula Pereira e Antonio Edson Urban foram presos. A OCML-PO ficava sem sua imprensa nacional, o instrumento de coesão orgânica e ideológica, representado pela veiculação das diretrizes emanadas do Comitê Nacional.

As relações de distribuição de Boletim Interno e de Tribuna de Debates, encontradas no "aparelho" de imprensa, possibilitaram o levantamento do efetivo nacional da organização, cerca de cem militantes. Apesar desse número, a OCML-PO ficaria inativa. Estava acéfala.

A OCML-PO tentava ainda avaliar suas perdas, quando, em

---

(43) Esses militantes constituíam o quarteto conhecido como JEUD — iniciais dos codinomes "Júlio" - João Antonio Arnoud Herédia, "Emília" - mulher de Jaime Rodrigues, "Urbano" - Jaime Rodrigues e "Dora" - Maria Lúcia Wendel Cerqueira Leite, mulher de "Júlio".

ORVIL

abril de 1972, os órgãos de segurança desmantelaram a organização na Bahia realizando vinte prisões.

Buscando a sobrevivência, a OCML-PO transferiu para São Paulo os quadros dirigentes da SR/GB. Em 1973, a organização mantinha atividades apenas nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Vivendo o ânimo da reconstrução, a OCML-PO sentiu necessidade de reavaliar sua atuação pretérita, visando a apurar as razões de sua ineficiência operacional e da falta de disposição para a luta dos seus mais distinguidos dirigentes. Com este propósito, a Coordenação Orgânica, antigo Comitê Nacional, resolveu fazer contato com os ex-militantes foragidos no Chile, que haviam constituído o "Grupo de Apoio à Política Operária" (GAPO).

Em meados de 1973, enviou Carlos Roberto Tibúrcio de Oliveira ao Chile para contatar o GAPO, entidade não vinculada organicamente à OCML-PO. (44)

No balanço autocrítico realizado pelos membros do GAPO, ficou evidente que, apesar do interesse em discutir os problemas políticos da organização, nenhum deles apresentou disposição de retornar ao Brasil naquela ocasião.

No retorno ao Brasil em junho de 1973, Carlos Tibúrcio foi preso em Foz do Iguaçu, impedindo que a Coordenação Orgânica tomasse conhecimento do resultado de sua missão.

Através dos anos, a OCML-PO atravessaria várias crises. Sua posição centrista, eqüidistante do reformismo e do trotskismo, tornava-a vulnerável ao ataque dos extremos. Vivendo esta instabilidade, sofreria mais uma defecção com a perda de um grupo de estudantes de São Paulo, que se afastou da organização, no final de 1976, constituído na Fração Operária Comunista (FOC).

21. FB-PO: A rebeldia dos estudantes da OCML-PO na Guanabara

Os estudantes da SR/GB da OCML-PO, constituídos numa tendência, afastaram-se da organização, no início de maio de 1971, criando a Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

A cisão foi justificada pela omissão da organização em

---

(44) Carlos reuniu-se, entre outros, com Éder Simão Sader, João Antonio Arnaud Herédia, Jaime Rodrigues e sua esposa, Maria Lúcia Wendel Cerqueira, e Luiz Carlos de Almeida.

ORVIL

atribuir importância tática ao movimento estudantil.

Nilton Bahalis dos Santos assumiu a liderança do movimento e iniciou o trabalho de articulação da recém-criada organização. A FB-PO, centrada no Rio de Janeiro, conseguiu estender-se fracamente para São Paulo,onde estabeleceu duas células, uma no meio estudantil e outra no meio operário.

A exemplo da OCML-PO, a FB-PO adotou o Programa Socialista para o Brasil (PSB) como seu documento básico,acrescentando, com ênfase, o papel dos estudantes na conscientização da massa operária para a "revolução socialista" no Brasil. Como seguidora do PSB, a FB-PO não descartava o emprego da luta armada, que seria desencadeada numa segunda fase do movimento.

A FB-PO não definiu uma estrutura organizacional tradicional. Estabeleceu um Setor de Organização (SO),que seria a direção da organização, limitada à atuação de Nilton Bahalis. Ligados ao SO estavam os Setores Estudantil (SE), Interno, Operário e São Paulo.

O SE atuava junto com o Movimento Universidade Crítica(MUC), organização de frente do movimento universitário, criada pelo POC e encampada pelas OCML-PO e FB-PO.

A FB-PO editava o jornal "Pavio", com um suplemento estudantil. A reunião de quatro a cinco pessoas para discutir os artigos publicados, sob a orientação de um estudante mais conscientizado, estabelecia um Grupo Pavio (GPA), constituído com o objetivo de contestar o regime, através de críticas a problemas extra-universidade.

O Organismo de Prática Orientada (OPO) era outra forma de mobilização e conscientização utilizada pela FB-PO. Oriundo do MUC, o OPO decorria naturalmente da evolução de um GPA.

O Organismo Para-Partidário (OPP) era um estágio obrigatório, anterior à militância. Na realidade, o OPO confundia-se com o OPP e, na prática,constituiu-se no organismo de formação de militantes da FB-PO.

A coordenação do SE era responsabilidade de Angelina Teixeira Peralva (45) e o Setor Operário (SO) era coordenado por

---

(45) Da célula estudantil participavam Roberto dos Santos Bartholo Júnior, Ricardo Henriquê Salles, Fábio de Silas Sá Earp e Vera Maria Joppert Carneiro de Mendonça.

ORVIL

André Luiz Pappi (46). O trabalho da FB-PO no meio operário foi incipiente. Não há qualquer notícia da efetivação do recrutamento de um trabalhador. Os militantes no Setor eram todos estudantes o que dificultava a aproximação e o relacionamento com a classe operária.

O Setor Interno (SI) funcionava sob a orientação de Marlene Seica Shiroma (47).

Em São Paulo, Luiz Felipe Falcão, Jorge Eduardo de Souza Hué e Estrela Dalva Bohadana Bursztyn revezavam-se, procurando atender ao incipiente trabalho no Movimento Estudantil (ME) e no Movimento Operário (MO). A célula de São Paulo editava o jornal "Tocha", destinado ao ME e o panfleto "Denúncia" para o MO.

A FB-PO não escaparia à atuação dos órgãos de segurança que nesse ano mostravam-se muito ativos e eficientes. Em janeiro de 1972, menos de um ano de sua fundação, a organização foi totalmente desarticulada, com prisões no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O líder da organização, Nilton Bahalis dos Santos, escapou à prisão. Desconfiando da "queda" de seu contato, Nilton mandou sua amante, Angelina Teixeira Peralva, "cobrir um ponto" em seu lugar, livrando-se da prisão.

Enquanto aguardava julgamento em liberdade, Angelina Teixeira Peralva evadiu-se para o Chile, onde se encontrou com Nilton. No exílio, aproveitando-se da liberdade proporcionada aos comunistas pelo governo de Unidade Popular de Salvador Allende, Nilton reuniu militantes da FB-PO e, associados a militantes de outras organizações, lançaram a revista "Campanha", cujo primeiro número foi publicado no dia 28 de setembro de 1972.

A FB-PO passou a ser conhecida no Chile como Grupo Campanha, e utilizava a publicação como órgão de mobilização das esquerdas no exílio andino, difamando o governo brasileiro. Com a queda de Allende, o Grupo Campanha deslocou-se para a França com uma breve passagem pelos Estados Unidos.

No início de 1976, remanescentes da FB-PO fundaram no Brasil o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), encer-

---

(46) Compunham a célula do SO as militantes Maria do Carmo Navarro da Silva e Regina Maria Alves de Carvalho.

(47) Contando com a colaboração de Sérgio de Castro Lopes, Valeska Peres Pinto e a militante "Ma[illegible]" [illegible]

ORVIL

rando o ciclo FB-PO/Grupo Campanha.

22. VPR: as discussões sobre Propaganda Armada

No início de 1971, a VPR possuía dezenas de militantes no exterior, banidos ou foragidos, particularmente em Cuba, no Chile e na Argélia. Em Cuba, a VPR chegou a possuir bases de militantes, coordenadas por Onofre Pinto e Chizuo Ozava, e muitos militantes realizaram cursos de treinamento de guerrilha, com instruções de tiro, explosivos e de campo. No Chile, a chegada de 24 militantes da VPR banidos em 13 de janeiro acarretou a necessidade de uma estrutura que os integrasse. Assim, em 1º de fevereiro, Carlos Lamarca enviou a carta "Aos Companheiros da VPR no Chile", na qual nomeava Ubiratan de Souza como coordenador das bases e determinava que fosse criada "uma Comissão de Apuração de Responsabilidades para analisar o procedimento da cadeia", à semelhança da já existente em Cuba.

Quanto à "frente", constituída com a ALN, o MR-8, o PCBR e o MRT, as relações sofreram um esfriamento, fruto das divergências ocorridas por ocasião do seqüestro do embaixador suíço. Mesmo assim, elas continuariam existindo nesse início de ano, com assaltos conjuntos e reuniões bilaterais. Em 4 de fevereiro, Lamarca enviou à "frente" o documento "Vanguarda ou Povo?", praticamente uma reedição do "Partido ou Proletariado?", de novembro de 1970, reafirmando a posição da VPR em favor do "avanço" e contra o "recuo".

O Comando Nacional (CN) era o mesmo nomeado na reestruturação de junho do ano anterior — o triunvirato sendo constituído por Lamarca, Herbert Eustáquio de Carvalho e Inês Etienne Romeu. Em fevereiro, o ex-estudante de Medicina, Herbert, autoclinicando-se, concluiu que estava com leucemia e pediu seu desligamento do CN, sendo substituído por José Raimundo da Costa, que retornou do Nordeste especialmente para assumir suas funções.

No Rio Grande do Sul, a situação da UC "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS) era crítica, em face das prisões ocorridas em dezembro. Apesar disso, seus remanescentes, liderados pelo Cmt da UC, Reinholdo Amadeo Klement procuravam reestruturar-se e "criar novas táticas para dar continuidade à luta".

No entanto, um golpe decisivo veio pôr um fim às ativida-

ORVIL

des da VPR no Rio Grande do Sul. Em Capão da Canoa, no dia 22 de janeiro, foi preso Isko Germer e, no dia seguinte, Reinholdo e sua companheira Vilma de Oliveira Franceschi. "Desbundado", o Cmt UC/MRS, em longo depoimento de próprio punho, com o título de "Uma Posição", escreveria ainda em janeiro:

> *"Outro fato que é importante destacar, para que se compreenda esta minha posição, é a podridão em que a esquerda vive. É impressionante as mesquinharias, os desvios de dinheiro, a falta de consenso e a incapacidade dos elementos que a formam.*
>
> *Conheci, também, o mito que se chamava repressão. Para mim, que ouvia falar em homens desnaturados, a prova que tive em contrário foi no convívio no meio deles. Em geral, são homens que lutam com dificuldades, têm família, responsabilidades, etc."*

No final do mês e no início de fevereiro, novas "quedas" atingiram a UC/MRS desestruturando a VPR gaúcha (48).

Em São Paulo, em janeiro de 1971, só restavam quatro militantes na UC "Antonio Raimundo de Lucena" (UC/ARL) (49). Apesar disso, a UC continuava atuante.

Em 22 de janeiro, seu comandante Gregório Mendonça, junto com militantes da ALN e do MRT, assaltou um carro de transporte de valores do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci. Em 2 de fevereiro, indo a Porto Alegre pegar munição com Reinholdo, foi preso Laerte Dorneles Méliga que entregou o "ponto" que teria com Gregório Mendonça, dois dias depois em São Paulo, quando este também foi preso. A UC/ARL ficou reduzida a dois militantes.

Subsistia a VPR nesse início de ano, portanto, apenas na Guanabara, com as atividades desenvolvidas pelos 14 militantes que compunham a UC Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB) (50). Além

ORVIL

---

(48) Foram presos em Porto Alegre Marco Antonio Lima Dourado, sua companheira Rose Marie Porto Alegre Pereira, Antonio Constâncio de Souza, Cezar Augusto Tejera de Ré e Miguel Viustow Golobisesck Maslak.

(49) Gregório Mendonça, que substituiu Yoshitane Fujimore no comando, Laerte Dorneles Méliga, Aluízio Palhano Pedreira Ferreira e José Anselmo dos Santos.

(50) Compunham a UC/JGB: Gerson Theodoro de Oliveira, Cmt da UC, Alex Polari de Alverga, Zenaide Machado, Ivan Mota Dias, Maurício Guilherme da Silveira, Alfredo Hélio Sirkis, Adair Gonçalves Reis, José Roberto Gonçalves de Rezende, Tereza Ângelo, Walter Ribeiro Novaes, Lúcia Veloso Maurício, Ubajara Silveira Roriz, José Carlos de Oliveira Mendes e Carlos Alberto do Carmo, um militante que veio da VAR-P em meados do ano anterior.

ORVIL

da UC/JGB, a VPR possuía, na Guanabara, um grupo de aliados que cooperava nos esquemas médico e de imprensa.

O assunto que galvanizou a UC/JGB, nesse período, foi o intenso debate sobre Propaganda Armada (PA), iniciado ainda no "aparelho" da Rua Paracatu, durante as negociações do seqüestro do embaixador suíço.

No dia 28 de dezembro de 1970, Alfredo Hélio Sirkis encaminhou o documento "O Caminho da Propaganda Armada", no qual considerava superada a atividade de seqüestro e defendia a PA como "responsabilidade histórica" da VPR, a ser executada através de "ações localizadas de confisco e distribuição de gêneros alimentícios". No dizer de Sirkis, "devemos deixar de ser para a massa 'os caras que assaltaram o banco' para ser 'os caras que tomaram o caminhão do leite e distribuíram o leite prá gente'", ações essas "complementadas (no ato) com panfletagem, comício, pichações, etc."

No dia seguinte, o documento "Seqüestro x Propaganda Armada?", redigido por Alex Polari de Alverga, apesar de preconizar a PA, defendia, ainda, o seqüestro como um instrumento válido e eficaz.

Em 3 de janeiro de 1971, Lamarca, com o seu "Vincular para Romper", analisou os dois documentos anteriores, criticando o de Alex e apoiando o de Sirkis, e procurava sistematizar o problema, defendendo a execução da Propaganda Armada Vinculada (PAV), a fim de romper o isolamento da organização.

Depois de Herbert, com o documento "Alguns Problemas da PA", seguir a idéia do seu chefe, defendendo a PAV e posicionando-se contra as ações gerais, Sirkis escreveu, em 9 de janeiro, o "PA Vinculada e Trabalho Político no Seio da Massa", no qual, pela primeira vez nessa organização militarista, surge a idéia de um trabalho político, não necessariamente armado.

Foi nesse contexto que a UC/JGB executou duas ações de PAV, denominadas de "saque e reparto" ou, ainda, de "Robin Hood".

Precisando de carros para suas ações de PAV, cinco militantes da VPR, com mais três do PCBR, assaltaram, na madrugada de 6 de janeiro, a garagem "Gratidão", na Tijuca, roubando 4 Volks, dois dos quais ficaram com o PCBR.

No dia 11 de janeiro, assaltaram a Empresa de Transporte

Aliança, perto da estação de Ramos, roubando um caminhão carregado de gêneros (leite em pó, chá, remédios, etc), logo depois repartidos entre os moradores da favela de Brás de Pina.

No dia 26 de janeiro, dez dias depois da liberação do embaixador suíço, todos os 14 militantes da UC/JGB assaltaram e renderam os funcionários do depósito dos "Armazéns Mundial", no Jacaré. Em 40 minutos, roubaram 3 mil cruzeiros do cofre e carregaram dois caminhões com gêneros alimentícios, repartidos, logo depois, entre os assustados e ávidos moradores da favela do Rato Molhado, perto do cemitério de Inhaúma.

No dia 14 de fevereiro, com o documento "Um Futuro Nebuloso para a Guerrilha Urbana", Adair Gonçalves Reis preconizava "transformar o atual estágio da vanguarda em armas, para o povo em armas". A VPR conscientizava-se da força da massa.

Encerrando as discussões sobre PA, Lamarca escreveu, em 18 de fevereiro, o "É Hora de Negar as Ilusões", determinando a execução de ações de PAV para romper o isolamento político.

Mas, não foram só as discussões sobre PA que caracterizaram a VPR, nesse início de 1971. Dez dias depois de escrever uma "Carta Aberta a Toda a Org", Zenaide Machado escreveu, em 25 de janeiro, em parceria com Adair Gonçalves Reis, um documento no qual analisava os fenômenos existentes na esquerda, isto é, o voluntarismo, o espontaneísmo, o individualismo, o personalismo e a auto-afirmação. Ressaltava que:

> *"Toda a esquerda sofre na carne a presença destes fenômenos que têm atravancado o seu desenvolvimento. Se não vencermos o desafio que esta realidade nos impõe, se não tivermos a combatividade necessária para fazermos uma profunda autocrítica e revolução interna não passaremos do que somos hoje: um tumor dentro da realidade política brasileira".*

O ponto alto das discussões, entretanto, pelo caricato de que se revestiu, foi a polêmica entre Lamarca e o estranho militante de codinome "Otávio", Ubajara Silveira Roriz. Lamarca não havia recebido nenhum dos documentos produzidos por Ubajara, com os comandantes da UC e das bases achando que era melhor preservar o comandante-em-chefe da leitura das diatribes de

ORVIL

Ubajara. O último documento, entretanto, foi recebido por Lamarca em 14 de janeiro, o qual, dois dias depois, envia-lhe o "Resposta Sintética ao Companheiro Otávio", afirmando que seu balanço foi superficial e incompleto, caindo num "desvio ideológico". Ao final, uma advertência: "Nós devemos é ser mais sérios em nossas análises".

Em 23 de janeiro, Ubajara respondia com o documento que mexeu com toda a organização, o "Quem é Carlos Lamarca?", no qual levanta dúvidas sobre a lealdade revolucionária do "ex-capitão do Exército" e afirma estranhar o mito que se havia criado em torno do seu nome.

Quase uma dezena de documentos sobre a polêmica Lamarca x "Otávio" circularam entre os militantes da VPR nesses dois primeiros meses de 1971, demonstrando a fragilidade do comando, particularmente, tendo em vista que tudo acabou em nada.

Em 4 de fevereiro, Gerson, Adair, Maurício, Zenaide, Tereza, Alex, Ivan e Walter realizaram um frustrado assalto à residência, no Leblon, do Sr Fernando de Abreu Teixeira, proprietário do Guanabara Palace Hotel. Com os dados fornecidos por Walter, que trabalhava na casa como técnico em piscinas, os cinco primeiros militantes tentaram render a vítima, que, ao reagir, foi ferida com um tiro no rosto desfechado por Adair, enquanto que sua esposa levava um soco no rosto dado por Gerson. Na atropelada fuga, Adair disparou um tiro em sua própria perna, sendo conduzido para ser medicado no "aparelho" de Walter, onde estavam homiziados Lamarca e Iara, obrigando, por segurança, a remoção do casal para outro "aparelho".

Nesse mês de fevereiro, duas defecções importantes sofreria a UC/JGB: José Roberto Gonçalves de Rezende e Alfredo Hélio Sirkis pediram desligamento, permanecendo, apenas, em contato com alguns militantes até preparar-se as suas fugas para o Chile.

O mês seguinte, entretanto, marcaria o início do desmantelamento da VPR.

23. VPR: o desligamento de Carlos Lamarca

O mês de março foi caracterizado pelas ásperas discussões travadas entre Carlos Lamarca e Inês Etienne Romeu, que provocaram o desligamento desses dois membros do CN da VPR. No entanto, não cessaram os assaltos. No dia 11, assaltaram e levaram Cr$ 210,00 e centenas de fichas telefônicas da agência da CTB localizada no Leblon; e no dia 13, roubaram Cr$ 8.600,00 dos escritórios do Conhaque de Alcatrão São João da Barra e Bebidas Praianinha, em Ramos.

Em 9 de março, Lamarca, através do documento "À Org", propôs que a UC/JGB realizasse estudos sobre a prática da organização visando a uma autocrítica e à reformulação de sua linha política. Para isso, dividiu os 12 militantes que restavam da UC em 4 grupos de estudo, neles incluindo os 3 do CN, além de Herbert e Iara.

Nesse mesmo dia, considerando que essa divisão foi uma intervenção na UC, Inês criticou a decisão de Lamarca através do documento "Contra o Cupulismo", respondido por Lamarca, logo no dia seguinte, com o "Pelo Leninismo", no qual tecia graves acusações a Inês, pelos seus "conceitos burgueses de moral e de disciplina" e por sua "posição negativista".

Considerando-se pessoalmente ofendida, Inês enviou, em 13 de março, um "Comunicado", no qual decidia desligar-se do CN e considerava-se "impedida de exercer qualquer atividade na Org". Ao mesmo tempo, encaminhava que a apuração das acusações a ela imputadas deveria "ser feita pelo Congresso Nacional", único órgão a que se submeteria.

No dia 21, Lamarca produziu dois documentos, "Ao Cmt A" e "Posição sobre o Comunicado do Cmt A" (51), nos quais reiterava suas críticas a Inês e convocava uma reunião do CN.

Entretanto, sentindo esfacelar-se a organização que ajudara a fortalecer, logo no dia seguinte, Lamarca, através do documento "Ao Comando da VPR", apresentou o seu "pedido de desligamento em caráter irrevogável", fundamentado por:

"1) divergir da linha política da VPR, conforme coloquei em diversos documentos internos;

2) ter constatado os desvios ideológicos da VPR e a deformação que acarreta em muitos dos seus quadros;

3) não ter conseguido levar a luta interna que iniciei há um ano com a devida serenidade;

---

(51) "A" era "Alda", codinome então utilizado por Inês Etienne Romeu.

ORVIL

4) não conseguir romper com o culto ao sectarismo existente na VPR;

5) discordar do método de direção (apesar de ser Cmt-em-Chefe); a Org impede a liberação de potencial, não forma quadros, aliena militantes, deforma dirigentes, elimina a criatividade, impede a prática leninista — tudo como já coloquei em documentos internos".

Depois de escrever, a 27 de março, o documento "Congresso: salvação política e não de honra", Lamarca ingressou no MR-8.

Mas não foram as saídas dos dois membros do CN as únicas "perdas" da VPR em março. No dia 22, num encontro fortuito com a polícia em Cascadura, morriam, após cerrado tiroteio, Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira. A UC/JGB perdia mais dois militantes, dentre os quais seu próprio comandante.

O CN e a UC/JGB passavam por uma séria crise de direção : Alex Polari de Alverga foi nomeado comandante da UC e as duas bases passaram a ser coordenadas por Ivan Mota Dias e Zenaide Machado, com esses três militantes compondo com José Raimundo da Costa, o único que restara do antigo CN, um novo Comando Nacional Provisório (CNP). Ao todo, com os dois remanescentes de São Paulo, 12 militantes compunham a outrora poderosa VPR.

No dia 11 de abril, o CNP emitiu o documento "Sobre o Problema do Desligamento do Companheiro Cláudio", no qual atacava Lamarca pelo seu "personalismo", "oportunismo" e por ser possuidor de um "idealismo ingênuo" e afirmava que essa atitude havia sido de "fuga à responsabilidade", "a partir de um profundo emocionalismo", denotando uma "fraqueza ideológica" (52). A propósito dos numerosos documentos escritos por Lamarca, o CNP não esqueceu-se de criticá-los, afirmando que eram "somente algumas frases feitas (e ainda por cima mal feitas)" e não passavam de "mero exercício de caligrafia" (53). Ao final, o CNP concluía que não aceitava o seu desligamento enquanto não ficassem claras as divergências e que ele não poderia "assumir militância em outra organização até a decisão final da questão".

Mero exercício de retórica. Lamarca já estava no MR-8.

---

(52) "Cláudio" era um dos codinomes de Lamarca, que utilizava, entre outros, também, os codinomes de "Cid" e "César".

(53) A caligrafia de Lamarca era perfeita, redondinha, tipicamente feminina.

ORVIL

24. A desmobilização da VPR no Brasil

Em maio de 1971, a VPR já vivia seus estertores. No dia 5, enquanto Alfredo Hélio Sirkis fugia para o Chile, Inês Etienne Romeu era presa na Guanabara, fornecendo o estopim para uma nova sucessão de prisões, dentre as quais a de José Roberto Gonçalves de Rezende, no dia 7, e a de Alex Polari de Alverga, no dia 12, este atropelando, durante a sua tentativa de fuga, o operário João Bernardo de Vasconcelos Filho, só sendo preso após disparar os seis tiros de seu revólver contra os policiais que o perseguiam.

Na 1ª quinzena de junho, apavorado com as "quedas", José Anselmo dos Santos, o conhecido Cabo Anselmo, apresentou-se ao Delegado Fleury, em São Paulo, e passou a trabalhar para a polícia. No entanto, já era pouco o que ainda restava da VPR.

Nesse mês, desvencilhando-se de sua leucemia paranóica, Herbert Eustáquio de Carvalho retornou à militância, só que com outras idéias. No dia 9, encaminhou ao CNP o documento "E haverá perspectivas?", no qual reconhecia estar a VPR entre os "escombros da derrota", em conseqüência "do experimentalismo, do amadorismo, do aventureirismo, das teses imperfeitas e de uma teoria remendada". Ao fazer uma análise das organizações que escolheram o caminho da luta armada, afirmou:

"A esquerda revolucionária compunha-se quase que totalmente da parcela mais jovem e inexperiente da esquerda. Sua composição, basicamente de jovens estudantes e militares, levou-a a uma ousadia revivificante, ao mesmo tempo que a quixotadas grotescas".

Após mostrar que "os grupos armados seguiram um caminho enquanto o povo seguiu outro", concluiu que a "VPR já não existe mais", escrevendo:

"Tentar remontar a VPR a partir de suas forças exauridas é trabalho inútil, como esvaziar o mar com um dedal".

Estabeleceu os possíveis rumos que a organização deveria tomar, dentre os quais:

" — Desmobilização total, no único intuito de conservar o que sobrou da derrota, em termos de material humano, para aproveitá-lo numa nova fase"; " — Preparar lentamente e minuciosamente uma nova luta, que se lembre só dos erros desta mas não os

ORVIL

ORVIL

cometa de novo", — Definição da existência única de um comando no exterior e inexistência da O. formalmente no Brasil".

Herbert propunha desmobilizar a VPR e encerrava com a frase:

"Fracassamos e devemos pagar com a humilhação de uma desmobilização total".

O documento caiu como uma bomba entre os minguados militantes da Guanabara. Entretanto, não foi bem recebido pelo único que ainda conservava o espírito militarista da antiga VPR, José Raimundo da Costa. Em 20 de junho, plagiando Marighela, escreveu o "Ficar para Lutar ou Quem samba fica, quem não samba vai embora", no qual tacha Herbert de "indivíduo politicamente vacilante, inseguro e confuso", dotado do "comportamento típico, e já muito nosso conhecido, do pequeno-burguês que se radicalizou e tentou engajar-se nas fileiras da Revolução". E prosseguiu, José Raimundo, no seu áspero ataque a Herbert:

"Quando o pequeno-burguês tenta assumir a postura do revolucionário e não o consegue, começa a viver um conflito individual que se expressa na tentativa de conciliar o inconciliável ... Sua participação, no atual momento, ou será nula ou será na direção da fuga e, em qualquer caso, não deixará de ser um peso morto ou um entrave".

Após dizer que "desmobilização é apresentação sofisticada da deserção!", José Raimundo concluiu colocando no final do documento, não mais o "Ousar lutar, Ousar vencer", mas, apenas, um lacônico "Ficar para lutar".

Um mês e meio depois, em 5 de agosto, José Raimundo da Costa morria na Guanabara, após tiroteio com a polícia em Pilares.

Zenaide Machado cooptou Herbert para o CNP, que, no dia 7 de agosto de 1971, emitiu três comunicados:

- no "Comunicado nº 2 - Medidas Imediatas", admitia o "final da derrota", desmobilizava a VPR e convocava o II Congresso Nacional;

- no "Comunicado nº 3 - Aos Companheiros do Exterior", fazia uma análise da situação crítica da VPR no Brasil e participava as decisões de desmobilizá-la e da convocação do Congresso, além de solicitar Cr$ 35.000,00 para a fuga dos remanescentes.

Ainda nesse mês de agosto, novas "quedas" dariam razão ao

CNP. Depois de Ubajara Silveira Roriz e José Carlos de Oliveira Mendes fugirem para o Chile, foram presos no dia 21, Lúcia Velloso Maurício e Carlos Alberto do Carmo, além da própria Zenaide, com 9.400 dólares destinados para a fuga.

Da VPR no Brasil, haviam sobrado Herbert, Tereza Ângelo e Adair Gonçalves Reis, refugiados num "aparelho" do Movimento Popular Revolucionário (MPR), uma dissidência da DVP, além do ex-Cabo Anselmo.

25. Aprovados os estatutos da APML do B

As contradições aguçavam-se dentro da AP, delineando as duas tendências em conflito. A minoria, reforçada com o retorno de Jair Ferreira de Sá, assinalava no Brasil a existência de imperialismos de várias origens — norte-americano, japonês e alemão —, que se anulariam entre si, deixando à burguesia nacional o domínio do Estado, onde não existiria o latifúndio pré-capitalista como afirmava a maioria. Desta visão,emergia a caracterização da revolução como "nacional em marcha para o socialismo",que se transformaria, mais adiante, em "revolução socialista".

No início de 1971, por suspeitas infundadas, a AP, alegando razões de segurança, "justiçaria" o militante Antonio Lourenço na R-8 (Maranhão, Piauí). (54)

Adiada algumas vezes, na busca de um denominador comum que conciliasse os interesses das correntes em choque, realizou-se, finalmente, no período entre 14 e 21 de abril de 1971, em São Paulo, a III RADN. Presentes a Direção Nacional e os representantes dos diversos Comandos Regionais, foram propostos e aprovados os "Estatutos de Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil". A AP assumia essa denominação e definia-se pelos "princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo".

Reafirmando o maoísmo como a terceira etapa do marxismo, a APML do B defendia o princípio do "Internacionalismo Proletário". Definindo o Brasil como um país "dominado pelo imperialismo norte-americano", onde se combinavam relações capitalistas com relações semifeudais e feudais, a organização preconizava, como Programa Mínimo, a "Revolução nacional, democrática e popu lar antiimperialista e agrária", cujos alvos seriam: "os imperialistas, principalmente os norte-americanos; os grandes capitalistas ligados aos imperialistas; e os latifundiários".

---

(54) Vide o ítem seguinte deste capítulo.

O caminho estratégico da APML do B ficava definido como o da luta armada, através da Guerra Popular. A essência da tática era a preparação da Guerra Popular, através da radicalização das ações de massa no campo e na cidade, da criação de um certo número de áreas estratégicas no campo e na cidade e da criação e do desenvolvimento de unidades de guerrilha, milícias e grupos de autodefesa, embriões do "Exército Popular".

Durante as tarefas de construção da "Frente Única Antiimperialista" — constituída por operários, camponeses e setores da pequena-burguesia — e do "Exército Popular", construir-se-ia o "Partido da Classe Operária".

Definida como tarefa principal, buscava-se a construção de "um partido do proletariado do Brasil de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta", levando-se em consideração a existência no Brasil de um partido marxista-leninista, o PC do B, e outras organizações marxistas-leninistas. A APML do B conclamava o PC do B e as demais organizações para o debate visando à constituição do "partido do tipo inteiramente novo". Isto significava que o PC do B, mesmo considerado proletário, não seria do tipo inteiramente novo. Prevalecia, inicialmente, o ponto de vista da facção minoritária.

Adotando o "centralismo democrático", como o princípio fundamental da organização, a APML do B transformava a estrutura organizativa do "comando", herdada da influência foquista, em "Comitê".

Durante a III RADN, elegeu-se um Comitê Central Provisório (CCP). (55).

Como parte das transformações organizativas criou-se o Bureau Político (BP), organismo dirigente da APML do B entre duas

ORVIL

---

(55) Do CCP faziam parte: Jair Ferreira de Sá, Duarte Brasil do Lago Pacheco Pereira, Haroldo Borges Rodrigues de Lima, Aldo da Silva Arantes, José Renato Rabelo, Paulo Stuart Wright, Ronald Cavalcanti Freitas, José Gomes Novaes, Rui Soares Frazão, Rogério D'Olne Lustosa, Manoel da Conceição Santos, José Luis Moreira Guedes e Péricles Santos de Souza. Para complementar o CC, numa futura reunião, foram indicados os militantes: Maria José Jaime, Antonio Neto Barbosa, João Batista Franco Drumond e José Fidélis Augusto Sarno.

reuniões do Comitê Central (CC). O BP estabeleceu um Secretariado Permanente (SP), com Jair Ferreira de Sá, Duarte do Lago Pacheco Pereira, Haroldo Rodrigues de Lima e Aldo da Silva Arantes, o qual era o órgão executivo das decisões emanadas do BP e do CC. Jair Ferreira de Sá foi eleito o secretário-geral da APML do B.

O BP instituiu e controlava os departamentos. O Departamento Nacional de Agitação e Propaganda (DNAP) ficou sob a orientação de Duarte Pacheco Pereira, que entre outros encargos, publicava o "Jornal Libertação". O Departamento Nacional de Organização (DNO ficou sob a direção de Aldo da Silva Arantes (56).

O comunicado da III RADN divulgou a existência de três correntes na organização, girando em torno da questão do partido. A primeira corrente, defendida por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, lutava pela construção de um partido inteiramente novo e passou a considerar um grave erro, que se pretendesse tomar o PC do B como base para esta construção. O segundo grupo, liderado por Duarte do Lago Pacheco Pereira, pretendia construir um partido inteiramente novo, mas achava que tinha de ser em torno de um partido marxista-leninista e que o PC do B seria este partido. A terceira facção, orientada por Haroldo Borges Rodrigues de Lima e Aldo da Silva Arantes, não aceitava a proposta de um partido inteiramente novo, elegendo o PC do B como base para a unificação das forças proletárias.

Após a III RADN, a organização sofreu um duro golpe no seu trabalho na R-[illegible] (Bahia, Sergipe). Em maio, foi desmantelada a direção regional e atingidas as seccionais de Feira de Santana e de Salvador e o trabalho camponês na zona cacaueira da Bahia com quatorze prisões, sendo seis de dirigentes.

Na reunião extraordinária do BP, ocorrida em julho de 1971, a maioria optou pela unificação em torno do PC do B, enquanto a minoria acusava esta posição de liquidacionista. Resolveu-se pela convocação de uma reunião extraordinária do CC para decidir o assunto.

---

(56) Como novidade, os Estatutos da APML do B instituíram os organismos temporários, também chamados de "frações", para coordenar o trabalho nas organizações de massa. Assim, em nível nacional, foram criadas as Frações Nacionais da UNE e da UBES, com os militantes Honestino Monteiro Guimarães, Gildo Macedo de Lacerda, Humberto de Albuquerque Câmara Neto e Mirtes [illegible]emeraro de Alcântara Nogueira ("Benê") – os três primeiros na UNE e a última na UBES.

As dissensões no BP refletiam-se nas regiões, de acordo com a liderança exercida pelos membros desse organismo. A R2, particularmente o Estado do Paraná, e a R4 (Guanabara e Rio de Janeiro, dominadas por Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá, respectivamente, aderiram à idéia de seus líderes.

A reunião extraordinária do CC realizou-se em novembro de 1971. Aldo da Silva Arantes, Haroldo Lima e José Renato Rabelo apresentaram um documento, conhecido como "Documento dos Três", contendo sua posição de unificação ao PC do B, com base na assertiva de que se tratava de um partido marxista-leninista-maoísta, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. O documento foi aprovado pela maioria do CC.

A minoria, liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, apresentou o documento "Abaixo a Linha Dogmática e Direitista", opondo-se à posição majoritária e revelando que tinha feito importantes reavaliações quanto ao programa da revolução brasileira na atual etapa, na estratégia e na tática. Os integrantes da minoria passaram a considerar a revolução como socialista, executando tarefas nacionais e democráticas. Contestaram a Guerra Popular como o caminho da revolução brasileira e reviram a posição de que o centro do trabalho do partido estaria no campo. A minoria contou com o voto de Manoel da Conceição Santos.

A reunião aprovou o documento "Tese do CC sobre o Partido da Classe Operária no Brasil", com os votos contrários da minoria, aprovando a tese de unificação ao PC do B e convocando o II Congresso, onde o problema seria definido de forma cabal.

Após a reunião, o jornal "A Classe Operária" do PC do B, de novembro de 1971, publicou o artigo "A proposta da AP", tecendo duras críticas aos Estatutos da APML do B, particularmente a proposta de um partido "inteiramente novo". A direção do PC do B desconhecia a realização e as resoluções da reunião do CC da APML do B.

Enquanto as correntes se degladiavam buscando definir os destinos da APML do B, a R5 (Minas Gerais) foi atingida com a prisão de importantes militantes, e a R3 (São Paulo) sofreu um abalo com a "queda" de uma célula estudantil e uma célula operária.

Definidas as facções e delimitadas as posições, o ano de 1972 seria o palco do desenlace da luta interna.

26. A AP condena e executa Antonio Lourenço

justiçado ?

Fevereiro de 1971, cerca de oito horas da noite.

A tortuosa trilha que conduzia da localidade de Santa Filomena à localidade de Bacabeira, no município de Pindaré-Mirim, no Maranhão, ao invés das promessas de um encontro amoroso, traria a morte inesperada e violenta a "Fernando", nome de guerra do militante da AP, Antonio Lourenço.

Antonio Lourenço não foi vítima de um assalto ou de uma ação de vingança pessoal. A AP, olvidando sua origem católica e seu idealismo humanista, condenara "Fernando" à morte. A desdita de "Fernando" foi ter sido preso e retornado à militância, o que o colocou sob suspeita de ser um agente policial.

O Comitê Regional da 8ª Região, coordenador das atividades da AP nos Estados do Maranhão e Piauí foi o responsável pela condenação de Antonio Lourenço. Esse CR-8, constituído a partir de dezembro de 1970, era composto pelos militantes Rogério Dolne Lustosa que usava, também, o nome frio de José Severino Nascimento e mais seis militantes (57).

O assassinato foi planejado pelo comitê seccional de Santa Inês, subordinado ao CR-8. Luzia Saraiva Lima, membro do comitê, seduziu Antonio Lourenço com promessas de amor e o conduziu para a trilha onde já se encontrava um grupo chefiado por Ana Maria Gonzaga. O grupo era constituído por Joaquim Matias Neto, Antonio Lisboa Rodrigues Brito, Deoclécio Ramos Tavares, João Batista, Francisco Vitório dos Santos e um agricultor de Bacabeira conhecido como "Chico Brabo". Um outro grupo, constituído por Luís Moraes dos Santos, Antonio Pereira Campos, Antonio Moralino, "Osmar" e um camponês de Santa Filomena, postou-se em outra estrada, visualizando uma alternativa, caso o "casal de amantes" optasse por outro caminho.

Antonio Lourenço e Luzia tomaram a trilha que conduzia a Bacabeira, sendo "surpreendidos" pelo primeiro grupo que lá se co

---

(57) Eram eles: Maria Dolores Pereira Bahia, Manoel da Conceição Santos, Ana Maria Gonzaga, Antonio Lisboa Rodrigues Brito, Carlos Fernando da Rocha Medeiros e Luis Morais dos Santos.

ORVIL

As dissensões no BP refletiam-se nas regiões, de acordo com a liderança exercida pelos membros desse organismo. A R2, particularmente o Estado do Paraná, e a R4 (Guanabara e Rio de Janeiro, dominadas por Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá, respectivamente, aderiram à idéia de seus líderes.

A reunião extraordinária do CC realizou-se em novembro de 1971. Aldo da Silva Arantes, Haroldo Lima e José Renato Rabelo apresentaram um documento, conhecido como "Documento dos Três", contendo sua posição de unificação ao PC do B, com base na assertiva de que se tratava de um partido marxista-leninista-maoísta, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. O documento foi aprovado pela maioria do CC.

A minoria, liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, apresentou o documento "Abaixo a Linha Dogmática e Direitista", opondo-se à posição majoritária e revelando que tinha feito importantes reavaliações quanto ao programa da revolução brasileira na atual etapa, na estratégia e na tática. Os integrantes da minoria passaram a considerar a revolução como socialista, executando tarefas nacionais e democráticas. Contestaram a Guerra Popular como o caminho da revolução brasileira e reviram a posição de que o centro do trabalho do partido estaria no campo. A minoria contou com o voto de Manoel da Conceição Santos.

A reunião aprovou o documento "Tese do CC sobre o Partido da Classe Operária no Brasil", com os votos contrários da minoria, aprovando a tese de unificação ao PC do B e convocando o II Congresso, onde o problema seria definido de forma cabal.

Após a reunião, o jornal "A Classe Operária" do PC do B, de novembro de 1971, publicou o artigo "A proposta da AP", tecendo duras críticas aos Estatutos da APML do B, particularmente a proposta de um partido "inteiramente novo". A direção do PC do B desconhecia a realização e as resoluções da reunião do CC da APML do B.

Enquanto as correntes se degladiavam buscando definir os destinos da APML do B, a R5 (Minas Gerais) foi atingida com a prisão de importantes militantes, e a R3 (São Paulo) sofreu um abalo com a "queda" de uma célula estudantil e uma célula operária.

ORVIL

Definidas as facções e delimitadas as posições, o ano de 1972 seria o palco do desenlace da luta interna.

justiçado ?

26. A AP condena e executa Antonio Lourenço

Fevereiro de 1971, cerca de oito horas da noite.

A tortuosa trilha que conduzia da localidade de Santa Filomena à localidade de Bacabeira, no município de Pindaré-Mirim, no Maranhão, ao invés das promessas de um encontro amoroso, traria a morte inesperada e violenta a "Fernando", nome de guerra do militante da AP, Antonio Lourenço.

Antonio Lourenço não foi vítima de um assalto ou de uma ação de vingança pessoal. A AP, olvidando sua origem católica e seu idealismo humanista, condenara "Fernando" à morte. A desdita de "Fernando" foi ter sido preso e retornado à militância, o que o colocou sob suspeita de ser um agente policial.

O Comitê Regional da 8ª Região, coordenador das atividades da AP nos Estados do Maranhão e Piauí foi o responsável pela condenação de Antonio Lourenço. Esse CR-8, constituído a partir de dezembro de 1970, era composto pelos militantes Rogério Dolne Lustosa que usava, também, o nome frio de José Severino Nascimento e mais seis militantes (57).

O assassinato foi planejado pelo comitê seccional de Santa Inês, subordinado ao CR-8. Luzia Saraiva Lima, membro do comitê, seduziu Antonio Lourenço com promessas de amor e o conduziu para a trilha onde já se encontrava um grupo chefiado por Ana Maria Gonzaga. O grupo era constituído por Joaquim Matias Neto, Antonio Lisboa Rodrigues Brito, Deoclécio Ramos Tavares, João Batista, Francisco Vitório dos Santos e um agricultor de Bacabeira conhecido como "Chico Brabo". Um outro grupo, constituído por Luís Moraes dos Santos, Antonio Pereira Campos, Antonio Moralino, "Osmar" e um camponês de Santa Filomena, postou-se em outra estrada, visualizando uma alternativa, caso o "casal de amantes" optasse por outro caminho.

Antonio Lourenço e Luzia tomaram a trilha que conduzia a Bacabeira, sendo "surpreendidos" pelo primeiro grupo que lá se co

---

(57) Eram eles: Maria Dolores Pereira Bahia, Manoel da Conceição Santos, Ana Maria Gonzaga, Antonio Lisboa Rodrigues Brito, Carlos Fernando da Rocha Medeiros e Luis Morais dos Santos.

ORVIL

locara. Antônio Lisboa Brito deu um tiro de rifle 44 na barriga de Antonio, que, aturdido e sem entender sua sina, levou um segundo tiro, de revólver 38, de Joaquim Matias Neto, caindo ao solo. Ato contínuo, todos os participantes do grupo caíram sobre o condenado, estrangulando-o e trucidando-o a porretadas até a morte.

Restava dar sumiço ao corpo. O cortejo macabro levou os despojos de "Fernando" para a "roça" de Antonio Lisboa, onde foram colocados numa cova, cobertos com palha e incendiados. Após cobrirem a sepultura, resolveram disfarçar o improvisado jazigo plantando feijão sobre ele.

A terra, adubada com os restos de Antonio Lourenço, continuou, indiferente aos desígnios vingativos da AP, a produzir feijão.

A pena de morte, vinculada à Lei de Segurança Nacional , constrangia a sociedade e era alvo constante da orquestração comunista, entretanto, utilizada sob o eufemismo de "justiçamento", era aplicada, sem o menor embaraço, a qualquer suspeita não comprovada que pudesse colocar em risco a "causa revolucionária". Assustadora é a coerência comunista.

Justiçado "Fernando", a AP estava salvaguardada. Além do grupo de facínoras constituído pelo CR-8 e pelo Comitê Seccional de Santa Inês, a Comissão Executiva Provisória (CEP) da AP também teve responsabilidade direta no assassinato, aprovando a decisão do CR-8.

Longe iam os tempos do humanismo de Mounier.

27. A "política nacionalista" e a aproximação do PORT à URSS

O ano de 1971 foi gasto, pelo PORT, para reestruturar-se após as "quedas" do ano anterior. Para isso, foram freqüentes as viagens de seus dirigentes para Porto Alegre, Guanabara e Brasília e, mesmo para Buenos Aires, a fim de obter orientação do Secretariado Latino-Americano (SLA), seção da IV Internacional posadista.

Nessa época, "Posadas" divulgava uma imensa produção literária, intervindo em todos os campos, desde a revolução política e a crise do capitalismo, até o futebol, o golfe, o cinema, a

ORVIL

música popular, os museus, os discos voadores, a Química, a Física, a Medicina, a alimentação e como curar enfermidades. Era a plena vigência da "posadolatria", na qual esse líder era chamado, pelos seus seguidores, de "o centro". Para eles, "Posadas domina o marxismo e quem domina o marxismo domina todo o conhecimento humano".

No Brasil, o PORT defendia uma política nacionalista e a união, numa "frente", do clero "progressista", de setores do MDB e dos militares "nacionalistas". As Forças Armadas, segundo o PORT, não deveriam ser vistas como inimigas, mas como forças importantes que poderiam ser canalizadas para a luta contra o "imperialismo capitalista". Nelas, crescia o papel dos militares "nacionalistas", em oposição aos da "linha dura", e que poderiam, caso assumissem o poder, desenvolver uma "política nacionalista", estatizando as empresas "imperialistas". Dentre esses militares, dirigentes do PORT citavam os generais Albuquerque Lima, Rodrigo Otávio e Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás.

A nível internacional, o PORT buscava uma aproximação com a URSS, apesar de continuar criticando a sua "burocracia". Nesse sentido, dois militantes do seu Bureau Político, Heriberto Back e Primo Alfredo Brandimiller, empreenderam, em novembro de 1971, uma viagem de 15 dias à URSS e à Ucrânia, financiada pela Konsomol, entidade que congregava a juventude comunista soviética.

Em Moscou, Heriberto e Primo fizeram uma reunião com quatro dirigentes do Instituto da América Latina, que englobava cerca de 400 especialistas dessa área e que desenvolvia estudos sobre o proletariado, o papel do campesinato e das classes dominantes, a experiência da revolução cubana e o apoio aos partidos comunistas de linha soviética. Nessa reunião, em que participaram o diretor do Instituto, Kobal, o vice-diretor geral, Chulgovsky, o diretor da Seção Político-Social e o secretário-geral das Relações Exteriores dos "sábios científicos" da URSS, os dois trotskistas fizeram exposições sobre a situação da conjuntura brasileira e de alguns países sul-americanos, e perceberam, pela exposição e pelas perguntas dos soviéticos, que seu maior interesse era sobre o papel dos exércitos na América Latina (58).

---

(58) Segundo os dois trotskistas brasileiros, aqueles especialistas em outras áreas do mundo eram chamados, na URSS, de "sábios científicos".

Ainda em Moscou, além de contatarem com dirigentes da Konsomol, Heriberto e Primo encontraram-se com Luiz Carlos Prestes e Gregório Bezerra, que lá estavam residindo. No retorno ao Brasil, passaram por Paris, onde fizeram um relatório para "Posadas".

O PORT, ganhando prestígio internacional, estava no caminho da reestruturação.

28. A VAR-P e sua crise permanente

Como primeira atividade do ano da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), teve início em Recife, em 23 de janeiro, seu II Congresso, organizado por Carlos Alberto Soares de Freitas e Mariano Joaquim da Silva, os únicos remanescentes da direção nacional, após os abalos sofridos pela organização no ano anterior. Participaram do Congresso, além dos militantes da organização representando São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Nordeste e a área estratégica, Bruno Costa Albuquerque Maranhão, pelo PCBR e Adilson Teixeira da Silva e David Gonzaga Júnior, representando o Setor de Operações de São Paulo, que havia "rachado" com a VAR-P (59).

Havia a esperança de que o Congresso permitisse dirimir as divergências e que a organização pudesse estabilizar-se. No entanto, além do problema com o Setor de Operações de São Paulo, existiam três correntes que conviviam com dificuldades no âmbito da organização. A primeira dessas correntes, composta dos militantes do nordeste, defendia posição nitidamente militarista, sendo a favor da "violência revolucionária", preconizando que o Setor de Operações deveria sair da própria massa e não da vanguarda. Um segundo grupo, encabeçado por Carlos Alberto Soares de Freitas, admitia o trabalho político, com a organização da parcela avançada da massa operária estruturada em "organizações independentes de massa" mas, diferentemente da corrente nordestina — que defendia que só deveriam integrar essas organizações aqueles que se posicionassem contra o regime capitalista — jul

---

(59) Estiveram presentes no II Congresso: Heitor Farias da Silva, representando São Paulo; Raimundo Gonçalves Figueiredo, Lígia Moura Salgado de Nóbrega e "Miguel", o Nordeste; Marco Antonio Batista de Carvalho, a área estratégica; Sérgio Emanuel Dias Campos e Carlos Henrique Viana Pereira, a Guanabara; Antonio da Cunha Losada, o Rio Grande do Sul; e Ana Matilde Tenório da Mata.

ORVIL

gava que poderiam integrá-los todos aqueles que se dispusessem a lutar pelos interesses da classe operária. A terceira corrente, a dos militantes da Guanabara, adotava uma posição considerada "direitista", negava a necessidade da "violência revolucionária", defendendo exclusivamente o trabalho de massa.

No primeiro dia do Congresso, os debates giravam em torno do programa e da tática da organização, sem que emergissem áreas de atrito. No segundo dia, os representantes do Setor de Operações de São Paulo, preocupados com a segurança, exigiram que o encontro tivesse a duração máxima de dez dias. Contrariados em suas pretensões, decidiram abandonar o conclave, contra todas as normas de segurança usuais nessas ocasiões. Apesar desse imprevisto, os trabalhos prosseguiram com a aprovação da constituição das "Uniões Operárias" (UO), integradas apenas por aqueles que se posicionassem contra o regime capitalista (60).

Quando o Congresso ia chegando próximo ao seu décimo dia, Bruno Maranhão, o representante do PCBR, suspeitando que a reunião tivesse sido assinalada pela polícia, evadiu-se apavorado do local. O insólito acontecimento, somado ao afastamento dos representantes do Setór Operário de São Paulo, provocou a suspensão do evento por medida de segurança. O Congresso teria prosseguimento, numa segunda fase, dentro de um mês, em local a ser determinado.

No balanço feito durante o Congresso, constatou-se que a única área efetivamente ativa da organização era a nordeste, onde se desenvolvia um trabalho no campo, com a implantação em Pernambuco de "Uniões Camponesas". O trabalho em Goiás continuava descontatado do CN, e no Rio Grande do Sul totalmente desbaratado, desde as prisões de membros do CN no ano anterior. Da área estratégica pouco se falou por questões de segurança, entretanto, o trabalho incipiente continuava sob o controle de Carlos Alberto Soares de Freitas. A VAR-P admitia como causa da situação crítica vivida pela organização a falta de estrutura ideológica de seus militantes, cujas origens pequeno-burguesas geravam o liberalismo provocador das "quedas".

James Alen Luz, que regressara ao Brasil em dezembro de 1970, vindo de Cuba, foi cooptado para constituir um Comando Na cional Provisório (CNP) junto com Carlos Alberto e Mariano. Na segunda fase do Congresso, seria eleito um novo Comando Nacional e decidida a setorização de seus membros. Permaneceram em pauta para debate e aprovação as questões sobre tática estudantil, política de organização e estatutos, critérios de recrutamento e militância, planejamento a curto e médio prazos com o encerramento de algumas frentes de trabalho e a concentração de atividade em alguns comandos regionais, a política de "frente" e a validade ou não das ações armadas.

---

(60) A "União Operária" seria uma organização independente do proletariado, que procuraria influir nas massas, através da agitação e da propaganda, incutindo-lhes a perspectiva de resolver de forma violenta suas contradições específicas.

Após o retorno de Recife, quando a organização se preparava para realizar a segunda parte do congresso, ocorreu a prisão no Rio de Janeiro, no dia 15 de fevereiro, de Sérgio Emanuel Dias Campos, membro do CR/GB. Na mesma ocasião, Carlos Alberto Soares de Freitas, que se encontrava no Rio de Janeiro, perdeu contato com a organização (61). Estes fatos e os que se seguem iam provocando o adiamento da 2ª parte do congresso.

A organização passaria por uma crise de segurança, com a "queda" e desativação do CR/NE no final de abril e início de maio. Ao reagir à prisão, morreu, em 27 de abril, trocando tiros com a polícia em seu "aparelho", o membro do CR/NE, Raimundo Gonçalves de Figueiredo. Na mesma ocasião, foram presos Arlindo Felipe da Silva, também membro do CR/NE, e mais dois integrantes do comando regional. Com essas prisões "caíram" outros quatro "aparelhos", ocorrendo a prisão de mais nove militantes, tendo sido apreendida farta documentação, além de armas, munição e explosivos. Os remanescentes do regional Nordeste deslocaram-se para outras áreas.

Essa crise de segurança aguçou as dissensões internas e provocou uma dispersão na VAR-P. Em junho, Carlos Henrique Viana Pereira, membro do CR/GB, desligou-se da organização, arrastando consigo um grupo de militantes desse Comando Regional. Ao mesmo tempo, alguns componentes da VAR-P em São Paulo afastaram-se da organização, abandonando a militância ou ligando-se à VPR, enquanto outros abandonaram o País (62).

---

(61) Embora não tenha sido preso pelos órgãos de segurança, Carlos Alberto Soares de Freitas foi alvo de uma campanha promovida por seus parentes e pela esquerda visando à sua libertação.

(62) Sabe-se que, pelo menos, Carlos Henrique Viana Pereira e sua futura esposa Heliane Gaspar Bibas, abandonaram o País, refugiando-se no Chile.

James Alen Luz, sentindo-se isolado no CN, havia cooptado Marco Antonio Batista de Carvalho, com quem passara a partilhar as tarefas da direção nacional.

Crendo no congresso como panacéia para a permanente crise que envolvia a organização, James Alen Luz ordenou que Geraldo Leite alugasse um sítio em Teresópolis para concluir o II Congresso, a ser realizado em julho.

Ao encontro deixou de comparecer quase metade dos delegados previstos (63). Os presentes, considerando o conjunto não representativo por falta de quadros importantes, resolveram encerrar o Congresso, após realizar um balanço autocrítico e eleger um novo CN, não assumindo alterações na linha política vigente na organização. O plenário elegeu James Alen Luz, Ana Matilde Tenório de Mota e Marco Antonio Batista de Carvalho para o CN. Encerrado o II Congresso, teve início, com os mesmos participantes e no mesmo local, o I Ativo Seminacional. O ativo não teria autoridade para modificar a linha política da organização, embora comportasse a sua discussão. Decidiu-se, então, incentivar a realização de ativos nas regiões não representadas em Teresópolis para concluir-se pela validade ou não da linha política adotada.

Durante o ativo foram discutidos os critérios de militância, as medidas de segurança, sendo realizada uma análise da conjuntura política nacional. As divergências, até então mantidas em nível aceitável, exacerbaram-se com a discussão do reinício das ações armadas.

A posição favorável às ações armadas saiu vencedora, apoiada no argumento de que a fase difícil de isolamento,social vivida pela organização, exigia a realização de ações para a sobrevivência orgânica. Além disso, a "Propaganda Armada Geral" (PAG), desde que cercada por determinadas circunstâncias de caráter político, foi admitida como processo válido na luta revolucionária.

Como conseqüência do consenso militarista, decidiu-se pe-

---

(63) Estiveram presentes à 2ª parte do II Congresso: James Alen Luz, Marco Antonio Batista de Carvalho, Ana Matilde Tenório da Mota, Irene Madeira de Carvalho, José Carlos da Costa, Geraldo Leite, Rosalina Santa Cruz Leite, Heitor Farias da Silva, Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo, Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Antonio Maress Prieto de Oliveira, Adão Vila Verde, e como convidado do PCBR, Luiz Alberto de Sá e Benevides.

ORVIL

la reativação de um Setor de Operações que se subordinaria diretamente ao CN, sem vinculação com a estrutura política regional da área onde atuasse. Superando o sectarismo político da organização, o ativo definiu-se pela concretização de uma política de "frente" com as outras organizações da esquerda revolucionária. Na verdade, a VAR-P adotando uma política antifoquista, aderiu à luta armada, em função da fragilidade do trabalho de massa.

O ativo marcava, ainda, o início de nova desagregação do CN. Marco Antonio de Carvalho, eleito havia alguns dias, pediu seu afastamento da direção nacional, sem se afastar da organização, declarando viver um período de avaliação autocrítica. Ana Matilde, também eleita para compor com Geraldo Leite e Rosalina Santa Cruz Leite o novo CR/GB, entrava em choque com James Alen Luz que passaria a atuar na Guanabara, como chefe do Setor de Operações da VAR-P.

O CR/GB, revivido após o afastamento de Carlos Henrique Viana Pereira, desenvolvia um trabalho operário através do "Grupo de Jovens de Osvaldo Cruz" (GRUJOC). O GRUJOC, formado por estudantes do artigo 99, distribuía em portas de fábricas o jornal "União Operária", que era confeccionado no setor de imprensa do CR/GB (64).

O trabalho na área estratégica, desenvolvido em torno da cidade de Imperatriz, no Maranhão, foi desarticulado em agosto, quando as forças de segurança desencadearam a "Operação Mesopotâmia". A área do "Bico do Papagaio", situada ao norte de Goiás e a oeste do Maranhão, sempre foi um pólo de atração para as esquerdas que viam nos agudos problemas sociais e fundiários da região um solo fértil para o seu proselitismo. Confundiam-se na área os trabalhos da VAR-P e do PRT, que foram interrompidos pela prisão de trinta e dois envolvidos, entre militantes e simpatizantes de ambas organizações (65).

Dando conseqüência à decisão do ativo de Petrópolis, a VAR-P iniciou em agosto suas ações armadas em "frente" com ou-

---

(64) Eram responsáveis pela GRUJOC os irmãos Januário José e Antonio Marcos Pinto de Oliveira que com Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo, Irene Madeira de Carvalho e Maria Emília Silva compunham o Setor de Imprensa do CR/GB.

(65) Na ocasião, foram presos Eliezer Vaz Coelho, Pedro Gomes dos Santos e Catarino Leal Juair da Silva, estabelecidos em pequenas propriedades ocupadas pela VAR-P em torno de Imperatriz, que faziam o trabalho de aliciamento e doutrinação de elementos locais, objetivando montar uma rede de apoio e, posteriormente, desencadear a guerrilha rural.

ORVIL

tras organizações (66). Destas ações, destacam-se o assalto ao carro de transporte de valores da Transport S/A, realizado na Estrada da Portela, em Madureira, no dia 22 de novembro. A ação, perpetrada em "frente" com o MR-8, contou com a participação de James Alen, Carlos Alberto Sales e José Carlos da Costa e resultou na morte de José Amaral Vieira, chefe de segurança do carro, e no ferimento, à bala, do motorista, Sérgio da Silva Taranto, e dos guardas de segurança Emílio Pereira e Adilson Caetano da Silva. James Alen representaria a VAR-P, no dia 28 de outubro, no assalto ao Banco Itaú América, na Avenida Conde de Bonfim, em "frente" com a VPR, ALN e o PCBR, que redundaria no ferimento do detetive Walter Cláudio Ramos de Mattos.

As ações armadas provocaram divergências no CN. No final de setembro, Ana Matilde Tenório da Mota, contrariada com as ações do Setor de Operações na Guanabara, solicitou, em carta, seu desligamento do CN e da CR/GB. Concordando com o pedido, James Alen permaneceu novamente isolado no CN, gerindo os destinos da VAR-P (67).

A crise gerada pelo desligamento de Ana Matilde estendeu-se até ao CR/GB. Em novembro, o casal Geraldo Leite — Rosalina Santa Cruz Leite — ambos membros do CR —, por comungarem com as idéias de Ana Matilde a respeito das ações armadas, enviaram uma carta pedindo desligamento da organização. Ao tomar conhecimento da carta, o CN optou pela expulsão dos signatários.

Sob a orientação de Marco Antonio Batista de Carvalho que retornara ao CN da VAR-P, os militantes do acéfalo CR da Guanabara, limitados ao trabalho de imprensa e ao GRUJOC, iniciaram as discussões visando a reestruturar o trabalho no Rio de Janeiro. Por consenso, foi escolhida Irene Madeira de Carvalho, esposa de Marco Antonio, para compor o CR/GB. A partir desta oca-

---

(66) Ações realizadas em "frente" pela VAR-P, em 1971: em 23 de agosto, depredação de dois postos de gasolina na Rua Barata Ribeiro e na Avenida Vieira Souto, por estamparem cartazes de subversivos procurados, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 16 de setembro, assalto a uma Kombi transportadora de valores do Banco Bradesco, na Ponte de Quintino, com o roubo de Cr$20.000,00, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 30 de outubro, assalto à joalheria Missagea, na Avenida Rio Branco, 151, sala 210, com o roubo de Cr$40.000,00 e jóias, em "frente" com a ALN, PCBR e MR-8.

(67) No informe do Comando Nacional, de 28 de outubro, James Alen, além de deflagrar o processo de luta interna, incentivando a discussão das posições da organização em ativos, explicava o processo de modificação do CN com os afastamentos ocorridos e as cooptações de José Carlos Costa e, surpreendentemente, de Marco Antonio Batista de Carvalho, que, após relutar um pouco, acabou aceitando retornar ao CN.

ORVIL

ORVIL

são, o Setor de Imprensa passou a publicar o jornal mensal "Quilombo", como porta-voz da direção nacional da organização.

No final do ano, foi preso Januário Pinto de Oliveira, um dos coordenadores do GRUJOC e desestruturado esse grupo. Ainda nesse ano, mais uma vez, Marco Antonio Batista de Carvalho abandonava o CN.

A VAR-P, adotando uma política antifoquista, fora obrigada a aderir à luta armada, por necessidade de sobrevivência, mas essa decisão não era aceita pacificamente na OS. Agora via desaparecer o GRUJOC, única tentativa que mantinha de trabalho de massa. As variações de seu CN refletiam bem a irregularidade que vinha marcando essa organização, desde sua tentativa frustrada de fusão com a VPR.

29. A DVP transforma-se em Liga Operária (LO)

No início de 1971, alguns militantes, alcunhados de "hippies", começaram a questionar o imobilismo da DVP e a duvidar do acerto em dar-se prioridade ao trabalho junto à classe operária.

A partir do dia 7 de maio, a DVP realizou um pleno. Na 1ª fase, foi eleita uma nova Direção da Organização (DO), composta por Apolo Heringer Lisboa, sua esposa Carmen Helena do Vale e José Aníbal Perez de Pontes. Aprovou-se, também, a mudança do nome de DVP para Liga Operária (LO), o seu Estatuto e um novo jornal, o "Unidade".

Na 2ª fase do pleno, Apolo e Dalton Godinho Pires apresentaram a nova LO aos dois representantes do grupo dos "hippies", João César Belisário de Souza e Ernesto Prado Lopes, que não aceitaram as decisões e foram expulsos, juntamente com Leonardo Valentini e Cláudio Antonio Gonçalves Egler (68). Esses militantes arrebanharam cerca de meia dúzia de companheiros e foram formar o Movimento Popular Revolucionário (MPR), uma minúscula organização que seria conhecida, no ano seguinte, apenas por suas ligações com os remanescentes da VPR.

Em julho, a LO publicou o primeiro número do seu jornal "Unidade", já com o nº 10, para despistar e para dar uma aparente imagem de antiguidade.

---

(68) Mais tarde, após uma autocrítica, Ernesto Prado Lopes foi readmitido na LO.

No 2º semestre de 1971 e durante todo o ano seguinte, a par de algumas prisões isoladas, a LO procuraria desenvolver sua atuação junto ao operariado, formando células em Belo Horizonte, em Volta Redonda (na Companhia Siderúrgica Nacional), em Duque de Caxias e na Guanabara (69).

A organização, todavia, não prosperou até sua debacle, que viria no início de 1973.

30. O GIM continua estruturando-se

No início de 1971, em razão das críticas feitas ao jornal "Independência ou Morte" (IM), a organização resolveu reformular seu órgão de divulgação. Foi constituído um grupo de ação (GA) com a participação de Cid Alzamora Silveira, Fernando Ryff Correia Lima e Laís Mourão Sá Tavares de Oliveira para tentar elevar o nível da publicação. A partir daí, iniciou-se a segunda fase do jornal.

Ana Arruda, dispensada do GA do jornal, foi deslocada para um GA de informações, recém-criado, com os encargos de levantar notícias censuradas na imprensa, para publicação no "IM". Atuava em sua companhia, no GA de informações, Maria Ignez da Costa Duque Estrada Bastos, antiga militante do MNR.

Dentro da filosofia herdada do MNR, o Grupo Independência ou Morte (GIM) procurava conseguir o apoio das classes média e superior. O jornal "IM" tinha este objetivo. Formado por intelectuais, o GIM julgava que a revolução do proletariado só teria sucesso com o apoio da classe média e, em conseqüência, das Forças Armadas. Para sensibilizar as Forças Armadas era fundamental dar enfoque de nacionalismo às posições da organização. Acreditava-se que o proletariado e o campesinato seriam levados à revolução pela classe média.

Amadeu de Almeida Rocha pretendia utilizar a experiência de Amarantho Jorge Rodrigues Moreira no setor armado da organização. Amarantho, "escaldado" pela tentativa de Caparaó, esquivava-se. A outra alternativa seria Hermes Machado Neto, assim como Amarantho, possuidor de curso em Cuba, com o inconveniente de estar ligado aos trabalhos de impressão do jornal "IM". Além de

---

(69) Foram presos no 2º semestre de 1971: Gustavo José Meyer, Sílvia Lajes de Oliveira e Cláudio Antonio Gonçalves Egler, este liberado alguns dias depois. Foi preso, em junho de 1972, Laert Seixas Wilmann Pereira.

ORVIL

liderança, faltavam militantes capacitados e dispostos a se arriscarem em ações armadas. O projeto foi sendo adiado.

Em julho de 1971, Amadeu Rocha foi apresentado a Adail Ivan de Lemos, ex-integrante do MAR. Adail, como estudante de Medicina e estagiário no Hospital Pedro Ernesto, conseguiu a internação e a cirurgia de Amadeu naquele nosocômio. Durante sua convalescença Amadeu contatou e aliciou, com a interveniência de Adail, vários médicos residentes e, ao sair do hospital, constituiu um GA médico com os novos prosélitos do GIM. A assistência médica gratuita estava também nos planos da organização que pretendia utilizá-la no trabalho político. Jorge Manuel de Oliveira e Silva foi escolhido para ser o coordenador do GA médico.

Por volta de outubro, a organização coerente com a filosofia de conseguir o apoio de setores nacionalistas das Forças Armadas, conseguiu contato com Juan José Hernandez Arregui, da cúpula do peronismo, para assimilar a experiência do justicialismo nas Forças Armadas argentinas. A reunião entusiasmou os presentes. Em seguida, foi arregimentado para a organização o coronel da reserva do Exército José Agostinho Marques Porto. Marques Porto sugeriu, inclusive, um assalto a uma casa de armas na Avenida Rio Branco — considerado de fácil execução — para reforçar o carente poder de fogo do GIM, mas a organização continuava sem condições de estruturar seu setor militar para realizar ações armadas.

No final de 1971, a direção da organização concluiu que o jornal "IM" era insuficiente para aprofundar os temas abordados e elevar o nível ideológico de seus militantes. Havia necessidade de uma publicação mais didática que pudesse sensibilizar o público selecionado e intelectualizado que a organização buscava. Em dezembro, foi constituído um GA de uma revista que pretendia se transformar num sólido instrumento de preparação ideológica da organização. A revista, por sugestão de Lara Lemos, recebeu a denominação de Prisma, correspondendo às iniciais do lema: Pensamento Revolucionário do Ideal Social MArxista.

Também no final de 1971, foi constituído um GA de impressão do jornal "IM", substituindo o antigo esquema. César José de Campos — aliciado pelo irmão Cláudio José de Campos Filho — ficou como coordenador do GA, auxiliado por Rogério Medeiros. O jornal passou a ser rodado no Curso Progresso, de propriedade do pai dos irmãos Campos.

ORVIL

O ano de 1971 caracterizou-se pela preocupação em melhorar o nível da propaganda do GIM, através da reestruturação de seu jornal e da preparação da revista Prisma, visando a transformá-lo em organização expressiva no seio das esquerdas.

31. MR-8: um ano de sucessos e de desventuras

No início de 1971, vivia-se os dias do desenlace do sequestro do embaixador suíço, cujas negociações já se arrastavam por mais de um mês, e quando a polícia aumentava o cerco aos terroristas.

Em 13 de janeiro, 7 militantes do MR-8, ao lado de 63 de outras organizações, foram banidos para o Chile (70). Com isso, aumentava o contingente de quadros do MR-8 no exterior, particularmente no Chile, onde já se encontravam Daniel Aarão Reis, Franklin de Souza Martins, Wladimir Palmeira e Vera Sílvia Araújo Magalhães. Cada vez mais, crescia a importância qualitativa desses militantes, obrigando a organização a abrir uma Seção do Exterior.

Ainda no início de janeiro, 4 militantes do Grupo Político-Militar (GPM) saíram do MR-8. Nos meses seguintes, todos iriam também para o Chile. O fato curioso é que cada um deles recebeu para a fuga Cr$ 8.000,00 da organização.

Neste ano, o MR-8 passou a dar maior importância ao CR da Bahia, já estruturado e atuante em Salvador e Feira de Santana, sob o nome-código de "Marajó". Editava o jornal "Venceremos" e eram constantes as viagens de Carlos Alberto Vieira Muniz a Salvador, onde prestava assistência a Solange Lourenço Gomes, coordenadora do MR-8 na Bahia e Sergipe (71). Ali o MR-8 contava, também, com a estreita colaboração do Padre Paulo, da Paróquia do Peru, em N.S. de Guadalupe, um dos representantes da "Organização Sem Nome", integrada por padres e religiosos que editavam o jornal "O Círculo" e possuíam um Curso de Alfabetização de Adultos, utilizado, pelo MR-8, para proselitismo e recrutamento.

Independente do CR/BA, João Lopes Salgado dirigia o traba

---

(70) Foram banidos, do MR-8: Carlos Bernardo Vainer, Samuel Aarão Reis, Regina Yessin Ramos, Lúcio Flávio Uchoa Regueira, Antonio Rogério Garcia Silveira, Paulo Roberto Alves e seu irmão Pedro Alves Filho.

(71) Faziam parte do CR/BA: Denilson Ferreira Vasconcelos, então amante de Solange, Maria Lúcia Santana Cerqueira, Eliana Gomes de Oliveira, Diogo Assunção de Santana, Milton Mendes Filho, Renato José Amorim da Silveira e sua esposa Margarita B. da Silveira, Jaileno Sampaio da Silva e sua companheira Nilda Carvalho Cunha.

ORVIL

lho de campo na Bahia, em duas áreas: na região de Cangula, em Alagoinhas, e na região do médio São Francisco, entre os municípios de Brotas de Macaúbas e Ibotirama.

Nesse início de ano, fruto das intensas atividades de roubo praticadas no ano anterior, não faltava dinheiro ao MR-8. Assim, foram destinados Cr$ 27.000,00 à Bahia, sendo Cr$ 10.000,00 à CR e Cr$ 17.000,00 enviados para apoio ao trabalho de campo. Em 6 de março, Solange Lourenço Gomes apresentou-se voluntariamente aos órgãos de segurança e falou sobre seus assaltos na Guanabara e as atividades do MR-8 em Salvador. Diversos "aparelhos" foram vasculhados e dezenas de militantes presos, a partir de 12 de março, dentre os quais Eliana Gomes de Oliveira e Denilson Ferreira Vasconcelos, que prestou declarações entregando, praticamente, toda a estrutura da Bahia.

Na Guanabara, onde o Comitê Regional (CR) era bem organizado, as atividades continuavam intensas. Com seus dois GPM reestruturados executaria mais de 30 ações armadas, entre roubos de carros e assaltos a supermercados, bancos e outras empresas.

No dia 26 de janeiro, oito militantes comandados por Mário Prata, dentre eles o inglês Thimothy William Waskin Ross, assaltaram o posto do 10º Setor de Trânsito, em Ramos, levando uma metralhadora INA, dois carregadores completos, um remuniciador e uma sacola com 50 cartuchos, além de várias fardas da guarda civil. Ao deixarem o local, estavam pichadas as paredes do posto com "Viva a Luta Armada — Comando José Roberto Spiegner". No primeiro dia de fevereiro, assaltaram o supermercado Ideal, de Vista Alegre, de onde roubaram cerca de 40 mil cruzeiros novos.

No dia 5, César de Queiróz Benjamin, o "Menininho", quando "cobria um ponto", junto à Igreja Divino Salvador, no Encantado, com dois militantes da VPR, Sônia Eliana Lafoz e Caio Salomê Souza de Oliveira, trocou tiros com os componentes de uma radiopatrulha. Ferindo um policial, os três militantes conseguiram fugir, com Caio baleado na mão e Sônia ferida de raspão na cabeça e na perna.

No dia 18 de fevereiro, aconteceu a primeira "queda" do ano para o MR-8, com a prisão de Alexandre Lyra de Oliveira, quando "cobria um ponto" com Edmilson Borges de Souza, do PCBR. Alexandre falou tanto em seus interrogatórios que seria acusado, mais tarde, de ter "passado para a repressão" e "falsamente fugido"

ORVIL

em novembro de 1975 (72). 1971

No dia 13 de março, um sábado, 13 militantes sob o comando de Mário Prata, dentre os quais Stuart Angel e a "matraqueira" (73) Carmen Jacomini, assaltaram a Casa da Banha da Tijuca, roubando quase 70.000 cruzeiros novos. Já bem treinados, imobilizaram cerca de 100 pessoas que faziam compras, usando metralhadoras e bombas "Molotov". Chegaram, até, ao requinte de usar dois terroristas disfarçados de guarda-civil para manobrar o trânsito e facilitar a fuga.

Nesse mês, ocorreria um fato importante para o MR-8. Carlos Lamarca rompeu com a VPR e, alguns dias depois, ingressou no MR-8 junto com sua amante, Iara Iavelberg. À primeira vista, parecia que o MR-8 se fortalecia com a adesão de Lamarca, aumentando o seu prestígio junto às esquerdas. Na realidade, a organização recebia um "elefante branco" e a responsabilidade de mantê-lo na absoluta clandestinidade.

No mês de abril, na Guanabara, o MR-8 praticou três assaltos: no dia 2, ao posto e garagem PINA, em Vila Isabel, de onde foram roubados 4 carros, 8 placas e um revólver; no dia 3, ao supermercado PEG-PAG, em Botafogo, com o roubo de cerca de trinta e três mil cruzeiros; e, no dia 18, ao supermercado Merci, em Ipanema, de onde foram levados vinte mil cruzeiros novos. Dentro de sua política de generosa distribuição de dinheiro, Stuart Angel entregou 5 mil cruzeiros novos ao cineasta Gustavo Dahl, que constantemente, cedia sua residência para reuniões de dirigentes da organização. Dahl fazia parte do grupo de elementos da denominada "pequena burguesia", particularmente formada de artistas e pseudo-intelectuais, que mantinham ligação com a direção do MR-8 (74). 1971

Em decorrência das prisões de Maria Luiza Garcia Rosa e Lúcia Maria Murat Vasconcelos, a polícia prendeu José Carlos Avelino da Silva, no início desse mês, o que levou, também, ao desbaratamento de diversos "aparelhos". Em 8 de abril, Maria

---

(72) Entrevista com César Queiroz Benjamin, o "Menininho", publicada no "Cadernos de Campanha", nº 9, de 1979.

(73) "Matraqueiro" era o nome dado, pelas organizações comunistas, ao militante que, nos assaltos, portava a metralhadora ("matraca").

(74) Gustavo Dahl era amante de Maria Clara Mariana Bittencourt, nora de Carlos Lacerda, a qual havia acolhido e cuidado de Stuart, quando este fora ferido durante o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, em fins de novembro de 1970.

ORVIL

Cristina de Oliveira Ferreira, esposa de Alexandre de Oliveira apresentou-se às autoridades. Apesar de seu marido ter sido preso quase dois meses antes, sua decisão só foi tomada após ter perdido, também, seu amante José Carlos Avelino. Nesse mês, ainda foram presos, no dia 17, Antonio Ivo de Carvalho e Maria Ângela Carvalho de Oliveira.

Também em abril, César Queiroz Benjamin, o "Menininho", assumiu o CR/BA, esfacelado com as sucessivas quedas de quadros e militantes. Unificou o trabalho realizado em Alagoinhas ao CR, estabeleceu rígidas normas de segurança e determinou que fossem feitos diversos levantamentos para futuros assaltos.

Na madrugada de 6 de maio, 11 militantes do MR-8, sob o comando de Nelson Rodrigues Filho, assaltaram a garagem NUNES , em São Cristóvão, roubando 3 Volks e 4 placas.

No dia seguinte, foram presos mais dois membros do GPM, Zaqueu Bento e Manoel Henrique Ferreira. Os militantes presos entregaram dois "aparelhos", e Manoel, inclusive, entregou o "ponto" que teria com José Roberto Gonçalves de Rezende, da VPR, quando este foi preso na Livraria Entre-Livros, em Copacabana. Nas declarações de próprio punho de Manoel, ricas e contundentes, aparece a declaração: "*A briga hoje deixou de ser pela revolução. É contra a repressão e pela sobrevivência*".

Em 10 de maio, foi presa mais uma integrante do GPM, Vera Lúcia de Mello Aché. Em fins desse mês, alguns jornais noticiaram a prisão e a morte de Stuart Edgard Angel Jones, nunca comprovadas. Uma coisa é certa: ele nunca deu entrada no DOI/I Ex.

Em 11 de junho, o assalto ao pagamento dos funcionários do canteiro de obras da Norberto Odebrecht, que construía a Universidade do Estado da Guanabara, no Maracanã, rendia, ao MR-8, cerca de 7 mil cruzeiros novos. Durante o assalto, Sérgio Landulfo Furtado, o comandante da ação, atirou e feriu um operário. Na saída, Dirceu Grecco Monteiro atirou num carro pagador que passava. No tiroteio que se seguiu, Norma Sá Pereira, que também disparara, foi baleada na mão.

Nesse mês e em julho mais três assaltos foram realizados, rendendo mais de NCr$ 100.000,00 e material de impressão para a organização. Esses assaltos foram : em 30 de junho, à residência do industrial David Adler, na Avenida Atlântica, roubando

ORVIL

cerca de NCr$ 61.000,00 em jóias; em 21 de julho, ao escritório da Organização Ruff, da Rua Debret, com o roubo de 5 mimeógrafos, 4 máquinas de escrever e 2 gravadores eletrônicos de estêncil e, em 24 de julho, um sábado, ao supermercado Mar e Terra, no Rio Comprido, roubando cerca de NCr$ 45.000,00.

1971

Os meses de agosto e setembro, porém, foram trágicos para o MR-8, quando teve vários militantes de importância presos, inclusive o "Menininho", e foi atingido pela morte de Lamarca, sem que esse tivesse participado de nenhuma ação com a organização. No entanto, precisava sobreviver e dar continuidade a seus assaltos de que eram vítimas, particularmente, os supermercados da Guanabara (75).

Em 28 de outubro, em "frente" com o PCBR, a ALN e a VAR-Palmares, Sérgio Landulfo Furtado, Norma Sá Pereira e Paulo Roberto Jabour assaltaram o Banco Itaú-América, na Tijuca, arrecadando mais de cem mil cruzeiros novos. Nessa ação, foi baleado, no pescoço, o detetive Walter Cláudio Ramos Mattos.

MR-8

Na manhã de 22 de novembro de 1971, em "frente" com a VAR Palmares, Sérgio Landulfo Furtado, Norma Sá Pereira, Nelson Rodrigues Filho, Paulo Roberto Jabour, Thimothy William Watkin Ross e Paulo Costa Ribeiro Bastos assaltaram um carro-forte da firma TRANSPORT, na Estrada do Portela, em Madureira. A rajadas de metralhadora, morreu o guarda José do Amaral Vilela e foram feridos os guardas Sérgio da Silva Taranto, Emílio Pereira e Adilson Caetano da Silva. Esse último assalto do ano rendeu duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros novos, além de armas e munição.

No dia seguinte, Sérgio Landulfo Furtado, por estar em atitude suspeita e portar um revólver calibre 38 e um carregador de

---

(75) Foram as seguintes as ações armadas realizadas na Guanabara: em 14 de agosto, realizaram um 2º assalto ao supermercado Peg-Pag, em Botafogo, roubando cerca de 35 mil cruzeiros novos; em 28 de agosto, 13 militantes, disfarçados com perucas, bigodes, cavanhaques e boinas, levaram quase 45 mil cruzeiros novos e um revólver do supermercado Disco, em Copacabana; nesse mesmo bairro, roubaram, em 4 de setembro, 7 mil cruzeiros novos do supermercado Merci, ainda em setembro, roubaram 15 mil cruzeiros do Edifício De Paoli, na Av. Rio Branco e ações de uma corretora de valores, na Rua do Ouvidor; em 16 de outubro, assaltaram o supermercado Mar e Terra, no Flamengo, de onde levaram 70 mil cruzeiros novos, e, em novembro, roubaram 8 mil cruzeiros novos do supermercado Peg-Pag, em Botafogo.

ORVIL

metralhadora, foi abordado pelo detetive Ney de Gaspar Gonçalves. Sérgio baleou o policial e, ao fugir, deixou cair diversos objetos, dentre os quais sua própria fotografia, como atestado de sua ação.

A morte de Lamarca, parece que ao mesmo tempo que acirrava os ânimos dos militantes, incitando-os a mais ações, fazia com que os quadros do MR-8 repensassem sobre a justeza da guerra que travavam, vista, apenas, como uma luta "pela sobrevivência". Por outro lado, perceberam que, com a eficiência demonstrada pelos órgãos de segurança, essa sobrevivência não seria muito longa.

Carlos Alberto Vieira Muniz fugiu para o Chile, acompanhado, uns antes, outros depois, por diversos quadros, dentre os quais o casal Roberto Menkes e Carmen Monteiro Jacomini. Se o MR-8 do Brasil perdia quadros importantes, a Seção do Exterior, centrada no Chile, ganhava uma visão crítica do militarismo, que lançaria a organização, no ano seguinte, num novo processo.

32. A morte do Major José Júlio Toja Martinez Filho (Zazá)

No início de abril, a Brigada Pára-quedista recebeu uma denúncia de que um casal de subversivos ocupara uma casa localizada na Rua Niquelândia, 23, em Campo Grande/RJ. Não desejando passar esse informe à 2ª Seção do então I Exército, sem aprofundá-lo, a 2ª Seção da Brigada decidiu montar uma "campana" naquela casa, a fim de confirmar ou não sua utilização como "aparelho".

No dia 2 de abril, uma equipe da 2ª Seção da Brigada, chefiada pelo Major Martinez, montou um esquema de vigilância sobre a citada residência. Por volta das 23 horas desse dia, chegou, num táxi, um casal, estacionando-o nas proximidades do prédio vigiado. A mulher ostentava uma volumosa barriga que indicava estar em adiantado estado de gravidez. O fato sensibilizou Martinez, que, impelido por seu sentimento de solidariedade, agiu impulsivamente visando a preservar a "senhora" de possíveis riscos.

O Major José Júlio Toja Martinez Filho acabara de concluir o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde por três anos, exatamente o período em que a guerra revolucioná

ORVIL

ria se desenvolvera, estivera afastado desses problemas, em função da própria vida escolar bastante intensa. Estagiário na Brigada Pára-quedista, a quem também não estava afeta a missão de combate à subversão, não se havia habituado à virulência da ação terrorista, que se tornava a cada dia mais violenta à medida que constatava a sua inconseqüência.

Julgando que o casal nada tinha a ver com a subversão, Martinez iniciou a travessia da rua, a fim de solicitar-lhe que se afastasse daquela área. Ato contínuo, de sua "barriga", formada por uma cesta para pão com uma abertura para saque da arma ali escondida, a mulher retirou um revólver, matando-o instantaneamente, sem qualquer chance de reação. O Capitão Parreira, de sua equipe, ao sair em sua defesa, foi gravemente ferido por um tiro desferido pelo terrorista. Nesse momento, os demais agentes desencadearam cerrado tiroteio que causou a morte do casal de subversivos. Estes vieram a ser identificados como sendo os militantes do MR-8 Mário de Souza Prata e sua amante Marilena Villas-Bôas Pinto, ambos de alta periculosidade e responsáveis por uma extensa lista de atos terroristas. No "aparelho" do casal foram encontrados armas, munição e explosivos, além de dezenas de levantamentos de bancos, de supermercados, de diplomatas estrangeiros e de generais do Exército.

Destino perverso esse que compensou com uma reação de ódio e violência o gesto de bondade tão característica do "Zazá", como era carinhosamente chamado Martinez por seus amigos. Martinez deixou viúva e quatro filhos, três meninas e um menino, a mais velha, à epoca, com 11 anos de idade. Sua esposa, com uma pequena pensão, criou com sacrifícios aquelas crianças, que, pelo ambiente familiar de que desfrutavam, eram, naturalmente, dóceis e afáveis. Com o apoio de familiares e amigos, suplantou a dor, os traumas decorrentes da morte violenta e inesperada e as dificuldades resultantes da ausência do chefe de família.

A família de Martinez não pedia, nem vê razão em homenagens. Apenas quer guardar a lembrança do esposo dedicado e pai carinhoso que ele foi. Profissional competente, dedicado e leal, atleta exemplar, amigo afável e educado, "Zazá", com seu gênio expansivo e alegre, será sempre lembrado com muito cari-

ORVIL

nho pelos amigos que com ele conviveram (76).

33. A prisão de "Menininho" e A morte de Lamarca

Nos meses de abril, maio e junho, Lamarca e Iara passaram escondidos de "aparelho" em "aparelho", dentre os quais o de José Gomes Teixeira. A prisão deste, em 11 de junho, precipitou a decisão de enviá-los para o sertão da Bahia, junto ao trabalho de campo na região do médio São Francisco. Para o transporte, conseguiu-se um Volks e uma Kombi, cujos motoristas e proprietários eram, respectivamente, Rui Berford Dias e Waldir Piock da Silva. No início da noite de 25 de junho, os quatro encontraram-se, junto ao BOB'S da Avenida Brasil, com José Carlos de Souza, que viera especialmente para buscá-los. No Volks, seguiram Lamarca, Iara e José Carlos. Um pouco mais à frente, para verificar as barreiras policiais, seguiram Waldir e Rui.

No dia seguinte, ao chegarem em Vitória da Conquista, Rui retornou com seu Volks e os outros quatro seguiram com a Kombi até Jequié. Depois de pernoitarem, Iara e Waldir seguiram de ônibus para Salvador, enquanto Lamarca e José Carlos dirigiram-se para Itaberaba e Ibotirama. Ao chegarem na ponte da BR-242 sobre o Rio Paramirim, encontraram-se, no fim da tarde de 27, com José Campos Barreto, o "Zequinha". Depois de dormirem numa pensão, no início da estrada que demanda a Brotas de Macaúbas, chegaram nessa cidade na tarde de 28. No dia seguinte, Lamarca e Zequinha chegaram a Buriti Cristalino, enquanto José Carlos seguia com a Kombi para Salvador, para encontrar-se com Iara e Waldir.

Na tarde de 6 de agosto, encontraram-se, no Centro de Salvador, "Menininho" e José Carlos de Souza. Como assunto principal, discutiram e estabeleceram que Iara seguiria para Feira de Santana, onde havia melhores condições de segurança, e ele, José Carlos, incorporar-se-ia ao trabalho de campo, em Brotas. Há algum tempo na vigilância, policiais deram voz de prisão aos dois militantes. "Menininho" atracou-se com os agentes, chegou a atirar e conseguiu fugir pela segunda vez ao cerco, dirigindo-se para a Guanabara. Menos feliz, José Carlos foi preso e começou a denunciar diversos companheiros.

---

(76) Numa homenagem muito especial aos "heróis", hoje Marilena dá seu nome ao DCE da Universidade Santa Úrsula e Mario Prata ao DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ORVIL

Desde o dia 17 de agosto, Iara Iavelberg residia no apartamento 201, do Edifício Santa Terezinha, na Pituba, com Jaileno Sampaio da Silva e sua companheira Nilda Carvalho Cunha, além da irmã desta, Lúcia Bernardeth Cunha.

No dia 20 de agosto de 1971, através de declarações de José Carlos, a polícia cercou o Edifício Santa Terezinha e exigiu a rendição dos ocupantes do apartamento 201. Após terem sido presos Lúcia, Jaileno e Nilda, Iara foi encontrada no apartamento nº 202, onde se escondera no início do cerco. Não vendo possibilidade de fuga e assolada por bombas de gás lacrimogênio, a amante de Lamarca suicidou-se com um tiro no coração.

Às 19 horas de 21 de agosto, logo depois de passar um telegrama para Iara (sem saber que ela já estava morta), "Menininho", num Volks com Ney Roitman, Alberto Jak Schprejer e sua amante Teresa Cristina de Moura Peixoto, é detido no Rio de Janeiro, por uma operação "Pára-Pedro", na Avenida Vieira Souto, na altura do Jardim de Alá. Ao serem solicitados os documentos, "Menininho" saiu rapidamente do carro, fugindo correndo entre os transeuntes. Pela terceira vez, conseguiu escapar de um cerco policial. No veículo, o diário de Lamarca e cartas para Iara forneceram, aos órgãos de segurança, a certeza de onde deveriam procurar. Apesar de saber da prisão de José Carlos havia mais de dez dias (seu último assentamento era de 16 de agosto), Lamarca permanecia na região. Teve início, então, uma operação de informação, visando à sua prisão.

Com as declarações de José Carlos de Souza, mais dois dirigentes do CR/BA, Diogo Assunção de Santana e Milton Mendes Filho, foram presos em 27 de agosto.

No dia seguinte, os órgãos de segurança chegaram em Buriti Cristalino, dando voz de prisão aos ocupantes da casa dos irmãos Campos Barreto, que reagiram com intenso tiroteio. Ao final, Olderico foi preso, ferido no rosto e na mão direita, enquanto Otoniel foi morto, quando tentava a fuga. Dentro da casa, estava o cadáver de Luiz Antonio Santa Bárbara, que se matara com um tiro na cabeça. Era o terceiro suicídio de militantes do MR-8, possivelmente para não denunciarem Lamarca, que, acampado a poucos quilômetros do lugarejo de Buriti Cristalino, provavelmente ouvira os tiros e fugira, internando-se, com José Campos Barreto ("Zequinha"), mata a dentro.

ORVIL

Sem saber do acontecido e sentindo-se "queimado" na Guanabara, César de Queiroz Benjamin retornou a Salvador, sendo preso em 30 de agosto, num "ponto", no Rio Vermelho, delatado por Jaileno. Após longa série de assaltos e ter escapado de três choques com a polícia, "Menininho" mostrou-se extremamente dócil nos interrogatórios. Suas extensas declarações, todas de próprio punho, desvendaram a linha política e as ações do MR-8. Muitos militantes foram, então, identificados. Chegou, inclusive, a fazer uma análise dos métodos de interrogatório aplicado, declarando-se surpreso com o bom tratamento recebido e com o nível de seus interlocutores.

Na manhã de 6 de setembro recebia-se o primeiro informe da permanência de Lamarca e "Zequinha" na região de Brotas de Macaúbas, confirmado no final da tarde e no dia 7. Haviam obtido alimentação na área, tentado obter informes e amedrontado os moradores. Nos dias 10 e 11 houve informes da presença de ambos em Ibotirama. Os órgãos de segurança, que a partir de 4 de setembro já haviam retirado boa parte de seus agentes da região, retornaram à área.

Apesar de o MR-8 estar trabalhando nessa área de campo por mais de um ano, os órgãos de segurança eram procurados pelos moradores, que levavam informes sobre os subversivos. Os informes começaram à indicar a presença dos dois terroristas na região de Cana Brava.

No dia 17, uma equipe que chegou à localidade de Pintada foi informada de que dois homens descansavam à sombra de uma árvore, nos arredores do lugarejo. Ao se acercarem dos mesmos, dois elementos da equipe, que se haviam lançado através da caatinga, provocaram ruído de mato quebrado. Isto alertou os terroristas, e um deles exclamou: *"Capitão, os homens estão aí!"*. À voz de prisão, iniciou-se intenso tiroteio, findo o qual os dois terroristas estavam mortos.

34. Um mil novecentos e setenta e um

Neste ano, inúmeras foram as prisões de subversivos efetuadas no Brasil. Essas "quedas" determinaram o desaparecimento temporário do Partido Operário Comunista (POC), deixaram acéfala a Organização Comunista Marxista Leninista — Política Operária (OCML-PO) e desestruturaram a Organização Partidária Classe Ope

ORVIL

rária Revolucionária (OPCOR), ex-MNR. Igual ou superior ao número de terroristas presos, foi o de banidos ou fugidos que buscaram refúgio no exterior, em particular no Chile, onde o governo da Unidade Popular de Salvador Allende dava-lhes cordial guarida. Essas fugas, combinadas com as prisões, enfraqueceram o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e levaram ao desaparecimento, no Brasil, da Fração Bolchevique da Política Operária (FB-PO).

Também fora desarticulado nesse ano o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que nunca passara de um bando, voltado exclusivamente para as ações armadas, cuja história confunde-se com a de seu líder Devanir José de Carvalho. Somente Devanir, ao longo de sua trajetória de crimes, cometeu mais de três dezenas de assaltos com vários feridos, participou de um seqüestro e, ao que se sabe, direta ou indiretamente, de pelo menos seis assassinatos.

Esses fatos eram um importante indício de que se iniciara, nesse ano, a debacle da subversão no País. De outro lado, no entanto, observadas as atividades desenvolvidas pelas organizações subversivas, constatava-se que as ações armadas não haviam arrefecido. Era ainda muito elevado o número de assaltos e atentados. As ações cresciam em audácia, tendo havido um incremento daquelas que visavam a desmoralizar os órgãos de segurança, com assaltos a praças e viaturas do Exército e das forças policiais, com roubo de armas e incêndio de viaturas. Tampouco havia diminuído a violência, pelo contrário, essa crescia. Segundo Linda Tayah, que fora presa quando desacordada com um tiro na cabeça, um militante quando instado a se identificar "*manda bala e tenta fugir*". É natural que tal virulência provocasse reações idênticas, porque, para quem estava envolvido com o problema, tratava-se de matar ou morrer. Nos relatos feitos nesse capítulo e nos precedentes, viu-se que, toda a vez que um agente da lei agiu dentro dos padrões normais de urbanidade, saiu ferido, quando não foi morto. Nesse tipo de combate, quem não tivesse a iniciativa do fogo não saía ileso.

Neste ano, além dos assassinatos do industrial Henning Albert Boilesen, do motorista de táxi Gentil Procópio de Melo e do vigia da garagem da Frota de Táxis Bandeirantes, foram mortos em tiroteios com subversivos o Major José Júlio Toja Martinez, o guarda da firma Transport José do Amaral Vilela e os guardas

ORVIL

de segurança Gardênio Jaime Dolce, Silvano Amâncio dos Santos e Demerval Ferreira dos Santos. Também os militantes das organizações subversivas eram vítimas dessa intransigente violência. A título de "justiçamento", haviam sido assassinados Amaro Luiz de Carvalho, Antonio Lourenço, Márcio Leite Toledo e Carlos Alberto Maciel Cardoso.

Mas se havia dúvidas sobre a proximidade ou não do fim da luta armada, havia indícios dessa perspectiva, mais fortes do que as prisões e fugas e até mesmo do que a desestruturação de diversas organizações subversivas. Um deles era a ausência de lideranças efetivas em praticamente todas as organizações ainda atuantes. Como conseqüência desse fato e do momento, sem dúvida crítico, que viviam essas organizações, começaram a aflorar em seus seios discussões e debates em torno da validade dessa luta, que, a cada dia, se mostrava mais inconseqüente e sem objetividade, e que um terrorista aludiu como *"quixotadas grotescas"*.

Com o título pomposo de autocrítica, vinham à tona as mais acerbas críticas à esquerda, tida como "incapaz" e "podre", com acusações que iam de "mesquinharias" a "desvio de dinheiro" e críticas às chefias "personalistas" e "individualistas", assim como ao "espontaneísmo" das organizações. Começaram a ver, inclusive, a socialização da miséria em Cuba, desencantando-se com o "paraíso comunista".

Ora, estes fatos evidenciaram um outro indício: o moral dos militantes subversivos estava seriamente afetado.

Como decorrência dessa situação, desmobilizava-se no Brasil a outrora tida como poderosa Vanguarda Popular Revolucionária, enfraquecia-se a ALN e suas dissidências, e tinha um fim melancólico a Ala Vermelha, com seus próprios dirigentes "entregando-se" uns aos outros, como se desejassem dessa forma pôr fim à organização.

Assim como os militantes da AV, à exceção dos membros do CTA/ALN e outros militantes com uma formação ideológica mais sólida, a "abertura" de todo o conhecimento passou a ser uma conduta comum aos presos. Embora organizassem tribunais de averiguação de conduta dos militantes quando presos, essas organizações não desejavam e não admitiam que a eficiência dos órgãos de segurança decorria em boa parte da falta de convicção e de fir-

ORVIL

meza ideológica dos militantes subversivos. A saída, sem dúvida inteligente, foi incrementar ao máximo a denúncia de tortura nos órgãos de segurança, apresentada como causa dos "desbundamentos" e das denúncias.

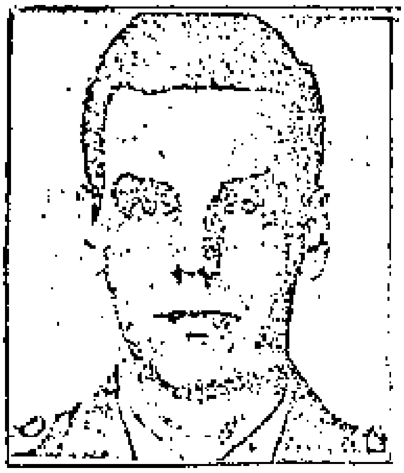
Os órgãos de segurança, possivelmente não acreditando na eficiência da guerra psicológica — como muitos não crêem até hoje — ou atendendo apenas a fatores imediatistas, cometiam equívocos que lhes facilitavam sobremodo essa tarefa. Para os comunistas, porém, essa ação não seria apenas momentânea, mas teria continuidade ao longo do tempo e viria a atingir não apenas esses órgãos mas até o próprio Presidente da República.

A verdade é que, não fora a descoberta da área de campo do PC do B, que reunia na zona rural o maior contingente já implantado no campo por uma organização subversiva e sobre a qual não dispunham os órgãos de segurança de dados suficientes para avaliar sua extensão e profundidade, poder-se-ia prognosticar para breve o fim da luta armada no País. Pelo menos já não se vislumbrava que as demais organizações pudessem aspirar a tomada do poder. Um líder terrorista, ao referir-se à situação de então, disse: *"A briga hoje deixou de ser pela Revolução. É contra a repressão e pela sobrevivência"*.

A sobrevivência, porém, nas circunstâncias, não parecia ser muito longa. Aumentava, dia a dia, o número daqueles que preferiam lutar pela sobrevivência no Chile, na França, na Itália, no Uruguai ou na Argélia. Como conseqüência, crescia a rede de "desinformatzya" e incrementava-se a propaganda da guerra psicológica. Agora as esquerdas tinham um objetivo estratégico — o de colocar barreiras que estancassem o indispensável fluxo de recursos externos para o País. Para as esquerdas, a essa altura, muito mais desastrosa e duradoura que a derrota no campo militar era a vitória que o governo brasileiro ia alcançando com o ritmo acelerado de desenvolvimento econômico e social. Mais do que os órgãos de segurança, seu alvo seria agora o Governo e mesmo a pessoa do Presidente da República.

ORVIL

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1971 -

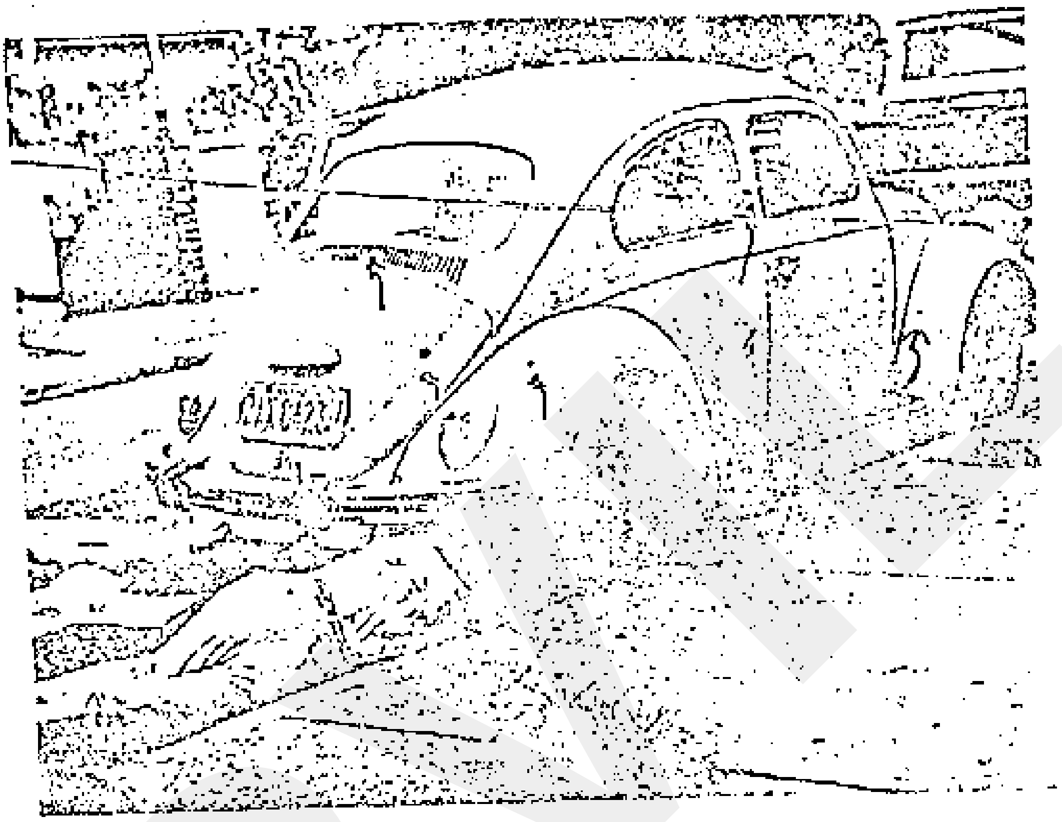


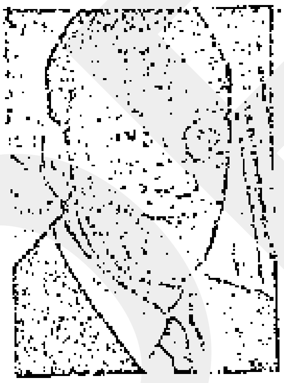
MAJ DO EXÉRCITO JOSÉ JÚLIO TOJA MARTINEZ FILHO - ASSASSINADO POR TERRORISTAS DO MR - 8, EM 4 DE ABRIL, NO RIO DE JANEIRO.

ORVIL

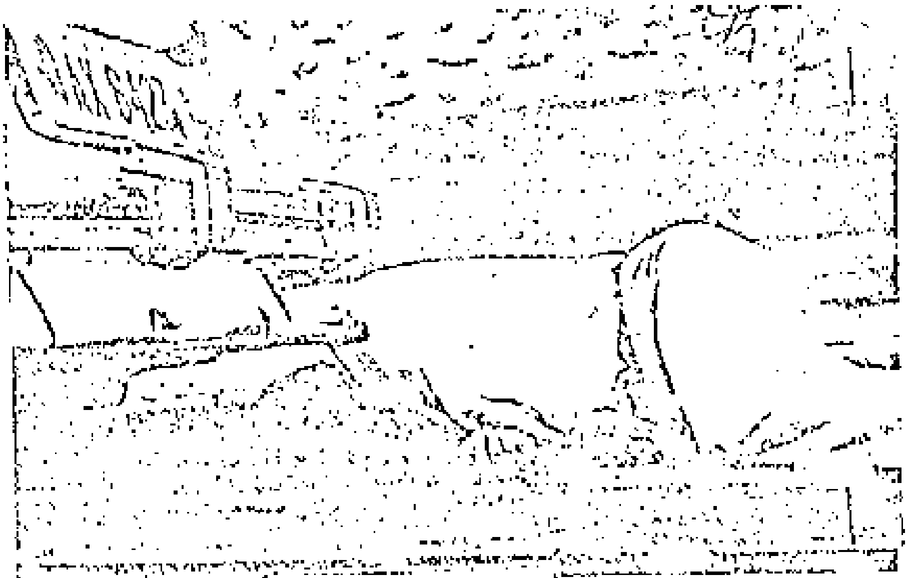
CB PMSP NELSON MARTINEZ PONCE - ASSASSINADO EM 1º DE NOVEMBRO, POR TERRORISTAS DO MOLIPO QUE INCENDIAVAM UM ÔNIBUS DA VIAÇÃO TUSA, NA PRAÇA JOÃO KAISER, VILA BRASILÂNDIA - SÃO PAULO.

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1971 -



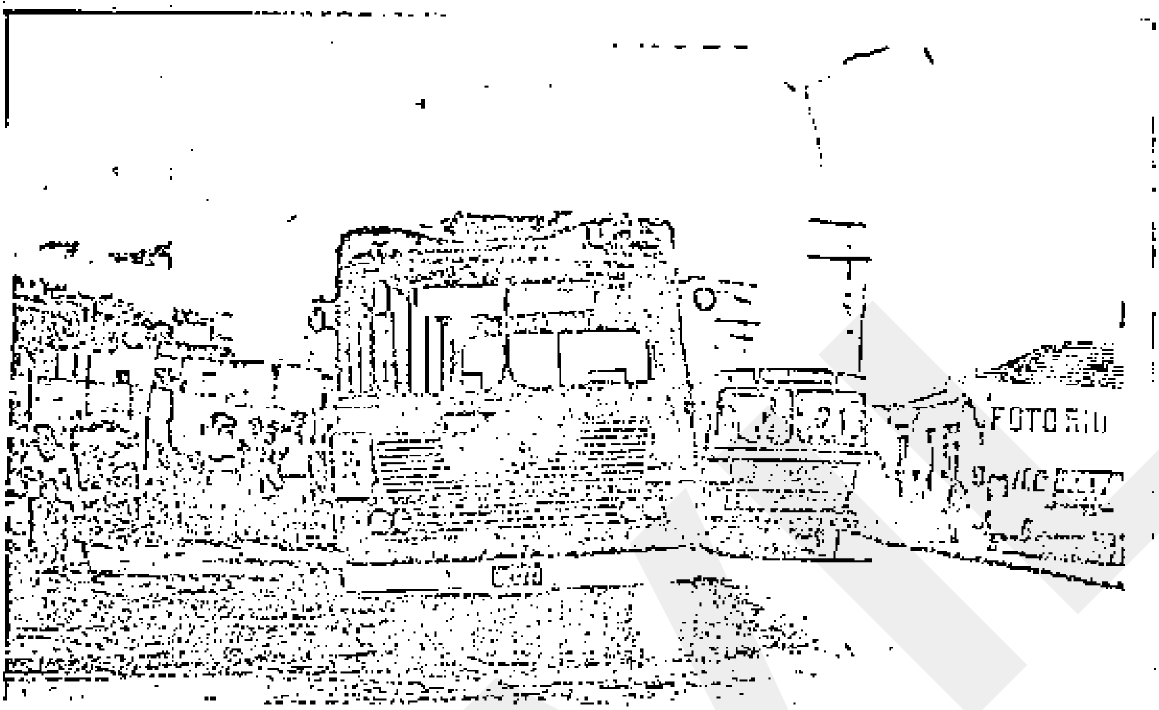


INDUSTRIAL HENNING ALBERT BOILESEN - ASSASSINADO POR TERRORISTAS DO MRT E DA ALN, EM 15 DE ABRIL, NA ESQUINA DA RUA BARÃO DE CAPANEMA COM ALAMEDA CASA BRANCA, EM SÃO PAULO.

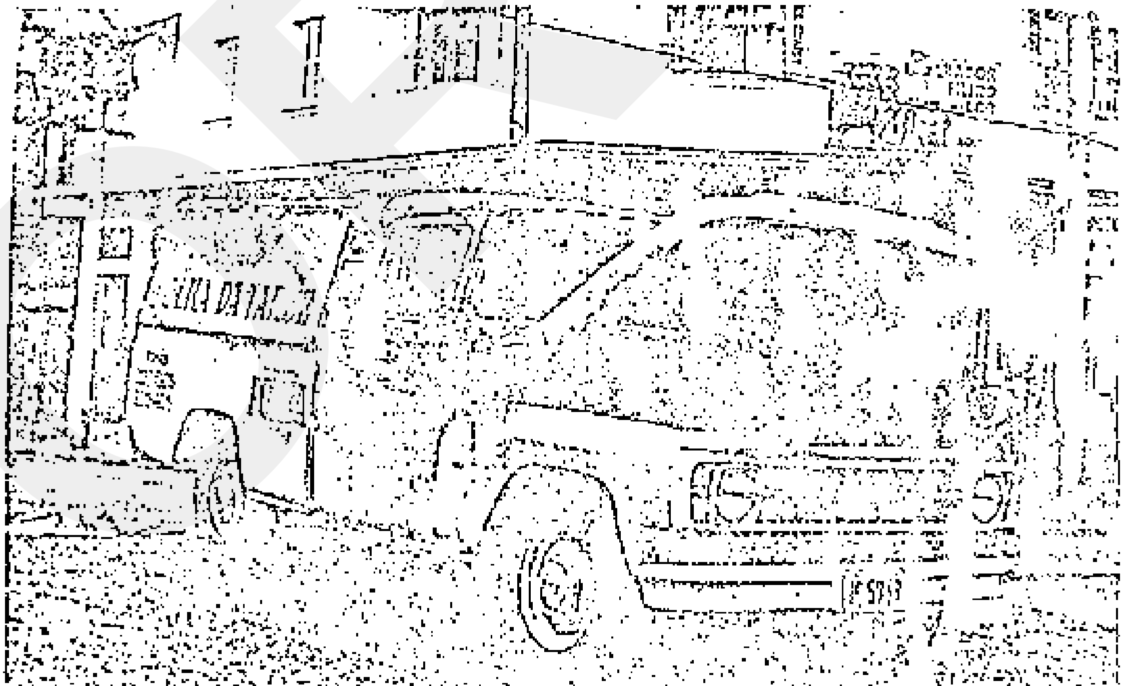


ORVIL

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1971 -



ÔNIBUS DA VIAÇÃO EMPRESA VILA EMA, INCENDIADO POR MILITANTES DA ALN, NO DIA 25 DE OUTUBRO, NA ESTRADA DA VILA EMA, SÃO PAULO.



VIATURA DE DISTRIBUIÇÃO DE JORNAIS DO GRUPO FOLHAS, INCENDIADA POR MILITANTES DA ALN, NO DIA 26 DE OUTUBRO, NA RUA BENEDITO CALIXTO, EM PINHEIROS, SÃO PAULO.

CAPÍTULO X

1972

1. A defasagem do campo político

Embora o ano político tenha sido tranqüilo, o processo político não evoluiu, em 1972, como era esperado, uma vez que se aproximava o momento da eleição do Presidente da República. O governo conseguiu desestimular a discussão, até mesmo em torno dos parâmetros que regeriam a sucessão. No entanto, as eleições para governador, que só iriam ser realizadas em 1974, tiveram seu processo alterado por uma emenda que tornou essas eleições indiretas. Com isso, não faltaram insinuações sobre um pretenso continuismo, ligando o retardo da definição do processo eleitoral à eleição do Presidente da Câmara de Deputados que, tempos antes, havia feito a sugestão da reeleição do Presidente Médici.

Nesse ano, ocorreram outras alterações constitucionais. Por intermédio delas voltava a existir o recesso parlamentar do meio do ano e os parlamentares já podiam assumir secretarias de Estado. As casas do Congresso, após quatro anos, viam a escolha de seus dirigentes ser respeitada pelo Executivo, numa prática democrática elementar, mas que, nas circunstâncias, representava uma evolução. Os políticos iam ampliando seus próprios espaços e retomando a liberdade.

Em julho, ao inaugurar o prédio do Ministério da Justiça, o Presidente da República voltou a afirmar que o Governo não abdicaria das prerrogativas ou poderes que lhe haviam sido atribuídos. O pronunciamento, aparentemente extemporâneo, causou constrangimentos. É possível que o Presidente estivesse refletindo suas apreensões com a situação interna, particularmente, com relação ao foco guerrilheiro, no Pará, então recém descoberto. Ocorre que essas apreensões não eram as da nação, que não dispunha desses dados, nem de outros relacionados com a atuação subversiva, a não ser notícias superficiais divulgadas pela imprensa.

Essa situação gerou, pelo menos, dois importantes pronunciamentos, um de Etelvino Lins e outro de Aliomar Baleeiro, que revelavam a impaciência que a lentidão da evolução do processo político ia provocando. O êxito obtido no desenvolvimento econômico e social, ao invés de atenuar a insatisfação, parecia aguçá-la, ao ressaltar a defasagem do processo político. Este esta-

ORVIL

va a reclamar, não tanto aberturas, mas o encontro de soluções concretas que se constituíssem em marcos assinalados na evolução nacional, sob pena de, no futuro, permitir a volta à instabilidade e à demagogia. A saída nesse sentido, todavia, não era vislumbrada. As eleições municipais de 15 de novembro, encontraram uma ARENA melhor estruturada que, valendo-se da sublegenda e do apoio dos governadores e levando ao debate municipal as realizações do Governo na esfera federal, conseguira ampliar o controle sobre as prefeituras municipais. Esse êxito enganoso, funcionava como um biombo, a tapar a necessidade de se buscar a evolução, também, no campo político.

2. A continuidade do desenvolvimento econômico e social

Se o futuro político não era fácil de ser antevisto, o mesmo não ocorria com os campos econômico e social, pois, neste ano, começava a ser posto em execução o Plano Nacional de Desenvolvimento que definia, exatamente, a estratégia do Governo para preparar o País, a fim de que se tornasse uma nação desenvolvida até o final do século. Sua execução deveria permitir um crescimento racional e harmonioso e visava, sobretudo, a realizar a integração nacional, incorporando vastas áreas de populações marginalizadas ao processo de crescimento, criar novos pólos e descentralizar o desenvolvimento, de modo a atenuar as disparidades regionais, tidas como a principal causa das distorções na distribuição da riqueza nacional.

Para alcançar esses objetivos, ao lado de uma estratégia global, o plano se apoiaria em quatro instrumentos operacionais, alguns dos quais já em andamento. O Programa de Integração Nacional, de que a ponte Propriá-Colégio, sobre o Rio São Francisco, inaugurada nesse ano, era um marco significativo pela sua importância como elo de ligação entre o Nordeste e o Centro-Sul. O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-indústria no Norte e Nordeste (PROTERRA) que teria início em 1972, nas áreas prioritárias da Reforma Agrária nos Estados de Pernambuco, Paraiba e Ceará, com uma dotação de Cr$ 100 milhões. O Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste, com a construção de rodovias, silos e armazéns no Mato Grosso e Sul de Goiás. O Programa Especial para o vale do São Francisco (PROVALE), com serviços de dragagem, balizamento e proteção das margens do Rio, assim como a implantação e pavimentação de mais de 3.000 km de

ORVIL

rodovias, integrando os Estados ribeirinhos ao Plano Nacional de Viação.

Ligado ao futuro, via-se, também, nesse ano, o acordo entre o Brasil e a Argentina, sobre o aproveitamento das águas contíguas, ser aprovado na ONU. Esse acordo era o resultado de entendimentos que vinham sendo desenvolvidos entre os dois países. Desde há alguns anos, o Brasil iniciou estudos e discussões relativas ao aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná. Com esse mesmo objetivo, uma vez definida a área ideal desse aproveitamento, o Brasil firmava com o Paraguai, em 1965, a Ata de Iguaçu. Em 1970, os dois países constituíram uma comissão mista, que assinou contrato de consultoria internacional, cujos resultados foram apresentados neste ano. Iniciaram-se, então, os testes de solo e as discussões entre os dois países em torno das terras a serem alagadas com a construção da futura barragem. Itaipu em complemento a usinas em construção: Jupiá e Ilha Solteira (Rio Paraná), Marimbondo (Rio Grande), Capivara (Rio Paranapanema), Salto Osório (Rio Iguaçu), São Simão (Rio Parnaíba) e outras menores, aliadas a empreendimentos projetados, como Água Vermelha (Rio Grande), garantiriam a energia necessária ao Centro Sul até a virada do século. Da mesma forma a Usina de Paulo Afonso III, em construção, e a projetada barragem de Sobradinho dariam tranqüilidade ao Nordeste por alguns anos.

O projeto RADAN, através de levantamentos aerofotogramétricos, realizados pela Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, trazia à luz as potencialidades da área Norte, até então tida como desprovida de recursos minerais, ao revelar a existência de grandes jazidas de cassiterita, em Rondônia, e os depósitos de ferro, manganês, ouro e outros minerais de Carajás.

Considerando a expansão das fronteiras agrícolas e a dinamização do setor de pesquisa e tecnologia, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura, foi criada nesse ano a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Do mesmo modo, para responder às preocupações com a subnutrição, mal crônico que ainda atingia grande parte da população brasileira e que se devia não somente à insuficiência global de rações, como também à composição das quotas alimentares, o Governo criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN).

Recursos da ordem de Cr$ 3 bilhões passaram a ser aplica-

ORVIL

dos em ferrovias, portos e silagem, nos chamados corredores de exportação, privilegiando os portos de Vitória, Tubarão, Santos, Paranaguá e Rio Grande e era criada, neste ano, a INFRAERO, para implantar, administrar e explorar a infra-estrutura aeroportuária do País.

Na área das comunicações, onde se realizavam os primeiros testes de TV a cores, foi criada a TELEBRÁS que, assumindo o controle acionário da EMBRATEL, passou a gerir o Fundo Nacional de Telecomunicações. A TELEBRÁS, através de empresas representativas em todos os Estados e no Distrito Federal, iria incorporar as mais de 800 companhias telefônicas existentes, boa parte das quais operando com material obsoleto, carente de pessoal especializado e de estrutura administrativa, sem condições de, por si só, acompanhar a expansão desse sistema, dos mais reclamados pelo progresso nacional.

Neste ano, o País veria seus esforços na área de educação de adultos coroado de êxito. O MOBRAL atingiria os mais altos níveis de alfabetização de sua clientela, comparativamente com 64 países vinculados à UNESCO e seria recomendado aos demais países. O Brasil, em 1972, além da verba orçamentária de Cr$ 1,9 bilhões, empregou no MOBRAL mais Cr$ 43,2 milhões provenientes do Imposto de Renda e Cr$ 86 milhões canalizados da Loteria Esportiva. Aliás, o Brasil continuava a ser um dos países que mais aplicava verbas na educação. Neste ano dispendeu Cr$ 8,7 bilhões para garantir a matrícula de cerca de 20 milhões de alunos nos cursos primário e médio e mais de 650 mil no nível universitário. Ainda na área social, além de manter os programas de construção de habitação e ampliar os financiamentos em saneamento básico, milhares de trabalhadores rurais passaram a contar com um pecúlio funeral e uma módica aposentadoria, benefício com os quais foram aquinhoados, no ano anterior, quando da constituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

3. O prosseguimento da guerra psicológica

O êxito do governo brasileiro em combater os grupos terroristas, a incapacidade desses de se articularem, os sucessos crescentes do governo no sentido de romper definitivamente as barreiras do subdesenvolvimento, impunham às esquerdas uma derrota que, aos não iniciados, poderia afigurar-se como definitiva. No en

ORVIL

tanto, estas não se davam por vencidas. A melhor estratégia de que dispunham, no momento, era negar esses êxitos e utilizariam, tanto quanto possível, o instrumento mais eficaz para implementá-la, a propaganda.

Em janeiro desse ano realizou-se em Paris uma reunião de consulta dos representantes do "Front" na França, Holanda, Suíça e Bélgica, para discutir suas possibilidades. Durante essa reunião, foi considerada a necessidade de aprofundar-se o debate sobre o papel da Frente Brasileira de Informações (FBI) como instrumento de unificação das esquerdas. Márcio Moreira Alves foi encarregado de restabelecer as atividades da Frente na Inglaterra, enquanto se definia a expansão da distribuição dos boletins da FBI a todos aqueles que pudessem colaborar com a campanha de difamação do Brasil.

No período entre 15 de março e 9 de abril, a FBI realizou na Igreja São Clemente, em Nova York, uma extensa promoção contra o Brasil, englobando conferências, debates, filmes e representações. O evento contou com a participação do teatrólogo Augusto Boal, do cineasta Glauber Rocha e de Márcio Moreira Alves, dentre outros.

Em maio de 1972, Miguel Arraes viajou sigilosamente de Argel para Santiago do Chile, onde manteve contatos com o presidente chileno Salvador Allende. A viagem de Arraes teve a finalidade de orientar a organização de uma Seção Latino-Americana do Tribunal Bertrand Russel e de articular a FBI na Argentina, Peru e México, países importantes no contexto latino-americano.

O crescimento da campanha da FBI no Chile, através do aumento da tiragem dos boletins e sua venda ostensiva em bancas de jornais e livrarias, provocou a reação do embaixador brasileiro naquele país. Em julho, o chanceler chileno Clodomiro Almeyda foi interpelado no sentido de que o governo chileno pusesse cobro àquele estado de coisas. O protesto foi formalmente aceito, com a promessa de que os responsáveis seriam expulsos do país, caso prosseguissem com a campanha.

Como resultado da pressão diplomática, as autoridades chilenas adotaram uma ação de fachada para satisfazer as autoridades brasileiras. O Partido Socialista Chileno pediu que a FBI passasse a circular o boletim clandestinamente.

Em conseqüência do aparente cerceamento da circulação os-

ORVIL

tensiva dos boletins da FBI no Chile — que continuaram a ser publicados normalmente —, a Frente patrocinou e apoiou a publicação de outros órgãos legais. Assim, a revista "América Latina" e o tablóide "Brasil Hoy" passaram a formar ao lado dos divulgadores da campanha contra o Brasil.

No dia 7 de julho, o comitê alemão da Amnesty International patrocinou, em Hamburgo, uma conferência de Márcio Moreira Alves, ocasião em que foi feita a propaganda de um de seus livros, contendo injúrias contra o Brasil.

Por volta de setembro, a FBI perderia um de seus apoios no Chile, com a fuga de seu dirigente Carlos Figueiredo de Sá para a França. A Coordenação Nacional da ALN pressionava-o para receber o total da importância em dólares enviada pelos Tupamaros, resultado do resgate do cônsul brasileiro Aloísio Dias Comide, seqüestrado no Uruguai. Carlos de Sá encaminhara apenas nove mil dólares para a ALN, não prestando contas do restante, que seria o grosso da importância.

Em outubro, Maria Iracema dos Santos, Ulrich Hoffman Roger, Amarílio de Oliveira Vasconcelos e Armando Ziller, em nome da FBI, entraram em contato com a comunista norte-americana Ângela Davis, arregimentando-a para participar da campanha difamatória ao governo brasileiro no exterior.

Em novembro, dentro do esquema de "frente", a FBI apoiou o lançamento do panfleto "Campanha", orientado pela FB—PO no Chile, que se incorporou aos esforços de denegrir o Brasil, naquele país. Com o mesmo propósito, a APML do B estruturou bases no exterior, em estreita ligação com a FBI. A Base Europa (BEur), coordenada por Jean Marc Friedrich Van Der Weid, a BANor (Base América), orientada por Marcos Pena Sattamini de Arruda, e a BSant (Base Santiago/Chile), com a efetiva participação de Herbert José de Souza e José Serra, tornaram-se importantes pontos de apoio no trabalho de influenciar a opinião pública mundial, dando a impressão de tratar-se de diferentes fontes independentes.

Em novembro, ainda, José Ferreira Cardoso, presidente da Associação Chilena Brasileira de Solidariedade (ACBS), retornou da Europa, trazendo um cheque de vinte e cinco mil dólares, destinados à manutenção das atividades da ACBS e da FBI. A origem desses dólares não ficou determinada, embora se pudesse deduzir qual teria sido (1). O refugiado brasileiro no Chile, Antonio de Bezerra Baltar, funcionário da CEPAL, nas diversas viagens que efetuava ao exterior, também trazia dólares da República Federal da Alemanha para a FBI. Da Itália os recursos eram canalisados pelo Partido Comunista Italiano e pela entidade denominada "Pax-Romana", vinculada ao clero progressista. O apoio financeiro à FBI fluía sem problemas, na razão direta do sucesso do governo brasileiro na gestão do País.

4. O fim da segunda direção nacional do PCBR

No início desse ano, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) era dirigido por uma Comissão Nacional Provisória (CNP), integrada por Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Luiz de Andrade Sá e Benevides.

Atuava com duas regionais, o Comitê Regional Sul (CR/S), com base na Guanabara, e o Comitê Regional Nordeste (CR/NE), com centro em Recife e atuando nos municípios de Ribeirão, Água Preta, Amaragi e Palmares, em Pernambuco, além de Jequié, Itabuna e Vitória da Conquista, na Bahia.

Para atuar no campo, o PCBR criou os denominados "Comandos de Engenho", que procuravam insuflar os camponeses contra os latifundiários, a polícia e o Exército. Segundo seus documentos, "o Engenho deve ser a escola onde o trabalhador do campo vai aprender a lutar" através das greves e da defesa armada, afirmando que todos os camponeses deveriam possuir e saber usar "espingarda, revólver, foice, facão e bombas".

No setor de imprensa, dois jornais defendiam, clandestinamente, a linha do PCBR: "O Revolucionário", na Guanabara, e "Vanguarda", no nordeste.

As ações armadas, nesse ano, restringiram-se à Guanabara, com o PCBR atuando em "frente" com a ALN, a VPR, a VAR-Palmares e o MR-8. Destas ações destacam-se o assassinato do marinheiro inglês David A. Cuthberg, em 5 de fevereiro, e o assalto ao Banco Novo Mundo, na Penha, em 27 de setembro, quando José Silton

---

(1) ACBS - Associação Chilena Brasileira de Solidariedade - entidade criada no Chile para amparar financeiramente os asilados brasileiros. Embora englobasse várias organizações subversivas, a "caixinha", nome utilizado para designar a entidade, recebia orientação prioritária do PCB.

ORVIL

Ribeiro matou o contador Sílvio Nunes Alves (2).

Apesar da intensa atividade terrorista, as desventuras chegaram ao PCBR com o acidente de carro ocorrido em 8 de março, nas proximidades de Caruru, em Pernambuco, que matou Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides, membro do CNP, e sua esposa Miriam Lopes Verbena, responsável pelas finanças e pelo setor de profissionais liberais do partido. As investigações procedidas levaram a dezenas de prisões na Guanabara e em Recife, nos meses de março e abril (3).

Alçado ao CNP, pela morte de Luiz Alberto, Antonio Prestes de Paula ficou encarregado de contatar e de levar dinheiro para os banidos, no Chile, que pretendiam retornar ao Brasil. Para isso, viajou para Santiago em setembro, seguido dois meses depois por José Bartolomeu Rodrigues de Souza. Entretanto, enquanto Prestes de Paula programava a sua volta para o início do ano seguinte, José Rodrigues retornaria em meados de dezembro, não escapando às grandes "quedas" que atingiram a cúpula do PCBR.

A prisão, em Recife, em 12 de dezembro, de Edmilson Vitorino de Lima, membro do CZ Campo do CR/NE, acarretou, nos dias seguintes, as prisões de cinco militantes da organização (4). José Adeildo Ramos, preso nessa ocasião, entregou o "ponto" que teria com Fernando Augusto da Fonseca. Este, preso em 24 de dezembro, indicou dois aparelhos do partido na Guanabara, um em Bento Ribeiro e o outro, no Grajaú. No dia 27, no "entrevero" desses aparelhos, depois de intenso tiroteio, morriam, além do próprio Fernando, Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Ro-

---

(2) São as seguintes as demais ações praticadas pelo PCBR, na Guanabara; em 10, 24 e 31 de janeiro, respectivamente: assalto ao DETRAN, em Campinho; assalto ao curso FISK, em Copacabana; assalto à delegacia do Ministério do Trabalho, em Ramos; em 25 de fevereiro: assalto simultâneo ao Banco de Crédito Territorial e ao Banco da Bahia, em São Cristóvão; em 24 de abril: assalto ao Banco de Crédito Territorial, em São Cristóvão; em 9 de junho: assalto ao Banco Nacional Brasileiro, em Bonsucesso; em 11 de agosto: assalto ao União de Bancos, no Jacaré; em 19 de outubro: assalto ao Banco Itaú-América, em Botafogo.

(3) Destacando-se as de Ramayana Vaz Vargens, Maria Dalva Leite de Castro, Amélia Maria Mayal Guilaya, João Alves Gondim Neto, Vitorino Alves Moitinho, Romildo Maranhão do Valle, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, Helena Mota Quintela, Maria Quintela de Almeida, Roberto Batuíra Furtado da Cruz e Geraldo Ferreira Santos, além de Maria do Socorro Diógenes, que cooperou bastante com os órgãos policiais.

(4) Anatália Melo Alves, esposa de Luiz Alves Neto, presos nessa oportunidade, enforcar-se-ia no banheiro da SSP/PE, em 22 de janeiro de 1973.

ORVIL

ORVIL

drigues de Souza, Valdir Salles Sabóia, José Silton Ribeiro e "Luciana Ribeiro da Silva" (5), amante de Valdir. Mais uma vez, o PCBR ficava sem a sua direção nacional.

5. A desativação do Molipo

No início de janeiro, foi localizado um veículo roubado, estacionado no bairro de Santa Cecília, em São Paulo. Conhecedores da técnica subversiva de estacionar um carro em determinado local para uso posterior em ações, os órgãos de segurança montaram uma "paquera" no local.

Dia 5 de janeiro, chegou ao carro um elemento de origem japonesa, que tentou colocá-lo em movimento. Ao receber ordem de prisão, fez uso da arma atingindo um dos agentes e um transeunte. O marginal, ferido no tiroteio que se seguiu, veio a falecer no Pronto Socorro para onde fora conduzido. Portando uma identidade com o nome de Massahiro Nakamura, verificou-se tratar-se de documentação falsa, o que determinou intensa e prolongada busca nos arquivos datiloscópicos, constatando-se, posteriormente, tratar-se de Hiroaki Torigoe, um dos elementos do Comando Nacional do Movimento de Libertação Nacional (Molipo).

Enquanto a direção do Molipo esfacelava-se com a continuidade das "quedas" em São Paulo, as operações prosseguiam para neutralizar também o trabalho no Campo. Boanerges de Souza Massa continuou entregando tudo. "Abriu" um "ponto" que teria com Jeová Assis Gomes em Guaraí, no Estado de Goiás, no dia 10 de janeiro de 1972. A equipe policial chegou à localidade no dia 9 de janeiro e, com o auxílio de Boanerges, Jeová foi localizado nas arquibancadas de um campo de futebol, assistindo a uma partida. Ao receber voz de prisão, Jeová retirou uma granada de uma sacola e tentou sacar o grampo de segurança para lançá-la. Pressentindo a tragédia que a explosão causaria no estádio, a equipe policial atirou matando Jeová.

Ainda através de Boanerges, tomou-se conhecimento da existência de uma pequena fazenda que o Molipo havia adquirido na região de Araguaína. A localização foi demorada e apenas no dia 18 de janeiro foi "estourado" esse aparelho rural na região do

---

(5) Só alguns anos mais tarde, "Luciana" veio a ser identificada como Lourdes Maria Wanderley Pontes ("Gordinha", "Zélia", "Cláudia"), esposa de Paulo Pontes da Silva, que se encontrava preso.

Rio Lajes, entre Araguaína e Vanderlândia (6). O tempo necessário à localização do "aparelho rural" permitiu que seus ocupantes abandonassem o local. Na operação foram neutralizados dois pontos de apoio: um sítio localizado ao sul de Vanderlândia, em Goiás, a 5 km da rodovia Belém-Brasília, também adquirido pelos terroristas, e um núcleo de sitiantes de Santa Maria da Vitória, que estava sendo aliciado pelo Molipo.

A direção nacional do Molipo, desfeita com as mortes de Francisco José de Oliveira e Hiroaki Torigoe, foi recomposta por Lauriberto José Reyes, que assumiu também a responsabilidade do Setor Operário, e por Maria Augusta Thomás.

No dia 18 de janeiro, mais uma vítima fatal atestava o desprezo dos militantes formados em Cuba pela vida humana. João Carlos Cavalcanti Reis, Lauriberto José Reyes e Márcio Beck Machado foram assinalados num Volkswagen, no bairro do Ipiranga, e perseguidos por uma camionete dos órgãos de segurança. Houve troca de tiros e o vidro do carro dos terroristas foi estilhaçado. Numa evasiva, os subversivos entraram na Rua Colônia da Glória, no Cambuci, onde resolveram roubar um carro para substituir o que estava com o vidro quebrado. O primeiro veículo que encontraram, tinha ao volante o 1º Sargento da PMSP Thomas Paulino de Almeida que foi retirado do veículo e sumariamente assassinado com uma rajada de metralhadora. João Carlos saiu ferido na perna, durante a perseguição realizada pela viatura policial.

No final de janeiro, o Setor Estudantil também seria atingido por prisões que provocaram a total desarticulação do setor.

A cidade de Paraíso do Norte, em Goiás, estava incluída dentro do esquema de trabalho de campo do Molipo. Na cidade, com o nome falso de "Patrick McBundy Conick", chegara o terrorista Arno Preiss.

No dia 28 Fev ~~15 de janeiro~~, Arno tentou entrar com sua "documentação fria" no baile carnavalesco do clube social da cidade. Sua documentação levantou suspeita nos policiais, que o convidaram a comparecer à delegacia local. Ao deixar o clube, julgando-se desmascarado, Arno sacou seu revólver e disparou à queima-roupa

---

(6) Pelos habitantes das redondezas, através de reconhecimento fotográfico, foram identificados como moradores do local Sérgio Capozzi, sua mulher, Jane Vanini e Otávio Ângelo. Otávio Ângelo ("Tião"), membro do I Exército da ALN, estava em Cuba por ocasião das divergências do III Exército com a CN/ALN e aderiu ao Molipo.

ORVIL

contra os policiais, matando o PM Luzimar Machado de Oliveira e ferindo gravemente o outro miliciano que o conduzia, Gentil Ferreira Mano.

Protegido pela escuridão, Arno homiziou-se num matagal, sendo, entretanto, localizado por populares que, indignados, auxiliavam a polícia. Arno travou, ainda, intenso tiroteio com seus perseguidores, antes de tombar sem vida. Com dificuldade, a polícia impediu a violação do corpo.

[illegible] 2º No dia 27 de fevereiro Lauriberto José Reyes em companhia de Alexandre José Ibsen Voeroes travou tiroteio com a polícia, na Rua Serra de Botucatu, no bairro Tatuapé. Armado de metralhadora, Lauriberto feriu um policial e matou um transeunte, Napoleão Felipe Biscaldi, de 61 anos, funcionário público municipal aposentado, residente no número 849 daquela rua. Ao final do entrevero os dois subversivos também estavam mortos.

Acossado pela perseguição policial, o trabalho de massas, através dos "comandinhos", estava suspenso, enquanto os remanescentes da organização realizavam ações para sobreviver.

Os órgãos de segurança não davam trégua ao Molipo e acabaram por assinalar um "aparelho" onde residia o torneiro mecânico Rubens Carlos Costa, o armeiro da organização. A vigilância sobre o endereço permitiu, no dia 27 de outubro, a prisão de Antonio Benetazzo. Rubens acabara de preparar um revólver para Benetazzo adaptar um silencioso. Benetazzo, após desinformar as autoridades durante os interrogatórios, "abriu" um "ponto", às 15 horas, no dia 30 de outubro, na Rua João Boemer, no bairro do Brás. Levado ao local, o terrorista tentou a fuga, ou suicídio, ao atravessar em desabalada carreira a rua, à frente de um caminhão Scania Vabis. Colhido pelo veículo, Benetazzo faleceu no local, em frente a um ponto de ônibus, onde um grande número de populares testemunhou a ocorrência.

No "aparelho" de Benetazzo foi encontrado um uniforme completo de oficial do Exército, além de instruções para fabricação e uso do silencioso. A intenção dos remanescentes da organização seria a de cometer atentados contra autoridades, utilizando-se de armas silenciosas, sendo o uniforme militar um artifício para facilitar o acesso às vítimas. O jornal do Molipo, "Imprensa Popular", era impresso no "aparelho" de Benetazzo, onde

ORVIL

existia um mimeógrafo, apreendido juntamente com vários números do citado panfleto.

No dia 2 de novembro, ao anoitecer, a vigilância do "aparelho" de Benetazzo, na Vila Carrão, permitiu a verificação de dois elementos que entravam no endereço. A presença de mulheres e crianças impediu a imediata ação policial. Ao deixarem o local, por volta das 20 horas, os dois terroristas, pressentindo a presença policial, dispararam suas armas, uma delas uma metralhadora. No tiroteio caiu mortalmente ferido João Carlos Cavalcanti Reis, enquanto Natanael de Moura Giraldi, ferido na virilha mas armado com a metralhadora, rendia e tomava como refém o motorista de um Volkswagen, evadindo-se do local. Natanael conseguiria deixar o Brasil, exilando-se na Europa.

Desta forma, com prisões e mortes foi-se diluindo a atuação do Molipo, centrada e limitada ao Estado de São Paulo. Em fins de 1972 a organização praticamente já não existia. Em outubro de 1974, com a organização totalmente desarticulada e inoperante, foram presos Venâncio Dias Costa Filho, do Setor Operário, e elementos por ele aliciados. O inquérito então instaurado foi a última manifestação conhecida do Molipo.

Estava extinta uma organização que, nascida das críticas ao militarismo e ao desprezo da ALN pelo trabalho de massa, não conseguiu efetivar sua proposta de aprofundar o relacionamento com as classes operária e camponesa. Perseguida por uma intensa atividade policial, a maioria de seus integrantes, pertencentes ao "III Exército da ALN", encontrou a morte no enfrentamento com os órgãos de segurança, motivada pela doutrinação e pela lavagem cerebral recebidas em Cuba, que lhe incutira a mística de "não cair vivo".

6. A desarticulação da FLNN

Às voltas com a preocupação de implantar o trabalho rural, a Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN), com um grupo limitado de militantes, procurava contatos com outras organizações para a realização de ações de sobrevivência.

No dia 7 de janeiro, na Praça Coração de Jesus, em Fortaleza, houve um contato entre a FLNN e o PCBR. José Calixtrato, que chegara de carro com mais três elementos, afastou-se conversan-

ORVIL

do com o militante do PCBR, João Alves Gondim Neto, enquanto José Adeildo Ramos, do PCBR, permanecia no carro em contato com Aloízio Valério da Silva e José Luiz da Costa.

Naquele momento, o agente federal João Lucena Leal, passando pelo local, reconheceu Calixtrato, e tomando a iniciativa, resolveu surpreender os subversivos. Pedindo auxílio a um guarda de trânsito, João Lucena aproximou-se do veículo e retirando as chaves da ignição, solicitou a documentação do carro e a identificação de seus ocupantes. Saltando do carro, o motorista, ao simular apanhar a identidade na sua "capanga", sacou um revólver e, atirando em João Lucena, provocou uma grande confusão. Os subversivos, armados, intimaram um motorista de táxi a parar e embarcaram no veículo que os conduziu até Parangaba, onde se homiziaram num "aparelho" da organização.

No interior do veículo abandonado, foram encontrados vários documentos que identificavam os seus ocupantes e proporcionavam dados para o prosseguimento das investigações. As operações tiveram seqüência no dia 11 de janeiro com a prisão, em Crato, de José Sales de Oliveira e mais três subversivos da "frente" (7).

A FLNN perdia, momentaneamente, a ligação com o trabalho rural na Região do Cariri, centrado na cidade do Crato e dirigido por José de Oliveira.

Apesar da perda de um de seus líderes e dos indícios de que os órgãos de segurança concentravam suas investigações na organização, a FLNN necessitava sobreviver e, no dia 16 de janeiro, assaltou, por volta das 23.30 horas, os escritórios da empresa de ônibus Montese. O dinheiro apurado foi rateado entre os assaltantes para custear despesas. No dia 20 de janeiro, voltou a assaltar, sendo vítima, desta vez, o corretor Amadeu Dantas Robalinho da Gama.

No dia seguinte, 21 de janeiro, prosseguiram as prisões que levariam a FLNN à desarticulação. Leonardo Mário Aguiar Barreto e João Mendes de Araújo, utilizando-se de um carro roubado,

---

(7) José Sales foi preso num hotel da cidade, quando planejava os seqüestros do gerente, subgerente e tesoureiro da agência do Banco do Brasil, para posterior assalto. Junto com José Sales foram presos o rádio-operador da VARIG, Patrício Medeiros, Geraldo Alves Formiga e José Arruda Lopes, elementos de ligação da FLNN com a área rural.

ORVIL

pararam num bar próximo à Casa de Detenção de Recife. Através do carro, a polícia assinalou e surpreendeu os dois terroristas. Leonardo entregou-se, enquanto João Mendes abria caminho à bala, evadindo-se do local, ferido com um tiro na coxa.

Durante os interrogatórios Leonardo "abriu" a articulação da FLNN em Campina Grande, na Paraíba. Dia 23 de janeiro, era "estourado um aparelho" naquela cidade da Serra da Borborema com as prisões de Maria Lenita Agra Cardoso, Maria do Carmo Agra Cardoso, Isanuse de Queiroz Castro e Firmino Azevedo (8).

Dia 24 de janeiro, com as indicações de Isanuse, a polícia "estourou o aparelho" de Olinda, quando, após cerca de quinze minutos de tiroteio, foi morto João Mendes de Araújo, sendo preso, ferido, José Calixtrato, juntamente com Marluce Gomes da Silva e Maria de Lourdes da Silva. O corpo de João Mendes que havia desaparecido no mar, reapareceu no dia seguinte nas praias de Olinda.

As "quedas" prosseguiram, em Recife, com a prisão, no dia 26, de Aluízio Valério da Silva e no dia 28, de José Walter de Araújo. Nos dias 31 de janeiro e 2 de fevereiro a operação prosseguiu no interior pernambucano com as prisões, respectivamente, de Francisco Peixoto de Carvalho e Ivanildo Sampaio Xavier.

Atingido o braço armado da FLNN, restava a base logística que se mantinha nas sombras. Com base nas informações prestadas por Gilberto Telmo Sidney Marques, preso em São Paulo, foi levantada a rede de apoio da ALN no Ceará, sendo efetuadas, na primeira quinzena de abril, inúmeras prisões naquele Estado (9) — inclusive de alguns militantes do PCBR. Essa ação estendeu-se a Brasília, no mês de março, onde foram presos mais três militantes da organização (10).

Com essas operações, completava-se a derrocada da FLNN. Arnaldo Cardoso Rocha e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz

---

(8) As duas primeiras eram irmãs de José Calixtrato, sendo que Lenita guardava o dinheiro proveniente dos assaltos da organização. Firmino era o responsável pela guarda do armamento do bando, que era recolhido após cada grande ação. Isanuse, companheira de Calixtrato, indicou à polícia a localização do "aparelho" de seu amásio em Olinda.

(9) Foram presos no Ceará: Tarcísio Leitão Carvalho, Elísio Arimatéia Ribeiro, João Xavier de Lacerda, Francisco das Chagas Monteiro, Helena Moreira Serra Azul, Maria do Carmo Serra Azul, Edna dos Santos Veras, Antonio Aldenor Holanda, José Moreira de Andrade, Fernando José Bastos Macambira, Luiz Ricarte Veras e João Alves Gondim Neto.

(10) Foram presos em Brasília, após se deslocarem de Fortaleza: Jaime Andrade Freitas Júnior, Arielando Tavares Araruna e Cândida M. Magalhães.

ORVIL

ainda retornariam à área na esperança de reativar o trabalho rural, entretanto as dificuldades de retomar os contatos e a conjuntura desfavorável, representada pelas "quedas" ocorridas na direção nacional da ALN, obrigaram-nos a abandonar a região para que pudessem reforçar o trabalho no Centro-Sul.

7. As atividades da CR/SP da ALN

Apesar das perdas de quadros experientes do GTA e de um membro da CR/SP, o clima da Aliança Libertadora Nacional (ALN) no início de 1972, era triunfalista. O número 4 de "O Guerrilheiro", órgão da direção nacional, de janeiro, publicou um balanço otimista da organização, catalogando setenta e cinco ações realizadas com sucesso na capital paulista.

Antônio Carlos Bicalho Lana substituiu José Milton Barbosa na CR/SP e os grupos de fogo do GTA tinham sido recompostos com o remanejamento de militantes (11).

Dentro desse ambiente de euforia foram realizados, no dia 10 de janeiro, os assaltos ao Colégio Fernão Dias na Rua Pedroso de Morais, no bairo de Pinheiros, e à Agência de Empregos na Rua Maestro Elias Lobo — este com distribuição do jornal "Venceremos". As ações renderam Cr$ 20.500,00 e Cr$ 90.000,00, respectivamente.

Dia 18 de janeiro foi preso o integrante do GTA, Gilberto Telmo Sidney Marques. Gilberto "abriu" seu aparelho, onde foi presa Eliane Potiguara Macedo, sua companheira e, tambem integrante do GTA.

Utilizando-se da técnica do "caminho de rato" (12), os órgãos de segurança, no dia 20 de janeiro, surpreenderam Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher, coordenadores de grupo de fogo do GTA, na Avenida República do Líbano, no interior de um Volkswagen. Ao serem abordados para identificação, os dois ter-

ORVIL

---

(11) No início de 1972 os grupos de fogo (GF) estavam constituídos da seguinte forma: GF coordenado por Alex de Paula Xavier Pereira, constituído por Marcos Nonato da Fonseca, Gilberto Telmo Sidney Marques, Eliane Potiguara Macedo; GF coordenado por Gelson Reicher, constituído por Ana Maria Nacinovic Correia, Helber José Gomes Goulart, Yara Xavier Pereira, Francisco Emanuel Penteado; GF coordenado por Antonio Carlos Bicalho Lana, constituído por Noema Correia São Tiago, Francisco Seiko Okama, José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão.

(12) Vigilância motorizada nos itinerários dos "pontos" habitualmente utilizados pelos subversivos.

roristas reagiram e atiraram ferindo mortalmente o Cabo da PMSP Silas Bispo Feche. Silas faleceu no caminho do Hospital das Clínicas, deixando viúva, em estado de gestação, dona Ieda Alves Feche. Durante o tiroteio, foi ferido, ainda, gravemente o Sargento da PMSP Oswaldo Ribeiro Leão. Sem qualquer idéia de rendição, os terroristas continuaram atirando até tombarem mortos, crivados de balas.

No dia 22 de janeiro, Antônio Carlos Bicalho Lana recolheu, de carro, o casal José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão (13). Bicalho Lana e José Pereira da Silva iriam "cobrir um ponto", do que não participaria Lúcia, deixada na Rua Lins de Vasconcelos. Por volta das 14.30 horas, policiais do DEIC reconheceram num ponto de ônibus o marginal João Ferreira da Silva, o "Tião". Ao aproximarem-se do bandido, uma mulher loura que estava a seu lado, sacou um revólver da bolsa, disparou seguidas vezes contra os policiais e afastou-se do local correndo. Dois policiais caíram baleados, enquanto os demais saíam em perseguição à loura. Entrincheirando-se atrás de um balcão de bar, Lúcia, aperfeiçoada em Cuba, manteve prolongado tiroteio com a polícia ferindo um agente, antes de tombar sem vida.

Um transeunte, Adalberto Nadur, recolheu a bolsa de Lúcia, caída durante a tentativa de fuga, e entregou-a à polícia. A bolsa seria extraviada, provocando dificuldades e retardo na identificação da misteriosa loira que, com sua surpreendente reação, propiciaria a fuga de "Tião", alvo da investida policial.

Em quatro dias o GTA perdia cinco militantes. A surpresa imobilizaria momentaneamente a ALN em São Paulo, cuja coordenação buscava razões para as ocorrências. Admitia-se um "salto qualitativo" na atuação da repressão, aliado a um acentuado descuido com as normas de segurança, como causa das "quedas". A morte de Lúcia abalou profundamente seu marido, José Pereira da Silva, que entrou num processo de "crise ideológica".

Em 26 de janeiro, a crise de segurança teria desdobramento com a prisão de Hélcio Pereira Fortes, membro da Coordenação Nacional (CN), na estação rodoviária de São Paulo. Hélcio conseguira romper um cerco policial na Guanabara e iria manter contato com o restante da CN na capital paulista. Hélcio "abriu" um

---

(13) José Pereira da Silva e Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, casados, fizeram parte do "III Exército da ALN" em Cuba e não aderiram ao Molipo, permanecendo na ALN.

ORVIL

"ponto" que teria na Avenida Bandeirantes, entre a Rua Prudente de Moraes e a Alameda Jurupês. Às 11 horas de sábado, dia 28 de janeiro, com o local cercado, apareceu um Volkswagen beje, que arrancou rapidamente na direção da Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, após recolher Hélcio, que fora postado na calçada. Bloqueado o caminho, o motorista abandonou, em fuga, o carro, atirando contra os agentes. Hélcio, na tentativa de acompanhar a escapada do terrorista, ficou entre fogos cruzados, sendo mortalmente ferido.

No caminho para o Hospital da Clínicas, Hélcio, ainda, esclareceu que tinha "coberto" um "ponto de polícia" (14) e que seu companheiro — não declinou o nome —, contrariando as normas de segurança existentes, tentara resgatá-lo. Hélcio faleceu antes de dar entrada no Pronto Socorro.

A organização sofreria novo impacto na sua estrutura em 3 de fevereiro, com a "queda" do "aparelho de imprensa". Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo e Ladislau Crispim Oliveira foram presos na sala nº 62, do nº 2132 da Rua Domingos de Moraes, quando imprimiam mais um número do jornal "Venceremos". O último trabalho da gráfica tinha sido a edição do nº 4 do jornal "O guerrilheiro" (15).

Jorge Fidelino "abriu" um ponto que teria com Yuri Xavier Pereira, no dia seguinte. Ao aproximarem-se do local do encontro, os agentes reconheceram Yuri e Antonio Bicalho Lana no interior de um carro. Ao perceberem que estavam sendo observados, os terroristas reagiram a tiros, ferindo o Soldado PMSP Jordão Chamelet, na perna, e dois civis que se encontravam nas proximidades — um deles com gravidade —, todos recolhidos ao Hospital das Clínicas. Yuri e Bicalho Lana abandonaram o carro que ocupavam e assaltaram um Opala no qual empreenderam a fuga. Abandonando o Opala nas proximidades do aeroporto, a dupla assaltou um Volks, cujo proprietário notou que Yuri estava ferido.

Rearticulado com os remanescentes dos vários grupos de fogo, o GTA voltaria à carga no dia 6 de março, assaltando a firma F. Monteiro S/A., Comércio, Indústria e Importação, na Avenida Euzébio Cardoso, em Pinheiros. Após obrigarem o gerente, Val

---

(14) Local de encontro "confessado" pelo terrorista, onde a sua presença, observada de longe, significa que está preso.

(15) A CN conseguiria, ainda, em 1972, publicar a edição mimeografada do nº 5 de "O Guerrilheiro", referente aos meses de maio e junho.

ORVIL

ter César Galetti, a abrir o cofre e entregar a importância de Cr$ 40.000,00, entre cheques e dinheiro, os subversivos do "Comando Hélcio Fortes" fizeram discursos e picharam a loja durante cinco minutos. Ao sair, os terroristas desfecharam rajadas de metralhadoras nas paredes e no interior do estabelecimento, ferindo gravemente o gerente no baixo-ventre, e os funcionários Maurílio Ramalho, subgerente, e Rosalino Fernandes, despachante, com tiros de raspão, respectivamente, nas costas e na cabeça.

O GTA realizaria ainda algumas ações para garantir o sustento da combalida CR, com a participação de elementos das coordenações nacional e regional, e, num esforço de manutenção da guerra psicológica e da intimidação, executaria atentados contra residências de estrangeiros, identificados como "defensores dos interesses do imperialismo norte-americano e de seus aliados" (16).

No dia 29 de março, a violência atingia a residência de Michel H. Drainton, assessor da presidência da firma Isopor, na Rua Gen. Almério de Moura, no Morumbi. Liderados por Yuri Xavier Pereira e Ana Maria Nacinovic Correia, cinco homens e uma mulher picharam as paredes internas da casa, saquearam-na e quando iam incendiá-la, tiveram suas atenções voltadas para uma Kombi que se aproximava. A Kombi, confundida com a polícia, provocou a suspensão do plano incendiário do grupo. Seus desprevenidos ocupantes foram repelidos a tiros, saindo ferido, de raspão, na cabeça, Carlos Moreira de Souza (17).

No dia 14 de abril, José Pereira da Silva, finalizando um silencioso e introvertido processo de autocrítica, resolveu abandonar a organização. Não denunciando suas intenções — o que poderia provocar um "justiçamento" — José Pereira deixou um bilhete para sua companheira de "aparelho" Yara Xavier Pereira, irmã de Yuri, explicando que iria tentar um contato que poderia trazer benefícios financeiros para a organização. Desta forma, José Pereira deixou São Paulo deslocando-se para o Rio de Janei

---

(16) Ações financeiras realizadas pela ALN em São Paulo, em 1972: assalto à Fábrica de Alimentos Cacique, na Rua Carlos Welbi nº 757, Vila Leopoldina-Lapa, com o roubo de Cr$ 36.500,00, em 10 de abril; assalto à cooperativa da fábrica Rhodia Têxtiis, no ABC, com o roubo de Cr$ 13.500,00, em maio; assalto à farmácia Drogasil, na Rua Silva Bueno, em maio.

(17) No dia 29 de abril, foi atacada a residência de Mr. Craig Myers, direretor do grupo Johnson Y Higgins, corretora de seguros, com o incêndio dos dois carros que se encontravam na garagem e pichação das paredes.

ORVIL

ORVIL

ro, onde aguardou algum tempo, antes de se entregar às autoridades, no dia 8 de maio.

Enquanto a CR e a CN em São Paulo se debatiam, procurando solucionar seus problemas de segurança, a organização vivia um processo de fracionismo, representado pela Tendência Leninista (TL), encastelada em Santiago do Chile. Carlos Figueiredo de Sá havia se inclinado para a TL e conseguira, através de contatos com os Tupamaros no Uruguai, apoderar-se de vultosa importância em dólares, proveniente do resgate do cônsul brasileiro seqüestrado, Aloísio Dias Gomide. O dinheiro destinava-se a ALN, e como a TL considerava-se ALN, apesar de expulsa em março, Carlos de Sá entregou apenas nove mil dólares aos militantes no Chile fiéis à CN/ALN.

Carlos de Sá, que ficara com a maior parte dos dólares, andou sendo caçado pelos militantes da ALN e, por sugestão de Joaquim Pires Cerveira, viajou para a Europa, em setembro. Carlos de Sá fez contatos com a FBI e com os dólares pode incrementar as atividades dos militantes da ALN no exterior, que haviam aderido à TL.

No campo interno, Arnaldo Cardoso Rocha e Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), membros da CN e coordenadores do trabalho rural no Nordeste, haviam discutido a situação crítica da região com Yuri e Luís José da Cunha e resolvido retornar à área, visando a reagrupar os frangalhos da FLNN. Arnaldo faria, ainda, uma tentativa de iniciar um trabalho na Bahia, sem sucesso.

A CN, em meados de 1972, reconheceu que a organização carecia de documentação que sintetizasse os ensinamentos e as experiências vividas após a morte de Marighela. Reconhecia ainda que esta carência havia provocado prejuízos à organização, por incompreensões de sua linha política e de sua forma de atuação, gerando correntes de pensamentos que se afastavam do ideário de Marighela. Assim sendo, em junho, foi difundido para discussão um documento sobre política de organização, que consolidava os preceitos do funcionamento orgânico e político da ALN. Ao longo de todo o texto, repetição de conceitos já conhecidos, houve uma preocupação constante e, até mesmo, insistente, em apontar as atividades das forças de segurança, seu adestramento e eficiência operativa como fatores impeditivos para o crescimento da or ganização, e motivo para que todos os quadros atuassem no sentido de criar os instrumentos necessários à construção da organização, de conformidade com a conjuntura da época.

Fazendo jús à preocupação da ALN, os órgãos de segurança prosseguiam seu paciente trabalho, tendo localizado Yuri Xavier Pereira quando se deslocava num Volks pela cidade de São Paulo. Através do intrincado trânsito da capital paulista, perdeu-se o contato, restando o conhecimento da placa de seu carro para a retomada da operação.

Dia 12 de junho, Yuri comandava o assalto à firma D.F. Vasconcelos, na Avenida Indianópolis, que rendeu Cr$ 130.000,00. O bando de assaltantes, auto-intitulado "Comando Gastone Lúcia Beltrão", compunha-se de Antônio Carlos Bicalho Lana, Marcos Nonato da Fonseca, Ana Maria Nacinovic Correia e Francisco Seiko Okama.

Dia 14 de junho, foi localizado o Volks de Yuri, estacionado nas proximidades do restaurante Varela, no bairro da Mooca. Verificações realizadas no local, permitiram constatar a presença de Yuri, Ana Maria, Marcos Nonato e Bicalho Lana que almoçavam na mesma mesa. A freqüência ao estabelecimento no horário do almoço desaconselhou uma ação imediata. Montou-se uma "espera" nas proximidades do Volks.

À saída do restaurante, quando o quarteto se acercou do carro, ocorreu o previsto. À voz de prisão, todos sacaram as armas dando início a um tiroteio que se tornaria decisivo para a desarticulação da ALN. Bicalho Lana com uma rajada de metralhadora quebrou as duas pernas de um cabo da PMSP. Com um tiro na coluna, quedou ferido um sargento da PM, enquanto um investigador do DOPS também era atingido. Amparado pela potência de fogo de sua metralhadora, Bicalho Lana conseguiria afastar-se do local, seqüestrar um carro e fugir. Marcos Nonato foi o primeiro a tombar morto, enquanto Yuri, armado com uma Luger 9mm e Ana Maria com um revólver .38 permaneciam engajados, mesmo feridos. Yuri tombou apertando o gatilho de sua pistola para não mais se levantar. Ana Maria, instada a render-se, permanecia atirando. Finalmente, o desfecho previsível, Ana Maria, caiu morta ao lado de Yuri.

Ao balanço trágico da ocorrência — três terroristas mor-

ORVIL

tos e três policiais feridos —, acrescentou-se o ferimento a bala na menina Irene Dias, de oito anos de idade, moradora na Rua Cuiabá 172, e em Rodolfo Aschrman, residente na Avenida Paes de Barros 2520, apartamento 871. As duas vítimas inocentes encontravam-se na calçada oposta aos terroristas, sendo por eles atingidas na tentativa desesperada de romper o cerco policial.

No "aparelho" de Yuri foram recolhidos materiais de impressão, de falsificação de documentos, além de explosivos e outros apetrechos para fabricação de bombas. Dentre a documentação apreendida, destacava-se um detalhado levantamento de oficiais que serviam no QG do II Exército, alvos de futuros atentados. Publicações italianas, como "Bolletino Informativo della Resistenza Brasiliana" e "Fronte Brasiliano d'Informazione", atestavam a participação da ALN no esquema de difamação do Brasil no exterior.

No dia 18 de agosto, no Largo Ana Rosa, na Vila Mariana, foram presos José Júlio de Araújo e sua companheira Walderes Nunes Fonseca. Levantando suspeitas do policiamento, o casal foi agarrado antes que José Júlio tivesse oportunidade de sacar sua arma.

José Júlio, durante os interrogatórios, admitiu ter um contato para as 17 horas daquele dia, na esquina da Rua Fradique Coutinho com Teodoro Sampaio. A "alternativa" seria no mesmo local às 17.30 horas (18).

O "ponto furou" (19), e quando dirigia-se para a "alternativa", José Júlio, num gesto de audácia e aproveitando-se da negligência de um policial, apoderou-se de uma arma e empreendeu desabalada carreira na direção da Rua Teodoro Sampaio. Na expectativa de seqüestrar um carro para a fuga, José Júlio travou tiroteio com os policiais, vindo a falecer no confronto. Perdia a ALN mais um importante e fanático quadro, oriundo das escolas terroristas cubanas.

A morte de Yuri, mitificado como o grande nome da CN, foi o marco inquestionável do início do fim da ALN. Junto com ele desapareciam importantes quadros do GTA, imobilizando este organismo, em São Paulo durante o restante do ano de 1972. Como con

---

(18) "Alternativa" ou "ponto de alternativa" é o encontro marcado entre militantes, para o caso de, por algum imprevisto, um deles faltar ao ponto marcado.

(19) Diz-se quando o encontro não se realiza.

ORVIL

seqüência da "batalha do restaurante Varela" retornaram a São Paulo, Arnaldo Cardoso Rocha e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), por volta de setembro, seguido da ida do segundo para o exterior. A incipiente tentativa de implantação de trabalho no campo, ficando acéfala, perder-se-ía por falta de orientação. Luís José da Cunha deslocar-se-ía, também, para a capital paulista, visando à tentativa de reagrupar e reorganizar a CR/SP e a própria CN/ALN.

8. O declínio da ALN na Guanabara

No dia 3 de janeiro, um "Comando" denominado "José Milton Barbosa" — terrorista morto em São Paulo no dia 5 de dezembro —, assaltou o posto policial da favela Nova Holanda em Bonsucesso. Após roubarem o armamento e o fardamento da guarnição do posto, os terroristas afixaram na porta um cartaz estampando o rosto de José Milton. Na saída, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, quase sempre ator de desnecessárias cenas de violência, feriu gravemente com um tiro no peito, o Cabo da PMEG, Manuel Alves Sá Filho. Além do estímulo representado por sua ideologia de violência, Flávio Augusto agia, quase sempre, sob efeito da maconha, vício adquirido nos tempos da adolescência, em Belém (20).

No dia 17 de janeiro, o GTA agiria visando ao sustento da estrutura clandestina da CR/GB. O alvo da "ação financeira" foi a agência Miguel Lemos do Banco Bradesco, em Copacabana. A equipe de assaltantes era a mesma da operação anterior, acrescida de Luiz José da Cunha, membro da CN atuando na área da Guanabara.

A partir dessa ação, a CR/GB retomou as ligações com as organizações adeptas da luta armada na cidade do Rio de Janeiro, reiniciando a atuação em "frente". Dentro desse esquema, a organização participou do roubo de um fuzil da sentinela do depósito de Intendência da Marinha, em São Cristóvão, no dia 21 de janeiro.

Com a prisão, na estação rodoviária de São Paulo, e posterior morte de Hélcio Pereira Fortes no dia 28 desse mês, desfalcava-se ao mesmo tempo a CN e a CR/GB. A CR/GB ficava restrita aos militantes Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antonio Car-

---

(20) O "Comando José Milton Barbosa" era composto por: Hélcio Pereira Fortes, Antonio Carlos Nogueira Cabral, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, Isis Dias de Oliveira, Aurora Maria do Nascimento Furtado e Sônia Hipólito.

ORVIL

los Nogueira Cabral.

Dia 31 de janeiro, aliados à VAR-P e ao PCBR, militantes do GTA participaram de um assalto ao posto de identificação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na Rua Uranos, no bairro de Olaria.

No dia 1º de fevereiro, a direção da ALN na Guanabara envolveu-se em mais uma cena de violência. Realizando ronda rotineira na Estrada Vicente de Carvalho, a polícia reconheceu Flávio Sales e Antonio Carlos Nogueira Cabral em companhia de mais um elemento, no interior de um Volkswagen. Ao manobrar a viatura para a perseguição, os policiais foram pressentidos e tornaram-se alvos de rajadas de metralhadora. Parcialmente impedida de responder ao tiroteio, por causa dos transeuntes, a polícia não evitou a fuga dos terroristas. Da agressão subversiva resultou ferimento à bala nos transeuntes Marinho Floriano Sanchez, Romeu Silva e Altamiro Pinzo. A senhora Iris Amaral, também ferida, faleceu no caminho do hospital.

Dia 5 de fevereiro, chegava ao porto do Rio de Janeiro uma força-tarefa da Real Marinha Inglesa. Liberado da faina do navio, o marinheiro inglês David A. Cuthberg, acompanhado de um amigo, tomou um táxi para conhecer Copacabana. Na esquina da Avenida Rio Branco com Visconde de Inhaúma, à porta do Hotel São Francisco, um veículo emparelhou com o táxi e David foi atingido por uma rajada de metralhadora disparada por Flávio Augusto Neves Leão Sales. Em seguida, a militante da VAR-P, Lígia Maria Salgado da Nóbrega lançou pela janela do veículo ocupado pelos subversivos, panfletos que falavam em vingança contra os ingleses por terem massacrado os irlandeses do norte. O "Comando da Frente" (21), distribuido em dois carros, acabou com o sonho de David em conhecer Copacabana, "justificando plenamente" seu ato pela solidariedade à luta do IRA contra os ingleses.

Prosseguindo, a "frente" revolucionária realizaria um assalto simultâneo às agências do Banco de Crédito Territorial e do Banco da Bahia, na Rua Bela, em São Cristóvão, no dia 25 de fevereiro. O total arrecadado, Cr$ 108.000,00, foi distribuído entre a ALN, a VAR-P e o PCBR cujos militantes participaram da ação.

---

(21) Participaram da ação pela ALN: Flávio Augusto Neves Leão de Sales, Antonio Carlos Nogueira Cabral e Aurora Maria do Nascimento Furtado; pela VAR-P: Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Hélio da Silva e Carlos Alberto Salles; pelo PCBR: Getúlio de Oliveira Cabral.

ORVIL

No dia 16 de março, Flávio Sales cometeu uma falta gravíssima que valeu a sua destituição da CR/GB. Dirigia-se para uma reunião da "frente", quando foi interpelado pela PMEG numa "Operação Pára-Pedro" (22), na Rua Carvalho de Souza. Ao volante de um Opala, Flávio declarou ser oficial da Marinha e não estar portando documentos por se encontrar em missão reservada. Sugeriu ao tenente da PM que comandava a batida policial, que se deslocasse para a Avenida Meriti, onde seu chefe poderia confirmar suas declarações. O tenente aceitou a proposta e, acompanhado de onze policiais, dirigiu-se para a Avenida Meriti, onde numa mesa de um bar, ao lado de uma padaria, encontrou quatro elementos sentados. Flávio adiantando-se, declarou que os policiais desejavam ver seus documentos. Recuperando-se da surpresa, os quatro subversivos (23) ergueram-se e, sacando suas armas, iniciaram a debandada em meio a cerrado tiroteio. Seqüestraram uma Rural-Willys e evadiram-se, levando Flávio, ferido com um tiro de raspão no pescoço. Mais adiante trocariam a Rural, por um Volkswagen. "Flávio" foi levado para um aparelho da VAR-P, no bairro de Quintino, onde permaneceu em tratamento.

Em comunicado às organizações da "frente", a CN/ALN desculpava-se pela "vacilação do companheiro Rogério" (24) e informava a sua decisão de afastá-lo de qualquer contato referente ao preparo e à realização de ações armadas em conjunto. À CR/GB, a CN/ALN informou o afastamento de "Rogério" dos contatos com outras organizações da "frente" e sua destituição da Coordenação Regional. A CR/GB ficava limitada a Antonio Carlos Nogueira Cabral.

A atividade da "frente" foi paralisada, a partir de 29 de março, com a prisão de dois militantes da VAR-P, em operação de controle de trânsito. Os terroristas, dentre outros "aparelhos", "abriram" o endereço de Quintino onde Flávio estava homiziado, em tratamento. Na reação armada, morreram três militantes da VAR-P, conseguindo escapar um elemento do Comando Nacional e mais Flávio.

A desmobilização da CR/GB passaria, em 9 de abril, pela neu

---

(22) Operação de fiscalização no trânsito visando à apreensão de viaturas roubadas ou em situação irregular. Em São Paulo, utilizava-se o nome "Operação Arrastão".

(23) Encontravam-se na mesa do bar: James Allen Luz, Carlos Alberto Salles e Hélio da Silva, da VAR-P e Getúlio de Oliveira Cabral, do PCBR.

(24) Rogério era um dos codinomes de Flávio Sales.

ORVIL

tralização do seu esquema médico. Foi presa a médica Antonieta Hampshire Campos da Paz e Maria de Cerqueira e Silva. Mais tarde, em 15 de maio, apresentar-se-ia às autoridades, o médico Dr. Iberê Brandão e Fonseca, que prestava, também, apoio aos terroristas da ALN.

Prosseguindo as operações com dados colhidos de informantes e da "derrubada" da VAR-P, o DOPS localizou um "aparelho" da ALN na Rua Zizi, no bairro Lins de Vasconcelos. Feita a diligência, foi constatada que a residência estava vazia e verificou-se que se tratava de local de impressão e falsificação de documentos. Foi montada uma "espera" na tarde de 10 de abril.

Na madrugada do dia 11, três elementos receberam voz de prisão quando tentavam entrar na casa. A ALN não proporcionava alternativas à polícia. A imediata reação à bala originou o entrevero, resultando na fuga de dois terroristas e na morte do terceiro. O morto, identificado como Antonio Carlos Nogueira Cabral, deixava acéfala a CR/GB. Sônia Hipólito, sua companheira de "aparelho", membro do GTA e encarregada do Setor de Documentação conseguiu escapar e deixaria o Estado, homiziando-se, mais tarde, no exterior.

As atividades da ALN no Rio de Janeiro limitaram-se às tarefas de reorganização, enquanto se avaliava as conseqüências das "quedas" da VAR-P e da própria CR. Como demonstração de alento, a CR/GB conseguiu editar o nº 5 do jornal "Ação", referente aos meses de março e abril (25).

Em junho, o impacto das "quedas" em São Paulo, entre elas a morte de Yuri Xavier Pereira, far-se-ia sentir na CR/GB. Luís José da Cunha deslocou-se para São Paulo na tentativa de estabilizar a organização, evitando a desarticulação que já se afigurava certa. Seu deslocamento reabilitou Flávio Sales, que reassumiu a CR/GB, apesar de ter "vacilado perante o inimigo".

No dia 14 de agosto, a necessidade de sobreviver retirou a CR da imobilidade. O GTA, reativado por Flávio, assaltou a agência do União de Bancos, situada na Rua Lino Teixeira nº 152, Jacaré, levando Cr$ 93.000,00. Estava garantida, por algum tempo, a manutenção da estrutura clandestina.

---

(25) A redatora-chefe da "Ação" era a terrorista Aurora Maria do Nascimento Furtado. Ainda em 1972, a CR/GB publicaria o "Ação" nº 6, de maio, junho e julho, o nº 7, de agosto e o nº 8 de setembro.

ORVIL

A tentativa de reorganizar e reativar as ações em São Paulo motivou a vinda de Hélbert José Gomes Goulart ao Rio de Janeiro. Na manhã de 9 de novembro, Hélbert fazia contato com Aurora Maria do Nascimento Furtado na ponte de Parada de Lucas, quando foram abordados por uma viatura do 2º Setor de Vigilância Norte. Instados a mostrar seus documentos de identidade, os terroristas esboçaram o atendimento à solicitação, ocasião em que Aurora, abrindo a bolsa, sacou um revólver e disparou à queima-roupa, ferindo mortalmente o detetive Mário Domingos Panzariello, com dois tiros no peito. Correndo entre os carros que transitavam pela Avenida Brasil, Aurora continuou atirando contra policiais e populares que a perseguiam. Só foi dominada após travar luta corporal com um policial, tendo ambos rolado uma ribanceira nas proximidades da ponte. Enquanto desenvolvia-se o tumulto, Hélbert fugia noutra direção, tendo largado no local uma maleta em cujo interior existia uma metralhadora.

Durante os interrogatórios, Aurora admitiu que se deslocaria na madrugada seguinte, junto com outros elementos do GTA, para reforçar uma ação que a organização pretendia realizar em São Paulo.

Na madrugada do dia 10, Aurora levou os agentes ao Meier, tendo, numa esquina da Rua Magalhães Couto, pedido para prosseguir a pé até o local de encontro para não levantar suspeita. A partir de determinado local, Aurora, talvez imitando o gesto de "Rogério" no dia 16 de março, saiu correndo e gritando em direção a um Volkswagen que estava nas proximidades. Do carro partiram tiros na direção dos policiais, que responderam da mesma forma. O carro partiu em velocidade, enquanto Aurora agonizava no chão. Preocupados em prestar socorros a Aurora, os agentes não conseguiram alcançar os fugitivos. Aurora não resistiu aos ferimentos e faleceu no local.

Aurora Maria do Nascimento Furtado era uma militante experiente, formada em grande número de ações armadas no Rio de Janeiro e São Paulo. Sua perda foi significativa para a organização que se encontrava em dificuldades. Não tinha condições de recompletar suas perdas com militantes experientes e fanatizados, tipo Aurora.

ORVIL

9. Fracassa a tentativa de fusão entre o PCR e a TL/ALN

Os dois crimes ocorridos no ano anterior açularam os órgãos de segurança, no sentido de identificar e deter os militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). As investigações procedidas levaram, em 21 de março, à prisão do dirigente Rinaldo Claudino de Barros, em São Paulo. Seus depoimentos, repletos de nomes, permitiram que se aumentasse o cerco aos militantes do partido.

Em meados desse ano, do Chile, Ricardo Zarattini Filho fez uma proposta de fusão de sua nova organização, a Tendência Leninista da ALN com o PCR. Para isso, enviou ao Brasil seu representante, Dario Camberolo Canale, a fim de manter negociações com Manoel Lisboa de Moura, que contatou, também, com Selma Bandeira Mendes. Entretanto, Manoel Lisboa não esquecia as sérias divergências ocorridas com Zarattini, em 1968, que acarretaram a sua expulsão do PCR. Apesar de, ainda no segundo semestre de 1972, o PCR ter enviado ao Chile Juarez José Gomes, a fusão não se concretizou.

10. Abre-se o caminho para a incorporação da APML do B ao PC do B

A luta interna prosseguia na Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B). As posições da minoria, apresentadas na reunião extraordinária do CC, de novembro de 1971, foram rebatidas pelo documento "Contribuição ao Estudo Científico da Sociedade Brasileira", divulgado pela maioria.

Ficavam perfeitamente definidas as duas linhas divergentes. A maioria fazendo opção pela "revolução nacional e democrática-popular" e pela incorporação ao PC do B. A minoria posicionando-se pela "revolução socialista" e pela construção de um partido "inteiramente novo".

Apesar da escolha do PC do B como o partido da classe operária no Brasil, a maioria da APML do B sofria restrições por parte desse partido no tocante a pontos-de-vista constantes do programa aprovado na III RADN. O Programa Básico afirmava a existência de uma nova época histórica, que corresponderia a uma nova e terceira etapa do marxismo, o maoísmo. Nos contatos com o PC do B e ao tomar conhecimento do documento "Atualidades das idéias de Lenin", a maioria modificou seu pensamento sobre a época histórica e sobre a nova fase do marxismo, retificando o Pro

ORVIL

grama Básico da APML do B.

A organização considerava a necessidade de realizar o Congresso para definir a incorporação ao PC do B.

Antes do Congresso veio a público a tentativa de implantação de guerrilhas pelo PC do B na região do Araguaia. Tal fato elevou o prestígio do partido junto à APML do B, fazendo crescer a posição da maioria.

Por volta de maio, João Batista Franco Drumond, membro do CR-6 (Bahia, Sergipe), enviou uma carta ao Birô Político informando o seu desligamento e de seus seguidores da APML do B e a incorporação do grupo ao PC do B. Jair Ferreira de Sá criticou violentamente a atitude de Franco Drumond, considerando-a uma forma da maioria precipitar a incorporação, antecipando-a ao Congresso. Ao mesmo tempo, ocorria a prisão de Manoel da Conceição Santos no Maranhão, que, por ser adepto da posição minoritária, não foi alvo de preocupações por parte da organização.

O rompimento, que já ocorrera de fato, foi formalizado, no final de setembro, com o afastamento dos representantes da minoria, Jair Ferreira de Sá e de Paulo Stuart Wright da DN da APML do B, seguindo-se da expulsão de ambos da organização.

Com a expulsão dos dirigentes da corrente "trotsquisante", o Congresso previsto perdera o seu significado. Estavam afastados todos os obstáculos que se antepunham à incorporação ao PC do B.

11. A descoberta do foco guerrilheiro no Sudeste do Pará

No início desse ano, o PC do B acelerara a preparação da luta armada no sudeste do Pará. Em fevereiro João Amazonas de Souza Pedroso e Elza de Lima Monnerat saíram da área a fim de participar de uma reunião do Comitê Central (CC), que aprovou o documento "50 Anos de Luta". Depois de traçar um histórico do partido desde 1922, o documento reafirmava as concepções da Guerra Popular, dizendo que "*o campo é problema-chave da revolução*". Dizia também o documento que "*o fragor das primeiras refregas ecoará pelo país inteiro convocando todos os patriotas e democratas para ocupar o posto que lhes compete na grande jornada pela independência, o progresso e a liberdade*". (grifos do autor)

Nesse mesmo mês, foi preso pelo DPF, em Fortaleza, o militante do PC do B, Pedro Albuquerque Neto. Durante os interroga-

ORVIL

tórios Pedro declarou ter-se evadido, em junho de 1971, de um campo de treinamento de guerrilha rural, localizado no interior do município de Conceição do Araguaia, em uma área denominada Cigana.

Em seus depoimentos, Pedro esclareceu ter sido recrutado para a área de guerrilha em Fortaleza, no segundo semestre de 1970, por um elemento conhecido pelo nome de "André", integrante, naquela época, do CR/PC do B/CE.

Em janeiro de 1971, recebeu a orientação de deslocar-se para o Rio de Janeiro juntamente com sua esposa, Tereza Cristina de Albuquerque, onde deveria cobrir um "ponto". No local do encontro manteve contato com Ozeas Duarte de Oliveira, seu colega de faculdade em Fortaleza, juntamente com uma pessoa de nome Lauro, o qual lhe entregou um pequeno embrulho que deveria ser levado para São Paulo. Na capital paulista cobriram vários "pontos" e, de olhos vendados, foram conduzidos a um "aparelho" onde o casal permaneceu cerca de uma semana. Ali ficaram sabendo que iriam cumprir uma tarefa de contacto com gente do campo. Ao término desse período receberam Cr$ 200,00 e as passagens de ônibus de São Paulo a Anápolis e a orientação de hospedarem-se no hotel em frente à rodoviária dessa cidade goiana. De Anápolis foram para Araguaína e de lá, numa camioneta de aluguel, sempre escoltados por "Paulo" e "Domingos", até Xambioá, atravessando no mesmo dia o rio Araguaia para o lado do Pará, hospedando-se no "aparelho" de "Dina" (26). No dia seguinte foram levados para a localidade de Caiano onde foram apresentados a "Gilberto", "Daniel", "Ari" e sua esposa. Ali "Gilberto" teria comentado "*daqui sairão vitoriosos ou deixarão seus ossos*". Foi nesse momento que Pedro Albuquerque e sua esposa, travaram conhecimento do que ali estavam para preparar a guerrilha. De Caiano foram levados por "Victor" para a localidade de Caximbeiro e dali para a localidade de Cigana, onde passaram a conviver com o acompanhante (27).

Diversos militantes recrutados para a mesma missão, ao tomarem contato com a área manifestaram interesse em dela se afas

---

(26) "Paulo", "Domingos" e "Dina" eram os codinomes, respectivamente, de Paulo Mendes Rodrigues, Dower Morais Cavalcante e Dinalva Conceição Oliveira Teixeira.

(27) "Daniel", "Ari" e "Victor" eram os codinomes, respectivamente, de Daniel Ribeiro Callado, Arildo Valadão e José Toledo de Oliveira,

ORVIL

tar, sendo impedidos, no entanto, por três razões fundamentais: as ameaças dos dirigentes locais, receosos de que uma possível prisão possibilitasse a descoberta da área; o medo de se perderem no interior da selva ao empreenderem a fuga; e o receio de se entregarem às forças legais, já que os dirigentes do partido incutiam nos militantes a certeza de que seriam torturados até a morte.

Não se adaptando às atividades na selva e fortalecidos por uma decisão do Partido que impunha à sua mulher a realização de um aborto, o casal passou a engendrar um plano de fuga, que ocorreu em junho de 1971, quando apropriou-se da quantia de Cr$ 30 mil pertencente à organização (28).

Os dados obtidos nos relatos de Pedro Albuquerque só foram repassados ao Exército em 17 de março, chegando ao conhecimento da 8ª Região Militar, o Grande Comando responsável pela área, em 21 desse mês. Tendo em vista os informes anteriores de estabelecimento de "áreas estratégicas" de outras organizações na mesma área, conhecida como Bico do Papagaio, que não passavam de proselitismo nos arredores das cidades, realizado por meia dúzia de militantes, e a inexistência de outros dados, a 8ª RM realizou na área, de 27 a 31 desse mês, uma limitada operação de informações, com uma equipe mista formada por 3 elementos do Exército, 2 da Marinha e 2 da Aeronáutica. Essa equipe, no entanto, levantou indícios que corroboravam as declarações de Pedro Albuquerque.

Diante dos novos dados colhidos, a 8ª RM realizou no período de 3 a 11 de abril, uma nova operação de informações, empregando ainda uma equipe mista de composição semelhante à primeira mas, já agora, com efetivo de 14 homens que, dado o tempo limitado de operação e as dificuldades da área, simplesmente confirmaram os indícios levantados inicialmente sem, no entanto, ter tido condições de definir a extensão e a profundidade dos

---

(28) Pedro Albuquerque Neto e sua mulher não foram — ao contrário do que se poderia supor — "justiçados". Pedro é hoje integrante do Movimento Pró-Mudança Frei Tito de Alencar Lima, em Fortaleza. Uma explicação para isso está no fato de que boa parte do partido acreditava que a "abertura" da área teria sido feita por uma militante conhecida pelo nome de "Regina", que se afastara da área por questões de saúde. Também, porque tendo o partido forçado o encaminhamento de militantes para a área, uma delas que não desejava seguir, apresentou-se ao DOPS/SP e passou a colaborar com as autoridades legais. É possível que outros casos semelhantes tenham ocorrido, embora não se tenha notícia de que tenham chegado ao ponto de apresentarem-se às autoridades.

ORVIL

trabalhos desenvolvidos na área, nem os efetivos que lá atuavam, apesar de ter tido todo o apoio da população local.

12. As primeiras operações de combate no Sudeste do Pará (29)

Após as primeiras operações de informações com reduzidíssimo efetivo, se consideradas as dificuldades da área e o desconhecimento da sua própria extensão, apenas ficaram confirmados os indícios sobre o que Pedro Albuquerque declarara. A idéia era prosseguir nas operações de informações até que se tivesse dados concretos sobre os efetivos em presença, atividades que estavam sendo desenvolvidas, dimensão da área, etc. Essas operações contariam, agora, com o apoio do escalão superior, assim como do Comando Militar do Planalto (CMP), cuja área de responsabilidade ia até o norte de Goiás, região que poderia também estar sendo afetada pela ação subversiva.

A 8ª RM estava com a tropa incorporada há menos de 3 meses, encontrando-se na fase de instrução básica, portanto sem condições de emprego em operações de combate. No entanto, seu Comandante decidiu realizar uma operação desse tipo, embora de pequenas proporções. Iniciou por empregar um pelotão do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS) sobre Pontos de Apoio (PA) que haviam sido levantados durante as operações de informações anteriores. Manteve outros dois pelotões, um do 2º BIS e outro da 5ª Companhia de Guarda, cada um com o efetivo de 20 homens, em condições de apoiar aquela ação.

No dia 12 de abril, o pelotão do 2º BIS investiu sobre os PA de "Chega com Jeito" e "Metade" tendo apreendido nesses locais roupas, calçados, remédios, literatura marxista, o Manual do Curso Militar, um quadro de trabalho e algumas armas em mau estado. Esses dados concretos permitiram chegar-se a algumas conclusões e ofereciam valiosos indícios para outras. Comprovavam a existência na área de atividades subversivas visando à implantação de uma área de guerrilha. Davam uma primeira idéia do material e do armamento que possuíam. O abandono desse material e a ausência dos subversivos podia indicar que dispunham de uma rede de informantes mas, também, que não estavam suficientemente preparados.

---

(29) Os dados sobre essas operações foram obtidos em grande parte através de entrevistas com elementos que participaram das operações e do "Relatório sobre a luta no Araguaia" de Ângelo Arroyo. Para melhor compreensão, consultar o croquis no final deste capítulo.

ORVIL

Guerrilha Araguaia

No dia 13 de abril, foi preso Francisco Amaro Lins, elemento de contato do subversivo Paulo Mendes Rodrigues, que confirmou as atividades de treinamento de guerrilha. Nesse mesmo dia, os elementos de informações que atuavam no sul, também chegaram a um PA, aprendendo material de orientação, medicamentos e alimentos.

No dia seguinte foi preso num ônibus, detido por uma barreira policial, Eduardo José Monteiro Teixeira, quando se deslocava de Tocantinópolis para Marabá — um dos itinerários utilizados desde São Paulo e Anápolis para entrada na área — com o objetivo de integrar-se ao grupo de treinamento na região. Nesse mesmo dia 14, foi preso na Transamazônica, nas proximidades de Marabá, Danilo Carneiro ("Nilo"), que em sentido inverso, buscava abandonar a área, uma vez que fora liberado pelo Birô Político do Movimento. João Amazonas e Elza Monnerat não mais tentaram entrar na área.

Em decorrência de novos dados colhidos com os elementos presos e, particularmente, com habitantes locais, foram levantados outros PA. Com o reforço dos pelotões que se encontravam inicialmente em reserva, em Belém, realizaram-se incursões a esses PA, sendo apreendidos farto material subversivo e estoques de material e suprimentos.

O PC do B determinara que fosse acelerado o recrutamento para o Araguaia, onde avultava o procedido pela União da Juventude Patriótica (UJP), que já havia enviado cerca de 20 militantes para o campo. Nesse trabalho, destacava-se José Roberto Brum de Luna que, ainda em abril, entregara a Carlos Nicolau Danielli, num "ponto" em São Paulo, Dagoberto Alves da Costa ("Gabriel") e Adriano Fonseca Filho ("Queixada", "Chico"). José Roberto, um dos líderes da UJP, era muito eficiente para encaminhar os jovens para a guerrilha. Ele mesmo, entretanto, alegando "incompatibilidade com a selva", recusou-se a ir.

No dia 15, foi presa num hotel de Marabá, Rioco Kayano, que ali havia sido deixada por Elza Monnerat, uma das responsáveis pela condução de militantes para a área, desde Anápolis.

No dia 18, foi preso "Geraldo", codinome do subversivo José Genuíno Neto. "Geraldo" revelou a estrutura do PC do B na área, fornecendo a localização geral dos destacamentos, bem co-

ORVIL

ORVIL

mo a constituição do seu, que era o destacamento "B". Sem que se soubesse previamente essa localização, constatou-se que nos primeiros dez dias de atuação, haviam sido investidos e destruídos nove PA e atingidos os três destacamentos. Foram destruídos os PA de "Chega com Jeito" e "Metade" no destacamento "A"; os de "Gameleira", "Castanhal do Zé Ferreira" e "Gameleirinha" no destacamento "B"; e "Pau Preto", "Sobra de Terra", "Caiano" e "Abóbora", no destacamento "C". Foram apreendidos farta literatura marxista, material bélico, munição, bússolas, medicamentos, componentes de equipamentos de rádio, oficina de manutenção e fabricação de armamento, uniformes, bombas de fabricação caseira, etc.

Devido a esse êxito inicial, progressivamente, os efetivos militares foram sendo ampliados, inclusive com o emprego de 26 elementos do Destacamento de Forças Especiais da Brigada Paraquedista. Computados os elementos responsáveis pelo transporte aéreo, elementos da Polícia Militar do Pará, elementos de informações das Forças Singulares, o efetivo total das forças de segurança na área ultrapassava 200 homens, no início de maio.

O aumento de efetivo permitiu que as principais cidades e lugarejos da área fossem sendo ocupados. Esse efetivo era muito reduzido para uma atuação eficaz numa área que ia se delineando como um triângulo que tinha como base a Transamazônica, desde Marabá até Araguatins, e como vértice Araguanã. Se considerados como limites Norte, Este e Sudoeste o Rio Araguaia e Oeste a linha do Rio Vermelho, a área alcança cerca de 900km², coberta por densa vegetação e praticamente desprovida de vias de transporte e de qualquer núcleo urbano de importância.

No final de abril, início de maio, ao mesmo tempo em que ampliavam seus efetivos no Sudeste do Pará, os órgãos de segurança prendiam dezenas de militantes no Comitê Regional Leste (CRL), na Guanabara, sendo desarticulados os comitês universitário, secundarista, da Leopoldina e da Light, bem como a própria UJP.

No Sudeste do Pará, a exceção de um primeiro choque ocorrido no dia 8 de maio, quando elementos de uma equipe que atuava na região de Grota Seca no vale da Gameleira, tendo ido banhar-se, sem tomar as necessárias medidas de segurança, foram surpreendidos pelos subversivos, os encontros e choques eram escassos. A tropa reduzida, não entrava na mata, mantendo-se nas cercanias dos povoados, e ocupando fazendas e castanhais, movimentando-se pelos caminhos e estradas. Os subversivos haviam se recolhido a regiões de homízio e raramente apareceram antes do final de maio, início de junho.

A equipe surpreendida no Vale do Gameleira pertencia à 8ª RM que, como responsável pela área, julgara-se no dever de substituir os elementos de outros Comandos que atuavam na região. Comandada por um tenente, essa equipe era composta ainda por dois sargentos e um cabo. Substituíra na noite de 7 para 8 de maio, uma experiente equipe de informações, que ali estava com a missão de aprisionar o grupo subversivo liderado por "Amauri" (Paulo Roberto Pereira Marques). No dia 8 de maio, restabelecendo-se da surpresa do ataque sofrido, a equipe reuniu-se para avaliar suas perdas, constatando-se, além de ferimentos no tenente e num dos sargentos, a perda de contato com o cabo. Julgando que o cabo Cruz Rosa houvesse apenas se desgarrado e em razão dos ferimentos dos dois militares, a equipe retirou-se para Santa Cruz e dali, pela impossibilidade de atendimento médico na localidade, para a base situada em Xambioá. Nessa cidade tomou-se conhecimento, por informação de um morador da área conhecido como "Pedro", que o Cabo Cruz Rosa teria sido morto e que "Osvaldão" (Osvaldo Orlando Costa) dissera aos habitantes da região, que permaneceria mantendo guarda ao corpo do Cabo até que ele apodrecesse e que o Exército não teria coragem para resgatá-lo. Foi formada uma patrulha com a missão de localizar e, de acordo com a informação antes referida, resgatar o corpo do Cabo, caso fosse confirmada sua morte. A patrulha efetivamente encontrou o Cabo Rosa morto e recolheu seu corpo. Os subversivos haviam levado sua metralhadora, mas não foram encontrados na área. No dia 29 desse mês, durante um choque com os guerrilheiros, foi ferido um sargento pára-quedista.

A partir da segunda quinzena de maio, com a quebra de sigilo da operação de informações pelo emprego de tropas pela 8ª RM, decidiu-se pelo emprego de outras frações, tendo a 3ª Brigada de Infantaria (3ª Bda Inf) enviado 3 PELOTARES para a região de Xambioá e 2 para a região de Araguatins. Com a chegada desses pelotões na área, as forças legais, praticamente, dobraram o efetivo existente no início de maio.

ORVIL

Em junho, começando a rarear os suprimentos, os elementos subversivos começaram a deixar a selva em busca de alimentos. No dia 4, houve um choque de um grupo subversivo com as forças legais na região de Caiano. Dele, resultou ferido um tenente paraquedista, sendo morto Bergson Gurjão de Farias ("Jorge"). No dia seguinte, em novo choque, na região de Caximbeiro, foi preso Dower Morais Cavalcante ("Domingos"), pertencente, como "Jorge", ao destacamento "C", ocasião em que um soldado foi ferido no pé, ficando aleijado.

No dia 8, foi presa, nas proximidades do PA de Pau Preto, a subversiva Luzia Reis Ribeiro, conhecida pelos codinomes de "Lúcia" e "Baianinha". No dia seguinte, apresentava-se às tropas do Exército, em Xambioá, Dagoberto Alves Costa ("Miguel"). Ambos pertenciam ao destacamento "C". No dia 16, esse destacamento sofreria outra baixa com a morte de Maria Lúcia Petit da Silva ("Maria") em choque com as forças legais. No dia 26, foi preso, após ser ferido no ombro, o subversivo Kleber Lemos da Silva ("Carlito"). Dispôs-se a indicar às forças de segurança um depósito de suprimentos. No dia 29, chegou-se a um depósito desativado, onde, apesar de ferido, conseguiu fugir. Em seguida, um grupo de subversivos assassinou "exemplarmente" João Pereira, um morador da área, por ter servido de guia para o Exército. Arroyo diz que "*A morte desse bate-pau causou pânico entre os demais da zona*". Nesse mês ainda, por se encontrar grávida, Criméia Alice Schmidt de Almeida abandonou a área.

A partir de julho, com a diminuição dos encontros e prisões, os efetivos na área foram sendo progressivamente diminuídos. Nesse mês, no dia 13, num choque com as forças legais em Perdidos, foi morto o subversivo Idalísio Soares Aranha Filho ("Aparício"). No dia 17, foi descoberto e destruído mais um PA na região de Abóbora. No dia 26, foi presa Regina da Silva Carvalho ("Lena"), que se entregou na região de Pau Preto I. "Lena" também havia pertencido ao destacamento "C", o mais afetado nesta primeira etapa.

Dada a extensão e as características da área e proporcionalmente a ela, os reduzidos efetivos empregados, foram obtidos dados preciosos, mas a área não fora limpa. A situação, apesar de mais de uma dezena de "baixas" nos quadros subversivos, permanecia inalterada. Apesar disso a operação foi praticamente sus

ORVIL

pensa, reduzindo-se os efetivos aos valores alcançados no final de abril, em uma simples ação de manutenção da presença na área, feita por tropas que se revezavam, situação que perdurou até a primeira quinzena de setembro.

13. Novas ações contra o foco guerrilheiro

Tendo se configurado que a área afetada pela ação de subversivos do PC do B abrangia zona de mais de um Grande Comando, o Estado-Maior do Exército atribuiu ao Comando Militar do Planalto (CMP) a responsabilidade pelas operações a serem desenvolvidas no Sudeste do Pará e Norte de Goiás.

O CMP que tinha previsto em suas Diretrizes de Instrução uma manobra como complemento da instrução do grupamento A/72, decidiu, em coordenação com o Comando Militar da Amazônia (CMA), realizá-la nessa região. Sugeriu então ao Estado-Maior do Exército, (EME) que fosse ampliada a participação nessa manobra, com a inclusão de unidades do então IV Exército e CMA, elementos da Brigada Para-quedista, de apoio aéreo e naval. Havendo a concordância do escalão superior, a manobra seria conduzida no âmbito da 3ª Bda Inf, a Grande Unidade operacional do CMP.

A manobra estava prevista para se desenvolver no período entre 18 de setembro e 6 de outubro. Decidida sua ampliação, dela participaram, além das tropas da 3ª Bda Inf, um batalhão do CMA e um do IV Exército; uma companhia pára-quedista; um grupamento de fuzileiros navais; elementos de apoio aéreo e elementos de informações das forças singulares, totalizando um efetivo em torno de 3.000 homens.

O deslocamento da Brigada e de suas peças de manobra teve início na primeira quinzena de setembro, tendo em vista a distância média a percorrer da ordem de 1.500km para seus batalhões localizados em Goiás e no Triângulo mineiro. O deslocamento dos batalhões do CMA e IV Exército, sediados respectivamente em Belém e Teresina, seria pouco inferior a 1.000km.

Embora se tratasse de uma manobra, ela seria realizada dentro de uma situação real e sob os efeitos de suas condicionantes. A área afetada, apesar de sua extensão, está totalmente contida nos municípios de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e uma pequena parte do município de Marabá. A ação dos governos municipais não se fazia sentir. A localidade de Santa Cruz,

ORVIL

pital de Xambioá, que não o possuía. Entre outras coisas, com as máquinas do INCRA a Brigada orientou a construção de uma estrada ligando São Geraldo a Marabá e quase uma dezena de pequenas estradas vicinais, a melhoria de outras tantas estradas carroçáveis, assim como a construção de diversos pontilhões.

Concomitantemente com a ocupação da área e durante o restante do mês de setembro, foram desencadeadas operações psicológicas. Foram distribuídos folhetos que explicavam as verdadeiras intenções dos subversivos que, a partir de julho, haviam dado início a seu proselitismo político. Visando especificamente aos subversivos, foram espalhados panfletos com o objetivo de minar o moral do grupo, nos quais era incentivado o espírito de rendição. Para reforçar esse apelo, outros panfletos foram confeccionados, dos quais constavam fotografias dos subversivos presos, que denotavam o tratamento humano que estavam recebendo, acompanhadas de declarações de próprio punho e por eles assinadas. Esses últimos panfletos eram dirigidos especificamente a determinados subversivos cujas concepções ideológicas eram sabidamente frágeis. A carta assinada por "Geraldo" (José Genoíno Neto), por exemplo, era dirigida a "Glênio" (Glênio Fernandes de Sá) e afirmava que estava sendo bem tratado pelo Exército e exortava-o a entregar-se. Também faziam apelos semelhantes "Lena" e "Lúcia", presas durante as primeiras operações na área.

No dia 15 de setembro, ainda durante a ocupação da área, os terroristas emboscaram elementos de informações na região de João Goiano (destacamento "B"). Houve troca de tiros, sendo levantada a hipótese, não confirmada, de ferimentos em um ou dois subversivos. Durante e após a ocupação da área, os subversivos realizaram ações de fustigamento e emboscadas sobre as forças legais, sem vítimas. No dia 25, em João Cuca (destacamento "C"), os terroristas atingiram com tiros de espingarda calibre 20 um tenente do 6º BC. Nesse mesmo dia, na região de Pavão (destacamento "A"), uma sentinela recebeu tiros de revólver .38. Sem ser atingida, respondeu prontamente ao ataque.

No dia 26, na fazenda Pernambuco (destacamento A), e em uma base do 2º BIS, houve fustigamento das tropas legais. Um terrorista chegou a penetrar na base, apoderando-se de uma estação de rádio portátil e de um FAL. Em decorrência de disparos de uma sentinela, abandonou o material e fugiu.

ORVIL

No dia 27, os terroristas investiram contra uma base do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, situada na localidade de Pavão. O Comandante do grupo de combate que estabelecera a base, 2º Sargento Mário Abrahim da Silva, ao tentar chegar ao local da incursão foi atingido por um disparo desferido por um terrorista. Contam seus companheiros que o Sargento Mário, mesmo ferido e após haver descarregado sua arma, deu suas ordens ao grupo: "*Deitem-se todos, aferrem-se ao terreno, varram a área a tiros e mantenham a segurança*". Logo após chamou seu sucessor, o Sargento Bonifácio, e disse-lhe: "*A boina verde é sua companheiro! Comande nossos homens para que a nossa Pátria permaneça sempre livre e democrata*" (30). Depois chamou o Soldado Frota e perguntou-lhe: "*Como estão os nossos soldados?*". Após saber que todos iam bem, tornou a dizer-lhe: "*Mantenha a segurança. Diga a todos que eu não compreendo porque irmão está matando irmão. Agora que o progresso está chegando aqui, o que querem esses brasileiros além da Transamazônica, além do que o Presidente vem fazendo por todos nós, trazendo para esta região o que existe de bom para o Sul. Deus os perdôem*". A seguir lembrou sua família, esposa, filhos e mãe, e faleceu. A sua calma ante o perigo, o seu cuidado com os subordinados e as suas recomendações, constituiram-se na sua última instrução — uma lição de patriotismo. Sua atitude serena e lúcida diante da morte, embora não compreendesse a motivação da mão que o matava, é digna dos heróis. Nesse dia, o terrorista Miguel Pereira dos Santos ("Cazuza"), do destacamento "C", foi morto numa emboscada, tendo seu acompanhante logrado fugir ileso.

No dia 28, um grupo que realizava um patrulhamento quase caiu numa emboscada fatal. No entanto, falhou a arma ou fraquejou um dos terroristas e o grupo foi alertado. Como se tratasse de uma passagem perigosa, o grupo tinha exploradores evoluindo pela mata, os quais reagiram a tempo. O terrorista cuja arma falhara logrou fugir. O outro, que abriu fogo com uma espingarda calibre 16, caiu morto no tiroteio que se seguiu. Tratava-se de Helenira Resende de Souza Nazareth ("Fátima"), do destacamento "A".

No dia 29, um grupo de 4 ou 5 terroristas tentou emboscar um GC do 10º BC. Os terroristas montaram uma emboscada numa ca-

---

(30) A boina verde compõe o uniforme do combatente de selva e é o seu símbolo.

ORVIL

poeira. Percebida a ação, em razão de ruídos produzidos pelos subversivos, foi montada uma contra-emboscada, na qual morreram três terroristas, Antonio Carlos Monteiro Teixeira ("Antônio"); José Toledo de Oliveira ("Victor") e José Francisco Chaves ("Zé Francisco"), além de possível ferimento em um ou dois terroristas.

Ainda nesse dia, em outra área, um grupo de terroristas aproximou-se de um casario. Um deles foi visto, no momento em que retrocedia, por um dos componentes de uma patrulha do 6º BC. A patrulha empreendeu perseguição aos subversivos e no tiroteio travado acabou por matar três terroristas do grupo: Ciro Flávio Salazar de Oliveira ("Flávio") e Manoel José Nurchis ("Gil") do destacamento "B" e João Carlos Haas Sobrinho ("Juca"), da Comissão Militar, tendo, possivelmente, ferido outros terroristas que se embrenharam na mata.

Após esse dia não se tem dados sobre outras ações desenvolvidas pelos subversivos, que passaram a realizar deslocamentos através da selva, evitando utilizar trilhas e picadas, além de recolherem-se em áreas de refúgio, normalmente em grotas próximas a fontes de água, de difícil obtenção nessa época do ano. Coincidentemente , ou não, as atividades desenvolvidas pelos subversivos, ocorreram com maior incidência e intensidade durante o período de aclimatação das forças legais, a partir do qual passaram a evitar contato com a tropa, fugindo de qualquer tipo de confronto ou ação militar. No entanto, ainda houve outros combates de encontro.

A essa altura, as forças legais já haviam conquistado o apoio da população, preocupando visivelmente os subversivos, particularmente, a utilização pelo Exército de guias locais, que passaram a ser intimidados e ameaçados de represália pelos terroristas. Para a mudança de postura da população, constituída em grande parte de posseiros, homens de origem humilde, pacífica, que queriam apenas se estabelecer e trabalhar e ansiavam ocupar áreas devolutas e receber o título de posse da terra, muito contribuiu a prisão pela Polícia Federal, por interferência do Comando da Brigada, de vários grileiros, elementos normalmente a serviço de terceiros ou mais raramente de "motu" próprio, que expulsam os posseiros de suas terras, invariavelmente fazendo uso da violência. Nessa ocasião foram presos, entre outros: José No

ORVIL

ORVIL

leto, proprietário de extensos castanhais, Antonio e Eleutério Alcaz Martim, sócios da Indústria de Madeiras Pará-Impar e seus capangas.

A manobra foi encerrada no dia 2 de outubro, quatro dias antes do previsto. Trouxe ensinamentos preciosos de ordem operacional, logística e de informações, que contribuíram de forma altamente positiva para a corporificação da doutrina militar brasileira. Permitiu que fossem salientadas deficiências de alguns meios materiais, assim como ratificar a excepcional qualidade e rendimento do armamento utilizado. Mostrou falhas humanas, principalmente decorrentes da formação do pessoal com permanência temporária no Exército, evidenciando, por outro lado, a excelente capacidade de adaptação do soldado às rigorosas condições do combate na selva. No entanto, apesar de mais uma vez desarticular o destacamento "C" e permitir a apreensão de importantes documentos, deixou claro que não é possível realizar tal tipo de ação com prazo pré-fixado. Esse erro fundamental trouxe sérios prejuízos operacionais, financeiros e psicológicos, além dos possíveis reflexos que teve na própria evolução do processo político nacional e conseqüente desgaste para as Forças Armadas.

Após o término da manobra, permaneceram na área uma Companhia do 36º BI em Xambioá, com pelotões articulados em Caiano e Abóbora e um pelotão da 8ª RM no Norte. A partir de 15 de novembro, esses efetivos foram ainda reduzidos, mantendo-se apenas destacamentos nas localidades periféricas de Marabá, Xambioá e Araguatins, além de elementos de informações e barreiras na periferia da área, mantidas pela PM/PA. Isto permitiu que os subversivos voltassem a se movimentar com liberdade, realizassem a reaproximação com os moradores da área, adquirissem e estocassem alimentos e reestruturassem suas forças, em condições de, com a experiência adquirida, ampliar suas ações.

No entanto, o PC do B continuava a sofrer perdas. Em dezembro, dois membros do CC morreram em choques com a polícia. No dia 20, na Guanabara, Lincoln Cordeiro Oest e no dia 30, em São Paulo, Carlos Nicolau Danielli, ao tentar a fuga auxiliado por seus camaradas. No dia 22, Glênio Fernandes de Sá, do destacamento "B", apresentou-se à tropa estacionada em Xambioá. Glênio transmitiu importantes informações sobre o Movimento de Libertação do Povo (MOLIPO) — organização estruturada na área e que seria o embrião do "Exército Popular" — (31), sobre a forma de recrutamento e os itinerários utilizados para a entrada na área, sobre as atividades desenvolvidas pelos militantes do PC do B na área, fornecendo até dados sobre as parcerias conjugais. Finalmente em 28 de dezembro, foi presa em Vila Clementina/SP, a militante Criméia Alice Schmidt de Almeida que, grávida, abandonara a área de campo em junho último.

14. VPR: as "travessuras" de Herbert e de Anselmo

Em 1972, a VPR já não existia no Brasil, desmobilizada que fora pelo Comando Nacional Provisório (CNP), em agosto do ano anterior. Seus únicos três remanescentes, Herbert Eustáquio de Carvalho, Tereza Ângelo e Adair Gonçalves Reis, haviam sido passados por Zenaide Machado, antes de sua prisão em 31 de agosto de 1971, ao militante do MPR, Leonardo Valentini, e haviam ficado escondidos, até o final desse ano, em seu apartamento da Rua Noronha Torrezão, em Niterói.

Entretanto, as divergências políticas entre Herbert e o "casal" Adair e Tereza eram muito grandes. Enquanto estes eram contra a desmobilização, Herbert havia sido seu maior defensor e propugnava por um congresso a ser realizado no exterior. Adair e Tereza desligaram-se de Herbert e foram passados para a ALN. Herbert, por sua vez, enviara Leonardo a Santiago do Chile para contatar com Onofre Pinto, Maria do Carmo Brito e Ângelo Pezzuti da Silva e pedir dinheiro e documentos falsos para sair do País, que foram trazidos por uma moça chilena, em março de 1971 (32).

Mas, para Herbert, já não havia grandes interesses em sair. Nessa época, morava em Niterói, na residência do "casal" de militantes do MPR, Cláudio Alves Mesquita Filho e Maria Elisalva Oliveira. Depois de ter passado alguns anos reprimindo o seu homossexualismo, quando Maria Elisalva saía, Herbert dava vazão aos seus instintos divertindo-se com Cláudio. Embolsou os 1.000 dólares e foi ficando.

Em abril, Ubajara Silveira Roriz retornou do Chile, com a

---

(31) O MOLIPO possuía como documentos básicos um Programa de reivindicações mínimas, o Regulamento da Justiça Militar Revolucionária (JMR) e o Regulamento Militar, embora estes últimos não fizessem referência ao movimento.

(32) Além dos documentos falsos para a viagem, Onofre Pinto enviou 1.000 dólares para Herbert.

ORVIL

responsabilidade de recontatar com os três remanescentes da VPR. Só encontrou-se com Herbert e, juntos, em junho de 1972, incorporaram os quatro únicos militantes do MPR, Leonardo Valentini, Cláudio Alves, Maria Elisalva e João César Belisário de Souza, à VPR, sob a denominação de "Frente Gerson Theodoro de Oliveira". Com isso, idealizavam conseguir mais dólares do exterior, fornecendo a imagem de que estariam procurando reestruturar a VPR na Guanabara.

A nova "frente" planejou editar três publicações: um jornal quinzenal, denominado "Jornal Livre" (só saíram três números), uma revista "La Marca" (nunca saiu) e uma tribuna de debates, a "De União" (só saiu um número). A fuga de João César para o Chile, em outubro, desfalcou ainda mais a diminuta "frente". No entanto, já possuía um militante no local onde os dólares poderiam ser conseguidos.

Enquanto isso, José Anselmo dos Santos ("Jonatan"), o ex-Cabo Anselmo, seguindo as recomendações do Delegado Fleury, buscava contatos com os remanescentes da VPR no Brasil. Não encontrando ninguém, dirigiu-se para o Chile, em dezembro, quando soube por Onofre Pinto que a ALN e a VPR estavam desconfiando que ele havia passado para a "repressão". Só tranqüilizou-se quando Onofre disse que já havia esclarecido tudo e que, inclusive ele iria receber a incumbência de dirigir a instalação de um núcleo armado em Pernambuco, com militantes saídos de Cuba e do Chile. Anselmo retornou ao Brasil com esse encargo.

15. O desmantelamento do PORT

Reestruturado após as "quedas" de 1970, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) ficara mais forte em São Paulo, onde estava localizado o denominado "aparelho técnico"que, sob a direção de Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter e Ayberê de Sá, imprimia o jornal "Frente Operária" e outras publicações do Partido. Trabalhava para ampliar suas atividades no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal e junto aos camponeses do Nordeste. Seu Birô Político estava constituído por Heriberto Back, Martinho Leal de Campos, Almério Melquíades de Araújo, Barnabé Medeiros Filho e Ayberê de Sá. Rui Osvaldo era o encarregado das ligações do Partido com o Secretariado Latino-Americano (SLA) sediado em Buenos Aires.

ORVIL

No início de abril, Heriberto reuniu-se com militantes do Distrito Federal, numa casa do Gama, cidade satélite de Brasília, quando relatou sua viagem à URSS, no ano anterior, e informou a decisão do Partido de deslocar Iran Jácome Rodrigues para São Paulo, onde assumiria um cargo no CC (33). Nessa reunião foi ainda estabelecida a direção regional do Partido. A exposição de Heriberto nessa ocasião foi gravada por Iraê Sassi e essa fita caiu em mãos da polícia, alguns dias depois.

Logo após a organização do PORT no Distrito Federal, reiniciar-se-íam as "quedas" de militantes do Partido, em São Paulo. Em 12 de abril, foram presos Iran Jácome e Barnabé Medeiros. A prisão, no dia seguinte, da esposa deste último, Isolda Gouveia Medeiros, precipitou uma série de detenções de militantes de base, que se estendeu aos elementos da direção, alcançando, em uma semana, quase duas dezenas de militantes da organização e todos os membros de seu Birô Político (34). Caía ainda Rui Oswaldo, que, ao resistir a tiros à voz de prisão, foi morto no dia 14 de abril.

As declarações dos elementos presos, particularmente as de Heriberto, Martinho, Epaminondas Jácome e Celso Agra, forneceram dados que possibilitaram a identificação e posterior detenção de diversos militantes em outros Estados. Essas prisões, que incluíam todos os militantes do Birô Político, desmantelaram o PORT que só reapareceria alguns anos depois, com novas lideranças.

16. Remanescentes trotskistas em busca de uma definição

Nesse início de ano vários militantes trotskistas estavam em busca de uma definição. No Brasil, remanescentes da FBT e militantes da Organização Comunista 1º de Maio (OC 1º de Maio) iniciaram contatos para uma possível fusão e posterior filiação ao

---

(33) Participaram dessa reunião além de Heriberto: Iran Jácome Rodrigues, João Batista Arruda, Iraê Sassi, Aloísio Bezerra de Oliveira e Jaime Gonçalves de Almeida.

(34) Foram presos nessa ocasião: Martinho Leal de Campos e sua esposa Maria do Socorro Cunha Campos, Almério Melquíades de Araújo e sua esposa Karin Bakke de Araújo, Ayberê Ferreira de Sá, Heriberto Back, Cláudio Antonio de Vasconcellos Cavalcanti, Antonio Cláudio Gomes de Souza e sua companheira Guaracira Gouvêa, irmã de Isolda, Epaminondas Jácome Rodrigues, irmão de Ivan, Celso Agne, Fábio di Giorgi e sua companheira Ana Lúcia Berça Fernandez, José Américo de Paula, Maria Sunie Watanosa e Décio Ferroni.

ORVIL

Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQI) (35). Ao mesmo tempo, remanescentes da FBT que viviam em Paris, resolveram criar o denominado "Grupo de Outubro", que em abril editou o primeiro número de seu jornal, que recebeu o mesmo nome escolhido para o grupo. Esses elementos também entraram em contato com os remanescentes da FBT, no Brasil, prevendo uma futura fusão.

Em julho, em São Paulo, foi criada uma outra entidade trotskista, a Organização de Mobilização Operária (OMO), que visava à articulação dos "setores avançados da classe operária, e que passou a publicar o jornal "O Movimento Operário".

No final desse ano, foram retomadas as gestões para a fusão desses pequenos grupos trotskistas, agora acrescido da OMO. Essa fusão só se concretizaria em 1975, com a formação da Organização Marxista Brasileira (OMB), que no ano seguinte transformar-se-ia na Organização Socialista Internacionalista (OSI).

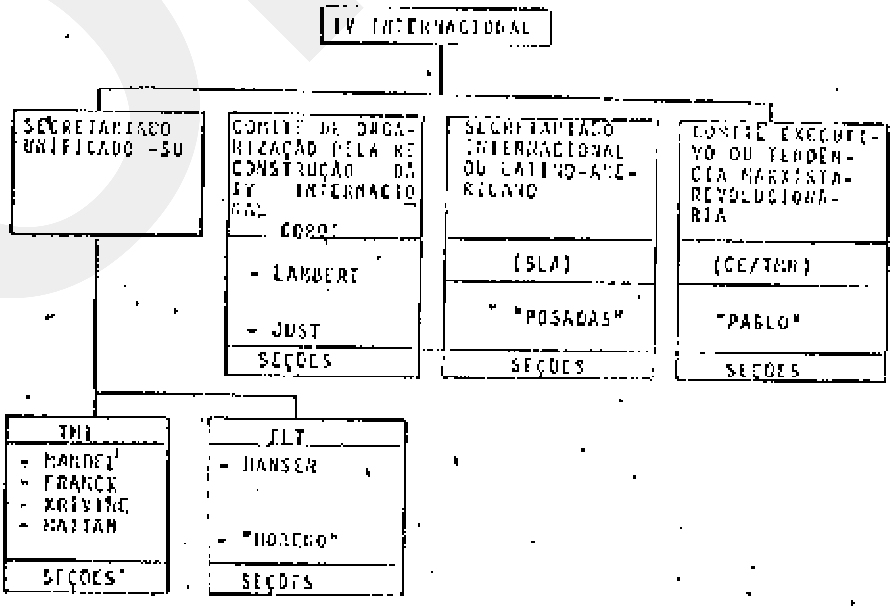
17. VAR-P: os prenúncios do fim

Interrompido o trabalho de massa realizado pelo GRUJOC, no final do ano anterior, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P) prosseguiu realizando ações de sobrevivência, atuando sempre em "frente" com as organizações da esquerda revo

ORVIL

---

(35) A IV Internacional, à essa época, estava fracionada em quatro correntes, de acordo com o organograma a seguir:


IV INTERNACIONAL
SECRETARIADO UNIFICADO -SU
COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
CORQI
- LAMBERT
- JUST
SEÇÕES
SECRETARIADO INTERNACIONAL OU LATINO-AMERICANO
(SLA)
"POSADAS"
SEÇÕES
COMITÊ EXECUTIVO OU TENDÊNCIA MARXISTA-REVOLUCIONÁRIA
(CE/TMR)
"PABLO"
SEÇÕES
TMI
- MANDEL
- FRANCK
- KRIVINE
- MAITAN
SEÇÕES
FLT
- HANSEN
- "MORENO"
SEÇÕES

(*) Principais ideólogos.

lucionária na Guanabara (36).

No dia 10 de janeiro, o início das atividades criminosas da VAR-P, no ano de 1972, marcava a estréia de Irene Madeira de Carvalho, responsável pelo CR/GB, em ações armadas. O alvo da ação, realizada com panfletagem em "frente" com o PCBR, foi o posto do DETRAN, em Jacarepaguá, na Rua Comendador, nº 2, de onde foram subtraídos oitenta e seis pares de placas.

O orgulho do todo-poderoso James Alen Luz ver-se-ia arranhado com a fuga de seu irmão de criação Adão Vila Verde, o "Itamar", integrante do Setor de Operações. "Itamar", que vivia com o irmão e a militante Lígia Maria Salgado da Nóbrega num "aparelho", em Quintino, desapareceu levando Cr$ 20.000,00 — parte do produto do assalto simultâneo a dois bancos na Rua Bela — e um aparelho de rádio. Um ligeiro "desvio pequeno-burguês" que provocou a ira de James Alen e a promessa de "justiçamento" de "Itamar", assim que fosse encontrado.

No dia 5 de fevereiro, sob o eufemismo de "justiçamento", foi assassinado um marinheiro inglês de dezenove anos, David A. Cuthberg, por uma rajada de metralhadora, no interior de um táxi, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. David, liberado de seu navio, saíra para conhecer o Rio de Janeiro com um amigo quando foi surpreendido pelo comando assassino, composto por militantes da VAR-P, ALN e PCBR, que justificou a repulsiva ação como um protesto contra o "massacre dos ingleses aos irlandeses do norte". Carlos Alberto Sales, Hélio da Silva e Lígia Maria Salgado da Nóbrega — esta a lançadora dos panfletos no local —, foram os representantes da VAR-P nesta ação que bem retrata a di-

---

(36) Ações realizadas em "frente" pela VAR-P, em 1972: em 24 de janeiro, assalto ao curso Fisk, na Rua Itacurussá, na Tijuca, com o roubo de uma máquina de escrever e dois mimeógrafos, em "frente" com o PCBR e a VPR; em 31 de janeiro, assalto ao posto de identificação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na Rua Uranos, 1230, em Olaria, com o roubo de 600 carteiras de trabalho em branco e das armas dos policiais de serviço, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 21 de fevereiro, assalto simultâneo às agências dos bancos de Crédito Territorial e da Bahia, na Rua Bela, em São Cristóvão, com o roubo de 108 mil cruzeiros, em "frente" com a ALN e o PCBR; em 24 de abril, assalto ao Banco de Crédito Territorial, na Rua Bela, 348, com o roubo de 45 mil cruzeiros, em "frente" com o MR-8 e o PCBR; em 9 de junho, assalto ao Banco Nacional Brasileiro, na Rua Guilherme Maxwell, esquina com Av. Brasil, com o roubo de 18.500 cruzeiros, em "frente" com o MR-8 e o PCBR; em 1º de outubro, assalto ao Banco Itaú-América, na Rua Marques de Abrantes, 118-C, em Botafogo, com o roubo de 90.800 cruzeiros, em "frente" com o PCBR.

ORVIL

mensão moral dos terroristas, insensíveis em sacrificar um jovem inocente em troca de publicidade para uma causa perdida.

No dia 16 de março, James Alen Luz, Carlos Alberto Sales e Hélio da silva encontravam-se sentados à mesa de um bar na Avenida Meriti, em companhia de Getúlio de Oliveira Cabral, do PCBR, aguardando a chegada de Flávio Augusto Neves Leão de Sales, da ALN, para combinarem mais uma ação em "frente". Flávio, surpreendido numa operação policial de controle de trânsito, e sob o pretexto de uma "estória de cobertura", levou a polícia ao local da reunião, numa tentativa de escapar. O encontro com os policiais, marcado por um intenso tiroteio, propiciou a fuga de Flávio, que, ferido, foi levado para o "aparelho" de James Alen, em Quintino, onde recebeu os primeiros socorros e passou algum tempo restabelecendo-se.

A eficiência de operações de controle de trânsito ficaria mais uma vez comprovada com a prisão de Hélio da Silva e Carlos Alberto Sales, quando se deslocavam num táxi, de propriedade da organização, no bairro do Méier, no dia 29 de março.

Carlos Alberto e Hélio "abriram" dois aparelhos da organização. No primeiro, já abandonado por Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo e Antônio Marcos Pinto de Oliveira, foram apreendidos o arquivo da VAR-P, máquinas de impressão, armamento e munição. O segundo "aparelho", abordado ainda na noite do dia 29 de março, e situado na Avenida Suburbana nº 8695, apresentou reação armada e no tiroteio morreram Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Maria Regina Leite Lobo Figueiredo. Tratava-se do "aparelho" de James Alen e Lígia Maria, que estava sendo "limpo" com o auxílio de Maria Regina e de Antônio Marcos, após constatadas as prisões de Carlos Alberto Sales e Hélio da Silva.

As ocorrências do dia 29 de março assinalaram uma grande derrota para a VAR-P, com a desestruturação do Setor de Operações — desfalcado pelas prisões de Carlos Alberto e Hélio da Silva e pela morte de Lígia Maria — e a paralização da imprensa com a morte de seus responsáveis, Antônio Marcos e Maria Regina.

No dia seguinte, foi "estourado" um terceiro "aparelho", "aberto" pela dupla presa, na Rua Silva Vale nº 55, no subúrbio

ORVIL

de Cavalcanti, no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma oficina mecânica da organização, utilizada como "fachada" para guardar material e homiziar o dirigente nacional, José Carlos da Costa. Novamente, os órgãos de segurança encontraram resistência armada que resultou na morte de Hilton Ferreira e na prisão de Cid de Jesus Torres.

As informações de Hélio da Silva causaram, também, "queda" no MR-8, com a prisão do dirigente Nelson Rodrigues Filho, elemento de ligação com as organizações da "frente".

As "mortes de março" causaram indiretamente problemas para a combalida estrutura da organização. Em maio, intimidada, Maria Emília Silva, ativa militante do Setor de Imprensa na Guanabara, desligou-se da organização e abandonou o País, alegando problemas de saúde.

O agravamento da situação da organização impunha uma tentativa para a reversão do quadro. Como já parecia ser norma na VAR-P, em ocasiões de crise, foi convocado pelo CN um novo congresso, o terceiro. Em julho, realizava-se na Ilha do Mosqueiro, em frente a Belém, no Pará, o III Congresso da VAR-P.

O reduzido plenário espelhava a fase difícil vivida pela organização. Presentes: James Alen Luz, José Carlos da Costa, Irene Madeira de Carvalho, Antônio da Cunha Losada, Sônia Venâncio Cruz, um casal de Belém e como convidado o dirigente do PCBR, Getúlio de Oliveira Cabral. As discussões giraram em torno das táticas, com o objetivo de, numa visão autocrítica, corrigir o desvio militarista. Decidiu-se dar ênfase ao trabalho de massas, procurando maior penetração no setor operário. Os delegados presentes elegeram um novo CN constituído por James Alen Luz, José Carlos da Costa e Irene Madeira de Carvalho.

Na tentativa de reestruturar a organização, os membros do CN atribuíram-se missões específicas. James Alen permaneceria na Guanabara tentando reestruturar a organização e fazendo contato com as organizações da "frente", procurando incentivar as ações político-armadas, ao invés das rotineiras ações de sobrevivência. Irene iria para o Rio Grande do Sul a fim de, em ligação com Antônio da Cunha Losada e Sônia Venâncio Cruz, restabelecer contatos com militantes da organização naquele estado, visando a posterior deslocamento para as áreas do Rio e São Paulo, consideradas prioritárias. José Carlos deslocar-se-ia para São Paulo, por

ORVIL

já ser conhecido da área, onde havia trabalhado como operário, com a intenção de retomar antigos contatos.

Abandonando Belém após o congresso, o CN reuniu-se em São Paulo e decidiu pela reestruturação do CR/RS, indicando Antônio da Cunha Losada e sua amante Sônia Venâncio Cruz para as tarefas de direção. A reestruturação do trabalho em São Paulo, considerada prioritária, ficou adiada para março, quando a organização acreditava ter resolvido o problema da falta de recursos.

Os trabalhos no Rio Grande do Sul, prejudicados pelo baixo nível político dos contatos de Losada, foram ainda mais dificultados quando Carlos Avelino Fonseca Brasil, desiludido com os rumos tomados pela organização, distribuiu uma carta em Porto Alegre, acusando Losada de "oportunista" e James Alen de "bandoleiro".

As dificuldades de arregimentação de novos militantes e a falta de recursos da VAR-P levaram James Alen ao Chile, em setembro. Em seus contatos, James foi procurado pelos integrantes das duas facções do MR-8 — que tinha "rachado" — para que fossem reconhecidas pela VAR-P. Demonstrando uma posição firme e ocultando a real situação de sua despedaçada organização, James Alen recusou o reconhecimento da VAR-P às duas correntes do MR-8, afirmando que só as reconheceria caso retornassem ao Brasil para prosseguir a luta revolucionária.

Apesar da empáfia demonstrada no Chile, James Alen retornou sozinho e com os bolsos vazios.

As difíceis condições de militância nos grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, fizeram com que a VAR-P voltasse sua atenção para Porto Alegre, onde, julgando menos forte a estrutura dos órgãos de segurança, procuraria recursos financeiros e humanos para desenvolver o trabalho político nas áreas prioritárias, Rio de Janeiro e São Paulo.

Após um sucesso inicial, a organização seria vítima da subestimação dos órgãos de segurança do Rio Grande do Sul.

19. Surge uma nova RAN

No início desse ano o Grupo Independência ou Morte (GIM), embora de forma atabalhoada, crescia. Novos adeptos eram aliciados para os Grupos de Ação (GA) de impressão do jornal, de in-

ORVIL

formações e médico (37), embora houvessem também algumas deserções (38).

Sanadas as dificuldades de elaboração do jornal, permaneciam as de sua impressão. Estudos foram feitos para a instalação de uma gráfica, mas o grupo não dispunha de recursos para implementá-la. A impressão do jornal muitas vezes expunha seus militantes ao ser realizada em seus locais de trabalho (39).

As atividades dos aliciados para o grupo indicavam que esse trabalho era feito sem objetividade e possivelmente sem uma definição adequada dos propósitos da organização. Por exemplo, em março Sandra Lazzarini aliciou para a organização Nicolau Zarvos Neto e Maria Alice Viveiros de Castro ("Lilice"). Ao que se sabe, a atuação de Nicolau limitava-se a discussões sobre o jornal "Independência ou Morte" e a revista "Prisma". Ambos cumpriram também a tarefa de remeter, pelo correio, exemplares das publicações da organização a jornais argentinos e uruguaios. No final do ano, ambos estavam previstos para integrarem o GA de propaganda, recém criado.

Em abril, Hermes Machado foi finalmente encarregado de coordenar um GA cuja atribuição seria realizar ações armadas para auxiliar no sustento da organização, até então sobrevivendo da contribuição individual de seus militantes e simpatizantes. Esse GA foi inicialmente constituído por Hermes, João Carlos Reis Horta e José Sérgio Vaz. O major do Exército, cassado, Fernando Ryff Correia Lima ("Major") aguardava a constituição de outros GA para assumir o comando da Equipe de Ação (EA) e, posteriormente, do Setor Armado. Cedeu vários manuais de campanha do Exército para o GA de ações armadas, visando a dar-lhe uma base teórica para a sua atuação. O Major, inclusive, criticou o manual de explosivos da organização, confeccionado, em 1970, por Hermes, dizendo que seria mais simples comprar os manuais no bal-

ORVIL

---

(37) O Prof. Rubim Santos Leão de Aquino foi aliciado pelo seu colega do Curso Psico-Pré, Júlio F. Rosas Filho, para o GA de impressão do jornal "Independência ou Morte". No Hospital Pedro Ernesto, Gerson Noronha Filho, sobrinho do Governador Chagas Freitas, sua namorada Evelyn Eiseirnstein e Sandra Lazzarini, além de outros estudantes e médicos residentes, passaram a engrossar as fileiras do GIM.

(38) O Prof. Rubim Santos Leão de Aquino durou pouco no GIM por sentir-se agastado por estar desempenhando função julgada subalterna. Por razões idênticas também se afastou do GA de impressão Cesar José Campos.

(39) Muitas vezes o jornal "Independência ou Morte" foi rodado no SESI, onde trabalhava o militante Roberto Pinto de Luna Pedrosa.

ção do Estabelecimento General Cordeiro de Farias, no saguão do Ministério do Exército, onde eram vendidos sem qualquer exigência quanto a seu adquirente e destino, o que passou a ser feito pela organização. O GA de ações armadas apenas iniciava a sua preparação, realizando exercícios de tiro na localidade de Açaí, próximo a Muriqui/RJ, e Amadeu Rocha substituiu João Carlos por Jefferson Santos do Nascimento. Amadeu pretendia continuar utilizando João Carlos na atividade de aliciamento.

No afã de melhorar o nível ideológico dos militantes da organização, o Prof. Júlio Ferreira Rosas Filho iniciou, em maio, um curso de marxismo. As aulas eram ministradas na Rua Itacuruçá, na residência de César José Campos, aos sábados e domingos (40). Confirmando a forma indefinida de aliciamento da organização, quando os presentes tomaram conhecimento que as aulas eram realizadas por uma organização subversiva, abandonaram o curso, permanecendo apenas os encontros do dono da casa e sua esposa com o professor. De forma semelhante a organização tentou estender seu proselitismo à área artística (41). Se Júlio Rosas não obtinha êxito com seu curso fá-lo-ia no aliciamento de professores. Assim foi que trouxe para o grupo um novo militante, o Prof. Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, que passaria a atuar na Revista "Prisma" e no aliciamento de novos membros na área educacional (42).

Neste ano o GIM tentou também a aproximação com outras organizações subversivas, visando ao seu reconhecimento e na tentativa de aliciar novos militantes, particularmente para os seus GA de ações armadas. Foram feitos contatos com o PCBR, com a ALN e com a VPR sem que nada de positivo fosse conseguido.

No meio do ano foram feitas modificações no GA médico. Cláudio José de Campos Filho foi cooptado para formar o esboço de um comando regional e Adail Ivan de Lemos substituiu Jorge Manuel de Oliveira e Silva na coordenação do GA. Este, após seu casamento, estava abandonando a organização quando foi convocado pa

---

(40) Participavam do curso, além de César, sua esposa Flávia Sollero Campos, José Seigro Correa Mendes ("Pedro") e sua esposa Ivone Maria Barros Correa e um dentista amigo de César.

(41) O então casal de atores Paulo José e Dina Sfat, foi contatado por Ana Araújo de Arruda Albuquerque, mas não aceitou tornar-se militante. O compositor Capinam, procurado por Cláudio Campos, chegou a ser apresentado a Amadeu Rocha, mas, alegando falta de tempo, escusou-se de militar no GIM.

(42) Francisco Alvarenga traria para o GIM o Prof. Manoel Maurício de Albuquerque.

ORVIL

ra servir na Marinha.

Em setembro, o grupo que assumia o nome do jornal "Independência ou Morte" resolveu transformar-se numa organização, adotando a denominação de Resistência Armada Nacional (RAN). O dia 7 de setembro foi escolhido como o mais apropriado para a divulgação do "Manifesto ao Povo Brasileiro", que anunciava a constituição da RAN por "revolucionários representantes de diversas regiões do País, reunidos na cidade de São Paulo". O manifesto era um engodo propagandístico, pois o antigo GIM, transformado em RAN, estava circunscrito ao Estado da Guanabara, mais especificamente à cidade do Rio de Janeiro.

Ainda em setembro, Amadeu Rocha resolveu ir a Montevidéu conversar com Dagoberto Rodrigues para reafirmar a fundação da organização — já informada por carta — e convidá-lo para integrar o comando da RAN no exterior.

Dagoberto Rodrigues aceitou o convite e disse que ia convidar Neiva Moreira para colaborar com a organização. Os contatos no Uruguai foram ampliados e antigos participantes de Caparaó aderiram à RAN, dentre eles Araken Vaz Galvão e Walter Teschi. Nas conversações com Dagoberto, Amadeu ponderou que um comando nacional só teria sentido, caso a organização se estruturasse em outros dois Estados, além da Guanabara. Dagoberto concordou com a idéia e sugeriu para o comando nacional da RAN, quando constituído, o escritor Antônio Calado, que deveria ser procurado em seu nome. Amadeu sugeriu Avellino Gonçalves Kock Torres como o terceiro nome do comando nacional, que foi aceito por Dagoberto.

Na volta ao Rio de Janeiro, Amadeu Rocha contatou Antônio Calado que concordou em participar do comando nacional da RAN.

Dagoberto Rodrigues, mais tarde em carta escrita a Amadeu, informou que Neiva Moreira aceitaria a responsabilidade de participar do comando da RAN no exterior.

Em setembro de 1972, Júlio Rosas aliciou para a organização o Prof. Carlos Henrique de Escobar Fagundes acompanhado de sua mulher, à época, Maria da Glória Ribeiro da Silva, que passaram a participar da reestruturação da revista "Prisma". Carlos Escobar sugeriu também o nome de sua ex-mulher, a teatróloga Ruth Escobar, que, contatada em São Paulo, passou a receber o

ORVIL

jornal "Independência ou Morte" e ficou aguardando oportunidade de conversar com Amadeu Rocha.

Carlos Escobar aliciou, ainda, o casal César Augusto Chaves Fernandes e Maria da Conceição Chaves Fernandes, ele escritor e ela jornalista do jornal "Opinião". O casal também foi setorizado num GA da revista "Prisma". Carlos Escobar e Maria da Glória ficaram ligados á Filisbina Assunção Santos num dos GA da revista. No outro GA, coordenados por Ana Maria Ferreira Rosas, permaneceram César Augusto e Maria da Conceição.

A visão da organização de arregimentar os setores nacionalistas das Forças Armadas teve desdobramento com o aliciamento do Capitão-Tenente Jarbas Barbosa de Lemos. Jarbas comprometeu-se a fazer o levantamento dos oficiais nacionalistas que pudessem ser aliciados para a organização.

Amadeu Rocha, com a perspectiva de expansão da organização para São Paulo através de Ruth Escobar, contatou Avelino Gonçalves Kock Torres para informar-lhe da intenção de elevá-lo ao comando nacional da organização e da necessidade de estruturar um GA em Juiz de Fora. Avelino, inicialmente, demonstrou preocupação com o que pudesse acontecer à sua família, no entanto, vencida sua relutância, ao retornar a Juiz de Fora, tentou estruturar o GA da RAN com José Paulo Neto, funcionário da prefeitura municipal daquela cidade, indicado por João Carlos Reis Horta. A tentativa, entretanto, não logrou êxito, esbarrando em desentendimentos ocorridos entre Avelino e José Paulo.

Em outubro, Júlio Rosas, insistente, iniciava um curso de marxismo para outro grupo de militantes da RAN (43).

Em dezembro, Sandra Lazzarini "ganhou" para a RAN José Flávio Ramalho Ortigão. No final de dezembro, Ramalho Ortigão foi apresentado a Amadeu Rocha que solicitou para a organização umas armas que estariam guardadas no sítio da família, na Estrada Grajaú-Jacarepaguá. Solicitou ainda a utilização do sítio para realizar reuniões e guardar material da organização. Ramalho Ortigão argumentou que não poderia ceder as armas, porque elas estavam na residência da família no Jardim Botânico, mas cederia o

---

(43) O curso foi realizado no apartamento de Filisbina Assunção Santos e, além dela, participaram Klacyra Maria Wagner, Ana Lúcia Azeredo Carneiro e uma nora de Filisbina integrante do conjunto musical "Quarteto em Cy". As aulas ocorriam duas vezes por semana, às segundas e terças-feiras, e prolongaram-se até o Natal.

ORVIL

sítio. Com o assentimento de Ramalho Ortigão, foram guardados no sítio documentos da organização, remédios e material de impressão. Ramalho Ortigão, por possuir um carro, passou a servir de motorista para a "impoluta figura" do comandante da RAN, Amadeu de Almeida Rocha.

Ruth Escobar, que continuava mantendo contatos com seu ex marido Carlos Escobar, foi, finalmente, apresentada a Amadeu Rocha, em dezembro, no Rio de Janeiro. Ruth reafirmou seu propósito de participar da organização e, como estava de viagem marcada para Portugal no início de 1973, ficou de refazer contato com a organização quando retornasse da Europa. Na ocasião Ruth foi orientada para fazer contato com o Dr. Leonardo Barbosa de Medeiros, recentemente transferido para São Paulo, para estruturar um GA naquela capital. Além da possibilidade de trabalho com Leonardo, Ruth imaginava estruturar um GA na área teatral.

Finalmente, em dezembro, ocorreu a reestruturação da revista "Prisma" (44).

Com a perspectiva de estender-se aos Estados de Minas Gerais e São Paulo, a RAN pretendia estruturar um Comando Nacional, cujos membros já estavam escolhidos, e realizar o seu primeiro Congresso onde definiria sua linha política e sua estratégia.

19. MR-8: o fim do militarismo, o "racha" e o Pleno

A destruição do Comitê Regional (CR) da Bahia e do "trabalho de campo" fez com que o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) voltasse seus olhos para São Paulo, para onde foi deslocado João Lopes Salgado a fim de iniciar a estruturação do futuro CR.

Foi criada uma Frente Interna (FI), a fim de executar trabalhos especiais, como documentação falsa, gráficas, inteligência e finanças legais, dirigida por Sérgio Rubens. Para substituir a Frente de Camadas Médias (FCM) e a Frente Operária (FO), foi criada uma Frente de Massas (FM), voltada, particularmente, para a atuação junto ao operariado. A grande modificação, entretanto, foi a extinção dos GPM, substituídos por uma Frente de Trabalho Armado (FTA). Para o MR-8, que iniciava a sua autocrítica, as ações armadas deveriam ser poucas e realizadas sempre

---

(44) Júlio Ferreira Rosas Filho foi deslocado do GA do jornal "Independência ou Morte" para coordenar a equipe de ação (EA) da revista "Prisma". Com o ingresso do Prof. Manuel Maurício de Albuquerque e do médico psiquiátra Antonio Celso Pires Osório Pereira, ficaram estruturados três GA que formaram a Equipe de Ação da revista "Prisma".

ORVIL

em "frente" com outras organizações.

Na realidade, a estrutura brasileira do MR-8 estava esfacelada, contando com cerca de 15 militantes para realizar suas atividades. Em contrapartida crescia a Seção do Exterior que, do Chile, buscava outras linhas para a organização.

Em 30 de março, aconteceu a primeira importante "queda" do ano, no MR-8, com a prisão de Nélson Rodrigues Filho, quando "cobria um ponto" com Hélio da Silva, da VAR-Palmares.

Em abril e junho, Paulo Roberto Jabour participou dos dois únicos assaltos do MR-8 nesse ano, respectivamente, ao Banco de Crédito Territorial da Rua Bela, em São Cristóvão, e ao Banco Nacional Brasileiro, na esquina da Avenida Brasil com a Rua Guilherme Maxwell, ambas em "frente" com o PCBR e com a VAR. Foi a última ação armada do MR-8. Seus militantes, acuados e amedrontados, buscavam, apenas, a sobrevivência.

Em junho, foram presos Eduardo Lessa e Ana Maria. Em 3 de julho, Paulo Roberto Jabour foi preso na Guanabara. No fim do mês, os jornais noticiavam os desaparecimentos de Sérgio Landulfo Furtado e Paulo Costa Ribeiro Bastos, dos quais não se teve mais notícias.

A Direção Geral (DG) decidiu fugir (45). João Lopes Salgado, Sérgio Rubens de Araújo Torres e João Luiz Silva Ferreira deslocam-se para o Chile acompanhados por outros quadros. Os remanescentes do MR-8, no Brasil, dispersaram-se e a história da organização passou a ser escrita desde Santiago.

No Chile, o MR-8 ganhou alguns militantes de outras organizações, como Nélson Chaves dos Santos e José Ibrahim, vindos da VPR, e Neusa Maria Barbosa Sader, do POC. Amadeu Thiago de Mello, ex-militante do MNR, ministrava cursos aos quadros do MR-8. As divergências, entretanto, eram evidentes e centravam-se, a grosso modo, na divisão entre "militaristas" e "massistas", estes preocupados em dar uma nova dimensão à linha política do MR-8, voltada para o trabalho de massa. Segundo suas teses, o ano de 1972 marcava um período de transição, caracterizado por um impasse: ou a organização mudava a sua linha política ou desapareceria como conseqüência de sua prática militarista, basea

---

(45) Com a saída de Carlos Alberto Vieira Muniz, a Direção Geral do MR-8 havia passado a ser integrada por João Lopes Salgado, Sérgio Rubens de Araújo Torres, Sérgio Landulfo Furtado e João Luiz Silva Ferreira.

ORVIL

da em "métodos artesanais de trabalho", no "voluntarismo e espontaneísmo político" e na "fragilidade ideológica de seus militantes". Ainda para os "massistas", impunha-se um "recuo do esquerdismo", visando "o fortalecimento e a preparação da organização para maior eficácia de sua interferência na luta de classes".

Em novembro, em Santiago do Chile, na tentativa de dar solução ao "racha" iminente, o MR-8 convocou uma Assembléia Geral com o comparecimento de seus principais militantes (46). Na votação final, oficializou-se o "racha", com a saída do grupo "militarista" representado por Wladimir Palmeira e Maria Augusta C. Ribeiro, e integrado, dentre outros, por Daniel Aarão Reis, Samuel Aarão Reis, Athos Magno Costa e Silva, Amadeu Thiago de Melo, Sônia Regina Yessin Ramos e José Ibrahim (47). Cid de Queiroz Benjamin não aceitou as idéias de nenhum dos grupos, desligou-se das duas facções.

Durante três dias do início de dezembro, os "massistas" realizaram as reuniões preparatórias do Pleno, nas quais discutiram as conjunturas internacional e nacional, a estratégia e a tática, e fizeram um balanço do trabalho das esquerdas no Brasil com diversos militantes convidados de outras organizações (48).

Alguns dias depois, ainda em dezembro, o MR-8 realizou o seu Pleno, com o comparecimento de Franklin de Souza Martins, João Lopes Salgado, Carlos Alberto Vieira Muniz, Sérgio Rubens de Araújo Torres, João Luiz Silva Ferreira e Nelson Chaves dos Santos, estes seis eleitos para a nova DG, além de Norma Sá Pereira Torres e Maria da Glória.

No artigo 1º dos "Estatutos Provisórios" aprovados no Pleno, o MR-8 definia o caráter e os objetivos da organização: "So

ORVIL

---

(46) Compareceram a AG: Franklin de Souza Martins, João Lopes Salgado, Carlos Alberto Vieira Muniz, Sérgio Rubens de Araújo Torres, João Luiz Silva Ferreira, Nelson Chaves dos Santos, Norma Sá Pereira Torres, Maria da Glória Araújo Ferreira, Neusa Maria Barbosa Sader, Dirceu Greco Monteiro, Elizabeth Rabelo Correia Lima, Wladimir Gracindo Soares Palmeira, Maria Augusta Carneiro Ribeiro e Cid de Queiroz Benjamin.

(47) Esse grupo continuaria usando a sigla MR-8, diferenciando-se por usar o termo "Construção Partidária" (CP). No ano seguinte, apesar de ter chegado a algumas resoluções políticas, o grupo se dissolveria.

(48) Participaram da reunião de dezembro do MR-8: Ângela Maria Mendes de Almeida, do POC, Herbert José de Souza, da AP, Eder Simão Sader, da OCML-PO, Nilton Balilis dos Santos, da FB-PO, Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, do Ponto de Partida nº 1 (PP1), Cláudio Leopoldo Salm, do grupo "Temas e Debates", e Ronaldo Fonseca Rocha, de um grupo sem nome.

mos uma organização política marxista-leninista cuja finalidade é contribuir para a criação do partido revolucionário do proletariado no Brasil, que assuma a vanguarda da luta da classe operária e da massa explorada, pela derrubada do poder burguês, pela supressão da propriedade privada dos meios de produção e pela construção da sociedade socialista como transição para a abolição da sociedade de classe e o ingresso numa sociedade comunista".

O MR-8 definiu-se pela denominada linha massista, vista como uma absoluta necessidade histórica, a fim de, paulatinamente, preparar a luta armada a ser desencadeada pela própria população. Apesar da autocrítica feita ao militarismo, o MR-8 afirmava, nas "Resoluções Políticas do Pleno", que para a "destruição do poder burguês e o aniquilamento das Forças Armadas reacionárias" seria imperiosa a luta armada: *"O proletariado e as demais classes revolucionárias terão de desenvolver uma guerra revolucionária contra as classes dominantes, assumindo a luta militar para a tomada do poder. Para tal, a revolução terá de formar o seu exército, assentado principalmente no proletariado urbano e no campesinato, num processo de longa duração".*

Retemperado pela autocrítica e rejuvenecido pela nova linha política, o MR-8 do Pleno, como passou a ser comumente chamado, voltaria, no ano seguinte, às suas atividades no Brasil.

20. O MPL reestrutura-se no Brasil

As atividades do Movimento Popular de Libertação (MPL) em 1971 haviam sido muito restritas. No primeiro trimestre, o MPL ampliara a sua abrangência com o aliciamento de João Francisco de Souza, ligado ao Grupo de "O Círculo" em Recife, realizado por Istvan Jancso e Maria Aída Bezerra (49). Em meados do ano, ocorreu em Recife a prisão do Padre Geraldo de Oliveira Lima, que era ligado ao Grupo "O Círculo". Istvan Jancso, sentindo-se ameaçado, viajou com a família para a França, em agosto. Istvan aproveitou como pretexto para a viagem a realização de um curso de História do Brasil no Centro Nacional de Recherce Scientifique, em Paris. Na França, Istvan aproveitou o restante do ano para,

---

(49) Em janeiro de 1971, o Dr. Sebastião Barros de Abreu, coordenador do grupo ligado a Miguel Arraes em Brasília, foi preso, encerrado a tentativa de implantação do trabalho nas áreas rurais de Goiás. Esse grupo já não tinha ligações com o núcleo dirigente do MPL no Brasil, recebendo orientação direta de Arraes.

ORVIL

em contato com os militantes do MPL no exterior, aprofundar as discussões sobre a linha política da organização. Mais tarde, juntaram-se ao grupo o Padre Alfredo Hervé e o Frei Tito de Alencar Lima. Frei Tito, aproveitando-se do fato de responder, em liberdade, ao processo de sua implicação com a ALN, fugira para Paris.

Em fevereiro de 1972, Miguel Arraes difundiu o comunicado "Aos companheiros e às organizações brasileiras", onde expôs os motivos do fracasso de sua participação no MPL. Arraes fez severas críticas a Sílvio Correia Lins, acusando-o de manipular os recursos da organização sem aceitar fiscalização. Atribuindo a responsabilidade do afastamento do MPL das organizações subversivas no Brasil a Sílvio e seus seguidores, o ex-governador de Pernambuco declarou-se definitivamente afastado do movimento.

Na França, o grupo de militantes do MPL ainda procurava a definição de uma linha política. As idéias pré-existentes ao rompimento com Miguel Arraes necessitavam ganhar um contorno nítido. Existia o pensamento de que a linha principal de ação seria a conscientização, isto é, o trabalho a desenvolver não seria do tipo recrutamento de quadros, nem do tipo "ação de massas", mas algo mais amplo visando à modificação na forma de pensar. A transformação dar-se-ía, a longo prazo, através de um movimento de educação base, e criaria condições para a modificação do regime e para a implantação do socialismo no Brasil. Apesar da definição de intenções, Roberto Las Casas, considerado o intelectual do grupo, não conseguia formalizar um documento consubstanciando a estratégia e as táticas do movimento. O exílio não permitia uma correta avaliação do clima político no Brasil.

Ainda no primeiro trimestre desse ano, o grupo de exilados foi engrossado com a chegada de José Domingos Cardoso. José Domingos assumiu um cargo na sede da Juventude Operária Católica (JOC), em Bruxelas. Na França, constituiu-se um Setor Operário do MPL com a participação de Roberto Las Casas, Padre Hervé e José Domingos. O grupo atuava junto às grandes centrais sindicais socialistas buscando o apoio político e o reconhecimento, perdidos desde o rompimento com Miguel Arraes. Do esforço desses militantes, surgiu o apoio e o reconhecimento do MPL pela Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores, uma central socialista.

No segundo semestre, Piragibe Castro Alves viajou para fa

ORVIL

zer contato com as lideranças do movimento que se encontrava em Paris. Foi proposto o retorno de Istvan Jancso, para iniciar o trabalho de reestruturação do movimento a partir da reativação do Setor de Estudos e Informações (SEI).

Em novembro, Istvan retornou da França e dirigiu-se a São Paulo para fazer contato com antigos companheiros buscando subsídios para a atuação do SEI. No Centro Brasileiro de Pesquisas (CEBRAPE) foram contatados Fernando Henrique Cardoso, José Artur Gianotti e outros elementos, na busca de inspiração.

Após os contatos em São Paulo, Istvan dirigiu-se ao Rio de Janeiro onde foi trabalhar na CEPLADE (50). O SEI pretendia definir uma linha teórica para o movimento e uma linha prática de atuação para os militantes. Istvan pretendia apoiar a estruturação do SEI em entidades educacionais que pudessem mascarar a atuação do setor e proporcionar subsídios para a elaboração de um programa. Dentro dessa idéia, foi fundado a NOVA — empresa de pesquisa, assessoramento e avaliação em educação — por Istvan Jancso, Maria Lecticia Ligneul Cotrim, Maria Aída Bezerra e mais dois elementos. Istvan imaginava utilizar outras entidades comprometidas com o MPL, nos diversos Estados, como a Associação Difusora de Técnicas e Pesquisas Pedagógicas (ADITEPP) no Paraná, a Federação de Assistência Social e Educacional (FASE) em São Paulo e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em Salvador para montar esquema equivalente ao do NOVA (51). A idéia era situar militantes do MPL nos pontos de responsabilidade na área de pesquisa das citadas entidades, visando a transformá-las em instrumento de ação do movimento.

Em dezembro de 1972, Sônia Correia Lins e Maria do Pilar Costa Santos retornaram ao Brasil e foram reintegradas na organização, em São Paulo. Através de Afonso Delelis, foram apresentadas a Antonio Aparecido Flores de Oliveira, Elias Stein, Vitor Gianotti, Alcides Salles Filho e Waldemar Rossi, que atuavam no Setor Operário na capital paulista.

---

(50) Em setembro de 1971, Maria Lecticia Ligneul Cotrim, do Setor de Educação do MPL, foi demitida do MEB, acusada de subversão. Para poder prosseguir seu trabalho, Maria Lecticia associou-se a outros colegas de esquerda e fundou o Centro de Planejamento e Desenvolvimento da Educação (CEPLADE).

(51) A FASE foi criada por iniciativa do Padre canadense Leising e seguia a mesma orientação do MEB, tendo como área de atuação os centros urbanos.

ORVIL

No final de 1972, notava-se uma diferença na atuação do MPL. Procurava-se não mais arregimentar adeptos na classe média e sim na classe menos favorecida. O movimento procurava firmar suas bases em três níveis diferentes, no meio operário usando o sindicalismo, na classe menos favorecida através da pastoral católica e no meio dos trabalhadores do campo.

O retorno dos exilados do MPL deu novo alento ao movimento. Procurava-se ultrapassar a fase de reuniões e discussões políticas e partir para as atividades essencialmente práticas.

21. Um mil novecentos e setenta e dois

O ano do sesquicentenário da independência foi auspicioso para o Brasil. No seu quinto ano consecutivo de desenvolvimento acelerado — única forma de garantir 1,5 milhão de novos empregos à força de trabalho que ingressava anualmente no mercado — o País teve um crescimento de 11,7% no seu PIB, uma inflação em torno de 15% e um deficit público igual a 0,14% do PIB, o menor das duas últimas décadas.

Apesar desse surto extraordinário de progresso, ainda estava longe de eliminar os desequilíbrios setoriais e regionais e de solucionar o complexo e controvertido problema da distribuição da riqueza. O censo de 1970, cujos resultados estavam sendo apurados, mostrava que nessa década toda a população havia melhorado seu nível de vida, mas as distorções ainda eram flagrantes. Os proveitos indiretos sobre a forma de educação, saúde, oferta de emprego e habitação não contam muito porque seus beneficiários calculam sua participação na economia apenas pelo lado dos salários, e estes, em lenta recuperação, não haviam ressarcido as grandes perdas verificadas no período de 1962/1969. O Governo, tendo sido o primeiro a ferir o problema, sabia que nessa área não se faz milagres, não se resolve o estágio de pobreza em que ainda vivia grande parte da população com slogans ou políticas populistas. Não cedia à demagogia. Seguia impondo ao País um desenvolvimento de forma ordenada, segundo um planejamento baseado em princípios racionais.

O desenvolvimento acelerado, porém, não é, por si só, instrumento de redistribuição social. Os benefícios indiretos são a única forma que tem o governo de antecipar as vantagens que o progresso oferece a longo prazo. E o governo tomava medidas nes

ORVIL

se sentido. Uma lei regulamentara nesse ano, a profissão de empregado doméstico, vinculando essa categoria profissional — até então não reconhecida —, ao sistema previdenciário brasileiro, a exemplo do que fora feito, no ano anterior, com relação aos trabalhadores rurais. Da mesma forma, isso ocorria com a permanente ampliação das oportunidades de educação, com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), com o fornecimento de remédio gratuito a 70% dos segurados do INPS, com o aumento real de 3 a 4% do salário mínimo, etc. Embora não solucionassem o problema da distribuição da riqueza, essas medidas eram formas de levar os frutos do desenvolvimento a esses contingentes marginalizados e passos importantes para se alcançar a justiça no campo social.

Nesse ano o País viu o Congresso Interamericano de Direito Trabalhista e Previdência Social reconhecer as vantagens do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e recomendar seu estudo pelos países interessados em aperfeiçoar fórmulas de justiça social. Era a consagração internacional de um instrumento que revolucionara as relações de trabalho no País, mas que sofrera enorme carga das esquerdas. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com 4 milhões de alunos e 200 mil professores, recebera idêntica consagração internacional. Era provável que nos próximos anos viesse a ser reconhecido, também, o esforço que se fazia para elevar a renda do assalariado através do Plano Nacional de Valorização do Trabalhador, que buscava elevá-lo da condição de mão de obra não qualificada à mão de obra especializada.

Auspiciosa também era a constatação de que o terrorismo urbano estava decisivamente no seu ramo descendente. A FLNN e o MOLIPO estavam desestruturados. A VPR praticamente já não existia no País e o MR-8 seguia no mesmo caminho, do qual não estava longe a VAR-P. Embora surgisse nesse ano uma nova organização, a Resistência Armada Nacionalista (RAN), cujos líderes eram já conhecidos por seus fracassos anteriores, podia-se afirmar que a "guerrilha urbana" estava com seus dias contados. Sua derrota militar completa era uma questão de tempo. As organizações subversivas tinham consciência de que já não podiam continuar a luta armada. A fuga da direção geral do MR-8 para o Chile era um dos muitos indícios dessa verdade. Nesse ano o MR-8 ao fazer no ex-

ORVIL

terior sua autocrítica, dera início a um processo a que se submeteriam uma a uma as demais organizações subversivas, chegando todas elas a conclusões semelhantes. Não era possível continuar nessa prática militarista, baseada em métodos artesanais de trabalho, no voluntarismo e "espontaneismo" político e na fragilidade ideológica de seus militantes. Esse reconhecimento era o prelúdio do fim da terceira tentativa de tomada do poder. O fato de proclamarem a necessidade do recuo do esquerdismo, visando ao fortalecimento e à preparação das organizações para maior eficácia de sua interferência na luta de classes, eram, por outro lado, os primeiros passos de uma nova tentativa que viria com o tempo, por outros métodos, com outras táticas.

No entanto, as organizações subversivas que continuavam a atuar no País, possivelmente em desespero de causa, mostravam-se cada vez mais virulentas, praticando atos de violência que extrapolavam a possível necessidade de utilizá-la, como seria o caso do combate às forças de segurança ou pela sobrevivência. Assim, nesse ano, registramos assassinatos desnecessários e injustificáveis como o do contador do Banco Novo Mundo, Sílvio Nunes Alves, por militantes do PCBR, após o roubo do banco, sem reação, no momento do abandono do local; o assassinato do gerente da firma F. Monteiro S/A, Valter Cesar Galetti, por militantes da ALN/SP, após terem pichado a loja e feito discursos por cinco minutos, ferindo, ainda, o subgerente Maurilio Ramalho e o despachante Rosalino Fernandes; o "justiçamento" do marinheiro inglês David A. Cuthberg, por militantes de uma "frente" de organizações subversivas, como forma de expressão da solidariedade ao IRA (irlandês); o "justiçamento exemplar" do posseiro João Pereira, pelo PC do B, na região do Araguaia; o assassinato do 1º Sargento PMSP Thomas Paulino de Almeida, que teve seu carro roubado e foi morto no volante do mesmo, por militantes do Molipo, simplesmente por ser um policial, embora não envolvido na ação anti-subversiva. Mortos em condições semelhantes foram o investigador Mário Domingos Panzariello, por militantes da ALN/GB; o Soldado PMGO Luzimar Machado de Oliveira, por militantes do Molipo e o Cabo PMSP Silas Bispo Feche, por militantes da ALN/SP. Vale lembrar nesses episódios a atitude violenta de Gastone Lúcia, que feriu gravemente três policiais pela simples suspeita de que se dirigiam a ela. Dessa forma bruta de agir, sem ne-

PCBR

ALN

PCdoB

Molipo

ALN/GB

ORVIL

nhuma preocupação com a população, resultaram a morte de pessoas completamente alheias ao problema, como a do funcionário público aposentado, o sexagenário Napoleão Felipe Biscaldi, por militantes do Molipo; da senhora Íris do Amaral, por militantse da ALN/GB, além de inúmeros outros feridos, como os transeuntes Marino Floriano Sanchez, Romeu Silva, Altamiro Firezo, a menina de oito anos, Irene Dias, e o senhor Rodolfo Archmman. Nota-se que houve uma incidência do uso desregrado da violência por parte dos militantes do Molipo e da ALN, as duas organizações que tinham o maior número de militantes com curso em Cuba e que estavam em processo de desarticulação no País.

Numa área, porém, as organizações subversivas continuavam a crescer — a da "desinformatzya". À medida que se desfaziam as organizações no País, os trânsfugas ampiavam os instrumentos que serviam de veículo à propaganda contra o País no exterior. Agora eram a FB-PO e a APML do B que haviam incorporado seus quadros no trabalho de difundir as meias-verdades sobre o Brasil. No entanto, mesmo nesse aspecto, embora com repercussão apenas interna, ocorreram dois fatos importantes:

- Em novembro, o Jornal do Brasil, publicou uma carta de uma jovem gaúcha, Judite Fasolini Zanatta. Tendo concluído o primeiro ano de Letras, em 1964, Judite resolveu ingressar numa ordem religiosa. Deixou o curso e iniciou o noviciado de dois anos. Em fevereiro de 1967, era secretária do bispo auxiliar de Pelotas. Sentindo desejo de estudar, Judite pediu e obteve uma modesta bolsa de estudos da Adveniat, para o curso de Catequese no Instituto Lumem Vitae, filiado à Universidade Católica de Louvain, na Bélgica.

Em agosto de 1970, chegavam à Bélgica Judite e mais vinte e três padres e freiras brasileiros. Era a única leiga — havia desistido do hábito de freira — embora continuasse interessada na catequese.

No segundo ano do curso, em 1971, para cumprir uma exigência acadêmica de apresentação de tese, Judite foi a seu orientador e informou que pretendia montar sua tese em torno da "teologia da libertação". O padre Jacques von Nieuvenhove, seu orientador, disse-lhe que teologia por teologia a tese ficaria num plano muito abstrato. Sugeriu-lhe, então, que partisse de uma "reali-

ORVIL

dade concreta". Que "pusesse em evidência a situação política, econômica, social e cultural do Brasil". Judite diz que ficou perplexa. Não tinha formação nem conhecimento para aquele tipo de trabalho.

O padre disse-lhe que era preciso pesquisar. Judite alegou que preferia "se restringir a assuntos estritamente religiosos, ligados à fé e à religião, em virtude de ter tido uma vida estudantil e religiosa completamente desligada daqueles aspectos". Precisando da tese para ser aprovada e ante a firmeza do padre orientador, foi pesquisar. Diz, no entanto que, ante a situação criada, ficou completamente transtornada.

Feita a tese, o padre a devolveu alegando, segundo relata Judite em sua carta, *"que deveria falar sobre a existência da tortura como mecanismo de repressão política"*. E entregou-lhe, como subsídios, livros e artigos de Márcio Moreira Alves, Miguel Arraes, D. Hélder Câmara, D. Antônio Fragoso e outros, exemplares da revista "Croissance des Jeunes Nations", a que já nos referimos no capítulo anterior, publicação mantida por uma organização esquerdista internacional (52).

Após chegar ao Brasil, em 20 de setembro, escreve Judite referindo-se a sua tese *"vim a me certificar tratar-se de matéria inclusa numa campanha contra o Brasil no exterior"*. E prossegue: *"Premida pela necessidade de terminar com aproveitamento o curso e confiando que a orientação do padre Jacques fosse correta, fiz a tese nos moldes indicados por ele, sem aquilatar o crime que estava cometendo contra a minha Pátria. Servi de instrumento dessa campanha inconscientemente, vendo agora que fui aproveitada, na minha boa fé, pelo orientador da tese"*.

O episódio, mais do que colocar a nu os "fundamentos" da campanha contra o Brasil no exterior, mostrava que o clero dito "progressista", ao valer-se do instrumental marxista para análise da "realidade concreta", incorpora também a ética e a moral comunistas segundo as quais "os fins justificam os meios". Por eles pode-se mistificar, simular, aumentar, mentir. E é o que fazem quase sempre, valendo-se da repetição automática das ladainhas, onde fazem repetir suas pregações subversivas, sem a inquietação interior da atitude interrogativa.

---

(52) Os bispos citados eram dois dos oito bispos brasileiros signatários da "Mensagem dos 17 bispos do Terceiro Mundo", referido no item 19, do Cap. IV deste trabalho, quando foi feita a opção pelo socialismo.

ORVIL

A denúncia de Judite fez com que, uma semana depois, um militante do PCB, Adaulto Alves dos Santos ("Carlos" ou "Arlindo"), viesse ao mesmo Jornal do Brasil, denunciar, segundo suas palavras "com nomes, fatos e locais, toda a trama comunista em relação ao Brasil, bem como todas as maquinações do Movimento Comunista Internacional". Adaulto, conforme narrou ao repórter, 20 anos depois descobriu que o PCB "*é um antro de intrigas e vaidades, com gente de boa e má fé, teóricos e aproveitadores, sobretudo aproveitadores*". Jornalista profissional, trabalhou em jornais do Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas o jornalismo era apenas sua "frente legal", pois nos últimos 20 anos fora um profissional do Partido e há 12 anos atuava na área internacional, fazendo contatos com os Partidos Comunistas estrangeiros e com agentes da KGB.

Adaulto revelou, efetivamente, a organização das Seções de Relações Exteriores, de Agitação e Propaganda, de Educação, de Organizações e de Negócios do PCB. Revelou os aparelhos do Partido no exterior e o apoio dado pelos soviéticos na formação de quadros, através da Escola de Quadros Profissionais de Moscou e da Universidade Patrice Lumumba. Explicou o mecanismo de troca de informações e de recebimento de verbas (dólares) e material de propaganda. Denunciou o trabalho militar, denominação dada principalmente ao esforço de infiltração nas Forças Armadas, dirigido por Dinarco Reis e a tática do Partido em relação à Igreja Católica. Com relação a esse último aspecto declarou: "*o objetivo em relação a ela é utilizá-la em toda a sua estrutura e como um todo, e não apenas os chamados 'progressistas' (como vinha sendo feito anteriormente), aproveitando ao máximo os canais de penetração tradicionais, para com a fachada cristã, difundir, sorrateiramente, o comunismo. Por exemplo: não interessa aos soviéticos se D. Hélder Câmara é comunista ou não. O que importa é que ele serve aos propósitos do comunismo*".

Finalmente "Carlos" revelou os encarregados de dirigir os esforços do Partido na campanha que se move contra o País no exterior: "*Zuleika D'Alambert e seu marido, Armênio Guedes que estão no Chile, em Santiago, fazendo proselitismo junto aos jovens brasileiros que lá se encontram*".

Os aspectos antes ressaltados estavam a indicar que o Presidente Médici, a 15 meses do término de seu mandato, poderia alcançar os objetivos a que se propusera ao ser indicado candi-

ORVIL

ORVIL

dato à Presidência da República. No entanto, era preciso ter em mente que naquela ocasião ele se colocara como delegado e como depositário da confiança das Forças Armadas, das quais teria recebido missão irrecusável. Naquela época, a segurança interna era o problema sobre o qual se concentrava todo o sistema de governo. As ameaças correta ou incorretamente identificadas haviam produzido o Ato Institucional nº 14 e a reformulação do Decreto-Lei da Segurança Nacional. Por isso a descoberta, nesse ano, do foco guerrilheiro no sudeste do Pará, toldava essa expectativa.

No sudeste do Pará haviam sido realizadas duas operações, embora equivocadas. A primeira por ter, como já ocorrera no vale do Ribeira do Iguape, feito o lançamento precipitado de tropa em missão de combate, quando deveria ter sido montada, antecedendo-a, uma operação de informações. Embora não fosse esse o objetivo buscado, essa operação transformou-se num reconhecimento e, como tal, o seu êxito foi satisfatório. Além dos mortos e feridos de ambos os lados, foram feitas dez prisões de subversivos, das quais quatro resultantes de deserções, o que, por si só, já se constituía em dado importante. As informações prestadas pelo subversivo "Geraldo" (53) foram valiosas, dando uma noção importante sobre o armamento, o nível de instrução e de suprimento dos terroristas. Mas a tropa não adentrando a selva, não pôde confirmar essas informações, que continuaram genéricas e pouco confiáveis. O equívoco se completaria com a suspensão da operação sem que seus objetivos tivessem sido alcançados.

Deu-se, então, uma trégua aos subversivos e cometeu-se um segundo equívoco, maior que o da primeira operação, ao pensar-se que era possível reduzir o foco guerrilheiro, com recrutas e o que é fundamental, com prazo pré-fixado. Um prazo extremamente curto, inferior aos vinte dias inicialmente previstos, dos quais seis foram consumidos com a adaptação do homem ao meio e quatro foram suprimidos pela determinação de concluir as ações com essa antecedência. Foram, na realidade, dez dias de operações e os resultados, menos satisfatórios do que a operação anterior. Não foram feitas prisões, não se adentrou na selva, não se evoluiu quanto ao conhecimento dos elementos que ocupavam a área, embora, como manobra, tivesse oferecido excepcionais ensinamentos. Através de uma bem montada operação cívico-social, permitiu não apenas ganhar a simpatia da população como constatar que os subversivos não tinham adeptos na área. A população local desconhecia suas intenções e estava completamente alheia a seu posicionamento político-ideológico.

---

(53) "Geraldo" era o codinome utilizado pelo terrorista José Genoino Neto.

Essas operações, embora reduzissem o efetivo dos subversivos — que não apresentavam condições de repô-lo, já que na cidade também sofreriam perdas —, não traziam tranqüilidade ao Governo. Não se pensava, na época, que a dificuldade de reduzir o foco guerrilheiro decorria muito mais desses equívocos do que da capacidade da força adversária. Assim, esse foco tornou-se a mais séria de todas as ameaças. Primeiro, porque se estabelecera no campo, objetivo que nenhuma das outras organizações subversivas alcançara. Ali, se se valesse da faculdade que têm os guerrilheiros de se deslocarem livremente — desobrigados que estão, inicialmente, de manter o terreno — nos longos espaços disponíveis, o seu combate tornar-se-ia bem mais difícil e dispendioso. Segundo, porque enfrentando condições objetivas e subjetivas desfavoráveis, tudo levava a crer que deveriam ter o apoio do exterior, o que ampliaria significativamente sua eficiência. Sem esse apoio, em tais condições, essa empreitada não passaria de uma grande aventura e não se tinha, até então, elementos para considerá-los meros aventureiros. Terceiro, porque havia o receio de que pudessem estabelecer uma zona liberada, onde procurassem caracterizar a formação de um verdadeiro Estado e, como tal, buscar o reconhecimento dessa condição jurídica, o apoio externo, enfim, a internacionalização do conflito.

Receios, equívocos, incapacidade de avaliar adequadamente a situação, geraram conseqüências sérias e outros equívocos que acabaram por se constituir, no mínimo, em fator inibidor da institucionalização do País, no momento talvez mais adequado. Levaram a uma férrea censura da imprensa, que, naquele momento, não era compreendida nem pelos seus profissionais e muito menos pela população, que passou a descrer que o objetivo último da Revolução — o seu compromisso democrático — não houvesse mudado, permitindo que outros segmentos da sociedade se colocassem contra ela. Finalmente, permitiu que, ante seu silêncio, os subversivos contassem sua versão, propositalmente deturpada, dos fatos, mas como versão única, fosse tida como verdadeira. Naturalmente, hoje, afastados dos fatos e tendo a certeza de que, na ver

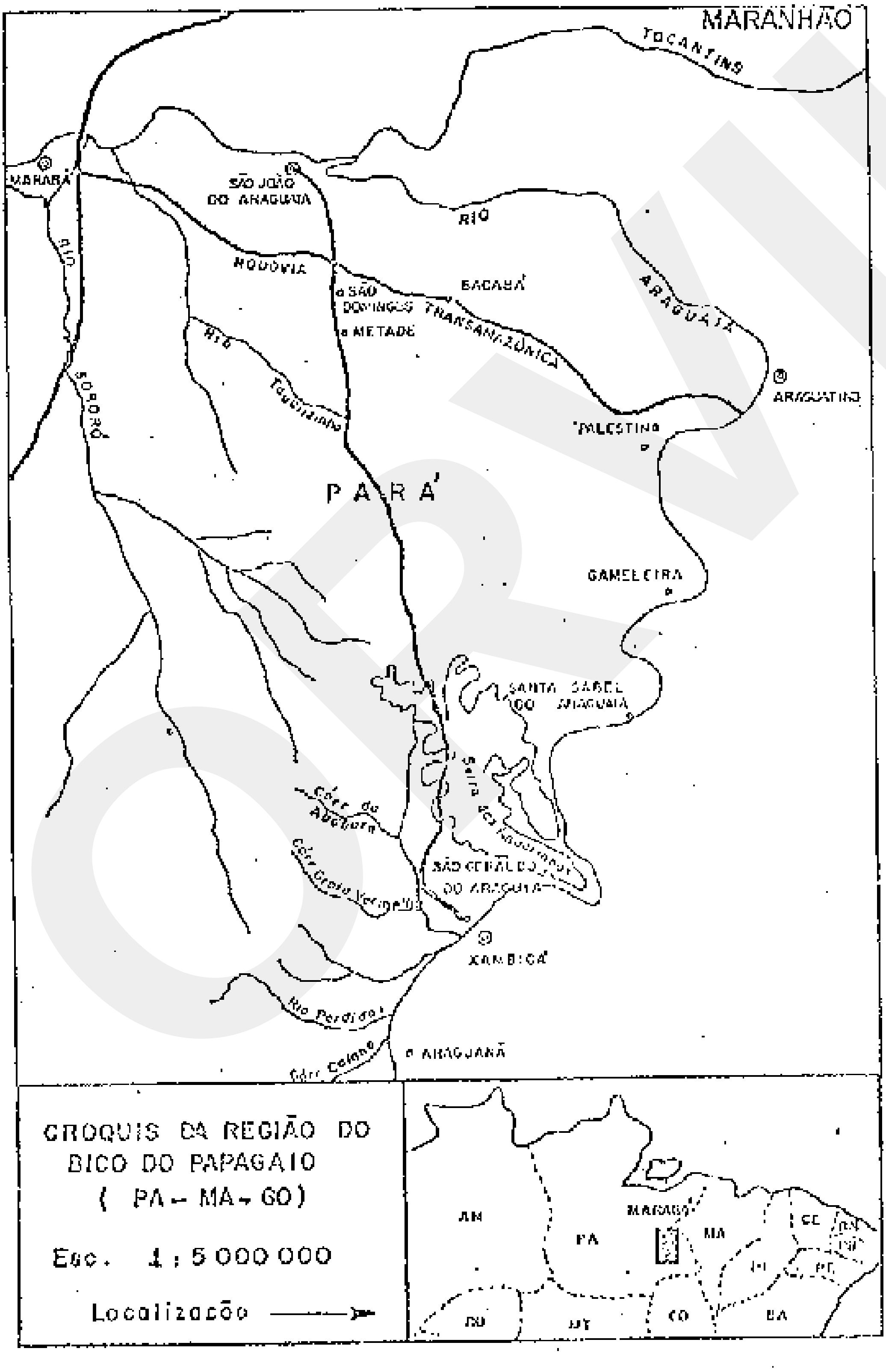
ORVIL

dade, aquele foco guerrilheiro não passava de uma grande aventura, é bem mais fácil enxergar-se a situação por outro ângulo.

ORVIL

ANEXO C

CROQUIS DA REGIÃO DO BICO DE PAPAGAIO


MARANHÃO
TOCANTINS
MARABÁ
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
RIO
RODOVIA
BACABA
SÃO DOMINGOS
METADE
TRANSAMAZÔNICA
ARAGUAIA
ARAGUATINS
PALESTINA
RIO
Rio Tauarizinho
SORORÓ
PARÁ
GAMELEIRA
SANTA ISABEL DO ARAGUAIA
Serra das Andorinhas
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
Córr. da Abóbora
Córr. Grota Vermelha
XAMBIOÁ
Rio Perdidos
Córr. Caiano
ARAGUANÃ
AM
PA
MARABÁ
MA
CE
RN
PB
PI
PE
RO
MT
GO
BA

CROQUIS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO
(PA - MA - GO)

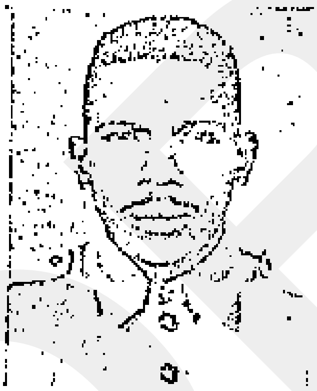
Esc. 1 : 5 000 000

Localização ——→

ORVIL

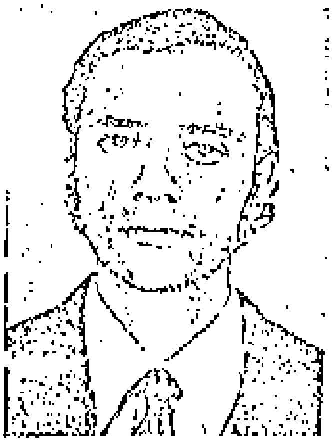
ORVIL

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1972 -



1º SGT PMSP THOMAZ PAULINO DE ALMEIDA - TEVE SEU CARRO ROUBADO POR MILITANTES DO MOLIPO, NO DIA 18 DE JANEIRO, NA RUA COLÔNIA DA GLÓRIA, CAMBUCI, SÃO PAULO. AO SER IDENTIFICADO COMO MILITAR, PELA FARDA, FOI FRIAMENTE ASSASSINADO A TIROS.

CB PMSP SILAS BISPO FECHE - ASSASSINADO, EM 20 DE JANEIRO, POR MILITANTES DA ALN, QUANDO IDENTIFICAVA OS OCUPANTES SUSPEITOS DE UM VOLKS, NA RUA REPÚBLICA DO LÍBANO, IBIRAPUERA, SÃO PAULO.



CAPÍTULO XI

1973

1. A reinstitucionalização gradativa

O ano, no dizer dos comentaristas políticos, não se iniciara bem. O Presidente Médici em sua mensagem de passagem de ano nada abordara sobre decisões políticas importantes que deveriam ocorrer, não se pronunciando sobre o futuro, neste que era praticamente seu último ano de governo.

O País seguia porém com tranqüilidade e mudara sua face. Já não seria, depois de uma década da Revolução de 1964, um "paraíso tropical" ou um "gigante adormecido". Passava por um surto de progresso econômico que na história moderna só encontra paralelo na performance japonesa de tempos atrás. Através desse desenvolvimento continuado, chegara à situação de 9º país ocidental de maior renda bruta nacional, no exato momento em que se tornara a 7ª nação em número de habitantes.

Mas, como "nem só de pão vive o homem", era natural que houvessem contestações e críticas. A ampliação da autoridade estatal no meio econômico, como fundamento para o desenvolvimento, era um fato, assinalado pela imprensa, chegando alguns a taxarem o governo de estabelecer o "socialismo democrático" ou a "democracia estatizante". Apesar dessa constatação, em reunião do Clube de Repórteres Políticos, o professor de direito constitucional Afonso Arinos congratulava-se com os resultados da política econômico-financeira do governo. Começava a se tornar mais candente a crítica acerca da distribuição da renda. Reclamava-se da falta de liberdade política. Mas todas essas críticas que se ouviam e liam, não faziam parte dessa liberdade? Não era, evidentemente, ainda, o estágio de liberdade com que a Revolução comprometera-se desde suas origens e por isso essa "cobrança" era uma atitude compreensível. Ademais que, como temos destacado, a culpa pela não compreensão dessa lenta evolução era do próprio governo que limitou as informações à população, por razões que temos também exposto ao longo desse trabalho, de modo que cada um possa julgar a sua validade. A propósito, vale reproduzir o pensamento, nessa oportunidade, do deputado e também professor de direito constitucional, Célio Borja.

ORVIL

Dizia Célio Borja, em síntese, em declarações ao Jornal do Brasil, após recordar os compromissos democráticos da revolução: "*Concordo que em 68 e 69 haviam razões que justificavam a armadura do sistema para defesa das instituições diante da ofensiva terrorista. Àquela altura, o país se achava diante de uma ofensiva que não conhecia limites em nossa história. Era portanto evidente, a razão que justificava todo o aparelho institucional. Considero agora a necessidade de uma reinstitucionalização gradativa*". Embora a proposição em termos globais pareça correta — o grande déficit da Revolução ainda era o da institucionalização —, é importante salientar o momento em que o deputado governista situava como justificativa da "armadura do sistema". Na verdade, para quem vem como nós acompanhando o desdobramento da luta armada nesse período, seria correto afirmar que teriam sido os anos de 68 e 69 os mais críticos em termos de ameaça às instituições ou teriam sido os anos de 69 e 70, ou 70 e 71 ou mesmo 72 e 73? A análise do deputado, porém, era feita com base nas informações de que dispunha e que, possivelmente, eram bem mais amplas do que as do público em geral e elas conduziam a essa conclusão. De outro lado, isto explica porque os militares ligados às atividades de segurança discordavam de colocações como essa. Seus conhecimentos sobre essa ameaça eram diferentes e por isso julgavam que esse não era ainda o momento do Estado desfazer-se da "armadura".

O importante é que, com as exceções necessárias até para confirmar a regra, havia concordância quanto à questão de fundo — a necessidade de uma institucionalização gradativa. O problema era a harmonização do momento adequado.

Mas o processo político não estava estagnado, embora andasse lentamente. Nesse ano foi suspensa a intervenção federal em 28 municípios, o Código do Processo Civil, com a contribuição do Congresso, onde foram acolhidas cerca de 500 emendas, devia refletir as tendências e opiniões da sociedade brasileira. O Presidente Médici anunciara que a questão sucessória seria aberta no 2º semestre, quando remeteria ao Congresso a lei complementar para regular a composição do Colégio Eleitoral que elegeria o próximo chefe do governo. O Presidente adiantara, desde logo, que não haveria modificações nas regras do jogo. Não haveria reeleição e nem prorrogação de mandato. Referia-se, naturalmente, às sucessões anteriores dentro do processo revolucioná-

ORVIL

rio, nas quais emergências factuais impuseram modificações nas previsões legais. Inclusive manteve-se firme quanto às propostas que pretendiam modificar o prazo de desincompatibilização que se encerrava a 15 de julho.

No dia 19 de julho, o Presidente Médici indicou, para a ARENA, o Gen Ernesto Geisel como candidato à Presidência da República. O MDB lançou também seus candidatos e decidiu utilizá-los para conduzir uma peregrinação pelo país, com comícios e atos públicos em defesa de seu programa e por "aberturas políticas". Embora o Jornal do Brasil reprovasse essa atitude do MDB, que para seu editorialista havia optado "pelo modelo de atuação das ligas de propaganda em vez de funcionar como Partido político", essa atividade não foi obstada. Não foram oferecidas todavia, as facilidades de acesso aos meios de comunicação que se pleiteava, por se julgar não cabíveis em se tratando de uma eleição indireta.

Se no Brasil não havia uma percepção clara dessa evolução, no exterior, os "asilados" políticos pareciam vê-la melhor e tomavam decisões comuns, buscando uma unidade de ação. Uma possível abertura política era vislumbrada e movimentava os "exilados", principalmente em Paris, onde se concentravam. A presença de João Goulart na capital francesa alvoroçava-os. Era desejo deles que Goulart voltasse ao Brasil, como um teste ou uma provocação, não se sabe, já que dois ex-presidentes, igualmente cassados, viviam normalmente no País.

Ex-terroristas e subversivos rearticulavam-se no exterior, na expectativa de que pudessem surgir oportunidades de retorno e de nova atuação política no País que proclamavam "*agora deverá ser pacífica*".

A queda do presidente Allende no Chile, onde existiam cerca de 1.300 brasileiros em situação irregular, provocou uma revoada que teve a bela capital francesa eleita como área de pouso da maioria. A esquerda européia, incentivada por esse aumento de "mão de obra" disponível, foi buscar no episódio do Chile a inspiração, para sustentar a propaganda contra o Brasil no exterior, o qual foi alvo em Bruxelas — onde o País realizava uma feira internacional, a Brasil Export 73 — de uma manifestação de hostilidade planejada com larga antecedência e custeada por milhares de dólares e marcos. Buscando uma repercussão espetacular, além do costumeiro e batido tema da tortura, passou a ten-

ORVIL

tar transmitir a imagem do país como "neo-imperialista, que não se recusaria a servir de trampolim à influência de forças hostis à 'libertação' do continente". Os temas da mensagem dão bem idéia de suas origens e orientação e indicação segura da fonte dos dólares e marcos.

No Brasil, uma bomba-relógio colocada na Agência de Turismo LAN-CHILE e que provocou ferimentos em 6 policiais e 6 transeuntes, foi a manifestação do estertor do terrorismo nesse período de que nos ocupamos.

O Gen Geisel, como candidato que tinha a maioria do colégio eleitoral que o iria eleger, entrevistava-se com todos os Ministros para conhecimento detalhado dos problemas e projetos em andamento em cada setor. O Governo por sua vez não diminuiu o ritmo de sua administração e nem restringiu seus projetos àqueles de curto prazo. O Brasil continuava a projetar seu desenvolvimento para o futuro.

O Gen Geisel, em seu primeiro pronunciamento como candidato, alertara que "as modificações necessitam ser realísticas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva e correspondam incontestavelmente à nossa realidade e à vontade política da Nação, interessada, sobretudo, que não se quebre o clima de tranqüilidade indispensável ao pleno rendimento de seu labor ordenado e produtivo".

Enfatizou "não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe compre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros". Finalizando seu discurso, disse da necessidade de "compatibilização do compromisso de continuidade revolucionária com as aspirações políticas e por um diálogo que conduza à normalidade institucional".

Reafirmava-se o propósito da Revolução de 1964 — caminhava-se para a institucionalização gradativa como desejo nacional e por decisão dos dirigentes revolucionários.

2. O ápice do desenvolvimento nacional

O Brasil alcançou em 1973 a maior taxa de crescimento de toda a sua história, com um incremento de 14% no seu PIB, apesar

ORVIL

das condições climáticas terem provocado um mau ano agrícola. A agricultura cresceu apenas 3,5%, mas o aumento da produção industrial foi de 15,8%. O governo realizara seu planejamento e implementava medidas visando a manter a inflação em torno de 12%.

Começava-se a ver aflorar os resultados de uma obra saneadora, planejada com eficiência e executada com determinação por toda a nação. Neste ano ficou pronta a primeira rodovia do Prodoeste, a BR-452, ligando Itumbiara a Rio Verde e foi inaugurado o trecho Rio-Bahia da BR-101. A Belém-Brasília fora retificada em vários trechos o que permitiu a diminuição de sua extensão em 160 Km e tinha agora seus 2.100 Km totalmente asfaltados. O País que em 1966 tinha uma rede de estradas federais de 37 mil Km, possuía em 1973, exatamente esta quilometragem em estradas asfaltadas, de uma rede que fora duplicada em 7 anos, alcançando 73 mil Km. A construção de estradas, que evoluíra a um ritmo de 12% ao ano no período de 1964/67, crescera, no período de 1968/73, em média 25% ao ano. Nos mesmos períodos, o asfaltamento de rodovias aumentara a médias anuais de 6% e 33%, respectivamente.

O esforço nos transportes se fez também na navegação e em ferrovias. Nestas últimas, concentraram-se os recursos naquelas que passaram a integrar os corredores de exportação. Estimava-se que, dentro de 2 anos, as ferrovias brasileiras estariam em condições de transportar o volume de carga agrícola através desses corredores. A produção em escala na agricultura, que recebeu do Governo Médici incentivos sem precedentes, foi acompanhada de um plano de modernização, reequipamento e expansão da rede ferroviária. A integração porto-ferrovia delineava, em parte, a reabilitação de nossas estradas de ferro que se complementava com o equipamento dos portos. Inaugurou-se em Santos um terminal de carregamento de cereais dos mais modernos do mundo. Dois e meio bilhões de cruzeiros foram aplicados também na recuperação dos transportes ferroviários suburbanos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Por ocasião da visita do Presidente Médici a Portugal, inaugurou-se um cabo submarino com 160 canais, oferecendo ligações mais claras e confiáveis do Brasil com diversos países europeus. De 4.000 terminais de telex existentes, o País passou a contar com 15.000. Na área das comunicações, os últimos passos necessários para o estabelecimento de um sistema completo foram da-

ORVIL

dos ao integrar-se Fernando de Noronha aos sistemas nacionais de telex e telefonia. A Companhia Telefônica Brasileira voltava-se para a melhoria de seus quadros, com a formação de cientistas de alto nível, a fim de desenvolver pesquisas, ao invés de simplesmente importar suas matrizes. A necessidade de rapidez nas ligações internacionais estava contemplada num planejamento que previa, para 1975, a conclusão de um sistema de discagem direta internacional - DDI, ligando-nos com todo o mundo.

A confiabilidade e rapidez das comunicações do Brasil com o mundo era um fator importante para responder à expansão e dinâmica de nosso comércio exterior. O Brasil não tinha ainda um superavit na sua balança comercial, embora nossas exportações já houvessem ultrapassado os 6 bilhões de dólares anuais. Essas exportações tornavam-se um dos pilares de nosso desenvolvimento continuado, pois permitiam que importássemos os equipamentos e matérias primas indispensáveis que respondiam por 97% de nossa pauta de importação. Além dessa importante função de nossas exportações, cada dólar exportado significava aumento da escala de produção, geração de mais empregos, melhoria da qualidade dos produtos e uma inevitável diminuição nos custos da produção e comercialização externa e interna.

Mas o processo de desenvolvimento é complexo e dinâmico e os planejadores têm que estar atentos a suas variações. As indústrias automobilística, de eletrodomésticos e de construção civil, em constante expansão, estavam em vias de ter que diminuir o seu ritmo por falta de matéria prima. A produção brasileira de aço, que no segundo trimestre deste ano cresceu 12%, não atendia à demanda, aumentando a necessidade de importação do produto. Isto levou o Governo brasileiro a reformular seu planejamento, que tinha por meta alcançar a produção de 20 milhões de toneladas de aço em 1980, antecipando a obtenção do índice fixado para 1978. Para tornar viável essa nova meta, o Brasil teria que investir 26 bilhões de dólares na construção de 3 novas unidades: a usina de Tubarão, a laminação de Tubarão e a usina de Carajás ou Itaqui, cuja viabilidade econômica começava a ser estudada. O valor desses empreendimentos mostra porque as nações subdesenvolvidas nem sempre conseguem romper as barreiras que as separam das nações desenvolvidas. E, para rompê-las é preciso coragem e poupança (capital) interna ou externa. Além disso, o tempo de maturação do projeto de construção de uma usina siderúrgi

ORVIL

ca, ou mesmo da unidade de uma usina, varia de 3 a 5 anos. Essa antecedência de planejamento é sempre um risco, dada as modificações que nesse espaço de tempo pode sofrer a conjuntura internacional. Com vistas a atender a essa nova dimensão da siderurgia brasileira, o Governo criou a SIDERBRAS, empresa "holding" que reunia a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e a USIMINAS, a fim de realizar a política brasileira nesse setor.

Apesar de termos assistido ao primeiro vôo do avião Bandeirante, e a Embraer ter-se lançado no projeto de um novo avião, o Xavante, atestando a evolução de nossa tecnologia, o Brasil ainda pagava caro pela importação de "know-how" estrangeiro. Neste ano os gastos foram de 1 bilhão de dólares, pesando na balança de pagamento no valor de 350 milhões de dólares. Tendo em vista este alto custo pago pela tecnologia estrangeira, o Governo decidiu, a partir desse ano, aplicar 1% do PNB na criação de tecnologia própria e nos anos de 73/74 despender 3,6 bilhões de cruzeiros no Plano Básico de Desenvolvimento Tecnológico.

A instalação da fábrica de automóveis FIAT em Minas Gerais, atendeu a mais um objetivo do crescimento nacional que buscava uma descentralização do parque manufatureiro nacional. Minas Gerais, com o incremento da indústria cimenteira e agora com a implantação da indústria automobilística, ia se tornando um novo polo de desenvolvimento.

No plano internacional alguns fatos iriam mostrar que, à medida que o Brasil se expandia, começava a chocar-se com outros interesses, bem como que a conjuntura internacional que nos fora sumamente favorável até então, poderia mudar seus rumos. Os países produtores de petróleo anunciavam ao mundo, como decorrência de acordos que haviam firmado em Genebra no final de 1972, que a era da energia barata acabara. Nessa época o preço de um barril de petróleo era de US$ 2,59 (Cr$ 15,54). O Brasil então tomou as medidas que podia adotar na contingência; passou a estocar carvão mineral e óleo que lhe permitissem produção de energia até 1980.

Por outro lado, a Argentina fazia tudo que estava a seu alcance para retardar o progresso energético brasileiro. No dia 1º de abril, o Brasil deu início à operação de enchimento da barragem de Ilha Solteira, buscando, com o aceleramento do projeto,

ORVIL

ter até o final do ano, 4 dos 20 geradores dessa usina em funcionamento. A Argentina protestou evocando a Convenção de Estocolmo. Ocorre que Ilha Solteira fica a montante de Jupiá e a formação de seu lago não afetava a situação existente a jusante dessa usina. Qualquer irregularidade na operação, traria prejuízos inicialmente a Jupiá, o que não era do interesse do Brasil. Ademais a operação de enchimento do lago de Ilha Solteira seguia o mesmo cronograma previsto para o enchimento do lago de Jupiá, que havia sido considerado exemplar pela Argentina.

O Presidente Médici determinou que cessassem as discussões em torno da usina de Itaipú e que se desse início a suas obras. Foi formada uma empresa mista dos dois países interessados, com um capital de 100 milhões de dólares e uma comissão do Congresso Nacional foi encarregada de opinar sobre a aquisição, pelo Brasil, dos serviços de eletricidade do Paraguai.

Ainda em abril, em Brasília, com a presença do Presidente Stroesner, os chanceleres dos dois países assinavam o acordo de Itaipú, negociado agora em termos definitivos.

Ato contínuo a Argentina informou ao Brasil que pretendia construir a hidrelétrica de Corpus e por isso desejava que o Brasil e o Paraguai reduzissem a cota projetada para a barragem de Itaipú, o que resultaria numa perda de 25% de seu potencial. Ocorre que o projeto de Corpus estava num estágio tão incipiente que poderia ser protelado indefinidamente. O Brasil deu à Argentina as explicações julgadas necessárias e prosseguiu nos seus projetos. Neste ano ainda, o Brasil faria o desvio do Rio Iguaçú para dar início à construção da barragem da hidrelétrica de Salto Osório que, em 1975, deveria gerar 1.050 mil Kw.

Outros problemas menores, nas fronteiras vivas e econômicas do País, começariam a surgir, fruto de um trabalho desenvolvido pela esquerda internacional.

Apesar dos indícios de mudanças substanciais na conjuntura, apesar das dificuldades crescentes a enfrentar, em decorrência de nossa expansão e dos choques de interesses, o Brasil era um País com "fôlego" para prosseguir sua caminhada e estava muito melhor preparado para enfrentar possíveis crises internacionais. Ainda mais, gozava de confiança da comunidade internacional. Neste ano, julgando que suas reservas internacionais esta-

ORVIL

vam muito elevadas, pela primeira vez na sua história o País passava a reter 40% dos ingressos de capitais estrangeiros, para frear a rapidez de ingresso de divisas, que já alcançavam 6,3 bilhões de dólares, equivalentes ao valor de nossas importações e exportações, na época.

3. O desenvolvimento social

O desenvolvimento brasileiro contemplava cada vez mais o campo social, o qual ia sofrendo os influxos das alterações que se operavam nas estruturas. Em algumas áreas, porém, isso não ocorreu sem resistências, exigindo uma atuação enérgica e determinada do Governo. Isto verificou-se, naquele ano, nos Estados de Pernambuco e da Paraíba, com a implantação dos projetos de reforma agrária do Proterra. Nessa região, além de desapropriar terras de 24 latifundiários que não aderiram ao projeto, o Governo teve que anular escrituras de doação de terras a seus parentes, a fim de conter esses abusivos desvios. Em contrapartida, nessa mesma região, desapropriou terras, com indenização prévia e a justo valor, de sete usinas que aderiram ao projeto e onde foram assentadas 1000 famílias e negociava outras operações idênticas que permitiriam igual número de assentamentos.

O trabalhador rural foi sempre alvo das maiores atenções do Governo. Complementando os benefícios já concedidos ao homem do campo, equiparou as pensões, julgadas insuficientes, às aposentadorias, providência que veio acompanhada de medidas que visavam a evitar a dispensa sistemática no campo, em decorrência da aposentadoria. Neste mesmo ano, as aposentadorias de trabalhadores rurais ultrapassaram a casa de um milhão. Além do nítido caráter social das providências, elas funcionaram como fator inibidor do êxodo rural, fenômeno agregado ao próprio desenvolvimento e que será tanto mais rápido quanto maior for a diferença da assistência oferecida ao trabalhador urbano e ao rural.

A educação foi outra área através da qual foram levados a números crescentes da população os benefícios indiretos do crescimento econômico. O MOBRAL alcançava o último município, estando instalado nos 3.953 municípios brasileiros e sua meta de alfabetização era superior a 1 milhão de pessoas. Como suplemento de sua atividade básica, o MOBRAL passou a participar do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra, de longo alcance so-

ORVIL

cial. Além de ampliar a rede de ensino gratuito, o Governo vinha buscando criar condições de real acesso à educação. Para isto, o MEC distribuiu 8 milhões de livros, através do Programa do Livro Didático que os vendia a baixos preços obtidos por meio de coedições de alta tiragem.

A exemplo do que ocorreu com os trabalhadores rurais no ano anterior, neste foram estendidos aos empregados domésticos os benefícios da previdência social. Com isso, o número de assistidos pela previdência ultrapassava a casa dos 10 milhões. Também o Setor Financeiro da Habitação, além de financiar unidades habitacionais em números crescentes, levava benefícios à população na área do saneamento básico, sendo à época, atendidos com redes adutoras de abastecimento de água 2.640 municípios e tendo crescido em 100%, nos últimos 10 anos, a rede de esgotos sanitários. A partir deste ano e até 1980, havia previsão da aplicação de Cr$ 5 bilhões nessa área, beneficiando, se concretizada, 65 milhões de pessoas.

A marcha satisfatória da economia, sem dúvida, vinha permitindo ao Governo liberar recursos para projetos que atendessem seus objetivos sociais.

4. A FBI continuava em expansão

À medida em que os terroristas fugiam do País, a Frente Brasileira de Informações (FBI) expandia-se. As organizações subversivas que imergiam no Brasil, afloravam no exterior e integravam-se no que se havia tornado a mais importante forma de luta das esquerdas — a propaganda adversa.

Em março, apareceu no Chile mais uma publicação, a "Jornadas de la Lucha Popular". Assumido pelo Comitê do PCB no exterior, o tablóide incluiu-se no esquema da FBI, assacando infâmias contra o Brasil.

No dia 24 de maio, no Chile, um evento solene. Realizou-se um jantar no restaurante Savain em solidariedade às atividades da ACBS e da FBI. Na ocasião, foram rendidas homenagens a Francisco Whitaker Ferreira, escolhido como novo coordenador do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

O ano de 1973 foi marcado por duas importantes campanhas desenvolvidas pela FBI.

ORVIL

Em junho, foi iniciado na Bélgica um movimento para suspender a realização da "Brazil Export 73". O "Comitê Belgo-Europa-América Latina" e o, também belga, "Movimento Cristão para a Paz" desenvolveram intensa campanha tentando evitar a realização da feira. O pasquim "Jornadas de la Lucha Popular" no seu nº 3, de agosto, distribuído no Chile, também se incorporou à campanha. O objetivo era por demais evidente. A realização da exposição poderia representar o desmascaramento das infâmias divulgadas na Europa e, ao contrário, promover o País.

A segunda campanha desenvolvida pela FBI referia-se ao julgamento do Governo Brasileiro pelo Tribunal Bertrand Russel. Intensa atividade foi desenvolvida no sentido de recolher informações e testemunhos que pudessem ser apresentados durante o julgamento, previsto para outubro. Um dos principais membros do tribunal, o senador italiano Lélio Basso, esteve no Chile convidando terroristas a testemunharem perante o tribunal. O militante da ALN Fernando Soares, asilado na Itália, esteve no Uruguai, desenvolvendo as mesmas atividades do Senador Basso no Chile.

É preciso não perder de vista que a maioria dos componentes dos diversos órgãos que compunham a rede de apoio à FBI e a própria FBI eram subversivos, comunistas fugidos do Brasil.

A revolução chilena de setembro representou o desalento para os asilados brasileiros e a queda de um importante bastião no esquema do movimento comunista. Toda atividade desenvolvida pela FBI no Chile foi suspensa, a partir da revoada dos comunistas à procura de um novo refúgio. O julgamento do Brasil pelo Tribunal Bertrand Russel foi adiado. O último boletim da FBI editado no Chile, o nº 43/44, de Jul/Ago, anunciava a formação do júri do tribunal para o julgamento da "ditadura brasileira", em outubro.

Em novembro, o Comitê Francês da Amnesty International, em ligação com o Front, organizou e promoveu um congresso sobre tortura, repetindo as acusações de sempre contra o Brasil. Como novidade, a reação do professor Denis Bucan, romeno naturalizado francês que, ao comentar uma notícia do jornal Le Figaro sobre o evento, destacou que a Amnesty International nada fazia contra a tortura nos países comunistas.

ORVIL

No final do ano, iniciou-se a publicação do "Brasilianische Informations-Front", versão alemã do boletim da FBI. Ressalvando-se o idioma diferente, o boletim seguia o mesmo esquema do chileno, do francês e do italiano; as notícias eram as mesmas, assim como a fonte e a estrutura encarregada de fazê-las circular.

5. Os "justiçamentos" e o desmantelamento do PCBR

Após as "quedas" de dezembro de 1972, que atingiram a cúpula dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), três militantes assumiram o Comissariado Nacional Provisório (CNP) que passou a ser conhecido como o "3º CC": Ramires Maranhão do Valle, Ranúsia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima.

Estruturado somente na Guanabara, o PCBR possuía esparsos militantes distribuídos na Frente de Massas, que englobava o Setor Operário e o Setor Estudantil

da pelo Setor Logístico,

cia e na Base Médica. Na realidade, para as ações armadas, só existiam os militantes do triunvirato dirigente, reforçados por Vitorino Alves Moitinho, que já havia saído da prisão.

Em 25 de fevereiro de 1973, o PCBR participou do traiçoeiro assassinato do Delegado Octávio Gonçalves de O

do pelas costas, em Copacabana. Em "frente" com a ALN e com a VAR-PALMARES, participaram do crime Ramires e Ranúsia, esta, responsável pelo esquema médico.

Em março, Ramires e Vitorino dirigiram-se para Porto Alegre, onde, em "frente" com a VAR-PALMARES, assaltaram, no dia 14, o Banco Francês Brasileiro, roubando cerca de Cr$41.000,00. Ainda em "frente" com a ALN e com a VAR-PALMARES, o PCBR assaltou, em 4 de junho, o "BOB'S" de Ipanema, de onde roubaram cerca de Cr$ 31.000,00.

Em julho, os quatro militantes iniciaram o planejamento do assassinato de Salatiel Teixeira Rollins, ex-membro do CC e da CEx e que havia saído da prisão um ano antes. Segundo os quatro remanescentes, ele era um traidor e deveria ser "justiçado". Depois de roubarem um Volks em Maria da Graça, os militantes, na

Justiçado

ORVIL

manhã do dia 22, entraram num bar da Rua Dias Ferreira, no Leblon, onde Salatiel era o gerente. A vítima nem chegou a perceber o que estava acontecendo. Absorvido no trabalho de lavar o local, recebeu o impacto de três tiros disparados por Ramires e Vitorino. Enquanto Ranúsia esperava no Volks da fuga, Almir pichava as paredes do bar com a sigla assassina "PCBR" e lançava, sobre o cadáver, panfletos assinados pelo "Comando Mário Alves".

Em 29 de agosto, os quatro assaltaram uma clínica médica na Rua Paulino Fernandes, em Botafogo, da qual roubaram cerca de Cr$ 4.000,00.

Nessa época, além de enfrentar as dificuldades causadas pelo restrito número de militantes, o CNP do PCBR travava, à distância, intensas discussões com os militantes foragidos e banidos que, no Chile, haviam eleito um novo CC, em oposição à direção do "interior".

Na primeira quinzena de outubro, a denúncia de um informante possibilitou a localização de Almir que passou a ser constantemente vigiado. Na manhã de 27 de outubro, Ranúsia foi presa pela polícia. Já no seu primeiro depoimento, afirmou que, além de vários assaltos, o PCBR estava planejando o "justiçamento" de Ramayana Vaz Vargens, acusado de traição na prisão e que havia sido liberado quatro meses antes. Disse, também, que teria um "ponto" nessa noite, na Praça Combate, em Jacarepaguá, com Ramires e Flávio Augusto Neves Leão de Sales, da ALN, a fim de serem acertados os novos assaltos em regime de "frente". Na chegada ao "ponto", Ranúsia e os policiais foram recebidos a tiros. No final da refrega, os quatro mortos - Ramires, Ranúsia, Almir e Vitorino, atestavam o desmantelamento total do PCBR.

Só muitos anos mais tarde, com a volta de dirigentes do exterior, como Apolônio de Carvalho, Breno Costa de Albuquerque Maranhão e Antônio Prestes de Paula, pôde, o PCBR, reestruturar-se novamente, atuando infiltrado no PT. E, mais uma vez, prosseguir nos assaltos a bancos, prenunciando, talvez, uma futura luta armada.

6. A desestruturação do PCR

Em 1973, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) era comandado por uma Direção Geral (DG), constituída por Manoel Lisboa de Moura e José Emilson Ribeiro da Silva no Conselho de Lu-

ORVIL

ta Operária (CLO), Valmir Costa no Conselho de Luta Estudantil (CLE) e Manoel Aleixo da Silva no Conselho de Luta Camponesa (CLC). Selma Bandeira Mendes era responsável pelas finanças e Bartolomeu Mendes Cunha encarregado do Setor de Imprensa. Existiam direções regionais (DR) em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. A DR de Pernambuco era integrada pelos mesmos elementos da DG.

Em 20 de março, a organização realizou sua primeira ação do ano. Manoel Lisboa e José Emilson, usando fardas da Força Aérea, e mais três elementos assaltaram o Parque da Aeronáutica, em Recife, roubando dois mosquetões e uma carabina .30.

As primeiras prisões de militantes do PCR ocorreram em maio, em João Pessoa, logo estendidas para Maceió, em fins de julho. Mesmo assim, em 4 de agosto, a organização assaltou a Padaria Rosarinho, na Avenida Norte, em Recife, roubando cerca de 5 mil cruzeiros. Desesperado, o PCR esquecia-se de suas convicções anteriores e buscava, no assalto, conseguir dinheiro para a sua ameaçada sobrevivência. Foi, no entanto, o canto de cisne de suas ações armadas.

Em agosto e setembro, ocorreram as prisões de dezenas de militantes do PCR, nos quatro Estados. Em Recife, foram descobertos quatro "aparelhos". No localizado na Avenida Central, em Tejipió, foi encontrada grande quantidade de armamento, de munição e de explosivos.

Seu principal dirigente, Manoel Lisboa de Moura, o "Galego", preso em 16 de agosto, disse que Emmanuel Bezerra dos Santos, havia ido a Buenos Aires, no começo do mês, a fim de contatar e pedir apoio ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) argentino e à Vanguarda Comunista e que, ao retornar, teriam um "ponto" no Largo da Moema, em São Paulo. No dia previsto para o encontro, às 0830 horas, deixado sozinho no meio da praça, cercada pelos agentes, "Galego" encontrou-se com Emmanuel. Nesse momento, ao receber voz de prisão, Emmanuel reagiu a tiros, ocasionando um violento tiroteio que causou a morte dos dois militantes.

Com a perda desses dois dirigentes, com a morte do encarregado do trabalho de campo, Manoel Aleixo da Silva, o "Ventania", ao reagir à prisão, em 29 de agosto, no município pernam-

ORVIL

bucano de Ribeirão e com a prisão de cerca de meia centena de militantes, o PCR ficou praticamente desestruturado. Dos elementos da direção, só não foram presos Valmir Costa, Selma Bandeira Mendes e Luíza Maria Nóbrega.

O PCR só voltaria ao cenário da esquerda brasileira anos mais tarde, com a fusão do que restou da organização ao MR-8.

7. ALN: a violência até no estertor

O longo silêncio da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi quebrado em São Paulo, no dia 16 de janeiro, com o assalto à empresa de transportes Util S/A, como decorrência da necessidade de sobrevivência. A essa altura, o limitado efetivo da ALN fazia com que seus militantes exercessem múltiplas funções e que se confundisse a Coordenação Nacional com a Coordenação Regional de São Paulo (CR/SP) e com o próprio Grupo Tático Armado (GTA).

Antônio Carlos Bicalho Lana e Arnaldo Cardoso Rocha, seu companheiro de direção nacional, alternavam-se no planejamento e no comando das ações armadas que sustentavam o que restava da organização subversiva em São Paulo. Ao GTA foram incorporados elementos pertencentes ao Setor Estudantil, entre os quais Ronaldo Mouth Queiroz e Francisco Emanuel Penteado.

Havia um esforço da organização no sentido de recompor o Setor Estudantil, na tentativa de mobiliar seus debilitados quadros. Conseguira refazer seus contatos no movimento estudantil, praticamente inexistentes desde o "racha" do MOLIPO. Ronaldo Mouth Queiroz ligara-se a Alexandre Vanucchi Leme para a reconstituição de grupos de discussão política, primeiro passo para o aliciamento e recrutamento de novos militantes.

Apesar de abalada na sua estrutura, a ALN conseguia manter o seu Setor de Imprensa funcionando. Divulgou, em São Paulo, uma edição mimeografada do nº 9 de "O Guerrilheiro", enquanto no Rio de Janeiro era distribuído o nº 9 de "Ação", referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1972 (1). As publicações, refletindo o estertor da organização, não mais enalteciam seus feitos "guerrilheiros". Limitavam-se a orientar o planeja-

---

(1) O atraso na difusão do nº 9 de "Ação" devia-se à morte da editora-chefe do jornal, Aurora Maria do Nascimento Furtado, em novembro de 1972. Ainda em janeiro foi difundido o nº 10 desse jornal, que continuaria a ser divulgado até o nº 12, de julho de 1973. Ao que se sabe o nº 10 de "O Guerrilheiro", de abril desse ano, seria o último número desse jornal.

ORVIL

Manoel Henrique de Oliveira - Português

mento das ações a serem realizadas, apenas, onde e quando se pudesse assegurar uma superioridade tática.

Assim como ocorrera com o MR-8 no exterior, o nº 12 de "Ação", vaticinava, numa postura autocrítica, que o prosseguimento da atividade armada, indiscriminadamente, representaria a destruição da organização. Mas, ao contrário daquela organização, esclarecia que as ações — corretas de início — esvaziavam-se de conteúdo político e a insistência na sua prática constituía um erro tático, proporcionando o ressurgimento do "reformismo pacifista" — alusão à nova postura propugnada por diversas organizações subversivas e, particularmente, à Tendência Leninista que, aos poucos, ganhava adeptos dentre os quadros e militantes da ALN, também no Brasil.

Mas a organização, mesmo nos seus estertores e apesar da autocrítica, manter-se-ía guiada pela violência irracional que estava incorporada em seus militantes.

Atribuindo a morte de Yuri Xavier Pereira e seus companheiros à delação de um dos proprietários do Restaurante Varela, no bairro da Mooca, onde o terrorista e seu bando foram localizados, decidiu-se pelo seu assassinato, com o pomposo título de "justiçamento". O comando "Aurora Maria do Nascimento Furtado", constituído por Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emanuel Penteado, Francisco Seiko Okama e Ronaldo Mouth Queiroz foi encarregado da missão e assassinou, no dia 21 de fevereiro, o comerciante Manoel Henrique de Oliveira. Às 0700 hs dessa manhã, quando Manoel descia de seu Volkswagen, acompanhado de um sobrinho menor, para abrir o restaurante do qual era um dos quatro sócios proprietários, foi metralhado, sem que pudesse esboçar um gesto de defesa, não tendo seu sobrinho sido atingido pelas rajadas de metralhadora por mero acaso. Manoel, 39 anos, de nacionalidade portuguesa, viera para o Brasil há pouco mais de um ano, "para tentar a vida na terra da promissão". Com sua morte, antes que pudesse enriquecer, deixou sua mulher, com 2 crianças pequenas, totalmente desamparada, numa terra estranha. O conhecimento da ação não ficou restrito aos assassinos; o corpo de Manoel foi coberto por panfletos da organização impressos no Centro de Orientação Estudantil da USP, por interveniência do militante da ALN, Paulo Frateschi.

Havia algum tempo que os órgãos de segurança conheciam a

ORVIL

Dr Otávio

ORVIL

intenção da ALN em assassinar seus componentes, como forma de intimidação e retaliação pelas freqüentes "perdas" ocorridas no "estouro de aparelhos" e nos confrontos armados. A organização reconhecia que a agonia das organizações "militaristas" devia-se, em boa parte, à atividade eficiente dos profissionais que participavam da luta antiterrorista.

O doutor Octávio Gonçalves Moreira Júnior, o "Otavinho", delegado do DOPS paulista, destacava-se, desde os tempos de estudante na Universidade Mackenzie, como um convicto opositor das teses marxistas-leninistas. Na luta contra a subversão comunista, "Otavinho" havia demonstrado sua inabalável profissão de fé no regime de liberdade. Além disso, pela sua educação e afabilidade, "Otavinho" era muito estimado nos órgãos de segurança, constituindo-se, por tudo isso, num alvo compensador para o terror.

Passando o fim de semana no Rio de Janeiro, "Otavinho" retornava da praia com um amigo, no dia 25 de fevereiro. Parou na esquina da Av. Copacabana com a Rua República do Peru para fazer uma ligação telefônica para sua noiva. Estava sendo vigiado havia muito tempo por um comando composto por Flávio Augusto Neves de Sales e Merival de Araújo da ALN, Ramires Maranhão do Valle do PCBR e James Alen Luz da VAR-P. Enquanto completava a ligação no "orelhão", "Otavinho" foi abatido pelas costas por um tiro de espingarda de caça calibre 12, disparado à queima-roupa por um dos dois elementos que haviam saltado, sorrateiramente, de um Aero-Willys verde. O disparo fatal, que deixou suas marcas no prédio da esquina e na banca de jornais próxima ao orelhão, feriu, também, o amigo de Octávio Gonçalves que foi internado no Hospital Miguel Couto. O "justiçamento" foi completado por dois tiros de pistola 9mm desferidos na cabeça do corpo já estendido na calçada, enquanto de dentro do veículo eram lançados panfletos, ante os olhares assustados de populares. Com a morte de "Otavinho", talvez a ALN tenha desejado demonstrar que, apesar de debilitada, a "guerra" prosseguiria.

No dia 2 de março, em São Paulo, ao abordar um local suspeito de tráfico de tóxico, a polícia foi recebida a bala e os meliantes lograram fugir. Um deles, nissei, na fuga deixou cair uma maleta contendo documentos da ALN, sendo o fato comunicado aos órgãos de segurança. No dia 15 desse mesmo mês, com o auxílio dos policiais envolvidos nesse incidente, foi dada uma nova "batida" no local, tendo sido ali identificado o mesmo elemento que deixara cair a maleta com documentos durante a fuga anterior, acompanhado de outros dois. À ordem de prisão, reagiram, travando-se cerrado tiroteio. Ao dispararem suas armas, os terroristas feriram a transeunte Aparecida Guarnieri Rodrigues e um policial. Ao cabo da refrega os três elementos estavam mortos, tendo sido identificados como Francisco Seiko Okama, Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Emanuel Penteado.

8. Uma ajuda involuntária à guerra psicológica

Independentemente do episódio ocorrido na véspera quando morreram em São Paulo, em tiroteio com a polícia, três terroristas da ALN, fruto de um paciente trabalho de investigação no meio universitário da USP, foi preso, no dia 16 de março, o subversivo Alexandre Vanucchi Leme. Alexandre "abriu" os elementos que estava recrutando para a ALN, o que permitiu a imediata prisão de alguns deles.

Alexandre admitiu um "ponto" com Ronaldo Mouth Queiroz no dia seguinte, às 1100 hs, no cruzamento da rua Bresser com a Av Celso Garcia, no Brás, lugar de tráfego intenso. Levado ao local, Alexandre foi deixado na esquina, permanecendo os agentes à distância, aguardando que o encontro se concretizasse. Aparentando tranqüilidade, Alexandre dirigiu-se à padaria da esquina, tomou uma cerveja e retornou ao seu ponto, olhando insistentemente para os lados. Em determinado momento, vislumbrando a chance de escapar, Alexandre tentou atravessar a rua em desabalada carreira, imediatamente após a abertura do semáforo. Não conseguiu. Foi colhido pelo caminhão Mercedes Benz, placa NT 1903, dirigido por João Coscov, vindo a falecer com lesões traumáticas crânio-encefálicas, atestadas como "causa mortis" pela necrópsia realizada no IML.

No inquérito instaurado pelo DOPS foram ouvidas várias testemunhas, entre as quais, naturalmente, o motorista do caminhão e todos confirmaram a ocorrência. Houve, no entanto, um retardo no anúncio de sua morte — a imprensa noticiou-a no dia 20 de março — e isso deveu-se à necessidade de aprofundamento das investigações com base nos depoimentos de Alexandre dos dias 16 e 17. A operação resultante permitiu a prisão de mais estudantes comprometidos com a ALN, num total de dezoito.

ORVIL

ORVIL

Com dados fornecidos por Alexandre Vanucchi Leme, foi realizada uma operação de vigilância na Vila Buarque, com a finalidade de deter Ronaldo Mouth Queiroz, elemento importante no esquema de aliciamento de estudantes. Na manhã do dia 6 de abril, foi observado na esquina da Av. Angélica com a Rua Sergipe, um elemento com todas as características de Ronaldo. Ao ser dada voz de prisão ao suspeito, este sacou um revólver .38 e reagiu a tiros, vindo a falecer no tiroteio que se seguiu. A polícia, diligenciando nas imediações da ocorrência, localizou o "aparelho" de Ronaldo, onde farta documentação demonstrava a preocupação de aliciar estudantes da USP e a realização de levantamentos de terroristas já mortos e de agentes de órgãos de segurança. A morte de Ronaldo punha fim a uma operação que teve início com a prisão de Alexandre e que desbaratou o Setor Estudantil da ALN em São Paulo.

O "ponto" que Alexandre "abrira" com Ronaldo possivelmente era um "ponto de polícia". O fato é que dessa ou de outra forma, já no dia 17, circulavam na USP rumores de sua prisão. Quando foi noticiada sua morte, os órgãos de segurança foram surp endidos por uma intensa atividade de propaganda, a qual difu dia a versão de que Alexandre tinha morrido em conseqüência torturas sofridas nos órgãos de segurança. A campanha, apoia pelo clero dito "progressista" — sob a liderança de D. Evaris Arns —, gerou um compreensível clima de revolta no meio estudantil. Era o próprio "fermento na massa" na sua verdadeira ex pressão. O fato abriu uma campanha psicológica sistemática que, daí por diante, seria desencadeada, sempre que ocorresse a morte de um terrorista que não fosse resultado de um flagrante entrevero.

No momento da morte de Alexandre, estavam descobertos "os direitos humanos". Sim, porque sobre a morte brutal de Manoel Henrique de Oliveira, que fora assassinado à porta de seu trabalho um mês antes e o assassinato cruel de Otávio Gonçalves Moreira Júnior, quatro dias depois, nada fora dito. Ou a vida e o trabalho não se inserem entre os direitos humanos? Ou seria porque Manoel, um dos quatro proprietários de um restaurante na Mooca, não era um "oprimido" e sim um representante do "capitalismo selvagem"? Estes fatos,por acaso não foram escritos com sangue? Ou será que a imagem de Deus estampada na pessoa humana não é sempre a mesma?

Vários terroristas declararam mais tarde ter assistido ou tomado conhecimento da "morte" de Alexandre, o "menino Alexandre", como preferem referir-se, nos seus depoimentos, uma psicóloga e uma pedagoga. Um dos depoentes diz que ouvira seus gritos e gemidos na cela solitária e que já estava em tal cela 15 dias antes do interrogando chegar ao pavilhão; (...). Ora, Alexandre foi preso dia 16, como é público e notório e mesmo que não tivesse morrido ao tentar a fuga no dia 17, sua morte foi noticiada a 20, tudo do mês de março. Como poderia estar na solitária há mais de 15 dias? O restante de seu depoimento é semelhante aos demais, apenas diferindo, também, quando acrescenta que no dia da morte o carcereiro informou-lhe "que aquele moço da solitária havia tentado o suicídio cortando os pulsos e que veio a saber que o nome desse rapaz da solitária era Alexandre Vanucchi". Erro dessa natureza é compreensível. Afinal, o trabalho de denúncia sistemática de tortura nos tribunais estava no seu início e alguns terroristas julgavam que quanto mais grave a denúncia melhor, esquecendo-se de que mesmo a mentira precisa de um mínimo de coerência e não havia ainda uma coordenação eficiente. Os poucos erros desse tipo não seriam mais cometidos. A versão seria única, normalmente coerente e com nuances sem importância para dar-lhe maior autenticidade.

Indagamos ao diretor do DOPS à época sobre a morte de Alexandre e ele nos disse: "Se o Alexandre Vanucchi tivesse permanecido vivo não teríamos acabado apenas com o Setor Estudantil da ALN, em São Paulo, teríamos, naqueles dias, acabado com a própria ALN e talvez outras organizações que com ela atuavam em 'frente'. Por paradoxal que possa parecer, os maiores interessados em preservar a vida de Alexandre, naquele momento, eram os órgãos de segurança. Além do mais, se fosse objetivo dos órgãos de segurança simular a morte de Alexandre no trânsito, quem conhece São Paulo sabe que seria um absurdo tentar fazê-lo, às 11 horas da manhã, no cruzamento da Rua Bresser com a Avenida Celso Garcia. O retardamento do anúncio de sua morte foi o recurso que nos restou para acabar pelo menos com o Setor Estudantil da ALN. Não esperávamos que sua morte por acidente, comprovada em inquérito, fosse alvo de uma campanha psicológica que pelas suas técnicas, naturalmente, ignorou o inquérito e as circunstâncias citadas."

ORVIL

9. O fim da ALN

No dia 13 de abril, a Ação Libertadora Nacional (ALN) perdia no Rio de Janeiro o terrorista do GTA, Merival de Araújo, morto ao tentar escapar durante a "cobertura de um ponto". A prisão de Merival fora possível pelas declarações de seu "apoio", o Prof. Francisco Jacques de Alvarenga, militante da RAN, preso naquela ocasião.

No dia 28 de junho, quando preparava provas na secretaria do Curso MCB que funcionava em anexo ao Colégio Veiga de Almeida, na Rua São Francisco Xavier, na Tijuca, o Prof. Francisco Jacques de Alvarenga foi assassinado com quatro tiros de pistola .45 desferidos pelo terrorista do GTA, Thomás Antônio da Silva Meirelles Neto. O assassino, acompanhado por mais dois elementos, após perguntar à vítima se era o professor Jacques, disparou quatro vezes, em resposta ao gesto amistoso do mestre que lhe estendia a mão. Um dos acompanhantes de Thomás pichou uma das paredes do colégio com a sigla ALN.

justiçado

Consumava-se, assim, mais um "justiçamento" da ALN que, pressentindo o seu fim, agia de forma a cercá-lo da mesma aura de violência que caracterizou o seu surgimento e a sua existência como organização subversiva.

Em julho, em São Paulo, a ALN perdeu em enfrentamentos armados mais um elemento de sua Coordenação Nacional e mais um experiente quadro do GTA. No dia 13, o dirigente Luiz José da Cunha, identificado na Avenida Santo Amaro, empreendeu fuga ferindo duas moças na tentativa de seqüestrar um carro, antes de morrer no combate com a polícia. No dia 16, desfalcava a organização o militante Hélber José Gomes Goulart, morto no bairro do Ipiranga ao tentar romper um cerco policial. A ALN mantinha a mística de que os quadros dirigentes e os membros do GTA não deveriam "cair vivos".

Com Hélber foi encontrado um documento da organização que considerava como causas das derrotas da esquerda em geral: *a centralização e o controle das informações através dos COPI; o incremento da formação técnica dos agentes da lei, bem como o aperfeiçoamento dos métodos de investigação; a campanha publicitária do governo; o controle exercido sobre os sindicatos, dificultando os movimentos de massa; os "projetos impacto"; a ba* *de uma unidade política de esquerda, bem como a inexperiência de guerra; as derrotas impostas aos movimentos armados e às suas redes de apoio; o grande número de militantes no exterior.* O texto admitia o sucesso do govêrno revolucionário junto à classe média quando veiculava textualmente: "...*E na verdade não podemos dizer que não obteve êxitos*".

Em 1º de outubro, o que sobrara da CR/GB, chefiada por Flávio Augusto Neves Leão de Sales, em "frente" com o PCBR e a VAR-P, fez explodir uma bomba nos escritórios da agência de passagens da empresa aérea LAN-Chile, na Avenida Rio Branco, ferindo seis policiais e seis populares. A bomba, entregue com um bilhete, representou um protesto pela derrubada do Governo de Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile, ocorrida no dia 11 de setembro.

A bomba, colocada na agência da LAN-Chile, foi considerada a última manifestação de violência praticada pelas organizações subversivas e baliza o fim da tentativa armada comunista para a tomada do poder no Brasil.

Em face das "quedas" ocorridas nas fileiras da ALN, sua estrutura que já era deficiente, tornou-se crítica. Em São Paulo, restava um grupo do Setor de Massas, controlado por Betty Chachamovitz, do qual faziam parte Edmir Elias Albino, Gregório Gomes Silvestre e Rivaldo Leão. Estes elementos, militando na organização desde o final de 1972, ligavam-se diretamente ao último membro da antiga CN ainda atuante, Antônio Carlos Bicalho Lana. O grupo atuava no meio sindical da cidade de Santos, particularmente no meio portuário, imprimindo e distribuindo um jornal.

A desarticulação da organização exigia a neutralização do remanescente da direção nacional, Antônio Carlos Bicalho Lana, que continuava atuando em São Paulo. Prosseguindo as investigações, os órgãos de segurança localizaram em 30 de novembro, na Avenida Pinedo, em Santo Amaro, um casal suspeito. Ao serem abordados, os dois sacaram suas armas e tentaram fugir, atirando nos agentes. Cercados, continuaram atirando até tombarem mortalmente feridos. Confirmando as suspeitas, foram identificados como Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria Lopes de Moraes. Desta forma, a ALN tornava-se acéfala com o desaparecimento do úl-

ORVIL

timo membro da Coordenação Nacional.

Com a morte de Bicalho, Betty Chachamovitz deslocou-se para o Rio de Janeiro, passando a viver com Flávio Augusto Neves Leão de Sales. Sem a assistência de Betty, o grupo, que atuava no setor portuário de Santos, seria assinalado e preso em abril/maio de 1974, encerrando suas atividades.

A ALN, no Brasil, estava praticamente extinta. Com a inquestionável derrota militar da organização, as teses da Tendência Leninista da ALN, formuladas no exterior por Rolando Fratti, ganhavam adeptos, afirmando-se como a linha política mais correta dentro da conjuntura. O debate entre a TL e a ALN, veiculado pelo jornal "Unidade e Luta", no Chile, foi nitidamente favorável à Tendência.

Após a derrubada de Allende no Chile, a TL, acompanhando a revoada das organizações subversivas brasileiras que lá atuavam, manteve um núcleo na Argentina com Ricardo Zarattini Filho, enquanto o restante se radicava na Europa.

Nessa altura, Cuba já havia reconhecido, um dos mentores da TL, José Maria Crispim, como liderança da ALN. Crispim foi para a Argentina, para onde, no final do ano, dirigiram-se Flávio Neves Leão de Sales e Rafael de Falco Neto, visando a impor seus pontos de vista e manter a ALN dentro da orientação original imposta por Marighela. Nada conseguiram e acabaram aceitando a vitória do novo pensamento que se impunha na organização (2).

A Ação Libertadora Nacional deixava de existir como organização atuante no Brasil.

10. Operação "Sucuri"

> *Se conhecermos o inimigo e a nós mesmos, não precisamos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecemos, mas não ao inimi- [illegible]. Se não nos conhecemos nem ao inimigo, [illegible]remos em todas as batalhas.*
>
> [illegible]

ORVIL

Em 1973, teriam continuidade as quedas verificadas no PC do B desde o final do ano anterior, atingindo elementos da cúpula do partido, entre os quais três do Comitê Central (CC). Em 15 de fevereiro, foi preso Luiz Vergatti e nos dias 4 de janeiro e 13 de março, foram mortos em choques com a polícia, respectivamente, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. O cerco ao PC do B, na cidade, estava estabelecido. Era preciso cuidar do foco guerrilheiro que se desenvolvia nas matas do Araguaia e que se havia tornado preocupação máxima do Partido e das forças de segurança.

No início desse ano sentiu-se a necessidade de se obter dados mais concretos acerca da área onde se implantara o foco guerrilheiro e das atividades que ali eram desenvolvidas, antes de realizar qualquer ação para reduzi-lo. A saída das tropas da área, desde outubro do ano anterior, restituíra liberdade de ação aos subversivos. Tendo tido suas baixas localizadas particularmente a W da Serra das Andorinhas, sem dúvida realizara remanejamentos em seus efetivos. Embora não houvessem dados que indicassem a retomada do fluxo de subversivos para a área, o longo período de permanência na região, realizando um trabalho de conquista da população, e o proselitismo que passaram a desenvolver, desde julho do ano anterior, eram de molde a indicar que pudessem ter conseguido ampliar seus quadros com moradores locais. Sem dúvida haviam reposto seus suprimentos, estabelecido novos depósitos, organizado novas bases e, possivelmente, — se é que pretendiam expandir aquele foco, não se tratando de simples área de treinamento —, teriam conseguido melhorar a qualidade e ampliar o número de suas armas.

Com o objetivo de conhecer o seu dispositivo atual, composição, seus meios, suas atividades junto à população local, a receptividade desta a seu proselitismo, etc, foi planejada e executada na área uma operação de informações que recebeu o nome de "Sucuri". Concluídos os preparativos, a operação teve início somente na primeira quinzena de maio, com a "implantação" de agentes na região, de maneira semelhante à que os terroristas haviam feito durante seis anos, mas de forma bem mais rápida. Em cerca de 20 dias foram implantados 32 (trinta e dois) agentes que iriam fazer funcionar uma eficiente rede de coleta de informações, numa área superior a 10.000 Km². As dificuldades dessa extensa

ORVIL

área, coberta por uma exuberante floresta amazônica e dotada de rica rede fluvial, somar-se-iam as deficiências de escassas vias de acesso, que se resumiam à Belém-Brasília e à Transamazônica. No interior da área haviam a PA-70 (Marabá-Conceição do Araguaia), a OP-25 (São Domingos-São Geraldo) intransitável e a OP-3 (Brejo Grande-Santa Cruz) inconclusa.

A fase mais difícil das operações foi exatamente a do estabelecimento da rede de agentes — a aquisição de terra pelos "posseiros", a compra de "bodegas" e o estabelecimento dos negócios (3). Um dos agentes chegou a ser aprisionado logo ao adentrar a área. Depois de solto seria afastado por medida de segurança, mas faria muita falta. Era um "gateiro" (informante-móvel) e não pôde ser substituído. O Sd Francisco Xavier de Paula, que havia se instalado numa posse de terra, no município de Xambioá, desapareceu. É provável que tenha sido identificado pelos terroristas e por eles tenha sido morto. No início de junho estava montada a rede e começaram a fluir as primeiras informações. A maioria desses dados iniciais dizia respeito aos aspectos políticos-econômicos-psicossociais da área. Retratavam de maneira objetiva as precárias condições em que o poder político se exercitava na região, representado quase sempre por prefeitos corruptos, incapazes e primários, mancomunados, via de regra, com a autoridade policial, em princípio apática e irresponsável. Os órgãos estaduais e federais, inoperantes quando não corrompidos, eram postos por seus chefes locais a serviço dos grandes proprietários. O pequeno proprietário, em precaríssimo estado físico-sanitário, era explorado pelos madeireiros, donos de castanhais e grileiros.

Esse quadro favorecia a obtenção inconsciente de apoio político de posseiros e pequenos proprietários, homens humildes, pacíficos e desassistidos, àqueles que, como os subversivos, estendiam-lhes as mãos. A situação era tão revoltante que uma equipe de agentes desviou-se do "trabalho de cobertura", inicialmente previsto, e passou a trabalhar em apoio a um escritório do INCRA na área. Como tal, procedeu a levantamentos sócio-econômicos e fundiários na região que, conjugados com contatos feitos em Brasília, permitiram que se realizasse a titulação parcelada de uma

---

(3) Bodega é um termo empregado na área para definir um pequeno comércio onde se adquire querozeno, farinha, linha, agulha, anzol etc. Caracteriza-se exatamente pela variedade dos produtos.

ORVIL

ORVIL

série de posseiros. Os agentes empenhados nessa tarefa tiraram grande proveito dessa atividade no campo das informações, seja pelo relacionamento com a população e a colaboração que desta passaram a receber, seja por ter essa atividade se constituído em "estória de cobertura" melhor do que a originalmente engendrada. Nesse período inicial os agentes remeteram também informações que permitiram atualizar caminhos e trilhas, nomes de castanhais e igarapés e localizar bodegas e vilarejos.

Os agentes viveram cinco meses na região. Os informes fluiam das "roças", "bodegas" e "pessoal do INCRA" para os informantes, que eram os agentes móveis encarregados de transmití-los aos subcoordenadores, um ao Norte e outro ao Sul. Muitas vezes um informante tinha que percorrer 40 quilômetros para passar os informes. Os agentes dispunham, para a defêsa pessoal, de armas de caça, facões e revólveres semelhantes ao de uso corrente na área. Somente os "roceiros" levavam armas de caça calibre .20. As roupas eram também as de uso na área, previamente usadas e lavadas várias vezes. Apenas uma estação de rádio foi levada para a região.

Os agentes por várias vezes tiveram contato com os terroristas e um deles, para não despertar suspeitas, viu-se obrigado a vender-lhes munição. Esse convívio na região permitiu aos agentes delinear a área onde os subversivos circulavam; determinar o tipo de armamento de que dispunham; identificar os elementos que lhes prestavam apoio; conhecer toda a área de operações; identificar, na população, os neutros e os que poderiam contrapor-se aos terroristas, desde que apoiados. Apesar de não ter sido possível localizar as bases da guerrilha, já que as medidas de segurança não permitiam a circulação nessas áreas sem criar sérias suspeitas, foi possível determinar seu dispositivo e, a grosso modo, sua composição. Ao final da operação foi possível estimar também a quantidade de suprimentos que havia sido estocada e o tempo que os subversivos poderiam sobreviver, se cortadas suas fontes de abastecimento.

Durante esse período os subversivos realizaram diversas ações: executaram dois moradores locais, um conhecido por Pedro Limoeiro e outro por Osmar, tendo "expropriado" deles suas armas, roupas e remédios; atacaram a fazenda de Nemer Kouri, acusado de auxiliar as forças legais, tendo também na ocasião roubado, a titulo de "expropriação",dinheiro, armas, roupas, alimentos e remédios; e assaltaram um posto policial (PM/PA) na Transamazônica,de onde também "expropriaram" seis fuzis antigos, um revólver, munição e roupas. A cada uma dessas ações os comandantes dos destacamentos responsáveis emitiram "um comunicado militar", exaltando o "ato revolucionário".

Nesse mesmo período, fugiu da área um elemento,não identificado pelas forças legais,que atendia pelo codinome de "Paulo", considerado pelos subversivos como traidor. Anteriormente,em 16 de agosto, por desejar deixar a área ,foi "justiçado" o subversivo Rosalindo Cruz "Mundico", dado pelos subversivos como morto em acidente com arma de fogo.

As informações necessárias ao início das operações já haviam sido colhidas. Estava perfeitamente configurada a intenção do grupo terrorista de permanecer na região, a fim de tentar alcançar seus objetivos políticos, com a implantação de uma área liberada, embora nos oito meses que permaneceram com quase total liberdade, pouco houvessem evoluído. Recrutaram entre os moradores locais um número irrisório de colaboradores, não haviam conseguido melhorar a qualidade nem ampliar a quantidade de seu armamento e não haviam reforçado seus efetivos, sequer para repor as baixas que alcançavam entre mortos, presos e desertores, um terço do efetivo inicial.

11. Desarticulação do foco guerrilheiro do PC do B

Era pensamento dos subversivos incrustados no SE do Pará que,se o "inimigo" não atacasse antes de outubro,ele não mais o faria nesse ano, em razão da chegada das chuvas. Também julgavam que as forças de segurança, como das vezes anteriores, evitariam entrar na selva, "porque não tinham capacidade para isso", pelo que se haviam preparado para realizar emboscadas e ações de fustigamentos nas trilhas e caminhos. Julgavam ainda que, como das vezes anteriores, essas forças deveriam entrar na área pelo Norte e pelo Sul.

As forças legais iniciaram as ações em 7 de outubro e surpreenderam as forças subversivas, ainda que a época de início das

ORVIL

operações não estivesse subordinada a esse propósito. Essas forças atuaram descentralizadamente, guiadas pelos elementos que há cinco meses viviam na área e de cuja presença os subversivos sequer suspeitavam. Isto constituiu-se em mais uma surpresa para os terroristas, que ficaram cerca de um mês sem ter noção dos efetivos que os combatiam. Essas forças tinham um efetivo de cerca de 250 homens, mas os terroristas o estimavam cinco vezes superior, confundidos por sua dispersão.

A primeira ação realizada foi a de isolamento dos elementos que prestavam apoio material ao terroristas e deveria ser desencadeada simultaneamente em toda a área, pois se pensava que, após longa permanência na região, os subversivos tivessem montado uma eficiente rede de informações. As forças de segurança estavam equivocadas. Concluiu-se, depois, que sequer essa rede conseguiram estruturar com os moradores locais. Cada equipe que adentrou a área recebia de seu guia uma ficha dos moradores, indicando seu grau de comprometimento e tipo de apoio que prestavam, embora, inicialmente, pelas razões antes explicitadas, todos tivessem sido isolados. Esses elementos, depois de desestimulados a cooperar com os subversivos, eram concitados a colaborar com as forças legais que passaram a apoiar suas famílias. Sob a custódia da PM/PA, recebiam alimentação, certidões de casamento e nascimento e, por fim, a muitos foi entregue o esperado título de terra. Não tinham qualquer formação política e cooperavam com os "paulistas" — denominação dada aos terroristas —, que lhes davam assistência médica, orientação sobre práticas agrícolas e educação e lhes tratavam com correção. Da mesma forma, passaram a colaborar com as forças legais à medida que lhes foi ganha a confiança. Muitos deles tornaram-se valiosos guias.

Logo no início das operações, a rede de apoio, cuidadosamente trabalhada durante meses, estava na sua quase totalidade neutralizada, graças aos levantamentos realizados com antecedência. Os subversivos haviam no primeiro combate de encontro com as forças legais sofrido quatro baixas e perdido três depósitos na área da Transamazônica. Haviam morrido no enfrentamento com as "forças da repressão": Jovino Ferreira de Souza ("Nunes"), André Grabois ("José Carlos), João Gualberto Calatronio ("Zebão") — pertencentes ao Dst A — e Antonio Alfredo Campos (ele

ORVIL

mento de apoio da área). Ainda no mês de outubro, nessa mesma região, helicópteros assinalaram um grupo de terroristas deslocando-se pela estrada que demanda a São Domingos. Orientada uma patrulha para a área, houve o encontro do qual resultou um terrorista morto e possivelmente pelo menos um ferido. O morto seria identificado como Lúcia Maria de Souza ("Sônia").

Habitantes locais, surpreendidos pelas ações junto às forças subversivas, abandonaram os "paulistas" logo nos primeiros dias. Outros o fariam dias depois. Após esses primeiros combates os terroristas desapareceram da área. Tinham seguramente se retirado para as áreas de homizio. Durante o restante do mês de outubro, todo o mês de novembro e boa parte de dezembro não houve mais encontros nessa região.

As tropas, agora empregadas, eram especializadas neste tipo de combate e boa parte delas com larga vivência na selva. Palmilhavam a selva mas não encontravam ninguém. Estabeleceram as bases de operações na mata, patrulharam castanhais, grotas, áreas de homizio, recebiam informações de helicópteros que vigiavam a região, estavam acompanhados de bons "pizeiros" e, possivelmente dadas as dimensões da área, não encontravam viva alma (4). É provável que muitas vezes tivessem passado bem próximo de acampamentos, mas em razão do limitado campo de visão na mata, não se apercebessem de sua existência.

Em fins de novembro, uma patrulha piotou um grupo de terroristas junto a uma grota, na área do Dst B. Travou-se um tiroteio, quando dois subversivos lograram fugir. É possível que nessa ocasião tenha morrido o terrorista Arildo Valadão ("Ari"). Os "paulistas", no entanto, imputam a morte de "Ari" a um morador local conhecido por Jonas, integrante desse grupo e que, após esse episódio, teria desertado.

Nos primeiros dias de dezembro, ainda na área do Dst B, uma patrulha que vinha da região de Palestina defrontou-se com um grupo de 7 a 8 subversivos, acampados próximos a uma grota, num lugar já utilizado para esse fim anteriormente. A patrulha atacou o grupo que, ao invés de reagir, fugiu apavorado, abandonando mochilas, bornais, panelas e um revólver. Teriam sido feridos ou mortos nessa oportunidade, pelo menos dois terroristas. O rela

---

(4) "Pizeiro" é como é chamado na área o rastreador, o homem que tem habilidade de seguir rastros.

ORVIL

tório sobre a luta no Araguaia, de "J", codinome de Ângelo Arroyo, assinala nesse episódio apenas a morte de Adriano Fonseca Filho ("Chico"). No entanto fala que "Jaime" e "Ferreira", nessa ocasião "*ficaram desligados do grupo* (5). *Simão não foi à referência procurá-los. Não se sabe o que ocorreu com eles. Durante cinco dias os demais companheiros, em número de cinco, caminharam pela mata sem ter o que comer e sequer um isqueiro para acender o fogo. Ao se encontrarem com o resto da força, apresentavam o corpo inchado de picadas de tatuquira e estavam famintos*" (6). Com o que acontecera a "Ari", "Jaime" e "Ferreira" parece que não houve mais preocupação, bastou o registro.

No final de dezembro foram localizados rastros que indicavam a movimentação de uma coluna na área do Dst A. Esses rastros foram seguidos e dada a possibilidade dos terroristas estarem, efetivamente, reunidos em grande número, informações foram passadas por meio de helicópteros de modo que outras equipes fossem orientadas para aquela região.

No dia 25, pela manhã, a patrulha que estava na área travou cerrado tiroteio com os subversivos. Intensificaram-se os reconhecimentos na região e entre os dias 30 de dezembro e 2 de janeiro, houve vários combates de encontro, com trocas de tiro (7).

Os subversivos, desde que começaram essas últimas operações em outubro de 1973, pareciam ter como objetivo — marcar presença na área, ou sobreviver. Nesses três meses, em nenhuma ocasião chegaram a tomar a iniciativa das ações. Seus efetivos na área, ao término do ano, haviam se reduzido a um terço do existente em abril de 1972. As operações prolongar-se-íam até meados de 1974 mas as forças restantes na área não tinham

---

(5) "Jaime" será possivelmente Jaime Petit da Silva e "Ferreira" ou "Zé Ferreira", Antonio Guilherme Ribeira Ribas.

(6) "Simão" é o codinome de Cilon Cunha Brun.

(7) No combate do dia 2 de fevereiro, foi ferido um soldado da patrulha com um tiro na coxa esquerda.

ORVIL

condições de atuar coordenadamente em força, principalmente porque perderam o contato com a direção política do movimento, que também vinha sendo desarticulada nas cidades. O grosso das tropas foi retirado, sendo mantidos na área elementos de informações e um destacamento que passou a guarnecer as instalações de um quartel recém construído em Marabá.

12. A incorporação da APML do B ao PC do B

Após a expulsão de Jair Ferreira de Sá e de Paulo Stuart Wright, estreitaram-se os contatos da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B) com os dirigentes do PC do B. Resolveu-se que o processo de incorporação da APML do B ao PC do B seria gradual, coexistindo, inicialmente, as atividades orgânicas das duas entidades.

A 17 de maio, o Birô Político do CC da APML do B divulgou sua última circular, intitulada "Incorporemo-nos ao PC do B", onde indicava o procedimento a ser observado pelas duas organizações subversivas no decurso da incorporação.

Em julho, uma reunião do CC do PC do B aprovou o documento "Acerca da Luta Antiimperialista", no qual o Partido posicionava-se contra o PC da China e contra a "Teoria dos 3 Mundos", discordando de Mao Tsetung acerca da existência de uma 3ª posição, ocupada por países não alinhados com os EUA e com a URSS e que seriam capazes de dirigir os seus próprios movimentos de "libertação nacional". No segundo semestre desse ano, intensificaram-se as reuniões entre João Amazonas de Souza Pedrozo, Haroldo Borges Rodrigues de Lima e Aldo Silva Arantes, visando à incorporação da APML do B ao PC do B. Haroldo e Aldo, porta-vozes dessa decisão, já estavam cogitados para integrarem o CC e a Comissão Executiva do PC do B.

Durante o ano de 1973, alguns dirigentes da APML do B passaram a auxiliar em tarefas do CC/PC do B e da própria Comissão Executiva do CC/PC do B. A união das duas organizações iniciava-se pela cúpula,

Apenas no final de 1974, durante uma reunião do CC/PC do B, ocorreria formalmente a incorporação. Os dirigentes da APML do B, Haroldo Borges Rodrigues de Lima, Aldo Silva Arantes, Péricles Santos de Souza, José Renato Rabelo, João Batista Franco

ORVIL

Drumond e Ronald Cavalcanti Freitas foram cooptados para membros do CC/PC do B, sendo Aldo Arantes e Haroldo Lima eleitos membros da CEx/CC/PC do B.

Conforme combinado, as duas organizações mantiveram independentes os seus trabalhos a níveis intermediário e de bases, adotando o PC do B a denominação de "Estrutura 1" e a APML do B a de "Estrutura 2".

13. A extinção da VPR

No início de 1973, seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) vindos de Cuba, onde haviam feito cursos de guerrilha, iniciavam os trabalhos para reestruturar a VPR no Brasil, a partir de um núcleo armado em Pernambuco (8).

O ex-cabo Anselmo, então amasiado com a paraguaia Soledad, componente do núcleo, indicou o "aparelho" onde eles se reuniam em Paulista, município do Grande Recife. Na noite de 8 de janeiro, a polícia deu uma "batida" no local e houve violenta reação dos terroristas. Após cerrado tiroteio, os seis militantes tinham sido mortos pelos órgãos policiais.

No final desse mês Herbert Eustáquio de Carvalho, líder da "Frente Gerson Theodoro de Oliveira", enviou Maria Elisalva Oliveira ao Chile, onde conseguiu 7 mil dólares com João César Belisário de Souza.

Entretanto, a Coordenação Provisória da VPR existente no Chile não estava vendo com bons olhos as atividades de Herbert. Em fevereiro, expulsou da organização Maria do Carmo Brito por não ter correspondido às "funções que exercia na época de sua prisão", e Herbert por diversos motivos, dentre os quais "por demonstração de medo físico", "por excessivos gastos pessoais e desvios de dinheiro" e "por passar a exercer atividades duvidosas junto a um grupo da pequena-burguesia (MPR) — admitindo-os como membros da VPR, sob o título de Frente Gerson Theodoro de Oliveira".

ORVIL

---

(8) O núcleo era formado por: Eudaldo Gomes da Silva que havia sido banido para a Argélia em junho de 1970, sua então companheira Pauline Reichstul ("Silvana"), uma tcheca ex-amásia de Ladislas Dowbor, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, ex-marinheiro Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e a parag[illegible] Viedma ("Sol").

A tempestade, no entanto, não se desencadeou só no Chile. Fruto das "quedas" de diversos militantes da DVP, na Guanabara e em Minas Gerais, foram prêsos, entre os dias 3 e 7 de março, Maria Elisalva, Leonardo Valentini e Ubajara Silveira Roriz, acabando a "sonhada" reestruturação da VPR através da "Frente Gerson Theodoro de Oliveira".

O Brasil havia ficado muito pequeno para Herbert. Apesar de sua "amizade íntima" com Cláudio Alves Mesquita Filho ter-lhe dado tranqüilidade emocional, a polícia brasileira fechava o cerco e ele conhecia bem a determinação de seus ex-companheiros da VPR. Com os 7 mil dólares, Herbert e Cláudio fugiram para Paris, alguns meses depois, passando a viver maritalmente e indo trabalhar numa sauna "gay". Herbert, ex-comando nacional da VPR, resolvera "assumir" (9).

Em meados de abril de 1973, com os dados fornecidos por Pedro Lobo de Oliveira, formou-se, em Santiago do Chile, um Tribunal Revolucionário integrado por militantes da ALN, do PCBR, do MR-8 e da VPR, esta representada por Oswaldo Soares e Flávio Roberto de Souza, que chegou às seguintes decisões: expulsar Onofre Pinto "por conivência com a infiltração policial no Nordeste" (10); expulsar Christóvão da Silva Ribeiro e Wânio José de Mattos (11); "justiçar" o ex-Cabo Anselmo (12) e o delegado Fleury (13).

A atitude de vingança, entretanto, não conseguiu sedimentar os militantes da VPR numa única vontade de reestruturação. A "queda" do Presidente Allende, do Chile, em 11 de setembro, dispersou seus militantes e extinguiu a VPR.

14. O fim da VAR-P

Embora voltada para o Rio Grande do Sul — onde no seu julgamento, os órgãos de segurança ainda não haviam alcançado a eficiência revelada em São Paulo e no Rio de Janeiro —, a Vanguar-

---

(9) Em janeiro de 1985, já no Brasil, o "casal" Herbert Eustáquio de Carvalho e Cláudio Alves Mesquita Filho foi nomeado assessor do Deputado Estadual pelo PT do Rio de Janeiro, Liszt Benjamim Vieira, ex-companheiro da VPR, banido para a Argélia em junho de 1970.

(10) Onofre Pinto desapareceu misteriosamente em julho de 1974, na Argentina.

(11) Wânio José de Mattos morreu no Chile, em 1973, com "peritonite".

(12) Até hoje, o ex-Cabo Anselmo vive escondido.

(13) O Dr Sérgio Fernando Paranhos Fleury, incansável lutador contra o terrorismo no Brasil, morreu em 1º de maio de 1979, num acidente ocorrido em Ilha Bela, no litoral norte paulista.

ORVIL

da Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P) mantinha seus contatos com a "frente" no Rio de Janeiro. No início desse ano, a VPR autodissolveu-se, alegando falta de condições orgânicas e abandonou a coalisão subversiva. Os contatos permaneceram, então, com a ALN e o PCBR, por conta de James Alen Luz e José Carlos da Costa.

No dia 25 de fevereiro, a "frente" perpetrou o assassinato do delegado do DOPS/SP, Dr Octávio Gonçalves Moreira Júnior, o "Otavinho", relatado no ítem referente à ALN, deste Capítulo.

Dentro do planejamento da organização, Porto Alegre tornara-se o alvo de suas investidas armadas, no afã de obter recursos para implantar uma infra-estrutura de apoio ao trabalho de massas. No dia 14 de março, reunidos militantes da VAR-P e do PCBR, vindos do Rio de Janeiro, foi assaltada a agência Passo da Areia do Banco Francês Brasileiro, no Bairro Floresta. Durante o assalto, que rendeu quarenta e três mil e duzentos cruzeiros, foram feridos a bala o encarregado da limpeza, Haroldo Rocha Silveira e o guarda bancário, Telmo Farias Raymundo, pelo assaltante José Carlos da Costa. O bando era constituído por dois militantes do PCBR e James Alen Luz, Irene Madeira de Carvalho, Antônio da Cunha Losada e "Janilson" pela VAR-P.

Após a ação, José Carlos Costa e os dois militantes do PCBR, Ramires Maranhão do Valle e Vitorino Alves Moutinho, retornaram ao Rio de Janeiro.

Em março, James Alen passou para Irene Madeira de Carvalho "pontos" com a ALN e o PCBR, para que fosse combinada uma outra ação em Porto Alegre. O "ponto", coberto apenas pelo PCBR, permitiu o planejamento da ação que não se realizou por falha na ação do roubo do veículo, perpetrado por militantes daquela organização.

No dia 25 de março, a fatalidade colocaria fim na vida criminosa de James Alen Luz. Ao retornar embriagado de um churrasco, na zona balneária de Porto Alegre, na Variant do militante Aldir Rodrigues da Silva, James Alen veio a falecer quando o veículo se chocou contra uma árvore, na estrada do Lami. Antônio da Cunha Losada e o motorista, Aldir, ainda levaram o corpo para uma clínica, onde foi constatada a morte do líder da VAR-P, o tristemente famoso "Ciro".

A identificação de James Alen foi dificultada pelo expe-

ORVIL

diente de Aldir e Losada em retirar-lhe os documentos, antes de deixá-lo na clínica. Inicialmente, foi confundido com Aldir, em razão do recibo encontrado no veículo acidentado. A vinda da esposa de Aldir de São Paulo esclareceu a dúvida, levando a polícia, induzida pela documentação da VAR-P encontrada na Variant e pelos boatos da presença de "Ciro" em Porto Alegre, a concluir pela identificação de James Alen, após o confronto de fichas datiloscópicas.

A existência nominal da VAR-P, sustentada pelas andanças e participações em assaltos de James Alen, viu-se irremediavelmente condenada pelo desaparecimento de seu líder. Abalada, Irene Madeira de Carvalho retornou ao Rio de Janeiro, permanecendo em contato com José Carlos da Costa. Os levantamentos para os "justiçamentos" de Reinhold Amadeu Klement e Artur Paulo de Souza, orientados por James Alen em Porto Alegre, sob a alegação de abandono da organização, colaboração com as autoridades e concessão de entrevistas a órgãos de difusão foram suspensos e a empreitada abandonada.

Em setembro, no Rio de Janeiro, Irene Madeira "cobriu ponto" com Flávio Augusto Neves Leão de Sales da ALN e Ramires Maranhão do Vale do PCBR e concordou, juntamente com Ramires, com a proposta de Flávio de que as três organizações assumissem a autoria de um atentado a bomba que seria realizado contra os escritórios da LAN-CHILE por militantes da ALN. A ação, realizada em 1º de outubro, foi relatada no ítem deste capítulo referente à ALN.

LAN
CHIL

A agonia da organização prosseguiria, em meados de outubro, no Rio Grande do Sul, com a "queda" do pretenso CR/RS e seu incipiente trabalho operário. As prisões de Antônio da Cunha Losada, Sônia Venâncio Cruz, Aldir Rodrigues da Silva e mais seis militantes significaram o fim do trabalho organizado da VAR-P.

O golpe de misericórdia ocorreria, no dia 22 de novembro, em Porto Alegre, com a prisão de Irene Madeira de Carvalho, quando a última expressão da direção nacional procurava verificar pessoalmente a extensão dos danos provocados pelos órgãos de segurança.

O final do ano trouxe consigo o fim da VAR-P, nascida do

ORVIL

COLINA com prenúncios de grandeza, mas que se esvaziara paulatinamente corroída por dissidências e "rachas", acompanhando a melancólica sina das demais organizações da esquerda revolucionária.

15. A extinção da LO e do MPR

A Liga Operária (LO) passara todo o ano de 1972 realizando trabalho de massa e procurando aumentar seus efetivos que não chegaram, entretanto, a ultrapassar meia centena de militantes. Seu jornal "Unidade" era mais conhecido que a própria LO que passou a ser, também, chamada de "Grupo Unidade".

A prisão de Eurico Natal, em 3 de janeiro de 1973, desencadeou uma sucessão de mais de 30 detenções nos três primeiros meses do ano, acarretando a extinção da LO e do Movimento Popular Revolucionário (MPR) (14)

Os três membros da Direção da Organização (DO), Apolo Heringer Lisboa, Carmen Helena do Vale Heringer Lisboa e José Aníbal Perez de Pontes fugiram para o Chile, em março, acompanhados de Lúcia Marly de Oliveira, companheira de José Aníbal, e do casal Ernesto Prado Lopes e Oceania Paula Pinheiro Dias.

Somente em 1977, ouvir-se-ia falar novamente em "Grupo Unidade", com Apolo, Carmen e José Aníbal editando, em Paris, a revista "Conjuntura Brasileira".

16. RAN, mais um fim melancólico

Em janeiro de 1973, Júlio Ferreira Rosas Filho reencontrou, de férias no Rio de Janeiro, o Capitão-Tenente José Miguel Camolez, da Base Naval de Aratu, em Salvador/BA. Camolez já ti-

---

(14) Da LO foram presos: Amado Manoel de Souza Forteia, Antônio Carlos Meienberg Fadul, Cláudio Antônio Gonçalves Egler, Clete José Praia Fiúza, Cristina Maria Pape, Dalton Godinho Pires, Eduardo José Ribeiro da Fonseca Filho, Edward Braga, Eurico Natal, Fábio Geraldo Flores, Fernando Maurício Caldeira Brandt Saldanha, Graciela Meienberg Fadul, Jandira Andrade Gitirana Praia Fiúza, Janete Oliveira de Carvalho, Joel Ângelo da Costa, Jonas Soares, José Diogo da Silva, José Muniz Cardoso, José Santiago, Juvenício José Neves da Silva, Lygia Carvalho Pape, Manoel Assumpção de Castro, Manoel Leite, Margarida Maria Godinho Pires, Paulo Ferreira Campos e Regina Lúcia dos Reis Abrante. Do MPR foram presos: Leonardo Valentini, Maria Elisalva Oliveira, Marília dos Santos Cruz e Paulo Roberto Machado da Silva.

ORVIL

nha sido citado pelo Capitão-Tenente Jarbas Barbosa de Lemos como elemento de esquerda, suscetível de ser arregimentado para a Resistência Armada Nacional (RAN).

Dentro do propósito da organização de arregimentar os setores nacionalistas das Forças Armadas, Júlio Rosas providenciou um encontro do CT Camolez com Amadeu de Almeida Rocha. Na conversa ficou acertado o ingresso de Camolez na RAN, com o compromisso deste de tentar criar um grupo de ação (GA) em Salvador. Camolez levantou também a possibilidade de fazer um trabalho de massa junto aos operários da Base Naval de Aratu. Amadeu pediu -- num procedimento já padronizado -- para que Camolez comprasse uma pistola Walter PPK na Marinha e cedesse para a organização. Pediu, ainda, que fosse levantado o nome do oficial que comandou a operação que resultara na morte de Carlos Lamarca no interior da Bahia. Amadeu procurava, com uma fanfarronice característica, impressionar Camolez com a perspectiva da RAN poder ajustar contas com aquele oficial.

O GA de propaganda estava, no início de 1973, em fase de implantação. Filisbina Assunção Santos, como coordenadora, contava com a colaboração de Ana Maria Ferreira Rosas, de Nicolau Zarvos Neto e de Maria Alice Viveiros de Castro. A equipe de ação (EA) da revista Prisma, coordenada por Júlio Ferreira Rosas Filho, estava completa com três GA (15) e, a partir de fevereiro, passou a ser rodada no sítio de Ramalho Ortigão.

Hermes Machado Neto recebeu ordens de iniciar as ações armadas, em preparação desde meados do ano anterior. Entre os levantamentos já feitos existia um da residência do Dr. Chrisógono Silva Borges, um dos donos da "Clínica da Gávea". Antes porém de realizar esse assalto, Amadeu Rocha resolveu reforçar o poder de fogo do GA, ordenando um assalto a um posto da Guarda Noturna na Rua Uruguai.

No dia 22 de fevereiro, foi assaltada a 16ª Inspetoria da Guarda Noturna, na Rua Uruguai. O comando da ação, para efeito de treinamento, foi atribuído a José Sérgio Vaz. O motorista do GA passou a ser Ramalho Ortigão que recebeu o apelido de "Fitti

---

(15) O 1º GA, coordenado pelo próprio Júlio, contava com a participação de Marília Salles Falci Medeiros e Manoel Maurício de Albuquerque. O 2º GA, coordenado por Francisco Jácques Moreira de Alvarenga, compunha-se de César Augusto Chaves Fernandes e de Maria da Conceição Chaves Fernandes. Carlos Henrique de Escobar Fagundes coordenava no 3º GA a atuação de Maria da Glória Ribeiro da Silva e de Antônio Celso Pires Osório Pereira.

ORVIL

paldi". Durante a incursão Jefferson Santos do Nascimento disparou acidentalmente a sua arma, provocando uma fuga precipitada. Assim mesmo foram roubados dezenove revólveres. Durante a retirada, uma cena cômica: os assaltantes, de carro, foram perseguidos algum tempo por um guarda-noturno de bicicleta. Naquela ocasião, Jefferson disparou novamente sua arma, tentando afugentar o perseguidor.

O assalto da Guarda Noturna foi motivo de euforia na organização. Como crianças travessas, os "revolucionários" Amadeu Rocha e Júlio Rosas ligavam para todos os conhecidos mandando que comprassem os jornais e identificassem o assalto como sendo de autoria da RAN. Amadeu chegou a preparar correspondência para os jornais, onde a organização assumia a responsabilidade da ação.

Já tendo roubado um carro no início de fevereiro, no dia 27 desse mês foi realizada aquela que seria a segunda e última ação da RAN. Hermes Machado, Jefferson Santos e José Sérgio Vaz reuniram-se no Largo do Machado e dirigiram-se a pé para o prédio nº 128 da Rua Senador Vergueiro. Sandra Lazzarini, que já auxiliara na complementação do levantamento do apartamento do Dr Chrisógomo, serviu de distração ao porteiro enquanto Hermes Machado — o comandante da ação — e seus dois comparsas entravam no prédio. Inicialmente, entraram no apartamento Hermes e José, rendendo, amarrando e amordaçando a esposa e o filho do médico e mais a empregada da casa. O médico não estava em casa. Pouco tempo depois, adentrava o apartamento o Dr. Chrisógomo acompanhado por Jefferson. Do cofre foram roubados trinta mil cruzeiros, oitocentos dólares e várias ações ao portador da Companhia Vale do Rio Doce. Após amarrarem e amordaçarem também o médico, o bando se retirou, abandonando o prédio.

Após o assalto à residência do Dr Chrisógomo, José Sérgio Vaz foi preso por ter dado um desfalque na editora onde trabalhava. A organização, preocupada com a segurança, contratou um advogado para tirá-lo da prisão. Em reunião realizada no sítio de Ramalho Ortigão, ficou decidido que os membros do GA armado deixariam de se encontrar enquanto perdurasse a situação.

No início de março, as perspectivas da RAN eram animadoras. Em São Paulo, a disposição de participação de Ruth Escobar prometia uma atuação intensa no meio teatral e a perspecti-

ORVIL

va de trabalho, junto com Leonardo Barbosa de Medeiros, permitia prever uma breve estruturação do GA na capital paulista. Em Recife, seria tentada a implantação de um trabalho de massa através do ex-padre Narciso Sminovski e de sua mulher Maria Francisca Simões Lemos. O GA de Juiz de Fora estava para ser estruturado, apesar dos desentendimentos de Avelino Kock Torres e José Paulo Neto. Em Salvador, também, havia otimismo com a possibilidade de atuação do Capitão-Tenente José Miguel Camolez, em termos de estruturação do GA e aliciamento na área militar.

O crescimento da organização previsto para 1973, impulsionado pelas recém-iniciadas ações armadas, proporcionaria condições para a estruturação de diversos militantes (16). A partir dos assaltos, a RAN começou a pensar grande. Pretendia comprar uma gráfica que ficaria sob a responsabilidade de Mário de Lucena Montenegro em atividade no setor de imprensa, o qual era coordenado por Roberto Pinto de Luna Pedrosa. A organização esperava estruturar-se, em breve, em mais dois estados para formalizar a instituição do Comando Nacional.

Em março, Amarantho Jorge Rodrigues Moreira foi preso pelos órgãos de segurança, para esclarecer sua participação em curso de guerrilhas em Cuba. O fato gerou uma crise de segurança na RAN. Hermes Machado e Sérgio Vaz abandonaram o "aparelho" de Sepetiba, onde haviam se homiziado após o último assalto — local freqüentado por Amarantho — e se homiziaram em residências de militantes legais.

Quando a emergência estava praticamente superada, houve as prisões de Sandra Lazzarini, Adail Ivan de Lemos e José Flávio Ramalho Ortigão. A partir dessas prisões, o despreparo dos intelectuais para a eventualidade da prisão provocou o completo desmantelamento da organização. Amadeu Rocha, abandonando sua residência, entregou grande parte do dinheiro roubado à guarda de Júlio Rosas Filho. O pai de Júlio gastou grande parte do dinheiro para pagar contas pessoais do filho.

Não afeitos à clandestinidade, os militantes da RAN foram sendo presos um a um, até que, no dia 5 de abril, foi a vez de Amadeu de Almeida Rocha. Sua prisão causou constrangimento à sua

---

(16) Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, que se encontrava afastado da organização, tinha previsão de ser setorizado num GA de ações armadas. Adail Ivan de Lemos seria agregado à estrutura de comando regional na Guanabara quando se liberasse dos problemas judiciais por participação de assaltos no Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

ORVIL

esposa, Alice Amália Moniz Almeida Rocha, que ficou conhecendo sua noiva, Vera Lúcia Coutinho Faria, na prisão.

Da arrogância e da autoconfiança de Amadeu, discípulo aplicado da escola de Leonel Brizola, o tutor de Caparaó, nada restou. Desprovido de coragem física e moral, Amadeu acovardou-se de forma humilhante, tornando-se motivo do "desbundamento" de vários militantes da RAN, que pretendiam manter o "papel digno do revolucionário na prisão".

O que restava da RAN, até o dia 5 de abril de 1973, foi destruído pela delação de Amadeu. Mais tarde, já cumprindo pena, o "grande líder" da RAN denunciaria as "torturas" que teria sofrido, procurando justificar a tibieza de seu comportamento na prisão.

Menos sorte teve o professor Francisco Jacques Moreira de Alvarenga. Antes de sua prisão, recebera de Júlio Rosas um pacote, contendo algumas armas do lote roubado da Guarda Noturna do Rio de Janeiro, com a orientação de desfazer-se dele. Jacques passou as armas para Merival de Araújo — terrorista da ALN — de quem era um elemento de "apoio". Durante os seus depoimentos na polícia, Jacques "abriu" um contato que teria com Merival, que, de forma previsível, se tratando de terrorista da ALN, foi morto ao reagir à prisão. No dia 28 de junho, Francisco Jacques Moreira de Alvarenga seria assassinado pela ALN em pleno Colégio Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, onde lecionava.

A RAN, assim como o seu predecessor o MNR, não tinha uma linha política definida e considerava o trabalho de massas como acessório.

Pretendeu estabelecer relações com organizações argentinas da luta armada. Dava muita importância ao trabalho junto às Forças Armadas. Segundo as lideranças da organização, a revolução peruana do General Alvarado representava uma alternativa válida para a revolução brasileira.

A luta armada era vista como a única forma de alterar o regime no país. Entretanto, a RAN não tinha definido como utilizar o argumento das armas. Antes que pudesse tentá-lo pela segunda vez, tinha um fim tão melancólico quanto o da fracassada "guerrilha de Caparaó".

ORVIL

17. A divisão da Direção Geral do MR-8

Após a autocrítica e a reformulação de sua linha política, o novo MR-8, o MR-8 do Pleno, passou a desenvolver suas novas atividades, com a sua Direção Geral (DG) dividida em duas seções: a do Exterior, com Carlos Alberto Vieira Muniz, João Lopes Salgado, Nelson Chaves dos Santos e João Luiz Silva Ferreira, e a do Interior, no Brasil, com Franklin de Souza Martins e Sérgio Rubens de Araújo Torres.

Em Fevereiro de 1973, Franklin retornou ao Brasil, instalando-se em São Paulo e estruturando um Comitê Regional (CR) dirigido por José Roberto Monteiro e Albino Wakahara, passando a imprimir o jornal "Manifesto".

Logo depois, regressaram Sérgio Rubens de Araújo Torres e sua esposa, Norma Sá Pereira Torres, passando a reestruturar e a coordenar o CR da Guanabara.

Na realidade, o MR-8 do Interior era dirigido pela DG no Chile, que chegou, inclusive, a realizar o "I Ativo no Exterior", em agosto.

A queda de Allende, em 11 de setembro de 1973, dificultou os planos iniciais da organização, com os quatro membros da DG tomando diferentes caminhos, até nova integração em Paris, em 1974. O esquema de contato passou a ser por cartas enviadas para o endereço de Augusto Boal, em Buenos Aires.

18. O crescimento e a desarticulação do MPL

Com o regresso de Sônia Correia Lins da Europa, no final de 1972, iniciaram-se os estudos para modificar a estrutura do Movimento Popular de Libertação (MPL). A organização, como um todo, possuía uma coordenação e três setores: Educação, Operário e Igreja. A existência de militantes, atuando em mais de um setor, na mesma área, criou a necessidade de um organismo que harmonizasse as atividades paralelas.

No início de 1973, foi aprovada a criação das Regionais, entidades coordenadoras nos grandes centros urbanos que seriam orientadas por uma Coordenação Nacional, instituída na mesma ocasião.

A antiga coordenação transformou-se em Coordenação Nacio-

ORVIL

nal, onde Marcos Correia Lins, Piragibe Castro Alves e Afonso Delelis passaram a contar com a colaboração de Waldemar Rossi, líder metalúrgico de São Paulo. Institui-se provisoriamente a Regional São Paulo (17) e, para superar a carência de recursos, a direção do MPL, em ligação com Sílvio Correia Lins, resolveu abrir uma sucursal da Intrade na cidade do Rio de Janeiro (18).

Em março de 1973, foi realizada a 1ª Reunião da Coordenação Nacional num colégio católico no bairro da Casa Verde, São Paulo. Durante o encontro ficou decidida a ampliação da Coordenação Nacional e a criação da Regional do Paraná.

Foram incluídos na CN Istvan Jancso, o Padre Carlos Minayo Gomes, Antônio Aparecido Flores de Oliveira e Sônia Correia Lins. A Regional do Paraná estabeleceu-se com os militantes Cristina Schoroeter Simião, Paulo José Portes Simião, Padre Ângelo Avelino Perin e Padre Felipe Leddet.

No Rio de Janeiro, o aliciamento foi orientado pelo Padre Minayo, coordenador da Pastoral Operária do Vicariato da Leopoldina e assistente da Ação Católica Operária (ACO). Alguns operários metalúrgicos, integrantes da Comissão Operária (CO), constituíram o grupo "Reflexão sobre o Trabalho na Classe". As reuniões da CO ocorriam no Vicariato de Leopoldina, onde passaram a ser ministradas palestras por Istvan Jancso e por Piragibe Castro Alves, visando à manutenção da coesão do grupo e à conscientização dos ouvintes para a necessidade de mudanças na estrutura existente. A partir de determinada época, além dos membros do Grupo Reflexão, passaram a assistir às palestras outros membros da Pastoral Operária.

A atuação do grupo no Sindicato dos Metalúrgicos, orientada por Afonso Delelis, voltou-se para a constituição da Oposição Sindical que teve papel de destaque nas eleições sindicais.

Waldemar Rossi encontrou-se com Joaquim Arnaldo de Albuquerque para discutir assuntos ligados a interesses comuns da atividade sindical no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com uma reu

ORVIL

---

(17) A Regional/SP estava constituída pelos militantes Maria do Pilar Costa Santos, Vitor Gianotti, Leo Pedro Birke, Antônio Aparecido Flores de Oliveira, Waldemar Rossi, Antônio Sales Filho e Elias Stein, este militante profissionalizado pela organização.

(18) Os escritórios da Intrade Ltda, localizados na Avenida Rio Branco nº 57, tinham a finalidade de atuar no comércio internacional e servir de cobertura para angariar recursos para o movimento. Eram associados do empreendimento Roberto Farias Mendes, Marcos Correia Lins, Otávio Augusto Machado, Hélio [illegible] S/A.

nião posterior em São Paulo, ficou praticamente acertado o ingresso dos metalúrgicos cariocas no MPL.

Ao final de 1973, Padre Minayo terminou o trabalho de aliciamento, transformando os membros do Grupo Reflexão em militantes do MPL.

Na formação da Regional da Guanabara, Beatriz Bebiano não concordou em participar da estruturação da Regional, optando pela vinculação do Setor de Educação diretamente à Coordenação Nacional. À Regional da Guanabara ficaram ligados, apenas, os Setores Igreja e Operário (19).

Em São Paulo foi realizada uma reunião para definir uma nova coordenação regional. Foram escolhidos Elias Stein, Vitor Gianotti e Waldemar Rossi que atuavam nos Setores Igreja e Operário e Maria do Pilar Costa Santos e Leo Pedro Birke que coordenavam as ligações no Setor Educação. Maria do Pilar realizaria também os contatos na área de campo em São Paulo.

Por volta de agosto de 1973, ocorreu no Colégio Imaculada Conceição, em Botafogo, no Rio de Janeiro, a 2ª Reunião da Coordenação Nacional, quando foi incluído um representante do Paraná no órgão máximo do movimento.

Com o retorno do Padre Alfredo Hervê para a França, Istvan Janeso, em uma de suas freqüentes viagens à capital baiana, aliciou, no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o Padre Andrés e os irmãos José Crisóstomo e Deodato, com os quais passou a coordenar o movimento, atuando prioritariamente no Setor Educação.

No Paraná, Paulo José Fortes Simião ministrava cursos nos Centros Sociais ligados às Paróquias, dentro do Plano Pastoral Rural do Paraná. Estavam ligados ao movimento os Padres Josef Emiel Jan Caekelberg, de Francisco Beltrão/PR, e Manoel Jequels, de Altônia/PR.

Em setembro de 1973, no bairro de Casa Verde, São Paulo, o mesmo local da 1ª reunião, foi realizada a 3ª Reunião da Coordenação Nacional do MPL.

Durante o encontro ocorreram algumas definições. O trabalho de bairros deveria ser retomado, aproveitando-se das Socie-

ORVIL

---

(19) A Regional Guanabara ficou constituída pelo Padre Minayo Gomes, como coordenador, e pelos militantes Joaquim Arnaldo de Albuquerque, Altamiro Silva, Manoel Andrade Canosa e José Maria Galdeano.

dades de Amigos de Bairros já existentes. O trabalho do Setor Igreja deveria prosseguir através das pastorais, sob a coordenação do Padre Minayo Gomes. Os trabalhos no campo e nos bairros não tinham um coordenador designado, ficando aberto a todos os membros da Coordenação Nacional. No Setor Operário, as Regionais deveriam incentivar a atuação das Oposições Sindicais nas fábricas e nos sindicatos.

O controle financeiro do MPL ficaria a cargo dos irmãos Marcos e Sônia Correia Lins. Os recursos seriam obtidos através de financiamentos a projetos, concedidos por entidades assistenciais internacionais como a International American Fundation (FINA) americana, o Comité Catholique francês e Developpement et Paix canadense, dentre outras.

Dentro desse esquema financeiro, Istvan Jancso desviou parte de um financiamento, concedido ao NOVA, para o MPL e Cristina adotou o mesmo procedimento quanto a um empréstimo recebido pela ADITEPP. Os recursos da organização destinavam-se à manutenção de militantes profissionalizados e ao financiamento de despesas de viagens a serviço do MPL.

No dia 12 de janeiro de 1974, o MPL realizou a quarta e última Reunião da Coordenação Nacional, no Instituto Pio XII em Taboão da Serra/SP.

Durante a reunião, a Coordenação Nacional — desfalcada do Padre Carlos Minayo Gomes que viajara em férias para a Espanha — discutiu dois documentos que não chegaram a ser aprovados. Piragibe Castro Alves apresentou um documento sobre a conjuntura econômica e Waldemar Rossi expôs um texto sobre a estrutura sindical. A Coordenação concluiu pelo prosseguimento das discussões numa próxima reunião, prevista para o mês de fevereiro.

Em Taboão da Serra, um dos encarregados das finanças, Marcos Correia Lins apresentou um quadro sombrio sobre a situação da organização. Um déficit de oitenta mil cruzeiros, acumulado em sua maior parte com ajuda de custo a militantes, ameaçava inviabilizar o MPL. As soluções levantadas, aumento do auxílio recebido do exterior ou montagem de empresas rentáveis, administradas exclusivamente por militantes do MPL, ficaram de ser aprofundadas na próxima reunião da Coordenação Nacional. A intensificação das atividades do MPL tinha seu preço.

ORVIL

Os questionamentos e problemas do MPL terminaram com o desmantelamento da organização, iniciado no final de janeiro de 1974.

No Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba foi presa a maioria dos militantes do MPL. Apenas Marcos Correia Lins e o Padre Carlos Minayo Gomes conseguiram escapar à ação policial.

Desarticulava-se assim o movimento que pretendeu, sem êxito, unir as esquerdas e a oposição ao regime de 1964 numa "Frente Antiimperialista". Evoluindo para uma organização voltada para o trabalho de massas, através da conscientização pela educação de base, o MPL promoveu a união de intelectuais marxistas, clérigos "progressistas" e operários ligados ao setor da metalurgia. Carecendo de estatutos e de um documento-base contendo estratégia e táticas, o movimento tornou-se uma entidade abstrata, atuante pela infiltração em entidades legais ou consentidas, existentes na área de educação e nos meios eclesiásticos e operários.

Em 1978, a justiça absolveria os militantes do MPL, em conseqüência das dificuldades encontradas em materializar a existência da organização.

19. Um mil novecentos e setenta e três

O ano de 1973 marcou, praticamente, o fim da terceira tentativa de tomada do poder pelos comunistas. Foram desmantelados, no seu transcorrer, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Liga Operária (LO), o Movimento Popular Revolucionário (MPR), a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), a Resistência Armada Nacional (RAN) e o Movimento Popular de Libertação (MPL) e desarticulado o foco guerrilheiro do PC do B, no SE do Pará.

Não diminuíra porém a violência. Além do elevado número de mortos em combate, seriam "justiçados" Manoel Henrique de Oliveira, Otávio Gonçalves Moreira Júnior, Pedro Limoeiro e Osmar, moradores do SE do Pará, Rosalino Cruz do PC do B e Salatiel Teixeira Rollins do PCBR, além de mais de uma dezena de pessoas feridas no atentado à agência da LAN-CHILE. Sobre essa violên-

ORVIL

cia, sobre esses assassinatos, alguns brutais como do Dr "Otavinho", alguns de inocentes, alheios ao problema como de Manoel de Oliveira, não se ouviu uma única manifestação dos comitês e associações de Defesa dos Direitos Humanos que começavam a proliferar no País. Para essas entidades apenas as esquerdas tinham direitos humanos a serem preservados. Para elas a imagem de Deus estampada na pessoa humana, seguramente, não era única.

Apesar de todos os esforços e gastos dispendidos pelas esquerdas e, particularmente, pelo Movimento Cristão para a Paz, a feira realizada pelo Brasil, na Bélgica — Brasil Export 73 — superou todas as expectativas, tendo sido um êxito completo. O Brasil confirmava para os países da Europa que era uma alternativa válida, de suprimento permanente, além de matérias primas, de produtos manufaturados. Esse sucesso que abria novos mercados para os produtos nacionais, ampliando as possibilidades do País de dar seguimento a seu progresso, pela via da livre iniciativa, era sentido pelas esquerdas, tanto quanto sua derrota na luta armada no País. Durante as semanas que antecederam essa feira, a FBI e seus acólitos tentaram passar uma imagem do Brasil de mera "ditadura militar" com pretensões imperialistas.

Mais uma vez tiveram êxito. Nos desencontros que iriam surgir entre o Brasil e Argentina, com relação ao aproveitamento do potencial energético do Rio Paraná, provocados mais por problemas de política interna de nosso vizinho do sul, o posicionamento do Brasil foi tido, pela coligação de Partidos que venceu as eleições argentinas, como uma "demonstração de imperialismo". A mesma colocação seria posta quando o Brasil, buscando uma estreita cooperação com a Bolívia, financiou alguns projetos naquela nação irmã.

Mas, o País sabia que, à medida que se desenvolvesse, expandindo suas fronteiras econômicas, iria contrariar interesses e encontrar obstáculos cada vez maiores a serem contornados por nosso corpo diplomático, felizmente altamente capacitado.

Vivíamos o décimo ano do processo revolucionário e o sétimo de crescimento acelerado, tendo nesse último período quase dobrado o nosso Produto Interno Bruto. De 1967 a 1973 o PIB aumentou 85%, com crescimento anual médio de 11%. Para se ter um elemento de comparação, no período entre 1955 e 1961, quando tivemos outro surto de crescimento, a média anual foi de 7,4%.

ORVIL

Jornal do Brasil 1973

No dia 31 de março desse ano, o Jornal do Brasil, no seu editorial "1964", assim se expressava: "Vive o País, há nove anos, um desses períodos férteis em programas e inspirações, graças à transposição do desejo para a vontade de crescer e afirmar-se.

Negue-se tudo a essa revolução brasileira, menos que ela não moveu o País, com o apoio de todas as classes representativas, numa direção que já o destaca entre as nações com parcela maior de responsabilidades.

Os louvores e as emulações que acompanham, como se fossem moldura, a imagem do País que se projeta, constituem o julgamento de mudança para melhor, e por isso mesmo irreversível, embora sujeita a reajustes eventuais no seu mecanismo de prospecção e aperfeiçoamento. O que ficou para trás está banido pelo consenso geral da nação que se moderniza a fim de antecipar seu destino...

O País que foi reformulado em 1964 na maneira de pensar e agir ingressa hoje no ano 10 de sua nova etapa, e em muitos aspectos mostra uma face transfigurada. A obra de renovação aponta em quase todos os setores os frutos de um trabalho ingente planejado e executado pela nação inteira — governo e povo unidos no mesmo sentimento e na mesma inspiração. O crescimento econômico; a afirmação internacional; a ocupação crescente de largos espaços vazios de nosso território; a preocupação mais recente com o conteúdo social do desenvolvimento; tudo isso traduz a definição pragmática de um destino que desabrocha ..."

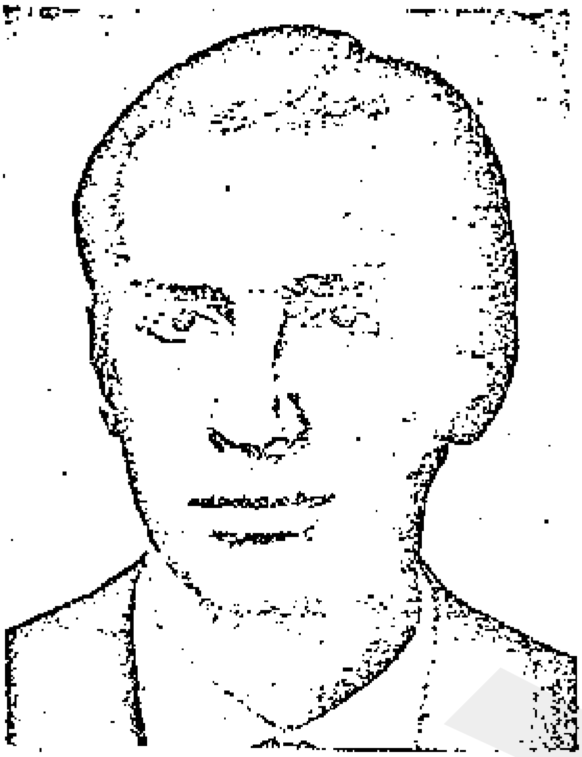
Ao fim de 10 anos de processo revolucionário, o País experimentara o período de crescimento mais duradouro e a níveis mais elevados de sua história. Eliminara também as atividades da subversão armada. Estavam pois criadas todas as condições para buscar saldar os compromissos iniciais da Revolução. O País organizara-se e progredira sob o signo da eficiência, mas não rearticulara seu sistema político, não lançara as bases de uma estrutura permanente capaz de integrar o homem brasileiro no processo de busca do seu bem estar.

Era preciso, agora, restabelecer-se as franquias democráticas e encontrar fórmulas adequadas ao desenvolvimento político. Era preciso que se encontrasse a estabilidade política através do estado de direito, "capaz de preservar a ordem jurídica e a paz social, por meio de instrumento permanente", que reduzisse o arbítrio, preservasse as garantias individuais e armasse o Estado para a defesa da sociedade democrática.

Era o que propunha o novo Governo, a par com a continuidade do desenvolvimento econômico e social.

ORVIL

- AÇÕES TERRORISTAS EM 1973 -



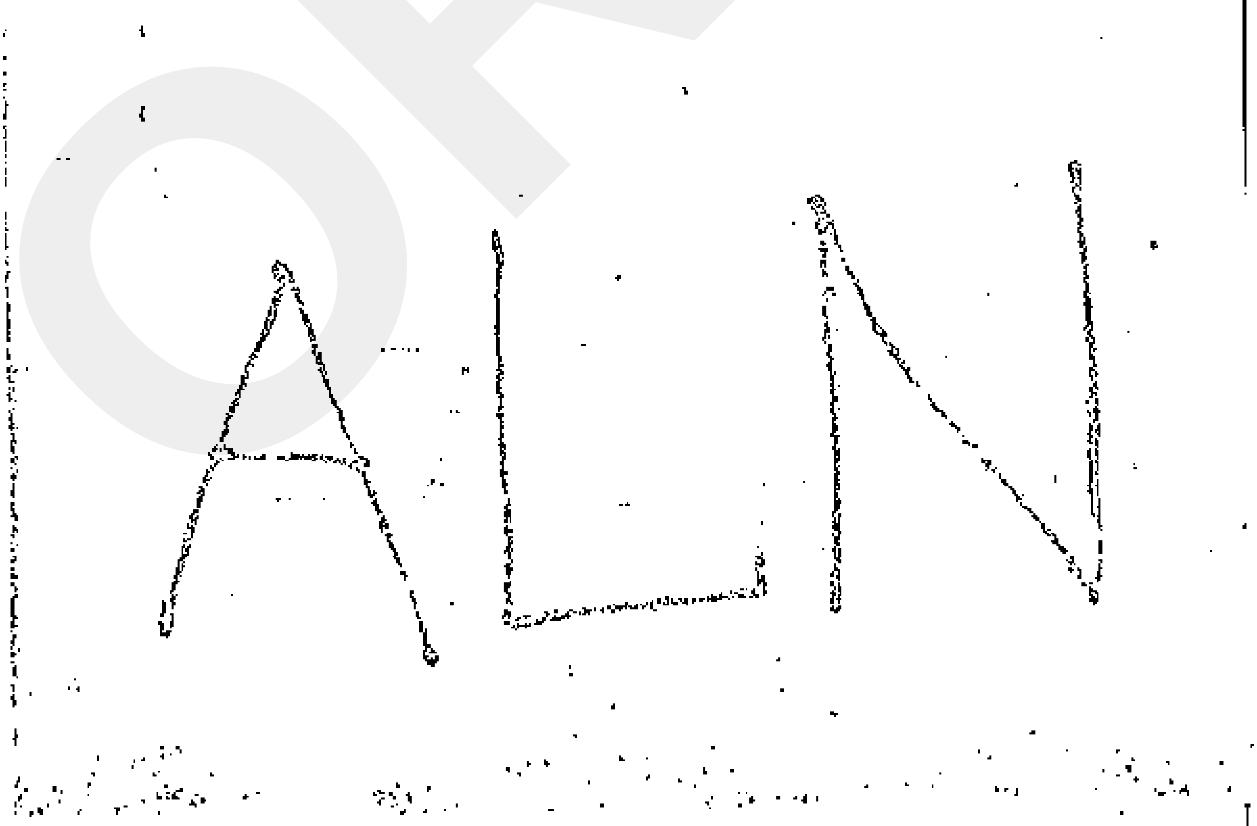
DR. OCTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JÚNIOR — ASSASSINADO PELAS COSTAS, EM COPACABANA, POR TERRORISTAS DA ALN, VAR-P E PCBR.

MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA - ASSASSINADO, EM 21 DE FEVEREIRO, POR MILITANTES DA ALN, NA ESQUINA DA RUA MOOCA COM RUA ANTUNES MACIEL, EM SÃO PAULO, SOB A EQUIVOCADA ALEGAÇÃO DE TER COLABORADO COM A POLÍCIA.

ORVIL

– AÇÕES TERRORISTAS EM 1973 –

PROFESSOR FRANCISCO JACQUES DE ALVARENGA – ASSASSINADO NO INTERIOR DO COLÉGIO VEIGA DE ALMEIDA, NO RIO DE JANEIRO, EM 28 DE JUNHO, POR MILITANTES DA ALN.



PAREDE DO COLÉGIO VEIGA DE ALMEIDA, PICHADA POR OCASIÃO DO ASSASSINATO DO PROFESSOR FRANCISCO JACQUES DE ALVARENGA.

ORVIL

CAPÍTULO XII

AVALIAÇÃO CRÍTICA DA TERCEIRA TENTATIVA

1. O desfecho

> *"A guerra não é um passatempo, nem uma pura e simples paixão do triunfo e do risco, nem tampouco é obra d'um entusiasmo desenfreado: é um meio sério para alcançar um fim sério".*
>
> CLAUSEWITZ

Em 1974, as organizações subversivas marxistas-leninistas, que desde 1967/68 haviam deflagrado a guerra revolucionária no país, tinham sido derrotadas na forma de luta que escolheram — a luta armada — estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria.

Nessa luta, como vimos ao longo deste trabalho, estiveram envolvidos grupos e facções minoritários da população que, convertidos à ideologia marxista-leninista, decidiram-se pelo caminho da violência para tentar impor sua vontade à maioria da nação. Seus objetivos eram aparentemente comuns — tomar o poder e implantar uma nova ordem que, baseada na ideologia que os inspirou, seria a "ditadura do proletariado".

Ao escolher a luta armada, isto é, submeter a vontade da nação pela força física, pela ação violenta, essas organizações comunistas decidiram-se igualmente por arcar com as conseqüências de sua atitude. A escolha de tal forma de luta, desafiando a autoridade constituída, agredindo as instituições de forma violenta, com o apoio do exterior — que lhe fornecia ideologia, doutrina revolucionária, insidiosa propaganda, recursos financeiros, treinamento de guerrilheiros, enfim, subsídios de toda ordem — a fim de operar modificações nas estruturas do país, implicou na ação legítima e oposta do Estado agredido. "*As almas filantrópicas*", como diz Clausewitz, "*podem julgar que existe uma maneira diferente de contrapor-se a essa ação violenta, sem uso da violência*". "*É um erro*", diz o filósofo da guerra, *pensar assim, por mais que a brutalidade nos repugne*". Tal método ainda não foi inventado. Nesse embate as organizações subversivas, como vimos nos capítulos anteriores, foram completamente derrotadas. A luta armada fracassara e com ela a mais duradoura, a mais sangrenta, mas nem por isso a mais perigosa tentativa de tomada do po-

ORVIL

der pelos comunistas. A ação das forças de segurança fora determinante nessa derrota. Mas quais seriam as outras causas desse insucesso?

As próprias organizações subversivas, em suas autocríticas, reconheceram a eficiência dos órgãos de segurança e concluíram que foi um equívoco subestimarem sua capacidade; nessas autocríticas, é ponto pacífico e unânime, também, que foi um erro fundamental lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. Essa causa foi tão ou mais importante para o insucesso dessa tentativa de tomada do poder quanto a anterior.

Existem, naturalmente, outras importantes causas determinantes dessa derrota. Nos propomos, nestas conclusões, a analisar essas causas e outros aspectos que influíram na derrota, porque nelas reside a resposta a muitas indagações feitas no início deste trabalho. Por outro lado, o exame destas questões, proporcionará um melhor conhecimento da natureza do processo subversivo, das organizações envolvidas e dos homens que nelas militaram ou as dirigiram.

2. A atomização das esquerdas brasileiras

Havia alguns anos que o bloco comunista deixara de ser monolítico. Vimos que mesmo antes de 1964 já existiam no país, além do PCB, do PORT, do PC do B, da POLOP e da AP, a esquerda independente, isto é, aquela não estruturada em uma organização ou partido (1).

Em 1964, a precipitação dos comunistas ou, como diz o dito popular "a sede com que foram ao pote", determinou o fracasso daquela segunda tentativa de tomada do poder. A técnica pretensamente posta em prática naquela ocasião, que o Instituto para Estudo de Conflitos, de Londres, denomina de "conquista progressiva da nação", é demorada, arrastando-se, às vezes, por décadas, como ocorreu em Portugal, onde o processo levou 40 anos. O Comitê Central do PCB, em suas "Teses", publicadas no seu periódico clandestino "Voz Operária", buscando eximir o Partido de culpa por aquela derrota, considerou que a Revolução de 31 de

---

(1) A esquerda independente é uma figura difusa, constituída por líderes de esquerda ou que, de acordo com a conjuntura e suas conveniências, se fazem passar por tal, agindo como franco-atiradores e atirando de acordo com seus interesses sem se comprometerem com um organismo estruturado.

ORVIL

março havia sido deflagrada em decorrência da ameaça de utilização da força e da violência e que essa violência fora colocada pela própria esquerda, no afã de atingir seus objetivos.

A esquerda independente, a quem possivelmente o PCB tenha dirigido suas críticas, como é usual nessas horas, desaparece e seus porta-vozes "fazem-se de mortos" (2). Mas a esquerda organizada ou a que passaria a ser conhecida como "nova esquerda", tomou as dores e culpou a própria linha revolucionária do PCB e a forma com que o Partido conduziu a escalada comunista, por esse fracasso. Esse insucesso, tido como fracasso da "via pacífica", robusteceu na "nova esquerda" a convicção de que a tomada do poder só seria viável pela luta armada, passando imediatamente a preparar-se para ela. O fato ampliou o fosso entre essas organizações — que passaram a autodeterminar-se de "esquerda revolucionária" — e o PCB, por elas considerado reformista e de quem queriam distinguir-se.

O processo dessa tentativa provocou também o acirramento da luta interna no PCB. Essa luta foi travada em torno do balanço "dos erros e causas da derrota de 1964", valorizando a luta armada. Além dessas circunstâncias, a luta armada já vinha sendo impulsionada na América Latina pela China e por Cuba. Essas discordâncias, inicialmente em torno da linha revolucionária e da tática adotada, geraram, primeiro no PCB e depois no seio das demais organizações subversivas, dissidências que evoluíram para novas organizações. Posteriormente, além da linha revolucionária, aspectos menores e de somenos importância passaram a se constituir em motivo suficiente para se criar, no interior das organizações subversivas, tendências e frações que evoluíam normalmente até o "racha", fazendo surgir uma nova organização.

O divisionismo tornou-se a característica fundamental da esquerda revolucionária brasileira. O Brasil foi seguramente o país onde o maior número de organizações subversivas existiu e atuou, simultaneamente, com o mesmo objetivo — o de derrubar o governo e o regime.

Por que isto teria acontecido?

Melhor do que nós, a esquerda terá sua resposta a esta indagação. Sem nos aprofundarmos nelas, mas visando a conhecer melhor

---

(2) É possível que o PCB quisesse se referir mais a Brizola, ou mesmo a Arraes, ou a ambos e outros, do que ao PORT, POLOP, PC do B ou AP, todos, à época, de expressão muito reduzida.

ORVIL

a esses que dizem ter a solução para todos os problemas nacionais, apontamos duas deficiências que saltam aos olhos, como causas desse fenômeno. A falta de lideranças autênticas, capazes de congregar essas facções e a falta ou deficiência no preparo político-ideológico de quadros e dirigentes. Difícil é determinar qual dessas causas, que se nos afiguram como interagentes, será a fundamental.

Se um grupo dentro de uma organização tinha um ponto de vista diferente, não apresentava argumentos doutrinários capazes de fundamentá-lo, exatamente por não terem seus pretensos líderes conhecimentos político-ideológicos suficientes para fazê-lo. Era mais fácil para eles criar outra organização do que argumentar. Por outro lado, a facção contrária não tinha argumentos suficientes, com base na doutrina, para convencê-los e mantê-los na organização. Esta indisciplina intelectual revela falta de conhecimento doutrinário e, em decorrência, de convicção ideológica. Isto gerava uma instabilidade muito grande nas organizações, onde verificavam-se situações anômalas criadas por aqueles fatos. Recordemos apenas um dentre as dezenas de casos narrados neste trabalho. A Dissidência Comunista da Guanabara (DI/GB) sofreu, em 1967, um processo de luta interna, tripartindo-se. O grupo majoritário, de posições mais moderadas, iria, meses depois, radicalizar-se e adotar o foco militarista. Já o chamado grupo dos "foquistas" que então defendia idéias militaristas, meses após formaria a Dissidência da Dissidência (DDD), com base numa visão crítica do militarismo. A simples denominação desta última organização expressa, como nos teoremas, o que queríamos demonstrar.

O foquismo, sem dúvida, contribuiu para que essa tendência divisionista fosse levada ao extremo.

Cuba, pretendendo ter introduzido "um avanço decisivo à experiência revolucionária internacional e ao marxismo-leninismo", buscava exportar seu processo revolucionário baseado no "foco militarista". A inovação do "foco militarista" residia, principalmente, na não necessária subordinação da guerrilha a um Partido Comunista. A revolução deveria ser dirigida por uma vanguarda marxista-leninista que estivesse decidida a iniciá-la por um foco militar — a guerrilha — que seria o motor da guerra total. Entendiam os cubanos e de resto também os chineses que para derrubar o poder do Estado Capitalista ou, como diz Debray,

ORVIL

para "arrebentar o seu esqueleto — o exército — é preciso outro e supõe treinamento, disciplina e armas", e isso era o prioritário. No foquismo, o comando militar não se sujeita ao político, a guerrilha não é simples braço armado do Partido. Dizem seus teóricos que não há subordinação de nenhuma dessas instâncias, "desde que fique claro que a guerrilha é a ala diretora e motriz". Deixam pois, imanente, a prevalência do militar e dão prioridade à organização militar e à luta armada, podendo a organização e a formação política até inexistirem nas fases iniciais. Outro aspecto que o foquismo pretendeu inovar, foi em fazer crer que a ação armada é que impulsionaria a conscientização das massas.

O foquismo, dispensando a complexa e demorada organização do partido revolucionário, facilitaria, sobremodo, a criação de novas organizações. As pretensas lideranças não sendo formadas no interior de um partido, onde normalmente vão galgando posições nos embates políticos, nem sempre eram autênticas. Um indivíduo mais arrojado, mas nem sempre mais capaz e nem mesmo mais corajoso, podia facilmente arvorar-se em líder. Esses pretensos líderes, diante de obstáculos a sua ascensão, preferiam desbordá-los, através de um "racha", do que enfrentá-los.

Interessante é que a unificação das esquerdas, ou, a unidade na ação, fazia parte do discurso de todas as organizações subversivas da época, mas nunca se verificou na prática, a não ser em situações circunstanciais, como nas formações de "frente" para assaltos e seqüestros. Um exemplo marcante disso foi a fusão a VPR com o COLINA para formar a VAR-Palmares que seria a organização mais potente já constituída no país — pela quantidade e qualidade de seus militantes, pelo número de armas que dispunha e pelos recursos financeiros que estariam disponíveis para a organização — mas que, pela imaturidade política ou pelo egocentrismo de seus pretensos líderes, não resistiu a mais do que algumas semanas e desmembrou-se.

A característica predominante, pois, da esquerda revolucionária, foi o divisionismo. A atomização resultante, significando uma divisão de forças, enfraqueceu-as, numa atitude incompreensível para quem pretendia, pelo menos teoricamente, destruir as Forças Armadas do país. Este fato, sobretudo, tira toda a seriedade e possível sinceridade de propósitos que se pu-

ORVIL

desse atribuir a esses pretensos lideres e suas organizações. Afinal estavam assassinando, roubando, atentando contra a vida e a propriedade em nome desses propósitos. Mais importante do que isso, por esses mesmos propósitos, estavam jogando nessa verdadeira aventura com a vida de jovens inexperientes, muitos dos quais iludidos idealistas.

Se não foram capazes de se unirem para alcançar o objetivo comum que procuravam — a tomada do poder — pode-se imaginar o caos e a carnificina que proporcionariam, se um dia chegassem a ele.

Não há dúvida de que a atomização das esquerdas foi um importante fator dessa derrota. O enfraquecimento dessas organizações evitou que o País fosse lançado numa guerra civil, ou, pelo menos, contribuiu para que fosse extremamente reduzido, em relação ao que poderia ter sido, o número de mortos e feridos a lamentar de ambos os lados.

3. Origens da guerra revolucionária e suas táticas

No verão de 1920 a revolução bolchevista estava consolidada e os comunistas senhores da Rússia. A Rússia contra atacara e invadira a Polônia. Os propagandistas soviéticos espalharam a idéia de que os exércitos soviéticos ateariam o fermento da revolução desde a Polônia até a Mancha. Os operários e camponeses poloneses, porém, não fizeram o que a doutrina marxista-leninista lhes indicara. Não se sublevaram em apoio aos exércitos vermelhos e estes foram derrotados e rechaçados para a Rússia (3).

O fracasso da invasão da Polônia e dos levantes revolucionários, que deveriam eclodir em todas as partes da Europa, foi acompanhado por desastres na própria Rússia. No inverno de 1920/1921 os efeitos da guerra e do ineficiente sistema econômico comunista quase levaram a Rússia a um colapso total. E como se isso não bastasse, os marinheiros de Kronstadt, a principal vitrine da revolução, revoltaram-se em março de 1921 contra o que denominavam de usurpação comunista.

Essa combinação, de derrota externa e desastre interno, forçou os líderes soviéticos a abandonarem suas pretenções de uma ordem comunista mundial imediata e a se concentrarem em salvar

---

(3) O.F.C. Fuller, "A Military History of the Western World, New York Funk Wagnalls Co., 1956, pág. 339/61; B.H. Lidell Hart, "The Soviet Army, Londres, Werdenfeld and Nicolson, 1956, pág. 45/51.

ORVIL

a revolução antes de expandi-la. A política externa soviética teve de ser orientada para uma tarefa imediata e muito necessária: a preservação do novo Estado Soviético até que ele se tornasse bastante forte — o santuário do comunismo internacional. Lenin, pragmático e realista na estimativa da situação do poder mundial, anunciou ao partido, em 1921, que não era possível derrotar os capitalistas com um único golpe. Aceitavam o fato de que o "triunfo final do comunismo" teria de ser retardado por diversas décadas. Lenin preparou a base teórica para uma "detente" com as nações capitalistas, prevendo alguma espécie de "modus vivendi" com os estados não comunistas. Estava mudada a estratégia para a revolução mundial. Desse ano em diante foi dada ênfase às formas não tradicionais de guerra, sobretudo à propaganda e à guerra política e ao desenvolvimento da arma organizacional (os agentes treinados do Partido, as organizações auxiliares e de frente) (4).

No III Congresso do Comintern, em junho/julho, ainda em 1921, a nova estratégia foi anunciada por Karl Radek, ele próprio um dos primeiros protótipos do revolucionário profissional da nova era da política mundial. Radek frisou que "*a tarefa revolucionária poderia tomar muitas outras formas além da guerra direta*". Os comunistas, disse ele, "*deviam compreender que a operação de escolas do partido, o trabalho das organizações clandestinas, a preparação de manifestações, a agitação e a propaganda revolucionária — tudo isso — eram formas de luta*". Era uma nova tática que surgia.

Somadas essas idéias às contidas na filosofia escatológica soviética da guerra e com base em experiências práticas em técnicas revolucionárias, onde a ação popular foi fator decisivo, teóricos marxistas desenvolveram uma doutrina para a guerra não tradicional — a guerra revolucionária — estruturada na base das táticas da subversão e da luta armada (5). Sem criar praticamente nada, esta concepção, simplesmente, estruturou e metodizou fatos, ações e técnicas já conhecidas, dando ênfase ao preparo do organismo revolucionário e à conquista prévia do apoio popular. Consiste essencialmente em criar um clima favorável que é utilizado por um grupo político na condução da "massa" para a derrubada do governo e da sociedade existentes.

---

(4) Atkinson O. James, "A Política da Luta", Bibliex e Editora e Edições GRO, Rio de Janeiro, 1968, pág. 40/41.

(5) A filosofia escatológica da guerra, desenvolvida com base nos ensinamentos de Marx, difere em aspectos fundamentais da filosofia clausewitziana. O principal deles é que, no paradigma de Lenin, os atores nas relações internacionais já não são os Estados monolíticos e sim as classes sociais surgindo daí a idéia do inimigo interno - o inimigo de classe, levado pelos comunistas para o interior dos países.

A organização do partido revolucionário dispensa maiores comentários para o entendimento do processo, mas, de qualquer forma, será objeto de apreciação específica no item 9. deste capítulo. O preparo de líderes e militantes para a ação armada, a montagem e o adestramento de uma organização militar, são feitos simultaneamente com a obtenção de material bélico necessário à ação a ser empreendida.

A conquista da população e a criação de um clima favorável à revolução merecem uma melhor compreensão.

A conquista da população consiste, sobretudo, no emprego planejado da propaganda, através da impregnação ideológica e de outras ações, normalmente, de cunho psicológico que atuando de forma lenta, progressiva e insidiosa, busca introduzir a descrença nos governantes e nas instituições. Contesta a moralidade e a eficiência do governo, cria ou amplia a descrença na equânime distribuição da justiça, insufla a quebra da hierarquia, lança enfim a dúvida sobre os agentes do governo e a população quanto às razões que os obriguem a permanecer fiéis ao regime em vigor. Busca, igualmente, criar um clima de desassossego e uma sensação de insegurança, atuando particularmente sobre as instituições sociais tradicionais (família, escola, igreja, forças armadas, etc.). Vale-se ainda do aliciamento, da infiltração e do estabelecimento de hierarquias paralelas, sempre tendo em vista fazer a população perder a fé nos governantes e nas instituições. Quando a população deseja mudar a situação existente, está espiritualmente conquistada.

A criação do clima revolucionário é obtido através da continuação dessas ações e conseguido, no momento propício, através da exploração de contradições, do agravamento de insatisfações e ansiedades, da deturpação e da desmoralização das instituições e dos valores morais e espirituais da nacionalidade. É complementado por pressões, demonstrações de força e atividades de terrorismo, sabotagens, desordens, greves, tumultos e distúrbios.

ORVIL

4. O leque das linhas revolucionárias

Com o aparecimento das armas nucleares durante a II Guerra Mundial, agravando os riscos de uma agressão direta ou de confrontos militares e tendo já a URSS expandido seu império sobre vários países do leste europeu, voltou a crescer a importância da guerra irregular e indireta, a guerra por procuração. Durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Kruschev propõe a tese da coexistência pacífica (6). Era a "detente" teorizada por Lenin em 1921, aplicada com nova denominação. Não significava absolutamente, como no passado, o abandono do objetivo da revolução comunista mundial. Já não se tratava de uma nova tática, mas uma simples inversão de prioridades. A subversão passava a ter prevalência sobre a luta armada. Por esse processo buscavam a conquista do poder, sem o recurso da violência generalizada e sem seus riscos imediatos. A luta armada não estava, porém, descartada, era uma alternativa para ser usada, se necessário e normalmente, nas fases finais do processo.

Esta nova forma de atuação adotada pelo PCUS e seus seguidores, dentre os quais o PCB, tendo por base a coexistência pacífica, que reforçava os efeitos da propaganda em torno da paz e da guerra política, passou a ser conhecida como linha ortodoxa (7). Essa linha preconizava a "via pacífica" para a tomada do poder, um termo ilusório mas com conotação altamente favorável.

Esse congresso do PCUS, como vimos no Cap. I da 2ª parte, fez aflorar o conflito sino-soviético, quebrando o monolitismo do MCI, com a China passando a disputar sua liderança. A China defendia a irredutibilidade da luta armada e passou a "exportar" o modelo vitorioso da sua revolução. Essa defesa da luta armada, sob a liderança do Partido Comunista, com base na doutrina maoísta do cerco das cidades pelo campo, ficou conhecida como linha chinesa ou maoísta. Preconizava uma guerra prolongada, aliando a ação armada com um trabalho de massa precedente e sempre presente no processo.

Além da linha cubana, conhecida também como "foquismo", ou "foco militarista", cujas características gerais já foram expos

---

(6) Ver item 3., Cap. I, 2ª Parte deste livro para dados sobre o XX Congresso do PCUS.

(7) A URSS a partir do término da II Guerra Mundial lançou uma miríade de organizações de frente, a maioria girando em torno da defesa da paz.

ORVIL

tas no item 2. precedente, completava o leque de opções derivadas da doutrina revolucionária marxista-leninista a linha trotskista.

Para os trotskistas a revolução baseia-se na formação de comandos paralelos ou no "poder duplo" (comissões de fábrica, milícias operárias, etc.), cuja proliferação permitirá constituir uma Central Única dos Trabalhadores. Esta Central, através da insurreição instantânea e geral do campo e da cidade, será o instrumento de tomada do poder. O trabalho de agitação deve, desde logo, aspirar e desencadear greves e distúrbios e, no campo, constituir sindicatos camponeses, proceder a invasões de terras e organizar insurreições localizadas. Os trabalhadores devem, passo a passo, assumir o controle dos meios de produção. A revolução partirá das lutas econômicas existentes ou latentes que se agravarão até converter-se em insurreição de massas (8).

As organizações que adotaram a linha chinesa ou o foco militarista se autodenominavam de esquerda revolucionária ou nova esquerda. (9).

5. A preferência pelo foquismo

Das linhas revolucionárias disponíveis no início da década de sessenta, a ortodoxa foi descartada por motivos mais do que óbvios. A linha trotskista foi adotada pelas organizações vinculadas a uma das facções originárias da IV Internacional, recaindo, porém, sobre o foquismo a preferência da grande maioria.

Arrolamos a seguir as causas que ao longo deste trabalho nos pareceram tenham contribuído, umas mais, outras menos, de acordo com a organização subversiva, para determinar aquela preferência:

- influência da revolução cubana. Por ter sido a primeira

---

(8) Debray, R.: "A Revolução na Revoluçao", obra já citada, pág. 19.

(9) No final do século passado e início do século atual houve uma cisão na II Internacional, devido à maneira como deveria ser implantado o socialismo. As organizações marxistas se autodeterminaram e passaram a ser conhecidas como Esquerda Revolucionária porque preconizavam a passagem para o socialismo através de uma revolução. Com isso distinguiam-se dos social-democratas que pregavam e admitiam que se poderia atingir um regime socialista por meios pacíficos, observadas as regras da democracia. Hoje essa expressão é usada pelas organizações subversivas que surgiram na década de 60, e mais precisamente a partir de 1964, como dissidências das organizações comunistas então existentes: PCB, PC do B, POLOP, AP e PORT, para se distinguirem, principalmente do PCB, considerado reformista.

ORVIL

revolução comunista vitoriosa no continente americano, ela foi promovida e exaltada ao máximo;

- influência da OLAS. Essa organização, além de incentivar a luta armada no subcontinente latino-americano, prometia apoio material, financeiro, de propaganda, etc.;

- a intensa propaganda da linha foquista, apresentada como um "avanço decisivo à experiência revolucionária", dando-lhe uma conotação de infalibilidade;

- o imediatismo. O foquismo despreza o longo e paciente trabalho de conquista do apoio das massas e dispensa, igualmente, o paciente e meticuloso trabalho de organização do partido revolucionário, relegando a um segundo plano a preparação político-ideológica do militante;

- o personalismo. O fato do foquismo permitir que o líder de um pequeno grupo pudesse pretender dirigir a revolução, sem enfrentar as disputas políticas para galgar posições no interior de um partido, atendia ao personalismo tão comum ao homem latino-americano;

- halo de romantismo que envolvia os "barbudinhos" de Sierra Maestra, influenciando a intelectualidade pequeno-burguesa e a juventude do movimento estudantil.

6. A "luta" se resume ao terrorismo

Tanto a linha maoista — com seu propalado "cerco das cidades pelo campo" — quanto a linha foquista — cujos ideólogos só se referem à guerrilha, considerando-a como guerrilha rural — dão prioridade absoluta à luta armada no campo.

O PC do B, a mais importante facção maoísta, para justificar a importância do campo, aduzia aos aspectos doutrinários da luta revolucionária importada outros fatores específicos do País, tais como: "as regiões montanhosas e grande parte de seu território coberto por densas florestas"; "a concentração dos contingentes mais numerosos e mais fortes das forças armadas do inimigo nas grandes cidades", etc.

Já o foco, nasce por doutrina no campo. "Os focos guerrilheiros, ao começo da sua ação, ocupam regiões relativamente pouco habitadas, de população muito dispersa". Debray, assim des-

ORVIL

creve o que chama de "etapa do assentamento primário"(10): "*Durante a primeira etapa... o grupo inicial conhece um período de nomadismo absoluto, no começo; depois de um período mais longo de fortalecimento ou ambientação dos combatentes, organização dos mensageiros, de linhas de abastecimento, de armazenamento, de depósitos de armas, para chegar a fase final de instalação verdadeira ou constituição mínima de uma zona de operações*".

A implantação do "foco" porém, não chegou a ser tentada seriamente por seus adeptos.

Os grupos foquistas perderam-se em ações que visavam à obtenção de recursos, acarretando a hipertrofia dos seus setores urbano e logístico. Apenas a Dissidência Fluminense do PCB, o primeiro MR-8, chegou a trabalhar no sentido de implantar um foco guerrilheiro no Paraná. As demais organizações foquistas não deram sequer os primeiros passos da etapa de assentamento do foco guerrilheiro. Nenhuma chegou a estabelecer-se em uma área e organizar cadeia de mensageiros ou linha de abastecimento. Nenhuma teve continuidade e as tentativas feitas tinham como objetivo mais o treinamento do que a instalação do foco. Foi isso exatamente o que ocorreu num dos casos mais conhecidos, o do Vale do Ribeira do Iguape.

Por paradoxal que pareça, a única organização que chegou a estabelecer um "foco guerrilheiro" ou deu os primeiros passos nesse sentido, foi o PC do B, que o condenava visceralmente. Mas este é um caso específico e será examinado no item seguinte.

O fato é que as organizações foquistas exaltavam, teoricamente, a necessidade de estabelecerem-se as áreas estratégicas, mas, sob os mais variados pretextos, iam permanecendo nas cidades.

O "foco", como recomenda essa linha, deve ter início numa área de difícil acesso, se possível montanhosa e coberta de selva. Ora, o combate na montanha, ou na selva, exige técnicas e treinamentos especiais. A simples vida na selva é sacrificada e depende de adaptação. O deslocamento abrindo picada, carregando pesados fardos, com visibilidade reduzida, normalmente, a menos

---

(10) Debray divide o desenvolvimento da guerra de guerrilha na América Latina em três etapas: a de assentamento primário; a do desenvolvimento, assinalada pela ofensiva do inimigo; e a ofensiva revolucionária político-militar de uma só vez.

ORVIL

de 10m, dificultando sobremodo a orientação e não permitindo, às vezes, que se ande mais de 100m em uma hora, exige um esforço extraordinário. Sem falar na temperatura e umidade elevadas, nos espinhos, insetos e animais, na caça e na água nem sempre disponíveis, tornam a sobrevivência nela um risco, muitas vezes maior que o próprio inimigo.

Aliando-se a essas dificuldades, o fato de que a maioria dos militantes das organizações subversivas era constituída de estudantes e intelectuais "pequeno-burgueses", despreparados e não dispostos a enfrentar tais dificuldades, pode-se inferir que essa conjugação de fatores tenha se tornado uma das causas e possivelmente das mais importantes, para que essas organizações permanecessem nas cidades e insistissem no terrorismo urbano. Na cidade, com um carro "expropriado" pode-se andar a mais de 100km/h e com uma nota no bolso, fruto de um assalto, está garantida a sobrevivência.

Vimos em capítulo anterior, militantes do MAR, num dos casos de treinamento de guerrilha rural, abandonarem as agruras do campo, trocando-o pelos assaltos a bancos e atentados na cidade, indiferentes à orientação da organização. E não havia "inimigo" na área. Vimos também, casos de militantes do PC do B que não se adaptaram à vida na selva, ou que se negaram a engajar-se na guerrilha rural e que tiveram de empreender a fuga da região, para não serem mortos pelos próprios companheiros.

Além desses aspectos, tendo em vista os segmentos sociais onde essas organizações recrutavam seus militantes e a sua faixa etária, pode-se aduzir outros já citados. Na selva, as ações são realizadas no anonimato, enquanto que na cidade, a notícia de um assalto, ou de um seqüestro, ganha manchetes nos jornais, permitindo que seus autores engrandeçam-se aos olhos de seu grupo e tornem-se verdadeiros "heróis". Na selva, muitas vezes, quando uma morte se verifica longe das bases, situada a dias de penosa marcha, sequer a evacuação do cadáver do companheiro é possível, pois as dificuldades são tantas que seria uma odisséia inenarrável. Mesmo que as condições físicas tornassem esta ação de solidariedade humana possível, as condições climáticas e mesológicas não permitiriam tal evacuação. É sabido que na selva amazônica o processo de decomposição biológica inicia-se imediatamente após a morte e a putrefação é questão de horas.

ORVIL

Guevara: "*É fundamental que nunca pode surgir por si só uma guerrilha suburbana... portanto a função dessa guerrilha, não será levar a cabo ações independentes mas sim de acordo com planos estratégicos pré-concebidos*". Debray é, porém, mais radical na condenação do terrorismo independente e assim definia essas "ações anárquicas": "*É claro que o terrorismo na cidade não pode desempenhar nenhum papel decisivo e que traz consigo alguns perigos de ordem política. Mas, se está subordinado à luta fundamental, a do campo, tem do ponto de vista militar, um valor estratégico: imobiliza milhares de soldados inimigos, paralisa a maior parte do aparato repressivo em tarefas estéreis de proteção...*".

Concluindo, as ações desenvolvidas no Brasil, de seqüestro, de assalto, de assassinato e de "justiçamento", não cumpriram um objetivo específico sequer de uma guerrilha urbana.

A juventude brasileira e os intelectuais pequeno-burgueses foram iludidos ou iludiram-se, pois, sua luta, foi "sem sentido", sem objetividade alguma, meros atos de terror, de banditismo urbano.

7. Por que fracassou, também, a tentativa do PC do B?

O PC do B foi, na década de sessenta, a única organização subversiva comunista que fez uma tentativa de realizar um movimento revolucionário no campo. Essa tentativa, porém, fracassou, não saindo de suas origens. Por que?

O PC do B, como vimos, condenava o foquismo, principalmente por seu "voluntarismo", isto é, por "não levar em conta a situação objetiva, as forças de classe em presença e o processo político em curso", no que estava absolutamente certo. Aliás, a crítica é uma capacidade que se há de louvar nos comunistas.

O foco militarista não representava nenhuma inovação estratégica ou tática, nem nenhum "avanço decisivo na experiência revolucionária" como pregava sua propaganda. A rigor, não podia sequer ser considerada uma linha revolucionária distinta. Era sim, uma sistematização, rebuscada por um escritor militante de uma revolução vitoriosa. Uma revolução que deu certo graças às condições especialíssimas em que se consumou. Cuba vivia sob uma prolongada, férrea, inépta e corrupta ditadura, sem perspectivas de aberturas ou melhorias. Seu povo estava cansado e desejo

ORVIL

so de mudanças, fossem elas quais fossem. Isto é, a população cubana estava autopreparada espiritualmente, não precisando ter seu apoio ao movimento revolucionário conquistado. As forças de segurança estavam enfraquecidas e desmoralizadas pelo tipo de governo a que eram obrigadas a dar sustentação. Existia uma liderança efetiva e capaz que conseguiu mascarar o caráter marxista-leninista da revolução, apresentando-a como "nacional" e "antiditatorial", para um povo que não sabia o significado dessas palavras no jargão comunista e que conseguiu angariar, para o movimento, a simpatia do mundo. Só nessas condições excepcionais, uma organização tão incipiente e débil poderia conduzir um movimento revolucionário à vitória.

Pode-se alinhar várias causas para o fracasso da tentativa do PC do B, mas quase todas elas estarão invariavelmente ligadas ao fato dela ter sido, de propósito ou não, uma tentativa foquista na essência.

Em razão dessa inspiração, começou por menosprezar o apoio da população — um dos fundamentos da guerra popular prolongada a que se propunha — a título de manutenção do sigilo, dando maior ênfase ao trabalho militar do que ao trabalho político. Ali estavam como bodegueiros, posseiros, comerciantes, farmacêuticos e como tal, poderiam ter permanecido na região, mais do que o fizeram, não fosse a "abertura" da área de treinamento por um casal de militantes que fugiu da região.

Por ocultarem dos habitantes locais a condição de comunistas, como os homens de "Sierra Maestra", mas também a de revolucionários, o apoio que receberam desses habitantes foi o mesmo dispensado aos estudantes do Projeto Rondon. A população retribuiu os auxílios que lhe foram efetivamente prestados e o comportamento exemplar que tiveram para com ela, exceto em alguns casos, também exemplares, de "justiçamento" de habitantes locais julgados pelo Tribunal Revolucionário. Em conseqüência desses fatos não obteve, como preconiza a "guerra popular prolongada", o apoio das massas. As massas camponesas não se sensibilizaram "as lutas mais altas" e nem foram capazes de "fornecer a massa principal de combatentes da guerra popular", como preconizavam suas resoluções políticas. Isto não decorreu apenas da falta de trabalho político prévio, mas também da própria área selecionada, de população muito rarefeita, onde um casebre distava do outro cerca de 6 a 8 horas de caminhada. Como resultado prático, depois de seis anos de permanência na área, não conseguiu o Partido cooptar uma dúzia de adeptos entre a população local, e assim mesmo, a maioria desertou quando as forças de segurança retornaram.

Negligenciaram as condições objetivas, alheiando-se da conjuntura nacional. Quando se decidiram pelo estabelecimento do foco, em 1966, o País caminhava a passos firmes para a redemocratização. Durante a fase de assentamento do foco, foram surpreendidos pela abertura da Transamazônica, que, do trecho em que cruza o Rio Araguaia até Marabá, cortou transversalmente a principal área selecionada para a guerrilha. A construção dessa rodovia, o asfaltamento da Belém-Brasília e a presença, embora ineficiente, do INCRA, caracterizava o momento em que a população sofrida e esquecida dessa área começava a tomar conhecimento da existência do governo brasileiro. Quando a guerrilha teve início, com os primeiros embates com as forças de segurança em 1972, o Brasil vivia a euforia de um desenvolvimento continuado, sem precedentes no mundo contemporâneo, à exceção do ocorrido anteriormente no Japão.

Complementando a irrealidade da proposição, estava a pretensão de formar um Exército Popular, quando não dispunham de pessoal suficiente, de armamento adequado sequer para as dezenas de comunistas ali instalados — a menos que esperassem recebê-lo do exterior —, de equipamento necessário e não se mostraram capazes de ampliar os efetivos iniciais e nem de repor as baixas, à medida em que elas foram ocorrendo, apesar das tréguas involuntárias verificadas. Na verdade, não foram capazes de estabelecer uma rede de apoio ou criar uma cadeia de informações, após seis anos de permanência na área. Para coroar esse irrealismo, subestimaram a capacidade operacional das Forças Armadas, as quais classificavam como carentes de experiência e condições de combate.

Era o mesmo Partido Comunista de 1935 que fazia de seus sonhos a "realidade", de "sua realidade" a luta fraticida, sacrificando a vida de pessoas, cujas mentes estavam cristalizadas pela ideologia. É preciso não esquecer que seu objetivo era construir um Exército Popular, capaz de destruir a tudo e a todos que se lhe opusessem na caminhada para a tomada do poder.

Hoje "choram" seus mortos como se fossem inocentes surpreen

ORVIL

do (13).

Vimos no item 1. do Cap. I, da 1ª Parte, que as organizações alinhadas com a então III Internacional planejam, antes desse, um objetivo intermediário, por considerarem que a mudança do regime vigente não pode ser conseguida apenas pelo Partido e o proletariado. A maioria da população não deseja a mudança do regime, mas, normalmente, boa parte dela está insatisfeita ou pode se tornar descontente com o governo. É preciso pois, utilizar essa massa insatisfeita para derrubá-lo. Uma vez vitoriosa essa fase, instala-se um governo progressista, uma "democracia popular". Já no poder, altera-se a correlação de forças e o Partido poderá, dirigindo o proletariado, passar à segunda etapa, a da revolução socialista que conduzirá à ditadura do proletariado. Por essa razão são conhecidas também como etapistas.

Da concepção estratégica de todas essas organizações subversivas, consta o caráter da revolução. O caráter da revolução deve responder basicamente: qual o tipo de revolução que, na conjuntura, possibilitará a tomada do poder? Teoricamente, o caráter da revolução é definido a partir de uma análise da conjuntura, sob a visão marxista, quando são levantadas as contradições da sociedade. Naturalmente, na ótica dessas organizações, essas contradições só podem ser solucionadas pelas transformações que a revolução realizaria e as classes nela engajadas seriam as que a promoveriam e beneficiar-se-íam dela. Como resultado dessa análise determinam, também, o "estágio" de desenvolvimento da sociedade, com predominância de seu aspecto econômico. A definição desse estágio permitirá, basicamente, caracterizar os principais inimigos que a revolução deverá enfrentar e as tarefas que caberão às classes nela envolvidas.

Ao caracterizar o estágio do desenvolvimento brasileiro, as organizações subversivas o tem classificado como "semi-feudal", "semi-colonial", "agrário", "agro-industrial" ou "industrial-agrário". Essa diversificada classificação e até mesmo a inversão de termos, tem sido um dos motivos de divergência entre elas.

Dessa divergente classificação, surgem, naturalmente, diferentes caracteres da revolução, que são normalmente expressos por dois ou mais vocábulos, como já vimos no caso cubano, cujo cará-

---

(13) Uma organização subversiva, na sua versão tupiniquim, rebatiza-a de "democracia proletária". Sem dúvida, uma expressão com conotação bem mais positiva que a literal ditadura do proletariado, tão mal batizada por Marx, na expressão fria de suas concepções totalitárias.

ORVIL

ter da revolução era "nacional e antiditatorial". O caráter define o principal ou principais inimigos da revolução e as tarefas a serem cumpridas para derrotá-los. Assim, se o principal inimigo considerado é o "imperialismo", a principal tarefa da revolução será a "libertação econômica e política da dependência imperialista" e a revolução será "nacional". Se o principal inimigo é o "latifúndio ou o capitalismo", a tarefa básica da revolução será, respectivamente, "a transformação das estruturas com a eliminação do monopólio da terra ou do modo de produção capitalista" e, naturalmente, a "eliminação dos latifundiários ou dos capitalistas como classe" e, em ambos os casos, a revolução será "democrática".

Nesse raciocínio reside a explicação, simplista naturalmente, dos dois significados que têm a palavra "democracia" para os comunistas e que os mortais comuns não conseguem alcançar. A "democracia" da revolução comunista significa a eliminação do latifúndio e/ou do modo de produção capitalista e dos latifundiários e capitalistas como classe. Enquanto não chegam ao poder, democracia significa, porém, a mais ampla e irrestrita liberdade. Liberdade, sobretudo, para organizarem-se com a garantia da lei, para tramar e investir contra essa mesma democracia. Uma vez no poder, seriam as liberdades de expressão, de opinião e de participação, as primeiras a serem "caçadas" em nome da revolução. Consolidada a revolução, seria caçada, também, a liberdade de oportunidade, monopolizada pela "nomenclatura".

As organizações trotskistas, como vimos no item 1, do Cap. I, da 2ª Parte, não visualizam a necessidade da etapa intermediária. Para elas, desde o início a revolução será socialista e uma vez derrubado o governo, o socialismo estará implantado.

O método é racional e coerente. Fica claro de seu desdobramento que a análise da conjuntura, como é usual, serve para identificar as contradições da sociedade e mesmo flagrantes injustiças, as quais permitem levantar "bandeiras" e "slogans" que estejam adequados à realidade presente. Fica claro também que essas bandeiras e slogans serão utilizados para agitar, iludir e conduzir a massa de manobra que levará o partido ao governo. Uma vez ali, essa massa será alijada, tendo servido apenas, na verdadeira acepção da expressão, como "massa de manobra" do partido.

ORVIL

Não tendo as organizações subversivas que atuaram no Brasil desembocado na revolução, aqui teoricamente esquematizada, suas estratégias não podem ser objeto de análise crítica. No entanto, a discussão teórica de seus elementos constitutivos somada às discordâncias em torno de suas conclusões, constitui-se em mais um dos fatores concorrentes para a atomização das esquerdas. Por outro lado, essa análise serve também como um alerta sobre o que significam, no jargão comunista, as palavras "liberdade", "nacional" e "democrática".

9. O organismo revolucionário

Um dos aspectos enfatizados nos movimentos revolucionários marxistas-leninistas é o preparo do organismo necessário à sua condução. Esse organismo se concretiza através de uma série de atividades: o recrutamento e preparação dos dirigentes; a formação de quadros, em cursos e escolas especiais; a criação de núcleos (células) de revolucionários profissionais (dirigentes, ativistas, agentes especiais, etc.); a disseminação desses núcleos e estruturação do partido revolucionário em todos os níveis da organização político-administrativa do país. Esse organismo é, correntemente, o Partido Comunista e aquelas tarefas são inerentes à sua própria estruturação que é demorada e cuidadosamente estabelecida.

Com o advento do "foquismo", o Partido Comunista deixou de ser um instrumento necessário à condução da revolução. Esse instrumento seria a vanguarda composta por aqueles "que realmente desejam fazer a revolução". Debray no seu "Revolução na Revolução " desfila uma série de desvantagens de, na condução da revolução, ser a guerrilha o mero "braço armado" de um partido, mostrando que a luta armada exige um novo modo de organização e um novo estilo de direção. Para o foquismo o preparo físico é fundamental. "Uma perfeita educação marxista não é, necessariamente condição imperativa". Para o foquismo "a guerrilha é o partido em gestação".

No Partido Comunista a estrutura política prepondera sobre qualquer outra coisa. Na vanguarda guerrilheira há prevalência do militar, ou, no mínimo, as instâncias militar e política se igualam e são, preferencialmente unificadas, daí denominar-se tal estrutura de Organização Político Militar (OPM).

De qualquer forma, seja qual for o modo de organização e o

ORVIL

estilo de direção, tanto o partido como a OPM necessitam recrutar adeptos e preparar seus quadros e dirigentes, sendo estes os aspectos que influirão no sucesso ou insucesso da ação e, por isso, serão objeto de nossa análise.

10. O recrutamento

O recrutamento é um processo de atração, sedução, enfim, de convencimento de pessoas a aceitarem a doutrina marxista-leninista. A fase inicial desse trabalho é a de aliciamento que consiste na conquista de adeptos — futuros militantes ou simpatizantes — para a causa revolucionária. É realizado através de contatos pessoais, formação de grupos de estudo, reuniões informais, reuniões de base, etc. e é favorecido pela infiltração dos agentes nos mais diversos órgãos e instituições. Na fase do aliciamento, normalmente, o alvo desconhece a existência da organização subversiva e durante seu transcurso são inoculados no indivíduo os primeiros conhecimentos ideológicos, por meio da visão marxista da realidade. Na fase final, o alvo toma conhecimento da organização e é levado à prática de algum ilícito que a beneficie, que a identifique e o vincule a ela.

Algumas organizações subversivas tinham organismos de fachada, especialmente voltados para essa tarefa. Dos vários exemplos citados nos capítulos anteriores, recordemos a estrutura da Dissidência da Guanabara (DI/GB), depois MR-8, que atuava especificamente no meio estudantil, para as tarefas de aliciamento e recrutamento. O alvo, o estudante, era aliciado pelos Grupos de Estudo (GE) —"a porta de entrada da organização". Nos GE eram ministrados os estudos doutrinários iniciais e dada uma visão ideológica das conjunturas internacional e brasileira. Após essa fase, os estudantes passavam a integrar os Organismos Para-partidários (OPP), ocasião em que realizavam as primeiras ações em benefício da organização, de cuja existência só então tomavam conhecimento. Com essas ações adquiriam experiência, se comprometiam e se vinculavam à organização. O passo seguinte era a estruturação na organização subversiva (14).

Havia também formas bem mais diretas de aliciamento. A título de exemplo transcrevemos o extrato do depoimento de uma jo-

---

(14) Estruturado é o militante que integra algum órgão (organização de base, comitê, etc.) da organização subversiva.

ORVIL

vem universitária presa em Brasília, em 1972, que mostra também a colaboração dos professores, desde então: *"Fui criada numa família sem problemas. Nada me faltava: tinha o carinho e o afeto de meus parentes e um razoável padrão de vida (classe média) onde via satisfeitas todas as minhas necessidades materiais. Nossa família podia ser classificada como uma família de padrão tradicional: o respeito e a obediência aos mais velhos, educação religiosa cristã com missas dominicais quase obrigatórias, aversão aos modismos (cabelos, roupas extravagantes, etc.), hábitos e horários rígidos, etc. Entrei para a Faculdade muito cedo, dezessete para dezoito anos. Fiquei aturdida com o ambiente que encontrei. Não entendia o linguajar de meus companheiros e relutava em aceitar certos hábitos correntes como fumar coletivamente (eu nem fumava), permitir certas licenciosidades, sair junto com rapazes, usar certos trajes, etc. Era tachada por meus colegas de "quadrada", "retrógrada" e outros epítetos. Estes evitavam minha companhia e passei a viver numa espécie de "gelo". Foi então que um companheiro (não é preciso dizer que era subversivo) condoeu-se de minha situação e começou a me procurar. Exultei com isso. Ele então foi me ensinando. Isto é, doutrinando, a seu modo, para uma nova realidade que eu desconhecia. Paralelamente a isso os professores faziam sua contribuição: 95% dos livros recomendados eram de autores marxistas. Como perdi uma prova e estava na iminência de ser reprovada numa dada matéria, o professor exigiu de mim uma monografia baseada num livro de autor comunista com o que me seria dado o grau necessário, o que de fato ocorreu. Eu não tive escolha. Eu não tive alternativa".*

De outro lado, haviam formas de aliciamento bem mais sutis. Depoimentos prestados por subversivos revelam que o sexo era usado nos meios terroristas como elemento de atração e comprometimento de jovens inexperientes. Um dos casos mais chocantes pelo seu resultado, foi o de Solange Lourenço Gomes, conhecida pelos codinomes de "Rute", "Conceição", "Clara", "Aurora" e "Maria José Linhares" (15).

Solange conta que quando iniciou o namoro com Carlos Augusto da Silva Zílio, em 1966 (16), não sabia que ele era mar-

---

(15) A maioria dos fatos aqui narrados já se tornaram públicos, uma vez que Solange, quando se entregou, em julho de 1971 (ver Cap item) deu entrevistas, entre outros, para os jornais "O Globo" e "Diário de Notícias", revelando-os na ocasião.

(16) Grifamos a data para aquelas pessoas que insistem em afirmar que a subversão no País só teve início após o AI-5.

ORVIL

diciados em inquérito, foram pronunciados, mas a quase totalidade foi "jogada" na clandestinidade e 98% deles passaram a integrar ou já integravam organizações subversivas e engajaram-se na luta armada. Naturalmente, o jovem inexperiente era a presa mais fácil dessa verdadeira cilada. Cilada que, nesse caso, como vimos, foi preparada por orientação de Cuba, em conluio com organizações subversivas nacionais. O recrutamento simplista do tipo desse de Ibiúna representou um alto percentual no total de recrutados. Apenas esse episódio foi responsável por cerca de 15% de todos os recrutados, nesse período de luta armada.

Não foi pois por acaso ou outra razão, que mais de 80% dos quadros das organizações subversivas eram constituídos de estudantes, dos quais cerca de 20% eram secundaristas. Dos restantes, boa parte era de militantes profissionais, intelectuais e profissionais liberais, sendo inexpressivo o número de trabalhadores da cidade e quase nulo os do campo que integraram as organizações de esquerda revolucionária.

Uma jovem militante da ALN encarregada do setor, descreve de forma mais detalhada o que chamou "as etapas do processo de politização" empregadas na organização. Parece-nos que vale a pena, a título de alerta, descrevê-las na síntese:

"1. conhecimento dos elementos mais permeáveis a novas informações, estabelecendo-se contato com eles;

2. discussão inicial em torno de um fato político que ocorra, no âmbito internacional ou nacional;

3. ligação desse fato político com a estrutura sócio-econômica brasileira;

4. discussão da necessidade de uma mudança estrutural-revolução;

5. colocação de meios para se realizar essa mudança - propostas específicas da organização;

6. integração do elemento em algum nível de trabalho prático, progressivamente;

7. engajamento progressivo e irreversível do elemento na organização.

Ao se procurar estabelecer contato com os elementos mais abertos para o início do processo de politização, usa-se inicialmente de situações sociais, shows, conversas em bares, atividades que versem sobre temas favoráveis à manifestação de crítica e a problemas ou ao sistema como um todo. A partir de então os indivíduos que mais se manifestam são identificados e procurados posteriormente para conversas individuais (...)

Após o contato inicial, que é feito sob vários pretextos, inicia-se a discussão, abordando algum fato político que tenha ocorrido recentemente e que forneça conteúdo para ser criticado. Por exemplo, atos institucionais (...). Posteriormente discute-se outros problemas num nível mais amplo, inserindo-o numa estrutura sócio-econômica de tipo capitalista ou no quadro das relações sócio-econômicas imperialistas. Aqui são fornecidos textos que partem desse problema específico e o relacionamento com a situação brasileira, no seu aspecto estrutural. O objetivo é fazer com que a pessoa conclua

ORVIL

a ineficiência do sistema capitalista (...).

A filosofia que baseia a análise desses textos é a marxista, que vai sendo incorporada de um modo sutil pelo elemento (...).

Estando a par do método de análise marxista-leninista e já informada da impossibilidade de resolução dos problemas de nossa realidade, dentro desse sistema, são introduzidas as questões referentes aos meios de mudança dessa mesma estrutura sócio-econômica. Iniciam-se as discussões sobre a violência no processo revolucionário, o papel do terrorismo frente às instituições vigentes e outras questões relativas à política da organização, especificamente (...).

O elemento responsável pelo desenvolvimento desse processo de politização deve encaminhar a pessoa, já politizada, para desempenhar algum trabalho, direta ou indiretamente, ligada à organização (...).

Paralelamente ao trabalho de vinculação teórica, o elemento vai sofrendo um processo de vinculação prática, progressivamente.

Inicialmente é considerado apoio da organização, fornecendo dinheiro à organização, mantendo pessoas ou material da organização em sua casa e outras atividades.

Após esse passo, realiza pequenas tarefas para a organização: levantamentos, panfletagens, etc... O fato do novo elemento participar praticamente de uma fase, pelo menos, das ações da organização, vai tornando essa prática um fato conhecido a ele, tirando-lhe o medo e o receio inicial de participar de ações.

Depois desses primeiros trabalhos, o indivíduo vai recebendo obrigações mais importantes para a organização, até que passa a participar diretamente numa ação armada, não tendo nenhuma alternativa a partir de então, pois, em questão de pouco tempo será reconhecido e obrigado a passar para a clandestinidade. Tem que pertencer aos quadros da organização, depender dela (...).

A vida na clandestinidade transcorre de um modo ditatorial para o elemento, pois, enquanto indivíduo, ele perdeu todas as possibilidades de vida civil regular, o que poderia torná-lhe independente em relação à organização. Ele está à mercê da organização em todos os aspectos: econômico, pessoal e quanto ao nível de atuação política. Passa a ser extremamente conhecido pelos integrantes da organização, reduzindo, a cada dia, a sua margem de vida. A prática de ações armadas torna-se corriqueira, sua visão da vida vai mudando a cada passo dessa vinculação até que o elemento atira, mata, perdendo o significado real desses fatos".

11. A preparação dos quadros

A formação de quadros e dirigentes deu-se quase que exclusivamente no exterior. Cerca de 150 militantes foram formados em Cuba. Por volta de 120 foram formados na China e um número bem mais reduzido foi formado na URSS. Dos formados na Rússia a totalidade era do PCB, dos formados na China, cerca de 65% pertenciam ao PC do B, sendo que, em torno de 15% deles deixaram o partido para integrarem a Ala Vermelha. Dos 35% restantes, pertenciam à AP 25%, ao PCB 5%, e em menores percentuais foram contemplados o PCR e o PRT. Os formados em Cuba estavam diluídos em maior número de organizações, sendo que a ALN foi a que mais se

ORVIL

benificiou desses recursos (17).

Não se dispõe de dados que permitam uma avaliação judiciosa desses cursos. Sabe-se, no entanto, que em Cuba existiam dois cursos básicos: um de guerrilha rural e outro de guerrilha urbana e haviam cursos complementares de especialização, tais como: de fotografia, explosivos, enfermagem, preparação de documentação falsa, etc. Todos eram cursos de pequena duração, cujo nível e organização eram objeto de críticas dos subversivos que os freqüentavam.

Na verdade, eram poucas as organizações que tinham um número razoável de elementos com esses cursos de especialização. Mesmo considerando que os efetivos das organizações subversivas não eram elevados, esses percentuais eram pequenos. Se esses elementos tivessem sido utilizados para a formação de quadros, num prazo razoável, poderia ter resultado em quadros melhor preparados. No entanto não se tem notícia dessa utilização. Os casos de treinamento assinalados ao longo deste livro são raros. Eram, de qualquer modo, cursos de formação militar. Se compararmos esses cursos com a formação dada ao soldado nas Forças Armadas, onde os instrutores são profissionais altamente treinados e especializados, contando com meios necessários e dedicação em tempo integral durante nove meses, pode-se concluir que era fraco o preparo militar, mesmo dos militantes com curso no exterior. Aliando-se as formas de recrutamento utilizadas à inexistência de cursos ou estágios de formação política, pode-se concluir que também era baixo o nível de preparo ideológico da massa de militantes. Esse despreparo levou-os a cometer graves e bisonhos erros de segurança, quer na prática diária da militância, quer através do seu comportamento perante o "inimigo".

12. As deserções e as técnicas de terror

Cedo as organizações subversivas perceberam a vulnerabilidade que representava a falta de preparo político-ideológico de seus militantes. Nos interrogatórios era comum esses militantes despreparados e sem convicção "entregarem" tudo o que sabiam quando caiam em contradições ou quando eram postos ante evidências. Mais de 90% das prisões decorriam da indicação de subversivos anteriormente presos. Assim, quando um terrorista era preso, perdia toda a confiança da organização e se por qualquer motivo, era liberado ou permanecia pouco tempo detido, era considerado um "cachorro" e à primeira vacilação ou erro, normalmente "justiçado", como vimos em vários casos narrados, quase todos, diga-se de passagem, injustamente. Houve diversos casos de elementos seriamente implicados na subversão que passaram pelos órgãos de segurança e que não foram identificados como subversivos.

---

(17) Dada a compartimentação posta em prática pelas organizações subversivas, estes dados não são absolutos mas apenas uma aproximação. Assim, de 108 subversivos relacionados com curso na China, foram considerados 120 os possuidores desses cursos, dada a razoável margem de erros que essa relação poderia apresentar.

Como decorrência dessa mesma causa, o despreparo político ideológico, mais de uma centena de militantes desertaram das organizações subversivas e um número superior a cinco dezenas repudiou, publicamente, a subversão e o terrorismo.

Incapacitadas de corrigir essa deficiência fundamental, as organizações subversivas valeram-se do expediente que lhes pareceu mais expedito, cujas técnicas dominavam e não tinham pejo em delas utilizaram-se, o terror.

Essas técnicas começavam no âmbito das próprias organizações com as ameaças e a concretização de assassinatos, ditos "justiçamentos" a que os militantes sabiam estar sujeitos.

Outra técnica, de múltiplos efeitos, era fazer crer aos militantes que uma vez presos, seriam torturados física e psicologicamente até a morte. Ao mesmo tempo em que criavam e propagavam essa imagem dos órgãos de segurança, induziam os militantes a resistir à prisão a todo o custo. Essa técnica era "multinacional". Os que tinham essa doutrinação mais internalizada eram os possuidores de curso em Cuba. Segundo essa técnica, resistir à prisão a todo custo era, na pior das hipóteses, apenas "abreviar a hora da morte sem o risco de trair a luta do povo". Finalmente conscientizavam os militantes de que se não pudessem chegar a isso "no ato de reagir à prisão", havia que "tentar o suicídio de todas as formas possíveis". Estas instruções induzindo ao suicídio eram comuns às organizações subversivas e cada uma buscava transmití-las da forma mais patética possível. A ALN, por exemplo, no seu documento intitulado "Sobre a questão do comportamento" assim sintetizava esse apelo: "*o suicídio é uma mera antecipação de uma morte certa... E morrer é passividade, mas matar-se é ato*". De forma constrangedora, constatamos que a dou-

ORVIL

trinação surtiu efeito. Inúmeros casos de tentativa de suicídio nas prisões, a maioria neutralizada pelas medidas de segurança adotadas nas carceragens, e a invariável disposição de resistir à prisão até a morte são testemunhos inequívocas da eficiência do processo de fanátização utilizado pelos terroristas.

O suicídio, sempre utilizado como instrumento da guerra psicológica, era apresentado como "morte por tortura nos órgãos de segurança. Uma coisa é certa, permitir que esses suicídios fossem perpetrados na prisão era a "burrice" máxima. Mas esses descuidos ocorreram apesar das medidas rigorosas para evitá-los. Convenhamos, porém, que se os componentes dos órgãos de segurança eram tão cruéis e desalmados, como dizia a propaganda adversa, haviam mil maneiras menos comprometedoras de dar "sumiço" em alguém. O "suicidar" alguém sob sua guarda na prisão está além da "burrice" admitida. O resto... o resto é "desinformatzya".

Mas a guerra psicológica é um instrumento extremamente eficaz e exatamente por isso, ninguém indaga da racionalidade do que está sendo impingido. Com essa técnica, reforçavam nos militantes o pavor de caírem presos, aumentavam o moral da organização quando o militante resistia à prisão, ao mesmo tempo que passavam essa imagem distorcida dos órgãos de segurança ao grande público. Se conseguiam uma missa, com toda pompa, em memória do suicida, o que não era difícil dado o empenho dos prelados "progressistas" na "desinformatzya", estava celada a culpa do órgão de segurança aos olhos da população (18).

Apesar dessas técnicas e dos riscos, o número de deserções e de repúdio público ao terrorismo e à subversão foi relativamente elevado. A grande maioria que assim agiu, parece ter sido sincera, sendo poucos os casos que apresentavam indícios de que essa atitude visava a possíveis atenuações de penas ou outras vantagens pessoais.

A característica comum desses militantes era a falta de

---

(18) A liturgia não nega o direito dos sacramentos ao suicida, recomenda, porém, que o ato seja discreto e reservado. A "pompa e o aparato", nesses casos, deveria significar que não houvera "suicídio". A missa, na verdade, transformava-se em mero ato político.

ORVIL

preparo político-ideológico mas, para confirmar a regra, houve inclusive a exceção. Hans Rudolf Jakob Manz, com treinamento na URSS, Cuba e Tchecoslováquia, homem maduro e com sólida formação marxista-leninista, repudiou a subversão. As causas principais parecem ter sido a infantilidade dos métodos e a falta de objetividade das organizações subversivas brasileiras. Pelo menos essas foram as causas mais comuns entre aqueles que esconjuraram o terror. Além dessas, apareceram como causas: a tentativa das organizações subversivas de dar justificativa ideológica a puros atos de banditismo; a desilusão com os métodos de luta e a argumentação para mantê-los; e a incapacidade das esquerdas em apresentar soluções construtivas, quando o governo que desejavam derrubar havia encontrado, pacificamente, meios e formas de vencer as barreiras do subdesenvolvimento. Pode-se citar, entre os que por essas razões ficaram desiludidos com os métodos, processos e fins das esquerdas: André Yoshinaga Massafumi, "Massa" ou "Jorge", 21 anos quando foi preso, estudante, pertencente à VPR/SP; Rômulo Augusto Romero Fontes, "Enio", "Taka", "David" ou "Craveiro", 21 anos quando preso, comerciário, da VPR/SP, militante desde os 13 anos, participou das Ligas Camponesas e o único conhecimento político que possuía era a doutrina marxista-leninista; Reinholdo Amadeo Klement, "Amâncio", "Batista" ou "Chico", 20 anos quando preso, estudante secundarista, pertenceu à AP e à VPR/RS; Francisco das Chagas Fonseca Sapiência, "Severino", 20 anos quando se apresentou voluntariamente, estudante, da VAR-Palmares/GO; José Barros de Oliveira, "Arnaldo", "Fernando" ou "Marcos", 39 anos quando se apresentou espontaneamente, antigo militante do PCB, pertencia à VPR/SP, mecânico ferramenteiro; José Raimundo de Oliveira, "Evandro", 35 anos quando preso, sargento da Polícia Militar de Minas Gerais e estudante, comunista, pertencia ao COLINA, abjurou a violência e recusou-se a ser banido em troca da liberdade do embaixador da Suíça. Refutou em reportagem filmada e na imprensa as mentiras publicadas na Europa de autoria de Ângelo Pezzuti.

Entre esses desertores havia também indivíduos violentos e agressivos por natureza como Gilson Teodoro de Oliveira, da VPR/SP, tido como fanático. Gilson abjurou o terrorismo num programa de TV, após ter tentado o suicídio por enforcamento, na prisão. Houve também casos de indivíduos que mostravam uma fraqueza a toda prova. Foi o caso de Newton Moraes, da ALN/MG, co-

ORVIL

nhecido como "Brandão" ou "Gordo". Assaltante a mão armada, "Brandão" participou de uma série de assaltos a bancos e roubo de automóveis. Ao ser preso ficou desesperado e escreveu uma carta a seus pais, na qual renegava o terrorismo e o comunismo. Possivelmente pressionado por colegas de prisão, tumultuou seu julgamento ao negar seus depoimentos anteriores, insinuando inclusive que houvera sido forçado a tomar aquela atitude perante seus pais. Após o julgamento, arrependido, voltou a procurar as autoridades reafirmando seu repúdio ao terror. "Brandão" não fez acusação de ter sido torturado durante os interrogatórios, embora naquela altura essa fosse uma recomendação comum a todos os subversivos.

Erwin Rezende Duarte, "Tião", estudante, do COLINA/MG, tinha 22 anos quando foi preso juntamente com Ângelo Pezzuti, com quem atuou na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, no preparo e difusão de documentos relatando torturas inexistentes. Em agosto de 1971, quando era das mais ativas a atuação da "Frente Brasileira de Informações (FBI), prestou declarações à imprensa, desmentindo e desmascarando Ângelo Pezzuti e seus documentos, além de renunciar e renegar o seu passado subversivo. Mais sincero talvez do que o depoimento de Erwin, foi o de Rouberdário Diniz Valério, "Dario", "Pedro", 31 anos quando foi preso, estudante, condenado a 2 anos e 11 meses de prisão. Rouberdário desiludiu-se com o terrorismo e abjurou o comunismo, fruto de leituras e do comportamento de seus companheiros de prisão. Revoltou-se com as mentiras e refutou as publicações de Ângelo Pezzuti. As estórias de Pezzuti, porém, circularam pela Europa e América, nas asas da FBI.

Havia casos em que a rejeição decorria de problemas pessoais. Foi o que ocorreu com Milton Campos de Souza, "Francisco", "Marcos", da ALN/MG, 23 anos quando preso, estudante, que tinha remorsos por ter matado um garoto de 14 anos, Marcelo Costa Tavares, por ocasião de um assalto a banco, em Belo Horizonte. Problemas de família e afetividade e mesmo traumas familiares também foram causas de deserção, como foi o caso de Maria Júlia de Oliveira, 19 anos quando presa, estudante, pertencente à AP/SP, ou de Jackson Luiz Pires Machado, "Geraldo", 21 anos quando preso, estudante. "Geraldo" entrou para a VAR-Palmares/GO, quando seu pai foi preso por peculato. Foi um ativo militante, traçou planos de organização para a VAR-P, assaltou bancos, planejou a formação de colu-

ORVIL

nas guerrilheiras e chegou a ser um militante de nível na organização. Repudiou a subversão e o comunismo em um programa de TV, logo após sua mãe ter morrido em acidente automobilístico ao vir visitá-lo na prisão pela primeira vez.

Entre os arrependidos encontravam-se também indivíduos que, não sendo comunistas e nem tendo simpatia por essa ideologia, haviam ingressado em organizações subversivas por imaturidade ou atraídos pelo espírito de aventura. Seguramente enquadram-se nesse caso Gustavo Guimarães Barbosa e Douglas de Carvalho Merechia. Razões semelhantes podem ser imputadas àqueles que renunciaram ao terror e à subversão por não haverem suportado as angústias da clandestinidade, como Celso Lungaretti, primeiro terrorista a renegar publicamente suas atividades e o marxismo-leninismo.

13. Conclusão

A avaliação desta terceira tentativa de tomada do poder pelos comunistas, leva-nos a indagações muito parecidas com as formuladas após a primeira tentativa, também levada a efeito pelo caminho da violência. Conduz-nos igualmente ao pensamento de Lênin ao referir-se ao esquerdismo — doença infantil do comunismo — de que ela foi "não só uma estupidez, mas também um crime".

Mais uma vez vimos a tão decantada análise marxista da realidade, instrumental tão a gosto do clero dito "progressista", mostrar-se um meio inútil, como qualquer outra metodologia, quando manipulada por mentes bloqueadas pela ideologia e seus dogmas, porque essas confundem a realidade com seus desejos, chegando sempre a conclusões pré-determinadas.

Poderíamos, nesta conclusão, ressaltar a deformação de valores a que foram levados nossos jovens, principalmente aqueles preparados em Cuba, a irresponsabilidade de líderes personalistas e egocêntricos, o envolvimento insidioso do melhor da nossa juventude, a estudantil, ou o aspecto que mais nos impressionou nesse processo — mais mesmo que a violência física, ou a indução do suicídio como ato heróico —, a agressão psicológica, com base na mistificação, no exagero e na mentira que sofreu a nação brasileira, envolvendo uma de suas mais importantes institui-

ORVIL

ções, suas Forças Armadas.

É preciso, porém, atentar que, ao contrário do que pretendem induzir, os fatos não contêm em si a verdade. Os meios de comunicação nos dão exemplos diários de fatos que, conforme as fronteiras ou os interesses de pessoas ou grupos, dão margem a interpretações diferentes e até opostas. As ideologias, sobretudo, alteram a realidade dos fatos.

Jean Brunhes dizia que é por "um estranho abuso de palavras que se fala da veracidade de um fato. Um fato possui dimensões, cor, duração, mas não a verdade; verdadeira ou falsa será a percepção que dele temos, assim como mais ou menos justo pode ser o juízo que sobre ele formamos". Esse juízo depende não apenas do conhecimento dos fatos, mas também das circunstâncias e condições em que se deram, e pode ser mutável, à medida que tenhamos maiores informações sobre eles. Uma das experiências mais significativas a esse respeito deu-se com o francês Benjamin Constant, que por muitos anos coletou cerca de 10.000 fatos, sobre os quais assentou alentada obra crítica das idéias religiosas. Sofrendo a ação de novas influências, evoluiu no seu pensamento e modificou completamente a obra, alterando-lhe o espírito, não obstante servir-se dos mesmos fatos. Ele costumava dizer a respeito dessa experiência: "Eles deram meia volta à voz de comando e atacam agora em sentido oposto".

Nosso propósito nesta 3ª parte deste livro era dar meia volta nos fatos, não para atacar, mas para apresentá-los sob outro ângulo, de forma que não ficasse deles, apenas, uma visão unilateral. Não tínhamos a pretensão de trazer à luz a verdade final e irrefutável em todos os seus aspectos, a qual só existe nas mentes cristalizadas pelas ideologias. Nosso propósito era dar ao leitor a possibilidade de ver o outro lado dos fatos, de comparar suas interpretações, de refletir sobre eles com espírito crítico e encontrar sua própria verdade, que, sem dúvida, estará mais próxima da realidade, na medida em que puder despir-se de seus preconceitos, descondicionar-se e fazer uma análise com isenção.

ORVIL

4ª PARTE

A QUARTA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

ORVIL

CAPÍTULO I

A ESTRATÉGIA GERAL

> *"As palavras, como parte de um esforço cuidadosamente organizado, são hoje uma forma de luta suplementar e algumas vezes suplanta as antigas formas de conflito".*
>
> *Atkinson* (1)

1. A estratégia geral

Vencidas na forma de luta que escolheram — a luta armada — as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando de estratégia — a prioridade agora seria dada ao trabalho de massa.

O trabalho de massa consiste na propagação da ideologia e na utilização das técnicas de agitação, de propaganda, de recrutamento e de infiltração, valendo-se de todos os meios de comunicação social para atuar sobre os diferentes segmentos sociais (movimento operário/sindical; movimento educacional; movimentos populares;etc),a fim de conscientizar a massa para a necessidade de fazer a revolução. Objetiva, particularmente, conquistar a população, sobretudo fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas instituições, dominar, especialmente por meio da infiltração, as estruturas governamentais;e educar, organizar e orientar os diversos segmentos sociais para a revolução.

Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa,da qual divergiam desde os últimos anos da década de cinqüenta, vendo-se perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos. Nessa fase, encontraram ainda um poderoso aliado, o clero dito "progressista", que pouco a pouco tirara a máscara e propugnava por uma

---

(1) Atkinson James D: "A Política de Luta" já citado.

ORVIL

"nova sociedade", também socialista.

Todos atuavam, agora, no trabalho de massa.

Sabedores que, com a politização que a democracia introduziu no mundo ocidental, os "donos da opinião pública determinam os acontecimentos muito mais que os donos das fábricas ou os chefes militares", valer-se-iam largamente da propaganda para alcançar seus objetivos (2).

2. A política de distensão

O fato de terem adotado uma estratégia comum não significa que haviam sido eliminadas as divergências entre as organizações de esquerda. Tampouco poderia ser tomado como tal o fato de que tivessem objetivos táticos coincidentes. Isto decorria tão somente da existência de uma necessidade comum a todas elas — a possibilidade de poderem voltar a atuar no País com alguma segurança. Isto lhes foi proporcionado pela chamada "política de distensão".

Tendo o Brasil livrado-se da agressão armada comunista, seu novo governo propunha-se a reinstitucionalizar gradativamente o País, pois esse era o desejo da sociedade brasileira que legitimamente pressionava nesse sentido. Essa era também uma meta da Revolução de 1964.

O novo governo iniciou a implantação de um programa de medidas liberalizantes, progressivamente posto em prática, para o retorno à democracia que ficou conhecido como "política de distensão". Alguns chamavam essa fase simplesmente de redemocratização, outros, cientes dos poucos progressos que a Revolução fizera no campo político — premida pela luta armada — a denominavam de aperfeiçoamento democrático, como a indicar a necessidade de avanços marcantes nessa área e não a simples liberalização. Essa nuance serve para destacar que não havia um consenso de como conduzir essa fase, que haviam divergências não apenas quanto ao como, mas também o que, o quando, o porque, etc.

Tais medidas começaram com a suspensão da censura à im-

---

(2) A propaganda é aqui entendida como arma que é da Guerra Psicológica. Constitui-se na difusão de dados e fatos visando a influenciar opiniões, gerar emoções, provocar atitudes ou dirigir o comportamento de indivíduos e grupos, a fim de beneficiar quem a promove.

ORVIL

prensa e culminaram, nessa fase, com a revogação do artigo 182 da Constituição de 1969.

Com a revogação do citado artigo da Constituição,foi eliminada a figura do Ato Institucional nº 5 e todos os atos complementares nele apensos. Isto restaurava o habeas-corpus para os crimes políticos e o direito de não ser preso sem mandado. Restabelecia, também, as garantias de vitaliciedade,inamovibilidade e estabilidade aos componentes do Poder Judiciário. Eliminava determinadas prerrogativas do Executivo, o que tornava mais equilibrados os Poderes. O Executivo perdeu o poder de decretar o recesso ou fechamento do Congresso Nacional e das assembléias estaduais e a cassação de mandatos eleitorais. Incorporava, em contrapartida, à Constituição uma série de medidas denominadas "salvaguardas de emergência".

3. O equilíbrio estratégico

O Movimento Comunista Brasileiro — aqui entendido como o conjunto das atividades realizadas pelas organizações comunistas e por organismos por elas criados, infiltrados ou dominados, conduzidas segundo a ideologia marxista-leninista, que tem por finalidade implantar o comunismo no Brasil — passou a coexistir a partir de 1964 com a etapa que denominaram de confrontação, dividida em linhas gerais em três grandes períodos: o primeiro de 1964 a 1973, a defensiva estratégica; o segundo de 1974 a 1978, o equilíbrio estratégico;e o último ou atual, a partir de 1979, a contra-ofensiva.

O período de 1974 a 1979, caracterizar-se-ia como de equilíbrio, porque haveria o gradativo "desmantelamento dos mecanismos explícitos de coação legal", níveis mais elevados de participação política e mais espaço para se organizarem e atuarem.

Nessa fase, as organizações subversivas levantariam bandeiras que variariam em ênfase e na forma de expressão,mas, quase todas, diriam respeito à possibilidade de se prepararem para a tomada do poder, com segurança, com a garantia do direito, valendo-se da prerrogativa que só esse regime paradoxal — a democracia, sem aspas e adjetivos — oferece: a possibilidade de seus inimigos prepararem-se para a tomada do poder sob o amparo da lei.

ORVIL

Foram fixadas então as "bandeiras" com as quais iniciariam o seu trabalho de massa:

- anistia geral aos presos e condenados políticos;
- revogação do AI-5 e toda a legislação de exceção;
- liberdades democráticas (ou políticas);
- respeito aos direitos humanos;
- livre organização de todos os partidos políticos, inclusive os comunistas;
- punição de todos os responsáveis pelos crimes no período da ditadura;
- extinção de todos os órgãos de opressão.

Algumas OS incluiram, desde logo, entre suas bandeiras, a convocação de uma Assembléia Constituinte (3).

4. A campanha psicológica

Em apoio à consecução das metas do período de equilíbrio estratégico, seria desencadeada uma verdadeira operação psicológica, com base principalmente em ações políticas e psicossociais. Através dessas atividades as organizações subversivas difundiriam suas "bandeiras" e buscariam criar em grupos nacionais e internacionais, emoções, atitudes e comportamentos favoráveis à consecução de seus objetivos.

Seria dada continuidade à campanha psicológica que se desenvolvia no exterior com a Frente Brasileira de Informações (FBI) e que agora adentraria ao território nacional.

A revoada de subversivos do Chile, com a queda do governo de Salvador Allende, e do Brasil, com a derrota militar da esquerda revolucionária, havia possibilitado a expansão da Frente Brasileira de Informações (FBI) que continuava operando. No entanto, a partir de 1974, as atividades da FBI iriam começar a sofrer um declínio, como decorrência da vitória dos órgãos de segurança sobre as organizações terroristas. As denúncias divulgadas no exterior, na sua maior parte, referiam-se à ação policial contra os terroristas, sua violência e pretensa tortura que infligiam aos prisioneiros. Esse tema ia perdendo sentido.

---

(3) Essas bandeiras constam das Resoluções Políticas do VI Congresso do PCB, atualizadas sucessivamente nas reuniões do CC de novembro de 1972, dezembro de 1975 e março de 1977.

ORVIL

ORVIL

No início de 1974, a Amnesty International que empregara vários subversivos brasileiros em suas sucursais e que se propunha a ajudar prisioneiros condenados por motivo de suas convicções políticas, "que não tinham cometido atos de violência", publicou e difundiu o documento "Deaths in Custody in Brazil", contendo nomes de terroristas e subversivos mortos, buscando polemizar as ocorrências. O novo tema a ser trabalhado não só iria ocupar a FBI na sua difusão, como se somaria ao da tortura e seria utilizado por mais de uma década.

Em 1º de abril de 1974, na sessão do Tribunal Bertrand Russel, foram apresentados inúmeros testemunhos de subversivos brasileiros que haviam sido patrocinados pelo Comitê Italiano da Amnesty International, mediante compensação financeira. Dentre os aquinhoados estavam os depoentes Miguel Arraes, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Dulce de Souza Maia, Marco Antônio Moro, Denise Crispim, Wellington Moreira Diniz, Carlos Figueiredo de Sá, Maria do Socorro Soares Vigevani, Jean Marc Friedrich Van Der Weid, Frei Tito de Alencar Lima, Ângelo Pezutti, Sônia Regina Yessin Ramos, Onofre Pinto, Gregório Bezerra e Thiago de Melo. Como o leitor poderá notar, um corpo de jurados altamente qualificado e principalmente "isento".

Se no ano anterior, a queda do governo chileno representara a perda de um importante bastião no esquema do movimento comunista, este ano, a Revolução dos Cravos, em 25 de abril, em Portugal, abria um novo espaço, particularmente, para os subversivos brasileiros que se encontravam no exterior. Em Portugal, o Partido Comunista passou a controlar a revolução militar e o próprio Movimento das Forças Armadas e oferecia aos "companheiros de viagem" as mesmas facilidades que lhes dera Allende no Chile. Em torno de setembro/outubro de 1974, encontravam-se residindo em Lisboa Márcio Moreira Alves, Almino Afonso, Carlos Figueiredo de Sá e outras figuras de destaque da FBI. Por volta de novembro de 1974, Miguel Arraes mudou-se, também, para Lisboa, unindo-se ao restante da coordenação internacional da frente. À essa época, também já chegara a Portugal José Maria Crispim que ali fundara o Movimento de Ação Socialista (MAS), congregando o que restara da ALN, do MR-8 e do PCBR. Nessa época, o MAS recebia auxílio financeiro da Junta de Coordenação Revolu-

ORVIL

cionária, sem, entretanto, integrá-la (4).

Em janeiro de 1975, após analisar um extenso informe do professor brasileiro da Universidade de Vincennes, Francisco Andrade — ligado à ALN — o Tribunal Bertrand Russel condenou o Brasil. Durante a sessão, além do Brasil, foram julgados o Chile, o Uruguai e a Bolívia, acusados de violarem os direitos fundamentais do homem. Os quatro países foram condenados e considerados culpados de "crimes contra a humanidade".

Aproveitando-se das comemorações do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU, foi lançado em São Paulo, sob a liderança da militante do PCB Therezinha Godoy Zerbine, o Movimento Feminino pela Anistia (MFA ou MFPA), que visava criar uma corrente de opinião interna e internacional para pressionar o Governo brasileiro a conceder anistia a todos os presos políticos. Constituído por diversas militantes de organizações subversivas, algumas inclusive com condenações, mães e esposas de subversivos, o MFA iria se irradiar para outras capitais, inserindo-se na campanha psicológica que vindo do exterior adentrava o País. Nos lugares onde esse movimento foi dominado por militantes do PC do B intitular-se-ia Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas. Paralelamente, em 30 de maio de 1975, era criado em Portugal o Comitê Pró Anistia Geral no Brasil, também conhecido como Comitê Português pela Anistia Geral no Brasil (CPAGB).

As medidas liberalizantes que vinham sendo tomadas no Brasil constituíam-se em mais um fator de esvaziamento da FBI.

Em 8 de fevereiro de 1976, Carlos Figueiredo de Sá reuniu-se em Lisboa com asilados brasileiros numa espécie de "assembléia geral". Durante o encontro, foi aprovado um texto que passou a vigorar como os estatutos do "Comitê Pró Anistia Geral no Brasil (CPAGB), organismo oficial da campanha pela anistia dos presos políticos. O CPAGB autodenominava-se "apartidário, aberto à participação de todos aqueles que possam se dedicar à solidariedade com a luta do povo brasileiro". Na verdade o CPAGB era uma frente de propaganda contra o governo brasileiro e que tomaria o lugar da FBI, sendo a anistia ampla, geral e irrestrita uma de suas principais bandeiras. A CPAGB contava com o apoio do Partido Socialista Português (PSP), Partido Comunista Português (PCP), entidades ligadas aos Direitos Humanos e organizações de frente do MCI. Seu órgão de divulgação denominava-se "Amnestia".

---

(4) Fundada em fevereiro de 1974 na Argentina, a JCR reunia as organizações mais radicais do subcontinente sulamericano, liderada pelo ERP, numa demonstração de que a suspensão da luta armada era conjuntural. A ALN integrava seu "Comando Unificado" que era constituído ainda pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP) da Argentina, o Movimento de Libertação Nacional (ELN) da Bolívia e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) do Chile.

Além de portugueses ligados ao PSP e ao PCP, faziam parte de sua direção vários subversivos brasileiros (5). Esses comitês, como a FBI, foram criados em diversos países da Europa, Argélia e EUA.

Mostrando que efetivamente tratava-se de uma frente de propaganda, o CPAGB divulgou, logo após sua criação, com ampla publicidade na imprensa, a situação dos presos políticos do presídio da Ilha Grande.

Em abril de 1976, confirmando suas atividades, como frente de propaganda, o CPAGB lançou uma publicação intitulada "Dos Presos Políticos Brasileiros". Tratava-se de uma condensação do livro "Allegation of torture in Brazil" publicado em 1972 pela Amnesty International, possivelmente realizada por Márcio Moreira Alves, um dos principais responsáveis por sua publicação.

Em 14 de fevereiro de 1978 era lançado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). Cumprindo, internamente, função semelhante à da FBI, as organizações pró-anistia realizavam debates, passeatas, manifestações e comícios, procurando pressionar o Congresso por uma lei que concedesse anistia a todos os presos políticos e a todos os cidadãos banidos em nome de qualquer dos três principais atos institucionais.

Continuariam a valer-se da propaganda para transmitir à nação brasileira suas "bandeiras" e também uma "verdade" própria, unilateral e distorcida sobre os fatos relacionados com o processo revolucionário-terrorista desencadeado no País e principalmente, em relação ao combate a essa subversão que, pelo nível de seu desenvolvimento, acabou por envolver as Forças Armadas. Adentrando no País no bojo da campanha pela anistia, deixavam subjacente em suas mensagens a "candura" dos terroristas, apresentados como "angelicais defensores" da sociedade democrá-

---

(5) Faziam parte da direção do CPAGB: Almir Dutton Ferreira; Domingos Fernandes; José Maria Crispim; Márcio Moreira Alves; Cândido da Costa Aragão; Carlos Figueiredo de Sá; Fernando Leite Pereira; Zillah Dutton Ferreira; Altair Luchesi Campos e Moema Fernandes.

ORVIL

tica. Valendo-se do invencível tropismo das massas para a mentira, de que nos fala Djacir Menezes, particularmente se apresentada sob forma mística, não lhes faltou sequer esse efeito, obtido por meio dos teólogos da "libertação" que chegaram a comparar os terroristas ao Cristo que "passou pela terra fazendo o bem, foi perseguido, torturado e morto". Naturalmente, nunca disseram, nesse verdadeiro protótipo da técnica de meia-verdade, por razões óbvias, que Cristo não assaltou, não seqüestrou, nem assassinou ninguém. Na idéia força da "resistência democrática" punham, de forma subliminar, a tese constante das esquerdas de que o recurso à violência, à luta armada, havia lhes sido imposto como única alternativa deixada pelas forças da "ditadura militar".

Essa "verdade" foi transmitida através de idéias-força, de alta conotação emotiva e propositadamente genéricas, como: "direitos humanos"; "tortura, torturados e torturadores"; "liberdades democráticas"; "estado de direito"; "ditadura militar"; "órgão de repressão", etc, que, por seu largo espectro, sugerem diferentes idéias a diferentes pessoas e explorando interesses e crenças da população, mostraram-se eficientes e atingiram múltiplos objetivos. Além de difundir suas bandeiras, permitiu-lhes ou têm lhes permitido denegrir e enxovalhar seus algozes, — os órgãos de segurança — buscando, nessa fase, combalir o ânimo de seus integrantes, destruir sua moral e acuá-los em campanhas bem orientadas. Permitiu-lhes colocar os grupos neutros contra esse alvo. E, permitiu-lhes, finalmente, justificar seus fracassos pretéritos aos olhos dos futuros recrutados, isto é, transformar a derrota militar em vitória política.

Nessa fase, ainda, seu aliado o clero "progressista", valendo-se da dialética dos direitos humanos e utilizando-se do instrumental da Igreja — que formalmente já atua politicamente através da CNBB — que desce ao nível das "organizações de base", por meio de ampla rede de comissões, subcomissões e atividades de grupos, realizava seu próprio projeto de coordenação política — seu trabalho de massa — organizando grupos de pressão, com táticas próprias.

O objetivo desse trabalho, além de outros que veremos em capítulo seguinte, era a "rápida mobilização de movimentos de massa em torno de certas questões". Nessa ocasião aflorou, por

ORVIL

exemplo, o "Movimento Contra o Custo de Vida", orientado pelo clero "progressista", aparentemente sem conotação política, mas objetivamente estruturado como forma de treinamento e organização de massa. Esse movimento começou a ser organizado em 1973 e só veio à tona em 1978, como se fôsse "uma ação espontânea de iniciativa da própria massa".

5. A fronteira incerta

Existia, como é fácil perceber, uma coincidência muito grande entre os objetivos buscados pelo Governo, os quais seriam os da sociedade brasileira e a maioria dos objetivos das organizações subversivas. Haviam pressões justas e legais no sentido de se promover a redemocratização e as organizações subversivas jogavam uma partida fácil, pois exploravam o direito de discordar, inerente à própria democracia.

Essa coincidência fazia com que se entrasse na área que Jean François Revel chamou de — a fronteira incerta —, "a transição fácil entre o oponente leal, que faz uso de uma faculdade prevista pelas instituições e o adversário que viola essas mesmas instituições. O totalitarismo confunde o primeiro com o segundo, de maneira a justificar o esmagamento de toda a oposição; a democracia confunde o segundo com o primeiro, por medo de ser acusada de trair os seus próprios princípios."

Vivíamos exatamente nessa fronteira incerta, quando em decorrência das denúncias de Adauto Alves dos Santos, referidas no Cap XI da 3ª Parte deste trabalho, intensificaram-se as operações sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro, atingindo seu ápice em 1975, com o desmantelamento, no primeiro semestre de 1976, da CE/MG. Em São Paulo, na Guanabara, no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Sergipe e na Bahia, haviam sido presos membros do Comitê Central, da Comissão Executiva e dos Comitês Estaduais dos Estados citados. Apesar da atividade subversiva dos comunistas presos, houve uma grande campanha em torno do episódio. A Amnesty International lançou um apelo urgente ao mundo (6). A Arquidiocese de São Paulo transformou-se no centro da campanha. Criou um Instrumento de ajuda humanitária às famílias de pessoas presas e desaparecidas. Com o estímulo do Cardeal Arns, a Arquidiocese criou a Comissão Ar-

---

(6) Ver The Amnesty International Report 1975-1976 - "Brasil" Pg 90-92

ORVIL

quidiocesana de Justiça e Paz, integrada por juristas do Estado. A comissão foi encarregada da defesa dos "perseguidos" e de mover ações civis contra as autoridades "em casos comprovados de tortura" (7). O principal objetivo do Cardeal Arns era estimular a população a resistir à "repressão violenta" de uma forma pacífica, mas firme ... (8) (As aspas no corpo da citação são do autor).

As normas de terror, utilizadas principalmente pela ALN para amedrontar seus militantes e ao mesmo tempo denegrir a imagem dos órgãos de segurança, tinham continuidade agora no corpo da guerra psicopolítica e eram difundidas visando a população em geral.

Neste contexto ocorre o lamentável, em todos os sentidos, suicídio do jornalista Wladimir Herzog nas dependências do DOI/CODI/II Ex.

No mês de outubro de 1975 o DOI/II Ex estava desenvolvendo investigações visando a desmantelar células do PCB no setor de comunicação social. Rodolfo Konder apontou o jornalista Herzog como militante do Partido. Vladimir Herzog trabalhava na Rádio e TV Cultura de São Paulo, no período noturno, sendo Diretor-Responsável de Tele-jornalismo. No dia 24, Herzog foi convidado a prestar depoimentos no DOI/II Ex. O comandante do II Exército havia recomendado que se evitasse atrapalhar a vida profissional dos envolvidos, pelo menos até que suas implicações assim o exigissem. Não fora a proibição de ouvir pessoas após as 1800 horas, Herzog poderia ter prestado esclarecimentos e ser liberado no próprio dia 24. Sua atuação era secundária.

No dia 25, as 0800 horas, Vladimir Herzog, acompanhado do jornalista Paulo Pereira Nunes, compareceu ao DOI, tendo Nunes sido informado que poderia procurar por Herzog por volta das 1600 horas, quando o jornalista já deveria estar liberado. Herzog inicialmente negou sua militância, mas confrontado com o próprio Rodolfo Konder e Jorge Jatahy Duque Estrada, acabou confessando os atos nos quais esteve envolvido, nenhum de maior importância. No entanto, revelou o nome de todos os militantes do PCB

---

(7) Nesta época, ao invés dos generais do povo da 2ª tentativa de tomada do poder, apareciam os "cardeais do povo". Ver entrevista de Dom Paulo Evaristo Arns, em História Imediata, nº 4 - Dom Paulo Evaristo Arns: o Cardeal do Povo.

(8) Ver Alves: Maria Helena Moreira - em "Estado e Oposição no Brasil (1964/1984)" - Editora Vozes - Petrópolis - 1984 - Pg 203 e seguinte.

ORVIL

com os quais mantinha contato.

Após o almoço, devendo Herzog aguardar que seus depoimentos fossem datilografados, foi recolhido a uma cela especial no piso superior da dependência, tendo havido o cuidado — estabelecido nas normas de segurança — de substituir suas roupas, calçado, etc por um macacão de brim. Foi solicitado ao jornalista que nesse período fizesse uma declaração de próprio punho.

Por volta das 1600 horas, estando prontos os depoimentos, ao ser buscado o jornalista para assiná-los, foi constatado que o mesmo havia se enforcado, como ficou plenamente comprovado posteriormente nos laudos de necrópsia e complementar, tendo antes do ato extremo rasgado a declaração que redigira.

Entregue à família, ao contrário de versões propositalmente deturpadas, nada lhe foi recomendado e muito menos determinado. O corpo de Herzog foi lavado e preparado pelo rabino de sua confissão religiosa que não constatou qualquer sevícia ou sinal de violência em seu corpo. A ação declaratória movida por sua família visou à indenização, por ter o ato sido cometido quando o nominado estava sob custódia e em dependência sob responsabilidade do II Exército (9).

No dia seguinte ao da morte de Herzog, o Cardeal Arns pediu oficialmente o apoio dos bispos presentes à Conferência Regional dos Bispos em Itaici, São Paulo. A Conferência divulgou uma declaração formal, analisando a repressão em São Paulo e denunciando a morte do jornalista (10). Os bispos declaravam "sua total 'solidariedade com o sofrimento das vítimas', denunciavam a negativa de habeas-corpus como grave violação dos direitos humanos e convocavam os cristãos a demonstrar sua solidariedade com as 'vítimas' e famílias dos 'perseguidos', reunindo-se em todas as catedrais e igrejas de São Paulo para os serviços religiosos em memória dos desaparecidos, dos que ainda sofrem em prisões e dos que morreram vitimados pela violência".

---

(9) Ação Declaratória: Aquela em que mediante simples declaração, sem força executória, o juíz proclama a existência ou inexistência de uma relação jurídica, ou a falsidade ou autenticidade de um documento.

(10) Nessa época o AI-5 estava em pleno vigor e não havia ainda sido restabelecida a concessão do "habeas-corpus" nos casos de crimes políticos.

ORVIL

ORVIL

Apesar da "generalização brilhante", uma das técnicas mais usuais da guerra psicológica, o documento não foi refutado. A morte de Herzog constituiu-se no evento mais importante da campanha em desenvolvimento.

Os casos de suicídio e tentativas foram elevados, particularmente desses últimos, tendo sido grande parte abortadas graças às normas de segurança com que se buscava evitar a consumação do ato extremo contra a vida nas prisões. Se fôssemos relacionar todos os casos catalogados, além dos já apontados aleatoriamente neste trabalho, precisaríamos abrir um novo capítulo. Citaremos porém, dois casos, ambos ocorridos após 1975, o que mostra que as instruções que diziam "morrer é passividade, mas matar-se é ato" continuavam em vigor.

José Leite de Assis Fonseca, em 1970 passou a integrar o "Corpo de Apoio Revolucionário à Luta do Povo Brasileiro" em Paris. Constituído por ex-militantes de várias organizações terroristas brasileiras, tinha por finalidade retirar do Brasil elementos das esquerdas que estivessem desarticuladas e preparar quadros para posterior retorno ao País. O grupo era formado basicamente por ex-militantes da ALN e do PC do B e alguns da VAR-P e MR-8. Leite esteve na França de 1968 a 1971.

Preso em julho de 1975, em Brasília, como militante do PCB, Leite em determinado dia, com um forte impulso bateu sua cabeça violentamente contra a parede da cela. Após atendido e indagado sobre o motivo desse ato de auto-flagelação, disse que, quando de sua estada em Paris, tomara conhecimento do caso de um "estudante" francês que, tendo sido preso durante as manifestações estudantis em 1968, suicidara-se na prisão, transformando-se em "herói" do movimento. Segundo Leite, esse estudante para se matar, havia enfiado a cabeça na grade da cela e jogando o corpo para cima quebrara o pescoço. Por isso, tinha passado por sua cabeça também cometer suicídio e transformar-se em herói. É de imaginar o cuidado que foi necessário para evitar que Leite se transformasse, efetivamente, num "herói nacional".

O outro caso deu-se com uma militante do PC do B, presa em 1976, que por motivo de segurança, identificaremos apenas pelo nome de "Maria" (11). Esta foi encontrada pelo carcereiro, encolhida a um canto de sua cela com o rosto todo arroxeado. Enquanto aguardava o médico, chamado com urgência, o carcereiro com auxílio de outros companheiros, adentrou sua cela e na tentativa de reanimá-la com massagens e respiração artificial, desabotuou a gola de seu macacão, descobrindo então o artifício utilizado na tentativa de suicídio. "Maria" retirara a borda costurada do lençol e enrolara-a apertadamente em torno do pescoço, em sucessivas voltas e estava prestes a morrer sufocada. A determinação suicida não fora assinalada, a princípio, por ter a prisioneira abotoado e levantado a gola de sua vestimenta. Livrada do laço e ainda com a respiração entrecortada, "Maria" proferiu as suas primeiras palavras:

---

(11) "Maria" e seu amásio revelaram dados que permitiram a realização de uma importante operação e sua identificação poderia colocar em risco a integridade física de ambos. Seu nome consta dos originais deste trabalho.

—Me deixa morrer, seu filho da p...!!!

Além de tudo, ainda tinha-se que "pagear" esses energúmenos.

Entre nós, nesse período, a fronteira tornara-se mais incerta, na medida em que as próprias instituições seriam objeto de pretensos aperfeiçoamentos e a esse pretexto muitas leis em vigor deixavam de ser observadas. As entidades da chamada oposição organizada estavam infiltradas e vivíamos sob uma campanha psicológica que ia obtendo êxito crescente, graças à adequabilidade das técnicas utilizadas, principalmente a exploração psicológica de fatos apresentados como verdades irrefutáveis e ao uso de personalidades, como parlamentares, jornalistas e principalmente, clérigos, para dar prestígio e autenticidade às mensagens veiculadas.

Recorremos mais uma vez a J. François Revel, com o objetivo de salientar que não estamos imaginando coisas e que o problema não é especificamente nosso, mas um sub-produto da guerra psicológica, para a qual o Ocidente, como nos diz Suzanne Labin, continua nesse setor "cego, surdo e mudo" (12).

Diz Revel: "*Acaba-se por chegar, a esta situação invertida que vivemos todo dia nesta sociedade que chamamos, por convenção, o Ocidente, situação em que aqueles que querem destruir a democracia parecem lutar por reivindicações legítimas, enquanto os que querem defendê-la são apresentados como artífices de uma repressão reacionária. A identificação dos adversários, in-*

---

(12) Suzanne Labin é autora de "Em cima da hora" - Ob já citada.

ORVIL

ternos e externos, da democracia com forças progressistas, legítimas e, o que é pior, com fôrças de "paz" tende a desconsiderar e a paralisar a ação dos homens que tão somente querem preservar suas instituições (13).

6. A contra-ofensiva

A passagem do período de equilíbrio estratégico para a contra-ofensiva estratégica foi deflagrada pelas organizações subversivas em 1979, como conseqüência da adoção, pelo Governo do General João Baptista Figueiredo, do processo de aprimoramento democrático que ficou conhecido como "abertura política", através do qual restabeleceram-se as franquias democráticas. O primeiro passo desse período foi a anistia política, resultado de intensas negociações com a oposição (14). Houve também mudanças na Lei de Inelegibilidade, possibilitando a candidatura dos anistiados. No bojo da abertura foi feita, ainda, uma reforma eleitoral que extinguiu os partidos existentes e possibilitou a criação de um maior número de novos partidos políticos.

A Lei de Anistia permitiu o retorno ao Brasil de todos ex-terroristas, subversivos e banidos que estavam no exterior, constituindo-se em um reforço de peso para o período de contra-ofensiva.

Utilizando-se das organizações de massa como instrumento de ação, ocupando posições de liderança no seio dos mais variados segmentos da sociedade, dirigindo e orientando simpatizantes ou inocentes colocados à testa dos diferentes movimentos, conseguiram direcioná-los na busca do objetivo proposto, de mobilização das massas, conscientizando-as da necessidade de participarem dos movimentos populares para pressionar o Governo, a fim de obter o atendimento de suas reivindicações.

As eleições realizadas em novembro de 1982, dando seguimento ao processo de abertura política, contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do período de contra-ofensiva

---

(13) Acrescentaríamos apenas que não se identificam apenas com as forças de paz mas a todos os temas candentes englobados nos direitos humanos.

(14) A lei não concedia anistia aos que se haviam envolvido na luta armada e eram acusados de "crimes de sangue". Os integrantes das Forças Armadas expurgados por motivos políticos não poderiam reassumir suas funções, mas passariam a receber vencimentos integrais. Esses aspectos da lei não agradaram às esquerdas, mas, principalmente não lhes agradou o perdão incondicional que a lei concedeu aos integrantes dos órgãos de segurança.

ORVIL

das OS, não só pela livre pregação política — através da participação de políticos contestadores, ex-asilados, ex-cassados , simpatizantes e mesmo militantes estruturados de organizações subversivas que se filiaram e concorreram nas legendas dos partidos legais de oposição — mas, principalmente, por ter propiciado a eleição de parte desses elementos para diversos cargos políticos, em diferentes níveis da estrutura governamental.

A eleição de governadores apoiados, velada ou ostensivamente, pelas esquerdas, em importantes Estados da Federação, fez com que se abrigassem no seio de seus governos, quando não eles próprios, políticos cassados ou militantes das OS — como foi o caso, por exemplo, do Governador do Rio de Janeiro.

Essa nova situação proporcionou às OS melhores condições para articular o trabalho junto às massas e as pressões de cúpula, em obediência às suas resoluções.

A partir dessa livre pregação doutrinária, as OS passaram a ousar mais e suas táticas, de uma maneira quase generalizada, passaram a objetivar "o desencadeamento de mobilizações amplas, a partir de uma posição política vantajosa e, vice-versa, a criação de posições políticas vantajosas para desencadear mobilizações amplas".

Através das organizações de massas, conseguiram desencadear essas mobilizações, valendo-se do que denominaram de "semi-legalidade política", isto é, movimentos ilegais, por contrariarem dispositivos de lei, mas que seriam legítimos, por trazerem em seu bojo reivindicações objetivas e pretensamente justas. Eram os primeiros testes, as primeiras tentativas de confronto, valendo-se da "fronteira incerta".

Assim procedendo, o MCB conseguiu êxitos no envolvimento das massas populares. Algumas vitórias parciais foram obtidas , através do aliciamento dos trabalhadores, com a deflagração de greves de nítido cunho político e de contestação às decisões do Governo, particularmente, no Campo Econômico.

Mobilizações dessa natureza aconteceram por ocasião da greve política de julho de 83 e da fixação da política salarial no mês de outubro do mesmo ano, quando o Governo se viu forçado a modificar os parâmetros de sua política no prazo de 7 dias, vigorando o Dec Lei nº 2064 durante o espaço de tempo, talvez inédito, de uma semana. Naquela oportunidade, o Governo foi obriga

ORVIL

do a decretar, pela primeira vez, as Medidas de Emergência, o que ocorreu durante a tramitação do Dec Lei 2065. Esse Decreto foi posto por terra, na prática, com menos de seis meses de vigência, quando dos acordos salariais dos metalúrgicos. Para o MCB, mais importante do que os reajustes obtidos pelos operários foi a quebra do ordenamento jurídico, com a "derrubada" da Política Salarial do Governo, buscando a sua desmoralização.

A amplitude política do movimento de contestação — embora confiada a uma minoria, representada pelos militantes das OS e pelas "direções políticas" por eles conquistadas no movimento educacional, no movimento operário-sindical e nos movimentos populares — foi alcançada pela incorporação de extensos contingentes da população premidos pela difícil conjuntura sócio-econômica.

Três fatores concorreram, de forma decisiva, para o êxito desse trabalho de massa: a total liberdade concedida; a crise econômico-financeira que o País atravessava, a qual reduziu o bem-estar da população, gerando a impopularidade do Governo e o desejo de mudar; e o trabalho que há longo prazo vinha sendo realizado, paralelamente, pelo clero dito "progressista".

Nada do que foi feito até então, dentro desta estratégia do MCB, compara-se ao trabalho desenvolvido pelas organizações subversivas no bojo da campanha pelas eleições diretas, realizada em 1984, seja em termos de divulgação, por todos os meios de comunicação social, de seus slogans e palavras-de-ordem, seja por sua pregação ideológica às grandes massas. Não se nega a validade do movimento, apenas ressalta-se a forma com que o "adversário que viola as instituições" aproveita-se da fronteira de incerteza para desenvolver o seu trabalho de massa, o seu proselitismo.

Além de realizarem o "trabalho de massa", mobilizando previamente militantes e simpatizantes para os comícios, contaram, para a continuidade desse trabalho, com o aproveitamento da campanha publicitária, transportes gratuitos, shows, som, iluminação e outras facilidades postas à disposição dos participantes pela máquina administrativa dos Estados, das Prefeituras e de outros organismos.

Jamais poderiam contar, em outras circunstâncias, com uma

ORVIL

infra-estrutura tão fabulosa que chegou até a caríssima sofisticação de proporcionar a transmissão direta de "flashes" pela TV, nos seus horários mais nobres, para fazer seus proselitismos.

As OS ganharam com isso importantes posições e na preparação para a legalização dos partidos proscritos, cujas bandeiras e siglas foram difundidas em todo o território nacional no trabalho de arregimentação e mobilização de amplas massas populares, incutindo-lhes confiança em sua força e avançando seu nível que diziam ser de "conscientização, organização e luta" e de onde, esperavam, surgiriam as forças políticas e materiais para alcançar a fase final da contra-ofensiva.

O entusiasmo foi tanto que, em 1º Abr 84, a Convergência Socialista (CS), uma organização subversiva trotskista, assim se expressava no ítem 1 de sua Resolução Política:

> *"O elemento fundamental a ser destacado na conjuntura é que a ditadura militar pode ser derrubada a curto prazo. É preciso sacudir a vanguarda de todo o país. A ditadura pode cair, pode ser vitoriosa a revolução democrática aqui e agora, como se deu na Bolívia e Argentina. Ou seja, existem as condições objetivas para tanto:*
>
> - *com a ascenção das massas nunca vista na história do país;*
> - *a divisão da burguesia;*
> - *uma crise econômica e política também sem precedentes.*
>
> *Dentro da etapa pré-revolucionária, estamos vivendo, desde o início do ano, uma sub-etapa revolucionária mais avançada, que pode levar, como parte da revolução democrática, à abertura da etapa revolucionária e à derrubada da ditadura".* (Os grifos são do autor).

Ficava suficientemente claro que as organizações subversivas não almejavam apenas o término do "regime autoritário" — , a essa altura nem tanto autoritário — uma aspiração generalizada da nação. Buscavam, no bojo desse movimento legítimo, incentivar uma crise político-institucional, para através dela derrubar a "ditadura militar" e tomar o poder de forma revolucionária. Esse foi um momento crítico da transição para a democracia e não fossem os adiantados entendimentos entre o Governo e as oposições, em particular seu candidato à Presidência da República e a determinação do Presidente Figueiredo e poderia ter ocorrido mais um retrocesso político.

Durante o transcorrer desse período de contra-ofensiva as

ORVIL

tratégica, não cessou a guerra psicológica, pelo contrário, com a volta dos elementos do exterior ela foi incrementada, ganhando sofisticação (15).

Para as esquerdas, nesse período, já não satisfazia a facilidade de atuar livremente, confundindo-se com a oposição legal e leal às instituições. Era preciso desacreditar a Revolução de 64, negar seus êxitos, proclamando a "farsa do milagre econômico". Era preciso que a consecução dos objetivos da "abertura" fossem a ela creditados, para que pudesse manter na massa a confiança em sua força, transmitindo ao mesmo tempo a imagem de um governo acuado que nada concedia, mas que pressionado a tudo cedia.

Imanente em todo esse trabalho, estava o objetivo de atingir seus algozes — agora as próprias Forças Armadas — que não só recentemente, como em 1964 e 1935, haviam sido o obstáculo mais sério a suas tentativas de tomada do poder, com o fito de afastá-las ou neutralizá-las como empecilhos à sua caminhada.

Não refutado com oportunidade, o êxito inicial dessas idéias deu margem a novas campanhas, com as quais as esquerdas foram atingindo seus objetivos, recrudescidas após a anistia, quando os ex-terroristas retornaram do exterior e incorporaram-se a esse trabalho, infiltrando-se em todos os segmentos sociais e atuando particularmente através das Comissões de Justiça e Paz e das associações, comitês, sociedades, etc, de Defesa dos Direitos Humanos que proliferam pelo País. Estes últimos passaram a atuar como verdadeiras organizações de "frente", de difícil refutação pelo próprio assunto que mascara seus reais objetivos. São, porém, na sua maioria, organismos dominados pela esquerda. Essa afirmação é comprovada pelo documento liberado à imprensa, por ocasião do término do IV Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em Olinda/PE, em janeiro de 1986 — quando foi criado o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos —

ORVIL

---

(15) No final da década de 70, foi criada no Brasil uma entidade clandestina, de sofisticada estrutura, dotada de modernos computadores e que daria emprego a dezenas de ex-terroristas e subversivos que retornavam ao País após a anistia, com o apoio de milhares de dólares, subvencionada pela ala progressista do clero. Essa entidade iria se ocupar e difundir as torturas, delatadas sempre por ex-terroristas, relatar mortos e desaparecidos e historiar: "a origem do regime militar"; o "estado autoritário e seu aparelho repressivo" e difundir, de modo muito especial, a história das organizações subversivas brasileiras "duramente perseguidas pelo regime militar", com grande repercussão.

contendo deliberações finais do encontro. Nessas deliberações propugnam pela criação de uma sociedade sem classes, isto é, uma sociedade comunista. Esse objetivo é repetido na Carta Aberta à População, difundida por ocasião da passagem do 38º aniversário da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1986, assinada não só pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos mas também pela Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz e pela Comissão Pastoral da Terra - Centro Sul, entre outros. Esse documento, além de vincular outras bandeiras do MCB, assim se expressa em um de seus trechos:

> *"... estimular a participação do povo nas organizações populares e sindicais para conquistar e fazer valer os seus direitos, lutando intransigentemente pela conquista de uma sociedade livre, justa, igualitária, enfim, uma sociedade sem classes."* (Grifo do autor).

Com tal posição ideológica — utópica como realização, mas perturbadora da vida nacional por suas atividades político-ideológicas —, compreende-se porque as organizações de Defesa dos Direitos Humanos, como as organizações subversivas, procuram denegrir a imagem das Forças Armadas. Seus objetivos são comuns.

A postura imobilista em relação a essas atividades, a progressividade das campanhas, o seu entrosamento no tempo e no espaço político nacional e a conjugação de esforços das organizações subversivas, de fachadas e infiltradas, permitiram que essas inverdades, repetidas em várias formas, oportunidades e diferentes meios de comunicação social, fossem ganhando foros de verdade, inclusive para boa parte dos componentes das próprias Forças Armadas, seus familiares e, em especial, os elementos mais jovens que não viveram aquela situação e que passaram a sofrer os efeitos dessa versão ideológica dos fatos.

ORVIL

RESERVADO

CAPÍTULO II

O PROJETO DO CLERO DITO PROGRESSISTA

1. A infiltração marxista

Existem inúmeros trabalhos que se ocupam do processo de marxistização da Teologia. Um dos mais interessantes, mas nem por isso completo, é o do sacerdote polonês Miguel Poradowski (1). Ele apresenta o que denomina etapas da marxistização, iniciando pela corrente "saducéia" que é constituída pelos cristãos que crêem em Deus, amam-nO e O servem, mas não crêem na vida após a morte. Há muito da influência saducéia na "teologia da morte de Deus". Seus seguidores estão muito próximos dos marxistas, com eles se entendem facilmente e com eles colaboram. Introduzida essa corrente na Igreja, tanto na Teologia como na Pastoral e na Liturgia, constitui uma excelente preparação para as etapas posteriores. Procura-se com ela acostumar os cristãos a concentrarem toda a sua vida, exclusivamente, sobre o temporal, aproximando-os dos marxistas (2).

A etapa seguinte da evolução do processo está ligada à imagem do "Reino de Deus na terra". Partindo dessa imagem, o teólogo protestante Karl Barth constituiu uma ponte mais sólida entre os cristãos e os marxistas, desenvolvendo a tese de que ambos têm a mesma finalidade: "a construção de uma nova sociedade do futuro". Os cristãos concebem essa sociedade como o "Reino de Deus na terra", os marxistas, como o "socialismo" ou o "comunismo". A posição de Barth é em muitos pontos idêntica à de Marx, como por exemplo, a referente ao "desaparecimento" da instituição do Estado precedendo a sociedade ideal do futuro, o que é característica fundamental da sociedade comunista.

O problema do "Reino de Deus na terra" foi objeto de vários enfoques. Um deles que lhe deu novo e forte impulso, ocorreu imediatamente após o Concílio Vaticano II, com "A Teologia da Esperança", obra de Jürgen Moltmann, outro teólogo protestante. A esperança de um porvir melhor, dirigido a um fim concreto,

---

(1) Os trabalhos de Poradowski foram publicados no Brasil no nº 19 da Revista "Hora Presente". Nessa mesma revista são também encontradas duas entrevistas, nos seus nº 17 e 18, respectivamente, do Cardeal D. Agnelo Rossi (Evangelização e Secularismo) e do Cardeal D. Joseph Höffner (O Evangelho do paraíso terrestre) que focalizam outros aspectos deste mesmo tema.

(2) No item 15, do Cap 1 da 3ª Parte deste trabalho, sob o título "Influências marxistas na Igreja", já abordamos alguns aspectos desta mesma questão.

RESERVADO

ORVIL

temporal e terreno é um catalizador das energias humanas esteja vinculada ou não à religião. Este é no fundo o mesmo problema de que se ocupara Barth, sob um ponto de vista mais atraente, considerando a esperança como o motor da vida, como elemento dinâmico. A esperança como confiança, quase certeza, de que o homem pode, aqui, na terra, construir uma sociedade ideal do futuro, que será uma realização tanto do conceito cristão do "Reino de Deus na terra", quanto do conceito marxista de uma sociedade comunista. Como quase ninguém se pergunta e a grande maioria desconhece, se o "Reino de Deus na terra" está mais próximo no Quênia, na Tanzânia socialista, na Costa do Marfim, na pobreza socialista da vizinha Guiné, na Tailândia, em Cingapura ou na Coréia do Sul do que no Camboja, na Coréia do Norte ou na Nicarágua, para não falar no Japão e noutros países desenvolvidos, fica imanente que esse "Reino" só poderá ser construído pelo socialismo.

Fica claro que a marxistização da corrente teológica católica se deu através da protestantização, o que vale dizer que a protestante está igualmente marxistizada.

Outra "teologia" que aproxima os cristãos do marxismo é a do "cristianismo horizontal". Antropocêntrica, essa teologia elimina a cruz como símbolo. Para a Teologia católica a cruz é seu símbolo: seu tronco, isto é, a direção vertical, simboliza o amor do homem a Deus e de Deus ao homem, enquanto seus braços, isto é, a direção horizontal, indicam as conseqüências desse amor: sua projeção até o próximo. Para essa "nova teologia" o braço vertical não existe, pois está concentrada totalmente sobre o homem, sobre o horizontal. O essencial no cristianismo é o amor a Deus, mas sua conseqüência se expressa no amor ao próximo — amar a Deus no próximo. Para o "cristianismo horizontal", na prática, Deus não existe e Jesus é apresentado como um homem que sacrificou sua vida pelos demais, por motivos puramente humanos, como expressão da solidariedade humana. Daí porque o comparam a "Che" Guevara e outros. "Muitas congregações religiosas que assimilaram esse pensamento, concentram-se no trabalho exclusivamente laico e temporal, por sacrificado que seja. Transformando-se em associações laicas de beneficiência muito frequentemente estão comprometidas em atividades subversivas, colaborando ativamente com os movimentos marxistas revolucionários " (3).

---

(3) Paradowski - Ob citada pg 14

ORVIL

Suas homilias, e isso é comum entre nós, versam quase exclusivamente sobre temas sócio-econômicos. As funções litúrgicas são por eles transformadas em cerimônias laicas, com sentido meramente sociológico. O "cristianismo horizontal", diz Poradowski, "manifesta-se nas orações e cânticos litúrgicos compostos para a circunstância. As igrejas são transformadas em 'casas do povo'. Até a Santa Missa fica reduzida a uma assembléia do povo, freqüentemente com a participação ativa até de pessoas atéias..."

Poradowski mostra ainda as influências de outros pensamentos como os da "Fé sem religião", do "cristianismo sem mitologia", do "cristianismo ateu", etc, que foram empurrando os cristãos para o marxismo. Não é porém nosso propósito nos aprofundarmos nesses problemas. Nosso objetivo era demonstrar a existência, se se pode dizer, de cristãos-marxistas, por respeito à Igreja — que somos tanto nós cristãos leigos como os padres e pastores — procurando separar o joio do trigo.

2. As linhas do clero

Como decorrência dessas influências continuadas do marxismo e sua atuação no seio da Igreja, que vai da exploração de ambições pessoais até a infiltração em seminários e universidades religiosas, no final da década de sessenta os estudiosos do assunto consideravam que o clero comportava três linhas bem definidas, quanto às idéias que esposa e às atividades que desenvolve: conservadores tradicionalistas, reformistas e progressistas.

Quanto ao pensamento e ação dos tradicionalistas parece desnecessário qualquer esclarecimento, pois a designação fala por si.

Os Reformistas têm como principal característica a adaptação da Igreja às condições modernas, sob a orientação das encíclicas e em obediência à autoridade eclesiástica. Agem na linha das tradicionais missões da Igreja, visando à construção de uma civilização cristã orgânica, alicerçada num sistema religioso autônomo e nos recursos próprios. Julgam que a Igreja deve considerar a cidade — teatro no qual o Reino de Deus se realiza —, os problemas e as inquietações que ela suscita para os cristãos. Mas consideram que a Igreja pode e deve ter uma orientação apenas ética com relação aos assuntos políticos e não uma orienta-

ORVIL

ORVIL

ção partidária. Eticamente a Igreja deve apontar as injustiças e as iniqüidades, não justificando a inércia da sociedade diante de situações de miséria que são incompatíveis com a dignidade humana.

Consideram impossível conciliar marxismo e cristianismo.

Outra característica marcante deste grupo é acreditar que os instrumentos para conscientizar as massas são a Fé e a Esperança e jamais o Ódio e o Desespero.

Consideram os problemas sociais de máxima importância e procuram a cooperação laical para solucioná-los. Dentro da opção pelos pobres feita pela Igreja, não exclusiva e nem excludente, procuram posição de conciliação entre as classes, que leve a sociedade ao progresso, como é tradição de sua doutrina social, com fundamentos nas encíclicas "Rerum Novarum" e "Quadragésimo Anno".

Os Progressistas à essa época, quando a "teologia" da libertação ainda estava em gestação, já eram considerados, de forma genérica, como "integrados de várias maneiras ao socialismo". Embora sem definir que tipo de socialismo, dizia-se que essa integração era radical, tanto assim é que Pierre Valain, ao apresentar as tipologias sociais do episcopado brasileiro, caracterizou-o como extremista.

Consideram a justiça social impossível na conjuntura moderna, assentada, segundo afirmam, na iniqüidade de um sistema econômico falso e de uma estrutura social anti-cristã. Aconselham mesmo em trecho da "Mensagem de 17 bispos do Terceiro Mundo", dos quais 7 signatários são brasileiros, a subversão e a luta de classes.

Ao referir-se a esse grupo, Valain diz: "sua trajetória, em que pese buscar polos diferentes dos comunistas (sic), tem pontos que se entrelaçam, sendo pois aliados que percorrem caminhos comuns, cada vez mais difíceis de serem distinguidos". São atraídos para os poderes temporais que almejam obter. Intrometem-se na vida econômica e política das nações, inclusive com participação político-partidária. Acusam as autoridades democráticas de incapazes e procuram desprestigiá-las.

D. Antônio Batista Fragoso, Bispo Diocesano de Crateús, um dos signatários do manifesto antes referido, afirmava à época

ORVIL

que "Cuba deve ser o exemplo para a América Latina" e convidou Crateús a "transformar sua Diocese numa pequenina ilha de Cuba".

Essa tipologia é aceita, pelo menos pelos progressistas. O ex-padre Hugo Assmann, "um dos mais radicais protagonistas da teologia da libertação", ao referir-se às divergências no seio da Igreja, afirma que "o verdadeiro abismo, a verdadeira discrepância de fundo, não é o existente entre cristãos rudemente tradicionalistas de um lado e os cristãos reformistas pós-conciliares de outro, mas o que existe entre estes e os cristãos revolucionariamente comprometidos.

3. A teologia da libertação

Essa teologia surgiu em meados dos anos sessenta, prosperou e se fez sentir nos documentos da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), realizada em Medellin/Colômbia, em 1968, que traduziu seu radicalismo intelectual.

Proclama e insiste no seu caráter especificamente latino-americano, embora sustente-se claramente em teólogos europeus, protestantes e católicos.

Seu postulado fundamental é que constituímos (a América-Latina) "um mundo dominado, oprimido e explorado pelo capitalismo ocidental". Baseia-se na famigerada doutrina da dependência. Segundo esse corolário marxista, "a riqueza de uns é baseada, sustentada e explorada pela pobreza dos outros". Parte suas análises da disjuntiva - países subdesenvolvidos e países imperialistas. Transporta essa disjuntiva do plano internacional para a relação entre as classes de uma mesma nação, onde identifica os "exploradores" como a personificação do capitalismo, sinônimo de "riqueza à custa da miséria".

Sintetiza, como se pode perceber, toda a influência marxista sofrida pela teologia. Seu discurso, antropocêntrico, deixou de ser teológico, é sócio-politico-ideológico. Sua semântica é marxista e sua principal característica talvez "seja seu conteúdo utópico, algumas vezes admitido francamente" (4).

O padre peruano Gustavo Gutierrez, o mais importante teó-

---

(4) Respondendo, a 29 de junho de 1980, à pergunta de um estudante "sobre qual a libertação que defende a Igreja Brasileira", D. Paulo Evaristo Arns preconizou "uma utopia prática". Citação retirada de Penna J. O de Meira - "O Evangelho segundo Marx" - Editora Convívio - S. Paulo, 1982 pg 51.

ORVIL

logo da libertação, confessa-se marxista. Acredita que o "Reino" realiza-se aqui na terra, numa sociedade "justa", o que quer dizer, "numa sociedade socialista, sem classes e sem propriedade" (5).

O Brasileiro Hugo Assmann, ex-padre, é o mais conhecido e radical teólogo da libertação patrício. Assmann ataca o "reformismo" e a "terceira via", alegando que ela desvia a atenção do que é essencial, a Revolução. Considera os reformistas da Igreja "ingênuos ou reacionários". Ao criticar o padre Vekemans, SJ, que defendeu a idéia de que o subdesenvolvimento pode ser superado por medidas reformistas, diz "o que se deve é fazer ciência nova, subversiva, rebelde, guerrilheira e politizada" e não procurar "saídas terceiristas, tais como capitalismo de Estado, multiplicação dos polos de dependência, etc".

O marxismo desses senhores, diz o embaixador Meira Penna, "não é apenas num sentido platonicamente ideológico"... "porém no sentido muito definido da 'práxis' de violência, de luta de classes, de revolução social totalitária e da subversão do que denominam eles, de um modo geral, as 'estruturas' (6)".

"Os teólogos da libertação, ou pelo menos alguns deles, como Gutierrez e Asmann, sustentam a necessidade do empenho em uma 'práxis' radical que incida sobre o nível estrutural, sócio-econômico, para transformá-lo. Não se trata assim de um programa reformista - que eles violentamente condenam - mas de uma 'práxis' que se propõe deliberadamente a modificar o sistema vigente, se necessário por métodos que violem a legalidade" (7).

"O tipo de socialismo que, do princípio ao fim, pregam em suas obras não é a chamada social-democracia, que vigora em muitos países da Europa Ocidental, mas o socialismo comunista, triunfante nos da Europa Oriental. A condenação irrestrita da propriedade privada, manifestada em seus livros, não deixa dúvidas quanto a isso e tampouco a constante citação de Marx e seus discípulos" (8).

Para Assmann e isso é importante, "não se trata somente de ser marxista, mas de ser marxista em nome da fé". Isto é, valer-se de seu valor simbólico - a nível público e social, o peso sociológico e místico do sacerdote ainda é determinante - e de todo o instrumental da Igreja."

---

(5) Penna J.O. de Meira - Ob citada pg 37.
(6) Penna J.O. de Meira - Ob citada pg 16.
(7) Penna J.O. de Meira - Ob citada pg 32.
(8) Penna J.O. de Meira - Ob citada pg 12.

4. O projeto "progressista"

Introdução

A Igreja Católica possui uma proposta de organização social que a induz a participar nos conflitos sociais e procurar influir na organização político-social dos países onde atua. Em decorrência de divergências internas, consubstanciadas de forma simplista nas linhas do clero, esse projeto não se apresenta com um discurso único.

De um lado, estão os que, dentro da opção preferencial pelos pobres feita pela Igreja, procuram uma posição de conciliação entre as classes que leve a sociedade ao progresso, como é da tradição de sua doutrina social, com fundamento nas Encíclicas Rerum Novarum (RN) e Quadragésimo Anno (QA).

De outro lado, estão os "progressistas", intimamente ligados à Teologia da Libertação, que crêem na contradição antagônica entre as classes populares e os setores burgueses da sociedade e têm um projeto político próprio.

Não é nosso propósito, nem teria sentido nesse trabalho, aprofundarmo-nos nesse problema. Vamos no entanto delinear esse projeto, diríamos político-ideológico, com o qual o clero progressista procura afetar decisivamente a ordem política, econômica e social brasileira, apenas no sentido de podermos compreender sua "práxis", sua vinculação ou cooperação, com as organizações comunistas atuantes no País (9).

O projeto na década de 50

O projeto "progressista" fora tentado nos anos 50 através da apropriação da Ação Católica, quando esta recebeu a influência do modelo franco-belga e das idéias do personalismo de Mounier, estas contrárias a uma sociedade fundada na ordem capitalista. À essa época, os "progressistas" controlavam setores importantes de ação como por exemplo o Movimento Educacional de Ba-

---

(9) Para o desenvolvimento desse item valemo-nos, particularmente, da tese de mestrado da Socióloga Virgínia Costa Duarte, intitulada "Radicais Cristãos: Atuação Política e Presença Ideológica". No entanto, as idéias aqui veiculadas, não expressam absolutamente o pensamento dessa estudiosa do assunto, cujo alentado trabalho não é suscetível de redução a uma visão simplista, aqui imposta pela síntese.

ORVIL

se (MEB), que se tornara o centro de preparação de líderes a serem canalizados para as organizações paralelas. Vimos nesse trabalho que os desvios doutrinários que norteavam a Ação Católica, levaram-na, após afastada da hierarquia, a se transformar, primeiro, na Ação Popular (AP), uma das primeiras organizações a optar pela luta armada, evoluindo depois para a Ação Popular Marxista Leninista (APML). O MEB, após a Revolução de 64, com o controle exercido pela hierarquia sobre as instituições, esvaziando-as ideologicamente, seria negligenciado por essas correntes.

A evolução do projeto nos anos 60

Uma nova tentativa seria feita, ainda na década de 60 (10). Valendo-se dos debates estabelecidos na década de 50, em torno das perspectivas de desenvolvimento nacional, os "progressistas" fixaram o eixo de suas preocupações na disjuntiva "países" subdesenvolvidos" e "países imperialistas", uma colocação marxista (11). "Colocando tal dicotomia", diz Virginia Duarte, "como uma contradição inerente à estrutura capitalista afirma: superar o desenvolvimento não pode constituir um ideal histórico cristão, opção isolada da que nos leva a liquidar o capitalismo, pois isso ocorrendo seria desprendermos de um sistema na qualidade de mais fraco para nele novamente ingressarmos já em situação de superioridade". Para eles a solução seria um modelo autônomo de desenvolvimento. Mas, como "não é só na ordem internacional que o capitalismo implica o sinônimo 'riqueza à custa da miséria' — isto ocorre no seio das nações com sua estrutura de classe, onde se pode identificar os 'exploradores' —, correlacio

---

(10) Com base nas idéias desenvolvidas pelos padres H. Vaz e Cardonnel.

(11) Parece-nos interessante levar ao leitor observações do embaixador Meira Penna, transcritas de seu livro já citado, que vem a propósito desse corolário marxista: "Se levarmos a sério essa teoria, seríamos forçados a concluir que se a Suíça, a Suécia ou a Noruega, por exemplo, países que possuem as mais altas rendas per capita do planeta, são ricos, é porque oprimiram e condenaram à pobreza as nações latino-americanas. A Suíça e os países escandinavos nunca possuíram colônias. Construíram sua riqueza numa técnica avançada, pelo seu próprio esforço, sua admirável operosidade, sua dedicação às virtudes "econômicas" de poupança e trabalho. Não há base em qualquer teoria econômica objetiva e racional para a tese de que a riqueza desses países se explique pela pobreza dos demais. A Bélgica e a Holanda registraram o milagre de seu enriquecimento, no período de pós-guerra, precisamente depois de haverem perdido suas colônias — o Congo e a Indonésia. Portugal é o país mais pobre da Europa, muito embora seja aquele que, por mais tempo, manteve os relativamente mais extensos territórios coloniais do planeta. E os países mais pobres da África são justamente os dois que nunca foram colonizados, a Libéria e a Etiópia".

ORVIL

nam a 'nação dependente' com o 'processo histórico da ascensão dos 'subalternos'".

Aos "oprimidos", enquanto "classe", passava a caber a mudança histórica que no esquema de Mounier era tarefa de todos os homens (e passando-se na consciência do indivíduo pensante). Se a nação, para alcançar sua dignidade deveria evitar a órbita de influência imperialista, caberia aos "subalternos" recusar as relações com os "opressores". Para isso era preciso criar uma nova ordem distinta das formas de organização capitalista. Em conseqüência, a trajetória popular não só realizava-se em paralelo àquele sistema, como deveria negá-lo na prática, se necessário, pela força. A teoria marxista estava aqui posta, em verdadeira grandeza, com uma nova roupagem.

O projeto "progressista" nos anos 70

Na reunião da CELAM, em Medellin, com a preocupação do episcopado de salvaguardar a unidade da Igreja, os "progressistas" legitimam-se como parte integrante do quadro eclesiástico, assegurando, assim, a utilização dos recursos institucionais da Igreja.

Na década de 70, vão fundamentar seu projeto na Teologia da Libertação, um discurso político próprio — que se expressaria através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais Populares — e na educação popular.

Para a "educação popular", no lugar da Ação Católica e do MEB serão criadas entidades, algumas sem vínculos formais com a Igreja, mas quase todas recebendo subvenções de instituições católicas do exterior, para desenvolver projetos de "educação popular" e desenvolver ou supervisionar trabalhos de base (organismos do movimento popular). Seu objetivo será educar para a transformação social. Todas essas entidades terão afinidade ideológica com o MEB e as propostas dos teólogos da libertação. Sustentarão a teologia da libertação, a temática progressista e através de publicações e práticas, ganharão espaço nas Universidades e influenciarão os movimentos populares (ver nos Cap X e XI da 3ª Parte as entidades criadas por militantes do Movimento Popular de Libertação-MPL). Desta forma as idéias dos anos 60 têm continuidade nos anos 70, a despeito do desaparecimento da Ação Popular e do MEB.

ORVIL

Para os teológos da libertação, a religião tem papel importante no processo de conscientização popular, pelo universo simbólico que carrega.

O projeto terá então dois movimentos para a conquista do Estado. O primeiro movimento se dará nas CEBs que são o lugar da "educação de fé" que, por compreender uma discussão política, leva o cristão à praça pública, à luta política. Supostamente a discussão, aí, deve ser capaz de conceber uma nova forma de organização social. Esse movimento é de conscientização e mobilização popular. O segundo movimento é o das organizações sócio-políticas, os partidos políticos, sindicatos e organizações populares. Nesse segundo movimento, as CEBs lançam seus componentes.

O projeto da Igreja Católica

Em Medellin, amparado pela "Gaudium et Spes" (12), o episcopado opta por converter os homens através de uma linguagem de amor, pretendendo iniciar a transformação da ordem vigente constituindo-se em grupo, em comunidade solidária. As CEBs se constituiriam num movimento de educação de fé. A fé engendraria a salvação pela possibilidade de realizar a colaboração de classes e, a partir daí, reorganizar o todo social segundo ditames cristãos. Essa construção "comunitária", realizada com ou sem o aval do poder público, encontra no organismo eclesiástico seu organizador e supervisor, porque é aí, e em seu nome, que se condensam as diversas comunidades e as distintas classes sociais, num só Povo de Deus. O que une os distintos grupos é o amor e a obediência ao Todo Poderoso e à Igreja. Tal devoção, capaz de cimentar as bases do acordo entre as classes sociais, preveria, em futuro próximo, a realização de uma ordem social mais justa, a partir da fundação do Estado segundo os princípios cristãos expostos na "Rerum Novarum" e na "Quadragésimo Anno".

---

(12) A encíclica "Quadragésimo Anno", ao abrir um tópico para as relações operário - dono do capital, lançou as bases do projeto de organização social da Igreja. Ser cristão nessa nova perspectiva passou a ser recusar compactuar-se com a ordem social vigente e mobilizar-se para reformá-la. A fé possui uma dimensão social. Ter fé será viver em comunidade e atuar por meio dela. Essa concepção de fé modifica a percepção de salvação, que não se refere mais apenas às condutas individual e religiosa, mas também à participação ativa do leigo no mundo temporal. Essa concepção da fé devolve à religião católica o caráter profético dos primeiros tempos, instaurando as possibilidades para que a Igreja Católica se coloque frontalmente contra o Poder Público secular.

ORVIL

ORVIL

Os desvios ideológicos

Os teólogos da libertação alegam que as CEBs sejam entendidas como momento de conscientização e mobilização popular, mas não como veiculadoras de um conteúdo pragmático que promove um tipo específico de ação, como certa forma de ser e fazer política". Isto não corresponde à verdade se entendido o significado que a fé e a salvação adquirem no universo da Teologia da Libertação.

Na teologia da libertação, a fé orienta-se apenas para um dos momentos da vivência em comunidade, aquele referente à solidariedade entre os "oprimidos". Dentro dessa perspectiva capenga, os membros das comunidades de base passam a ser os salvadores de toda ordem social e, através dela, salvação para cada homem.

Essa concepção afeta todo o projeto da Igreja Católica. A "revolução pessoal" de Mounier não é mais exigência a ser alcançada por todos os homens, mas uma necessidade que recai exclusivamente sobre os "subalternos". Dessa forma, não é o ser divino, enquanto entidade acima de todos os homens e personificado no estado de hegemonia cristã, que estará encarregado de conduzir as classes à mudança pessoal, mas sim os subalternos que forçarão os demais a se renderem à sua hegemonia. É a ditadura do proletariado, ou como preferem os "progressistas", a "ditadura dos subalternos".

Virginia Duarte diz a respeito: "Alguns críticos desse plano de ação enfatizam com freqüência que dificilmente o processo seria realizado sem descambar em ditadura, única capaz de impor a vontade da maioria popular sobre a minoria de ex-opressores".

O trabalho de um desses militantes, citado por Virginia Duarte e contido na "Teologia da Pastoral Operária" de Domingos Barbé, mostra, sem subterfúgios e metáforas, a verdade nua e crua.

"A classe trabalhadora é a força motriz do capitalismo industrial e também é a principal força capaz de paralisar a estrutura capitalista, pois, como já dissemos, ela tem os meios de produção nas mãos para fazê-los funcionar. Também é ela que [illegible] acabar com a existência de classes sociais diferentes e reconstruir uma sociedade comunitária [illegible] Necessariamente a classe operária, 'a classe revolucionária'

ria de mãos dadas com os lavradores".

"Haverá duas fases nesse processo. Uma fase de mudanças do poder: a classe trabalhadora precisa organizar-se pela base, enquanto classe, e com isso fortalecer-se politicamente, para substituir a burguesia na função da direção da nova sociedade que estará aparecendo. Nessa fase, deve-se tomar cuidado para que, ao se organizar, não se crie novamente uma estrutura de opressão. Não basta tomar o poder, é preciso, sobretudo, reparti-lo. Entretanto, as resistências à nova organização da sociedade que quer aparecer são enormes. Muitos querem ameaçar, por dentro e por fora, essa nova ordem que quer nascer. Por isso existirá uma fase em que o governo dos trabalhadores concentrará em suas mãos o poder. Este poder deve fazer tudo para não utilizar as armas do antigo opressor e para não se contaminar. Seria tornar vão um combate terrível e frustrar uma grande empresa. A meta pela qual se deve lutar é justamente o desaparecimento progressivo do Estado. Isto será o objeto da segunda fase da luta do proletariado". (grifos do autor)

Diz Virginia Duarte: "Por outro lado, na versão 'radical', a Igreja Católica, enquanto expressão da vontade divina, assumiria uma postura de aliada dos subalternos, expressão parcial, portanto, do todo que ela agora reivindica como o povo de Deus" (13).

"Erigindo as CEBs e pastorais populares como portadoras da luz, os teólogos da libertação optam por um procedimento que faz tramitar o divino entre as comunidades e Deus, estabelecendo aí, a peça-chave de sua investida sobre as organizações sócio-políticas, por um lado, e sobre a Igreja Católica, por outro".

5. A "práxis progressista"

Introdução

Os 'progressistas', impulsionados pela teologia da libertação, crêem na contradição antagônica entre as classes populares e os setores burgueses da sociedade e têm uma visão da sociedade futura contrária à ordem capitalista. Deixando de lado a

---

(13) A autora chama "radical" a ala que se assemelha ao que designamos de progressista e chama de progressista a ala que se assemelha ao que designamos "reformadores" pós.conciliares.

ORVIL

idéia da revolução,que no "existencialismo cristão" travava-se na consciência do indivíduo pensante, levam-na para a prática, crendo que devam estar na vanguarda da batalha para a extinção do sistema vigente,oque pode ocorrer "na marra". Para isso, como os personalistas, abre alianças com forças "não cristãs"(por exemplo os comunistas).

Esta colocação é suficiente para que se possa afirmar que, numa primeira fase, seu objetivo é comum aos das organizações comunistas atuantes no país – a derrocada do sistema capitalista, incapaz,no seu entendimento, de promover a justiça,eliminar as iniqüidades e prover a igualdade.

Na prática o projeto"progressista"busca articular os movimentos populares com o movimento operário-sindical (que na verdade é incluído por ele numa mesma chave, a dos "subalternos"), numa única estrutura de massa paralela, com a qual pretende conquistar o Estado.

É preciso que fique claro nesse trabalho que não se discorda aqui da idéia da Igreja de que a educação popular é necessária "para transformar os componentes das classes menos favorecidas" em agentes da conquista de seus legítimos direitos e prepará-los para observar as normas de conduta impostas pela moral cristã". Nem se discute a validade de organizá-los para que possam pressionar o Estado "a reconhecer os direitos básicos dos 'subalternos' e autonomia de suas organizações e, finalmente, a adequar-se às atribuições que a 'Rerum Novarum' e a 'Quadragésimo Anno' lhes reservam". O que se aponta são os desvios que a ideologia marxista provoca nesses propósitos cristãos, com o apoio do clero progressista, visando à consecução de seu objetivo de tomada de poder.

ANAMPOS

Dentro de sua concepção de que o movimento sindical é também integrante do movimento popular, os progressistas buscaram articulá-lo. A articulação passou a ser uma palavra chave capaz de conduzir a um único movimento de massa paralelo ao "atrelado" ao Estado.

Assim passou a ser trabalhada a idéia de criar-se a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS). Constituir-se-ia numa articulação ou corrente de sindicalistas

ORVIL

e lideranças do movimento popular, comprometidos com as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida. Seu objetivo básico e fundamental era unir as forças do "Movimento Sindical" e dos "Movimentos Populares" da cidade e do campo, pois entende que as lutas específicas de cada movimento se somam, se entrelaçam e têm a mesma finalidade: "*a libertação dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade*".

No setor sindical reuniria os sindicalistas que desejassem construir um movimento sindical pela base, autônomo e "que expressesse os reais interesses da classe trabalhadora". No setor de movimentos populares, reuniria todos aqueles movimentos, entidades e associações que lutam "por melhores condições de vida dos trabalhadores das periferias das cidades e do campo".

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apoiou a estruturação da ANAMPOS ela "*é o esforço, a luta, a presença de muitos trabalhadores, tanto do campo como da cidade, dentro dos sindicatos, federações e confederações, fazendo com que, apesar de atrelados ao Estado, comecem a conquistar espaços de autonomia e garantam boa parcela de liberdade para encaminhar, coordenar e garantir a campanha de libertação da classe trabalhadora*" (Os grifos são do autor).

Oposições Sindicais

Simultaneamente com o trabalho de criação de organizações do movimento popular, assistir-se-ía ao surgimento, no movimento operário, das chamadas "oposições sindicais". Esse momento coincide com aquele em que o PCB, por ter sido derrotado em 1964, deixara de atuar com intensidade nesse setor, onde tinha hegemonia. É o momento também em que as organizações revolucionárias e militaristas, que haviam rompido com o "reformismo" do PCB, buscavam ganhar a classe operária para suas organizações.

Em agosto de 1979, Manoel da Conceição Santos, ex-militante da APML, em entrevista à revista "Cadernos do Terceiro Mundo", assim se referiu ao problema: "*a Oposição Sindical surgiu, no Brasil, antes de 1968, como fruto do trabalho dos militantes operários que provinham de diferentes experiências políticas dentro da esquerda ou do trabalho feito pela Igreja Brasileira nas comunidades de base, pastorais operárias, principalmente em São Paulo... Na verdade, a Oposição Sindical vivia em uma espécie*

ORVIL

de semi-clandestinidade até 1968".

José Ibrahim conta no livro "A esquerda armada no Brasil", já citado neste trabalho, como o PCB, após a Revolução de 1964, "abandonou o sindicato" e como se deu o trabalho de organização da oposição sindical na COBRASMA, indústria metalúrgica sediada em Osasco/SP, inicialmente em 1965, como um comitê sindical de fábrica clandestino. Esse comitê, paralelo ao sindicato "pelego", estabelecia a "dualidade do poder sindical em Osasco". Diz ele em certo trecho de sua narrativa: "*A existência de oposições sindicais de esquerda estendia-se a todo o Brasil. O rompimento com o reformismo teve repercussões profundas dentro do movimento operário brasileiro e foi a causa determinante da formação de uma vanguarda operária revolucionária que procurava novas formas e perspectivas de luta*". Nessa época, José Ibrahim já militava na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e integrava uma célula operária clandestina. O trabalho da oposição sindical culminou com as comemorações do 1º de maio, em S.Paulo, em 1968, quando as oposições sindicais "ocuparam a tribuna revolucionariamente", episódio a que nos referimos suscintamente no Cap V item 6, quando o Governador do Estado e demais autoridades tiveram que se refugiar na Catedral da Sé.

A Oposição Sindical concretiza-se com as realizações do Congresso da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, em março de 1979, e do "Encontro das Oposições Sindicais Brasileiras" em Bruxelas, em março/abril de 1979. (o grifo é do autor).

Para a coordenação de suas atividades, a Oposição Sindical criou os "Encontros" organizados a níveis municipal, estadual e nacional. Nascia, o "Encontro de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), organizando todas as forças não comprometidas com o Governo e com os patrões", possibilitando à Oposição Sindical uma melhor estrutura para contrapor-se à Unidade Sindical, dominada pelo PCB. O 1º ENTOES, a nível nacional, foi realizado no Centro de Formação de Líderes, da Diocese de Nova Iguaçu/RJ, em setembro de 1980. Em razão das divergências havidas entre diferentes "correntes" que nele se fizeram representar, não alcançou os objetivos visados e os ENTOES não se realizaram mais a nível nacional.

Ainda em 1980, os líderes da Oposição Sindical, apoiados pelo clero "progressista" e militantes do PT, iniciam campanha que

ORVIL

resultaria na estruturação da ANAMPOS. Em fevereiro de 1980, realizou-se o Encontro de João Monlevade/MG, onde participaram "dirigentes sindicais de várias tendências e pessoas vinculadas à luta da classe trabalhadora, através de movimentos como a Pastoral Operária e de atividades comunitárias de base, quer do campo como da cidade".

A ANAMPOS teria como finalidade coordenar medidas práticas de ação da massa trabalhadora, da cidade e do campo, com as mais variadas formas de mobilização e organização das classes populares, "para a libertação dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade".

O partido político

No segundo encontro da ANAMPOS, realizado em julho de 1980, em Taboão da Serra/SP, transferido de São Bernardo, em razão da greve que se desenvolvia no chamado ABC paulista, foi emitido um documento denominado "Documento de S. Bernardo".

Nesse documento a ANAMPOS expressou, no tópico "A necessidade do Partido Político", que as lutas reivindicatórias travadas nos últimos anos, pelos movimentos populares, nos bairros, na zona rural e nos sindicatos, revelam a necessidade de um canal de representação, mobilização e expressão política.

Prossegue dizendo que "*uma causa do preconceito político do movimento popular é a maneira como certos setores, teoricamente identificados com este movimento, procuram politizá-lo, seja de fora para dentro ou de cima para baixo. Romper este preconceito é contribuir para que o movimento popular crie os seus próprios instrumentos de luta política*".

Declara o "Documento de S. Bernardo" que as classes populares devem ter seu partido político, cujos princípios norteadores tenham suas raízes na prática, inclusive histórica dos movimentos populares, *tendo em vista a tomada do poder a serviço da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos", isto é, uma sociedade sem classes.* (o grifo é do autor). O trecho é bastante esclarecedor.

Assim, no entender da ANAMPOS, este partido político deve possuir as seguintes características:

ORVIL

"prática democrática, com ampla participação dos trabalhadores da cidade e do campo e demais pessoas do povo, em cujas mãos deve estar o poder de decisão";

"assumir os interesses populares";

"promover a organização política das classes populares observando e respeitando as prioridades e especificidades regionais";

"instrumento das lutas populares";

"não pretender ser o único instrumento de unificação política das lutas populares e buscar representar, sempre mais, as aspirações objetivas da classe trabalhadora";

"não pretender fixar-se somente na luta parlamentar ou dar prioridade a ela".

O Capítulo "A relação entre Partido Político e Movimentos Populares" finaliza abordando tópicos que caracterizam o relacionamento que deve existir entre o partido político e os movimentos populares.

Coincidentemente ou não, em janeiro de 1979, talvez com precipitação, a tese de formação de um Partido dos Trabalhadores foi apresentada, em Lins/SP, durante a realização do IX Congresso dos Metalúrgicos, graças aos trabalhos de organização, agitação e propaganda trotskista da Convergência Socialista.

O lançamento do Partido dos Trabalhadores deu-se, em 28 de julho de 1979, em Belo Horizonte/MG, por um grupo de líderes sindicais, com a presença de cerca de 300 pessoas, inclusive do trotskista Mário Pedrosa.

Diversas reuniões a níveis regionais sucederam-se e, particularmente, apoiado pelo clero progressista, o partido se estruturou. Dois anos foram necessários para a sua organização básica e nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, em São Paulo, o PT realizou sua Pré-Convenção Nacional, quando foram escolhidos os 92 nomes a serem indicados para o Diretório Nacional.

Após a realização da Convenção Nacional, em Set 81, o Partido tornou-se apto a obter o registro definitivo, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o que se concretizou em 11 Fev 82.

O PT nasceu da fusão de três vertentes básicas, num momento em que as condições objetivas (amadurecimento do capitalismo brasileiro e um profundo processo de urbanização e estratifica-

ORVIL

ção das classes sociais) e as condições subjetivas (crise da ditadura e sua base de sustentação, ascenso das lutas sindicais e florescimento de uma nova vanguarda) eram propícias para isto. Isto é, a conjuntura de 1978/1980.

Desde o primeiro momento, ao lado das lideranças sindicais que davam ao projeto a base de massas necessária a um partido, postaram-se inúmeras correntes, pequenos grupos e indivíduos que haviam sobrevivido à repressão e à crise que as organizações de esquerda (APML, CS, MEP, POC, ALN, VAR, MR-8, PCBR etc), em seus vários matizes, haviam vivido no final da década de 60 e início dos anos 70. Esses grupos, correntes e indivíduos, com graus variados de implantação local-regional e com experiências distintas e desiguais de definição programática e orgânica — alguns até com pretensões partidárias próprias — não vacilaram em abraçar a proposta de formação do PT. Este representava a grande chance de um amplo partido de base sindical e popular, de dimensão nacional e com lideranças reconhecidas e já testadas na luta operária. O PT significava a possibilidade de materialização de um denominador comum de todas estas tendências, um partido operário, de massas, de dimensão nacional e que negava na sua origem o reformismo e o populismo — dos PCs e do PTB — no movimento operário brasileiro.

Somou-se a essa origem um conjunto de forças difusas e com experiências mais heterogêneas, mas que tinham sua identidade no trabalho comunitário e popular através das comunidades eclesiais ou do amplo leque de trabalhos, junto à população pobre, executados por organismos de base da Igreja cristã.

Essa heterogeneidade de formação que dá ao PT uma singularidade entre os partidos de esquerda, tem sido uma de suas grandes forças, talvez até, uma de suas principais virtudes. Isso obrigou a que houvesse toda uma troca de experiências — difícil e árdua no início — e de concepções que foi uma das mais ricas lições vividas pelo movimento operário e popular no Brasil.

A prática política foi testando e pondo em xeque uma série de concepções sobre a construção partidária e muitas soçobraram no confronto com o real. Muitos apostaram, inicialmente, que o PT seria uma simples "frente de esquerda" onde várias correntes teriam abrigo e uma legenda eleitoral. E, com um pouco de sorte e competência, no momento propício, sairiam com uma corrente já nacional, mais forte, etc. Algumas dessas correntes jul

ORVIL

gavam-se, inclusive, "o partido" ou "o embrião do partido" revolucionário no Brasil (14)".

Os movimentos populares

Para os sociólogos e teólogos vinculados ao clero"progressista" a abrangência dos movimentos populares está calcada na concepção original e na conceituação que fazem de "povo" e de "classes populares".

"Povo", no seu conceito científico, é considerado como um termo amplo que ultrapassa o sentido de indivíduo e classe social; sentido global, portanto, que envolve todos os indivíduos componentes de uma nação, independente de sua condição social, política ou econômica. Em contraposição, para os teólogos "progressistas", "povo são todos aqueles que estão em contradição com o bloco do poder" e "sua compreensão deriva do conjunto de relações políticas e ideológicas de dominação de uma formação social determinada e não de relações de produção".

Desse conceito simplista e tendencioso inferem a existência das "classes populares", ficando entendidas como tais "aquelas que vivem uma condição de exploração e de dominação dentro do capitalismo", isto é, "compreendem uma dimensão que se liga tipicamente à exploração na atividade produtiva, ou seja, o operário na fábrica, o proletário rural numa agro-indústria, o camponês etc". Mas na estrutura econômica global, na relação de mercado, o pequeno proprietário também sofre uma exploração do grande capital, está sempre numa posição de subordinação à lógica desse capital (internacional e nacional). O funcionário público que trabalha, não em frente a uma máquina, mas de uma mesa, também não tem nenhuma capacidade de controle do seu próprio trabalho, está submetido a uma relação de exploração.

Assim sendo, passam a estabelecer relações de "exploração" entre todos os demais elementos da sociedade, onde quer que possa haver um grupo naturalmente hierarquizado: o negro, explorado desde a escravidão; a mulher, explorada pela estrutura social; o índio; o desempregado, etc, ficando excluído das "classes populares" apenas o capitalista, numa explicita demonstração do caráter disjuntivo da teoria-marxista.

---

(14) Citação retirada do documento "Sobre as Tendências do PT" - Raul Pont Sec-Geral do PT/RS - membro do Diretório Nacional - janeiro de 1987.

ORVIL

Esses grupos ou classes populares devem, entretanto, ser organizados, conscientizados, doutrinados e levados a formar "movimentos" para "lutarem pela tomada do poder que está em oposição ao povo e derrubar o regime que explora e domina" as ditas classes. Em sua visão sociológica, os adeptos dessa linha procuram englobar os mais variados segmentos da sociedade, dentro da abrangência da conceituação de "povo" e de "classe popular". As relações entre aqueles que ocupam o poder e as massas populares, quer sejam de trabalho ou político-ideológicas, estariam determinando a formação de grupos variados e significativos, possuidores de anseios, ávidos de representação e de participação nas questões sociais e políticas.

ORVIL

CAPÍTULO III

A REESTRUTURAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS

1. A linha ortodoxa

Configurada a derrota da esquerda revolucionária, o Partido Comunista Brasileiro-PCB, que se encolhera durante o período de luta armada, houve por bem voltar à luz. Em reunião de seu CC, realizada em São Paulo, em novembro de 1973, caracterizou o regime brasileiro como uma "ditadura fascista", passando a propugnar a formação de uma "Frente Patriótica Antifascista" (FPAF). Essa "frente" reuniria a massa operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, o MDB, a Igreja e também setores das FFAA, da ARENA e até mesmo dos monopólios, descontentes com o "caráter fascista" assumido pelo regime.

Era a velha tática das frentes, sempre presentes nas resoluções políticas do partido. Para não ir muito longe no tempo, recordemos apenas a Frente Única de 1965 e a Frente Ampla de 1966.

Voltando às atividades e também em decorrência das denúncias de Adauto Alves dos Santos, publicadas na imprensa, o PCB que até então não havia sido alcançado pelos órgãos de segurança, teve em 1974/75 vários de seus organismos desarticulados e dirigentes presos. Seguindo determinação do PCUS, os membros do CC que ainda se encontravam no Brasil, foram retirados para o exterior onde, além de Prestes, que desde 1971 vivia na União Soviética, estavam seus representantes junto ao PCUS e aos PC da Tchecoslováquia, da França e da Argentina (1).

Neste período vivia-se no País o período de distensão política e desenvolviam-se as "lutas" por liberdades democráticas, pela anistia e por liberdade de organização. Tendo seu CC no exterior, o PCB não participava ativamente dessas campanhas e nem do "ascenso do movimento operário", iniciado com a greve dos metalúrgicos da Scania, em São Bernardo/SP, que se estendeu no ano de 1978 a outras fábricas e a outras categorias. De resto, essa

---

(1) Representavam o CC do PCB: em Moscou Luís Tenório de Lima; em Praga Roberto Morena (na Federação Sindical Mundial) e Dinarco Reis (Revista Internacional); em Paris Zuleika D'Alembert e Armênio Guedes; em Buenos Aires Armando Ziller e Agliberto Vieira de Azevedo. Não pertencentes ao CC, estavam no exterior, em Budapeste Marcos Jaimovitch; em Berlim/RDA Ana Carlos Lima (Ana Montenegro)

ORVIL

ação chocava-se com a política da FPAF; na qual não havia espaço para o confronto com a burguesia, um dos componentes da "Frente", onde o movimento sindical era um item a mais. O PCB ia perdendo espaço e hegemonia numa área que dominara por muitos anos.

Só com a anistia inicia-se o processo de retorno ao Brasil dos dirigentes comunistas. Nessa ocasião torna-se pública a divisão do CC, com a divulgação da "carta aos Comunistas" elaborada por Luiz Carlos Prestes, na qual critica, na sua forma costumeira, a direção do Partido, do qual era a autoridade maior, chegando a conclamar as bases partidárias a varrer a direção do partido. Sentia que sua liderança já não era hegemônica, tanto assim é que, na citada carta, denuncia a existência de planos para transformar o VII Congresso em uma "farsa" que reforçaria a direção e o marginalizaria.

Prestes, feito "mito", exterioriza idéias avançadas, mas no fundo quer a manutenção do culto à personalidade stalinista, no caso, culto a ele. Desta vez porém consuma-se o "racha" com a substituição, em maio de 1980, de Prestes por Giocondo Dias, o Cabo Giocondo, por muito tempo seu guarda-costas e motorista. Prestes, porém, não é excluído do CC e estabelece-se uma polêmica com a resposta do CC a sua carta, por meio, ironicamente, do jornal do partido "Voz da Unidade". Em sua resposta o CC se compromete a realizar o Congresso de forma democrática, apesar da atitude senhorial do companheiro Prestes que em sua carta "se arroga o direito de impor condições para aceitar as suas decisões".

Geraldo Rodrigues dos Santos em entrevista à imprensa, falando em nome do CC, afirma que "sempre viu o ponto de vista de Prestes sair vitorioso. Na primeira vez em que foi refutado e ficou em minoria, ele se insurgiu contra essa situação e abandonou o cargo. É um desertor... Ele defende a luta imediata pela revolução socialista, o que estreita o esquema de aliança".

Com o "racha", muitos militantes apóiam as posições de Prestes. Alguns ingressam no PT, a maioria passa a ser uma dissidência organizada no interior do PCB.

Era intenção do Partido expulsar Prestes por ocasião do VII Congresso que, sob a "cobertura" de um Seminário, seria realizado no final de 1982, mas que não se concretizou porque a reunião foi interrompida pela Polícia Federal.

ORVIL

Infiltrado no MDB, já nas eleições parlamentares de 1978, o PCB apoiou com todas as suas forças esse partido. Nas eleições de 1982 elegeu pela legenda do agora PMDB, de seu Comitê Central, 3 Deputados Federais, 4 Deputados Estaduais e 2 Vereadores (2). Vinte e sete de seus membros elegem-se deputados federais, 36 deputados estaduais e inúmeros vereadores, infiltrando diversos militantes em executivos estaduais, aos quais deu seu apoio. Nessas eleições Prestes apóia Brizola no Rio de Janeiro e os candidatos do PMDB nos demais Estados.

Em setembro de 1983, o CC intervém no CR de São Paulo, destituindo 11 de seus 28 membros. Havia sérias discordâncias entre esses dirigentes e o CC em várias questões.

Para Marco Aurélio Nogueira, essas divergências teriam origem nas consequências do XX Congresso do PCUS, a partir do qual sempre subsistiriam, no interior do partido, duas correntes. Para David Capistrano, outro dos dirigentes expulsos, as discordâncias originaram-se desde o lançamento do jornal "Voz da Unidade", uma vez que o CC queria fazer dele simplesmente um porta-voz de suas opiniões. A situação agravara-se por ocasião da frustrada tentativa de realização do VII Congresso, quando o CC vetara a participação de 2 representantes do CR paulista. Após esse evento radicalizara-se o choque entre as duas correntes e o motivo desse acirramento foi a crítica que seus componentes, auto-denominados renovadores, faziam da forma pela qual o CC desenvolvia a campanha para legalização do partido. Os renovadores não concordavam com o que chamavam "política de conchavos e acordos de bastidores, subestimando a mobilização dos trabalhadores na luta pela legalidade".

Realmente, nessa época, a Comissão Executiva do CC vinha realizando continuadas viagens, com visitas a Assembléias Legislativas, Governadores de Estado e ao Congresso Nacional, oportunidades em que o Secretário Geral distribuía os documentos forjados que seriam utilizados na tentativa de registro do Partido no TSE. Os Estatutos reais do partido eram os aprovados pelo seu VI Congresso, realizado em dezembro de 1967 e dos quais constava ser o PCB "vanguarda política e forma superior de organiza-

---

(2) Deputados Federais: Alberto Goldman; Marcelo Gatto e Roberto Freire. Deputados Estaduais: Antônio Resk; Cloter Saldanha Mota; Hermano de Paiva Oliveira e Márcio José de Almeida. Vereadores: Adalberto Timóteo da Silva e Luís Tenório de Lima.

ORVIL

ção da classe operária e ter por objetivo a conquista do poder político para o estabelecimento do socialismo e do comunismo em nossa pátria"

Concretizado o "racha", os dissidentes do CR/SP criam, em novembro de 1983, a revista Presença. Os militantes, que se agrupam em torno dessa revista, são identificados pela esquerda brasileira como Eurocomunistas, rótulo que repelem. Para eles, o pensamento político, do qual fazem parte, tem suas origens na "Declaração de março de 1958". Por ocasião dos comícios pelas eleições diretas, em janeiro de 1984 em São Paulo, os renovadores, capitaneados por Capistrano, lançam um número do jornal "A Esquerda". Esse jornal iria criar desentendimentos nessa ala. Marco Aurélio Nogueira pregava que o jornal preocupava-se apenas em atacar o CC do PCB, ao invés de defender a linha dos renovadores. O fato seria o prenúncio da extinção da Ala ou Corrente Renovadora (3).

Sob a fachada de "Encontro Nacional pela legalidade do PCB", o partido realizou, entre dezembro de 1983 e janeiro de 1984, o seu VII Congresso. Neste conclave propõe "uma alternativa democrática para a crise brasileira" ou seja, o partido julgava imprescindível, para a continuidade do trabalho das esquerdas, a superação do regime autoritário. A "alternativa" admite como contradição fundamental a questão do Capital e Trabalho, mas vê como primeira etapa a luta contra o "imperialismo". Dessa forma o caráter da revolução brasileira é "democrática" e "nacional". Acusam as correntes radicais, que se aglutinam em torno da CUT, de serem divisionistas e terem uma "inclinação para o basismo e pelo espontaneísmo e de partidizarem o movimento sindical instrumentalizando-o nas entidades para implantar projetos político-partidários". O congresso elegeu um CC sob o eufemismo de "Comissão Nacional pela legalidade do PCB". Dos antigos dirigentes apenas o vereador Luiz Tenório de Lima não foi reconduzido à Comissão Executiva, entrando em seu lugar Roberto Freire, então do PMDB/PE. No documento deste congresso, que usaria para buscar sua legalização, o partido não usa sequer uma única vez a expressão "classe operária", que troca pelo vocábulo mais genérico "trabalhado

---

(3) Com a falência da revista "Presença" que sustentava o jornal "A Esquerda" que também deixou de circular, não se ouvia mais falar na ala dissidente Renovadora. David Capistrano da Costa Filho, seu principal líder, filiou-se ao PT, tendo sido candidato derrotado ao cargo de Dep Fed no pleito de novembro de 1986.

ORVIL

res", o que chega a ser um exagero. Da mesma forma e, naturalmente, em trecho algum prega a "luta de classes". Afinal esse documento destina-se a contentar e iludir a burguesia democrática.

No dia 25 de março, no entanto, na festa realizada no Ginásio do Pacaembu, gentilmente cedido pelo Prefeito de São Paulo, divulgou longa resolução política, onde fica claro que não abandonaria a hipótese da luta armada.

A atuação do partido é regular no Movimento Educacional e não é grande o seu empenho de penetração no campo. No Movimento Operário-Sindical domina uma de suas grandes direções, a Unidade Sindical, integrada pela CGT, tendo perdido há muito a hegemonia que dispunha nesse segmento social. Através de seu jornal legal - Voz da Unidade - desenvolve intenso trabalho de propaganda e transmite orientações para seus quadros.

Suas ligações internacionais são amplas, não só com os PC do Continente, mas principalmente com os PC da Europa. Recebe apoio financeiro e material, passagens aéreas, tratamento de saúde e outras facilidades do PCUS e de outros partidos do MCI. Tem, ainda, um amplo apoio para formação e especialização de quadros, principalmente na URSS, na Bulgária, na RDA e em CUBA.

Apenas de setembro de 1983 a maio de 84 criou nove "organizações de frente", na base de uma por mês, totalizando cerca de 100 instrumentos legais de atuação, todas elas funcionando em torno das mesmas bandeiras do MCI: defesa da paz, desarmamento, etc.

No dia 8 de maio de 1985, o Diário Oficial da União (DOU) publicou o Programa, os Estatutos e o Manifesto do PCB, dando-lhe condições de legalidade. Tais documentos deram entrada no Departamento de Imprensa Nacional do Ministério da Justiça em 8 de abril de 85, com uma série de irregularidades que deveriam ter impedido a sua publicação no DOU. A falsidade dos mesmos chegaria a ser reconhecida publicamente pelo membro da Comissão Executiva Salomão Malina, ao declarar em entrevista ao jornal Correio Braziliense, publicada na edição do dia 2 de junho de 1985, "que o partido, na procura do seu reconhecimento legal, foi forçado a fazer algumas concessões em seus estatutos, onde se inscreveram princípios nos quais os comunistas não acre-

ORVIL

ORVIL

ditam" (4).

A partir dessa autorização do ministério público, passaria o PCB a atuar com duas estruturas: uma ostensiva, constituída por suas Comissões Diretoras Provisórias; e outra clandestina, baseada na tradicional organização leninista do partido - Comitê Central, comitês estaduais, municipais e zonais e as organizações de base. A existência dessas duas estruturas, uma legal e outra ilegal, vem sendo reafirmada em vários documentos, boletins e panfletos e em declarações de líderes do partido, onde é comum aparecer a terminologia constante nos documentos reais da organização, aprovados em seu VI Congresso.

Ala Prestes

Os militantes do partido que comungam com o pensamento de Prestes, desde o "racha" deste com o PCB, passaram a constituir a chamada "Ala Prestes" que vem tentando aglutinar-se e organizar um novo partido comunista. Nos anos de 1982/83, os dissidentes do Rio Grande do Sul tentaram organizar o Partido Comunista Marxista-Leninista (PCML). Ultimamente os grupos prestistas de Pernambuco e Rio de Janeiro vêm tentando uma união sob o nome de "Coordenação Provisória de Reconstrução do PCB" (CPR/PCB).

Além da CPR/PCB, esses dissidentes adotam a denominação de "Corrente Prestista" no RS, "Dissidência Marxista-Leninista" em São Paulo e "Comitê Gregório Bezerra" em Goiás. Prestes, com seu apego ao "culto à personalidade" tem sido o entrave maior à unificação da chamada "Ala Prestes".

2. A esquerda revolucionária

PC do B

Após a derrota do Araguaia, o PC do B iniciou um processo de discussões em torno da validade da tentativa guerrilheira.

Durante a reunião do CC, realizada em dezembro de 1976, no bairro da Lapa, em São Paulo, foi apresentado o documento "Glo riosa Jornada de Lutas", de autoria de Ângelo Arroyo e João Amazonas de Souza Pedrozo, onde se fazia apologia ao movimento do Araguaia. A derrota atribuída a erros táticos e a uma avaliação equivocada do inimigo, não desmerecia a "heróica jornada". Opondo-se à dupla, Pedro Pomar assumia uma posição crítica, afirmando que a experiência não representara uma tentativa de implantação da "Guerra Popular Prolongada", limitando-se a um frustrado ensaio foquista. Segundo Pomar, os erros cometidos extrapolavam o tático, atingindo o estratégico.

---

(4) Quatro militantes que assinaram o Manifesto já se encontravam mortos quando os documentos deram entrada no Ministério da Justiça: Jayme Rodrigues Estrela Júnior (falecido em 20 Fev 85), João Batista Vilanova Artigas (falecido em 12 Jan 85), Marcos Andreatti (falecido em 1 Out 84) e Sebastião Francisco (falecido em 19 Jul 83).

O duro golpe representado pelas mortes de Arroyo e Pomar, ao fim da reunião, e as prisões de vários membros do CC, após deixarem o "aparelho" da Lapa, não colocariam fim à polêmica sobre o Araguaia.

Recomposto o CC e vivendo o clima de abertura política proporcionado pelo Governo de João Figueiredo, o PC do B realizou, em junho de 1979, em Bruxelas, a sua VII Conferência Nacional. Durante a conferência, foi formalizado o rompimento com o Partido Comunista Chinês (PCCh), adotando o partido uma postura contra o "social imperialismo", contra o "revisionismo russo e chinês", contra a teoria dos "Três Mundos" e contra o pensamento de Mao Tse Tung. A VII Conferência definia a tática de lutar pela mais ampla liberdade política, através de todas as "forças patrióticas e sociais" de oposição ao regime. Definida, também, ficou a luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte por um governo "provisório", a ser implantado com a derrocada do regime militar.

Após a VII Conferência, acirraram-se as discussões sobre a guerrilha do Araguaia.

Uma facção, contrária à posição do CC, advogava a tese de que a luta não deveria ter sido deflagrada em 1972, declarando que tinha havido uma "aplicação mecânica" da teoria da "Guerra Popular Prolongada". O Brasil, não sendo um país semicolonial e não possuindo um campesinato revolucionário, não apresentava condições para a implantação da experiência chinesa. A facção dissidente, conhecida como "Ala Crítica", não negando a luta armada, defendeu a "violência revolucionária das massas", através da "revolução insurrecional urbana".

A maioria do CC, defendendo o pensamento de Arroyo e Amazonas, não admitia a autocrítica do Araguaia, afirmando que a

ORVIL

luta foi desencadeada pelo Exército e não pela guerrilha. Segundo essa corrente, a resistência de quase dois anos, apesar da derrota militar, demonstrou que havia apoio popular ao movimento.

As divergências, extrapolando as posições sobre o Araguaia, estenderam-se às posições políticas no debate ao documento "Governo das Fôrças Democráticas e de Unidade Popular", formulado pelo Secretário-Geral, João Amazonas. Amazonas propôs a revolução, passando pela etapa de formação de um "governo liberal, reformista democrático burguês", através da aliança com a burguesia liberal. A revolução seria "nacional", "antiimperialista" e "agrária".

Os dissidentes contestaram Amazonas, visualizando o Brasil como capitalista sob a hegemonia do capital monopolista estrangeiro, em ligação com o "nacional", aliado ao sistema latifundiário. Esta visão condiciona a opção pela implantação de um governo revolucionário, subseqüente à derrubada da "ditadura", sem a necessidade de conduzir a revolução a uma etapa "nacional-burguesa".

Alegando a existência de consentimento nas resoluções da VII Conferência, os dissidentes tentaram convocar um Congresso Nacional para debater as divergências. Os Comitês Regionais da Bahia, São Paulo (E1), Rio de Janeiro, Pará e Paraná propuseram a realização de um Congresso. Em março de 1980, em sessão plenária, o CC aprovou o documento "A Todo o Partido", fazendo advertências aos comitês rebelados.

Em agosto de 1980, a crise teve desdobramento com a destituição de quatro membros do CC e com a dissolução e reorganização dos CR de São Paulo e da Bahia. Os dissidentes, acusados de fracionistas e liquidacionistas, passaram a alegar a inexistência no Brasil do Partido Revolucionário do Proletariado e a concitar a união das correntes marxistas-leninistas para a formação deste partido. Recomendavam, ainda, o ingresso dos comunistas no Partido dos Trabalhadores (PT), contrariando orientação do CC.

Em setembro de 1980, em razão das punições sofridas, os CR BA, SP (E1), RJ, PA e PR realizaram a "Reunião Nacional de Consultas" e tomaram a iniciativa de convocar extraordinariamente o VI Congresso. O CC reagiu, imediatamente, expulsando os

ORVIL

ORVIL

dissidentes e afirmando não existir divergências que justificassem um Congresso.

Após o "racha", o PC do B efetivou as mudanças em sua linha política, alinhando-se, internacionalmente, com o Partido dos Trabalhadores da Albânia (PTA). Em âmbito nacional, foi privilegiado o relacionamento com a classe operária em detrimento do campo, até então prioridade do partido, em razão da expectativa da deflagração da "Guerra Popular Prolongada", modelo chinês.

Apesar das divergências, a nível nacional, o PC do B aproximou-se do PCB e do MR-8 que defendem, como ele, a revolução por etapas e seus militantes ingressaram no PMDB. Esta aproximação propiciou a atuação conjunta em muitos acontecimentos do movimento sindical-político-popular.

A partir de 1980, com o retorno dos seus principais dirigentes do exterior, dentre eles João Amazonas, o PC do B inicia um processo de expansão e consolidação de sua estrutura, organizando Comitês Regionais em vinte Estados e no Distrito Federal. O partido procurou estender sua estrutura regional a mais três Estados e a um Território.

Infiltrado no PMDB, o PC do B conseguiu eleger, em novembro de 1982, dentre seus militantes estruturados, quatro deputados federais - Aurélio Peres, José Luiz Moreira Guedes, Haroldo Borges Rodrigues Lima e Aldo Silva Arantes, todos do CC, onze deputados estaduais e quase uma centena de vereadores e prefeitos.

No início de 1983, realizou-se o VI Congresso do PC do B, passando o partido a advogar a implantação de um governo provisório, constituído por forças "patrióticas, democráticas e populares", capaz de impor um plano de "salvação nacional". A "salvação nacional" abrangeria a revogação das "leis arbitrárias", a garantia da liberdade política, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte com participação popular, a suspensão do pagamento da dívida externa - até que a nação em liberdade se pronunciasse a respeito -, o rompimento de todos os acordos com o FMI e a tomada de providências urgentes para avaliar as condições de vida do povo. O governo provisório seria obra de uma "Frente Democrática e de Unidade Popular", que, sob hegemonia da classe operária, congregaria as "forças democráticas e populares".

No seu trabalho de massa, o PC do B tem procurado incentivar o confronto entre populares e a ordem pública, tendo sido comprovada a sua responsabilidade em quebra-quebras, saques a estabelecimentos comerciais e invasões de terrenos urbanos e rurais.

Dando cobertura à sua atividade junto às massas, O PC do B tem vários militantes infiltrados na grande imprensa e na televisão. Edita um jornal legal, destinado às massas, "Tribuna da Luta Operária", um jornal para seus militantes, "A Classe Operária", e uma revista teórica legal, "Princípios", através dos quais difunde a orientação de seu Comitê Central, além das revistas "Presença da Mulher" — dirigida exclusivamente às mulheres — e "Debate Sindical".

No Movimento Operário Sindical, o PC do B passou a atuar no Conselho Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), hoje CGT, dominando ou infiltrando se em vários sindicatos, dando prioridade àqueles que tenham maiores possibilidades de exercer uma efetiva pressão de base sobre o Governo e as classes patronais.

No Movimento Estudantil, a tendência "VIRAÇÃO", sob inspiração do PC do B, destaca-se das demais, liderando as diretorias da UNE e da UBES.

Na área da juventude, constatando o vazio existente e o reduzido universo de jovens abrangido pelo Movimento Estudantil, os quais após a diplomação normalmente abandonavam a orientação e as lutas do partido, o PC do B criou a União da Juventude Socialista (UJS) - importante meio para o recrutamento de novos militantes - que vem, desde 1985, realizando anualmente o seu Congresso Nacional.

Nos Movimentos Populares vem concentrando os seus esforços em Associações de Moradores/Favelados e de Mulheres, controlando a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e inúmeras entidades femininas nas principais cidades do País.

No Movimento Religioso, o partido aproveita-se do trabalho do clero "progressista", principalmente nas áreas rurais, onde participa ativamente da insuflação de posseiros para a invasão de terras.

Uma das atividades consideradas mais "fechadas" do PC do

E é o trabalho militar, através do qual atua nas Forças Armadas e nas Polícias Militares. Existem indícios de que já ocorre infiltração nas FFAA, particularmente no Exército.

Finalmente, cabe ressaltar que o PC do B não abandonou a proposta da luta armada, mantendo, por questões táticas, o "trabalho de massa" como forma de atuação prioritária na atualidade, até que as condições objetivas e subjetivas, durante o processo revolucionário, permitam o desencadeamento de ações violentas, aí incluída a luta armada, conduzindo o País no rumo de uma "democracia popular".

MR-8

Em 1976, na França, o MR-8 realizou o seu I Congresso. Nas suas resoluções, a organização confirmou a linha política do "Pleno" de 1972, no Chile (5).

Apesar de continuar criticando o "revisionismo" do PCUS, a organização exaltava Cuba como "o primeiro grande passo da marcha dos povos latino-americanos rumo ao socialismo".

Durante o encontro foi eleito um Comitê Central para substituir a anterior Direção Nacional (DN), eleita no "Pleno" do Chile. Novos estatutos, nova estrutura de organização e o "Programa Socialista da Revolução Brasileira" (PSRB) foram pontos, também, da reunião da direção na França.

O PSRB, baseado claramente no Programa Socialista para o Brasil (PSB) – documento aprovado pela POLOP, em 1967, durante o seu IV Congresso –, preconiza a instituição de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores como etapa intermediária no caminho para a "ditadura do proletariado".

Enquanto as lideranças ditavam normas no exterior, o MR-8 procurava, através do Movimento Estudantil, reorganizar a vanguarda revolucionária, fazendo contatos com outras organizações que acreditavam numa alternativa proletária. Naquela ocasião, o "OITO" – como passou a ser conhecida a organização no seio das esquerdas – ligou-se com a OCML-PO, o MEP e a APML, buscando a reestruturação após a derrota militar (6).

---

(5) Publicadas na revista "Brasil Socialista" – impressa na Suíça – nº 9 de abril de 1977.

(6) Organização de Combate Marxista-Leninista da Política Operária (OCML-PO); Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP); Ação Popular Marxista Leninista ((APML).

ORVIL

Em 1978, novos elementos foram eleitos para o Comitê Central, durante uma Conferência Nacional, sendo aprovadas, na ocasião, resoluções sobre a Política de Organização, Construção Partidária e Política de Segurança.

No último trimestre de 1979, o MR-8 iniciou uma fase de expansão, fundindo-se com organizações menores, na busca do que considerava a reunificação dos comunistas.

Em outubro de 1979, durante a realização do II Congresso, foi formalizada a unificação com a Organização Comunista do Sul (OCS).

Nas resoluções do II Congresso, a "grande burguesia intimamente associada ao imperialismo" era assinalada como o principal inimigo da Revolução Brasileira. A reafirmação das posições do PSRB, aprovado no I Congresso, juntou-se, como instrumento de atuação revolucionária, a "Frente Popular", constituída pela classe operária e por setores avançados da população.

A possibilidade da luta armada não foi descartada pelo "Oito", como se pode depreender do entendimento de trechos das "Resoluções Políticas do II Congresso": "Se quisermos de fato nos livrar da ditadura - e não preparar o massacre das massas - precisamos ter claro; será preciso derrubar a ditadura pela força"; "Só um ingênuo ou um charlatão pode proclamar que nosso povo deve renunciar de antemão à luta armada, em função da possibilidade teórica de um desenlace pacífico para a revolução brasileira".

O crescimento da organização passou pela fusão com a Fração Operária Comunista (FOC) - um "racha" da OCML-PO -, em novembro de 1979, e, já em 1980, com o "Grupo Unidade", integrado por remanescentes da TL/ALN.

A partir de 26 de julho de 1981, o MR-8 ganhou condições de incrementar suas atividades no Nordeste, através da absorção do PCR, organização de forte influência naquela região. Por intermédio do dirigente do PCR, Edval Nunes da Silva, o "Cajá", e levado à posição de membro do CC, o MR-8 passou a ter uma maior penetração junto ao clero "progressista", ao qual "Cajá" estava intimamente ligado.

O repentino crescimento do MR-8 teve, em 1981, conseqüências desastrosas para a organização. As "organizações de fren-

ORVIL

te" - representadas por empresas comerciais, particularmente gráficas -, que sustentavam a estrutura clandestina da organização, entraram em decadência, resultante da incompetência administrativa e de malversação de recursos. A estrutura, inchada por diversas absorções, não pôde ser atendida financeiramente de forma satisfatória. As insatisfações cristalizaram-se em focos de contestação.

Em janeiro de 1982, quando o CC distribuiu as "Teses para o III Congresso", aguçou-se na organização um processo de cisão. Os dissidentes atacavam as teses, tachando-as de reformistas e estendiam suas críticas ao CC, acusado, dentre outros aspectos, por malversação de fundos, que estava conduzindo a organização a uma situação de insolvência.

Em agosto de 1982, foi realizado o III Congresso. Os dissidentes, em minoria no CC e no Secretariado Nacional, foram derrotados e as teses aprovadas. O MR-8 passava a defender uma "Revolução Nacional e Democrática", ao invés da "Revolução Democrática e Nacional". A inversão dos adjetivos representava uma ênfase ao nacional, justificada por serem os "interesses externos" os responsáveis pelo caráter não democrático do regime político no Brasil. Segundo o MR-8, "a ruptura com o imperialismo criaria condições para um surto capitalista que criaria condições objetivas para o avanço da democracia política".

Para a "Revolução Nacional" seria necessário atrair os setores nacionais, particularmente a burguesia e as Forças Armadas. O MR-8, substituindo a "Frente Popular", aprovada no II Congresso, pretendia unir a grande maioria das forças sociais e políticas do País numa ampla "Frente Nacionalista Anti-Imperialista".

Os dissidentes não aceitaram as resoluções do III Congresso e ironicamente, através do jornal clandestino, "Unidade Proletária", atacavam o CC e suas posições reformistas. O agravamento do problema econômico tornou mais tenso o clima na organização. Termos como: "trambique", "calote" e "trapaça" cortavam os ares acrescentados à terminologia marxista-leninista, emoldurando um conflito típico, característico do "capitalismo decadente".

Os protestos dos dissidentes ganharam força e, no início de 1983, grande parte dos Comitês Regionais do Rio de Janeiro, Paraná, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará,

ORVIL

Piauí e Pará engrossava as fileiras dos descontentes.

No Comitê Central, Franklin de Souza Martins e Carlos Alberto Vieira Muniz - candidatos derrotados a deputado federal nas eleições de novembro de 1982 - lideravam, em minoria, a dissidência. O Secretário Geral do MR-8, Cláudio Cardoso Campos, em maioria no CC, mantinha as posições aprovadas no III Congresso.

A crise teve a solução previsível. Os dissidentes, à revelia do CC, convocaram, extraordinariamente, o IV Congresso do MR-8, realizando-o, em julho de 1983, no Rio de Janeiro. Durante o conclave, decidiu-se considerar extinto o MR-8 e aprovar o ingresso individual de todos os dissidentes no PCB. O MR-8 sofria um grande baque com a perda de cerca de cinqüenta por cento de seus militantes.

Em seguida ao "racha", a organização participou de discussões sobre a unificação da atividade sindical. Antepondo-se à manobra do PT, o MR-8 não participou da fundação da CUT, em São Bernardo, em agosto de 1983, classificando a iniciativa como divisionista. Em novembro do mesmo ano, participou da fundação da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), hoje CGT, aliando-se ao PCB e ao PC do B.

No Movimento Estudantil atua, também, em "frente" com o PCB e PC do B, não possuindo, isoladamente, qualquer expressão.

Nos Movimentos Populares possui grande influência em associações de bairros e em entidades femininas, como as Federações de Mulheres de quatro importantes Estados da Federação: São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná.

Na área política, assim como seus parceiros o PCB e o PC do B, encontra-se infiltrado no PMDB e, ao abrigo desta legenda, elegeu em 1982 quatro deputados federais: José Fogaça (RS), Júnia Marize (MG), João Cunha (SP) e Sérgio Manoel da Cruz (MG).

Em âmbito internacional, além de manter freqüentes contatos com o governo cubano, o MR-8 reviu, desde o II Congresso, em 1979, a sua posição crítica em relação ao PCUS. Mantendo, em nível elevado, seu relacionamento com Cuba e Moscou, a organização iniciou uma intensa troca de informações com o governo sandinista da Nicarágua, tornando-se ardorosa apologista de seu modelo político.

Embora não possa ser descartada, não há indícios de que o

ORVIL

MR-8 pretenda utilizar já a luta armada. Entretanto, a possibilidade de ações radicais por parte dos militantes do "Oito" deve ser sempre considerada (7).

PRC

No final de 1980, eram expulsos do PC do B os dissidentes que criticavam a experiência guerrilheira do Araguaia e a etapa "nacional-burguesa" da revolução. Os expulsos, concentrados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Paraná, passaram a considerar-se marxistas-leninistas, discordando do trotskismo e do stalinismo e combatendo o revisionismo conteporâneo - representado pelas orientações emanadas do PCUS -, a social democracia e o maoísmo.

Os dissidentes, inicialmente conhecidos como "ala Crítica", após expulsos, passaram a ser chamados de "A Esquerda do PC do B". A "Esquerda do PC do B" ingressou em grande parte no PT, apoiando a criação da CUT. No Movimento Estudantil, passou a disputar espaço e influência, agrupando-se na tendência "Caminhando".

No dia 21 de janeiro de 1984, a "Esquerda do PC do B" concluiu o seu I Congresso, com a fundação do Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Nas Resoluções de seu Congresso de Fundação, o PRC fez uma avaliação crítica dos partidos e organizações de esquerda. O PCB foi rotulado de "corrente degenerada e de prestígio decrescente", mas possuidor do controle de ponderáveis setores das massas; o MR-8, classificado de "nacionalista", foi criticado por promover a "atração do proletariado à união nacional para retomar o desenvolvimento do capitalismo"; o PC do B, desacreditado por sua política pendular entre a aliança com a burguesia e a radicalização das massas, era acusado de adotar uma postura direitista, escolhendo, na maior parte das vezes, a primeira opção; o PT, apesar de acolher o PRC, era avaliado como um partido reformista por pregar a ascenção dos trabalhadores ao poder dentro de uma ordem burguesa, abrigando em seu seio as correntes trotsquistas.

Apesar da crítica aos partidos e organizações de esquer-

---

(7) Seu dirigente máximo Cláudio Cardoso Campos, candidato a deputado federal por São Paulo, seu reduto eleitoral, não foi eleito, tendo obtido 17.109 votos.

ORVIL

ORVIL

da, o PRC demonstra intenção de lutar pela direção nas lutas conjuntas com o PT e o PCB, visando a esclarecer as massas sobre o caminho mais conseqüente das lutas populares.

No interior do PT, o PRC propõe a formação de uma tendência à esquerda, admitindo a inclusão de setores avançados do PMDB, do PDT e independentes.

Após o I Congresso, o PRC difundiu o "Manifesto à Classe Operária, consubstanciando sua linha política e princípios aprovados no conclave. O partido assumiu uma postura radical, defendendo a "violência revolucionária das massas". Sua estratégia difere das demais OS da esquerda revolucionária, aproximando-se da linha trotsquista. Ao invés de um "Governo Democrático Popular", onde a pequena burguesia ainda está presente, pretende erigir um "Estado Democrático Operário e Popular", sobre os "escombros do estado burguês", assemelhando-se ao atual Estado nicaragüense. Na "Democracia Operária e Popular" começaria a ser aplicado um programa mínimo que evoluiria até o socialismo, sem etapa intermediária. Para a constituição do novo poder "democrático, operário e popular", o PRC concita o proletariado a se colocar na frente do movimento, mantendo total independência política em relação à burguesia e rechaçando a conciliação patrocinada pelas "classes dominantes". A estatização de grandes empresas capitalistas e a expropriação dos grandes latifúndios, a serem pulverizados numa reforma agrária radical, são tarefas prioritárias do "Estado Democrático Operário Popular". O rompimento com o FMI e o não pagamento da dívida externa representariam a eliminação da dominação imperialista.

O PRC, através de seu manifesto, declarou-se na clandestinidade, por julgar suas posições irreconciliáveis em relação ao capitalismo, à burguesia e ao estado.

Apoiando-se no PT, onde se filiou a maioria de seus militantes, o PRC não se constrangeu de utilizar o PMDB, nas áreas onde aquele partido não estava estruturado. Na Câmara dos Deputados o partido possui dois representantes: José Genoino Neto (PT/SP) e Victor Buaiz (PT/ES), tendo conseguido, também, uma importante prefeitura e alguns vereadores em diferentes Estados.

No Movimento Operário e Sindical, alinha-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mesmo apoiando a CUT, o PRC propõe a reunificação do movimento sindical, através de um amplo entendimento com a CGT, sem abrir mão de seus princípios.

Apesar de ser um partido relativamente novo, o PRC vem-se destacando pela radicalização de suas idéias e pela violência.

A análise de sua linha política demonstra que, se ainda não decidiu partir para a luta armada, já está numa postura eminentemente ofensiva, preconizando o "rompimento da legalidade" e a implantação de um Estado Democrático Operário e Popular.

PCBR

Desmantelado no final de 1973, o PCBR ganhou alento com o retorno de dirigentes, como Antônio Prestes de Paula e Apolônio Pinto de Carvalho que se encontravam exilados. Acobertados pela anistia e infiltrados no PT, esses elementos reagruparam, sob a antiga sigla, um núcleo de militantes, acrescido de novos prosélitos.

Em março de 1979, a organização, procurando reencontrar sua identidade, difundiu um documento em que definia sua postura frente ao PT, visualizando-o como um partido de massas. O PCBR antevia a ocorrência de confronto dentro do PT, preparando-se para lutar contra a facção que pretendia a "social-democratização" do partido, bem como contra os "doutrinaristas" que intencionavam transformá-lo em "Partido Revolucionário da Classe Operária". A organização entendia que um partido revolucionário seria composto, exclusivamente, por comunistas, o que não seria o caso do PT.

Em seu trabalho de reorganização, o PCBR conseguiu implantar estruturas orgânicas clandestinas nos Estados de Pernambuco, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em agosto de 1980, um dos líderes nacionais do PCBR, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, lançou em Recife o jornal alternativo "O Povão", veículo divulgador das posições políticas da organização.

Dentro do PT, considerado como um partido tático ou uma "frente", o PCBR adotou sempre posturas agressivas, propugnando por uma "ruptura popular" ao invés de um projeto de "transição liberal". Para tal, posicionou-se contra a Constituinte – considerada um processo de transição burguesa – e contra um pacto social, optando pela conquista da iniciativa política pelo movimento popular, através de grandes mobilizações de massas que

ORVIL

desaguariam numa greve geral.

A reestruturação do PCBR teria de se afirmar pelo consenso de um Congresso. Desta forma, em julho de 1985, na cidade de Feira de Santana, ocorreu o II Congresso do PCBR, o "Congresso Mário Alves". As aprovações dos estatutos da organização e de diversas questões foram referendadas pela presença de setenta delegados dos diversos comitês subordinados.

Pelos estatutos, o PCBR definia a Revolução Brasileira como antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária, de caráter popular, para a implantação do "Governo Popular Revolucionário" (GPR). O GPR, expressão do poder popular, seria formado pelo proletariado urbano, pelos assalariados agrícolas, pelas massas camponesas sem terra, pelos estudantes e intelectuais, pelas camadas médias da população - empregados no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes e artesãos - e por todos aqueles oprimidos pelo regime. A burguesia e os militares são vistos como inimigos a serem destruídos para a implantação do governo popular.

O boletim "O Comunista Revolucionário", órgão de divulgação do CC/PCBR, publicou as resoluções do II Congresso, onde está implícita sua orientação sobre a luta armada. Preconizando a criação do Exército Popular para o enfrentamento das classes dominantes, o PCBR visualiza o caminho da revolução como sendo o da "Guerra Popular Prolongada", embora não seguindo o modelo chinês de cerco da cidade pelo campo. O conflito deverá se desenvolver como uma guerra combinada campo-cidade, sob a direção política da classe operária urbana.

Prosseguindo nas resoluções, o PCBR, além de fazer autocrítica da linha revolucionária militarista adotada anteriormente, reconheceu a inexistência, naquele momento, de condições básicas para passagem à luta armada. Reconheceu a necessidade de realizar um trabalho de educação das massas, para prepará-las para o desembocar da violência revolucionária.

Para viabilizar o processo, o PCBR vislumbra como prioritária e fundamental a construção do partido revolucionário. Dando seqüência a esse pensamento, o partido difundiu as "Teses para a Construção do Partido Revolucionário", onde, num total de dez itens, expôs suas posições sobre o assunto.

Refletindo sobre as declarações de um líder nacional do

ORVIL

PCBR, pode-se inferir que a organização possui dois segmentos bem definidos. O primeiro atua politicamente, com exclusividade nos movimentos operário, estudantil e popular. O segundo, totalmente desvinculado do primeiro, é empregado em ações extraordinárias.

Pode-se concluir, também, pela existência de militantes fixados em áreas pré-selecionadas no interior do país, desenvolvendo o trabalho revolucionário no meio rural. Para a manutenção dessa estrutura, o PCBR, tendo em vista a insuficiência de fundos arrecadados por seus militantes, partia para a realização de ações armadas. Tal expediente foi adotado a partir do fracasso da organização em conseguir auxílio internacional, negado por Cuba – na ocasião em vias de restabelecer relações diplomáticas com o Brasil –, pela Nicarágua, pela FMLN/El Salvador e pela Líbia (8).

O frustrado assalto ao posto de serviço do Banco do Brasil da Universidade Federal da Bahia, no dia 11 de abril de 1986, inseria-se no contexto da luta do PCBR para o sustento de sua estrutura clandestina. A prisão de cinco militantes da organização, todos filiados ao PT, durante a tentativa do assalto e a posterior detenção de Antônio Prestes de Paula, também envolvido na ação, esclareceram outras atividades criminosas da organização, como o assalto à agência do Banco do Brasil de Cachoeira, na Bahia, ocorrido um ano antes.

O documento "A situação do desemprego em São Paulo – I Parte", encontrado na residência de Antônio Prestes de Paula, em São Paulo, preconiza a realização de "ações globais" de cunho radical, desenvolvidas por desempregados, liderados por militantes da organização. O texto apregoava, ainda, a execução de ações tipo guerrilha urbana para a obtenção de fundos, estágio que caracterizaria o ingresso da organização no que chamavam de "Luta Armada Clandestina".

Os assaltos ocorridos na Bahia refletiram a orientação da organização e não a iniciativa isolada de seus militantes.

Embora não possua uma influência decisiva no PT, reflexo do, ainda, reduzido número de militantes, o PCBR, impulsionado por sua postura inflexível e aliado a outras organizações que

---

(8) FMLN – Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional.

ORVIL

adotem posição semelhante, poderá contribuir para a radicalização do processo político, respaldado, inclusive, pela eleição de um seu militante, Eduardo Jorge Martins Alves, para deputado federal da Assembléia Constituinte.

MCR

No dia 1º de outubro de 1985, foi constituído o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) pela fusão do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) com a Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B) e a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP) (9). O evento, marcado por um Congresso de Fundação, representou o coroamento de um processo de discussões entre as organizações, desenvolvido durante um ano e meio.

Em seu "Manifesto de Fundação", o MCR assinalou o seu surgimento como o marco do início da reversão do fracionamento e dispersão da esquerda revolucionária brasileira.

De seu primeiro documento, veículo emanador de suas orientações políticas, depreende-se que o MCR, reconhecendo a insuficiente conscientização do proletariado brasileiro, previu um longo processo de acumulação de forças no processo revolucionário. A Organização concluiu, "pela análise da formação social brasileira", que o caráter da revolução é socialista, em razão do desenvolvimento das relações de produção capitalista existentes na cidade e no campo.

Dando continuidade ao seu posicionamento político, o MCR colocou-se contra aqueles que vislumbram a burguesia como força revolucionária, interessada na "democratização da sociedade e no combate ao imperialismo". Contudo, pragmaticamente, aceitou a efetivação de reformas sociais, eventualmente proporcionadas pelo regime burguês, como do interesse dos trabalhadores. Afastando-se da "acomodação reformista", a organização propugnou pelo rompimento revolucionário com a ordem burguesa, como a solução para a "miséria, a opressão e a exploração do povo brasileiro".

O objetivo revolucionário seria a implantação do "Governo dos Trabalhadores", representação do poder operário popular sob hegemonia do proletariado, a ser atingido pelo enfrentamento po

---

(9) A OCDP surgiu no final da década de 70, formada por militantes provenientes da agonizante Ação Popular (AP).

ORVIL

lítico e militar, com base nos órgãos de poder criados pelas massas trabalhadoras.

Na sua aversão à "dominação burguesa", o MCR posicionou-se contra o governo da "Nova República", apoiando o fortalecimento da CUT e do PT, considerados canais privilegiados para a expressão das oposições operária e popular na luta política. Dentro desta linha, opôs-se a um "pacto social", à Reforma Agrária, "submissa ao poder e ao terrorismo dos fazendeiros" — preconizando-a sob o controle dos trabalhadores —, e o Congresso Constituinte, pleiteando uma Assembléia Nacional Constituinte, convocada com o fim único de elaborar uma nova Constituição.

Como a maioria das organizações enquistadas no PT, o MCR apoiou o rompimento dos acordos com o FMI e o não pagamento da dívida externa.

Para o êxito da revolução, a organização apontou a necessidade de criação de um partido revolucionário, reconhecendo a inexistência deste instrumento no País. Este empreendimento teria como tarefas prioritárias a unificação dos comunistas revolucionários e o aprofundamento dos laços da esquerda com o movimento de massas, visando a orientá-lo.

Finalizando, o MCR, reconhecendo a falta de uma teoria definitiva sobre a revolução brasileira, deixou o assunto em aberto, dispondo-se a discuti-lo com outras correntes que raciocinassem da mesma forma.

Apoiando-se nas estruturas existentes das três organizações que lhe deram origem, o MCR articulou-se nos Estados do Pará, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, unificando a atuação das três matrizes no PT e na CUT.

Em maio de 1986, com a responsabilidade da editora a cargo do militante Luiz Arnaldo Dias Campos, do Rio de Janeiro, o MCR lançou o seu jornal "Nova Luta", mensário de circulação nacional destinado às massas.

Apesar de ter surgido há pouco tempo no seio das esquerdas, o MCR tem se destacado por sua postura radical, colocando-se à esquerda do PT e pronto a apoiar ações extremadas. A tendência "Semeando" do movimento educacional do Pará, conduzida pelo MCR, exemplifica sua orientação, patrocinando, incentivando e assumindo a responsabilidade por atividades de quebra-que-

ORVIL

bras e outras posturas de enfrentamento.

3. A linha trotskista

Desde a morte de Trotsky em 1940, a IV Internacional fracionou-se em diversas organizações, seguindo os vários ideólogos que compunham a sua direção. Isto ocorreu, segundo os trotskistas, como conseqüência da "liberdade das tendências e frações" preconizada por Trotsky, explicação que não nos parece coerente, já que essa "liberdade" deveria concorrer exatamente para evitar a criação de novas organizações, acomodando as divergências no seio delas.

"Tendência", segundo o entendimento trotskista, é um setor organizado dentro de um partido, o qual mantém divergências com a direção majoritária. A partir do momento em que a "tendência" coloca-se como alternativa à direção, ela transforma-se em "Fração". A "Fração" constitui-se como direção dentro do partido e seus militantes passam a ter sua própria organização e estrutura, sem sair do partido. A "fração" defende não só uma determinada política, mas também busca tornar-se direção ou obter uma direção para o partido que a aplique. Normalmente, a fração desliga-se da organização original.

Além de encontrarmos neste trabalho as causas da atomização das esquerdas, verificaremos que a "liberdade trotskista" incentiva o divisionismo, tornando-se uma das características das organizações trotskistas não apenas a nível nacional mas também internacional, como veremos a seguir.

Convergência Socialista

A Convergência Socialista (CS) teve origem, em 1973, no Chile, quando exilados brasileiros criaram o grupo "Ponto de Partida" (PP). Retornando ao Brasil em 1974, esses elementos ligaram-se a militantes de São Paulo da Fração Bolchevique Trotskista (FBT), assumindo a denominação de Liga Operária (LO).

Internacionalmente, a LO ligava-se à Fração Leninista Trotskista (FLT), um dos diversos centros de irradiação do trotskismo, recebendo a orientação de Hugo Miguel Bressano, mais conhecido como "Nahuel Moreno".

Inicialmente, segundo resoluções de seu II Congresso, em

ORVIL

1975, a organização resolveu concentrar forças no Movimento Estudantil e no Movimento Operário do Rio de Janeiro e de São Paulo. A penetração no setor operário foi tentada com a transferência de estudantes para o trabalho nas fábricas, em razão da ausência, quase total, de trabalhadores nos quadros da LO.

À semelhança do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina, principal seção nacional da FLT, a LO transformou-se, em julho de 1977, em PST.

Buscando ampliar sua atuação, limitada, até então, pela clandestinidade, o PST lançou e registrou em cartório o Movimento Convergência Socialista, entidade civil com personalidade própria. O movimento, que passou a ser conhecido como Convergência Socialista (CS), tinha como objetivo aglutinar militantes e setores para a formação de um Partido Socialista. O gesto audacioso rendeu dividendos, provocando o crescimento da organização que, em agosto de 1978, realizou uma Conferência em São Paulo, com a presença do seu dirigente máximo, o argentino "Nahuel Moreno".

A popularidade da CS, que passou a editar um jornal do mesmo nome, eclipsou a sigla PST, causando o seu abandono a partir do congresso realizado em outubro de 1979. Este evento gerou muitas polêmicas, pois foi considerado, ao mesmo tempo, o IV Congresso da LO, o III Congresso do PST e, ainda, a 1ª Conferência da CS.

Naquela ocasião, iniciaram-se as discussões para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e aproximação da CS com a Organização Socialista Internacionalista (OSI), outra organização trotskista. Apesar de possuírem posições semelhantes e de unificarem seus trabalhos nos sindicatos, através de um Comitê de Iniciativas, as duas organizações afastaram-se, refletindo desavenças dos respectivos centros irradiadores internacionais, numa demonstração de subserviência a ditames alienígenas.

Em 1983, a CS mudou de nome para "Alicerce da Juventude Socialista" (AJS), em razão do crescimento de sua participação no Movimento Educacional, onde sobressaía, no setor secundarista, a tendência "Alicerce". Como a tendência havia se imposto em congressos estudantis e crescido a nível nacional, a organização pretendia capitalizar o seu prestígio e organizá-la como partido. Objetivos conjunturais e imediatistas provocavam as

ORVIL

ORVIL

quedas das siglas.

Dentro do PT, o AJS iniciou o combate à direção partidária, acusando-a de torná-lo um "partido eleitoreiro" sob a influência da "Social Democracia e da Igreja". No meio sindical, o AJS colocou-se no bloco dos "autênticos" e apoiou a criação da CUT, sendo apologista da Greve Geral, com os objetivos declarados de colocar em xeque o capitalismo no Brasil.

No início de 1984, o AJS, em seu VIII Congresso, resolveu retornar ao nome Convergência Socialista (CS). A nova mudança foi determinada pela ascensão dos trabalhadores e a efervescência do movimento sindical, deslocando o ponto focal do movimento de massas para o movimento operário. A organização deixava de ser a entidade da juventude para transformar-se num organismo político ligado à classe operária, assumindo a postura de "ala socialista" da CUT e do PT.

Considerada de maior expressão dentre as organizações trotskistas, a CS conseguiu se estruturar em treze Estados, atuando de forma mais intensa em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

As diretrizes da direção nacional da CS são transmitidas pelo jornal semanário "Convergência Socialista", pela revista "Correio Internacional" - escrita em espanhol - e pelo "Boletim Interno". A formação de seus militantes e a sua preservação ideológica baseiam-se nos "Cadernos de Formação". Todas as publicações são colocadas à venda e, juntamente com as contribuições de seus militantes, constituem as fontes de recursos da organização.

Vinculando-se atualmente à Liga Internacional dos Trabalhadores/IV Internacional (LIT/IV) - evolução da FLT provocada pelos permanentes choques dentro do trotskismo internacional -, a CS mantém estreito relacionamento com o "Movimento ao Socialismo" (MAS) argentino, facção do PST ligada à LIT/IV.

Pretendendo a transformação do PT em partido revolucionário, a CS esforça-se para assumir o controle de sua direção nos diversos níveis.

Frustrada estas ambições, a CS não conseguiu eleger militantes nas eleições de 15 de novembro de 1986, atualmente contenta-se em apoiar as posições do PT na Constituinte, dando ênfase ao rompimento com o FMI e à suspensão do pagamento da dívi da externa.

Por orientação da LIT/IV, a organização, no início de 1986, remeteu para a Nicarágua recursos provenientes de uma campanha para auxiliar a luta daquele país contra a "intervenção norte-americana".

Ao contrário da maioria das organizações de esquerda, que recebem recursos do exterior, a CS contribuiu com recursos financeiros para a LIT/IV.

Fiel aos princípios de Trotsky, a organização preconiza a luta armada para a conquista do poder, através da constituição de milícias operárias e populares e de ações de autodefesa do proletariado. Julgando que o momento era oportuno, a CS colocou em prática esses princípios em 1985 quando, além dos "piquetes de porta de fábrica", sindicalistas filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SP, infiltrado por essa OS, organizaram um grupo de cerca de 300 homens, autodenominados "Milícia Metalúrgica" que pretendia, conforme anunciou, ser "uma resposta da categoria à intimidação policial e à repressão promovida pelas indústrias contra os grevistas". O fato teve ampla repercussão na imprensa em 1985. Essa atuação, insere-se, na verdade, no que foi preconizado por Trotsky, em seu "Programa de Transição", ao abordar os Piquetes de Greve, os Destacamentos de Combate, a Milícia Operária e o Armamento do Proletariado.

Para o trotskismo, os "piquetes de greve" são as células fundamentais do exército do proletariado. A partir deles, e por ocasião de cada greve e de cada manifestação de rua, os trotskistas propagam a idéia da necessidade de criação de "destacamentos operários de autodefesa", inscrevendo esta palavra de ordem no programa da "ala revolucionária" dos sindicatos e criando tais destacamentos em todos os lugares possíveis, a começar pelas "organizações de jovens", conduzindo-os no manejo das armas. A etapa seguinte será a de unificação dos citados destacamentos nos bairros, cidades, regiões, estruturando-os em "milícias operárias", até que o estado, como definia Engels, passe a se constituir num "destacamento de pessoas armadas". O "armamento do proletariado" será o elemento constituinte indispensável, segundo Trotsky, de sua luta emancipadora. Com o objetivo de desagregar o Exército, considerado "o instrumento fundamental da

ORVIL

repressão", apregoa o tratamento justo aos soldados, visando a neutralizá-los ou a ganhá-los para seus quadros.

Consciente de sua pequena representatividade, a CS optou por continuar como entidade civil, atuando no interior do PT, com o objetivo de transformá-lo no partido revolucionário.

ORM-DS

O Partido Operário Comunista-Combate (POC-C), em dezembro de 1978, transformou-se em Núcleo Combate Brasileiro (NCB). Esta facção da esquerda brasileira estava ligada ao Secretariado Unificado da IV Internacional, desde quando militantes do antigo POC aproximaram-se do trotskismo, em 1971, no Chile.

A partir do início de 1979, o NCB passou a defender a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), dentro da proposta apresentada pela Convergência Socialista (CS) no IV Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizado na cidade de Lins.

Em março de 1980, durante a realização de um congresso, adotou a denominação de Democracia Socialista (DS). A DS absorveu, em agosto de 1981, a Organização Revolucionária Trotskista (ORT) (1), e, em novembro do mesmo ano, assumiu a atual denominação de Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS).

Desde 1977, com o início da publicação do jornal "Em Tempo", a organização passou a contar com um veículo de divulgação do pensamento e das diretrizes de sua direção. Mais tarde, passou a divulgar a revista "Perspectiva Internacional" e o "Boletim Interno", os quais, ao lado do jornal, constituem os elos de ligação do atual Secretariado Nacional com o restante da organização.

Em 1982, em seu processo de crescimento, a ORM-DS foi reforçada pela fusão com o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB), dissidência de outra organização ligada à IV Internacional, a Organização Socialista Internacionalista (OSI).

Com o ascenso do Movimento Operário e Sindical (MOS) a organização progrediu, articulando-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, particularmente nas capitais. Em Porto Alegre, existe uma estreita ligação com o PCBR, representado pelo grupo "Ponto de Vista".

---

(1) ORT - um "racha" da CS ocorrido em 1977, conhecido anteriormente como Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

ORVIL

Considerando o proletariado como classe dirigente da revolução, a ORM-DS passou a atuar prioritariamente no movimento sindical, relegando o Movimento Educacional (M Ed) a um plano secundário. Na área rural, prega as idéias defendidas pela Igreja, propagando a idéia de uma reforma agrária radical. No sul do País, sua atuação no meio rural ocorre por intermédio do grupo "Terra gente".

A ORM-DS, assim como a CS, pretende transformar o PT em "partido revolucionário", através do assalto à cúpula da entidade por parte dos trotskistas. Entende-se que o "partido do Lula" é o principal resultado do desenvolvimento da luta da classe operária, embora não possa, ainda, ser considerado um partido revolucionário. Esta evolução dar-se-á quando uma organização marxista revolucionária assumir a direção partidária e quando houver a modificação da correlação de força do MCS para a esquerda, resultado do ascenso das lutas operárias e da conseqüente radicalização das massas.

Dessa forma, a ORM-DS vem tentando crescer no interior do PT, aliando-se com outros grupos e correntes. Em janeiro de 1985, foi tentada, sem sucesso, uma fusão com a OCDP, o MEP e a AV do PC do B que acabaram se unindo sob a sigla MCR. Atualmente, possui seis militantes dentre os sessenta e dois membros efetivos da Comissão Executiva Nacional do PT e um entre os vinte e um suplentes.

Dentro de sua clandestinidade, a organização apresenta a particularidade de um extremo zelo com a sua segurança orgânica. Adotando rígidas medidas de defesa da estrutura, realizou o seu último congresso de forma fragmentada em diversos locais. Além da utilização de códigos e codinomes, é imposto um período de dois anos de observação para que o simpatizante seja aceito como militante.

Atualmente, a ORM-DS permanece vinculada e dependente ideologicamente do Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, constituindo-se na seção brasileira desse ramo do trotskismo mundial, cuja sede encontra-se em Bruxelas, na Bélgica. Durante a realização do XII Congresso do SU, no início de 1985, na Argentina, foram eleitos três militantes da organização para integrar os seus organismos de direção internacional.

Politicamente, a atuação da organização ocorre através do

PT. Respaldada pela legenda, conseguiu eleger para a Assembléia Constituinte os militantes Paulo Renato Paim Bolzani, do Rio Grande do Sul, e Virgílio Guimarães de Paula, de Minas Gerais. Na Constituinte, defende um programa socialista de transformação da sociedade, ressalvando que a participação do PT não deve significar reconhecimento ou legitimidade da constituição que for aprovada.

No III Congresso, em junho de 1986, a ORM-DS reafirmou seus propósitos, permanecendo, entretanto, sem definição o "caráter da revolução brasileira" e a aplicação da tática da "Frente Única Revolucionária" (FUR). Resolveu-se que as discussões sobre essas questões seriam aprofundadas até a realização do IV Congresso.

Após o II Congresso da CUT, no início de 1986, foi realizada uma avaliação do poder de influência das tendências no interior da entidade, concluindo-se que a organização, em aliança com o PRC, o MCR e o PCBR, possuía 40% de prestígio, contra 50% dos "sindicalistas" e 10% da CS, organização considerada sectária pelas demais.

A preocupação com a formação e o aprimoramento de seus militantes levou a ORM-DS a realizar cursos em Porto Alegre e São Paulo. Encontram-se em funcionamento os cursos para militantes, de chefia e de comandos. Os militantes formados pelos cursos de comandos são considerados "especiais" e destinados à atuação em todas as concentrações como organizadores da ação e como responsáveis pela segurança dos demais companheiros. Os "militantes especiais", apesar de retornarem às suas células originais, passam a ser subordinados diretamente ao CC.

A ORM-DS, como todas as entidades trotskistas, assume uma postura radical advogando a luta armada e a violência revolucionária como instrumentos para a tomada do poder. Em seu III Congresso, além de reafirmar suas posições, definiu a época atual como sendo a "segunda etapa da revolução do proletariado" (SIC), vaticinando para breve o "confronto armado entre governo e trabalhadores".

O Trabalho para Reconstrução da Quarta Internacional (OP/QI)

Em 1975, remanescentes da PRT juntaram-se com a Organização pela Mobilização Operária (OMO) e com o Grupo Outubro e constituíram a Organização Marxista Brasileira (OMB). Em outubro de 1976, a OMB fundiu-se com a Organização de Combate 1º de Maio (OC-1º de Maio), uma dissidência do PORT, formando a Organização Socialista Internacionalista (OSI).

A OSI, em julho de 1978, sofreu uma defecção com a saída de um grupo que iria constituir o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB).

Avançando no setor estudantil, a organização conseguiu prestígio através da intensa atividade exercida por sua tendência universitária Liberdade e Luta "Libelu", nome pelo qual passou a ser conhecida. Passou a publicar o jornal "O Trabalho", procurando difundir o seu ideário e buscando aproximação com a massa trabalhadora.

No movimento sindical, inicialmente, a OSI defendeu a participação nos sindicatos. A partir de 1978, vendo-os como "instrumentos da classe dominante" e como "obstáculos às mobilizações e organizações operárias", passou a propagar a idéia da constituição de oposições sindicais e de comissões de fábricas, como alternativa ao sindicalismo oficial, no caminho da construção do "Sindicato Livre". Tal posicionamento, somado a uma crítica inicial à criação do PT, acusado de ser mais um partido burguês, provocou, em abril de 1979, mais um "racha", com a saída do grupo que iria formar a Organização Quarta Internacional (OQI).

No plano político, a OSI lutava pela construção do "Partido Revolucionário Independente dos Trabalhadores". A crítica inicial ao PT evolui, já em 1980, para uma posição de apoio, pautada na constatação de que o partido adotava uma política independente, subordinada aos interesses das massas.

A organização, desde sua constituição, havia se filiado, internacionalmente, ao Comitê de Organização para Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI) que, mesmo com o "racha" da Fração Bolchevique (FB), em dezembro de 1981, manteve-se sob a orientação de Pierre Lambert, abrigada, a partir de então, sob a sigla da Quarta Internacional - Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR).

Em maio de 1984, na sede do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, por ocasião do seu VII Congresso, a OSI passou a denominar-se Fração Quarta Internacional do Partido dos Trabalhadores (FQI-PT). A modificação deveu-se ao pensamento da direção

ORVIL

de que só criaria um partido revolucionário se atuasse integralmente dentro do PT, como fração politicamente independente.

A organização centraliza sua direção através de uma Coordenação Nacional de cinqüenta membros e está representada em treze Estados, atuando, prioritariamente, na área sindical e no movimento popular. O trabalho no movimento educacional foi relegado a um segundo plano, apesar de sua origem essencialmente estudantil.

O jornal "O Trabalho" foi transformado em revista e sua publicação é responsabilidade da Livraria Palavra Editora Ltda, empreendimento comercial da organização, localizado em São Paulo. Além disto, são publicadas, em português, seleções de textos da revista "Tribuna Internacional", enviada pelo QI-CIR.

A FQI, na escalada para transformar o PT em partido revolucionário, conseguiu, durante a realização de um encontro partidário, em abril de 1986, em São Paulo, a aprovação de uma proposta, reconhecendo como legítimas as correntes e tendências existentes dentro do partido. Propôs, ainda, o debate e a regulamentação dessas correntes no próximo Encontro Nacional, a ser realizado em 1987.

Em setembro de 1986, durante o seu IX Congresso, a FQI passou a se denominar "O Trabalho para Reconstrução da Quarta Internacional" (OT/QI), declarando-se uma corrente política dentro do PT, aguardando o seu reconhecimento e sua regulamentação pelo partido. Demonstrando sua disposição de acatar todas as decisões da direção petista, transformou a revista "O Trabalho" em boletim interno, destinando-o, exclusivamente, para militantes.

As lutas e manobras políticas, para controlar o PT e transformá-lo em partido revolucionário, visam à tomada do poder e à transformação da sociedade, tendo a OT-QI, de acordo com sua inspiração trotskista, eleito a luta armada e a violência como instrumentos preferenciais da ação revolucionária.

Organização Quarta Internacional (OQI)

Em janeiro de 1979, as organizações trotskistas "Política Obrera", da Argentina, e o "Comitê de Enlace de Militantes Trotskistas", do Chile, foram expulsos do, então existente, "Comitê de Organização para Reconstrução da Quarta Internacional (CORQI),

ORVIL

ao qual era filiada a "Organização Socialista Internacionalista" (OSI).

Em abril de 1979, as correntes expulsas e outros setores descontentes no interior do CORQUI criaram, a nível internacional, a "Tendência Quarta Internacional" (TQI).

Os desentendimentos nos centros irradiadores internacionais refletiram na OSI, resultando no surgimento da "Tendência Trotskista" (TT). A TT, recusando a orientação para a criação de "sindicatos livres", advoga a participação dos militantes nos sindicatos oficiais, incentivando a luta pelos seus controles, buscando torná-los mais combativos. As divergências acentuaram-se quando a direção da OSI posicionou-se, inicialmente, contra a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto a TT defendia a sua fundação.

Os desentendimentos internos na OSI culminaram com a expulsão da TT que, em meados de 1979, fundou a "Organização Quarta Internacional" (OQI). A nova organização filiou-se, internacionalmente, à recém-criada "Tendência Quarta Internacional" (TQI), dirigida pelo ideólogo Guilherme Lora.

A OQI passou a publicar o jornal "Causa Operária", porta-voz de suas posições políticas, propagando a luta por um "governo operário camponês" e pelo socialismo. A imprensa da organização é completada pela revista "Internacionalismo", veículo da orientação da TQI que passou a aparecer como um encarte do jornal "Causa Operária".

A organização não conseguiu grande expressão no seio do trotskismo, tendo se estruturado em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Assim como as demais organizações trotskistas, atua politicamente no PT e no meio operário sindical através da CUT. No movimento educacional, relegado a um segundo plano, desenvolve suas atividades através da tendência "Política Independente".

Seu apoio ao PT é crítico, por considerá-lo de base social pequeno-burguesa e não operária. Assume, desta forma, uma postura "obreirista", chegando a discriminar setores trabalhadores que não sejam operários. Dentro do partido, não conseguiu, ainda, se impor como grupo de influência, nem ocupar postos de direção.

ORVIL

Coerente com sua inspiração ideológica, a OQI preconiza a luta armada para a conquista do poder, defendendo que a CUT deve impulsionar as ocupações no campo e, inclusive, armar os lavradores para se defenderem da "violência dos latifundiários".

Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT)

Desarticulado no final da década de sessenta, o PORT permaneceu na clandestinidade até a Lei da Anistia, em 1979. A partir daí reiniciou suas atividades no Nordeste, especialmente na Paraíba e Pernambuco, visando particularmente aos camponeses e posseiros.

A organização encontra-se isolada dentro do trotskismo, em razão de sua aproximação com o PCB e do apoio declarado à URSS. Apesar do isolamento, apóia o PT e sua ala sindical, representada pelos "lulistas".

Contando com um número reduzido de militantes, o PORT limita sua atividade política à elaboração de análises e estudos que são publicados em seu jornal legal, a "Frente Operária".

Internacionalmente, mantém dependência e subordinação ideológicas à Quarta Internacional Posadista ou Secretariado Latino Americano da IV Internacional (SLA), sediada em Roma/Itália.

Ainda como peculiaridade, a organização é a única dentre as trotskistas que, até o momento, se preocupou com os militares, propondo-lhes uma política progressista. Procurando angariar simpatia no meio militar, o jornal "Frente Operária", além de defender o direito de voto para cabos, soldados e marinheiros, propugnou pelo emprego do Exército no combate a surtos epidêmicos, na implantação da reforma agrária e em outras atividades voltadas para o interesse comunitário.

Um balanço do PORT mostra-nos que suas atividades são restritas, limitando-se ao esforço de estampar suas opiniões e posições ideológicas no jornal "Frente Operária".

4. A Luta Armada

As organizações comunistas reestruturadas voltaram-se, como foi visto, no Capítulo I, desta 4ª Parte, prioritariamente, para o trabalho de massa. Esse trabalho é uma atividade demorada, árdua e persistente de preparação para a tomada do poder. Chegado

ORVIL

o momento propício, julgado que as condições objetivas e subjetivas são favoráveis, será dado o passo definitivo que poderá, conforme as circunstâncias, ser concretizado através da via pacífica ou da luta armada ou, mesmo, de ambas. Essas duas estratégias não são excludentes, pelo contrário são complementares e podem ser aplicadas seqüencial, ou mesmo concomitantemente.

As organizações subversivas, após a derrota militar sofrida no início dos anos 70, não abdicaram, absolutamente, do caminho da violência - da luta armada - , como podemos constatar de resoluções e de declarações recentes de seus principais líderes.

PCB

O PCB realizou o seu VII Congresso em dezembro 83/janeiro 84, quando aprovou uma nova "Resolução Política" que, em seu item "Revolução e Insurreição" determina:

"*Nas condições atuais do mundo e do Brasil, existe a possibilidade real de o processo revolucionário brasileiro atingir os seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição e a guerra civil*".

"*Empenhando-se para que esta possibilidade se materialize, pois é mais favorável aos trabalhadores, os comunistas levam em conta que a escolha dos meios para libertar o País e transformar a sociedade brasileira não depende exclusivamente do proletariado e dos seus aliados, o que lhes impõe a necessidade de dominar todas as formas de luta*". (Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira - Editora Novos Rumos - Fev 86).

Essa "nova" resolução deixa claro que a luta armada permanece como uma das formas de luta com que o PCB conta, para a tomada do poder e a implantação do comunismo no País.

Coerente com a determinação dessa resolução política e com a tradição da OS que dirige, Giocondo Gerbasi Alves Dias, em diversas declarações públicas, confirma a necessidade da luta armada para a tomada e manutenção do poder. Dentre essas declarações, podem ser ressaltadas:

"*Apesar de ter sido um marco na vida do partido, o movimento não mudou os traços essenciais do PCB, que permanecem iguais aos de sua fundação, em 1922*". (Referindo-se à Intentona Comunista de 35 - Folha de São Paulo - 03 Nov 85);

"*Agora a luta Armada é uma etapa que pode ou não aconte-*

ORVIL

ORVIL

cer, pois nada é inevitável no processo revolucionário. Achamos que é possível chegarmos ao socialismo sem ela. O que dita as coisas em política é a correlação de forças". (Correio Brasiliense, 24 Fev 85);

"Ao contrário do que se diz, nós não descartamos a luta armada, nem qualquer outra forma de luta". (Correio Braziliense, 23 Mar 86); e

"É possível que passemos para o socialismo pela via pacífica, mas eu não excluo a possibilidade da luta armada e da violência". (Folha de São Paulo - 11 Abr 86).

PC do B

Na atualidade, pouco se vem falando a respeito do desenvolvimento ou da eclosão da luta armada, apesar do PC do B considerá-la como a única forma de tomada do poder.

Inúmeros documentos mais recentes do partido, bem como declarações e depoimentos de seus principais dirigentes, abordam o problema da violência revolucionária, aí, incluída a luta armada. Passamos a alinhar os dados mais importantes sobre o assunto a partir de 1979:

"A liberdade deve incluir, também, a liberdade de se pregar a revolução. E, para nós, revolução é luta armada. Porque revolução sem ação violenta não é revolução. Como podemos derrubar uma classe que tem o poder na mão, sem a luta armada? Apenas com negociações, com eleições ou com medidas reformistas? Isso nunca se deu na história". (José Renato Rabelo - membro do CC/PC do B - Declarações ao "Movimento", nº 208, de 16 a 22 Jun 79, pág 12);

"A luta armada, no Brasil, é inevitável no processo histórico. Nós fomos os que primeiro sustentaram que a luta armada é uma imperiosidade histórica. O erro está em interpretar-se mal esta lei da luta armada e optar-se por formas equivocadas. O erro não é a luta armada, são determinados métodos que são aventureiros. O problema básico de todo esse pessoal que participou da chamada guerrilha urbana - e que nos parece uma forma equivocada de luta armada - é o menosprezo ao papel das massas. Nós adotamos a luta revolucionária das massas porque, esta sim, tem um poder criador na história da humanidade". (Haroldo Borges Rodrigues de Lima - membro do CC/PC do B e Dep Fed PC do B - De-

clarações ao "Jornal da República", de 04 Set 79);

"... Nós, os comunistas, defendemos o princípio da luta armada, da violência revolucionária, princípio científico, baseado no qual os oprimidos alcançam sua verdadeira emancipação".

"A violência revolucionária é o único meio pelo qual até hoje evolui a sociedade humana, pois as forças retrógradas não cedem suas posições e privilégios pacificamente". (João Amazonas de Souza Pedrozo - Sec-Geral do PC do B - ao Jornal do Brasil, em 16 Dez 79);

"... Fiel aos princípios do marxismo-leninismo, o PC do Brasil está convencido de que não poderá existir socialismo sem revolução. Esta é uma lei fundamental do materialismo histórico. A revolução é, por isso, o objetivo de todo partido proletário que luta pela vitória do socialismo científico".

"A guerra serve a objetivos políticos precisos e determinados. A luta armada popular é a continuação da política revolucionária por meio de formas próprias de luta, mais avançadas, radicais. Deste modo, a guerra revolucionária não está desvinculada da linha política do partido. O estudo da arte e das técnicas militares deve estar intimamente relacionado com a necessidade de maior domínio e aplicação dessa linha". (pág 49 - Teses do VI Congresso do PC do B - Jan/Fev 83);

— *"Fazer com que o(s) candidato(s) entenda(m) que essas mudanças atingem frontalmente interesses de grupos e pessoas bastante poderosos que têm, a seu serviço, as forças militares, a imprensa, etc. Por isso, esse governo tão inspirado só será alcançado pela via revolucionária, isto é, pela luta Armada de grande parcela do povo brasileiro".* (Documento do CR/PC do B/SC, de Ago 84);

"Nós temos mais pontos de convergência do que de divergência. Mas não podemos abrir mão da luta Armada, embora isto esteja fora da ordem do dia com o governo Tancredo". (Aurélio Peres, do CC/PC do B - à Folha de São Paulo, 27 Jan 85, referindo-se ao consenso obtido em torno do nome de Tancredo Neves, eleito Presidente da República em 15 Jan 85);

"A experiência nos diz que não pode haver um salto qualitativo no sistema, de uma formação econômico-social para outra, sem a utilização da violência revolucionária... É uma contingência do próprio desenvolvi[illegible] *A violência revolucio-*

ORVIL

nária é uma conseqüência da violência contra-revolucionária...", (João Amazonas de Souza Pedrozo - Sec-Geral do PC do B - à revista Senhor, de 27 Mar.85);

"... A solução para o Brasil só virá através da luta Armada e o PC do Brasil só vê esse caminho. Estamos observando o Partido Comunista Brasileiro com essa onda de democrático, mas eles também sabem que esse é o único caminho. Apenas por terem a Rússia por trás, o que lhes dá maior estrutura, podem ir levando a coisa politicamente enquanto puderem. Mas o caminho será a Luta Armada". (João Amazonas de Souza Pedrozo - Sec-Geral do PC do B - entrevista à saída do TSE no dia 23 Mai 85, momentos após haver protocolado o requerimento solicitando o registro do PC do B);

"Defendo a Luta Armada, porque todo processo de desenvolvimento humanitário se efetuou através da revolução, e não conheço nenhuma passagem de um regime, de uma formação econômica social ou de outro tipo que não seja o revolucionário". (João Amazonas de Souza Pedrozo - Sec-Geral do PC do B - entrevista concedida em Natal/RN, em 16 Ago 85); e

"A próxima revolução não seguirá aquele modelo, mas se assemelhará à Intentona Comunista de 1935, surgindo de um movimento que se iniciará no seio das Forças Armadas (FA) e que não tardará. Esse movimento se tornará possível com infiltrações de militantes do partido nas FA, particularmente no Exército, considerado mais vulnerável pelo efetivo que incorpora anualmente". (Rogério D'Olne Lustosa - palestra proferida na ABI/RJ, em 10 Mar 86, após reverenciar os mortos na "Guerrilha do Araguaia").

MR-8

O MR-8 traz, em sua história, um rastro de sangue, seqüestros, roubos, assaltos e assassinatos, sendo que, no momento, por se considerar governo, não prega com insistência a luta armada, muito embora, seu Secretário-Geral tenha declarado, publicamente, que essa forma de luta permanece como uma das componentes na linha política da OS:

"Se preciso for, vamos pegar em armas para consolidar as mudanças sociais no País". (Cláudio Cardoso de Campos, em palestra realizada no dia 20 Dez 85 em Porto Alegre/RS).

ORVIL

PRC -

O sectarismo dos militantes do PRC caracteriza-o como a mais radical organização subversiva em atividade no Brasil.

Os extratos dos documentos e dos pronunciamentos a seguir, demonstram o radicalismo da organização:

"... a revolução social do proletariado será necessariamente violenta. A luta armada é um componente essencial de sua realização, ...

....

A luta de classes no Brasil ingressou num período novo, com episódios de rompimento da legalidade, de violação dos tecidos constitucionais, com a ampliação sem precedentes das ações de massa e o seu ingresso na luta política. Germina a semente da revolução.

....

Para o partido, trata-se de aproveitar estas contradições, ampliar sempre maiores mobilizações, radicalizá-las, aprofundar o seu cunho antiditatorial e disputar a hegemonia das massas com a ditadura militar.

....

O PRC, ao contrário dos partidos burgueses e dos reformistas, não se preocupa em "civilizar" as manifestações de massas. Não adota a atitude pedante de tentar 'enquadrar' o proletariado e o povo e inibir sua criatividade. Pelo contrário, respeita iniciativas como a sátira mordaz aos opressores, as palavras de ordem combativas, as vaias aos políticos conservadores, o ódio aos governantes, a ruptura dos limites legais, a radicalização política, procurando dirigi-las para um rumo conseqüente.

....

O PRC repudia qualquer aliança com a burguesia e não tem dúvida de que a violência será necessária para que a classe operária chegue ao poder". (Ozéas Duarte de Oliveira - CC/PRC - Jornal do Brasil de 18 Jul 84); e

"Essa transformação não acontecerá pacificamente, ou por meio de um processo lento e gradual, mas só será garantida pela luta armada dos explorados contra os exploradores". (Comitê Regional do PRC/Rio Grande do Sul - Fev 86).

ORVIL

ORVIL

PCBR

O PCBR, nos documentos cujos extratos se seguem, deixa clara a sua opção pela Luta Armada:

"*A guerra de guerrilha é o método principal do desencadeamento da luta armada nas condições brasileiras; e a guerrilha rural é a forma prioritária, determinante, decisiva*". (Resolução Política da Conferência Nacional do PCBR);

"*O objetivo fundamental da revolução é destruir o aparelho burocrático e militar do Estado burguês, substituindo-o por um regime de democracia direta das classes trabalhadoras, sustentado por um Poder Popular que se expressa politicamente através de um Governo Popular Revolucionário*". (II Congresso Nacional do PCBR); e

"*Agrega-se a isso uma experiência mais recente que o aparecimento de agrupamentos políticos no movimento popular, principalmente no PT e na CUT, e que revelam a necessidade da construção do Partido Revolucionário de quadros, que funcione na clandestinidade e seja capaz, inclusive, de conduzir politicamente a luta armada e a revolução socialista...*".

....

O caminho da revolução brasileira é o da luta armada e a construção da vanguarda revolucionária da classe operária está diretamente relacionada com sua capacitação para dirigir a luta política no terreno militar". (Teses para a construção do Partido Revolucionário, apreendidas em Abr 86 na residência de José Afonso de Carvalho - militante do PCBR - em Salvador/BA).

Organizações Trotskistas

Também as organizações trotskistas, por suas resoluções políticas e declarações de seus militantes em diversas citações, deixam claro que essas OS têm na luta armada a única forma para tomar o poder.

CS

"*A compreensão da natureza e classe do estado burguês leva-nos à conclusão de que será necessário destruir o aparelho do estado burguês e todas as suas instituições, inclusive o parlamento, e substituí-lo por um poder dos trabalhadores.*

....

A liquidação do estado burguês exige uma insurreição armada.

. . . .

A insurreição armada não é uma escolha deliberada. Sua necessidade, bem como seu caráter violento, são uma conseqüência do caráter violento do estado burguês, dos seus aparelhos de repressão, que se voltam inevitavelmente contra a organização autônoma da classe operária e dos seus aliados e se enfrentam obrigatoriamente com ela. É o estado burguês que nos obriga a preparar a insurreição. Isto significa acumular e centralizar todos os elementos que vão no sentido do armamento do proletariado, da ação espontânea de autodefesa à construção de milícias operárias e populares. Daí decorre, também, a necessidade de um trabalho junto aos soldados com o objetivo de desagregar o instrumento fundamental de repressão que é o Exército, neutralizando uma parte, ganhando outra". ("Cadernos do Marxismo Revolucionário: Iniciação ao Marxismo" - Convergência Socialista - 1984).

FQI

"*Não existe nenhuma transição pacífica até outro sistema de dominação da classe burguesa e do imperialismo*". (Resolução do III Congresso da FQI em 1979).

"*A FQI não descarta a luta armada como meio de consecução de seus objetivos, admitindo a formação de piquetes de greves armados, que devem reagir a força a um confronto com os órgãos de segurança, como preconiza Trotsky*". (Curso de Formação de Quadros - 1º semestre de 1986).

ORM-DS

"*A revolução de 64 foi benevolente, pois apesar de ter desbaratado as organizações subversivas que adotaram a luta armada, não chegou a extremos como na Argentina e Uruguai, países onde a repressão praticamente dizimou uma geração inteira de elementos ligados à esquerda. Este fato permitirá que as organizações do passado voltem a se agrupar de forma mais compacta, podendo tirar proveito dos ensinamentos deixados pelo fracasso sofrido*".

. . . .

"*Terrorismo contra militar não é terrorismo. É uma forma de luta contra o imperialismo*". (Flávio Koutzii - Palestra nas

ORVIL

dependências do Plenário da Assembléia Legislativa do Rio Grande so Sul em 03 Dez 85).

"É inevitavel o confronto sangrento entre a massa operária e o Exército burguês, sendo necessário o extermínio das forças que sustentam o imperialismo. Por isso temos que formar um Exército Revolucionário forte e bem treinado, que dará sustentação ao novo estado proletário". ("Márcia Pinto Camargo: Instrutora do "Curso de Comandos" da ORM-DS em 11 Mai 86).

ORVIL

CONCLUSÃO

Este livro é o resultado de um intenso trabalho de coleta e reunião de dados contidos em documentos que, esparsos por todo o território nacional, seriam, passados alguns anos, destruídos por força da legislação existente, independente de seu conteúdo histórico que, pela sua fragmentação, poderia nem ser percebido por seu detentor.

O General João Batista de Mattos, ao prefaciar a obra histórica sobre Canudos, de Tristão de Alencar Araripe, já salientara que o autor andara "muito acertadamente ao pugnar por uma inversão nos louvores e reconhecimento, entre nós sempre exagerados no julgamento de um infrator e negados a quem, no cumprimento do dever e investido do poder de repressão, age com bravura e muitas vezes perde a vida". O infrator, diz o General, se não vence, é apresentado aos pósteros como um incompreendido, um precursor, sendo-lhe atribuídas virtudes que, na verdade, ele não possuía. Dizia o próprio autor que houve sempre certo pudor dos homens do Dever de virem à cena para proclamar serviços, mesmo quando se sentiam injustiçados. Enquanto os insurgentes tiveram sempre quem lhes cantasse as façanhas em que foram vitoriosos ou mártires, os legalistas calaram-se e amargaram os apodos injuriosos.

Em razão do caráter ideológico de que se revestiram a própria Revolução de 1964 e a luta armada que se verificou no País nos últimos anos da década de 60 e início de 70, ocorreu que essa situação, comum entre nós, tivesse agora um objetivo político-ideológico bastante nítido. Ao atingir os homens, o alvo era alcançar, muito mais do que eles, a própria instituição armada e o objetivo, o de afastá-las das missões de segurança interna. O meio utilizado foi a mais cara e bem estruturada agressão psicológica que se tem notícia.

O alvo foi atingido, o objetivo visado pode até ser alcançado. Só que seus promotores, obliterados pela ideologia, cometeram, mais uma vez, um grande equívoco. O grande obstáculo a sua chegada ao poder não são as Forças Armadas, mas a própria população que os tem repudiado nos movimentos populares, como em 1964, e nas urnas, como bem recentemente. No dia em que a popula

ORVIL

ção aceitar viver sem liberdade, em nome de uma utópica" igualdade-fim" ou da justiça social — cuja aproximação só tem sido possível nos países livres —, não haverá Força Armada que impeça a realização daquele desígnio. Pelo menos nos países, até então democráticos, cujas Forças Armadas estejam impregnadas pelos seus princípios, estas acatarão a vontade da maioria. Mas é preciso que sejam, antes, a maioria da nação.

ORVIL